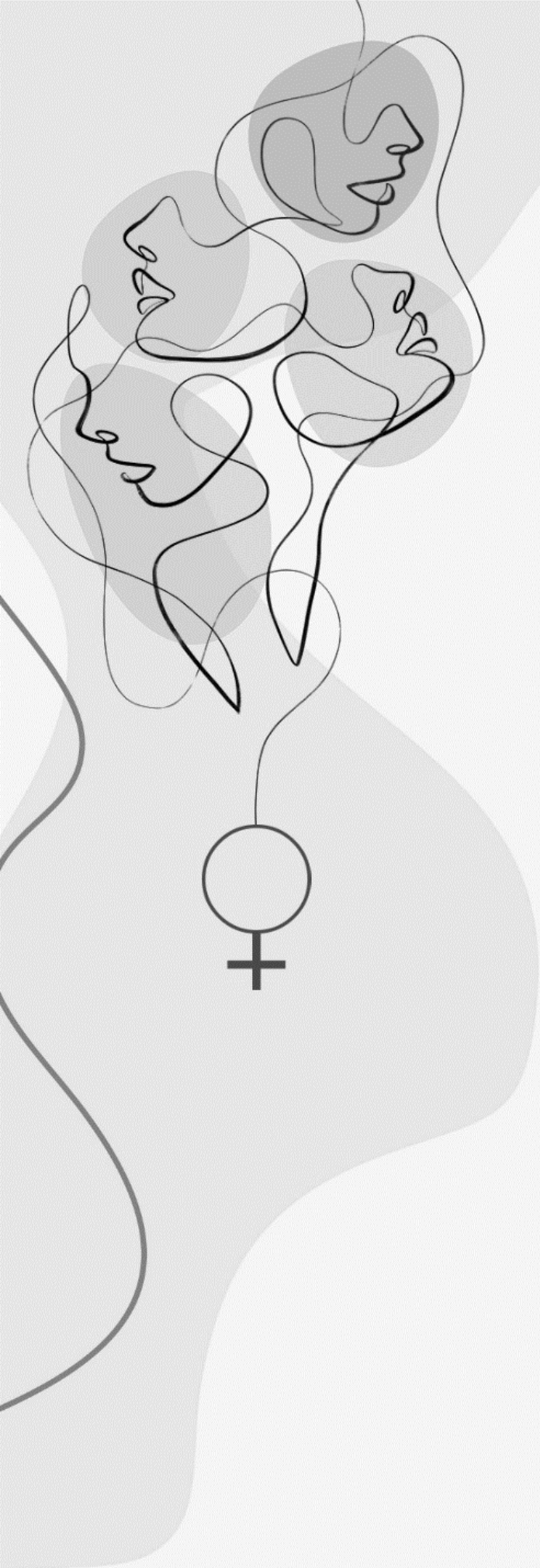


HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ONDE ESTÃO AS MULHERES?

ORGANIZAÇÃO

ROSILENE DIAS MONTENEGRO
FÁBIO RONALDO DA SILVA
RAQUEL DA SILVA GUEDES



HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ONDE ESTÃO AS MULHERES?

ORGANIZAÇÃO

ROSILENE DIAS MONTENEGRO
FÁBIO RONALDO DA SILVA
RAQUEL DA SILVA GUEDES

2021 - Editora Ampla

Copyright © Editora Ampla

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Ampla

Projeto Gráfico: Editora Ampla

Diagramação: Higor Costa de Brito

História das ciências e tecnologia: onde estão as mulheres? está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito ao criador. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Ampla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Ampla.

ISBN: 978-65-88332-32-0

DOI: 10.51859/ampla.hct320.1121-0

Editora Ampla

Campina Grande – PB – Brasil
contato@amplaeditora.com.br
www.amplaeditora.com.br

REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Rosilene Dias Montenegro – UFCG

Comissão Organizadora

Azemar dos Santos Soares Júnior - UFRN

Diogo Lopes de Oliveira - UFCG

Eduardo Roberto Jordão Knack - UFCG

Erykles Natanael de Lima Vieira - UFCG

Fábio Ronaldo da Silva - UFCG

Herry Charriery da Costa Santos - UFPR

José Luciano Albino - UEPB

José Otávio Aguiar - UFCG

José Pereira de Sousa Júnior - UFCG

Katysuco de Farias Santos - IFPB

Leonardo Pereira Tavares - UFCG

Rafael Porto Ribeiro – Projeto Memória

Raquel da Silva Guedes – UFPE

Roberval da Silva Santiago - UFCG

Rosilene Dias Montenegro - UFCG

Comissão Científica

Ângela Maria Freire de Lima e Souza – UFBA

Anúbes Pereira de Castro – UFCG

Azemar dos Santos Soares Júnior – UFRN

Celso Gestermeier do Nascimento – UFCG

Daiane Silveira Rossi – COC

Diogo Lopes de Oliveira – UFCG

Dirceu Casa Grande – UTFPR

Eduardo Roberto Jordão Knack – UFCG

Fábio Ronaldo da Silva – UFCG

Gilmária Salviano Ramos – UFV

Gisele Porto Sanglard – SBHC

Indianara Lima Silva – UEFS

Iranilson Buriti – UFCG

Ivonildes da Silva Fonseca – UEPB

Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – UPE

José Otávio Aguiar – UFCG

Juciene Ricarte – UFCG

Lindamir Salete Casagrande – UTFPR

Luciana Carneiro Hernandez – UTFPR

Luiz Otávio Ferreira – COC

Márcia Regina Barrosa da Silva – USP

Marilu Martens Oliveira – UTFPR

Marinalva Vilar de Lima – UFCG

Nara Azevedo – COC

Patrícia Cristina de Aragão – UEPB

Paulo Roberto Elian dos Santos – Fiocruz

Roberto Bondarik – UTFPR

Rosilene Dias Montenegro – UFCG

Monitores

Ana Carolina de Souza Ferreira

Clara Silva Santos

Ewerton Rafael Raimundo Gomes

Gabriel Lopes Dantas

Isabelle Félix Cavalcanti

Joana D'arc do Nascimento Lira

João Balduino de Brito Neto

Juliana da Silva Guedes

Kerllen Pereira de Pádua

Layse Félix Oliveira

Luiz Gervazio Lopes Junior

Matheus Filipe S Diniz

Mayara Campos Pires

Polinne Leme de Medeiros

Ruth Margarete da Silva Albuquerque

Tallita Rosendo Barbosa

Vando Rocha da Silva

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Instituto Federal da Paraíba

Sociedade Brasileira de História da Ciência

Universidade Estadual da Paraíba

Universidade Federal de Campina Grande



CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Italan Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário
Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia
Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal de Campina Grande
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande
Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca
Tatiana Paschoalette Rodrigues Bachur – Universidade Estadual do Ceará
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



2021 - Editora Ampla

Copyright © Editora Ampla

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Ampla

Projeto Gráfico: Editora Ampla

Diagramação: Higor Costa de Brito

Editora Ampla
Campina Grande – PB – Brasil
contato@amplaeditora.com.br
www.amplaeditora.com.br



2021

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que trazemos ao público este e-book ***História das Ciências e Tecnologias: Onde Estão as Mulheres?*** Esta obra é um dos resultados do I Simpósio Nacional do Projeto Memória – História das Ciências e Tecnologias: Onde Estão as Mulheres? (I SINAPROM) realizado totalmente em modo remoto de 27 a 29 de abril de 2021, pelo Projeto Memória e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, tendo como apoio a Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC).

Reunimos aqui a produção de pesquisadores professores e alunos de História, áreas afins das Ciências Humanas, principalmente, que compartilharam suas pesquisas nos oferecendo rica contribuição para o debate e conhecimento de questões fundamentais ao conhecimento da história das ciências e tecnologias no Brasil e atuais ao debate científico, político e social no Brasil.

O I SINAPROM enfrentou o desafio de persistir em nosso trabalho acadêmico de produção de conhecimento e formação de nossos alunos, e persistir na divulgação e popularização das ciências em um contexto tão adverso à educação, em que se juntam uma crise da saúde causada pela pandemia do Covid-19 e o ataque do governo de plantão às instituições de ensino superior públicas no Brasil, com o corte do financiamento do ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, o desmantelamento do ensino público superior e trabalho docente.

Neste contexto adverso, os(as) pesquisadores(as) que construíram o I SINAPROM com sua participação criaram essa oportunidade de compartilhamento de conhecimento sobre as histórias das ciências e tecnologias, particularmente tocantes à presença das mulheres, oportunizando o debate de questões pertinentes ao enriquecimento coletivo em todos os níveis acadêmicos.

O conteúdo deste e-book traz discussões e reflexões atuais e diversificadas relacionadas às questões da desigualdade de gênero, (in)visibilidade da presença e qualidade intelectual das mulheres nas ciências e tecnologias. São trabalhos resultados de pesquisas qualitativas e quantitativas que em seu conjunto abarcam diferentes momentos da história e cultura da sociedade brasileira delimitados ao campo das ciências e tecnologias e, particularmente, a presença e contribuição das mulheres cientistas ou engenheiras.

Este e-book oferece aos leitores e leitoras reflexões relevantes trabalhos abordados ricamente nos simpósios temáticos e de modo temático Mesas Redondas. Estas intencionalmente constituídas por ampla maioria de mulheres objetivando fugir a praxe acadêmica que culturalmente esquece e/ou deixa invisível a competência, qualidade e contribuição intelectual das pesquisadoras, cientistas e engenheiras, mesmo em uma área historicamente crítica como a das ciências humanas.

Este e-book cumpre um dos objetivos da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão realizada em nosso I SINAPROM, evento científico que esperamos dar continuidade em próximas edições e desse modo colaborarmos, mesmo que modestamente, para estimular a comunidade científica a dar seguimento aos trabalhos e divulgá-los mesmo que em períodos difíceis.

As organizadoras e organizadores desejam a todos e todas uma ótima leitura e um bom proveito de todo conteúdo disponível nesta composição.

Rosilene Dias Montenegro

Professora Titular em História da UFCG

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - AS MULHERES NAS CIÊNCIAS E ENGENHARIAS: A PRESENÇA POR GÊNERO NAS ESCOLAS POLITÉCNICAS E ENGENHARIAS.....	12
CAPÍTULO II - RELATOS DE UM PESQUISADOR A PROCURA DE BALEIAS.....	26
CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO E AO NEGACIONISMO.....	34
SEÇÃO 1 - LITERATURA, INTELLECTUAIS E CIÊNCIA.....	45
CAPÍTULO IV - JORGE AMADO E A DÚVIDA: O QUE É UM INTELLECTUAL?.....	46
CAPÍTULO V - EUGENISMO E SOCIEDADE BRASILEIRA EM <i>O CORTIÇO</i> (1890), DE ALUÍSIO DE AZEVEDO.....	59
CAPÍTULO VI - O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO E LIBERTÁRIO DE MARIA LACERDA DE MOURA (1887 – 1945)..	72
SEÇÃO 2 - VISIBILIDADE EM MOVIMENTO: GÊNERO, LINGUAGENS E VIOLÊNCIA.....	87
CAPÍTULO VII - PARA ALÉM DOS ESCRITOS: MARLY MOTA E AS ARTES PLÁSTICAS.....	88
CAPÍTULO VIII - EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO PACIFISTA: O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ.....	98
CAPÍTULO IX - “E QUANDO EU ME ZANGO, MARINA”: CULTURA E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES E SAÚDE PÚBLICA.....	108
CAPÍTULO X - O AFASTAMENTO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA EM CRIMES DE FEMINICÍDIO NO BRASIL.....	121
CAPÍTULO XI - O PARTO E O PROTAGONISMO FEMININO.....	132
CAPÍTULO XII - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS LINGUAGENS MUDIÁTICAS: DOSOFRIMENTO AO EMPODERAMENTO NA LUTA.....	141
CAPÍTULO XIII - “GÊNESIS”: TRAJETÓRIAS DA ESCRITORA ANA MARIA CÉSAR.....	152
SEÇÃO 3 - FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E INTERSECCIONALIDADE – PRÁTICAS E DISCURSOS QUE ASSOLAM AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	160
CAPÍTULO XIV - ENSINO DE LIDERANÇA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO NORTE DO PARANÁ: A FORMAÇÃO DE LÍDERES FEMININAS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	161
CAPÍTULO XV - UMA DAS ORIGENS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPORTE BRASILEIRO: HOMENS, MULHERES E OS FUTEBÓIS NOS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	182
CAPÍTULO XVI - SALETE XUKURU-KARIRI: ENTRE PARTOS, “CIÊNCIAS” E MOBILIZAÇÕES.....	192

CAPÍTULO XVII - QUE MULHER É ESSA? BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DISCURSIVA DAS PROFISSÕES ATRELADAS A SEXUALIDADE	205
SEÇÃO 4 - A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NA CIÊNCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	218
CAPÍTULO XVIII - AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS: A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1940	219
CAPÍTULO XIX - CONTRIBUIÇÕES DE EMÍLIA SNETHLAGE NA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, PARÁ.....	235
CAPÍTULO XX - INSTITUIÇÕES DISCIPLINADORAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, EM SOUSA-PB (1960-1980)	247
CAPÍTULO XXI - ADVERSIDADES DA MATERNIDADE E CARREIRA CIENTÍFICA PARA ANTROPÓLOGAS MÃES	261
SEÇÃO 5 - QUESTÕES DE GÊNERO E “RAÇA” E IMPLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	275
CAPÍTULO XXII - QUAL(IS) LUGAR(ES) OCUPAM AS MULHERES NEGRAS NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA NA BAHIA?	276
CAPÍTULO XXIII - FEMININO E CIÊNCIA: ENTRE PODERES E RESISTÊNCIAS	288
CAPÍTULO XXIV - A TRAGÉDIA DE CLARA IMMERWAHR SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIA.....	298
CAPÍTULO XXV - MARQUESA DU CHÂTELET NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO SÉCULO 18	307
CAPÍTULO XXVI - “INFELIZES DE UMA VIDA DEPRAVADA E CHEIA DE HORRORES” – SEXUALIDADE FEMININA, RAÇA E CLASSE NO CONHECIMENTO NEUROPSIQUIÁTRICO (RIO DE JANEIRO, 1883-1912)	318
CAPÍTULO XXVII - NEGRAS EMPODERADAS (?): A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NOS CURSOS DE ENGENHARIA DE MINAS E ENGENHARIA MECÂNICA DA UFCG (2014-2019)	335
SEÇÃO 6 - MULHERES, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEMÓRIA: PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES.....	351
CAPÍTULO XXVIII - MULHERES BRASILEIRAS DA MEMÓRIA OU CONTRIBUIÇÕES DE BOSI, QUEIROZ, ALBERTI E WORCMAN PARA A TEORIA DA MEMÓRIA NO BRASIL	352
CAPÍTULO XXIX - O PÓS-COLONIALISMO AFRO-BRASILEIRO E O PENSAMENTO DE NOTÁVEIS MULHERES	361
CAPÍTULO XXX - A INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO DE QUÍMICA: A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO MOSS NO COLÉGIO PEDRO II	370
CAPÍTULO XXXI - MULHERES QUE FAZEM CIÊNCIA: AS PRIMEIRAS PESQUISADORAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA (RIO DE JANEIRO, 1938-1968)	380
CAPÍTULO XXXII - ANNUNCIADA CHAVES E SEU ÁRDUO CAMINHO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA NO ESTADO DO PARÁ, NO ÍNCIO DO SÉCULO XX.....	393
CAPÍTULO XXXIII - MAPEANDO ESPAÇOS FEMININOS E MASCULINOS EM UM INSTITUTO FEDERAL	407

CAPÍTULO XXXIV - TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE UMA PESQUISADORA/EDUCADORA NO CARIRI CEARENSE	420
CAPÍTULO XXXV - MEMÓRIA DOCENTE E VIVÊNCIAS NA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EAD PARA SURDOS NO POLO CAMPINA GRANDE- PB.....	428
SEÇÃO 7 - HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DAS MULHERES CIENTISTAS NO PARANÁ E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	439
CAPÍTULO XXXVI - ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: A TRAJETÓRIA DE ENEDINA ALVES MARQUES E AS MULHERES NEGRAS NO PARANÁ.....	440
CAPÍTULO XXXVII - ENEDINA ALVES MARQUES: A PRIMEIRA ENGENHEIRA DO PARANÁ E A PRIMEIRA ENGENHEIRA NEGRA DO BRASIL	451
CAPÍTULO XXXVIII - BELA, PROFESSORA, EMPRESÁRIA, CHEFE DE GABINETE, MULHER: LELITA MARTENS OLIVEIRA, PROMOVENDO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CORNÉLIO PROCÓPIO-PR	462
CAPÍTULO XXXIX - POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, ANTIPATRIARCAL: PROTAGONISMO DE MULHERES BRASILEIRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E LITERÁRIAS	474
CAPÍTULO XL - PRESENÇA DE MULHERES INTELLECTUAIS NA PRIMEIRA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA BRASÍLIO ITIBERÊ DE PONTA GROSSA (PR)	486
CAPÍTULO XLI - MULHER FAZ CIÊNCIA, SIM! - MACLÓVIA CORRÊA DA SILVA E A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ.....	497
CAPÍTULO XLII - SOMOS MULHERES E SOMOS DA CIÊNCIA: LUTAMOS COMO LEAS	509

CAPÍTULO I

AS MULHERES NAS CIÊNCIAS E ENGENHARIAS: A PRESENÇA POR GÊNERO NAS ESCOLAS POLITÉCNICAS E ENGENHARIAS

Rosilene Dias Montenegro¹

RESUMO

É inquietante a constatação de que não obstante os avanços científicos e tecnológicos ocorridos ao longo da experiência humana, especialmente no último século, seja ainda tão pouca a presença de mulheres nas áreas das ciências e tecnologias. O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos da presença das mulheres nas ciências e tecnologias da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) a partir dos dados da distribuição docente por gênero. Busca-se conhecer onde estão as mulheres das ciências e tecnologias na UFCG. O estudo se fundamenta nos dados sobre a presença das mulheres docentes nessa instituição de ensino superior, cotejando-os com dados veiculados nas mídias sobre a presença das mulheres nas engenharias, em instituições de ensino superior, em geral, e escolas politécnicas, em particular. As fontes utilizadas encontram-se em produções acadêmicas (artigos, dissertações e teses), publicações na web de jornais e revistas científicas e comerciais, instituições de ensino superior, e órgãos classistas. Conclui-se primeiramente que são escassos os dados sobre a presença de mulheres nas ciências como um todo e nas tecnologias em particular. Em segundo lugar, constatou-se que a distribuição docente por área de conhecimento coincide com a cultura predominante de desigualdade de gênero. De modo a coincidir que as áreas e cursos ditos mais caracteristicamente masculinos ou mais femininos possuem mais quantidade de docentes segundo a visão cultural predominante para a área.

Palavras-chave: Ciências. Desigualdade de gênero. Engenharias. Mulheres. UFCG.

ABSTRACT

It is disturbing to note that despite the scientific and technological advances that have taken place over the course of human experience, especially in the last century, there is still so little presence of women in the fields of science and technology. This study aims to analyze some aspects of the presence of women in science and technology at the Federal University of Campina Grande (UFCG) based on data from the distribution of teachers by gender. It seeks to know where the women of science and technology are at UFCG. The study is based on data on the presence of women teachers in this higher education institution, comparing them with data published in the media on the presence

¹ Professora Titular em História da Universidade Federal de Campina Grande. Atua na graduação e pós-graduação em História; Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória - UFCG).

of women in engineering, in higher education institutions, in general, and polytechnic schools, in particular. The sources used are found in academic productions (articles, dissertations and theses), publications on the web of scientific and commercial newspapers and magazines, higher education institutions, and class organizations. First, it is concluded that there is little data on the presence of women in science as a whole and in technology in particular. Second, it was found that the distribution of teachers by area of knowledge coincides with the predominant culture of gender inequality. In order to coincide that the areas and courses said to be more characteristically male or more female have a greater number of professors according to the predominant cultural vision for the area.

Keywords: Sciences. Gender inequality. Engineering. Women. UFCG.

1. AS ESCOLAS POLITÉCNICAS

As escolas politécnicas surgiram como instituições específicas ao ensino técnico e engenharias, tendo algumas dessas escolas também criado cursos de graduação em Matemática e em Física.

No Brasil, a primeira instituição de ensino superior técnico, foi a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, fundada em 1792. Essa instituição é considerada a primeira escola politécnica do Brasil e passou, longo de sua história, por algumas mudanças em sua estrutura organizacional, nome, e identidade institucional, tendo sido transformada em unidade de ensino da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹, no ano de 2004. A Escola Politécnica da UFRJ traz em sua rica história o prestígio de ser:

[...] a sétima escola de engenharia mais antiga do mundo e a mais antiga das Américas, assim sendo, a primeira instituição de ensino superior do Brasil. É considerada uma das melhores instituições da América Latina no ensino da engenharia. Está localizada no prédio do Centro de Tecnologia (CT), na Cidade Universitária, Rio de Janeiro. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Polit%C3%A9cnica_da_Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro)

Em 1893 é fundada a segunda instituição de ensino superior técnico no Brasil, com o nome de Escola Politécnica de São Paulo, que passou a unidade de ensino da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, quando da fundação dessa universidade.

¹ Em 1810, a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho* se divide em duas instituições: a Real Academia Militar, e “a *Escola Polytechnica do Rio de Janeiro*, posteriormente chamada de Escola Nacional de Engenharia, alterada em seguida para Escola de Engenharia e, em outubro de 2004, voltando a ser a Escola Politécnica, agora vinculada à UFRJ.” (Disponível na wikipédia).

Em 1895 é fundada a Escola de Engenharia de Pernambuco, não adota o nome de escola politécnica, mas se organiza e funciona como tal. É a terceira instituição de ensino de engenharia criada no Brasil, passou por mudanças em seu nome, tendo sido Escola Livre de Engenharia, até se transformar em Escola Politécnica da Universidade Federal de Pernambuco, em 1967.

A Escola Politécnica da Bahia, fundada em 1897, foi a quarta instituição de ensino superior técnico do Brasil, e passou a unidade de ensino da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 1960.

Em 1912 é fundada a Escola Politécnica de Pernambuco, vinculada ao governo estadual (chamados de províncias na Primeira República). A semelhança do ocorrido com as politécnicas, essa também foi transformada em unidade da Universidade de Pernambuco (UPE), que é a universidade estadual desse Estado. Desde 1912, então, o Estado de Pernambuco passou a ter duas instituições de ensino superior técnico em engenharia, a Escola de Engenharia, atual Escola Politécnica da UFPE; e, a Escola Politécnica, atualmente pertencente a UPE.

E, em 1952 é fundada a Escola Politécnica da Paraíba (POLI), primeira instituição pública de ensino superior técnico na cidade de Campina Grande. Iniciou como instituição do governo estadual mas foi transformada em unidade de ensino da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 13/12/1960. E em 1973 transformada no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da UFPB, do *campus* II. Atualmente os antigos cursos da Politécnica da Paraíba estão distribuídos nos centros de ensino da área das ciências exatas e tecnológica da UFCG (fundada, em 2002, a partir do desmembramento da UFPB).

Na história da educação superior no Brasil, as escolas politécnicas e as escolas de engenharia foram criadas como instituições de identidade específica tendo no curso de suas histórias passado por mudanças que resultaram em sua vinculação às universidades públicas, estaduais e federais. Assim, a escola politécnica do Rio de Janeiro, criada em 1792, só passa a unidade da UFRJ, em 2004; a politécnica de São Paulo, é transformada em unidade de ensino da USP, em 1934; a politécnica da Bahia, passa a UFBA, em 1960; a escola de engenharia de Pernambuco só passa à escola politécnica da UFPE, em 1967; e, a escola politécnica da Paraíba passa a UFPB, em 1960.

As escolas politécnicas no Brasil tiveram como inspiração a Politécnica de Paris (1794), uma instituição de ensino público que associava o ensino e pesquisa para a formação de seus engenheiros e cientistas, e tinha como missão formar profissionais altamente qualificados para atuar pelo desenvolvimento econômico da França, exercendo cargos nas instituições públicas do Estado Francês. O lema da *École Polytechnique* de Paris era: “Pela ciência, pela instrução e pela Pátria”. Um lema presente nos discursos políticos no Brasil desde a proclamação da República, conforme analisado pelo historiador José Murilo de Carvalho (1990). A Escola Politécnica da França proporcionava “uma sólida formação científica, apoiada na matemática, física e química, preparando futuros alunos para as escolas especiais de serviços públicos”, especialmente para as especialidades em Minas, Pontes e Estradas.

A POLI/USP combinava no seu projeto pedagógico as influências da Politécnica de Paris com o modelo germânico de politécnica, associando o ensino e pesquisa numa formação técnica motivada a pensar a realidade local a partir concepções visionárias e empreendedoras.

As escolas politécnicas marcaram fortemente a história do ensino superior no Brasil, seja no âmbito local formando engenheiros e engenheiras altamente qualificados, aumentando o prestígio da profissão de engenheiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico local, regional e nacional e, em alguns campos, conquistando reconhecimento internacional.

2. AS MULHERES NAS POLITÉCNICAS

A *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, é considerada a primeira escola politécnica no Brasil. Essa instituição foi criada no Brasil pela Coroa Portuguesa e visava a formação de quadros qualificados para o serviço militar, então proibido às mulheres. Não encontramos, até a escrita deste artigo, maiores informações sobre a presença das mulheres nas escolas politécnicas do Brasil. Mas localizamos notícias sobre a presença pioneira de mulheres na história da Escola Politécnica da USP, UFBA e na Escola Politécnica da Paraíba e nas engenharias da UFCG.

São invariavelmente poucas as informações sobre a presença de mulheres nas engenharias e menos ainda sobre a presença delas nas escolas politécnicas. E as

informações disponíveis ao acesso público na internet são, em geral, resumidas e com pouco aprofundamento. Essas fontes são constituídas por matérias de jornais e revistas comerciais, de associações classistas, páginas web de instituições científicas, e páginas web de organismos nacionais e internacionais com informes de estatísticas, em comunicações breves sobre a presença das mulheres nas ciências e tecnologias. Em geral essas notícias mostram as mulheres nos espaços das Ciências e engenharias como feitos históricos. O que é um fato. Vejamos.

A página web da Escola Politécnica da USP, noticiou em 2018 (s/d) a eleição da primeira professora, engenheira civil, diretora da POLI, em matéria intitulada: *Fatos históricos da participação feminina na Escola Politécnica da USP*.

Sobre a história do pioneirismo das mulheres engenheiras no Brasil vimos que Eunice Peregrino Caldas foi a primeira aluna da Escola Politécnica de São Paulo. Ela ingressou como aluna ouvinte no ano de 1899. A segunda aluna, também ouvinte, foi Alicina Maria Moura, de apenas 15 anos de idade.

A primeira aluna regular da Escola Politécnica de São Paulo foi Anna Frida Hoffman, em 1924. Ela se formou em Engenheira Química em 1928, tendo sido também a primeira Engenheira Química mulher funcionária do Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT.

Não localizamos o ingresso de mulheres na POLI de São Paulo entre 1930 e 2000, seja como alunas seja como professoras. Vimos, no entanto, que no ano 2000, deu-se mais um fato histórico: Maria Cândida Reginato Facciotti obtém a progressão para Professora Titular da Escola Politécnica de São Paulo, sendo a primeira mulher a alcançar o topo da carreira nessa instituição. A POLI foi a última unidade da USP a ter uma mulher professora titular, depois de 107 anos de existência dessa instituição.

A segunda Professora Titular na POLI foi Inés Pereira. Ela também foi a primeira chefe de Departamento da POLI, chefiando o departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos (PSI), de 2003 a 2007. E, em 2018, acontece outro feito histórico: a eleição da primeira mulher ao cargo de Diretora da Escola Politécnica da USP, a professora Liedi Légi Bariani Bernucci.

Não conseguimos localizar informações sobre a presença de mulheres alunas ou professora nas escolas politécnica de Pernambuco/UFPE, UPE, Politécnica do Rio de Janeiro. Contudo, encontramos um trabalho apresentado na ANPUH/BA que informa

sobre a presença de mulheres na Escola Politécnica da Bahia durante o período de 1897 a 1970. Lívia Gomes Cortês (2020, p.6) afirma que nesse período a Politécnica da Bahia teve 73 alunas, tendo a primeira delas ingressado no ano de 1919 e a segunda em 1920. Segundo Cortês, em toda década de 1930 houve o ingresso de 2 alunas na Escola Politécnica da Bahia; aumentando significativamente para 14 alunas na década de 1940; 15 alunas na década de 1950; 34 alunas na década de 1960; e registrando uma redução drástica do ingresso de alunas para apenas 1 (uma) em toda a década de 1970.

Nas buscas na internet sobre escolas politécnicas, a da Paraíba, também chamada de POLI, é a que mais aparece. São dissertações de mestrado e artigos publicados em anais de eventos científicos e revistas científicas, uma produção acadêmica resultada das pesquisas do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande.

A Escola Politécnica da Paraíba foi criada em 1952 com o curso de engenharia civil e teve existência breve. Em 1976 foi transformada no Centro de Ciências e Tecnologia do campus II da UFPB, deixando herança marcante na história da educação superior no Estado da Paraíba, e impactando no desenvolvimento local e regional, conforme nos mostram os estudos de Torres (2010) e Ribeiro (2019).

A primeira aluna da Politécnica da Paraíba foi Arlete Figueiredo, que dois anos depois de iniciado engenharia civil desistiu. Transferindo-se depois para o curso de Ciências Econômicas, na antiga Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), origem do atual Centro de Humanidades da UFCG (GUEDES, 2016).

No ano de 1960 duas alunas ingressaram em engenharia civil da Politécnica da Paraíba: Ana Maria Vilar Campos; e, Maria das Graças Pedrosa (GUEDES, 1960). Elas se formaram em 1965 sendo, portanto, as primeiras engenheiras civis egressas dessa instituição.

A Politécnica da Paraíba teve na década de 1960 um aumento de alunas nas engenharias, com a criação em 1963, do curso de engenharia elétrica. Ingressavam anualmente de 2 a 3 alunas nas engenharias, o que equivalia a média de 10% dos do corpo discente. Curioso ressaltar que a partir dos anos 1970 ocorre um aumento da quantidade geral de estudantes desses dois cursos – Civil e Elétrica –, mas se manteve-se o percentual médio de 10% de presença para as alunas (GUEDES, 2016).

Em nossas buscas na internet constatamos que as matérias sobre escolas politécnicas são poucas e mulheres nas ciências exatas e engenharias são poucas e esparsas o que pode ser motivo para a pesquisa histórica e resultar em contribuições relevantes à história das mulheres no Brasil. A relativamente pouca informação sobre mulheres nas ciências e tecnologias, em geral, e menos ainda em áreas específicas vai ao encontro da pergunta “onde estão as mulheres das ciências e tecnologias?” e, especificamente, onde estão as mulheres politécnicas? As mulheres engenheiras?

3. AS MULHERES NAS ENGENHARIAS

Segundo a ONU MULHERES BRASIL em matéria divulgada em sua página na internet, de 18/02/2019, no mundo toda as mulheres representam apenas 35% dos alunos matriculados nas universidades “nas áreas das Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM, das iniciais em inglês)”. Segundo a ONU MULHERES “o percentual é ainda menor nas engenharias (de produção, civil e industrial) e em tecnologia, não chegando a 28% do total.”

As implicações dos impactos desses indicadores estão relacionadas à permanência e predominância das estruturas resultantes da cultura política que naturaliza, normatiza a exclusão do gênero feminino e promove dessa maneira a reprodução da desigualdade entre os gêneros. Essa desigualdade implicará sempre em menores oportunidades das mulheres no mercado de trabalho em funções de maior qualificação, em menores salários, em menor acesso a cargos políticos e de liderança, dentre outras consequências desfavoráveis e, porque não dizer, injustas.

Os dados do Censo da Educação Superior (2016) no Brasil, mostram que o país tinha 1.026.395 alunos matriculados nos cursos de engenharia, sendo 734.932 homens e 291.463 mulheres, correspondendo em termos percentuais a 71,61% e 28,39%, respectivamente. Esse mesmo Censo da Educação Superior, apontou que a quantidade de mulheres que ingressaram nas engenharias em 2016 foi 8,4% maior do que em 2014.

Já o Conselho Federal de Engenheiros e Agrônomos – CONFEA, órgão responsável pela regulamentação e julgamento da atuação de engenheiros no Brasil, informa em publicação de 2019, em sua página na internet, que existem atualmente 992.581 engenheiros ativos no Brasil, sendo 196.372 engenheiras. Ou seja, 19,78% dos

engenheiros em atividade no Brasil são mulheres engenheiras. O CONFEA (2019) também informa que entre 2016 e 2018 houve um crescimento de 42% de registro de mulheres engenheiras nesse órgão.

Considerando os dados do CONFEA de que 19,78% dos engenheiros registrados nesse órgão é de mulheres e considerando os do Censo da Educação Superior, de que 28,39% dos alunos dos cursos de engenharia no Brasil é de mulheres, é possível formular algumas suposições. Uma suposição seria que aproximadamente dez por cento das alunas dos cursos de engenharia não conseguem concluir o curso; outra que aproximadamente dez por cento das engenheiras formadas não conseguem se colocar em posto de trabalho na profissão. A ausência de estatísticas e indicadores nesse campo, seja porque não estão sendo produzidos, seja porque não estão sendo divulgados, inviabilizam o conhecimento sobre esse assunto tão importante para o conhecimento de importantes aspectos de nossa sociedade, do ensino superior e mercado de trabalho para as mulheres no país. Se essas suposições aqui apresentadas à título de especulação estiverem corretas a desigualdade entre homens e mulheres no tocante a empregabilidade de engenheiros e engenheiras torna-se ainda maior que a desigualdade no tocante a quantidade de alunos e alunas matriculados nas engenharias no Brasil.

Engenheiros e engenheiras têm também a possibilidade de atuarem no magistério superior. Em nossa pesquisa de pós-doutorado¹ realizamos o levantamento dos dados quantitativos da presença de mulheres docentes nas áreas de conhecimento e respectivos cursos de graduação oferecidos no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, no período de 2002 a 2018. Usamos como fonte os relatórios docentes, que são documentos de controle de pessoal, gerado pela Secretaria de Recursos Humanos da UFCG, e contém o registro mensal dos docentes em atividade, os do quadro permanente e os do temporários (professores substitutos, visitantes, cedidos), constatamos os seguintes dados organizados na Tabela 1.

¹ Nos referimos ao estágio pós-doutoral que desenvolvemos no período de 2019 a 2020 na Linha de Pesquisa *Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações; Educação, cultura, política e inovação na produção contemporânea do espaço*, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UFPE, sob a supervisão da Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes.

Tabela 1 – Números totais de docentes ativos do quadro permanente da UFCG (2018)

CENTROS	CURSOS	H	%	M	%	TOTAL	%
CCT	Engenharia de Materiais (D)	12	63,2%	7	36,8%	19	100
CCT	Engenharia Mecânica (D)	22	100%	0	0%	22	100
CCT	Engenharia Química (D)	18	72,0%	7	28,0%	25	100
CCT	Engenharia de Produção (D)	13	72,2%	5	27,8%	18	100
CCT	Engenharia de Petróleo (D)	4	50,0%	4	50,0%	8	100
CEEI	Engenharia Elétrica (D)	52	92,9%	4	7,1%	56	100
CTRN	Engenharia Civil (D)	14	50,0%	14	50,0%	28	100
CTRN	Engenharia de Minas (D)	11	100%	0	0%	11	100
CTRN	Engenharia Agrícola	18	72%	7	28%	25	100
CTRN	Engenharia de Alimentos	6	46,16%	7	53,84%	13	100
CSTR	Engenharia Florestal	18	66,7	9	33,3%	27	100
CDSA	Engenharia de Produção (D)	8	80,0%	2	20,0%	10	100
CCTA	Engenharia Civil (D)	5	41,7%	7	58,3%	12	100
Total		201	73,4%	73	26,6%	274	100

Fonte: Compilação da autora a partir dos dados do Relatório Docente – SRH/UFCG (Ano 2018).

A UFCG oferece 17 cursos de graduação em engenharia, sendo dois cursos de engenharia civil, dois de engenharia de produção e dois em engenharia de alimentos, ou quatorze campos das engenharias ofertados na UFCG. A Tabela 1 informa todas os cursos de engenharia da UFCG e respectivos Centros de ensino em que são ofertados. As linhas das engenharias com números em branco se devem a não termos até o momento completada a pesquisa de verificação sobre a formação dos docentes, uma vez que as unidades acadêmicas possuem docentes de outras áreas que não a engenharia.

Se tomarmos como média para o magistério superior nas engenharias os indicadores de alunos(as) matriculados(a) nos cursos de engenharia, a partir dos dados referentes às engenharias mais tradicionais e às Ciências exatas, no âmbito da UFCG, veremos que os indicadores apontam para números da média nacional ou abaixo da média nacional. Mais uma vez a imprecisão se deve a ausências de estatísticas nacionais específicas. O que, ressaltamos, nos permite afirmações específicas a UFCG, conforme apresentamos duas possibilidades de amostra, a da Tabela 2 e a da Tabela 3.

Tabela 2 – Números totais de docentes ativos do quadro permanente nas engenharias na UFCG

CENTROS	CURSOS	H	%	M	%	TOTAL	%
CCT	Engenharia de Materiais (D)	12	63,2%	7	36,8%	19	100
CCT	Engenharia Mecânica (D)	22	100%	0	0%	22	100
CCT	Engenharia Química (D)	18	72,0%	7	28,0%	25	100
CCT	Engenharia de Produção (D)	13	72,2%	5	27,8%	18	100
CCT	Engenharia de Petróleo (D)	4	50,0%	4	50,0%	8	100
CEEI	Engenharia Elétrica (D)	52	92,9%	4	7,1%	56	100
CTRN	Engenharia Civil (D)	14	50,0%	14	50,0%	28	100
CTRN	Engenharia de Minas (D)	11	100%	0	0%	11	100
CTRN	Engenharia Agrícola	18	72%	7	28%	25	100
CDSA	Engenharia de Produção (D)	8	80,0%	2	20,0%	10	100
CCTA	Engenharia Civil (D)	5	41,7%	7	58,3%	12	100
Total		177	75,6%	57	24,4%	234	100

Fonte: Compilação da autora a partir dos dados do Relatório Docente – SRH/UFCG (Ano 2018).

Na Tabela 3, além das engenharias inserimos as engenharias consideradas ainda mais tradicionais e também os cursos das Ciências exatas, sendo os dados dessa Tabela 3 referentes apenas ao campus sede da UFCG.

Tabela 3 – Docentes mulheres nas Ciências exatas e engenharias tradicionais no *campus* de Campina Grande. (Ano 2005 e ano 2018)

Unidade / Ano		Docentes Permanentes				Total de docentes
		H	%	M	%	
Engenharia Civil	2005	22	73,3	8	26,7%	30
Engenharia Civil	2018	19	50,0%	19	50,0%	38
Engenharia Mecânica	2005	24	100%	0	0	24
Engenharia Mecânica	2018	23	100%	0	0	23
Engenharia de Minas	2005	14	77,78%	(4*) 0	22,22%	18
Engenharia de Minas	2018	12	80,0%	(3*) 0	20,0%	15
Engenharia de Química	2005	21	77,8%	6	22,2%	27
Engenharia de Química	2018	20	74,1%	7	25,9%	27
Engenharia Elétrica	2005	43	91,5%	4	8,5%	47
Engenharia Elétrica	2018	46	93,0%	4	7,0%	50
Matemática	2005	30	75,0%	10	25,0%	40
Matemática	2018	33	89,2%	4	10,8%	37
Física	2005	23	85,2%	4	14,8%	27
Física	2018	33	91,7%	3	8,3%	36
Computação	2005	25	86,2%	4	13,8%	33
Computação	2018	33	82,5%	7	17,5%	40

Fonte: Compilação da autora a partir dos dados dos Relatórios Docente – SRH/UFCG (2005 e 2018)

(*) São professoras do curso, mas são de formação em outra área de conhecimento, e não em engenharia de minas.

Chamamos a atenção para dois indicadores, o de engenharia civil no ano de 2018 com 50%. Desconhecemos os indicadores dos outros cursos de engenharia civil em outras instituições e no país para compararmos. Já os dados da UFCG referentes à engenharia de minas mostram dois percentuais. Se considerarmos em geral os números docentes na unidade acadêmica de engenharia de minas teremos o percentual de 22,22% e 20,0% respectivamente para os anos 2005 e 2018. Mas se considerarmos especificamente a formação dos docentes, o percentual de docentes mulheres em engenharia de minas na UFCG se reduz a 0% (zero por cento), porque as docentes dessa unidade acadêmica não são engenheiras, nem de minas nem de outra engenharia. Elas são Geólogas.

A Tabela 3 aponta ainda para um crescimento da presença de mulheres em engenharia civil, engenharia química e computação, no comparativo dos anos 2005, início da expansão de vagas nas universidades federais no Brasil em decorrência da implantação do REUNI, política pública do governo federal de então para a expansão de cursos, universidades e vagas. Já os cursos de matemática, engenharia elétrica e física apresentaram redução na presença de docentes mulheres.

Ao comparar os números totais de docentes homens e mulheres em atividade na UFCG, nos cursos de ciências exatas e engenharias tradicionalmente tidas como de predominantemente ocupados por homens, veremos que não houve em termos absolutos, grande variação nos percentuais por sexo no ano de 2005 (16,53% de docentes mulheres), início da expansão de cursos e vagas em relação ao ano de 2018 (17,67% de docentes mulheres). E se excluirmos a quantidade de professoras do curso de Engenharia de Minas, os percentuais reduzem ainda mais, somando 15,12% em 2005, e 16,73% respectivamente.

Os totais gerais da Tabela 1 e 2 jogam os percentuais para cima. Por campo de engenharia e das ciências exatas os números decrescem significativamente, de um número geral de 26,6% e 24,4% para 17,67% nas engenharias e 16,73% nas Ciências exatas. Ou seja, os indicadores da UFCG mostram que é muito reduzida a presença de docentes mulheres nessa instituição. Os dados de alunas matriculadas e formadas nesses cursos poderia ajudar a melhor compreender o tamanho da desigualdade no tocante a presença das mulheres nas engenharias, discentes e docentes, na UFCG, e o que os dados podem indicar como tamanho de desigualdade na sociedade local e região.

4. CONCLUSÃO

Na tentativa de responder, para fins deste trabalho, a pergunta provocação “onde estão as mulheres nas ciências e tecnologias?” podemos afirmar, a partir de nosso trabalho *Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres na ciência e tecnologia (1996-2018)*, (MONTENEGRO, 2020) que é pequena a presença de mulheres docentes das engenharias oferecidas na UFCG; que são esparsos e insuficientes os dados estatísticos sobre as mulheres nas engenharias e nas Ciências; que são poucos os trabalhos acadêmicos sobre o tema mulheres nas engenharias e nas Ciências; que o assunto deve ser colocado como prioridade nos debates nas universidades e especialmente nos objetivos de projetos políticos para a direção da universidade, centros, e unidades; e, principalmente para a recuperação das políticas públicas de popularização das ciências e incentivo às meninas e jovens e formulação de novas políticas públicas voltadas para a formação superior em todas as áreas e particularmente nas das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática. STEM é em termos alunas de escolas politécnicas, ou escolas de engenharia, era uma raridade.

Em se continuar apenas no plano da constatação de que existem desigualdades de gênero também e significativamente no campo da produção científica e tecnológica não avançaremos enquanto sociedade para a superação de nossas desigualdades. É preciso sair do nível de preocupação com a reprodução da exclusão de mulheres das oportunidades de terem seus direitos humanos à educação, aos cursos que quiserem fazer; e ao trabalho, a “livre escolha do trabalho e as condições de trabalho equitativas e satisfatórias” (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Nós, membros e membras da comunidade acadêmicas de todo país, temos mais este desafio em tempos tão difíceis de nossa história presente: informar em tom de denúncia que a exclusão das mulheres sobretudo nas engenharias e nas ciências exatas configuram um quadro preocupante “porque são essas as áreas que vêm gerando mais oportunidades de trabalho”, segundo Adriana Carvalho, gerente da ONU Mulheres para os princípios de empoderamento econômico das Mulheres.

É um feito histórico, sim, que nós mulheres, exemplos de dezenas, centenas de mulheres que não aceitaram os papéis e lugares que lhes foram reservados pelo sistema de opressão de gênero, pela cultural de dominação patriarcal, pela dominação e

exploração capitalista; esses lugares e estruturas de opressão em que querem nos manter e contra o qual teimamos em lutar, e por vezes vencer. A formação politécnica, que podemos significar como formações em engenharias, ou também em ciências exatas, foi e tem sido um campo rodeado de muitos obstáculos, mas que a inteligência, competência e determinação de mulheres heroínas tem transposto mostrando que é possível fazer a história, transgredindo, transformando, conquistando o empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero, feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2016.

CORTÊS, Livia Gomes. Mulheres na engenharia: a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia de 1897 a 1970. In: Anais do X Encontro Estadual em História da ANPUH/Bahia. Out. 2020. 12p.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf

ESCOLA POLITÉCNICA USP. Notícias. Fatos históricos da participação feminina na Escola Politécnica da USP. Disponível em: <https://www.poli.usp.br/noticias/3220-fatos-historicos-da-participacao-feminina-na-escola-politecnica-da-usp.html>

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009

GUEDES, Raquel da Silva. Raquel da Silva Guedes. "Você vai fazer Engenharia, menina?": as mulheres na ciência e tecnologia. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFMG. Campina Grande, 2016.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres na ciência e tecnologia na UFGO (1996-2018). Trabalho de conclusão do Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado) – PPGEO/UFPE. Recife, 2020.

ONU MULHERES BRASIL. Desigualdades de gênero empurram mulheres e meninas para longe da ciência, avaliam especialistas, executivas e empresárias. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/desigualdades-de-genero-empurram->

mulheres-e-meninas-para-longe-da-ciencia-avaliam-especialistas-executivas-e-empresarias/

RIBEIRO, Rafael Porto. Intelectuais em ação: mobilização das elites intelectuais no plano político de Campina Grande – PB (1950-1959). Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFCG. Campina Grande, 2019.

TORRES, José Valmi Oliveira. Uma identidade em tablóides discursivos: Campina Grande moderna? Dissertação (Mestrado em Mestrado em História). PPGH/UFCG. Campina Grande, 2010.

CAPÍTULO II

RELATOS DE UM PESQUISADOR A PROCURA DE BALEIAS

Fábio Ronaldo da Silva ¹

1. INTRODUÇÃO

Saudações a todas as pessoas que nos assistem e que nos escutam! Bom dia para as professoras Ana Cristina Fernandes, Rosilene Montenegro e Raquel Guedes. A professora Rosilene foi minha orientadora na graduação, no mestrado e agora no pós-doutorado, então ela acompanha a minha jornada acadêmica há bastante tempo, além do trabalho de pesquisa que passamos a desenvolver desde 2004, com a criação do Projeto Memória, do qual faço parte desde a graduação como pesquisador e foi onde conheci Raquel Guedes, parceira nas pesquisas, nas reflexões sobre o contemporâneo e a que coloca um freio em nossas divagações durante as reuniões.

É bastante representativa a realização deste evento justamente no período em que o Governo Federal descredibiliza a ciência, os cientistas e o incentivo a pesquisa vem sendo solapado de uma forma nunca antes vista. Então o SINAPROM se torna um evento singular não apenas pela participação de representantes de instituições de suma importância para a ciência no Brasil, mas também por nos chamar a reflexão sobre como esse lugar onde se produz ciências nem sempre é inclusivo e muitas vezes tenta silenciar a diversidade. Como produzir ciência no Brasil com tantas limitações, dificuldades e preconceitos?

Fazer pesquisa é algo parecido como desbravar o mar em busca de baleias para serem estudadas. Não é fácil, precisa de investimento em todos os processos. Lembro que, logo no início, o Projeto Memória tinha poucas bolsas para os estudantes e, durante um bom tempo, essas bolsas eram divididas para que todos pudessem fazer a navegação em busca do material que nos ajudaria a escrever a história da ciência e tecnologia da cidade.

¹ Pós-doutorando em História pelo PPGH/UFCEG, doutor em História pelo PPGH/UFPE, colíder do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande-PB.

Mesmo acompanhando algumas importantes entrevistas com algumas pessoas que ajudaram no “Projeto Politécnica” dentre outras atividades, o mar que explorei juntamente com o professor Valmi Torres, outro pesquisador do Projeto Memória, foi o dos arquivos do jornal *Diário da Borborema*, periódico criado por Assis Chateaubriand em 1957, mesma década que a Escola Politécnica da Paraíba nasceu. Foram muitos meses de navegação buscando mapear e catalogar todas as matérias sobre ciência e tecnologia na cidade de Campina Grande das últimas cinco décadas do século XX. Obviamente que, como todas as viagens, passamos por muitos “lugares” que nos chamaram atenção e nos seduziram, como por exemplo, notícias sobre o golpe militar de 1964 noticiado pelo *Diário da Borborema* como uma revolução ou ainda, aquelas matérias que relatavam o caso dos “Borboletas Azuis¹” que previam o fim do mundo em 1980, mas, naquele momento, o nosso objetivo de pesquisa era outro e continuamos a nossa navegação, buscando, a nossa “baleia” em centenas de empoeirados cadernos em formato tabloide com folhas amareladas e desgastadas pelo tempo e pelo mau manuseio de outros pesquisadores.

Foi bastante importante entendermos a paisagem do mar que estávamos adentrando para termos ideia de como seria aquela navegação. Por exemplo, nos primeiros cadernos do *Diário* víamos uma grande quantidade de matérias produzidas por Agências de Notícias e poucas sobre Campina Grande, elas existiam, mas era necessário fazer uma varredura com muita atenção para encontrá-las. Outro ponto que é válido destacar é que, diferente dos jornais e revistas que temos hoje, durante muitas décadas as publicações impressas traziam mais textos do que imagens. Como os textos das notícias eram, geralmente, longos, eles começavam em uma página (por exemplo, na página 2) e para saber o final daquele assunto relatado, tínhamos que passar por várias páginas do jornal procurando o restante daquela notícia, ou seja, não era uma

¹ Movimento messiânico criado por Roldão Mangueira de Figueiredo que, no ano de 1961, criou o centro espírita Casa da Caridade Jesus no Horto na cidade de Campina Grande. Os Borboletas Azuis acreditavam a humanidade passaria para um reino tendo como alicerce a paz e a harmonia, mas, para isso acontecer, o mundo passaria por um grande processo de “limpeza” que aconteceria no dia 13 de maio de 1980, estariam salvos apenas os cristãos que andavam de pés de calços, vestiam azul e branco e não praticavam “atos mundanos”. Mais sobre o assunto ver: ARAÚJO, Lidiane Cordeiro Rafael de; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. “Borboletas Azuis” de Campina Grande: crenças e lutas de um movimento milenarista. In: Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 46–61, jun. 2009.

navegação de fluxo contínuo, ela era fragmentada (pois geralmente a notícia era interrompida de forma abrupta com o aviso “continua na pág. x”).

2. A MÍDIA IMPRESSA COMO FONTE HISTÓRICA

Antes de falarmos sobre o material coletado, vou fazer uma rápida observação sobre a mídia como fonte histórica. Como sabemos, todo documento, independente do período em que foi produzido, responderá a questionamentos feitos no tempo presente, e sugere algumas questões importantes ao se trabalhar com fontes históricas. Dentre as indicações, destaca-se a descrição e o contexto da produção da fonte, assim como o contexto a que esta fonte remete. Estamos cientes, todavia, que a mídia, independentemente de ser eletrônica, radiofônica ou impressa, não deve ser vista como um “espelho da realidade” que apresenta um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano. Pelo contrário, ela vai contribuir na construção social da realidade onde as matérias e imagens trazidas carregam interesses da linha editorial da empresa, dos jornalistas e colaboradores, constituindo-se uma fonte de pesquisa para o historiador se interrogar sobre o político, social, econômico e cultural de um determinado período e perceber os agentes sociais participantes desses processos. E foi dessa forma que percebemos e analisamos o material catalogado e utilizado para a história que resolvemos contar e problematizar.

É importante mencionar ainda que, *a priori*, tem-se como fonte de pesquisa e análise um acervo de notícias e artigos publicados na mídia impressa que, há bem pouco tempo, era pouco valorizada pelos historiadores. De acordo com Tânia de Luca (2005), o uso de periódicos, seja como fonte ou como objeto de estudos históricos, em princípio, não foi ou não recebeu grande atenção dos historiadores no começo do século XX, especificamente até a década de 1930.

Com os trabalhos iniciais de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da Escola dos *Annales* a concepção de fontes e objetos históricos passou a ser mais diversificada; os estudos históricos receberam novos ares, aumentando a amplitude das pesquisas que passaram a tratar de novas abordagens, problemas e objetos. Com essa nova visão, passariam a olhar as questões culturais, cotidianas, mentais, étnicas, de gênero,

minorias, etc., e não apenas construir a história pelo caráter político, econômico e social, como era feita até então.

A mídia impressa passa a ser percebida como fonte e objeto de estudo, possibilitando variados objetos, problemas e abordagens. E, através desses, vários caminhos que possibilitam a construção essencial desse tipo de História puderam ser percebidos.

Todavia, Luca (2005) alerta que, ao utilizarmos jornais ou revistas como objeto de investigação histórica, é necessário perceber que a imprensa é fonte de veiculação de interesses e de intervenção na vida social, uma vez que esses veículos de comunicação falam por um grupo e para um outro grupo, logo, possuem uma posição ideológica dentro da realidade política e social na qual estão inseridos. Assim, se faz necessário verificar não apenas o que esses documentos dizem, mas também, como dizem, sendo importante e necessário serem feitas críticas internas e externas desses documentos, isto é, cabe ao pesquisador analisar para quem se escreve, por que se escreve, localizar o público-alvo daquele periódico ou revista, constatar a organização estética do periódico, os editores e proprietários e como se relacionam com o poder e suas instituições. Na crítica externa, é importante analisar como está o contexto histórico em que o documento está inserido, analisando o político, o econômico, o social e cultural relacionando o documento com o momento em que se escreve para com isso, entender as motivações daqueles que os produzem e por que produzem. O conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história, sendo isso, possivelmente, o passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.

Dentro dessa interpretação, no processo de análise do material coletado, artigos e notícias, percebemos que o *Diário da Borborema* contribuiu na construção do imaginário de uma Campina Grande como polo tecnológico e científico desenvolvido graças à implantação da Escola Politécnica na cidade.

3. AVISTAMENTOS E ANÁLISE DE BALEIAS

Como a chamada “fase áurea” da cidade já não reluzia mais com o fim da exportação de algodão, era necessário pensar outros lugares, outras identidades para a “Rainha da Borborema”, visto que a cidade havia atraído famílias, empreendimentos e

empresas que deram um maior dinamismo a economia local, mas os que faziam a cidade não queriam que ela fosse conhecida apenas pelo comércio. Mesmo sendo a mais populosa do estado e com a maior arrecadação de impostos, ainda era pequeno demais para o imaginário da cidade, era necessário ser grande não apenas no nome. Assim, comungando com as ideias desenvolvimentistas que estavam em evidência no Brasil dos anos 50, é pensando um projeto de desenvolvimento para Campina Grande, tendo como ponto de partida estudos da tecnologia, é assim que “nasce a ideia de criação da Escola de Engenharia de Campina Grande, que foi denominada, posteriormente, de Escola Politécnica da Paraíba” (MORAIS apud MONTENEGRO et al. 2018, p.14).

Com o curso de Engenharia Civil a proposta era resolver problemas relacionados a construção de estradas de ferro e de rodagens, açudagem e captação de energia ajudando, assim, no desenvolvimento do Nordeste.

Devido à grande dimensão do que foi coletado, optamos por analisar artigos assinados por dois colaboradores do *Diário*, Stênio Lopes (diretor do SENAI) e Lopes de Andrade (professor e Chefe da Casa Civil do governador José Américo de Almeida), pois nesse gênero textual é possível encontrar a opinião desses colaboradores sobre diversos assuntos. É o gênero que faz existir uma cumplicidade entre autor e leitor.

A mídia é responsável pela circulação de distintos conteúdos simbólicos e Lopes de Andrade e Stênio Lopes quando falavam sobre a Escola Politécnica, sempre buscavam demonstrar a importância daquela instituição que estava formando engenheiros que contribuiriam para o progresso não apenas de Campina, mas de todo e qualquer lugar que fossem.

Torna-se válido pontuar que na década de 50 já existiam na cidade escolas que ofereciam cursos técnicos e profissionalizantes, sendo possível a uma camada da população campinense o acesso ao ensino profissionalizante. A diferença era que, com um curso superior em Engenharia Civil ofertada na Escola Politécnica, os filhos da elite campinense poderiam participar e contribuir para o desenvolvimento da cidade. (RIBEIRO, 2018).

Nos textos de Lopes de Andrade e Stênio Lopes Campina estava se desenvolvendo graças a existência da Poli, a instituição estava ajudando não apenas no crescimento da cidade, mas na solução dos problemas que envolviam não só a Paraíba, mas o Nordeste, pois era a Escola Politécnica a única instituição na cidade que se

preocupava com o processo ensino-aprendizagem, objetivando a qualidade do profissional e do cidadão que se pretendia formar.

Para Lopes e Andrade, a Politécnic só foi instalada em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, graças ao espírito de luta e força de alguns intelectuais que viviam na cidade. Enquanto que João Pessoa, a capital do estado, por não possuir tais características e desenvoltura para o progresso, não conseguiu ter uma Escola Politécnic.

Depois de algumas mudanças, a sede definitiva da instituição passa a ser o bairro de Bodocongó que acomodaria ainda a Faculdade de Ciências Econômicas¹ (FACE) e a Escola Técnica Redentorista² além de outras instituições. Em 07/09/1962 vamos encontrar na terceira página do *Diário da Borborema* a matéria “Escola Politécnic: dia 12 sua transferência para nova sede” e será nesta notícia que pela primeira vez veremos o enunciado que ali, no bairro de Bodocongó, estava nascendo uma pequena cidade universitária e será esse o bairro que abrigará, anos depois, várias instituições que produzem ciência e tecnologia, sendo bairro o *locus* do polo tecnológico da cidade.

A construção dessa ideia foi sendo assimilada pelos campinenses tanto pela respeitabilidade dos autores que escreviam para o jornal quanto pela credibilidade que o *Diário da Borborema* possuía, visto que era o principal periódico a difundir uma Campina desenvolvida, moderna e de ares progressista.

Um outro ponto bastante presente nas notícias e artigos sobre ciência e tecnologia coletados no *Diário da Borborema* era a ideia de que Campina era uma cidade vocacionada e sempre estava um passo à frente das demais cidades do interior nordestino, principalmente por ser a única cidade interiorana que conseguiu ter uma Escola Politécnic, o que contribuiu na construção da imagem de uma cidade moderna e que estava de mãos dadas com o progresso.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) entre 1975 e 1985 houve um aumento do número de estabelecimentos industriais, passando de 252 para 420, conseqüentemente, aumentando o número de pessoas ocupadas.

¹ Criada pela Lei Municipal n° 512, de 1° de julho de 1955, pelo prefeito Plínio Lemos.

² Escola Técnica Redentorista (ETER) foi fundada em 1975 pelo padre Edelsino de Araújo Pitiá, tendo como proposta contribuir no ensino técnico e qualificação profissional de jovens das classes baixa e média-baixa.

Provavelmente isso ocorre com os investimentos da SUDENE que, com o Programa para as Cidades de Porte Médio, tornou possível a instalação do parque industrial da cidade com quatro distritos industriais. Isso corrobora para que, no começo da década de 1980 Campina Grande fosse incluída no circuito dos Polos Tecnológicos fazendo surgir o Polo Tecnológico de Campina Grande no intuito de

promover o desenvolvimento tecnológico no Estado da Paraíba através do incentivo e suporte à criação de empresas de base tecnológica, (...) contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e preservação ambiental. (SOUZA apud CARDOSO, 2002, p.48).

Assim, a mídia de forma geral produziria material para fazer visível este polo científico-tecnológico campinense, pois, como modelo de interação sistematizada, teria o objetivo de expandir o desenvolvimento tecnológico entre os diferentes setores da sociedade, e assim criar para a cidade e o Brasil um “espírito de modernidade”, (CARDOSO, 2002).

Para Agra do Ó (1995, p. 29), “a estratégia maior era fazer com que este desejo de identificação com a modernidade passasse por ser desejo de toda a cidade, como se fosse possível canalizar numa única conformação da paisagem a energia dos desejos”.

Esses e outros discursos do *Diário da Borborema* e de outras mídias, no geral, contribuíram para construir no imaginário a imagem de uma Campina Grande moderna e pronta para levar o progresso para outras regiões. E isso serviria, décadas depois, para a invenção de uma cidade tecnologicamente desenvolvida, algo que pode ser visto mais nos discursos do que na realidade. Discursos que não foram produzidos aleatoriamente, mas que estavam de braços dados com os interesses políticos de legitimar e fortalecer a imagem de uma urbe que passou a ser tida como o polo tecnológico do estado da Paraíba.

Isso foi um pouco do que foi possível vislumbrar ao analisar partes da nossa grande “baleia”. Ao logo dos anos, outras pesquisas e análises passaram a ser elaboradas pelos pesquisadores do Projeto Memória. O que é válido pontuar é que essa e outras incursões só foram e são possíveis quando se tem investimento para navegarmos em arquivos, em relatos obtidos com entrevistas, em fontes bibliográficas, etc., do contrário, não há avanço, desenvolvimento científico. Um país que prefere dar dinheiro a bancos e não investe em educação, ciência e tecnologia cada vez mais se torna

dependente dos países mais ricos. Assim, sem investimento não há pesquisa, sem pesquisa não existe inovação e sem inovação, o desenvolvimento deixa de existir.

REFERÊNCIAS

AGRA do Ó, Alarcon. **O leito de Procusto**. Nacional desenvolvimentismo e educação. (Campina Grande, 1959). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 1995.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/180/189> . Acesso em 22 de abril de 2021.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MORAIS, Antônio da Silva. Entrevista concedida em 25/06/2004. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias, et al. **Escola Politécnica: Memórias do ensino superior em Campina Grande**. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2018.

RIBEIRO, Rafael Porto. Quem (e o que) é a elite de Campina Grande. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias, et al. **Escola Politécnica: Memórias do ensino superior em Campina Grande**. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2018.

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO E AO NEGACIONISMO

Leonardo Pereira Tavares¹

Diogo Lopes de Oliveira²

Graciele Almeida de Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

Entender a importância da ciência e da tecnologia nas diferentes realidades sociais e a partir desse conhecimento tomar decisões embasadas e de forma crítica é vital para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida. O evento intitulado “Simpósio Nacional do Projeto Memória - Histórias das Ciências e Tecnologias: Onde estão as mulheres?” proposto e coordenado pela professora Rosilene Dias Montenegro, do Departamento de História da Universidade Federal de Campina Grande, com a participação dos demais pesquisadores do Projeto Memória da mesma instituição, nos possibilitou escutar, entender e refletir sobre a importância, desafios e necessidades das ciências. O recorrente uso das redes sociais por pesquisadores clamando pela valorização da ciência e cientistas, assim como as constantes denúncias de cortes de verbas destinadas à pesquisa são um grito, por muitos ouvidos, por poucos escutado. É nesse contexto que o minicurso de divulgação científica desenvolveu um diálogo entre os participantes.

Refletir sobre pesquisa - muitas vezes - pode ser representar a entrada em uma luta que busca conscientizar pessoas e concretizar desafios. É entender que podemos trabalhar juntos e desbravar um vasto mundo que deseja mudança e respeito. A práxis da ciência proporciona o ingresso em um universo de dúvidas e a busca pelas respostas

¹ Graduando no curso de Comunicação Social com linha de formação em Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

² Professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba

³ Doutora em Ciências da Natureza: Bioquímica. Especialista em jornalismo científico pelo Labjor/Unicamp. Pesquisadora no Núcleo de Cultura, Educação e Divulgação em Ciências UNICAMP. Bacharel em Química.

das mesmas. Não como um processo perfeito, mas assim como mais uma das atividades humanas, e, portanto, passível de falhas. No entanto, a prática científica permanece como a melhor maneira que a humanidade encontrou para pensar, compreender e propor formas de atuação sobre si mesma e o seu entorno.

O minicurso “A importância da Divulgação Científica e o Combate às Fake News e ao Negacionismo” representou um processo de indagação, crítica e despertar para conscientização de que “precisamos urgentemente prestigiar a ciência, mesmo que hoje ela seja amplamente contraposta pela opinião rasteira, baixa, rasa da pseudociência” (OLIVEIRA, 2020). O curso dividiu-se em quatro momentos em que as propostas de diálogo foram centradas em quatro assuntos em torno do tema central “Pensar a primeiro Divulgação científica”, o segundo Mulheres na ciência e na comunicação sobre ciência, o terceiro *fake news* e desinformação e o quarto instituições científicas e manifestos. Importante chamar atenção que, apesar dos assuntos terem sido abordados com maior ênfase em momentos distintos, todos esses assuntos perpassam, se complementam e interagem entre si.

O primeiro momento trouxe à discussão sobre a importância da divulgação científica frente aos problemas sociais, como os enfrentados na saúde pública, como nas pandemias. O acesso a uma comunicação acessível e ampla mostrou-se fundamental na história das pandemias, como a da gripe espanhola, no início do século XX. Naquela época, o conceito de vírus, na biologia, como agente etiológico de uma doença era ainda uma novidade. Hoje, um pouco mais de 100 anos depois, a ressignificação desse conceito chega também às ciências sociais aplicadas, em que diante da infomedia, - termo relacionado a avalanche de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas - propicia um ambiente favorável à propagação do vírus da desinformação, que é capaz de ceifar milhares de vidas.

A falta de acesso a comunicação correta impacta na falta de visão crítica frente aos problemas relacionados à pandemia, sejam eles de ordem social, ecológica, econômica, entre outros. Restringir o acesso a informação correta, leva a danos nas tomadas de decisões, sejam elas individuais, comunitárias e políticas, levando à ausência de políticas públicas eficazes no combate à COVID-19. Um reflexo disso, é a negação em tomar as medidas sanitárias para conter o SARS-CoV-2 o agente etiológico, ou seja, o

vírus que causa a COVID-19 - como o uso de máscaras, o distanciamento físico, e a higienização das mãos.

Dessa forma, colocando em risco não apenas a própria vida, mas a do próximo. Nesse sentido, é essencial que a população seja informada de forma ampla e correta para que a cidadania seja construída de maneira eficaz propiciando as tomadas de decisões de forma consciente. A partir do exercício da cidadania é que cria-se um ecossistema comunicativo em que os diferentes atores sociais, como políticos, Estado, profissionais do sistema de saúde, comunidades, famílias e indivíduos são capazes de interagir e reagir diante da pandemia. É nesse emaranhado de acontecimentos e sentidos que a divulgação científica torna-se um exercício pleno da cidadania, na defesa da democracia e no fomento ao bem estar social.

No segundo momento foi proposta uma reflexão sobre o tema do I Simpósio Nacional do Projeto Memória (Sinaprom): Onde estão as mulheres? Para responder a essa pergunta em relação à ciência e à divulgação científica durante o minicurso foi proposta uma conversa que buscou estimular os participantes a refletir onde estão as mulheres na ciência e na comunicação da ciência? A partir do diálogo dos participantes, outras questões relacionadas à equidade de gêneros para além do binário, assim como questões relacionadas às questões étnicas e raciais foram trazidas para o espaço de diálogo no minicurso.

O diálogo deixou evidente que todos os lugares, em todos os campos da ciência devem ser abertos a todas as pessoas, e para tanto deve-se criar uma cultura propícia para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa em todos os seus setores, dos quais a ciência e a tecnologia fazem parte. Também foram discutidas as implicações das construções sociais sobre a ciência, cidadania e democracia. O terceiro âmbito do minicurso foi dedicado ao combate a desinformação, assim como a discussão dos conceitos de *fake news*, desinformação e informação incorreta.

Uma dinâmica em especial mexeu com o grupo. A proposta foi entender o processo de produção de desinformação propondo aos participantes que se no lugar de alguém capaz de elaborar uma mentira para tirar proveito político, financeiro ou de poder - entre outros. Ainda que fictícia e restrita ao âmbito do minicurso, a atividade gerou desconforto, porque os participantes colocaram que para aqueles que têm valores como bondade ou empatia não há mentira que justifique um fim. E isso foi

tentado. Os alunos tentaram enveredar por esse caminho, mas perceberam que, por exemplo, anunciar o corte da aposentadoria de um idoso para obrigá-lo a vacinar-se não é um caminho minimamente plausível. Chegou-se à conclusão de que não é possível haver uma "fake news do bem" pelo simples fato de que se algo é fake é antiético.

A última parte - sobre instituições científicas e manifestos - mostrou um panorama de como as organizações que defendem a ciência no Brasil posicionam-se sobre os rumos da ciência: do orçamento para a ciência e a tecnologia ao compromisso de informar sobre a construção do conhecimento científico. As entidades organizadas se posicionaram recentemente sobre a importância da vacinação, sobre a garantia de aplicação dos recursos destinados à ciência e à tecnologia, ao pleno funcionamento das universidades públicas brasileiras, à liberdade de pesquisa, etc. Mais uma vez, todos esses aspectos relacionam diretamente a ciência e a tecnologia aos pilares de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Seguindo essa perspectiva, nota-se que a divulgação científica está em todo lugar como noticiários, documentários, filmes, séries, videogames entre outros e estudar sobre isso pode fazer total diferença no entendimento individual. No nosso dia a dia exemplos práticos da ciência se reconfiguram como, usar um computador, consertar o carro, cozinhar, entre outros. Segundo Dickson (2021), jornalistas e outros divulgadores da ciência, trabalham com a difícil tarefa de munir a população com fatos que os ajudem a construir um senso crítico sobre o assunto, ou mais que isso, ajudar o indivíduo a aprender a tomar decisões baseadas em evidências.

Percebemos que políticas públicas de incentivo a ciência ajudam na satisfação, reconhecimento e até mesmo em descoberta de jovens com vocação para a ciência, a exemplo disto podemos citar o livro e série Cosmos, escrito e apresentado, respectivamente, por Carl Sagan os quais retratam questões relacionadas às ciências, como, por exemplo, evolução cósmica e a origem da vida. Essas obras serviram como inspiração para jovens do ano de 1980 (LIRA, 2018).

Nota-se que existem algumas razões para aprender ciência e fazer ciência. Primeiro seriam as razões cívicas a partir de questões sociais que podem ter como

origem a regulação de biotecnologia, as mudanças climáticas, a sustentabilidade, dentre outras. Entender a importância desses processos de construção de conhecimento faz com que a sociedade crie a capacidade de cobrar ações e manifestar inquietações que as preocupam.

Uma outra motivação está relacionada à própria visão sobre ciência, a construção sociocultural sobre ciência como uma das melhores formas, se não a melhor, que a humanidade encontrou para entender a si e ao seu entorno e que:

[...] representa a realidade criada pelo homem; é um dos aspectos que distingue o homem das outras criaturas. É um patrimônio informacional constituído por saberes, valores, crenças, expectativas, ações e normas convencionais de um grupo (SANTOS, 2009, p.530).

A partir dessas motivações e ou aceções sobre ciência permanecem ainda outras indagações, como “como podemos nos considerar completos sem entender do que a mente humana é capaz?”.

A partir dessas considerações e das implicações atuais sobre a vida - e morte das pessoas -, diante da pandemia, é preciso confrontar o negacionismo que tem comprometido vidas. É necessário apresentar, explicar e fazer-se entender que argumentos científicos não devem equivaler a crenças sem evidências científicas e para isso a comunicação sobre ciência, seja ela o jornalismo científico é essencial. Precisamos dialogar com a sociedade de forma a promover um ambiente capaz de promover o pensar o mundo por meio do embasamento científico.

3. MULHERES BRASILEIRAS NA CIÊNCIA

Limitar a oportunidade de mulheres na ciência tem despertado uma contínua investigação no meio científico (LETA, 2014). Propor trabalhos e projetos que visam dar visibilidade às mulheres tem sido de grande importância no meio científico. Para tratar sobre estas e outras questões, os participantes apresentaram no minicurso algumas iniciativas que propõem entender a importância da mulher na ciência.

A primeira é o projeto Mulheres na Ciência¹, que tem dispõe de uma plataforma com uma infinidade de ferramentas, que visa incentivar e divulgar a ciência feita por

¹ Disponível em: <https://mulheresnaciencia.com.br/>. Acesso em: 22 de março de 2021.

mulheres, tendo o intuito não apenas de divulgar a ciência, mas de publicar oportunidades de trabalhos científicos nas mais diversas áreas de pesquisa.

Um outro projeto o Ciência&Mulher¹ que traz em destaque a matérias que retratam a história de mulheres na ciência contemporânea e conta também com premiações de incentivo, como o prêmio Carolina Bori “Ciência e Mulher” desenvolvido junto com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que premia jovens e futuras cientistas do nosso país (MENINAS... 2020).

Também foi assistido um seminário desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz intitulado de 3º seminário de metodologias de pesquisa em museus ², com o tema “Museus, mulheres e ciências: um debate plural” que ocorreu entre os dias 10 e 11 de maio, que relatou trabalhos e vivências de pesquisadoras “mulheres (tanto cis quanto trans) em museus e a desigualdade de gênero e étnico-racial nas ciências”. Por fim, os participantes apresentaram a plataforma Agência Bori³, que tem a missão de divulgar ciência através do jornalismo e detém contato com cientistas de todo país. A Agência Bori é coordenada por duas mulheres, a jornalista Sabine Righetti e pela pesquisadora e jornalista de ciência Ana Paula Morales.

4. FAKE NEWS

Entender o fenômeno da desinformação foi o nosso último passo para o minicurso. As *fake news* palavra de tradução livre (notícia falsas), têm ganhado destaque nos últimos anos, principalmente com as eleições à presidência dos Estados Unidos em 2016 (SOUSA et al., 2018). É sabido que as *fake news* geralmente são originadas de fatos polêmicos, que envolvem pessoas públicas ou não, tendo intuito de beneficiar ou difamar uma marca ou indivíduo (TAVARES; MAGALHÃES; BRITO, 2020).

Nessa perspectiva, estudos epistemológicos ao longo dos anos foram desenvolvidos para entender mais sobre essa rede de desinformações. Segundo

¹ Disponível em: <http://www.cienciaemulher.org.br/>. Acesso em: 22 de março de 2021

² Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1946-fiocruz-promove-webinario-museus-mulheres-e-ciencias-um-debate-plural.html?fbclid=IwAR0GfYT5q8GUCxy2EoGfFuo4eok5PeHK2qxseV7SzF6g1VzQ2QYQEozD5e-w#.YKm6pqhKjIW/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

³ Disponível em: <https://abori.com.br/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

Genesini (2018), no ano de 2016 o termo pós-verdade foi eleito como palavra do ano, tendo um dos principais produtos as *fake news*, que embora não seja um fenômeno recente, ganhou forças graças a velocidade das informações na internet (IRETON; POSETTI, 2018).

A pós-verdade segundo Tavares e Almeida (2021):

entende-se que o indivíduo que recebe uma informação, seja ela verdadeira ou falsa, vai partir dos seus interesses pessoais, tanto para absorver a informação, quanto para compartilhá-la. Nota-se que a pós-verdade parte de uma realidade criada por cada indivíduo, que não necessariamente se origina de um fato, com o objetivo de que outros nela acreditem e a compartilhem.

Sendo assim, percebemos que a informação contrastada, veraz e confiável é uma arma poderosa na vida do indivíduo. Uma pessoa bem informada é mais independente, crítica e cidadã, pois as *fake news* por sua vez, são capazes de confundir a população.

Foi debatido com os alunos a classificação das *fake news* da autora Claire Wardle (Quadro 1):

Quadro 1 - Sete tipos de Desinformação

- 1) Sátira ou Paródia – Sem intenção de causar dano, mas com potencial de enganar. Ex: Sensacionalista
- 2) Conteúdo Enganoso – Uso enganoso de informação para moldar uma questão ou indivíduo
- 3) Conteúdo Impostor – Quando fontes genuínas são imitadas
- 4) Conteúdo Fabricado – Um novo conteúdo é 100% falso, desenhado para ludibriar e causar dano
- 5) Conexão Falsa – Quando manchetes, imagens ou legendas não condizem com o conteúdo
- 6) Contexto Falso – Quando um conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa
- 7) Conteúdo Manipulado – Quando informação genuína ou imaginária é manipulada para enganar

Fonte: Claire Wardle

Outro assunto discutido foi o fenômeno da infodemia. Em março de 2020, o Secretário Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, afirmou em seu twitter que “Nosso inimigo comum é a #COVID-19, mas nosso inimigo também é a infodemia de

desinformação. Para superar o #coronavírus é preciso promover urgentemente fatos e ciência, esperança e solidariedade em vez de desespero e divisão”.

Quatro dias depois de que a ONU declarasse estado de pandemia, Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), analisou os perigos da desinformação. “Este é um momento para fatos, não para o medo. Este é um momento de racionalidade, não de rumores. Este é um momento de solidariedade, não de estigma” (WHO, 2020).

A pandemia de COVID-19 tem mostrado que há um “vírus” que se “multiplica” e “contamina” em velocidade ainda maior que qualquer outro jamais visto: o das *fake news* ou notícias falsas. Elas estão presentes na atualidade e impactam política, economia e saúde pública.

Uma das formas encontradas pela Organização Mundial da Saúde no combate à desinformação foi a criação da WHO Information Network for Epidemics (EPI-WIN). Por meio dela, há a constante checagem das redes sociais e diante das *fake news*, uma equipe de comunicação de risco procura ajudar por meio de respostas adequadas baseadas em evidência (ZARACOSTAS, 2020).

Por fim, para trabalhar na prática das questões relacionadas às *fake news*, foi proposta uma atividade para que os participantes se colocassem no lugar de alguém que pensasse no conteúdo e na disseminação de conteúdo falso (Quadro 2).

Quadro 2 - Atividade sobre Fake News

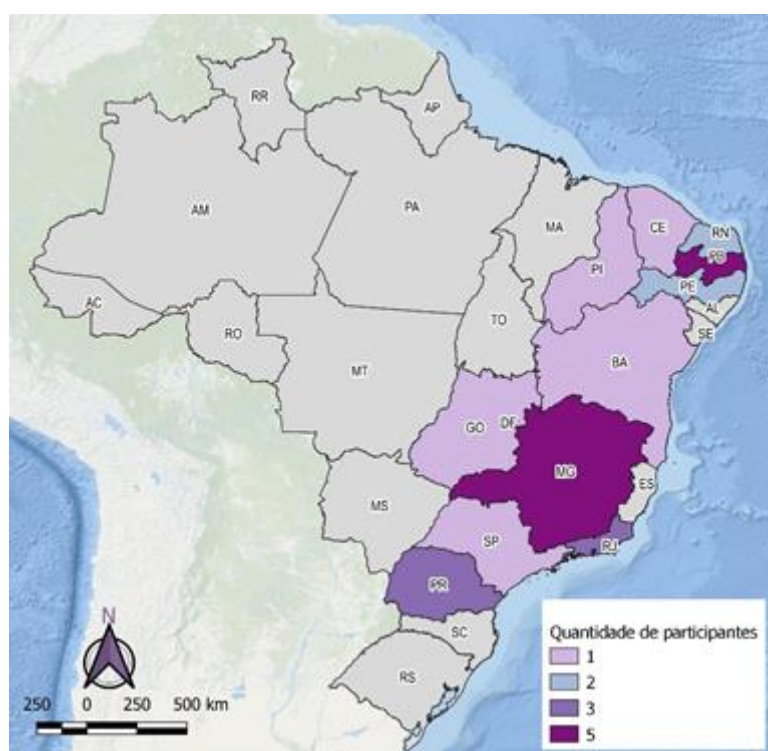
- Imaginem que vocês são um prefeito, um governador, um empresário, um cientista ou qualquer outra profissão ou cargo na nossa sociedade
- Pensem em uma situação na qual vocês tirariam proveito de uma *fake news*
- Elaborem todos os elementos: mensagem, meio de disseminação, objetivo da *fake news*
- Vocês têm 10 minutos para criar esse contexto e um minuto para apresentá-lo ao grupo
- Juntos vamos escolher a história mais criativa

Fonte: Autoria própria

5. PARTICIPAÇÃO E FEEDBACK NO MINICURSO

Obtivemos uma participação bastante significativa, preenchendo 27 de 30 vagas ofertadas - 90% das vagas - com a presença de 12 estados brasileiros Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo como mostra a Figura 1.

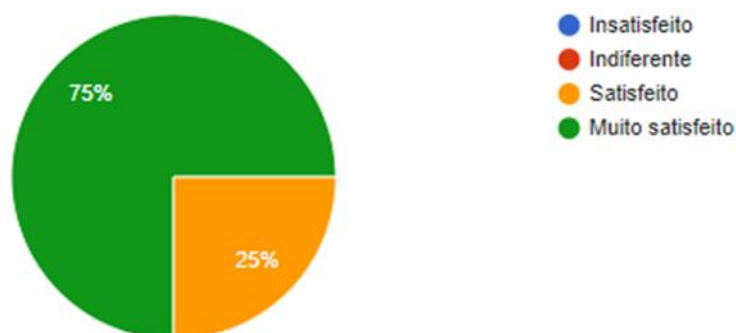
Figura 1 - Inscritos por Estados



Fonte: Autoria própria.

Como forma de medir o grau de satisfação dos estudantes, ao final das aulas pedimos para os inscritos responderem a um pequeno questionário com perguntas abertas e fechadas em relação ao minicurso ofertado como ilustrado na Figura 2. Somente quatro dos 27 participantes responderam.

Figura 2 - Inscritos por estados



Fonte: Autoria própria.

Ainda com uma amostra reduzida do universo, pudemos observar que três dos quatro participantes se mostraram “muito satisfeitos com o curso. Um dos participantes afirmou estar “satisfeito”. Isso significa que houve uma aceitação de 100%, visto que nenhum dos inscritos se disse “indiferente” ou “Insatisfeito”. Seguindo essa perspectiva de satisfação, gostaríamos de obter também sugestões para os nossos próximos minicursos, e obtivemos quatro respostas abertas:

INSCRITO 1: “Gostei muito da sensibilidade do professor em desenvolver os momentos do minicurso e por incentivar as/os participantes a colocarem suas ideias. Em próximos trabalhos, seria interessante focar mais no estudo e combate das *fake news*, pois, no minicurso, isso acabou ficando somente para a última aula; poderia se destinar mais tempo para este tema em específico”.

INSCRITO 2: “Muito bom. Memórias de pessoas silenciadas historicamente”.

INSCRITO 3: “Excelente curso, muito pertinente para os dias de hoje”.

INSCRITO 4: “A metodologia utilizada pelo professor foi excelente, convidando uma mulher do campo das ciências para debater as questões a respeito da divulgação científica. Além dele próprio ser muito cuidadoso com o tema e apresentá-lo satisfatoriamente”.

REFERÊNCIAS

DICKSON, David. Em defesa de um ‘modelo de déficit’ na divulgação científica. In: MASSARANI, Luisa et al (org.). **Pesquisa em divulgação científica: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Cap. 3. p. 1-188.

IRETON, Cheryl; POSETTI, Julie. **Journalism, Fake news & Desinformation**. 2018. UNESCO. Disponível em: <https://en.unesco.org/fightfakenews>. Acesso em: 25 maio 2021.

LIRA, Clivia. **[Resenha] Cosmos – Carl Sagan**. 2018. Disponível em: <https://www.minhavidaliteraria.com.br/2018/01/09/resenha-cosmos-carl-sagan/#:~:text=Escrito%20por%20um%20dos%20maiores,ajudaram%20a%20moldar%20a%20ci%C3%A7%C3%A2ncia>. Acesso em: 21 maio 2021.

OLIVEIRA, Diogo Lopes de. **Ciência x Obscurantismo: preconceito e indiferença comprometem vidas**. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/redecomciencia/ciencia-x-obscurantismo-preconceito-e-indiferenca-comprometem-vidas/>. Acesso em: 21 maio 2021.

SANTOS, Maria Eduarda Vaz Moniz dos. Ciência como cultura: paradigmas e implicações epistemológicas na educação científica escolar. **Química nova**, v. 32, n. 2, p. 530-537, 2009.

SOUSA, D. A. F; AMORIM, A. I. R; FERNANDES, B. S; de VASCONCELOS, W. G. I; & ANTONIUTTI, C. L. **Fake news**: um estudo inicial acerca da propagação, disseminação e impacto nas redes sociais digitais. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...Juazeiro**: Intercom, 2018.

TAVARES, L. P.; MAGALHÃES, M.; BRITO, H. C. Desinformação em meio à pandemia: análise da disseminação de fake news na rede social Twitter. **Revista Temática, Paraíba**, v. 16, n. 09, p. 294-310, 2020.

TAVARES, Leonardo Pereira; ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. PANDEMIA E DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS NO BRASIL: uma análise a partir de uma plataforma de factchecking. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 10., 2021, Aracaju. **Anais Simeseduc**. Aracaju: Simeseduc, 2021. p. 1-15. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeseduc/article/view/14847/6389>. Acesso em: 22 maio 2021.

SEÇÃO 1

LITERATURA, INTELLECTUAIS E CIÊNCIA

A presente seção reúne capítulos acadêmicos que abordam produções literárias, como, por exemplo, crônicas, romances, poemas, contos, correspondências e artigos de opinião, enquanto valiosas fontes para compreensão dos principais debates acerca das contradições, entusiasmos ou desconfianças que envolvem os constantes avanços tecnológicos, científicos e o processo de consolidação da sociedade industrial de meados do século XIX até o fim do breve século XX. Nesse sentido, é de interesse também do simpósio agregar discussões acerca do perfil intelectual de escritores e escritoras que elaboraram testemunhos, sejam marcados pelo ceticismo ou adesão, em face da incontornável escalada tecnológica e científica do Ocidente contemporâneo.

Joachin Azevedo Neto
Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina



CAPÍTULO IV

JORGE AMADO E A DÚVIDA: O QUE É UM INTELLECTUAL?¹

Laudênia Matias Alves de Souza ²

RESUMO

Este artigo busca analisar alguns aspectos concernentes a atuação de Jorge Amado na vida literária e intelectual carioca, através da leitura de textos publicados na década de 1930. Para isso, faz-se necessário refletir sobre algumas práticas intelectuais de Jorge Amado através de sua presença em jornais, além de problematizar questões referentes à “estrutura” do *campo* intelectual em que estava inserido, a partir das redes de amizades e fidelidades, dos debates suscitados e das cisões. Enfatiza-se, deste modo, o “movimento das ideias”, na medida em que o veículo, tomado como fonte, é compreendido como um lugar de “fermentação intelectual”, mas também espaço de sociabilidades afetivas (SIRINELLI, 2003). A leitura dos periódicos está restrita à década de 1930 e, em alguns casos, início dos anos de 1940, e ao espaço do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Jorge Amado. Intelectual. Trajetória.

1. INTRODUÇÃO

Em 25-02 de 1948, de Paris, Jorge Amado escrevia à Zélia Gattai. Contava de seu amor e cotidiano, além dos planos e tarefas que desenvolveria naquela semana: uma série de entrevistas com escritores e editores. Três dias depois, em nova carta, atualizava a companheira de seus planos: todos os seus livros seriam publicados na Europa, exceto os três primeiros cujas traduções não o interessavam. Em 07-04 do mesmo ano, realizava um satisfeito balanço de sua atuação na Europa até aquele momento:

Além do movimento de imprensa grande, das recepções, houve campanha por Pablo e pelo Velho. Além disso (e a nossa imprensa poderia dar nota sobre), realizei os seguintes negócios de edições: com a editora Gallimard (NRF): Capitães da Areia e São Jorge dos Ilhéus, além da reedição do Jubiabá (Bahia de Tous les Saints). Com a Bibliothèque Française (editora dirigida por Aragon), Seara Vermelha, que sairá também em folhetim em Lettres Françaises, [...]. Além de que o Mar Morto já está no prelo (edições Charlot).

¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado em História “Jorge Amado, literatura e intelectualidade: interpelações de memórias e escritas”, defendida em 2015, no PPGH da Universidade Federal de Campina Grande.

² Mestre em História. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Como vê, só não coloquei os que não quis: os três primeiros romances, cuja tradução não me interessa, o ABC de Castro Alves e o guia da Bahia, porque os dois não interessam ao público francês. Daqui assinarei contratos com a Bulgária, a Holanda, a Finlândia, a Polônia e a Tchecoslováquia (língua eslovaca) para o Terras. Começo a ser conhecido em toda a Europa e com bastante êxito (AMADO, 2012, pp. 54-55).

Primeiro, observa-se que Jorge Amado mantinha, já em 1948, uma postura diferenciada em relação aos três primeiros livros, considerados, posteriormente, “cadernos de aprendiz de romancista”. É interessante notar que a posição do autor frente a estes três livros já apresentava novas conotações antes mesmo de seu afastamento do Comunismo, na verdade, o período em que Jorge escreve as cartas é marco do início de maior imbricamento e estreitamento do autor com o Partido. Afora *O país do carnaval* que representa um momento diferenciado na obra amadiana da década de 1930, *Cacau* e *Suor* foram, durante anos, marcas de um novo momento em sua trajetória, com características que seriam, enfaticamente, alimentadas.

Esses livros foram fundamentais para a caracterização de “escritor popular”, “escritor de esquerda” e “escritor engajado” que marcou sua atuação em 1930; livros, inclusive, preferidos pelo autor e objetos de suas primeiras investidas no mercado de traduções soviéticas. Desse modo, é elucidativo que, na década seguinte, o autor não queira ser reconhecido na Europa através de dois livros, *Cacau* e *Suor*, que foram, no Brasil, fundamentais para seu desenvolvimento enquanto “escritor proletário” alinhado aos pressupostos comunistas. Ainda interessante neste debate, é a declaração dada pelo autor décadas depois:

Pouco ou nada sei de teorias. Lembro-me de uma confissão de Gorki, dizendo que nunca tinha lido O Capital. Também eu não li essas brochuras sobre o marxismo que os nossos marxistas porretas leem... essas edições reduzidas, pequenininhas e mal traduzidas, essas compilações de O Capital. Eles leem tais coisas em muito más traduções e engravidam de ideologia de segunda mão... ficam cantando regras. Eu sou muito ignorante, nunca li Marx. Eu sou apenas um homem que lutou e luta pelas causas que me parecem justas. Não sou teórico, felizmente, nem erudito leitor dos teóricos (AMADO, 1981b, p.14).

A pergunta a ser feita neste artigo é: como Jorge Amado se posicionava enquanto um intelectual ligado aos debates e pressupostos comunistas? Busca-se perceber, portanto, as posições assumidas pelo autor ao longo de sua carreira, privilegiando um momento específico: a década de 1930, sem com isso ignorar outros contextos que, com

certeza, participaram efetivamente na construção da definição do escritor proletário à serviço do *povo*.

2. A IMPRENSA COMO FONTE

A leitura dos jornais funciona como parte do processo de reflexão sobre algumas posições assumidas por Jorge Amado no espaço intelectual. Neste caso, a imprensa é entendida como mais uma articuladora das observações sobre os debates internos do *campo*, uma vez que a sua atuação é mais ampla que os limites estabelecidos pelos espaços e agentes intelectuais, ela repercute e articula interesses¹. A imprensa pode ser pensada como modeladora de formas de pensar e agir e, enquanto prática social, é capaz de definir e generalizar papéis, posições sociais e interpretações (MACIEL, 2004, p. 15).

Os periódicos são formados por uma coletividade que compartilha interesses, assim, é preciso atentar aos aparatos ideológicos que movimentam os jornais e, neste caso específico o sujeito Jorge Amado em sua atuação, já que a imprensa “identifica uma época”:

A informação obedece, assim, ao critério de uma seleção editorial, que por sua vez está ligada ao espaço social. O discurso, pois, contido nessas informações segue as intenções mais diversas, seja do autor da matéria, do editor do jornal, dos patrocinadores ou do governo. Nenhuma informação, por maior pretensão que tenha de ser imparcial, consegue sê-lo (SOSA, 2006, p. 121).

A imprensa é, portanto, interessada. É preciso atentar às relações e aos dilemas do baiano com estes veículos por trás do que estava publicado. Assim, é preciso perceber como:

Os artífices da palavra e da iconografia encontravam na imprensa atraentes oportunidades de profissionalização e, como apontam em uníssono aqueles que analisaram o mundo letrado das décadas iniciais do século passado, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais”² (LUCA, 2008, p. 4).

¹ Ver: VIEIRA, Lucas Schuab. A imprensa como fonte para a pesquisa em história: teoria e método. Unesp/Assis, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensafonte-pesquisa.pdf>.

² Aqui a autora cita: MICELI, Sérgio. Poder sexo e letras na República Velha. Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 17.

Os jornais carregam certo fundamento pedagógico e, nesta perspectiva, de direcionamento intelectual, é, incontestavelmente, um entremeio de visibilidade, “Desse modo, uma das ‘vantagens’ da leitura dos discursos expressos nos jornais parece ser exatamente a que permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época pesquisada” (KARAWEJCZYK, 2010, p. 134).

Para este trabalho são utilizados os seguintes periódicos: *Dom Casmurro*; *Diário de Notícias* e *A Manhã*; vale ainda pontuar a presença da *Revista Diretrizes* que, embora não seja trabalhada com a mesma concentração dos títulos anteriores, é de grande importância e serve de fonte para este artigo de forma geral, na medida em que teve intensa participação do autor estudado.

3. JORGE AMADO EM DIÁLOGOS INTELECTUAIS: JOVEM, POLÊMICO E “AUTÔNOMO”

Jorge Amado estreia como romancista através de *O país do carnaval* (1931), no entanto, é perceptível que, para ele, não bastava o lugar de “romancista”. Houve, desde o início, considerável empenho na busca de uma posição “autônoma” no campo intelectual, a partir da definição de “escritor”. Não bastando o esforço de publicação em série de romances, o que não pode ser encarado como gratuito, o jovem era presença recorrente em eventos, congressos, revistas, clubes literários, reuniões comemorativas, sem contar a grande colaboração em periódicos diversos¹. O baiano tinha intenções não apenas de ingressar no *campo*, como de se afirmar enquanto capacitado a discutir sobre temas diversos. Neste sentido, é eficaz, lermos as definições de “literato” e “escritor” para ele:

A palavra escriptor hoje é uma palavra valorizada dá-se importância ao escriptor, elle é alguma coisa. Chama-se de escriptor a um sujeito que escreve bem e tem prestígio literário no paiz. [...] Palavra que continua muito desvalorizada é literato. “Literato” é o sujeito que escreve mal que vive dando facadas em outros sujeitos que cavam honestamente a vida com o suor do seu rosto, que anda atrás de sectários de redacção para a publicação de

¹ Com frequência os jornais analisados publicavam pequenas notas informativas sobre atividades intelectuais diversas. Em 1934, por exemplo, era formado o “Club de Cultura Moderna” do qual Jorge Amado fazia parte do conselho deliberativo, bom frisar que este clube intencionava funcionar como uma espécie de “fundamento” intelectual, validando produções, livros e atividade literárias. (Diário de Notícias, Ano 5, n.2443, 1934)

versos e artigos, em geral ruinsíssimos. “Literato” é das palavras mais desmoralizadas do paiz (AMADO, Jorge. Diário de Notícias, An. IX, n. ilegível, 1938).

Amado parte de uma rígida desvalorização da figura do literato em detrimento ao escritor e isto, com menor ênfase, permaneceu em sua definição posterior de escritor/contador de histórias e não de “literato”, sujeito que produz literatura. Esse trecho, dentre outras coisas, revela a postura afirmativa do autor no cenário intelectual e literário carioca apenas sete anos após sua estreia: Amado colocava-se de forma autônoma e definitiva, ele se autodefinia como escritor e se empenhava em prol da validação de sua definição.

Recorrente nos jornais é a audácia do jovem em suas críticas a livros, autores e sujeitos do meio intelectual, caráter este que, sem dúvida, foi fundamental para parte de sua visibilidade. A intervenção de Jorge Amado não se limitou a publicação de romances e isto está óbvio. Em busca da garantia de evidência e, principalmente, de permanência de tal visibilidade, o autor se empenhou em ser lido, não como “literato”, mas como “escritor” autorizado a discutir sobre temas diversos¹ e, sobretudo, como capacitado e validado à “restrita” função social que é ser intelectual. Aqui, cabe a reflexão de Bourdieu (1996) sobre o *campo literário*, para ele organizado em dois princípios: a oposição entre a “produção pura”, destinada a um mercado restrito dos produtores e a “grande produção”, dirigida à satisfação de um grande público. (BOURDIEU, 1996, p. 141)

Em 1939, Jorge Amado escrevia para o *Dom Casmurro* sobre Jorge de Lima. No artigo “Do poeta e sobre o poeta” Amado fala em “maturidade intelectual”, num sentido que remete muito mais ao tempo, em seu aspecto contínuo e duradouro². Esta

¹ O lugar ocupado por Jorge Amado é expressivo para as posições que, ao longo de sua trajetória, vão sendo afirmadas e negadas. No decênio de 1930 a classificação de “escritor do Norte” no interior do meio literário já lhe garantia um status diferenciado, visto a expressividade desse grupo. Além disso, os temas por ele valorizados, diante das abordagens suscitadas, atribuem-lhes significados que, para o contexto, são importantíssimos no sentido de garantir visibilidade; não à toa, mesmo o romance sendo considerado por grande parte dos periódicos do período o gênero de maior sucesso e aceitação, Jorge Amado conseguiu um intervalo de seis anos, de *Capitães da Areia* (1937) à *Terras do Sem Fim* (1943), sem publicar livros do gênero e nem por isso foi negligenciado ou esquecido no meio literário.

² A preocupação do autor com a noção de duração da glória do escritor é recorrente e, coaduna-se com o aspecto mercadológico do livro. Neste sentido, Amado frisava com frequência o tempo de glória do escritor a fim de determinar o valor de seus livros, assim, mesmo com grande popularidade e reconhecimento importava ao autor perceber a validade, no decorrer do tempo, dessa posição que, não permanecendo, indicava ora a incapacidade do autor de renovar-se a partir das mudanças temporais, ora a característica própria da vida de esgotar tendências em detrimento de outras. Neste segundo indicativo,

interpretação se sobressai quando se percebe a grande recorrência em suas falas sobre o tema da glória do escritor, que significa ser capaz de sustentar-se através do seu trabalho, ter um grande público e não ter um sucesso passageiro:

O hábito era o sujeito ser lido como uma promessa, depois chegar a grande poeta, recitado nos salões e citado nos jornais, a glória, livros sobre livros, mas de súbito tudo parava, ninguém mais lia o poeta, citavam-no como um exemplo, falavam dele como um morto (AMADO, Jorge. Dom Casmurro, Ano.3, n.111, 1939).

Ainda nesta publicação é categórico sobre o “ser” intelectual: “Nesses momentos em que muitos não tem sabido conduzir com suficiente dignidade esse título de ‘intelectual’, Jorge de Lima tem se portado sempre a altura de sua mensagem poética”. O que seria, portanto, “conduzir com suficiente dignidade esse título de intelectual”? As falas de Jorge Amado são, majoritariamente, marcadas por esse tom validador. Ele se coloca em uma posição, de certo modo, “superior”, parece já “acabado” e estabelecido enquanto “intelectual”. Essa noção de “validade” intelectual pode ser pensada, por exemplo, através dos temas que Jorge Amado considerava válidos e, por conseguinte, das abordagens necessárias. No artigo “Will Durant, os moços e a filosofia”, referindo-se às revistas literárias dirigidas por jovens, coloca:

Os moços estão valentemente interessados numa série de assuntos difíceis, preocupados com o homem e seu destino. Acabou-se o tempo das gerações versejadoras. Há alguns anos os moços começavam escrevendo versos, versos românticos, tristes e tuberculosos [...]. Poucos os que se aventuravam a **estudos mais difíceis, aos livros de filosofia que ficaram conhecidos como massudos e paulificantes.** [...] Hoje ao contrário os jovens não escrevem mais versos (a última geração a estrear com poemas foi a modernista) se preocupam menos com a namorada e mais com a humanidade. [...] Fora destes só há lugar para os jovens que começam pela ficção, contos e romances de cara com a vida, diretos, por vezes, mas sempre com uma força humana que muita gente não julgava capaz de existir na literatura brasileira. (AMADO, Jorge. Dom Casmurro, Ano.3, n.119, 1939) (grifos meus)

Ao caracterizar como válidas as posturas que eram defendidas por ele, Jorge Amado, sabiamente, utiliza outras pessoas como meio de dizer: “este é o caminho certo,

na perspectiva do baiano, está, por exemplo, Felisberto Carvalho; no artigo “Velhos livros e homens ignorados” (Amado, Jorge. Diário de Notícias, Ano.VI, n.2.731, 1935) ele discorre sobre a popularidade de seus livros que eram homenageados e queridos por grande número de leitores, sendo, inclusive, comparados à bíblia em termos de reconhecimento e importância. Essa questão é posta em *O país do Carnaval* através do personagem Gomes que tendo que fazer um juramento diante do delegado de quealaria apenas a verdade sugeriu que, na ausência da bíblia, ele fosse feito diante do Primeiro Livro de Felisberto de Carvalho.

o caminho que sigo e defendo”. A “força humana” que caracteriza os bons romances, aqueles que levam aos seus escritores glória duradoura, é a condição que rege as análises do baiano que define, através delas, seus próprios romances.

Sobre “glória” e “popularidade” são pertinentes trechos do artigo “Lima Barreto, escriptor popular”:

Dinheiro não se ganha com literatura no Brasil. A glória é uma coisa muito depreciada hoje e muito sem importância. Mas a popularidade é relativa. Há a popularidade entre aqueles que devido à sua ignorância e ao seu dinheiro são chamados de “elite”. É a popularidade entre as elites que dá em resultado das fundações e outras associações de nome parecido, como a Academia Brasileira [...], e há a popularidade verdadeira, a “batata”, a popularidade entre aqueles que sabem sentir um livro verdadeiramente, com absoluta proeza [...] (AMADO, Jorge. A manhã, Ano.1, n.58, 1935).

Amado distingue “glória” de “popularidade”, entendendo esta como relativa na medida em que se apresenta de duas maneiras. Colocar a glória como algo depreciativo indica o dissabor do escritor com a “elitização” dos espaços atribuídos à vida intelectual, aos nomes associados à inteligência pelo lugar social/econômico em que estão. É claro o anseio do jovem em relação ao seu lugar de intelectual e, junto a isso, à sua definição de escritor. O exemplo de Lima Barreto é categórico pois sua literatura aglomera temas que podem ser entendidos como “populares” na perspectiva de Jorge, mas a “glória” advinda da crítica de um *staff* intelectual ele não obteve em vida o que estaria associado à negligência dessa elite canônica, isto porque, para Amado, o carioca fez de sua literatura um espaço de luta e denúncia social.

Percebe-se que o início da carreira de Jorge Amado é ansiosa, ansiedade que só pareceu cessar quando o autor acumulou “popularidade” e “glória”, algo que, talvez, tenha se solidificado a partir de *Gabriela, cravo e canela* (1958), o que, de certo modo, explica algumas colocações de parte da crítica que consideram este livro marca de um rompimento com o “romance proletário”.

Pensar o intelectual, enquanto conceito definido, é um dilema que parece difícil de superar¹. A questão que pode sobressair é: será possível definir? Jorge Amado se

¹ Sirinelli (2003) encara essa dificuldade entendendo que há duas perspectivas de intelectual: uma mais abrangente, de perfil sociocultural e outra mais política, norteada pela noção de engajamento; mas, não ignora as possíveis articulações e complementos entre as duas noções. Assim, coloca como questionamento a capacidade de influência do intelectual nos acontecimentos de sua época e nos faz pensar sobre o “percurso/itinerário” intelectual principalmente através de um interesse de refletir sobre os condicionamentos de algumas posições ideológicas. Neste sentido, interpreta-se pontualmente que,

sentia intelectual, sentia-se como tal por defender uma visão de mundo, sentia-se por acreditar que sua literatura servia como “arma” social, sentia-se porque se imaginava capaz de discorrer sobre assuntos diversos, por lutar pelo *povo*, por engajar-se em lutas sociais, por viajar e conhecer diversas realidades, por ter como “material para romance” pessoas e situações “reais”. Assim ele se considerava intelectual e lutava por este posto contra outros que, por motivos diferentes aos dele, também assim se viam, como intelectuais. Como definir o nível de intelectualidade de alguém e, depois disso feito, como validar, ou desvalidar, a ação intelectual (escrita, falada, pensada, divulgada ou não)? Se o intelecto está associado diretamente à mente e, por conseguinte, ao espírito, como defini-lo?

Jorge Amado optou, em certo momento de sua vida, em realizar tal definição pela via política, pelo prestígio social, pelo destaque frente a um grupo, pelo direito de viver apenas do trabalho “intelectual” e, por isso mesmo, tanto se contradisse, como é possível perceber em suas discussões sobre “glória” VS “popularidade”, “escritor VS literato”. De certo modo, as contradições permeiam as definições quando espelhadas com as práticas, não por um mero processo de comprometimento desleal, mas pelas próprias condições que são continuamente modeladoras das práticas sociais. Quando Jorge Amado, em processo de releitura, afirmou que, naquele nexos de historicidade não havia outra opção que não se aliar ao Comunismo na busca do que ele, enquanto sujeito engajado numa perspectiva de intelectual, acreditava ser o melhor caminho em busca da “libertação”, não é necessário desvalidá-lo, mesmo entendendo o “peso” que envolve a definição de uma trajetória, pois o intelectual, com intenção social, é continuamente cooptado por poderes, mesmo que seja para negá-los.

além das posições políticas é importante, ainda, atentar aos trânsitos intelectuais, às posições afirmadas, reafirmadas e/ou transformadas, pois, algumas ideias propostas pelos intelectuais, muitas vezes enfatizadas em momentos específicos e por interesses igualmente localizados, têm efeitos sociais, chegam a diversos grupos e são assimiladas de modos diferentes. O intelectual é interessado e tem, por isso, responsabilidades que não o eximem de equívocos e distorções no processo de formação e defesa de suas ideias e posições; daí a ênfase aos confrontos ideológicos, muito mais que às definições estagnadas. Em sua abordagem, Sirinelli além da noção de itinerário, apresenta, ainda, dois fronts metodológicos, o de sociabilidade, voltado ao “movimento das ideias” através das redes sociais que as “aclimatam”, e o conceito de *gerações* que se apresenta, novamente, como algo complexo, mas ligado à noção de “herança”, onde o processo de definição intelectual é visto através de um sentido referente, seja como ruptura ou continuidade, mas sempre ligado a um referencial. Sugere-se um artigo muito esclarecedor sobre o tema: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicolett. História intelectual, cultural e política: um estudo dos Primeiros Tempos de “Punto de vista” (1979-1985). ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008.

Fica cada vez mais claro que pensar o intelectual é “um panorama deveras complicado”, a cada linha se torna mais nítida a impossibilidade de esgotar o tema. Em prefácio, Cândido resume bem um dilema presente neste artigo, pois:

Se pensarmos na biografia de cada um, caímos na singularidade dos casos e chegamos à conclusão inoperante de que nenhum é igual ao outro; e, ao respeitar a integridade do indivíduo, desistimos de entender. Se subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, podemos manipular a realidade total com certo êxito, mas atropelamos demais a verdade singular. (CÂNDIDO, In.: MICELE, 2001, p. 72)

Na década de 1930, Jorge Amado se colocava como um sujeito disposto à observação social e capaz de, não apenas explicá-la, mas sugerir caminhos de mudança e soluções. Em 1933, ano da publicação de *Cacau*, o baiano responde ao inquérito de nome sugestivo: “Para onde vae o Brasil?”, produzido pelo *Diário de Notícias* (RJ):

Desde garoto que eu ouço dizer: ‘o Brasil está na beira do abysmo’. [...] Dahi eu até hoje esperar que o Brasil caia no abysmo. No entanto, parece que ele desistiu do abysmo e resolveu caminhar para o marxismo. O que não deixa de ser uma resolução acertada (AMADO, Jorge. *Diário de Notícias*. Ano. 4, n. 1075, 1933).

Há, no movimento de ideias aqui apresentado, a recorrência de temas e debatedores, de discussões sobre livros e autores específicos que demonstra o processo de formação, ou validação, de grupos de intelectuais que atuavam em conexão. Jorge Amado se revoltava “[...] a princípio contra a clássica burrice nacional” e parecia disposto a tentar consertá-la ou ao menos a apresentar caminhos através de sua literatura e de sua engajada participação em movimentos diversos destinados às letras, política e “cultura” nacionais, mesmo que, anos depois afirmasse não ter lido nada sobre o que defendia.

A obra de Jorge e sua atuação, não apenas em 30, é regulada por questões diversas que lhes são exteriores e, neste viés, é sempre um desafio atentar para sua comunicação com esse círculo social que também a torna possível, uma espécie de “espírito do contexto”. Assim, entre o contexto e condições histórico-sociais e sua organização argumentativa pelo intelectual e seus intérpretes, há sempre um meio termo, uma ponderação que deve ser enfatizada, uma necessidade de afrouxar nós que nem sempre podem ser desatados. E isso é um dilema real a ser enfrentado pelos pesquisadores da obra e da atuação intelectual de Jorge Amado, afinal lidar com as

definições impressas por intérpretes e pelo próprio autor é um exercício dividido em três processos: as “determinações sociais” no desenvolvimento do intelectual; as justificações definidoras de um caminho já acabado e, não menos importante; as explicações definidoras para os meios e os fins.

Eu não sou muito admirador dos intelectuais. Eu acho que os intelectuais desempenham, sem dúvida, um papel importante, eminente, no desenvolvimento da sociedade. Mas, por vezes, a condição intelectual conduz muito facilmente a uma condição elitista, a uma condição distante do povo. O intelectual se julga acima, superior. Ele sabe, ele tem um poder enorme que lhe é dado porque possui valores que o povo não possui — ao menos ele pensa que o povo não possui —, valores de cultura, de conhecimento, de sabedoria, e então ele está um pouco por cima, ele dita as regras para o povo. Aí está, a meu ver, o perigo. No Brasil, por exemplo, eu sinto muito que os intelectuais, inclusive os mais radicais de esquerda, são intelectuais muito distantes do povo, que sobretudo não conhecem o povo nem a vida do povo. Eles querem falar pelo povo, em nome do povo sem, no entanto, ter realmente um conhecimento profundo da vida. O conhecimento em geral lhes é dado pelos livros, muitas vezes mal lidos. Eu não me considero um intelectual; eu sou um escritor [...] Eu tenho muito medo dos intelectuais¹

Porém, basta ler o Jorge Amado da década de 1940, por exemplo, que facilmente percebe-se que seu entendimento sobre o intelectual, especialmente o escritor, era diferente. A literatura é encarada como uma arma que deveria estar à serviço do *povo*, já o intelectual, neste contexto, é entendido como um sujeito munido das armas que levantariam o *povo*, como alguém escolhido, predestinado e, ao mesmo tempo, formado para instruir e guiar o *povo* ao caminho da libertação².

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos intelectuais e da Literatura deixa claro que a avaliação crítica constrange e enrijece leituras. Compagnon (2010) define que todo estudo literário é conduzido por “grandes questões” que determinam certa ideia de literatura começando com sua definição para, a partir dela, pensar sobre suas relações com o autor; o livro; o leitor; a língua e o referente. Neste sistema de questionamentos e elementos, o estudioso insere dois outros importantes pontos: a crítica e a história, o que leva a

¹ Parte de entrevista concedida por Jorge Amado, em 1990, a Giovanni Ricciardi posta, originalmente, no livro *Biografia e criação literária*. Este trecho, no entanto, foi recolhido do blog “A viagem dos Argonautas” e pode ser lido no link: <https://aviagemdosargonautas.net/2012/08/10/entrevista-com-jorge-amado-por-giovanni-ricciardi/>; acessado em: 17-04-2021.

² Para mais informações ler: Amado, Jorge. *Abc de Castro Alves*. Record, 28ª ed., Rio de Janeiro, 1981.

questionar sobre as transformações, movimentos, evoluções, valor, originalidade e pertinência literárias, aponta que há, na literatura, um aspecto dinâmico (a história) e um estático (o valor), daí entende, portanto, que “O critério de valor que inclui tal texto (como literário) não é, em si mesmo, literário, nem teórico, mas ético, social e ideológico, de qualquer forma extraliterário”. (COMPAGNON, 2010, p. 34)

Quando se trata de autores expressivos para uma ideia de cultura e identidade nacionais, como Jorge Amado, esse aspecto complexo de produção de significados fica ainda mais claro, na medida em que há na trajetória intelectual e biográfica constante manipulação de significados que precisam ser, estrategicamente, (re) elaborados.

Há uma incontestável tendência nas análises sobre Jorge Amado e sua literatura: a leitura cronológica dos romances publicados em 1930. Essa forma de ler é, em grande medida, sustentáculo das interpretações forjadas para, e por, Jorge Amado. Isso porque, não raro, o baiano é lido a partir de uma noção de maturidade progressiva que o encaminha para a consagração inquestionável. Nos jornais analisados perseverava forte expectativa a cada nova publicação de Jorge Amado, pois expressivamente conhecido como engajado, polêmico e um dos principais nomes do “Norte”, seus livros eram esperados pelo ciclo literário jornalístico como importantes fontes de debates que movimentavam a intelectualidade. Analisados, na maioria das vezes, de forma comparativa, num processo que buscava marcar as distâncias, semelhanças, avanços e retrocessos no que diz respeito às estruturas narrativas e temáticas, seus livros significavam sempre a possibilidade de uma nova tomada de posição no campo literário.

A construção da biografia de Jorge Amado cumpre um importante papel para a formulação da personalidade do escritor. Desde o início da carreira do baiano, houve considerável esforço e atenção na formulação de um sentido que converge numa obra fluida e homogênea que avançou, progressivamente, com o amadurecimento pessoal do escritor; escritor que é a própria personalidade, não havendo separação explícita entre o Jorge e o Jorge Amado.

A recusa que Jorge Amado efetuou à neutralidade intelectual em 1930 foi a grande responsável por sua visibilidade, os perspicazes movimentos que empreendeu no *campo* são tão hábeis quanto os que desempenhou na literatura a partir de uma irrecusável capacidade de movimentar as letras e construir histórias capazes de seduzir milhões de leitores num país que historicamente dificulta a leitura.

Por isso a ênfase na capacidade de articulação de Jorge Amado, nos seus trânsitos, em suas contradições que, a contragosto, revelam equívocos, interesses e arbitrariedades que, muitas vezes, chocam-se com a figura ovacionada com atributos de representar, sintetizar e exprimir a *verdadeira* face do país.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. O país do Carnaval. Record, 38ª ed., Rio de Janeiro, 1980.

_____. Abc de Castro Alves. Record, 28ª ed., Rio de Janeiro, 1981a.

_____. Jorge Amado: seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios por Álvaro Cardoso Gomes. Abril Educação, São Paulo, 1981b.

_____. Toda a saudade do mundo – a correspondência de Jorge Amado e Zélia Gattai: do exílio europeu à construção da Casa do Rio Vermelho (1948-67). Org. João Jorge Amado. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil – 1900-200, Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras, 1996.

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. 2ª ed., UFMG, Belo Horizonte, 2010.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas – Uma discussão teórica. SAECULUN – Revista de História; João Pessoa, julho/dez, 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – breves considerações. Historiae, Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. 9ª Conferência Internacional do Brazilian Studies Association (Brasa). Tulane University, 2008.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, L.; MOREL, M. & FERREIRA, T. (org.). (2006). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SAID, Edward. Representações do intelectual. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. História Intelectual, Cultura e Política: um estudo dos Primeiros Tempos de “Punto de Vista” (1978 – 1985). Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior”.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René (org.). Por uma história política, 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FVG, 2003.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. Biblos, Rio Grande, 19: 109-125, 2006.

CAPÍTULO V

EUGENISMO E SOCIEDADE BRASILEIRA EM *O CORTIÇO* (1890), DE ALUÍSIO DE AZEVEDO ¹

Laerte de Souza Silva ²

RESUMO

Esse texto é fruto de um trabalho de conclusão do curso em licenciatura plena em história pela Universidade de Pernambuco, tendo como tema “História e eugenia racial em *O cortiço* (1890) e *Canaã* (1902)”. Nele buscamos discorrer uma análise crítica reflexiva sobre a temática racial na Primeira República nos finais no século XIX e início do XX, tendo como fonte literário a obra de Aluísio de Azevedo “*O cortiço*” e “*Canaã*” de Graça Aranha. Nesse presente artigo é destacado o capítulo 2 “feios, sujos e miseráveis” tendo como foco o romance *O Cortiço*.

Palavras-chave: Raça, Naturalismo, Degeneração.

1. INTRODUÇÃO

Durante todo período monárquico e imperial, o Brasil manteve uma elite integralmente dependente de uma economia escrava. Para a historiadora Emilia Viotti da Costa, “a crítica à escravidão [...] e aos preconceitos raciais eram frequentes [mas] não encontrava eco” (COSTA, 1982, p. 20) Essa crítica era representada pelo grupo jacobino³ que detinham um discurso radical contrário o pensamento da classe governadora regente de um sistema opressor e preconceituoso. O meio usado para difundir a crítica à classe dirigente foram os textos satíricos colocados em locais públicos, os pasquins de pequenas tiragens tinham como editores diversos intelectuais desempregados, jornalistas, literatos, poetas, médicos, e padres, alguns brancos e outros negros, os pasquins tornaram-se legítimos defensores das “lutas de classe e de

¹ O presente trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Neto, professor de História Contemporânea e coordenador do Grupo de Estudos de Política e História Literária – GEPHIL da UPE/Campus Petrolina.

² Graduado em História na UPE – Campus Petrolina, PE. Professor substituto na EREM Padre Manoel de Paiva Neto.

³ Os jacobinos foi uma organização política criada 1789 durante o processo de revolução Francesa. No Brasil foi aplicado especificamente nos primeiros anos da República velha referindo-se aos republicanos radicais.

raças.” (COSTA, 1982, p. 21) Os envolvidos a essa oposição radical contra a elite dominante, acabavam sendo presos, exilados e os menos abastados economicamente sofriam com a árdua condenação de morte.

Em termos de Primeira República, a historiadora Lilia M. Schwarcz descreve o seguinte: “finda a escravidão e instaurada a democracia por meio da República, toma um discurso racial, tardio se comparado ao modelo liberal presente desde 1822” (SCHWARCZ, 1993, p.316). A igualdade proposta no liberalismo e prevista em lei tornou-se inviável nos discursos científicos em defesa do darwinismo social. Schwarcz mostra-nos que o atrasado discurso racial brasileiro é uma cópia das teorias raciais europeias, aplicado em uma sociedade de elites divididas que se apropriaram das ideias científicas como instrumento de ataque contra negros e mestiços. O discurso racial brasileiro passou a endossar um projeto de nação branqueada.

2. NATUREZA E CIVILIZAÇÃO

Para o poeta e literato Afonso Romano de Sant’Anna, a análise de *O Cortiço* deve atentar para a estrutura científica/naturalista do romance, dividida em dois conjuntos que estabelecem um regime de troca. No conjunto 01, temos o cortiço simples habitado por grande maioria de negros e mestiços e os que não são acabam aderindo ao mesmo comportamento tribal identificando-os como “seres primitivos, animalizados, que os nivela por baixo” (Cf. SANT’ANNA, 1973, p.6). No conjunto 02, a casa do Miranda, o admirado, representa um nível de cultura elevada contrário à mistura tribal do cortiço. Lá temos o Henriquinho, rico e poderoso, a Estela, a Zulmira e o intruso Botelho.

Para o autor, há um limite entre a “selva e o jardim, a natureza e a cultura” (Cf. SANT’ANNA, 1973, p. 06) que esbarra no muro. Sant’Anna afirma que o sistema de troca entre os conjuntos é exógeno: Miranda persegue o título de nobreza para se afastar das massas primitivas e animais. Nessa perspectiva, há uma aliança entre os dois conjuntos confirmando a troca entre eles por meio do casamento entre Romão e Zulmira.

No *O Cortiço*, há uma transformação significativa de três personagens que trazem consigo uma simbologia naturalista importante para o romance. Aluísio de

Azevedo apresenta três imigrantes Portugueses: Romão, Miranda e o Jerônimo.

Sant'Anna apresenta a alteração nos personagens do seguinte modo:

Romão: elemento vitorioso na seleção das espécies. Ele se modifica e ascende na escala social. Miranda: sua posição de baronato se mantém e ele atinge o baronato. Jerônimo: depois de atingir o máximo de sua posição de assalariado, entra em degenerescência. (SANT'ANNA, 1973, p. 06).

Para cada degrau conquistado, na seleta camada social esses personagens mostram um desvio moral. Romão, de vendeiro passa a ser proprietário do cortiço, depôs proprietário da estalagem até visconde. Entretanto, falsifica a alforria de Bertoleza, rouba materiais de construção, furta as economias do pobre Libório e foi cúmplice na morte de Bertoleza. Jerônimo, o quebrador de pedras faz lajedo, paralelepípedo e colono, briga com Firmo, e depois o mata, abandona a família e cai em miséria. O fato é que a decadência da moral dos Hércules europeus¹ se dá pelo sol e o forte ar dos trópicos brasileiros, bem como a selvageria da nação miscigenada cujo resultado é a degenerescência moral do europeu.

Para Antônio Candido, em “De cortiço a cortiço”, o eixo da narrativa é a vida do trabalhador e a presença do explorador capitalista: “A originalidade do romance de Aluísio está nessa coexistência íntima do explorado e do explorador, tornada logicamente possível pela própria natureza elementar da acumulação num país que economicamente ainda era semicolonial” (CANDIDO, 1991, p.113). Sendo assim, uma obra distinta de Zola, *La Curée*, tendo em vista a separação que a economia impôs entre o trabalhador e o capitalista francês. Candido e Sant'Anna concordam no que diz respeito ao processo de espoliação e acumulação. O português chega e vence o meio, o português é vencido pelo meio e o brasileiro, explorado e adaptado ao meio Antônio Candido sugere que o português de Aluísio é um explorador nacional, beneficiado pela falta de justiça social. Os fundamentos da ordem positivista inexistem na obra ironicamente, não existe uma sociedade civilizada, mas o progresso é mantido num círculo branco e europeu.

Para entender o universo do *O Cortiço*, é necessário analisar três representações: primeiro, o brasileiro nato, branco, que detesta ser comparado ao homem do trabalho bruto da raça inferior e escravo, que, ao mesmo tempo, odeia o português e acaba

¹ Hércules é um herói da mitologia grega com aspectos viril e dotado de uma característica superior.

conseguindo acumular a riqueza. A segunda figura: é o negro e mestiço apresentada na obra com vítima da violência social. A terceira imagem é a do animal que não é apresentado no romance, mas é “justamente o que veremos, ao constatarmos que a redução biológica do Naturalismo vê todos, brancos e negros como animais” (CANDIDO, 1991, p.117). O desdobramento do enredo mostra que o rebaixamento no nível dos animais é incisivo para os homens negros, mestiços, brancos brasileiros e europeus vencidos pelo meio nacional.

Entre tantas realidades interpretativas apresentadas em *O Cortiço*, é importante ver nesse realismo alegórico, uma leitura do sistema vigente brasileiro. Uma visão pejorativa do país, contida no romance, na qual as misturas das raças apresentadas pela tumultuosa convivência dos moradores do Cortiço revelam a promiscuidade de um convívio coletivo que mostra o Brasil em sua conjuntura de formação econômica, social e cultural a qual está ligada diretamente as relações definidas com os indivíduos por meio dos papéis estabelecido em sociedade.

Talvez a força do livro venha em parte desta contaminação do plano real e do plano alegórico, fazendo pensar imediatamente numa relação causal de sabor naturalista, que na cabeça dos teóricos e publicistas era: Meio → Raça → Brasil; e que no projeto do ficcionista foi: Natureza tropical do Rio → Raças e tipos humanos misturados → Cortiço. (CANDIDO, 1991, p.120)

Antônio Candido diz que essa composição é o centro da convergência é o meio “físico, social, simbólico,” na qual a natureza do país opera como uma força destruidora.

3. O MEIO E A DEGENERAÇÃO

A cena delineada por Aluísio que marca o início da degeneração do português Jerônimo, até então um homem metódico, trabalhador, perseverante e observador, do qual veio de sua terra para o Brasil na qualidade de colono, que não deu muito certo. Para continuar na condição de agricultor, Jerônimo teria que se sujeita aos mesmos tratos dos negros escravos e viver no “mesmo meio degradante” (AZEVEDO, 1993, p. 60). Jerônimo parte para a cidade nova, no entanto, passa a ser devorado pela necessidade o que o leva a trabalhar na pedreira, mas o seu zelo e suas habilidades o tornam dirigente do canteiro. A questão é que o romancista Aluísio Azevedo descreve a ascensão do lusitano tendo duas contribuições essenciais, primeiro à força de touro a

qual o torna respeitado por todos os que obviamente nos dá a entender que essa força não é adquirida no meio e sim um dote herdado através de uma herança genética. A segunda condição é a seriedade de seu caráter e a pureza austera de seus costumes, demonstrando a clara indisciplina e a mediocridade degenerativa do país e que os seus habitantes detinham costumes fracos e lascivos.

Devido à circunstância da morte de seu patrão e as reformas que os sucessores fizeram na pedreira, Jerônimo é levado até João Romão, ambos entram em um acordo salarial e a partir de então Jerônimo passa a viver no cortiço de Romão mantendo por princípio o seu caráter e a pureza de seus costumes até Rita, personagem naturalista que personifica a sensualidade e suposta indolência brasileira, o conduzir a completa degenerescência de seu caráter e seus costumes austeros.

Rita voltava de um longo sumiço romântico e amoroso com Firmo, não eram matrimonialmente marido e mulher, entretanto vivenciavam uma turbulenta união. Num domingo corriqueiro no cortiço Firmo levava o amigo Porfiro para jantar. Era uma noite de festa tanto na casa da Rita com na casa da vizinha no número 08 a das Dores. Adentrava a noite na República do cortiço e a monotonia do gemido da guitarra do português Jerônimo enegreceu o ambiente. Logo o cortiço enchia de um desconsolado ritmo que contrastando com o que vinha de cima do sobrado do Miranda.

O enredo apresenta um novo cenário eugênico por meio da música, para os lusitanos a música lhe trazia a melancólica lembrança de sua terra, em resposta a nostalgia portuguesa, o Porfiro toca o cavaquinho acompanhado pelo violão de Firmo, a melodia crioula aquece o sangue daquela gente, “como alguém lhe fustigasse o corpo urtiga bravas” (AZEVEDO, 1993, p.80) e enfatizando a suposta degeneração que a música negra pode causar, Azevedo acrescenta:

Já não eram dois instrumentos que soavam, eram lúbricos gemidos e suspiros em torrente, acorrerem serpenteando, como cobras numa floresta incendiada; eram ais convulsos, chorados em frenesi de amor; música feita de beijos e soluços gostosos; carícia de fera, carícia de doer, fazendo estalar de gozo. (AZEVEDO, 1993, p.80)

É nessa frenesia musical entre portugueses e brasileiros que o virtuoso Hércules lusitano marcha para miserável degeneração: Jerônimo, impelido pela melodia crioula, larga a sua guitarra e se aproxima da roda que se formava no pátio do cortiço em torno dos dois mulatos. Impulsionado não somente pelo ritmo, mas pelo cheiro que exalava

da Rita em cada movimento de dança, “ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante” (AZEVEDO, 1993, p. 82) não podemos negar que o narrador mostra que a deterioração de Jerônimo se deu pelo sentimento avassalador pela Rita Baiana.

A destruição desse personagem já havia sido traçada. A música era tal qual a serpente fora para Eva no Éden e a Baiana era como Eva para Adão. Passado alguns dias novamente o narrador volta para mais um dia festivo no cortiço e dessa vez um forte embate é travado. O octógono do cortiço é montado, de um lado o português do outro o brasileiro, e ambos buscam o afetuoso prazer, a luxúria sensual e avassaladora da Rita. Como em toda boa competição, é apresentado os competidores que possuem como principal dote a raça e, de acordo com os pressupostos ideológicos naturalistas, as raças europeias são as de maior destaque. Se houvesse uma casa de aposta, as apostas maiores da vitória seriam sem sombra de dúvida no europeu. “Jerônimo era alto, espadaúdo, construção de touro, pescoço de Hércules, punho de quebrar um coco com um murro: era a força tranquila, o pulso de chumbo” (AZEVEDO, 1993, p.124). Do outro lado, um viciado no sangue e, seja na aparência ou no espírito, assustadoramente feio: “franzino, um palmo mais baixo que português, pernas e braços secos, agilidade de maracajá: era força nervosa era o arrebatamento que tudo desbarata no sobrado do primeiro instante”. No entanto, o cortiço mantém a evidente desordem e a confusão entre os dois competidores se generaliza tomando de conta de todos na estalagem, um caos completo.

Literariamente, como em *Memórias de um sargento de milícias*, do literato Manuel Antônio de Almeida o símbolo da ordem é o personagem fardado o Militar. Aluísio de Azevedo apresenta o personagem militar no cortiço, o Alexandre. Porém, não há em nenhum momento a intervenção desse personagem como mantenedor da ordem nos grandes desarranjos do cortiço.

Fruto da forte devastação que a natureza do país pode causar, o enredo do *O cortiço* exhibe o forte embate verbal e físico entre Rita Baiana e a portuguesa Piedade de Jesus após ter perdido o seu esposo que sucumbira ao sol dos trópicos por meio dos sentidos, preferindo o café da Rita ao em vez do chá da esposa, enojou-se do cheiro da portuguesa e se afeiçoa pelo aroma da baiana, aderindo o ritmo das guitarras baianas:


Ao desafio da mulata, Piedade saltara ao pátio, armada com um dos seus tamancos. Uma pedrada recebeu-a em caminho, rachando-lhe a pele do queixo, ao que ela respondeu desfechando contra a adversária uma formidável pancada na cabeça (AZEVEDO, 1993, p.181).

Pegando-se de unha e dentes, Rita continuou atacando Piedade mesmo caída no chão com agressivos golpes. A briga generalizada contava com a seguinte configuração: quase todos os brasileiros em favor da Rita e quase todos os portugueses em favor da lusitana. De repente, viu-se Piedade de bruços no chão e a Rita por cima desferindo golpes contínuos e bravejando: “toma pro teu tabaco! Toma, galinha podre! Toma, pra não te meter comigo! Toma! Toma, baiacu da praia!” (AZEVEDO, 1993, p. 182). Em seguida, tem-se um rolo não mais de duas mulheres, mais de uns quarenta homens desferindo golpes entre si.

A partir do episódio narrado acima e tendo o entendimento de que o Cortiço apresentado por Aluísio é uma figura realista da República e das teorias vigentes no século XX, observamos a ausência do lema de uma das filosofias da época o positivismo, “o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”. O amor pode até ter sido o princípio de tamanha confusão, mas em nenhum momento estabeleceu a ordem e muito menos o progresso.

O positivismo considerava um crescimento organizado da sociedade, incompatível com fortes revoluções e o uso brutal da força. No Brasil, entra em vigor em grande parte da nação o positivismo ortodoxo com um papel extremamente importante na proclamação da República com peso no hino e na bandeira, na construção do herói, e a construção da imagem feminina figuras fundamentais na fundamentação da identidade do povo Brasileiro.

O Cortiço é uma obra de múltiplos personagens e situações estimulantes de uma análise crítica, histórica à luz do naturalismo. No século XIX, permanecia a prática do casamento arranjado entre as partes interessadas. Era comum na colônia homens dos seus quinquagésimos a sexagésimo ano casar com meninas de quinze a dezesseis anos. Jurandir Freire Costa, em *Ordem médica e norma familiar*, afirma que os casamentos entre noivos oriundos de famílias abastadas, eram articulados pelo interesse ou razão familiar o amor e nem tão pouco a atração física era pressuposto para a união matrimonial: as uniões não passavam de simples intercâmbio de riquezas.




No *O Cortiço*, Aluísio retrata a negociação matrimonial entre João Romão e filha do Miranda, a Zulmira, de apenas dezoito anos, não por interesse afetivo entre os personagens, mas pela ascensão para ambos os lados. Esse costume passa a ser interpretado pelos médicos higienistas como um ato de degeneração. O homem de bem de idade elevada tinha os órgãos reprodutores fracos por não possuir mais o vigor e ser tendencioso a não ter um material genético adequado. O casal higiênico deve preocupar-se com a saúde do filho, o que para a ciência naturalista não acontecia nos bons tratos após o nascimento os pais deveriam ser dotados de um corpo forte e uma saúde vigorosa para procriar filhos fortes e vigorosos.

Imediatamente, quando iniciamos a fala de procriação de corpos fortes e vigorosos somos inevitavelmente conduzidos a entender o discurso de raça ou os racismos dos corpos. Costa afirma que esses discursos tradicionais e racistas sobre o modelo de corpo perfeito não nascera no início do século XX, pois já circulava desde meados do século XIX em meio aos debates sobre consciência de raça e a institucionalização do racismo europeu: “O corpo forte, sexual e moralmente regrado, foi medicamente identificado ao corpo branco” (COSTA, 1979, p. 208). Em oposição, o discurso higienista elencou o corpo do negro escravo como imagem da corrupção física e moral. Em outras palavras o racismo tá alicerçado em um funcionamento estrutural no qual a sociedade funciona, a partir da hierarquização das raças.

Aluísio de Azevedo sabe o que faz, escreve o enredo sobre uma perspectiva quase que completa de todas as teorias higienistas e raciais. Mas o que dizer da intemperança do desregramento e a devassidão que a lascívia preconiza por meio da luxúria e da sensualidade exagerada?

Vamos analisar alguns personagens no enredo de *O Cortiço*, considerados pelo pensamento naturalista como criminosos e inimigos dos higienistas. A primeira personagem a entrar nessa lista é a Pombinha, filha de Dona Isabel, jovem imaculada, linda e bem asseada, noiva de João da Costa: um jovem trabalhador. Mas o que há de criminoso em seu perfil de menina pura? Os libertinos, celibatários, homossexuais e prostituta eram considerados pela moral vigente, criminosos. É esse caminho degradante e lascivo que Pombinha percorre, a princípio involuntário, quando é iniciada ao lesbianismo pela cócot Léonie, que ardilosamente arquiteta um jantar, Dona Isabel mal acostumada com o luxuoso jantar suspirava a dormir após alguns copos de vinho,



foi então a oportunidade que a cocote teve para devorar de beijos violentos, repetidos e quentes sufocando a pobrezinha.

Pombinha arfava, relutando; mas o atrito daquelas duas grossas pommas irrequietas sobre o seu mesquinho peito de donzela impúbere, e o roça vertigino daqueles ásperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por foguear lhe a razão ao dos sentidos. (AZEVEDO, 1993, p.134)

Pombinha esperava menstruar para então poder casar, o que aconteceu dias depois das insistentes carícias da Léonie. Após ser desposada por João da Costa e viverem um ano de união, a jovem mulher não suporta mais o esposo e passa a ver nele um palerma sem ideal e ciumento, o que a leva a um relacionamento extraconjugal com uma artista. O infeliz João da Costa não vê outra solução a não ser devolvê-la a sua família, o que leva a Dona Isabel a um completo desgosto. Pombinha desaparece da casa da mãe e junto com Léonie passa a morar num hotel tonando-se uma prostituta.

Henriquinho, Estela, pombinha não são negros nem tão pouco mestiços. São o real exemplo da corrupção perigosa que a raça negra e mestiça pode causar. E na calçada da fama do abastardamento está à inconsolada, a ébria Piedade de Jesus. A portuguesa chegou ao cortiço com a fisionomia aberta, com cabelos fortes de um castanho fulvos sólidos e perfeitos era a honestidade simples e natural. No entanto, ao longo de toda convivência na estalagem, a afeiçoada lusitana é vencida pelo meio e levada à alteração dos seus costumes: a “pobre mulher! Chegara ao extremo dos extremos, coitada! Já não causada dó, causava repugnância e nojo” (AZEVEDO, 1993, p. 224). O seu quarto era o mais imundo em toda a estalagem, homens aproveitavam da total inconsciência dela para abusá-la Piedade rebaixava-se ao nível do alcoolismo fadando a sua vida a completa decadência.

4. NATURALISMO ESTRUTURAL

Aluísio apresenta ao leitor de o *cortiço* um ambiente formador da degenerescência. O cortiço era o local da raça, da mestiçagem o ambiente letal para destruição do que há de melhor no branco. Pombinha dedicava esforços e simpatia especial idêntica a que Léonie propôs há tempos. A nova cocote visava à linda filha de Piedade e Jerônimo, “o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre

menina desamparada” (AZEVEDO, 1993, p. 224). O narrador apresenta uma cena de uma completa selvageria e deturpação linear na família do Jerônimo. Primeiro, o patriarca, o pilar da família é corrompido. Em seguida, Piedade ver-se desamparada e o brutal abandono do seu esposo a leva a uma estúpida vida de alcoolismo, o que reflete numa completa negligência com os cuidados da filha facilitando a investida da cocote Pombinha.

E, obviamente, nenhuma degeneração do corpo acontece por obra do acaso. Pombinha é marginalizada pelo agressivo pensamento higienista, vítima dos desvios dos trópicos e oriundos de raça inferior, causadora dos desejos mais imprudentes e carnavais agressivos porque “as prostitutas tornaram-se inimigas dos higienistas principalmente pelo que supostamente tinha na degradação física do homem [...] e destruição das crianças e da família” (COSTA, 1979. p. 269), especificamente pela transmissão sifilítica.

A literatura higienista dedica um espaço para os libertinos condenados por se exporem de modo perigoso a contaminação das doenças venéreas. Na lista do *O cortiço* temos o jovem Henriquinho, garoto promissor, inteligente e estudante de Medicina, que mantém um relacionamento adúltero com a Dona Estela, a mesma que também mantém um comportamento libertino porque é casada com o Miranda. As buscas hedonistas pelo prazer venéreo, independente de contaminação sifilítica, são tidas como doença. Os médicos viam no libertino o responsável pelos adultérios, Henriquinho proporciona mais uma cena de adultério, além da relação que tinha com Estela, levado por um forte desejo visceral pela lavadeira Leocádina, esposa do Bruno, que observava ardentemente, em cima do sobrado, seus movimentos do grosso quadril e o tremular das redondas tetas. Em troca de um coelho, o libertino consegue usufruir do venéreo prazer com Leocádina.

Mas o que tem a ver, a condição de vida e as relações afetivas com o preconceito racial? No capítulo “A eugenia como projeto de nação”, o historiador André Mota elenca que as teorias raciais e eugênicas estavam no centro do questionamento nacional onde teriam aspectos importantes na discursam da raça brasileira. Indo mais além, Mota afirma que “seus representantes chegariam a propor estratégia na limpeza racial [...] particularmente físicas, mental e moral” (MOTA, 2003. p. 39). O racismo apresenta como biótipo ideal para o expansionismo e o domínio das nações o homem branco. Esse ator social recorrer à criminalização das raças miscigenadas e não branca, o que nos dá

a entender que esse tema é em si bastante antigo e que no século XIX ganhou uma dimensão mais ampla (ARARIPE Jr. apud MOTA, 2003. p.46).

Especificamente, no Brasil, as ações eugênicas dos finais do século XIX eram vistas como iniciativas nacionalistas, a base para a construção de um país sólido, rico e próspero, com homens hereditariamente saudáveis. Como exemplo, a Teoria da Fenologia apontou a capacidade de determinar o caráter, a personalidade e o grau de criminalidade baseado na medida craniológica inevitavelmente as raças diagnosticadas como perigosas, tendenciosas, lúbricas, fadadas ao alcoolismo, a criminalidade e os piores vícios sociais, sem sombra de dúvidas, eram os não brancos.

Na República do cortiço, o que era antes feio, sujo e miserável desde a estrutura ao sistema social, ao longo do enredo tem uma ascendência progressista, e os que não se adaptaram ao novo ideal, muda-se para uma nova estalagem. Porém, na real convivência do país, essas pessoas feias, sujas e miseráveis são empurradas para as favelas ou conjuntos habitacionais pobres, e tudo o que vem dessa oprimida população é desprezível e degenerado, desde a música, até dança, a alimentação ou qualquer manifestação social. Os discursos eugenistas transformaram pessoas pobres e marginalizadas em criminosos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, o duelo brasileiro *versus* o europeu, ficcionalmente exposto por Aluísio, tem o amor entre o imigrante europeu e uma negra brasileira como estopim para uma grande confusão e, por consequência, estabelece uma completa desordem no lugar da ordem social. É estranho o fato de que, no final, o progresso consegue se sobrepor ao caos.

O tema da desordem social é evidente em *O cortiço* desde os roubos de Romão, sintoma de falha moral, até se tornar explorador e usurpador. A briga e morte de Firmo, a caótica confusão entre brasileira(s) e a portuguesa(s). O cortiço arde em grandes labaredas: “a bruxa conseguia afinal realizar o seu sonho de loucura” (AZEVEDO, 1993, p.184). A destruição do cortiço não foi apresentada como um acaso ou um erro. Aluísio de Azevedo manifesta a frágil proposta de evolução e organização da nação e da sociedade.

No entanto, no centro dessa sociedade oligárquica e conservadora, grande parte da elite intelectual atribuiu ao negro, o indígena e o mestiço a responsabilidade pela visão preconceituosa que havia na Europa sobre o Brasil. Passaram a coadunar com a ideia de que essas pessoas eram o impedimento para o progresso de nossa civilização. Afinal, o racismo científico, segundo Lilia Schwarcz, foi o responsável por legitimar desigualdades sociais por meio de diferenças étnicas. O racismo fez parte das relações pessoais e do cotidiano nas mais diversas regiões brasileiras.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: FTD, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Noções de análise histórico-literária**. Associação Editorial Humanitas, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista Antropol.** vol.47 no.1. São Paulo, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

MENDES, Leonardo; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Naturalismo aqui e là-bas. **O eixo e a roda**, v. 18, Belo Horizonte, 2009.

MOTA, Andre. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**, DP&A editora, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Maria Rita. A posição de Graça Aranha no lastro do moderno. **Revista Iberoamericana**, Vol. LXXII, Abril-Septiembre 2006.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Análise estrutural de romances brasileiros**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930**, São Paulo, companhia das letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v1, n2, Rio de Janeiro, jul | dez 2008. 146-166 p.

CAPÍTULO VI

O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO E LIBERTÁRIO DE MARIA LACERDA DE MOURA (1887 – 1945)

Flaviane Barbosa da Silva¹

Joachin de Melo Azevedo Neto²

RESUMO

A professora Maria Lacerda de Moura teve um papel relevante em meio aos debates sobre educação na Primeira República por ter defendido, já no começo do século XX, que a finalidade do conhecimento deve ser o cultivo do senso crítico, autonomia de pensamento e da cidadania para os indivíduos. Propomos uma discussão em torno da obra *Civilização: Tronco de Escravos*, publicada originalmente em 1930, da referida autora para uma melhor compreensão histórica da visão política, engajada com uma educação libertária, contida nesse libelo. Moura, portanto, destacou o que considerava benefícios e malefícios que a população brasileira estava vivenciando em meio a um panorama marcado pela evolução da ciência, sugerindo mudanças na forma de educar as crianças e mulheres de modo que pudessem conquistar sua emancipação social e intelectual em meio aos ditames da contemporânea tecnocracia.

Palavras-chave: Maria Lacerda de Moura. Anarquismo. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Nos primeiros decênios do século XX, houveram vários debates públicos em torno da forma como estava estruturado ou deveria se estruturar o ensino no Brasil. Durante a Primeira República, paralelamente as práticas positivistas de educação instituídas pelo Estado, surgiram, por parte dos anarquistas, debates e propostas de novas formas pedagógicas que pudessem beneficiar toda a população ao estimular a autonomia, emancipação e senso crítico nos indivíduos. Inspirados por teorias sociais que exaltavam o papel dos trabalhadores(as) e camponeses(as) ao longo da formação do mundo moderno, os anarquistas defenderam uma educação libertadora, humanista

¹ Graduada em História pela Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina.

² Professor Adjunto do Curso de História do curso de História da Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina.

e construída não em bases eclesíásticas ou falso-moralistas, mas da necessidade de se libertar os indivíduos das várias formas de opressão social enfrentadas no mundo industrial.

A partir do interesse em se aprofundar um pouco sobre a temática da educação na Primeira República, o presente trabalho busca analisar a obra *Civilização: Tronco de Escravos*, publicada em 1930, de Maria Lacerda de Moura. A visão política da autora estava engajada com uma educação libertária e em meio a um contexto temporal marcado pelo vertiginoso desenvolvimento da ciência e técnica, sugeriu uma mudança emancipadora na forma de educar as crianças e mulheres principalmente oriundas das classes populares.

Maria Lacerda de Moura, professora, anarquista e militante, considerada feminista também devido seu apoio constante às lutas das mulheres, construiu um pensamento voltado contra o Estado burguês e todos os mandarins que tiram proveito do autoritarismo e opressão econômica sob os quais se alicerçam essa forma de governo. Entender as discussões educacionais provocadas por Moura a partir de suas obras, publicadas na transição da Primeira República para o Estado Novo, pode auxiliar na compreensão de ideias pedagógicas reformistas e revolucionárias que estavam fora dos enquadramentos e normas que regiam o sistema educacional dominante. Esse breve ensaio abarca também uma rápida incursão pelos conceitos de anarquismo e história das mulheres, no intuito de que são considerados aqui peças-chave para que se possa entender melhor as singularidades do atual pensamento da autora em questão.

2. DUAS OU TRÊS NOTAS SOBRE ANARQUISMO

Na Europa, no século XIX, várias correntes teóricas e políticas surgiram para legitimar a busca por mais direitos e liberdade coletiva e/ou individual. O anarquismo ganhou bastante adesão em meio a esses debates por sugerir novas regras de funcionamento econômico, social e cultural das sociedades rurais e industriais situadas na Europa industrial. Basicamente, para os primeiros autores libertários, os governos que se consolidaram em países que aderiram ao republicanismo burguês ou ao monarquismo, estão regidos por sistemas de funcionamento que tornam a população

infeliz por meio de práticas coercitivas e sutis de controle social constante, desde o nascimento até a morte dos indivíduos.

Após a morte do inglês William Godwin (1756-1836), um dos precursores mais relevantes do pensamento anarquista contemporâneo, outros autores como Max Stirner (1806-1856), Joseph Proudhon (1809-1865), Leon Tolstói (1828-1910), e Mikhail Bakunin (1814-1876) deram continuidade às teorias e abrangência do Anarquismo dentro da sociedade industrial. Segundo um dos mais respeitáveis historiadores e arquivistas do anarquismo, o holandês Max Nettlau, em *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*, publicada pela primeira vez em 1935: “foi um progresso semelhante àquele da Revolução Francesa e àquele do século XIX em relação ao absolutismo do século XVIII, que suscitou o socialismo integral e a concepção anarquista” (NETTLAU, 2008, p. 31), por toda a Europa.

Para os anarquistas, o Estado moderno, em suas variantes burguesa ou absolutista, oprime o indivíduo pobre e favorece apenas as elites dessas sociedades ao fornecer inúmeras possibilidades para que aumentem seus privilégios, poderes e riqueza as custas da exploração da miséria das classes populares. Essa corrente iconoclasta de pensamento não recusa totalmente a política, apenas sustenta que uma forma de poder não centralizada pelo Estado seria a mais adequada para atender a maior parte da sociedade. Portanto, defendem menos autoritarismo e mais liberdade; menos exploração e mais coletivismo.

Nessa perspectiva, Nettlau previu ainda que “os Estados, etapa transitória e fonte de todos os males, estão condenados a desaparecer, e os homens reagrupar-se-ão segundo a razão” (Idem, p. 50). Conforme a linha de pensamento anarquista, o Estado não contribui para a edificação racionalista de um povo. Pelo contrário, propaga toda sorte de estratégias de manipulação coletiva para embrutecer as classes populares, não as deixando assim aptas para o exercício da cidadania.

O anarquismo não constitui uma única corrente de pensamento e suas concepções são bastante diversificadas e até contraditórias entre si em alguns pontos. Há muitas divergências entre os próprios teóricos libertários em relação às medidas que devem ser postas em prática para se conseguir uma sociedade mais justa, sem pobreza e sem Estado. Proudhon e Stirner acreditavam que o anarquismo poderia se tornar uma realidade caso fosse implantado de modo pacífico pelas instituições. Já Bakunin

defendia que era preciso destruir o Estado moderno para que houvesse uma revolução efetivamente anarquista. Apesar de todas as divergências, essas ideias tinham o mesmo intuito: libertar os indivíduos da exploração capitalista e do autocratismo de governos liberais ou déspotas. O anarquismo é uma corrente filosófica que defende radicalmente a liberdade. No entanto, essa liberdade só pode ser concretizada sem a tutela do Estado. Porém, não há consenso entre os principais intérpretes desse ideário político acerca do meio que deva ser adotado para a devida superação do despotismo/autoritarismo governamental.

Para o escritor francês Daniel Guérin, teórico do anarco-comunismo, em *O anarquismo: da doutrina à ação*, os anarquistas também podem ser considerados socialistas, pois buscavam extinguir as formas de exploração que surgiram entre os homens ao longo da história contemporânea. O autor afirma ainda que “para o anarquista, o Estado é, de todos os preconceitos que embrutecem os homens, o mais nefasto” (GUÉRIN, 1968, p.22) e que, portanto, não existe nenhuma força de vontade do Estado em democratizar a razão. Pelo contrário, o Estado moderno vela pela manipulação coletiva dos oprimidos. Apesar de todas as revoluções e acontecimentos, com efeito, as elites políticas e econômicas contemporâneas parecem empenhar-se na tarefa de manter todas as alienações que esmagam os indivíduos (Idem, p.34). Nesses termos, o ideário anarquista propõe uma defesa intransigente da ideia de livre-arbítrio.

A anarquia, para Guérin, é “a sociedade organizada e viva”. Sendo, portanto, uma forma de organização política que visa estabelecer “o mais alto grau de liberdade e ordem a que a humanidade pode chegar” (Idem, p.50). A ideia central é que a população tenha uma vida livre, sem o domínio do Estado, da igreja e de todos os grandes proprietários. Para os anarquistas, o Estado deveria desaparecer com o tempo e todo mal que ele trazia para a população seria substituído pela razão e igualdade. Entendemos, portanto, que o anarquismo busca tornar possível a vida em uma sociedade motivada, livre, solidária, com características coletivas e um governo construído a partir da autogestão.

3. HISTÓRIA DAS MULHERES

No Brasil, o anarquismo serviu de base para algumas mulheres na luta contra o autoritarismo, desigualdades e busca pela cidadania a partir do começo do século XX. Maria Lacerda de Moura foi um dos exemplos dessa adesão de algumas brasileiras às ideias anarquistas que passaram a circular no país principalmente com a imigração europeia nas regiões Sul e Sudeste. A mineira conheceu distintas mulheres entre as décadas de 1910-1930, foi professora, jornalista, feminista e militou em diversas causas para enfrentar os problemas sociais por meio de iniciativas na alfabetização e reformas educacionais em São Paulo, cidade na qual atuou profissionalmente.

Pesquisas históricas sobre a condição feminina passaram a ganhar maior ênfase política e reconhecimento acadêmico só recentemente, no final da década de 1960, a partir do aumento de mulheres frequentando universidades. É nesse contexto que foram surgindo pesquisas sobre a história do gênero feminino, embora recebias ainda com pouca aceitação ou mesmo indiferença por parte de alguns historiadores conservadores. No entanto, o questionamento político do enfoque tradicional da história, pautado em uma história de homens escrita para outros homens, auxiliou a arejar o campo empírico e científico da história social e cultural.

A representação histórica das mulheres apenas como “auxiliares” dos homens foi fortemente rechaçada quando as mulheres decidiram pesquisar sobre e escrever sua história. É nesse sentido que vários estudos sobre a organização do cotidiano nas cidades e campo, desenvolvidos ao longo do século XX, apontam para o fato de que as mulheres tiveram um papel político importante ao agenciarem afetos e exerceram seus anseios por cidadania, muitas vezes, de maneira velada em sociedades fortemente senhoriais. Em *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, a historiadora francesa Michelle Perrot salienta que essas pesquisas ressaltaram a ideia “muito difundida”, inclusive, “de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública (PERROT, 1988. P. 166)”.

Para Perrot, foi bastante importante esse “desejo análogo de inverter a perspectiva historiográfica tradicional” e, sendo assim, “de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana”. Foi esse interesse que “sustentou o esforço das

historiadoras nesses últimos anos” (Idem, p.169). De acordo com vários códigos comportamentais, autoridades policiais, jurídicas e senhoriais, vigentes no Ocidente desde a modernidade, as mulheres eram consideradas como um grupo social frágil e incapaz de exercer ativismos políticos ou protagonizar revoluções. No final do século XIX e início do XX não foi diferente. Mulheres estavam entre as classes consideradas minoritárias e, conseqüentemente, excluídas do meio social, da política, das decisões de casa e também da própria História. Ainda de acordo com a autora de *Os excluídos da história*, “essa exclusão, aliás, é senão a tradução redobrada de outra exclusão: a das mulheres em relação à vida e ao espaço público na Europa Ocidental no século XIX” (Idem, p.186).

Desde meados do século XX, já foram realizadas diversas pesquisas sobre a história das mulheres e diversos outros seguimentos sociais marginalizados. Até então, era raro encontrar algum texto acadêmico de autoria feminina, pois era “quantitativamente escasso”. Esses escritos são estritamente especificados: “livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria” (Idem, p.186). Os estudos científicos mais recentes, nesses termos, primam, na contramão, por investigar as obrigações, papéis, lugares dentro da sociedade e como eram educadas, se posicionavam e buscaram exercer variadas formas de resistência e cidadania.

Para a pesquisadora norte-americana Joan Scott, especialista no estudo das mulheres a partir do conceito de gênero, a história das mulheres ainda é marcada por uma pouca quantidade historiográfica. Porém, a aparição mais frequente dessas pesquisas nas livrarias também tem um preço. Com uma maior difusão de investigações sobre mulheres participando ativamente da política no meio social e buscando por voz no espaço público, o mercado editorial contemporâneo está buscando obter lucros a partir do crescente interesse por essa seara temática. Segundo a autora, “esto es evidente en la multiplicacion de los trabajos y cursos sobre la historia de las mujeres, y en el creciente número de revistas especializadas y libros que los editores han capitalizado de tan buena gana” (SCOTT,1996, p.44).

No entanto, essas publicações são essenciais para que a história das mulheres se consolide enquanto campo teórico e metodológico específico e, conseqüentemente, circulem entre o maior número possível de leitores(as) em nosso mundo

contemporâneo. Os modelos historiográficos que reservaram os holofotes da História para os homens oriundos de classes sociais elevadas e que ocuparam cargos importantes de poder já vem sendo questionados de maneira sistemática desde o começo do século XX.

A partir de várias lutas feministas, ao longo da década de 1980, as mulheres passaram a ser fonte de vigoroso interesse acadêmico no Ocidente. Estudos sobre a condição feminina podem ser encontrados com certa frequência não apenas nos periódicos científicos brasileiros, mas também em revistas anarquistas publicadas na Espanha e na Argentina, por exemplo. Alguns desses trabalhos, muito críticos para a época em que foram publicados, passaram muito tempo para ter o devido valor empírico reconhecido, assim como a atuação de várias cientistas sociais que defenderam mais emancipação para as mulheres em face dos valores senhoriais dominantes.

4. CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CONDIÇÃO FEMININA

Para o historiador Eric Hobsbawn, em *A Era do Capital: 1848-1875*, a sociedade burguesa europeia estava bastante orgulhosa dos avanços técnicos e científicos conquistados para a época. A ciência se tornou um campo de desenvolvimento autônomo. Exemplos como o do físico inglês J. J. Thompson (1856-1940) que criou as teorias da eletricidade magnética que possibilitaram, tempos depois, a descoberta do elétron; a Tabela Periódica dos Elementos inventada pelo químico russo Dmitri Mendeleev (1834-1907) que estabeleceu um sistema de classificação universal de elementos que compõem a matéria ou os estudos do médico francês Louis Pasteur (1822-1895), cujas análises de formas microbiológicas de vida possibilitaram o desenvolvimento de remédios para infecções, são evidências para a compreensão de todo esse otimismo.

O biólogo inglês Charles Darwin (1809-1882) e outros pesquisadores evolucionistas, ao nivelar a história da evolução da humanidade com a dos animais, quer dizer: ao comprovar o pertencimento da espécie humana aos ciclos da natureza, também contribuíram robustamente para o inegável progresso científico europeu. Porém, a constante tensão vivenciada pela comunidade científica com a religião cristã,

seja em sua vertente católica ou protestante, ilustra também o quanto esses cientistas estavam isolados:

Eles eram, apesar de tudo, dramáticos ou mesmo traumáticos, pois pela primeira vez investiam em direção a uma confrontação deliberada e militante com as forças da tradição, o conservadorismo e especialmente a religião. Eles aboliram o *status* especial que os homens haviam concebido para si mesmos até então. A violência com a qual se resistiu à evolução era ideológica. Como conceber que o homem, criado à imagem de Deus, não fosse mais nada que um macaco modificado? Diante da escolha entre macacos e anjos, os opositores de Darwin tomaram o lado dos anjos. A força dessa resistência demonstra a força do tradicionalismo e da religião organizada mesmo entre os grupos mais emancipados e instruídos das populações ocidentais, pois a discussão estava limitada aos altamente cultos. (HOBBSAWN, 2017, p. 391-92)

Nesse sentido, pensar de possibilitarem avanços de inúmeras dimensões, os pensadores burgueses não eram especificamente revolucionários. Sociólogos liberais chegaram a sugerir que as tensões sociais geradas pelo advento da economia industrial poderiam ser resolver por meio da cooperação de todos em um tipo de organismo vivo coletivo. Os postulados antropológicos e etnográficos do inglês Edward Tyler (1832-1917), nesse sentido, são repletos de racismo. As sociedades que não eram brancas e industriais estavam em um estágio inferior da evolução e mais próximas da natureza, segundo esse antropólogo. Daí porque considerava o camponês enquanto uma figura humana limite entre a criança e o adulto ou negros e asiáticos como raças infantis.

Linhas de pensamento ideológico como essa, travestidas de verdades científicas, acabaram formando muitos adeptos na Europa e Estados Unidos do século XIX porque legitimavam a suposta dominação “natural” de brancos sobre negros, ricos sobre pobres, homens sobre mulheres. A sociedade industrial burguesa, constantemente denunciada por fomentar a desigualdade social mesmo tendo sido fundada sobre bases filosóficas igualitárias, buscou aporte em teorias sociais que naturalizavam o racismo, o patriarcalismo e a pobreza. É nesse contexto geracional de debates que as contundentes críticas de pensadores libertários as convenções acadêmicas e morais dominantes precisam ser entendidas.

Entre o século XIX e XX, muitas transformações ocorreram também no Brasil com a fundação da Primeira República. Nas esferas sociais, educacionais, urbanas, científicas e industriais, os governos investiram no aperfeiçoamento constante de diversos dispositivos de controle social sempre no intuito de reprimir com eficácia indivíduos

insubordinados e insatisfeitos. O psicanalista Jurandir Freire Costa, em *Norma médica e ordem familiar*, esclarece que, após o crescimento da população urbana, em fins do século XIX, as frequentes preocupações estatais do Brasil com a higiene e a defesa dos “bons costumes” estavam entrelaçadas.

De acordo com o citado autor, essas pautas mobilizaram médicos, Igreja e autoridades sanitaristas ligadas ao Estado para a elaboração de estratégias de inserção do país nos padrões europeus de civilização e educação. Buscando uma ruptura comportamental com os resquícios coloniais e escravistas do Brasil, novos códigos eurocêntricos de etiqueta afetaram diretamente o cotidiano das mulheres no país:

Diante da grande e pequena burguesia europeias, não bastava ser branco, católico ou proprietário de terras. Estas qualidades diluíam-se, agora, em meio a uma população que desprezava em bloco o atraso e o primitivismo locais. As mulheres tinham de expor-se ao mundo em teatros, recepções oficiais e restaurantes públicos que começavam a surgir. A nova etiqueta, o novo código de relacionamento social, impunha essas formas de sociabilidade. A semelhança física e de costumes com os europeus, já higienizados e domesticados em seus países de origem, era indispensável ao reconhecimento social e ao sucesso econômico da família. (COSTA, 1977, p. 120)

A suposta inferioridade da mulher quando comparada ao homem constituía uma mentalidade incontestável para o período. Esse fato justifica porque, mesmo em meio as adesões de moldes europeus de civilização, as autoridades eclesiais, jurídicas e médicas do país continuaram reproduzindo discursos que, por exemplo, discriminavam mulheres que eram mães solteiras ou precisavam se deslocar até a rua para trabalhar. Mesmo que em um país efetivamente civilizado não houvesse mais espaço para juízes, delegados, padres e médicos rotularem essas pessoas enquanto “mulheres desonradas ou sem honra”, essas autoridades masculinas usaram suas funções institucionais para engessarem a ideologia senhorial própria da Colônia e Império no novo regime.

A questão é que também devemos considerar que, além da pele branca, os europeus também trouxeram consigo, durante o processo de imigração para o Brasil, experiências políticas de cidadania bem-sucedidas no Velho Mundo como o anarco-sindicalismo e o cooperativismo. Por mais que o Estado brasileiro esperasse “branquear” e docilizar trabalhadores e donas de casa com uma nova identidade cultural coletiva, a imigração de europeus engajados com causas políticas de vanguarda ajudou na circulação de reivindicações como o sufrágio feminino.

Neste período no qual as mulheres eram basicamente educadas para cuidar do lar, do marido e dos filhos, houveram também reivindicações por parte de vários(as) intelectuais progressistas da época sobre a importância de se agendar uma reforma da educação visando o desenvolvimento do país. Mudar a educação das mulheres seria uma questão fundamental a se avaliar, uma vez que toda sociedade deveria se empenhar para que o Brasil realmente passasse por um processo civilizatório moderno. As mulheres já tinham começado a atuar junto à opinião pública, mesmo com todas as barreiras dos higienistas, autoridades políticas e jurídicas, além da Igreja Católica.

Maria Lacerda de Moura, portanto, propõe uma reflexão sobre os assuntos de mais destaque e de menos precisão para a concretização da liberdade feminina e daqueles menos favorecidos. A autora abordou temas diversos buscando alcançar o maior número possível de leitores para refletir sobre as transformações que estavam acontecendo no país e como estas afetariam negativamente as populações menos beneficiadas.

Em *Civilização: Tronco de Escravos*, Moura refletiu sobre como a educação cristã, a ciência e as guerras podem não contribuir para a evolução do povo, na medida em que são usadas por governos enquanto estratégias de dominação social que inibem ou reprimem buscas por pedagogias libertárias, conquistas trabalhistas ou pela liberdade de expressão. A autora disse ainda que “a evolução é individual, e o conservantismo das massas é assegurado pela influência ancestral fossilizada no subconsciente coletivo e pela educação, domesticadora até o servilismo” (MOURA, 1931. p. 09).

No artigo “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura”, a historiadora Margareth Rago esclarece que, para Maria Lacerda, a instrução estabelecida pela educação familiar e sociedade patriarcal não é mais suficiente para a formação de um Brasil moderno. Seria, portanto, necessário investir em uma nova forma de educação pública em escolas laicas que não visasse reforçar dogmas da Igreja.

Sendo assim, a autora anarquista realizou, não apenas na obra aqui discutida, mas em ampla produção bibliográfica, uma:

Crítica contundente da moral sexual burguesa, que considera repressiva e hipócrita, radicaliza a denúncia da opressão de gênero sobre as mulheres pobres ou ricas. Temas dificilmente discutidos por mulheres em sua época, como a educação sexual dos jovens, a exigência da virgindade feminina, o amor livre, o direito ao prazer sexual, o divórcio, a maternidade consciente e

a prostituição figuram entre os mais importantes na extensa produção intelectual da militante mineira. (RAGO, 2007, p. 277)

Na Primeira República, ocorreram muitas descobertas científicas também no Brasil e no mundo. No entanto, para Maria Lacerda Moura, nenhum desses avanços constituiu propriamente algo de positivo para a evolução da população. Pelo contrário, essas descobertas levariam mais rápido a humanidade a um estilo de vida padronizado, degradável ou insustentável. Nesse sentido, nenhuma sociedade, por mais tecnológica que fosse, deveria ser considerada civilizada enquanto considerasse as mulheres seres irracionais. Conforme denuncia a autora: “Todas as descobertas, sem exceção alguma, todas as pesquisas das ciências são açambarcas pelos interesses industriais e para as conquistas da guerra, conseqüentemente” (MOURA, op. cit., p.12).

Não adiantava a Igreja perder domínio, a ciência ganhar espaço ou o pensamento social ser modificado, se a população não evoluía nos costumes ou, pior, continuasse do mesmo jeito: sendo refém da Igreja, do Estado e agora, da Ciência. Para Aline Tosda dos Santos, no artigo “A construção do papel social da mulher na Primeira República”, pouco a pouco, a visita domiciliar do padre, como conselheiro para as questões familiares, passa a ser substituída gradativamente pela consulta com o médico de família. Munidos de um discurso científico autorizado pelo poder, estes profissionais se tornaram um dos principais interventores no comportamento dos indivíduos no Brasil republicano (SANTOS, 2009, p.06).

Atenta para os interesses dominantes de controle social obscurecidos por discursos tecnicistas, Maria Lacerda criticou a glorificação acrítica dada aos cientistas. Segundo a autora, cientistas se vendem constantemente para o Estado ou para quem tem mais poder e “[...], em vez de servir para elevar a mentalidade humana ao nível do ideal científico puro e das aspirações de renovação social pela educação” (MOURA, op. cit., p. 14), acabam corrompidos por vaidade, oportunismo e exibicionismo. Na ótica da autora, a evolução de toda uma sociedade é corrompida se qualquer grupo social estiver corrompido.

Dessa forma, para a autora, a educação, que deveria ser o principal meio para a libertação das mulheres, estava contaminada por interesses dominantes. Ritos e conteúdos escolares pretensamente positivistas, técnicos e neutros serviam para desviar os indivíduos de reflexões críticas sobre o mundo no qual estavam inseridos.

Durante toda a Primeira República, a questão da educação foi o carro-chefe de discursos políticos que prometeram a modernização do Estado, mas isso não significa que as equipes dos governos estavam debatendo esses projetos a partir de uma concepção pedagógica emancipadora.

Recorrendo a metáfora do mito antigo de Prometeu, Maria Lacerda destacou, portanto, que a ciência, apresentada pelo Estado burguês como um símbolo da modernidade e do desenvolvimento, logo se tornou “recurso” para a aperfeiçoamento de práticas de vigilância, padronização, punição e extermínio. Ao mesmo tempo, a relação ocidental com o saber científico é ambígua porque a ciência também foi e continua sendo acionada para o benefício coletivo, sendo usada também para salvar vidas e organizar as sociedades. Assim, na visão da autora, era preciso domesticar o potencial destrutivo da ciência: “Se o homem que viver, é preciso acorrentar o novo prometeu: a ciência” (Idem, p.102).

Ainda em *Civilização: Tronco de Escravos*, Maria Lacerda faz alusão a visita ao país de um célebre cirurgião judeu chamado Serge Voronoff (1866-1951), convidado para palestrar as Jornadas Médicas, realizadas no Rio de Janeiro, em julho de 1928. A historiadora Ethel Cuperschmid esclarece que o Doutor Voronoff expôs para os presentes o que estava, naquele momento, em alta na Europa em termos de medicina: cirurgias plásticas e transplante de glândulas por meio de técnicas que garantiriam boa saúde mental, física e sexual. O nome, a figura e a técnica de Voronoff circularam pelo Brasil como sinônimos de um rejuvenescimento certo e seguro para pessoas insatisfeitas com os efeitos do tempo em seus corpos (CUPERSCHMID, 2017, p.114).

O Dr. Voronoff afirmava que “muito mais do que aspectos afrodisíacos, o xenotransplante de glândulas sexuais de macacos em homens tinha como finalidade o rejuvenescimento e a restauração física e intelectual do homem” (Idem, p.114). Ao comentar as ideias e práticas cirúrgicas do médico estrangeiro, Maria Lacerda afirmou que muitas das insatisfações do ser humano com a própria aparência podem ser resolvidas de maneira pedagógica. A educação laica, nesse sentido, deveria ser usada enquanto uma ferramenta cultural capaz de evitar o envelhecimento mental das sociedades. Não adiantava, para a autora, alto investimento no corpo e pouco na educação. Voronoff, portanto, para Moura, estava a serviço do dinheiro e da imbecilidade humana (MOURA, op. Cit., p.46).

Igreja, Ciência e Estado, em se tratando de instituições burguesas, para a libertária mineira, eram instrumentos de controle coletivo. A educação pública brasileira não foi concebida para ser um palco de debates sobre os aspectos edificantes, benéficos e emancipadores da ciência, mas aliada aos dogmas católicos, fazendo parte assim de um projeto moralista e disciplinador de nação.

Segundo Maria Lacerda,

A educação, desde o batismo e o jardim da infância até a universidade, as academias científicas ou literárias, a noção, a pátria, a sociedade em suma, com toda as suas indispensáveis ramificações – religião, família, Estado - apodera-se da criatura humana, captura-a no berço e a leva ao tumulto – domesticando-a, civilizando-a, “condoída” pela sua ingnorancia, penalizada da sua cegueira numa piedade verdadeiramente cristã. (Idem, p.119)

A Igreja Católica, por exemplo, exigia, que o alunado fosse disposto em sala de aula seguindo critérios de separações por grupos por cor, sexo e classes sociais. Crianças eram educadas, em escolas da orientação religiosa, para exercerem papéis sociais diferentes de acordo com gênero e classe. O sexo feminino estava à mercê de seu aparelho reprodutivo, de acordo com o pensamento científico determinista que vigorou no período. Segundo se acreditava, esse fator tornava o comportamento feminino emocional, errático e imprevisível. Maria Lacerda se indignou a respeito desses enunciados porque deveria ser na esfera educacional que essas posturas deveriam ser desconstruídas e não reforçadas:

A Igreja, monopolizadora da educação, e o Estado, seu cúmplice, e o capital, grande acionista dessa extraordinária Companhia Anônima Ilimitada, todos se entendem maravilhosamente para massacrar a liberdade de consciência e cultivar até o infinito a imbecilidade e o acarneamento humano. (Idem, p. 132-133).

Moura fez duras e pertinentes críticas a todas as investidas do Estado e da Igreja contra a liberdade feminina. Para a autora, toda essa preocupação em padronizar o comportamento feminino não era pedagógica, mas sim ideológica: tratava-se de assegurar o autoritarismo e poder masculino que servem de base para o funcionamento do Estado. Por trás das supostas boas intenções espirituais da Igreja, estava escondido o interesse em sustentar uma lógica social na qual a mulher deve sempre estar submissa as vontades masculinas. Nesses quadros, mesmo que essas mulheres decidissem

estudar, seus aprendizados eram direcionados pelas instituições para os afazeres de casa (Idem, p.144).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que discussões sobre o pensamento anarquista e História das mulheres ajudam a compreender melhor a importância de testemunhos combativos como o de Maria Lacerda de Moura. No Brasil, como vimos, por volta de 1920, discussões sobre o código de conduta pública e privada das mulheres, principalmente das que desejavam estudar e trabalhar fora de casa (mais precisamente nas fábricas), foram engendradas por autoridades religiosas, científicas e jurídicas. Discursos de padres, higienistas e juristas sobre o tema da finalidade da educação pública apontam para o reforço das estruturas de dominação masculina na sociedade brasileira. Na contramão dessas posturas oficiais e oficiais, a mineira Maria Lacerda de Moura denunciou, ao longo da obra *Civilização: Tronco de Escravos*, que caso a educação ou a noção coletiva de ciência não fossem colocadas a serviço da emancipação dos indivíduos, o Brasil não poderia almejar entrar para o rol de nações modernas.

O baixo acesso à educação por parte da imensa maioria de brasileiros(as) sempre foi pauta de discursos e projetos políticos de poder das mais variadas tendências. Para padres, higienistas e Estado, o lugar das mulheres era cuidando do lar, a política não as pertencia, as ruas eram impróprias para as senhoras de “boa família” e a educação crítica, que era proposta pelos grupos anarquistas, era considerada amoral. Na contramão dessas ideias, Maria Lacerda de Moura, por meio de seus engajamentos intelectuais, práticas docentes e atuação jornalística, defendeu um projeto pedagógico nacional pautado em uma educação pública livre de amarras religiosas e patriarcais acessível para todos, sem exclusão de gênero. Porém, a imposição de um modelo nacional de educação conservador, positivista e acrítico fez com que experiências libertárias de ensino e investigação científica ocorressem de forma isolada.

REFERÊNCIAS

CUPERSHMID, Ethel. *O Doutor Voronoff* de Fradique Mendes. In: **WebMosaica**: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Rio Grande do Sul, vol. 06, n. 02, Jul/dez. de 2014.

FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

GUÉRIN, Daniel. **O anarquismo**: da doutrina à ação. Trad. de Manuel Pedroso. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital**: 1848-1875. 26ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

MOURA, Maria Lacerda de. **Civilização**: Tronco de Escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

NETTLAU, Max. **História da Anarquia**: Das origens ao Anarco-Comunismo. Trad. de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2008.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: Operários, Mulheres e prisioneiros. 4ª ed. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: REIS, Daniel Aarão Reis & FERREIRA, Jorge (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**: a formação das tradições (1889-1945). Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Aline T. A construção do papel social da mulher na Primeira República. In: **Revista em Debate**, Florianópolis, n. 8, jul/dez, 2008.

SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (Org.). **El género**: la construcción cultural de la diferencia sexual. México: PUEG, 1996.

SEÇÃO 2

VISIBILIDADE EM MOVIMENTO: GÊNERO, LINGUAGENS E VIOLÊNCIA

Social e historicamente construída, a violência de gênero encontra nas relações de poder e nas representações o sustentáculo de sua inteligibilidade imaterial e subjetiva, que, avocada ao campo das práticas tangíveis subjugam os corpos. Há de se considerar que as relações de forças são sempre tensas e que, como propôs Foucault (2014)¹, do outro lado, encontram-se resistências. Além disso, Michel de Certeau (2014)² nos apresenta a astúcia como condição de resistência em condições de dominação e opressão. A presente seção propõe contemplar análises voltadas às questões de gênero, linguagens e a violência, mas, sobretudo, as práticas e táticas usadas pelos sujeitos que subsistem à noção de que são seus corpos instâncias das inscrições através das quais ressoam relações de alteridade e a produção de discursos empenhados em ditar seus usos e desusos.

Walter Valdevino do Amaral
Universidade Católica de Pernambuco

Michelle Silva Borges
Universidade Federal de Uberlândia/MG

¹ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

² CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.



CAPÍTULO VII

PARA ALÉM DOS ESCRITOS: MARLY MOTA E AS ARTES PLÁSTICAS

Maycke Danielly Sereno da Silva¹

RESUMO

Com o intuito de evidenciar a mulher, o trabalho e as narrativas produzidas por uma sociedade, este trabalho busca visibilizar a trajetória da escritora e artista plástica: Marly de Arruda Ramos Mota. Ela viveu seus “tempos dourados”, como costuma denominar a sua infância e adolescência, na cidade de Bom Jardim, interior pernambucano. Nos anos 1940, transferiu-se juntamente com a família para o Recife; no final dessa mesma década, conheceu o poeta, jornalista e professor Mauro Mota, com quem conviveu durante 34 anos. Em 1965, publicou seu primeiro livro, intitulado “Pátio da Matriz”, no qual registrou algumas manifestações folclóricas e outras impressões sobre o mundo que descortinava da varanda de sua casa. Em 21 de setembro de 2009, tornou-se imortal pela Academia Pernambucana de Letras, ocupando a cadeira de nº 29; Marly também é integrante da Academia de Artes e Letras de Pernambuco e da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio de Janeiro. Além de ser uma escritora reconhecida no campo das letras, destaca-se no cenário das artes plásticas com seus inúmeros quadros que pintou, os quais foram desenvolvidos a partir das memórias e experiências vividas por ela. Marly Mota teve sua primeira exposição individual em 1967, quando mostrou uma série de óleos sobre tela no Salão do Hotel São Domingos, no Recife. Tomamos como aportes teórico-metodológicos as contribuições da intelectual Mary Del Priori para entendermos como desenvolveu-se a história das mulheres e os movimentos femininos no cenário nacional, além disso, as colaborações de John Scott com seus trabalhos no campo dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Intelectual. Arte.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1920 foi marcada por grandes transformações políticas, sociais, culturais, econômicas e urbanísticas nas grandes cidades do Brasil. Em uma sociedade em constantes transformações, os hábitos e costumes também sofreram mudanças. As mulheres dessa época tiveram seus hábitos, comportamentos e maneiras influenciados

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Voluntária do PIBIC-UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral.

pelas mudanças ocorridas dentro da sociedade no período vigente. Destacar a história das mulheres e o seu papel dentro da sociedade é, também, uma maneira de “fazê-las existir, viver e ser” (PRIORE, 2006, p. 9).

A imagem feminina que se tinha na década de 1920, era de um ser moderno e mais autônomo, as mulheres conquistaram os espaços públicos, passaram cada vez mais, irem sozinhas às ruas, tornando-se corriqueiro vê-las passeando sem acompanhantes pelas avenidas dos grandes centros urbanos. A análise do comportamento das mulheres neste momento, é fundamental para entendermos a construção da representação feminina na sociedade contemporânea, entendendo que as revoluções dos anos seguintes estarão inteiramente ligadas a construção dessa imagem forte e autônoma que as mulheres foram criando. De acordo com Joan Scott (1992), a história das mulheres surge como campo definível principalmente a partir da década de 60 do século XX, entretanto, é importante salientar que as décadas de 20 e respectivamente a década de 40 foram marcadas por importantes discussões sobre a questões femininas.

Apesar de uma maior “liberdade”, as mulheres naquele período viviam em uma sociedade que, através dos meios de comunicação, eram propagados os ideais de comportamentos pautados principalmente na religiosidade. Neste contexto, surgiu a “Revista Feminina”, que tinha por objetivo disseminar uma feminilidade sagrada, instruir as mulheres, oferecer uma literatura “sã e moral”, “recreativa e literária” que “colaborasse para educação doméstica e a orientação do espírito feminino” (SÁ, in: REVISTA FEMININA, 1922, p. 18). Na cidade do Recife, entre os anos de 1922 e 1926, não era incomum encontrarmos mulheres por toda a parte: nas ruas, bondes, cafés, bailes, teatros, cinemas, escolas, lojas, festas de igreja e nas fábricas; elas ocupavam espaços e trabalhavam como cigarreiras, artistas, parteiras, quitandeiras, cartomantes, professoras etc.

2. O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

No embalo das grandes transformações ocorridas nos anos 20 do século passado, nascia no Engenho São Francisco, localizado no município de Ipojuca-PE, no dia 22 de janeiro de 1926, a escritora e artista plástica Marly de Arruda Ramos Mota. Filha

de Manuel Cavalcanti de Arruda e de Maria Digna de Arruda. A escritora viveu os “tempos dourados” da sua vida com seus pais e irmãos na cidade de Bom Jardim, interior pernambucano, numa casa centenária e rica em objetos coloniais. Através da análise da sua vida, levantamento de dados e narrativas de acontecimentos, conseguimos traçar um estreito percurso entre a sua vida e carreira, evidenciando uma produção por meio da sua biografia.

A cidade onde nasceu, sempre foi para Marly Mota, uma fonte de expiração para sua vida intelectual e artística, segundo ela, a cidade de Bom Jardim é o lugar de em que guarda na memória inúmeros acontecimentos da sua infância e juventude, fazendo essas memórias transparecerem em suas obras. Além da cidade de Bom Jardim, Marly Mota sempre demonstra ter outras lembranças das temporadas que passava na fazenda Alegre, propriedade dos seus pais. Do Agreste setentrional, na cidade de Surubim, têm na memória os momentos vividos no Engenho Independência, morada dos seus avós. Adorada pela escritora, a cidade de Bom Jardim mais tarde forneceria o cenário para os acontecimentos, fatos e personagens do seu primeiro livro: “Pátio da Matriz”.

Considera que foi uma menina curiosa, cheia de questionamentos e indagações, que gostava de descobrir as coisas e ouvir as conversas dos adultos. Estudou piano quando tinha 8 anos de idade, foi aluna da mestra alemã Maurícia Lense, da Ordem Benedictina do Colégio Santana em Bom Jardim. Seu pai era-lhe um eterno admirador, adorava ouvi-la tocar e sempre incentivando-a seguir carreira como pianista. No poema “O Presente”, Marly Mota relata uma experiência que marcou sua infância: “Numa das costumeiras viagens ao Recife, / meu pai fizera-me uma bela surpresa. / Trouxera-me de presente um piano alemão Essenfelder, numa bela caixa de mogno. // Com o piano em casa, / passei a dedicar várias horas do dia/ aos meus exercícios” (MOTA, 2009). Cheia de energia e interesse, ainda quando menina, começara a escrever diários e relatos da sua vida, objetos de memórias muito afetivas segundo a artista.

3. ATUAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE NO CENÁRIO DAS ARTES PLÁSTICAS

O papel das mulheres artistas na História da Arte até fins do século XIX assumia, entre outras questões, problemáticas acerca da representatividade do feminino quando

observamos que o cenário artístico é pautado nos ideais e movimentos masculinos. Dentro desse universo, as mulheres passaram a ocupar posições de enfrentamento pelos espaços que ora é dominado pelo público masculino. Durante muito tempo as mulheres tiveram seus trabalhos legitimados a partir do seu atrelamento ao mundo masculino, situação que ganha outra perspectiva ao longo dos anos. No Brasil, as mulheres começaram a conquistar lugares de destaque a partir de 1879, quando surgiu a permissão para a entrada de mulheres na Academia Imperial de Belas Artes.

Na História da Arte em Pernambuco, pouco se fala sobre a existência de mulheres artistas e suas contribuições para as artes local, por muito tempo, o trabalho artístico feminino era visto como um passatempo para elas, impedindo-as de contribuir para o campo artístico com seus trabalhos. Apesar das diversas restrições impostas às mulheres enquanto intelectuais e artistas, suas lutas foram constantes e em decorrência disto observamos o quanto o público feminino cresceu e desenvolveu trabalhos importantíssimos para estes cenários (Cf.: ROSENBERG, 2020).

Sensível a literatura e as artes plásticas, Marly produziu suas primeiras telas, em estilo naif, a partir de 1965, ano que estreou na atividade literária com a publicação do seu primeiro livro, o qual foi bem aceito pela crítica e sociedade em geral. Narrando relatos de uma vida simples no interior, rico em aspectos culturais, descreveu os namoros das moças em busca de um casamento, as personagens quase folclóricas, como a louca Maria Borges, e os espaços comuns, como as feiras, as cheias e as missas. Um mundo em movimento, no qual o/a leitor/a se debruça e se encanta com tamanha leveza na escrita. Além de “Pátio da Matriz”, a escritora publicou outras três obras: “Janela” (1997), “O mundo e o carrossel” (2009) e “Além do jardim” (2009). Ambos os livros foram lançados pela Companhia Editora de Pernambuco, os escritos presentes nessas obras fizeram parte de uma coletânea de crônicas escritas por ela durante anos para os periódicos “Jornal do Commercio” e “Diário de Pernambuco”.

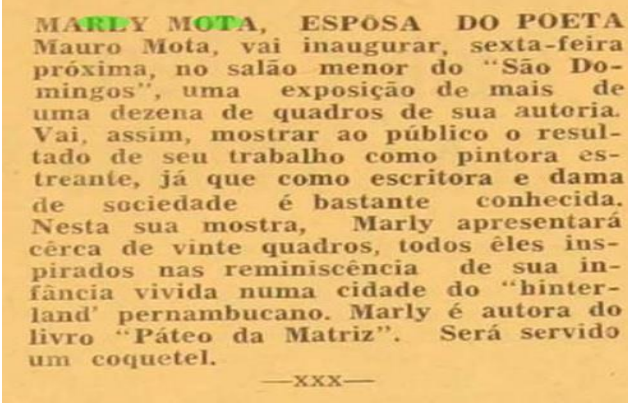
Os livros circulam de um canto a outro levando matéria de memórias, fascinando cada leitor/a com diferentes conteúdos e estilos, deixando a marca peculiar da escritora que recria o mundo com o que há em torno dela própria. Constantemente elogiada por outros intelectuais pernambucanos, como o sociólogo Gilberto Freyre, que vangloriava a forma como Marly Mota escrevia suas crônicas. Atualmente com 95 anos de idade, a escritora costuma propagar que se arrisca a escrever o que ficou da menina que foi

antes, curiosa. Ela tem poesia telúrica em tudo que escreve e pinta, com sentimentos visualizáveis pelas palavras e cores. A saudade e a memória são os elementos que mais lhe toca e inspira.

Para além de um talento literário, Marly Mota, também é reconhecida por sua vivência e trabalho desempenhado dentro do campo das artes plásticas. Ora escritora, ora artista plástica, ela vem desenvolvendo uma carreira paralela de pintora e escritora, imprimindo à sua obra um caráter lírico, sentimental e memorialístico, que remetem à paisagem e aos costumes interioranos que tanto marcaram sua vida. Intuitiva e fazendo arte com o coração, não há o que falte na pintura dessa artista plástica. Passando para as telas tudo àquilo que viu, viveu e experimentou, suas temáticas são pautadas em memórias e experiências que teve enquanto menina. Em um recorte do “Jornal do Commercio” que encontramos na Academia Pernambucana de Letras, temos a seguinte afirmação do sociólogo Gilberto Freyre: “O que mais me encanta na pintura, toda ela lírica –mesmo quando anedótica- de Marly Mota, é a sua sensibilidade as pequenas igrejas, aos pequenos sobrados, as casas de porta-e-janela dos burgos docentes brasileiros que formam o seu “tipo ideal” de cidade” (ACERVO DA APL, 2020).

Pintando a simplicidade das pequenas cidades, a artista foi conquistando e consolidando sua presença nas artes seduzindo a todos/as com o encanto, a partir da beleza simplista presente nas suas telas e representações. Em outro recorte encontrado no arquivo da APL, temos o escritor Walmir Ayala, afirmando que: “Cenas da vida popular do Nordeste são o tema da pintura ingênua de Marly Mota, que expressa num capricho e limpo registro do labor interiorano, a que não falta uma perspectiva panorâmica e o traço firme” (ACERVO DA APL, 2020). Como artista plástica, Marly Mota teve a sua primeira exposição individual em 1967, quando mostrou uma série de óleos sobre tela no Salão do Hotel São Domingos, no Recife.

Imagem 1: Reportagem do Diário da Manhã.



MARLY MOTA, ESPÓSA DO POETA
Mauro Mota, vai inaugurar, sexta-feira próxima, no salão menor do "São Domingos", uma exposição de mais de uma dezena de quadros de sua autoria. Vai, assim, mostrar ao público o resultado de seu trabalho como pintora estrepante, já que como escritora e dama de sociedade é bastante conhecida. Nesta sua mostra, Marly apresentará cerca de vinte quadros, todos eles inspirados nas reminiscências de sua infância vivida numa cidade do "hinterland" pernambucano. Marly é autora do livro "Páteo da Matriz". Será servido um coquetel.

—xxx—

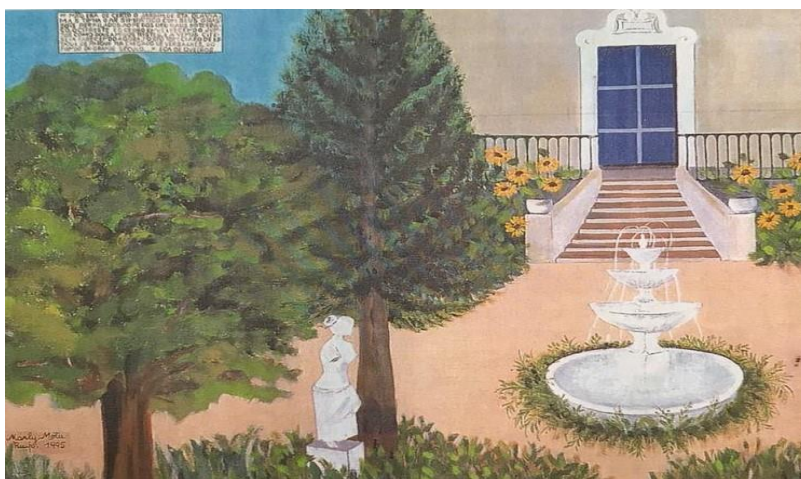
Fonte: Diário da Manhã, 15 de maio de 1967.

No dia do lançamento da sua primeira exposição foi organizada uma quimera, o pintor e colecionador de Arte Sacra, Abelardo Rodrigues, escreveu uma apresentação no catálogo. Registraram presença com suas assinaturas, muitos amigos que também se destacavam na cena cultural e artística da época: Benício Dias, Hermilo Borba Filho, Dulce Chacon, Vamireth Chacon, os compadres Maria do Carmo e Marcos Vilaça, Conceição e Clovis Paiva, Dinorá e Hélio Coutinho, Penha e Jordão Emerenciano, Lúcia e Zilde Maranhão, Maria Digna e Manuel Cavalcanti de Arruda, Elezior Xavier, Fédora Monteiro, o irmão Vicente Rego Monteiro, Wilson e Wellington Virgulino, Eudes Mota, a poeta pintora Tânia Carneiro Leão, maestro Vicente Fittipaldi, que no livro de presenças, além de assinar desenhou sua caricatura.

Dessa data ano até 2003, participou de diversas coletivas, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Maranhão, realizando, no mesmo período, mais de vinte exposições individuais, nesses mesmos Estados, e, ainda, em cidades de Portugal. Como artista plástica, ilustrou diversos livros, entre eles: "O Criador de Passarinhos" de Mauro Mota, "O Recife, Sim! Recife, Não!" de Gilberto Freyre e "Gilberto e Eça na Fundação Joaquim Nabuco", coletânea publicada pela Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco. Algumas de suas telas integram dentre outros acervos: o da Galeria Metropolitana do Recife, da Academia Pernambucana de Letras, do Palácio do Governo de Pernambuco, da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, da Academia Brasileira de Letras – Solar da Baronesa (Campos, RJ), do Museu do Novo México (Santa Fé, Estados Unidos), dos Museus de Ille de France e de Laval (França) e da Galeria-Biblioteca Rocha Peixoto, da Póvoa de Varzim (Portugal).

Entre diversas exposições promovidas pela artista podemos destacar amostras que foram realizadas de forma individual por Marly Mota. Além da primeira exposição realizada no Salão do Hotel São Domingos no Recife, nos anos seguintes que compreende de 1968 a 1986 foram elaboradas mais de dez exposições em diferentes cidades do Brasil, fazendo de Marly Mota uma artística para além do imaginário regional. Entre os trabalhos mais importantes dela estão as 12 telas das cenas baseadas na obra de Eça de Queiroz, oito em Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre e outras dez na obra de Mauro Mota. Estas obras assinadas pela artista e que respectivamente são quadros inspirados na obra de Mauro Mota, Gilberto Freyre e também de Eça de Queiroz são intituladas Cenas Mauromotianas, Cenas Freyrianas e Cenas Ecianas. Vejamos:

Imagem 2: Cenas Ecianas – Os Maias, o jardim do “ramalhetes”, 1995.



Fonte: Acervo da APL, 2020.

Com suas telas ricas em objetos e cores, artistas e amigos não pouparam elogios à pintora que traduz nas telas, principalmente, as suas memórias. Como podemos observar abaixo, a partir de um recorte que encontramos na Academia Pernambucana de Letras, no qual o sociólogo Gilberto Freyre afirma que:

No provincianamente regional de que a pintura de Marly Mota é captação admirável, a artista não inventa: descobre, identificando-se de tal modo com o que descobre de expressivamente simples, em paisagens e gentes assim provinciais, que deixa de querer parecer erudita para torna-se, ela própria, provinciana no seu modo de ser simples (ACERVO DA APL, 2020).

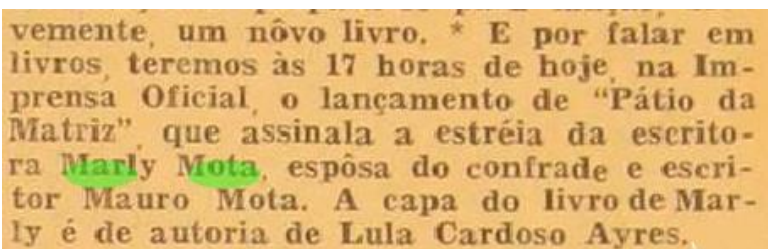
Dando valor e importância ao lírico e regional, Marly Mota dá valoriza o simples e o rústico, tendo uma maneira inteiramente sua de expressar nas telas as memórias e experiências que a cercaram.

4. A PRESENÇA DA ARTÍSTICA NAS PÁGINAS DE JORNAIS

Escritora renomada e popularmente conhecida pela sociedade pernambucana, foram reservados para Marly Mota reportagens de noticiários que circulavam (ressaltamos que alguns ainda circulam) no estado de Pernambuco no início de sua carreira. Alguns jornais relataram a importância da artista plástica que Marly Mota estava se tornando, é comum encontrarmos nestes noticiários a divulgação das suas próximas exposições como, também, escritos que relataram o êxito que a artista estava obtendo nas exposições pelo Brasil afora.

O “Diário da Manhã”, que circulou entre 1927 e 1985, foi um dos jornais em que o nome da artista foi evidenciado várias vezes. Fundado em 16 de abril 1927 por Carlos de Lima Cavalcanti, o “Diário da Manhã” foi uma publicação marcante na história da imprensa em Pernambuco. Sua fundação coincide com os movimentos que antecederam a queda da República Velha. Além de ter sido, em sua época, um dos mais modernos veículos impressos no país, foi referência de leitura para as principais lideranças políticas da região Nordeste. Em 29 de novembro de 1965, o nome da artista plástica Marly Mota apareceu pela primeira vez em suas páginas. Abaixo, temos um trecho desta matéria, vejamos:

Imagem 3: Reportagem do “Diário da Manhã”.



vemente, um novo livro. * E por falar em livros, teremos às 17 horas de hoje, na Imprensa Oficial, o lançamento de “Pátio da Matriz” que assinala a estreia da escritora Marly Mota, esposa do confrade e escritor Mauro Mota. A capa do livro de Marly é de autoria de Lula Cardoso Ayres.

Fonte: “Diário da Manhã”, 01 de março de 1975.

Após a sua primeira aparição, a artista passou a ser evidenciada com mais frequência em meio aos assuntos da sociedade pernambucana. Em um período de poucos anos, seu nome é relatado por mais de vinte vezes; as reportagens traziam um

caráter diverso, ora ressaltando a sua participação em eventos enquanto intelectual, ora narrando seus passos enquanto uma pintora renomada e, ainda, noticiando as exposições artísticas que eram realizadas. Sempre discreta e delicada, Marly Mota desenvolvia uma carreira paralela de pintora e escritora. Apesar da problemática envolta do reconhecimento do trabalho da artística, muitas vezes era revelada apenas como esposa do poeta Mauro Mota.

Além dos noticiários mencionarem a movimentação da vida artística, em diversas edições de jornais podemos observar a importância da pintora, quando, em páginas, é evidenciado o dia do seu aniversário, com isso, identificamos a relevância que a mesma possuía no corpo social, tornando o seu nome significativo e expressando o reconhecimento que desfrutava através do seu trabalho. Apesar de uma participação efetiva dentro da sociedade e em diversos aspectos, a intelectual se considera uma pessoa tímida e que não gosta de falar em público. Afirmando que: “De que gostaria mesmo, era deixar-se me longe das luzes, e dos olhares indagadores de alguns, e exigentes de outros, para conferir-me o mérito desta láurea acadêmica” (MOTA, in: REVISTA DA APL, 2011, p. 218).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 27 de novembro de 2008, foi eleita à cadeira n. 29, que antes pertencia a poetisa recifense Maria do Carmo Barreto Campelo de Melo. No dia da sua posse, 21 de setembro de 2009, foi saudada por intelectuais que acompanharam a sua trajetória. Durante seu discurso fez um passeio pela sua vida, citando figuras importantes e consagradas pela sociedade, como o do seu companheiro, o poeta Mauro Mota. Relembrou de sua infância em Bom Jardim e de suas memórias que possuem grandes referências afetivas. Descreveu viver feliz com a liberdade que a velhice lhe trouxe, sem censuras e aproveitando o seu tempo até altas horas no computador, digitando crônicas ou até mesmo desenhando uma nova tela (Cf.: MOTA, in: REVISTA DA APL, 2011).

Acreditamos que, através desta breve análise da trajetória de Marly de Arruda Ramos Mota, conseguimos construir uma narrativa da sua vida, enquanto escritora e artista plástica. Ao apresentarmos traços biográficos, procuramos destacar como estes se refletem em suas obras, especificamente, como a memória é um ponto fundamental

em suas produções, imprimindo à sua obra um caráter lírico, sentimental e memorialístico, que remetem à paisagem e aos costumes interioranos que tanto marcaram a sua vida.

REFERÊNCIAS

AYALA, Walmir. **Acervo da APL** [recortes], 2020.

SCOTT, Joan. “**História das Mulheres**”. In. BURKER, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

FREYRE, Gilberto. Mais uma vez, Marly Mota. **Acervo da APL** [recortes], 2020.

FREYRE, Gilberto. A Propósito de Marly Mota. *Jornal do Commercio*. **Acervo da APL** [recortes], 2020.

MOTA, Marly. Discurso de posse de Marly de Arruda Ramos Mota. **Revista da Academia Pernambucana de Letras**. Recife: A Academia, n. 40, set. p. 337, 2011.

PRIORE, Mary Del (Org.). **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSENBERG, André, Tejo, Cristiana. **Artes Plásticas in Pernambuco**: cinco décadas de arte. Recife: Gráfica Santa Marta, 2002.

SÁ, Katty Cristina Lima: O modelo feminino ideal no Brasil da década de 20. **Revista Feminina**, São Paulo, ano IX, 1922. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/omodelo-feminino-ideal-do-brasil-da-decada-de-1920/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAPÍTULO VIII

EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO PACIFISTA: O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

Maruza Gabrielle Martins Campelo¹

RESUMO

A literatura como fonte na pesquisa histórica permite-nos a debruçar no campo do imaginário, concedendo uma recuperação de meios de enxergar, sentir e expressar outra visão do que seria o real na historiografia. Neste artigo, propomos analisar a obra “A influência da mulher na educação pacifista do após guerra”, da pernambucana Edwiges de Sá Pereira, escritora, educadora, feminista e imortal da Academia Pernambucana de Letras; a qual revela-nos em sua escrita, a sua visão acerca dos problemas ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, principalmente seus impactos na educação, concentrando maior enfoque no papel da mulher como “educadora predestinada” a educar seus/as filhos/as e no futuro da sociedade a partir dos conceitos cristãos para o pacifismo. Como referenciais teórico-metodológicos, tomamos as concepções de gênero de Joan Scott e a relação autor/leitor de Roger Chartier.

Palavras-chave: Gênero. Literatura. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o gênero narrativo biográfico vem ganhando um novo espaço perante os estudos historiográficos; o que pode ser explicado pelo desejo do/a leitor/a em aproximar e desbravar a trajetória do/a personagem, em uma tentativa de relacionar a sua vida comum com a dele/a, ou na busca de padrões de modos a serem seguidos. É nessa efervescência que a produção biográfica e autobiográfica chegou ao seu auge. Porém, no que tange a produções por intermédio da literatura, inicialmente não conseguiram tomar o mesmo rumo, posto que, era constantemente compreendida como obras do imaginário, algo sem valor intelectual. Essa visão só foi alterada a partir da terceira geração dos *Annales*, que começou a enxergar a literatura como fonte

¹ Graduada do curso de História. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP


histórica e como um objeto de múltiplas análises, possibilitando uma nova interpretação do contexto social e cultural das experiências vividas através dos/as personagens.

Pode-se pensar, então, que o interesse contemporâneo pelas biografias, inclusive por parte dos historiadores, acompanha essa onda de história-memória, ou seja, os personagens do passado passaram a ser “ressuscitados” – ou, mais precisamente, recriados – com o objetivo de converterem-se em referências para os homens do presente e/ou como ícones de um passado idealizado, servindo de reforço a determinadas identidades de classe, gênero, raça geração, região, religião, nação, entre outras (SCHMIDT, 2012, p. 6).

Desse modo, podemos entender de forma menos difusa as relações indivíduo-sociedade, como ambos se conectam, seus impactos e influências, principalmente como o sujeito pode ser influenciado através do ambiente inserido ou de um grupo social. Deste modo, o estudo da biografia pode nos possibilitar a entender como o indivíduo é representado naquele momento e como mesmo não segue uma linha fixa, estando em constantes transformações (Cf.: SCHMIDT, 2012). Segundo a historiadora Sabina Loriga:

Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade, ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiam à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as revelações de poder (LORINGA, 2011, p. 249).


Com base nesses relatos individuais e de suas vivências em determinadas condições sociais, que é retomada a partir da historiografia a consideração do valor histórico, das relações do público e do privado em sua época, em sua sociedade, de sua singularidade e pluralidade, do coletivo e do individualismo e, por fim, o ser com a sua própria experiência de vida (Cf.: MALATIAN, 2008). Destarte, o objetivo central desse artigo é analisar o livro “A influência da mulher na educação pacifista do pós guerra”, de Edwiges de Sá Pereira, o qual foi publicado em 1947, pela editora Imprensa Industrial. Sendo assim, primeiramente iremos abordar um pouco sobre quem foi a autora e compreender um pouco do contexto histórico no qual ela estava inserida. Essencialmente, pelo fato dela ter nascido no final do século XIX, momento em que a sociedade patriarcal ditava as normas e costumes que deveriam ser postos em prática. E ainda assim, conseguir ter o seu lugar de notoriedade, sendo uma grande figura no campo da literatura e educação.



Seu ingresso na vida pública foi contribuído com a ajuda das grandes alterações sociais, econômicas e urbanísticas advindas da modernidade entre o final do século XIX e o início do XX, que propiciou novas experimentações entorno da vida urbana – a era do progresso começou. Esse momento possibilitou as mulheres a permearem em outros setores da sociedade. As mudanças urbanísticas trouxeram pontos decisivos nas alterações das mentalidades da comunidade da época, que por sua vez, não seria diferente para o sexo feminino. As mulheres passaram a gozar de uma maior liberdade, frequentando clubes, cinemas, novos modos de se vestir, de socializar, além de seu ingresso em profissões que antes não exerciam e na construção de organizações feministas com o intuito de lutarem pela sua emancipação. Porém, essa nova conduta passou a amedrontar os mais conservadores, pois esse “excesso de liberdade” poderia afetar a principal tarefa em que as mulheres estavam “predestinadas”: os cuidados com o lar, a sua honra e a de sua família (Cf.: NASCIMENTO, 2013). Segundo a historiadora Alcileide Cabral do Nascimento:

Ademais, algumas mulheres, oriundas da classe média e alta, alçam outros voos para além do lar. Acadêmicas, médicas, advogadas, professoras e funcionárias públicas são algumas das profissões que empoderam o sexo feminino, abrem horizontes e novos questionamentos nas relações de gênero e na esfera política, da qual elas se encontram excluídas (NASCIMENTO, 2013, p. 41-42).

Mesmo com os avanços do sexo feminino a frente dessas novas mentalidades e dessa nova conjuntura social e política, ainda assim, por muitas vezes essa emancipação foi abatida por discursos e relações de poder. Nesse sentido, a historiadora Joan Scott (1990), embarca por intermédio dos estudos sobre as mulheres como sujeitos históricos com o intento de entender as relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, dentro de uma relação de poder, permitindo a compreensão no desenvolvimento da construção social feminino apoiado nessa diferenciação. Baseado nessa argumentação de Joan Scott, compreendemos as relações como uma forma de instituir o poder, portanto, ela também está exposta a ser submetida a ações de dominação dentro desse processo, sendo obrigada a tomar posições inferiores aos de seus colegas do sexo masculino. Deste modo, conseguimos identificar que Edwiges, foi capaz de ultrapassar os paradigmas sexistas e ingressar-se em um ramo que até então era pouco habitado pelo seu sexo.



Foi diante desse cenário que, no dia 25 de 1884, na cidade de Barreiros, localizada no interior de Pernambuco, nascia Edwiges de Sá Pereira, sendo a primeira de quatro irmãs, em uma família composta por onze irmãos, nos quais seus pais, José Bonifácio de Sá Pereira e Maria Amélia de Sá Pereira, garantiram seus estudos nos melhores colégios da cidade do Recife, pois, seu pai, tinha uma estabilidade financeira, dado que, era bacharel em direito e dono de engenho. Posteriormente, ela conseguiu se tornar professora nos colégios que havia estudado; ressaltamos que em seu tempo, muitas mulheres não sabiam ler, nem escrever, principalmente aquelas oriundas do interior.

Edwiges, desde pequena manifestava uma grande aptidão pela vida poética e pela literatura, compondo, com apenas 11 anos de idade, um de seus primeiros textos que se tem registro, o poema, intitulado “Saudade”, escrito em 1895. Em 1897, alguns de seus poemas contidos em um jornalzinho chamado “Echo Juvenil”, de sua autoria e de seu irmão, Eugenio de Sá Pereira, foram escolhidos para serem publicados por Arthur Zavedo no jornal “O Paiz”, do Rio de Janeiro, onde foi dada a primeira projeção nacional sobre a pequena poetiza. Após a grande repercussão de seu trabalho, o Dr. Antonio Souza Pinto a incentivou publicar a coleção de 51 poemas encontrados no “Echo Juvenil”, os quais foram publicados com o título de “Campesinas”.

Após a falência do engenho de seu pai, ela e a sua família acabaram se mudando para a capital pernambucana, em 1902, nesse mesmo período ano, ela contribuiu para a fundação da revista “O Lyrio”, o qual teve circulou por pouco mais de um ano; este periódico tinha como intuito conscientizar os grupos femininos, mostrando a importância que a educação teria em sua vida, pois era a partir dela que as mulheres iriam garantir a sua independência econômica e social. Ainda neste mesmo ano, Eduardo de Carvalho, fez uma bela crítica aos esses seus poemas e a convidou para ser sócia correspondente da Academia Pernambucana de Letras (Cf.: AMARAL, 2011).


A partir dessa trajetória, anos mais tarde, ela viria tornar-se membro efetiva dessa instituição. No dia 13 de maio de 1920, na Câmara dos Deputados do Recife, ocorreu a cerimônia de posse dos novos membros da Academia Pernambucana de Letras, entre eles estava Edwiges de Sá Pereira, tornando-se a primeira mulher a fazer parte do quadro efetivo de membros de uma Academia de Letras no país. Ela substituiu o Dr. João Baptista Regueira Costa, na cadeira de n.7, que tinha como patrono Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Cf.: AMARAL, 2011).

A sua entrada na Academia não foi por acaso, a grande quantidade e a qualidade dos trabalhos realizados por ela são notáveis, além de sua participação na área jornalística, se destacou na literatura, publicando os livros: “Campesinas” (1901), “Pela Mulher, para a mulher” (1932), “Um passado que não morre” (1945), “A influência da mulher na ação pacifista do após guerra” (1947), “Horas inúteis” (1960), “Jóia de Turco” e “Eva Militante”.

A partir desse aporte iremos analisar um de seus livros, intitulado “A influência da mulher na ação pacifista do após guerra”. Para termos uma maior compreensão sobre o mesmo, utilizamos o conceito de História Cultural proposta pelo historiador Roger Chartier, a qual objetiva que “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17); esse aporte ajudou-nos a entender o momento histórico que Edwiges estava inserida e, como, este influenciou a sua escrita e a sua escrita o influenciou. Ainda, utilizamos a perspectiva autor-obra, também proposta por Roger Chartier (2002), que nos possibilita compreender sobre o lugar social do livro, de onde se produz, como se produz, o objetivo pelo qual foi produzido e qual a relação entre a obra e a autora.

Trata-se de um livro escrito e publicado em 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, que ocasionou impactos jamais esperados e esquecidos pela humanidade. Sendo primeiramente publicado no Rio de Janeiro pela revista da Academia Brasileira de Letras, o mesmo foi escrito para compor uma série de vinte e oito conferências organizadas pela Academia Pernambucana de Letras. Posto isso, Edwiges tinha a pretensão de trazer contribuições para solucionar os problemas ocasionados no pós-guerra. Tendo como maior objetivo abordar o papel que as mulheres deveriam estabelecer nesse momento. Papel este de “educadora predestinada”, educando seus filhos a partir das concepções cristãs, levando a sociedade rumo ao pacifismo. Em nota, a escritora informa o motivo que a levou escrever sobre esse assunto, afirmando que:


Única mulher membro deste sodalício, competia-me, por vários motivos, a explanação do assunto, que em mim se integra por uma longa fase de cátedra e de suas afinidades sociais: “A INFLUÊNCIA DA MULHER NA EDUCAÇÃO PACIFISTA DO APÓS GUERRA”. Enfrentei a responsabilidade e escrevi a minha dissertação. Que seja bem compreendida e aceita nas suas intenções e nos seus fins, é o que tenho em vista (PEREIRA, 1947, p.6).



No prelúdio da obra, a autora fala sobre a dificuldade de escrever sobre essa temática, em razão que, falar sobre educação em tempos obscuros, empresa temerária e talvez inútil, posto isso, era de suma urgência uma reforma social de caráter universal visando à formação de uma ideologia pacifista, porém para a sua realização, a sociedade deveria ir contra aos novos rumos e princípios que a educação estava tomando. Esse novo ensino, na sua perspectiva, era voltado para o laicismo que gerava uma maior liberdade de pensamento e ao “livre arbítrio”, produzindo uma geração indisciplinada, impatriótica e refratária.

Essa pedagogia agnóstica que primeiramente já havia sido implantada na França, agora já pairava em outros países, levando as escolas a traçados sem rumos, seguindo os fundamentados propostos pela Filosofia, que por sua vez, foram inspirados no materialismo de Voltaire. Para ela, a comunidade jamais deveria ser vista ou pensada como uma massa moldável a essas novas formas de configurações trazidas pelo agnosticismo, principalmente nos domínios pedagógicos, pois as tradições, a hereditariedade, as condições em que os sujeitos estavam inseridos e as raças, eram os elementos cruciais que definiam e conduziam as singularidades dos povos, diante disso, era um bloco que deveria ser aperfeiçoado e não alterado. A autora ainda afirma que: “Bloco a desbastar ou diamante a polir, mas nunca massa plástica, moldável à forma que se lhe queira imprimir. A alma humana – marca indestrutível da personalidade – pode ser aperfeiçoada, violentada não” (PEREIRA, 1947, p. 8).

Diante disso, acreditava que as mulheres com o seu papel de “educadora predestinada”, tinham como responsabilidade educarem as novas gerações contra esses novos ideais das primeiras décadas do século XX, garantindo assim, a integridade moral dos homens e mulheres, sempre regidos/as pelos ensinamentos cristãos, dado que, era seu dever formar a moralidade nos cidadãos, educando não só as crianças de sua nação, mas seus próprios filhos. Além da educação, a paz era o ideal universal, seja nas funções domésticas ou nas atividades exteriores, assegurando a conservação de sua espécie. Para tanto, na visão da escritora, além da atuação do sexo feminino na divulgação da paz, era imprescindível estreitar laços de amizade com as nações próximas, a fim de garanti-la. Nesse sentido, em 1931, quando promoveu a fundação da “Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino”, incluiu em seu estatuto um artigo com a pauta da paz e justiça no Hemisfério Ocidental.



Contudo, a natureza dos homens postulada em guerras não pode ser alterada, mesmo com tratados e conquistas, a paz não conseguiu ser consolidada durante os primeiros anos do século XX, deixando marcas profundas em meados do mesmo século; o qual se iniciou em crise, sendo marcado por etapas de avanços e recuos, uma vez que, ao mesmo tempo em que certos países pregavam contra o desarmamento, outros através das fábricas de munições se armavam fortemente, além do aprimoramento da aviação que ao invés de unir e aproximar os povos, passou a dizimá-los. No âmbito pedagógico, o laicismo crescente no século XIX, acarretou graves problemas, propiciando uma mecanização educacional no século seguinte.

Então, para refrear esses problemas e ocorrer uma reconstrução do mundo, só daria resultados através da educação, uma que fosse baseada na moralidade e não no livre arbítrio, desta forma, acreditava que deveria acontecer um reajuste e uma renovação no ensino, além da continuação de criações de escolas-oficinas, com a prevalência das artes mecânicas e agrárias. Foi a partir desses anseios que surgiu a Escola Nova, criada com certos fundamentos humanísticos, pretendendo alterar e diversificar a educação intelectual, adaptando antigos conceitos da escola tradicionalista para a nova realidade, adotando como método de ensino as oficinas, as lavouras, a agricultura, a zootecnia, com a pretensão de formar não somente o indivíduo intelectual, mas principalmente, um ser ativo e produtivo na sociedade.

Na perspectiva dessa conjuntura, Edwiges salienta que além da responsabilidade da Escola Nova em formar cidadãos mais ativos, seria também de seu dever focar em um método educativo que garantisse a formação de uma nova geração com as verdadeiras noções da moralidade e de éticas cristãs, pois compreendia que a partir dessa nova geração seria garantido o pacifismo no futuro. Para ela, tudo indicava que esse pacifismo só seria alcançado com a prevalência de uma paz armada, sendo constituída pelas grandes nações, com a finalidade de evitar que no futuro fossem desencadeados novos conflitos, repetindo os mesmos erros ocorridos do passado.

É, portanto, nesse contexto, que as mulheres deveriam se colocar a serviço da educação, não podendo ser meras expectadoras, uma vez que, a autora acreditava que a escola era o “lar ampliado” e, por consequência, a família, por extensão, a sociedade. Em todos esses departamentos, elas deveriam pôr em prática a sua ação como fermentadoras da boa conduta. Podendo representar o seu grupo nas comissões em

que se discutiam o destino das famílias em ações jurídico e social. Mas, deveriam ficar atentas para a formação de uma organização universalista, pois está não correspondia à função educativa almejada e as características de seus povos, já que, excluía as diferenciações raciais, históricas e religiosas.

Já no âmbito do lar, a paz seria tão necessária quanto nas nações; na escola, pela situação de disciplina; na sociedade, pela busca do padrão de vida proveitoso e equilibrado, pela condição da bondade e do amor. Portanto, seria somente a partir de um sentimento de amor ao próximo e de seus ensinamentos cristãos de fraternidade que poderia levar um novo rumo a preparação pacifista do mundo futuro. Contudo, elas precisariam de ajuda, sendo, pois, de responsabilidade do governo estabelecer leis e regras que harmonizassem os trabalhos autônomos e as suas melhorias.

A escritora retrata ainda a questão do ideário religioso, defendendo que a figura feminina deveria expressar-se em bela, patriota e altruísta, seguindo fielmente aos preceitos de Deus, pois sem ele, jamais iriam conseguir chegar num mundo pacifista. Essa sua perspectiva religiosa, trouxe ao seu texto, questionamentos para com o papel feminino na atuação como indivíduo ativo da sociedade, representado como mãe, educadora do lar e, principalmente, como mulher exemplar, é assim que, a escritora relata os deveres que está deverá cumprir em sua comunidade:

se o meu lar não é pacífico de que modo poderei inculcar a mística da paz no lar alheio? Se meu filho é indócil, insubmisso, turbulento como poderei ressaltar os princípios de respeito e de ordem na escola em que trabalho? [...] se não evito os percalços da competição, se a inveja profissional de que fala Blasco Ibanez, oblitera em mim o sentido da sociabilidade e do coleguismo, que orientação superior poderei imprimir às minhas atividades sob o incentivo de sentimentos tão inferiores, e que afinidades seria possível estabelecer entre o dever do ofício e o meio ambiente em que este dever se cumpre? (PEREIRA, 1947, p.19-20).

A paz que grande parte da sociedade almejava, deveria ser como uma bíblia de mil folhas a serem folheadas diariamente, então, as mulheres teria que mobilizar-se para cumprir o seu papel perante o lar e a sociedade, sendo verdadeiros exemplos a serem seguidos.

Por fim, a autora discutiu nessa obra, a questão da educação infantil, afirmando que “Como mulher, somente sei sugerir conceitos suaves e inspirar situações ao alcance do coração feminino” (PEREIRA, 1947, p. 20). Posto isso, acreditava que as crianças deveriam ser criadas e educadas com as melhores noções de compostura, de alegria, de

respeito e de sociabilidade, para isso, a educação primeiramente teria que vir de suas casas com as instruções de suas mães, que os colocavam em contato com a vida, inspirando-as e corrigindo-as, realizando o ideal de uma vida social “perfeita”. Tomando como exemplo a criação das mães inglesas para com os seus filhos, excluindo essas competições escolares que cada dia mais está presentes em suas vidas, estimulando a rivalidade e apagando o espírito social, valendo-se também para filmes violentos e esportes como o futebol, que encorajava o instinto da luta, da força bruta e da animalidade.

Já a respeito da esfera popular, considerava que era de extrema importância a interação social entre as crianças de todas as classes sociais e étnicas tendo sob o domínio da educação pacifista, pois, a partir dela, ocorreriam trocas de valores, de boas maneiras, de condutas, de bons costumes; contribuindo para a formação de uma “colmeia” humana rumo a uma harmonia. Dito isso, propunha que não existia melhor formar de começar as ações pacifistas do que pelas crianças. É educando os pequenos/as de hoje, que estaríamos projetando uma sociedade sem guerras para o amanhã.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, fica evidente na escrita dessa obra, como autora Edwiges de Sá Pereira, foi influenciada pelo tempo histórico que viveu, respingando as suas relações, vivências e visões na sua forma de escrever e de ver o mundo. Pois, mesmo sendo, uma protagonista na educação pela luta na equidade de direitos e pela emancipação feminina, no livro aqui tratado, ela deixa implícita sua luta feminista para voltar a preocupações sobre as problemáticas ocasionadas pelo após guerra e seus efeitos no mundo, principalmente na educação, na qual, temia que se tornasse redigida por uma pedagogia agnóstica, já que a autora advinha de uma família católica, fato que contribuiu para que se tornasse uma fervorosa praticante dessa religião, assim sendo, a mesma era contrária a essas novas conjunturas educacionais. Nesse sentido, por ser uma mulher, considerava que era de seu dever escrever com a meta de “abrir os olhos” das demais, para as suas obrigações e atuações como catalisadora das perturbações

deixadas pela guerra, abordando a sua missão em educar o lar e a sociedade em face aos ensinamentos cristãos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Walter Valdevino do. “Um passado que não morre”: traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. *Revista Ágora*, Vitória, n. 13, p. 01-16, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

AZEVEDO, Ferdinand. Cristãs feministas em Pernambuco 1930-1950: A atuação de Edwiges de Sá Pereira, Dulce Chacon e Nair de Andrade. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, Recife, v. 8, p.167-200, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MALATIAN, A biografia e a História. *Cadernos Cedem*, Franca/SP, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o movimento feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 41-57, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/03.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Elsevier, 2012. p. 187-205.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2. Jul./dez., p17-99, 1990.

PEREIRA, Edwiges de Sá. *A influência da mulher na educação pacifista pós-guerra* (Conferência). Recife: Imprensa Industrial, 1947.

CAPÍTULO IX

“E QUANDO EU ME ZANGO, MARINA”: CULTURA E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHERES E SAÚDE PÚBLICA

Luíza Vieira Cavalcanti¹

Walter Valdevino do Amaral²

RESUMO

Neste artigo, analisaremos a violência psicológica cometida contra as mulheres, que se expandiu durante a pandemia da COVID-19. Durante muito tempo, os abusos psicológicos foram negligenciados e, até mesmo, colocados num segundo plano nos debates de gênero e saúde pública. No entanto, é perceptível que, mesmo com sua difícil identificação e o baixo índice de denúncias, ela encontra-se fincada na sociedade brasileira. A partir da música “Marina” (de Dorival Caymmi), buscaremos analisar como este comportamento agressivo se manifesta na dinâmica cultural, influenciando os relacionamentos e a visão sobre as mulheres, bem como, o constante aumento de agressões ocorridas em 2020.

Palavras-chave: Relações de gênero; Violência psicológica; COVID-19.

1. VIOLÊNCIAS E SAÚDE MENTAL

As formas de violências contra as mulheres são diversas, dentre elas os abusos físico e sexual são os mais conhecidos e denunciados. Além disso, grande parte das denúncias destes tipos de agressões, quando são feitas, ocorre em um ponto no qual que a situação já está em níveis muito graves de abusos e danos pessoais. A demora das mulheres tornarem público o que vêm sofrendo ou já sofreram possui inúmeras justificativas, dentre as quais se destacam, principalmente, o medo e a desconfiança de que o aparelho de justiça do Estado não irá punir corretamente o agressor ou não lhe garantirá a proteção necessária, o que na maioria das vezes acontece de fato. Não obstante, em muitos casos, só se revelam as violências quando chegam a um ponto irreversível: o feminicídio.

¹ Graduanda do Curso de História. Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

² Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Entretanto, existe um tipo de agressão que afeta cotidianamente a vida de brasileiras, que na maioria das vezes nem chega a ser diagnosticada: a violência psicológica. Tendo em vista que, as violências podem ser vivenciadas de diversas maneiras, mas nem sempre são tão explícitas como uma intervenção física. Esse tipo de violência, por sua vez, teve um aumento considerável no ano de 2020, quando o isolamento social, em decorrência do novo coronavírus, colocou as mulheres em convivência constante com seus agressores, tornando-as mais vulneráveis. Mas afinal, o que significa violência psicológica?

A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, define no 2º parágrafo do Art. 7º, a violência psicológica como:

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, Lei 11.340, 2006).

A violência psicológica, chamada também por algumas pessoas por “silenciosa”, visto que ela é mais complicada de ser identificada ou mesmo de ser denunciada. O tratamento para este tipo de crime é igualmente complexo, podendo durar a vida inteira da vítima, isso quando ela tem acesso a recursos terapêuticos. Com efeito, essa ausência de diagnósticos e denúncias são, também, por si só, uma problemática cultural, social e histórica. Muitas vezes, as hostilidades e ataques são normalizados por compor um espectro dentro da estrutura patriarcal, machista e sexista do cenário brasileiro. As violências de gênero são e devem ser compreendidas como um problema, inclusive, de saúde pública. No caso dos danos psicológicos, a questão é um pouco mais grave, pois o tratamento é normalmente mais lento, contínuo, custoso e, geralmente, causa danos para a vida toda. Ademais, por conta da manipulação mental que a envolve, torna-se muito difícil para as vítimas conseguirem sair dessa relação de violência, até mesmo, provocando, inconscientemente, mais permissividade para outras formas de agressões (Cf.: GOMES; FERNANDES, 2018).

Consoante as definições da Organização Mundial da Saúde:

Toda análise abrangente da violência deve começar pela definição de suas várias formas, de modo a facilitar a sua medição científica. É possível definir a violência de muitas maneiras. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1165).

Neste sentido, todas as formas de violência estão compreendidas dentro da problemática de competência estatal, referentes ao campo da saúde e segurança. Apesar de está classificada como distintas entre si, qualquer violência física é também psicológica, visto que afeta as vítimas em níveis mentais em todos os seus aspectos de agressividade. Entretanto, nem toda violência psicológica é física, pois, geralmente, as pessoas que sofrem as agressões são afetadas inicialmente em suas capacidades de defesas mentais, para em seguida terem seus corpos agredidos, sublinhando e reforçando um poder imposto anteriormente.

Uma psique fragilizada é de certa forma uma porta de abertura para danos corporais, podendo provocar sintomas físicos pronunciados como a queda de cabelo, ganho ou perda de peso, insônia entre tantos outros. Em outras palavras, geralmente os abusos físicos e psicológicos andam em conjunto, pois mesmo que o agressor não fira diretamente o corpo de sua vítima, inevitavelmente, com o psicológico abalado, o corpo começará a apresentar sinais físicos. Esse elemento é frequente, por exemplo, com mulheres que sofrem pressão estética de seus companheiros, acabam desencadeando a vontade de se encaixarem em um padrão corporal imposto por eles, tomando certas atitudes que podem contribuir para desenvolvimento de transtornos alimentares e disfóricos. Ademais, se faz necessário um aparato pré-estabelecido psicologicamente, para que as vítimas não possuam forças para saírem da situação em que estão sendo violentadas fisicamente. Nestes casos, por conta da violência psicológica, torna-se mais difícil para as pessoas violentadas reconhecerem que estão em relacionamentos abusivos.

No Brasil, desde a década de 1980, as mulheres passaram a ocupar consideráveis espaços para a discussão e implementação de medidas que visam vencer as desigualdades sociais. Exemplo disso foi o fato de que: “Em agosto de 1985, o governador Montoro [de São Paulo] criou ‘Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da

Mulher' do Brasil e da América Latina (Decreto 23.769/1985)" (SANTOS, 2010, p. 154); depois desta, outras foram criadas em todo o país, com a intenção de fomentarem as denúncias e criarem espaços seguros para as mulheres denunciarem seus agressores. Entretanto, não existia uma regulamentação específica que criminalizasse desse tipo de violência. O que veio a ocorrer apenas, em 7 de agosto de 2006, quando a Lei 11.340, foi sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tornou obrigatório aos Estados da federação, criarem medidas para combatê-la.

Ressaltamos, ainda que, paralelamente a estas delegacias, a Lei 11.340, afirma necessidade de um serviço público de saúde, gratuito e de qualidade, como um direito que deve ser prestado à população, por mais que, infelizmente, essa nem sempre seja a realidade. Dentro desses serviços, estão incluídos atendimentos médicos e hospitalares, bem como, acompanhamento psicológico das vítimas. Além disso, a relevância desta lei seria mais do que prestar medidas de contenção de danos já causados, pois, o seu principal intuito estaria em reconhecer a gravidade dessa agressão e combatê-la como um todo, sob a ameaça de penas severas aos agressores. Porém, com a fragilidade do aparelho de segurança pública, como temos no país, torna-se difícil afirmar que de fato há punibilidade para quem comete crimes de violência contra as mulheres, sobretudo em relação as agressões psicológicas.

Contudo, é necessários destacarmos que, não são apenas em relacionamentos heterossexuais que temos a agressão doméstica e, nem sempre, são cometidas pelos homens enquanto agressores, para as mulheres enquanto vítimas. Porém, os dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, desde seu início em 2013, indicam que quantitativamente, essa situação é a maioria esmagadora e com potenciais mais danosos, sendo o caso do feminicídio e estupro. Isso porque, os abusos domésticos normalmente possuem uma influência cultural na sociedade brasileira, que, ao passo que foi se constituindo colocou as mulheres em uma situação inferiorizada dentro das conjecturas de uma relação heterossexual. Dentro dessas perspectivas, uma vez que, um homem entra em um relacionamento com uma mulher, ele passa a considerar que tem "posse" e "direitos" sob aquele corpo e sua subjetividade. Isso, em grande parte, devido a educação que é dada em relação à forma como as amizades, namoros, casamentos etc., funcionam. Portanto, nesse artigo, buscamos tomar como ponto de

análise esse fator, para tecermos suas problematizações, sem excluirmos a existência de violência doméstica na dinâmica dos relacionamentos homossexuais.

2. A LINGUAGEM COMO ELEMENTO FACILITADOR

Definidas as concepções da violência contra as mulheres e enquadramento enquanto problemática da saúde; partimos agora, para o entendimento de como as definições de gênero se apresentam para tal pressuposto. No caso das agressões psicológicas, muito mais do que as outras expressões, a linguagem tem seu papel como um elemento chave para execução, mas também, para a denúncia. Apesar disso, como discutiremos neste tópico, são muitas as formas em que se compreendem as representações de linguagem, com isso, podemos incluir as violências físicas também como atos de códigos culturais. Desse modo, tendo em mente que, conforme a filósofa estadunidense Judith Butler:

A linguagem é investida do poder de criar “o socialmente real” por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes [...] A “nomeação” do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual (BUTLER, 2017, p. 200).

A partir dessa perspectiva, a linguagem é o que define os gêneros, que por suas vez é algo criado pela cultura para servir à cultura nas relações interpessoais. As ações humanas são revestidas dessa linguagem em todas as suas instâncias, que historicamente vão sendo transmitidas por gerações, até que, se finquem nas estruturas. Neste sentido, definem-se como as pessoas devem se comunicar com o mundo ao seu redor, se expressar e se portar perante outras/os no decorrer das interações humanas. Portanto, quando se analisa os relacionamentos, enfatizando o olhar nas dinâmicas abusivas anteriormente discutidas, a linguagem é definitivamente o elemento que estabelece um elo entre a agressão e as interferências que o gênero exerce sob tais corpos e suas ações.


Todas essas instituições da linguagem corroboraram para construir uma disposição hierárquica das pessoas a partir de suas características pessoais. Devido a essa ordenação, há certa permissividade aos feitos masculinos, especialmente cisgênero, que se entende em uma classe superior às outras e, portanto, acreditam que

devem as dominar. Conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu, os homens são grandes aglutinadores do poder e este pode ser apresentado através de ações físicas, mas não necessariamente é o que ocorre. Dessa forma: “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua como o apoio de predisposições colocadas como molas propulsoras, na zona profunda dos corpos” (BOURDIEU, 2005, p. 50). Por conseguinte, essa força se transforma em uma violência que se dá através dos símbolos, o que implica diretamente na conceituação da violência psicológica, dado que estão intimamente relacionadas.

No Brasil, essa violência se apresenta desde sua gestação aos dias atuais, e, também, é cotidiana em proporções significativas. Dentro disso, “30,40% das mulheres brasileiras, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2016) sofrem com a violência psicológica” (MAIA, 2017, p. 12). Sendo nesse aspecto ressaltado que, tal agressão se dá unicamente por meio dos atos de linguagem, que incluem além da verbalização, gestos, frieza, humilhação ou mesmo a ausência de fala. Portanto, ainda em conformidade com Pierre Bourdieu, podemos estabelecer que, a forma de se tratar esse tipo problemático de estrutura não está apenas em remediá-la com tratamentos para quem é vítima, pois:

As paixões do *habitus* dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações) (BOURDIEU, 2005, p. 51).


Ora, se além de pôr em prática mecanismos jurídicos punitivos e efetivos para os agressores, além de apoio correto e tratamento psicológico gratuito para as vítimas de violência psicológica, o passo para mudança estaria localizado na tomada de consciência, pois a linguagem apresentaria um segundo entrelaçamento com o tema em questão. Destarte, o mecanismo linguístico pode ser compreendido como um facilitador para toda atmosfera de brutalidades no que diz respeito às distinções de gênero. Porém, o é também, para quebrar tais estruturas, pois é extremamente necessário para que se combatam as violências contra as mulheres.



Sendo assim, a linguagem pode contribuir para sua perpetuação, ou se opor, operando como uma forma de romper as estruturas socialmente estabelecidas (Cf.: BUTLER, 2017, p. 209). No entanto, conforme o historiador estadunidense Hayden White, as/os cientistas: “Tendem a tratar a linguagem como se fosse um vínculo transparente da representação que não traz para o discurso nenhuma bagagem cognitiva exclusivamente sua” (WHITE, 1994, p. 143). Logo, a produção cultural e social são resultados dessas interferências. Não há uma expressão de linguagem que se aproxime de neutralidades ou intenção política, como é o caso das Ciências Humanas, e, sobretudo, a História, que constantemente questiona suas narrativas. Assim, pode colaborar parcialmente para ignorar problemáticas de tais significados, através de outras narrativas. Portanto, a historiografia, por muitos anos colaborou para a manutenção de violências simbólicas, estruturadas na sociedade. Dentro desse aspecto, as violências psicológicas contra as mulheres não ficam situadas como escolhas óbvias para a História e outras áreas do conhecimento. Contudo, é necessário reconhecermos os recentes esforços da Ciência para se discutir as questões que estão relacionadas a temática propomos neste artigo, que vêm buscando aumentar o diálogo, mas também, buscar formas efetivas de solucionar suas problemáticas.

Com efeito, as artes plásticas, a literatura e a música contribuem através da linguagem para legitimar atos de violências contra as mulheres, sobretudo, psicológicas. É, também, através da linguagem que se estabelecem as suas permanências e perpetuações, fincando-se nas estruturas. Com a abertura do leque de possibilidades para a historiografia, no século XX, as artes passaram a ser consideradas como possibilidades de objetos ou fontes. Destarte, a escolha de narrativas que privilegiam grupos específicos – centralizando principalmente em homens, brancos, heterossexuais, cisgênero – é uma ação política. A História, portanto, exerce sua parcela de responsabilidade neste sentido, por buscar a parcialidade e estar conectada intrinsecamente às definições linguísticas, também, termina corroborando para a manutenção desse sistema (Cf.: WHITE, 1980, p. 23).

Como tal, por ser um dos mais potentes mecanismos de linguagem, também se presta à posição de reprodutora das definições socioculturais, sendo o caso do agravamento na identificação das violências psicológicas. Sendo, portanto, necessário um esforço não apenas das/os criadoras/os e reprodutoras/es das artes, mas,




sobretudo, das/os cientistas de Humanas para conceitualizar e problematizar esses crimes de violência. As expressões culturais não deixarão de existir como um reflexo da sociedade em que estão inseridas. Entretanto, o que pode alterar consideravelmente seu significado é a forma como elas serão vistas e questionadas pelo público. Para isso, a História exerce um importante papel na compreensão dos períodos, a partir de observações críticas, com o intuito de alterar as percepções sobre algo que foi normalizado, mas é imbuído de problemáticas.

3. “MARINA”, ESSE ROSTO É SÓ MEU!

Para compreendermos como a violência psicológica está intrinsicamente presente em nossa cultura, escolhemos a música “Marina”, do cantor e compositor Dorival Caymmi, que recebeu versões de nomes reconhecidos, como Dicky Farney, Emílio Santiago, Gilberto Gil e Nelson Gonçalves; a partir dela faremos uma breve análise de como a linguagem artística pode reproduzir, inconscientemente ou não, para uma normalização do sentimento de “posse”, ou seja, de um abuso psicológico. Nosso principal intuito em utilizá-la como ponto de partida para as observações que pretendemos, é que se torna possível, a partir dela, compreendermos mais facilmente a dinâmica entre a linguagem e as violências simbólicas cometidas contra as mulheres, conforme comentamos no tópico anterior. A popularidade da letra é notável e vem desde quando foi escrita, na década de 1950 até os dias hodiernos, sendo ecoada nas rádios em frequências que tocam músicas brasileiras, inclusive em versões interpretadas por cantoras. Entretanto, ao analisarmos mais profundamente a canção, a interpretação sugere uma problemática preocupante, principalmente considerando sua dimensão.

Isso porque, a música aparentemente retrata um abuso psicológico do eu-lírico com a interlocutora da canção: Marina. Na história narrada por Dorival Caymmi, a personagem principal está em um relacionamento amoroso com essa mulher; ela se maquia, e o seu companheiro faz uma “declaração de amor” acompanhada, inclusive, por ameaças, para que ela não pinte o rosto, o qual a partir do relacionamento, não seria mais dela, mas, sim dele. Vejamos abaixo, o que nos diz a letra de “Marina”:


Para ficar mais ilustrativo, sobre aquilo que estamos querendo analisar, destacamos o seguinte trecho: “Marina, você se pintou/ Marina, você faça tudo/ Mas



faça um favor/ Não pinte esse rosto que eu gosto/ Que eu gosto e que é só meu” (CAYMMI, 1973). Como podemos observar, ao se declarar para ela, o sujeito deixa explícito o seu desejo de controlar o corpo e as vontades da “amada”; esse argumento é frequentemente utilizado pelos agressores numa violência psicológica, pois, ao passo que as mulheres não possuem mais o controle e domínio sobre o seu próprio corpo, não teriam mais a sua identidade. Além disso, a vaidade feminina, no caso dessas relações tóxicas, também é compreendida como algo negativo para os abusadores, pois quanto mais “bonitas” e “atraentes”, mais atenção as mulheres chamariam de outros homens. Esse é um dos pontos chave nas problemáticas das relações intragênero, pois normalmente as mulheres são vistas como mal intencionadas em todas as suas ações, o ato de se vestirem, se maquiar, ingerirem bebidas alcoólicas, entre outros, seriam para chamar a atenção das figuras masculinas que possam surgir ao seu redor. Também é por conta desse argumento que há uma culpabilização das vítimas em casos de abusos psicológicos, físicos e, quando mais grave, porém frequente, de estupro.

Portanto, quanto menor a liberdade para se portar como quer, interferindo diretamente na autoestima, mais fragilizado fica o seu psicológico. A manipulação de que o eu-lírico exerce possui desdobramentos diversos na vida cotidiana, como controlar as roupas, os lugares que podem ir, como devem se maquiar etc., subentendendo-se a uma possessividade masculina de um corpo feminino, que não seria mais privado, passaria a ser público. Porém, o enredo continua e as investidas a nível psicológico não param nesse momento da canção. Logo no início deveria provocar um estranhamento para quem lê, mas essas questões são desde muito cedo internalizadas por grande parte da população brasileira. Portanto, para muitos, torna-se difícil identificar as palavras da composição como uma agressão psicológica, mas sim, como algo “comum” e, até mesmo, “romântico” dependendo do ponto de vista de quem a ler ou escuta. Definido, portanto, o tema principal discutido ao longo da letra e estabelecido que o corpo de “Marina” agora pertenceria apenas ao eu-lírico, Dorival Caymmi segue sua canção desvelando ainda mais elementos passíveis de indagações.

Deste modo, as agressões e sentimento de posse são ainda mais visíveis pelas palavras do protagonista, mas também, frequentes com o que acontece em relacionamentos abusivos, pois normalmente os graus de agressão vão aumentando, à medida que o abusador ganha mais confiança na impunidade. Uma vez que, entende




que as agressões surtiram efeitos e que aquela pessoa não irá reagir, a tendência é aumentar a violência gradativamente. Dessa forma, os estágios na música passam de uma constatação, para um clamor, em que “Marina” não pinte seu rosto, junto de uma manipulação e dominação do corpo feminino.

Em um segundo momento, parte para ameaças mais latentes, quando o eu lírico diz: “Já me aborreci, me zanguiei / Já não posso falar / E quando eu me zango, Marina / Não sei perdoar” (CAYMMI, 1973), fica implícito que algo pode acontecer com ela, caso continue desobedecendo a sua vontade. E, que para o seu próprio bem e paz do homem que se relaciona, “Marina” deve se convencer que parar com suas vaidades seria o correto. Esse ultimato, de que não irá mais perdoar é igualmente frequente nas relações abusivas, pois os ultimatoss significam que existe alguém com o domínio do poder na relação, que se algo sair do controle e vontade dessa pessoa, poderão haver consequências. Assim, para a manutenção da “boa relação”, a responsabilidade é exclusiva das mulheres, que devem controlar suas ações e vontades, para que os homens não se zanguem, não percam o controle.


Outros graus de agressão psicológica estão presentes, pois neste o monólogo – visto que em nenhum momento haverá espaço para “Marina” dar sua resposta – temos a constatação do “problema”, a utilização de maquiagem, a chantagens e ameaças mais incisivas, uma vez que, ele afirma: “Eu já desculpei tanta coisa / Você não arranjava outro igual / Desculpe, morena Marina / Mas eu tô de mal” (CAYMMI, 1973). Esse é um dos tipos de manipulação mental mais frequente, pois para ela, não haverá ninguém que a ame tanto quanto ele, ao ponto de perdoá-la tantas vezes, como o eu-lírico diz que fez. O que pode vir a provocar um sentimento de dependência muito comum em relacionamentos abusivos. Depois pede desculpas, antes de reforçar novamente que o problema para ele ficar “de mal”, chateado, foi tudo culpa dela. A força dessas palavras é essencialmente problemática, sobretudo, porque muitos jovens são criados convivendo com essas formas de agressão, na mesma forma descrita por Dorival Caymmi. Até o momento, muitas variações eram possíveis para entender o tipo de *modus operandi* das agressões psicológicas, mas nesse caso, as semelhanças são ainda mais evidentes na maneira como estão descritas.

Dessa forma, “Marina” ficaria, através da interpretação da letra, indesejável para outros homens e para si mesma, uma vez que, não poderia mais se maquiar. Mas vai



além, ela se tornaria culpada por ter desobedecido aos “pedidos” de seu companheiro. O eu-lírico se coloca como o grande lesionado dentro da relação, invertendo os papéis do que realmente ocorre na trama. Portanto, a interlocutora deveria considerar a “bondade” de seu agressor por desculpá-la tantas vezes. Gerando, assim, propositalmente uma dependência nessa relação, posto que “Marina” nunca encontre alguém tão bom quanto ele. Esse saldo de problematizações é potencial de provocar danos psicológicos graves que tornam ainda mais lento o processo de tratamento da violência exercida em questão. Porém, não deixam de ser veladas, e uma das maiores provas disso é que não há significativamente pela mídia, questionamentos da história que foi descrita, pelo contrário, ela recebeu versões em inúmeras vozes. Dessa forma, se uma música como esta é vista não apenas como o produto de uma época, mas sim problematizada, é bem improvável que uma vítima identifique que algo parecido esteja acontecendo com ela.

Apesar de ser uma música escrita no início da segunda metade do século passado, seu sucesso ainda nos dias de hoje muito nos revela sobre a normalização da violência doméstica contra mulheres através das artes. E, o fato dela ser tocada frequentemente nas rádios, ajuda-nos um pouco a entendermos como esses processos de linguagem interferem enormemente nas ações humanas. Dorival Caymmi é considerado pela historiografia da música, como um dos maiores compositores da Música Popular Brasileira, sendo “Marina” também uma de suas canções mais conhecidas. De acordo com Hayden White (1994), as ações humanas são políticas devido aos atos de linguagem no qual estão relacionados. Logo, tendo como parâmetro a concepção de Judith Butler (2017) de que tanto o gênero, como suas violências existem como atos de linguagem, cabe as/aos historiadoras/es documentarem essas problemáticas, chamando atenção para elas. Isso não diminui a grandiosidade da obra do cantor, mas, sim, questionar suas estruturas possibilita uma nova perspectiva sobre as conjecturas sociais, trazendo assim, um olhar diferente sobre a influência dessas definições linguísticas.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a dinâmica das violências contra as mulheres se viu em constantes ressignificações ao passar dos anos. Apesar disso, se manteve ininterrupta e, até mesmo, crescente à medida que os acontecimentos, em decorrência do novo coronavírus, se anunciaram. É fato que as violências cometidas contra as mulheres podem se apresentar em diversas formas, contudo, todas elas são atos de linguagem. Porém, há uma tipificação que pode facilitar no momento de determinarmos qual o estágio dos abusos cometidos em um relacionamento. As agressões físicas são as mais desveladas e fáceis de ser identificadas, entretanto, possuem um grande potencial de evoluírem para o nível irreversível dentro de relações abusivas. Além disso, os danos físicos podem se apresentar de diversas formas, podendo ir desde empurrões, beliscões, apertos nos braços até aquelas formas mais graves, que são espancamento, estupro e feminicídio. Esse tipo de agressão é um dos maiores motivos para ocorrerem as denúncias, pois além de ser mais evidente, socialmente são mais condenáveis. Contudo, para uma mulher comprovar que sofreu dessa forma se faz necessário que ela além da denúncia, também, passe por um exame de corpo delito para que possam colher evidências palpáveis do crime.

No entanto, já em relação a violência psicológica, a qual escolhemos analisar neste artigo, dentre os seus maiores problemas, está a complexidade da identificação, tratamento e menor quantidade de denúncias. Outro fator que destacamos é que, através dos danos os agressores conseguem adquirir um maior domínio sobre as vítimas, dificultando ainda mais o processo de reconhecimento do que está acontecendo de fato e, também, retira suas forças para saírem desse relacionamento abusivo. Logo, as agressões podem evoluir gradativamente tornando-se, cada vez mais, danosas ou podem se apresentar de formas diferentes. Por fim, compreendemos que, toda violência física é, ao mesmo tempo, psicológica. Todavia, o tratamento da psicológica se alonga por muito mais tempo do que os procedimentos com feridas e cicatrizes físicas. Uma vítima de violência psicológica pode nunca se recuperar das agressões cometidas, principalmente, se não tiverem o atendimento terapêutico adequado, que deve ser garantido pelo Estado através do sistema de saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAYMMI, Dorival. **Marina**. Rio de Janeiro: Odeon Records, 1973. LP (3 min.).

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GOMES, Ingridd Raphaele Rolim; FERNANDES, Sheyla CS. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v38n94/v38n94a06.pdf>>. Acesso em:

MAIA, Laura Rodrigues. CASCAES, Neide. A cultura do machismo e sua influência na manutenção dos relacionamentos abusivos. **Repositório Institucional Unisul – Coleção Psicologia**, Tubarão/SC, p. 01-26, 2017. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3896/Laura%20tcc%20%20versao%20final%20pdf.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em:

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 89, p. 153-170, 2010. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/gender%20workshopRCCS_89_Cecilia_Santos.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. **Critical inquiry**, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980. Disponível em: <<http://digitalrhetoricandnetworkedcomposition.web.unc.edu/files/2016/01/white-value-of-narrativity.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso-ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

CAPÍTULO X

O AFASTAMENTO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA EM CRIMES DE FEMINICÍDIO NO BRASIL

Deane Soares Figueirêdo¹

RESUMO

No passado sombrio de nossa história, as legislações encobriram os assassinatos contra as mulheres. Eis a marca de uma sociedade patriarcal, heteronormativa, sexista e misógina. Logo, criaram-se argumentos de validade para conferir legalidade a tais crimes. O Código Criminal de 1890 criou o tipo penal denominado crime passional. Mais adiante, o Código Penal de 1940 extinguiu a exclusão de ilicitude do Código Criminal de 1890. A atual redação do artigo 28 preceitua: “não excluem a imputabilidade penal: I - a emoção ou a paixão (redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). Contudo, duas figuras jurídicas permaneceram válidas e foram largamente utilizadas em defesa daqueles uxoricidas: crimes de paixão ou crimes passionais e a legítima defesa da honra. O Código Civil de 1916 admitia a possibilidade de o marido aplicar castigos físicos à mulher. Maus-tratos e castigos impostos às mulheres só passam a ser admitidos como atos de violência, com o Movimento das Mulheres, no final da década de 70. A Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015) será recepcionada por uma sociedade muito diferente daquela dos Códigos Penais de 1890 e 1940, no entanto, bem o sabemos os vergonhosos índices de assassinatos de mulheres, no Brasil, sobretudo por companheiros e ex-companheiros. Decisão recente da mais alta instância do Poder Judiciário pátrio, o Supremo Tribunal de Justiça, datada de março de 2021, firmou o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional. Uma conquista, sem dúvida, mas seguida de uma provocação: por que a necessidade de afastar, por completo, esta tese de nosso ordenamento jurídico? Ela já não estaria em desuso? Utilizaremos o método indiciário de Ginzburg para trilhar caminhos em resposta à provocação proposta.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Femicídio. Judiciário. Leis.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 70 no Brasil, ainda na constância da ditadura civil-militar, os movimentos feministas e de mulheres convergiram com diversos outros movimentos de resistência no Brasil e assumiram a bandeira dupla de lutar pelos direitos das mulheres e pela anistia aos dissidentes políticos. (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011/2012 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 47).

¹ Mestranda em História. Programa de Pós-Graduação em História – UNICAP.

Em diferentes lugares do Brasil, formaram-se Comitês pela Anistia, em geral liderados por mulheres. Muitas dissidentes políticas exiladas, ao retornarem ao Brasil, juntaram-se ao movimento feminino brasileiro, incorporando a experiência feminista que tiveram no exterior (ALBUQUERQUE, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 47).

Ao final da década, já no período de liberalização do regime militar, o movimento feminista conseguiu se articular para protestar nas ruas contra a impunidade a homens que assassinam suas mulheres e se acobertavam na tese da “legítima defesa da honra” (BARSTED, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 47).

Admitamos que, naquele momento – década de 70 do século XX, a sociedade, enquanto movimento feminista emergente, fizesse uso da tese de legítima defesa da honra. Lembrando que a principal lei, cujo objetivo é punir adequadamente e coibir atos de violência contra as mulheres, no Brasil, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) é promulgada dezoito anos após a Constituição Cidadã, de 1988 – grande marco para os direitos da mulher, com destaque para a igualdade formal entre homens e mulheres.

A Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015) é recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro sob outras bases de valores sociais. A questão que se coloca no presente estudo é por que, mesmo diante de uma legislação de reconhecida importância, os assassinos de mulheres continuam utilizando-se do argumento da violação de sua honra? Afinal, o que é honra? O que é o “não-dito” nos códigos sociais?

Se nos idos dos anos 70, aqueles assassinos eram chamados de uxoricidas. Os atuais são feminicidas. Decorrem da mesma raiz, não são espécies de mesmo gênero, são nomes diferentes para qualificar a mesmíssima coisa: assassinos de mulheres. Uma vez pacificada, juridicamente, a continuidade da utilização desta tese – esdrúxula, pode não mais lhes assegurar absolvição pelos assassinatos cometidos. Porém, pode ser utilizada no discurso de sua defesa, como circunstância atenuante diante do perdão da vítima. Como os jurados do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri entendem este discurso?

2. DECISÃO DO STJ MUDOU O PARADIGMA SOBRE O CONCEITO DE HONRA

O julgamento do Recurso Especial – REsp nº 1.517/PR, da lavra do eminente Rel. Ministro JOSE CÂNDIDO DE CARVALHO FILHO, do Superior Tribunal de Justiça/STJ, em março de 1991 (decorridos trinta anos, portanto), já tratara da mesma matéria. A honra passa a ser entendida como um atributo pessoal. Qualquer dos cônjuges que a comete, está, em tese, violando a si próprio, desabonando sua própria honra por uma conduta de valoração social negativa. A pessoa ofendida conta com meios legais para pôr fim a sociedade conjugal. O uso arbitrário da força e o apelo para os chamados crimes passionais ou crimes de paixão são, no mínimo, arrazoáveis. Especialmente, referimos aos assassinatos de mulheres, vez que foi uma tese utilizada pelos uxoricidas, no passado, e pelos contemporâneos feminicidas. Vejamos a ementa desta decisão, a seguir:

Recurso especial. Tribunal do Júri. Duplo homicídio praticado pelo marido que surpreende sua esposa em flagrante adultério. Hipótese em que não se configura legítima defesa da honra. Decisão que se anula por manifesta contrariedade a prova dos autos (art. 593, parágrafo 3., do cpp). Não há ofensa a honra do marido pelo adultério da esposa, desde que não existe essa honra conjugal. Ela é pessoal, própria de cada um dos cônjuges. O marido, que mata sua mulher para conservar um falso crédito, na verdade, age em momento de transtorno mental transitório, de acordo com a lição de himenez de asua (el criminalista, ed. Zavalia, b. Aires, 1960, t.iv, p.34), desde que não se comprove ato de deliberada vingança. O adultério não coloca o marido ofendido em estado de legítima defesa, pela sua incompatibilidade com os requisitos do art. 25, do código penal. A prova dos autos conduz a autoria e a materialidade do duplo homicídio (mulher e amante), não a pretendida legitimidade da ação delituosa do marido. A lei civil aponta os caminhos da separação e do divórcio. Nada justifica matar a mulher que, ao adular, não preservou a sua própria honra. Nesta fase do processo, não se ha de falar em ofensa a soberania do júri, desde que os seus veredictos só se tornam invioláveis, quando não há mais possibilidade de apelação. Não e o caso dos autos, submetidos, ainda, a regra do artigo 593, parágrafo 3., do cpp. Recurso provido para cassar a decisão do júri e o acórdão recorrido, para sujeitar o réu a novo julgamento. (STJ - REsp: 1517 PR 1989/0012160-0, Relator: Ministro Jose Candido de Carvalho Filho, Data de Julgamento: 11/03/1991, T6 - Sexta Turma, Data de Publicação: DJ 15.04.1991 p. 4309 JTS vol. 24 p. 64 RJM vol. 114 p. 192 RSTJ vol. 20 p. 175).

3. JULGAMENTOS RECENTES DO STF NO TOCANTE À UTILIZAÇÃO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA

Em setembro de 2020, destacamos o julgamento do *habeas corpus* 178.777 Minas Gerais, proferido pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal/ STF, cuja decisão foi publicada no DJE 14/12/2020 – Ata nº 213/2020. DJE nº 291, divulgado em 11/12/2020. Eis a matéria de destaque no portal do STF:

1ª Turma mantém decisão de Júri que absolveu réu contra prova dos autos.

Em decisão majoritária, Turma muda entendimento e nega a realização de nova deliberação do Tribunal do Júri.

Na sessão desta terça-feira (29), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não é possível ao Ministério Público recorrer de decisão do Tribunal do Júri que absolveu réu com base em quesito absolutório genérico. A decisão fundamentou-se na soberania dos veredictos, assegurada na Constituição Federal.

A mudança de entendimento se deve à alteração na composição do colegiado, em razão da saída do ministro Luiz Fux para a Presidência da Corte e do ingresso do ministro Dias Toffoli na Primeira Turma. A Turma cassou decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) que havia determinado ao Tribunal do Júri a realização de novo julgamento de V.R.M., acusado de tentar matar a esposa, quando ela saía de um culto religioso, com golpes de faca, por imaginar ter sido traído. Por maioria dos votos, o colegiado aplicou seu novo entendimento sobre o princípio da soberania dos veredictos e concedeu pedido da Defensoria Pública estadual (DPE-MG) formulado no Habeas Corpus (HC) 178777.

O acusado, que confessou o crime, foi absolvido pelo Tribunal do Júri. No entanto, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) reformou a decisão por entender que ela era contrária ao conjunto probatório e determinou a realização de novo júri. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão.

Impossibilidade de recurso

Na sessão, o defensor público Flavio Aurélio Wandek Filho sustentou a impossibilidade de recurso do Ministério Público contra decisão fundada em quesito absolutório genérico. De acordo com ele, o jurado decide por convicção íntima e não é possível saber as razões de decidir de cada integrante do Júri, que, por proibição do Código de Processo Penal (CPP), não pode debater com os demais os motivos da absolvição.

Soberania dos veredictos

O relator do HC, ministro Marco Aurélio, votou pelo deferimento do pedido da Defensoria Pública mineira. Segundo ele, a Constituição Federal (artigo 5º, XXXVIII, alínea “c”) assegura a soberania dos veredictos. Ele lembrou que o

juízo pelo tribunal do júri é feito por iguais, por leigos, e que o CPP prevê que o conselho de sentença será questionado sobre matéria de fato e se o acusado deve ser absolvido. “Se os jurados absolvem, não há por que prosseguir nessa quesitação”, entendeu.

Para o ministro Marco Aurélio, a decisão do Júri não merecia censura, pois fora calcada na soberania dos vereditos, e o TJ não poderia desconsiderá-la ou assentar que só serviria a resposta negativa. Segundo o relator, a resposta positiva quanto à absolvição do acusado não fica condicionada à defesa ou aos elementos probatórios. Os ministros Dias Toffoli e Rosa Weber acompanharam o relator, salientando que a Constituição Federal prevê a soberania do Júri tanto para condenação quanto para absolvição.

Legítima defesa da honra

Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que votaram pelo indeferimento do pedido com base em precedentes da Turma (RHC 170559). Os ministros entenderam que o caso diz respeito a um crime gravíssimo contra a mulher, em que o acusado considerou que a esposa lhe pertencia e que a morte dela lavaria a sua honra. “Até décadas atrás no Brasil, a legítima defesa da honra era o argumento que mais absolvía os homens violentos que mataram suas namoradas e esposas, o que fez o país campeão de feminicídio”, afirmou o ministro Alexandre de Moraes.

Para ele, embora a soberania dos vereditos seja uma garantia constitucional do Tribunal do Júri, há a possibilidade de um segundo julgamento pelo conselho de sentença, “aí sim, definitivo”, onde se esgotaria a análise probatória. O ministro salientou que o quesito genérico tem a finalidade de simplificar a votação dos jurados, reunindo as teses da defesa, e não para transformar o corpo de jurados “em um poder incontestável, ilimitado, que não permita que outro conselho de sentença possa reanalisar”. Por sua vez, o ministro Luís Roberto Barroso, ao acompanhar a divergência na sua integralidade, afirmou que deve haver uma prevenção geral, a fim de não naturalizar o feminicídio (STF, 10/03/2020).

A decisão completa encontra-se disponível no site do STF: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345249895&ext=.pdf>

Ou seja, neste julgamento ficou decidida a soberania do Tribunal do Júri.

Como o presente estudo não tem um cunho de discussão jurídica, importa-nos discorrer sobre a relativização dos valores sociais praticados na sociedade dos anos 2020. Os feminicidas, embora muito provavelmente, jamais se reconheçam com a nova face dos precursores uxoricidas, continuam-se valendo da ideia de que suas honras foram “manchadas”. Justificando, desta feita, a prática de assassinato contra as mulheres. Especialmente, no âmbito doméstico, de suas companheiras e ex-companheiras.

Desde o julgamento de setembro de 2020, o STF passou a ser o foco de discussões, situando a centralidade na tese da legítima defesa. Ou melhor, na ocasião,

o STF não discutiu a legítima defesa em si. Discutia-se a soberania dos veredictos na hipótese de absolvição por quesito genérico. A sigilosidade da votação do Conselho de Sentença não nos permite conhecer quais motivos levaram àqueles jurados ao entendimento da absolvição do réu. Mas sabemos que a constituição deste conselho interfere, diretamente, na decisão alcançada. Homens e mulheres entendem a matéria por óticas diferentes. Quais as histórias de vida daqueles jurados(as) que compuseram o Conselho de Sentença? A matéria sobre os limites da liberdade conferida aos jurados pelo artigo 483, parágrafo 2º, do CPP será objeto de discussão pela Corte no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1225185, com repercussão geral reconhecida: 1087 - Possibilidade de Tribunal de 2º grau, diante da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, determinar a realização de novo julgamento de recurso interposto contra absolvição assentada no quesito genérico, ante suposta contrariedade à prova dos autos. O julgamento ainda não tem data marcada, para mais informações: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5745131&numeroProcesso=1225185&classeProcesso=ARE&numeroTema=1087>

Recentemente, em 15 de março de 2021, finalmente, o Supremo Tribunal Federal/STF afasta, em definitivo, a possibilidade de utilização da tese da legítima defesa da honra, em casos de feminicídio. Trata-se do processo de Arguição de descumprimento de preceito fundamental, ADPF 779, cuja decisão é a seguir destacada:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a concessão parcial da medida cautelar para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, *caput*, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, *caput* e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Edson Fachin, Luiz Fux (Presidente) e Roberto Barroso acompanharam o Relator com ressalvas. A ressalva do Ministro Gilmar Mendes foi acolhida pelo Relator. Falaram: pelo requerente, o Dr. Paulo Roberto Iotti Vecchiatti; pelo interessado, o Ministro José Levi Mello do Amaral Junior, Advogado-Geral da União; e, pelo *amicus curiae* Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, a Dra. Eliana Calmon. Plenário, Sessão Virtual de 5.3.2021 a 12.3.2021. (STF,15/03/2021).

4. O BEIJO FATAL

Uma imagem vale por mil palavras? Mito ou Verdade? Vejamos a reportagem extraída do site www.extra.globo.com:

Imagem 1: Vítima beija réu que tentou matá-la com 5 tiros



Foto: Folha do Mate/ Alvaro Pegoraro.

Uma **mulher** que foi vítima de tentativa de **feminicídio** em 2019 acompanhava o julgamento do acusado e surpreendeu a todos os presentes após levantar-se e **beijar** o **homem** que **atirou** contra ela por cinco vezes. O caso aconteceu no Rio Grande do Sul, na última terça.

Micheli Schlosser, 25 anos, na época, namorada de Lisandro Rafael Posselt, 28 anos, ainda pediu permissão ao juiz para abraçar e beijar o acusado, e mesmo com o pedido negado, Micheli trocou carinhos com o acusado.

A vítima ainda declarou que tudo aconteceu porque provocou o réu. “Ele nunca tinha me agredido, sempre foi muito bom para mim e já pagou pelo erro dele”, alegou. Michele informou também que tudo aconteceu porque a própria provocou o réu. “Ele nunca tinha me agredido, sempre foi muito bom para mim e já pagou pelo erro dele”, mencionou.

De acordo com o site *Folha do Mate*, o réu cumpre prisão na Penitenciária Estadual de Venâncio Aires, é apontado com o autor dos cinco tiros contra ela, no centro de Venâncio Aires, em setembro de 2019.

O réu pediu uma nova chance aos jurados e referiu que não quer voltar para ‘aquele inferno’. Sua defesa alegou que a vítima é a mais interessada no julgamento e ela já perdoou o réu. (www.extra.globo.com, 29/01/2020).

Esta matéria foi largamente divulgada nas mídias (impressa, televisiva e sociais) no início de 2020. Demonstramos, anteriormente, como o conceito de honra foi adotado como atributo pessoal, em 1991, a partir do julgamento do REsp: 1517 PR

1989/0012160-0, Relator: Ministro JOSE CANDIDO DE CARVALHO FILHO, Data de Julgamento: 11/03/1991. Mais recentemente, duas importantes decisões da Suprema Corte brasileira: o Supremo Tribunal Federal, decidiu pela soberania do Tribunal do Júri em casos de absolvição por requisito genérico, no julgamento do processo HABEAS CORPUS 178.777 Minas Gerais. Em março do corrente ano, outra relevante decisão afasta do nosso ordenamento jurídico a tese da legítima defesa da honra, a saber: o julgamento do ADPF 779.

Mas o que dizer quando olhamos para a foto da imagem 1? Uma imagem, por certo, não vale mais que mil palavras. A imagem, enquanto fonte documental, deve ser contextualizada. Nada exista fora da dimensão tempo x espaço. Mas, voltando à imagem: uma jovem mulher, de 25anos, beija, amorosamente, seu agressor. Sim, seu agressor: um jovem homem (contava, à época, com 28 anos), que atentara contra a sua vida, deferindo-lhe 5 tiros. O caso aconteceu no Rio Grande do Sul. Segundo a matéria, “Michele Schlosser solicita permissão ao juiz para abraçar e beijar o acusado” (www.extra.globo.com, 29/01/2020). Diante da recusa, desobedece a autoridade judicial e surpreende a todos com um beijo, aparentemente, apaixonado. A defesa do réu, por sua vez, alegou que a vítima, a mais interessada no caso, já perdoou o acusado. Não sabemos o resultado do veredicto, mas nos importa, de sobremaneira, o comportamento da vítima. O que leva uma mulher, cujo agressor, tentara contra sua vida, afastá-lo da persecução penal? Em tempos de feminismo interseccional, este tema é dos mais relevantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto, sendo a prática social o ponto de partida e o pondo de chegada da ação pedagógica.

Maria Lúcia de Arruda Aranha

Ângela Diniz foi uma socialite carioca, morta a tiros, em Búzios. O ano era 1976. O assassino: Doca Street, seu companheiro. Em sua defesa, a legítima defesa da honra. Declarou ser um homem enfeitiçado por uma dama fatal. No primeiro julgamento, foi absolvido, A comoção gerada a partir de então, levou grupos feministas a lançarem o slogan “quem ama não mata”. No segundo julgamento, o uxoricida foi condenado a 15

anos de prisão. Na imagem intitulada “O beijo fatal”, Micheli Schlosser beija seu agressor. O ano é 2019. Quantos Brasis separam Ângela Diniz de Micheli Schlosser?

Retomemos à provocação inicialmente proposta: por que a necessidade de afastar, por completo, esta tese de legítima defesa da honra em nosso ordenamento jurídico? As leis são espelhos de nossas sociedades, respeitadas as cargas históricas que as constituem. Ao que nos parece, o Movimento de Lei e Ordem não é capaz de dar cabo da violência crescente e cambiante, que caracteriza nosso tempo. O crime de feminicídio no Brasil foi tipificado, sendo uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, e incluído no rol dos crimes hediondos. As leis estão postas. O que nos têm revelado as políticas públicas em torno do comportamento das mulheres vítimas de agressores, que não desejam suas perseguição penal?

Nesta colisão de interesses, propomos o diálogo entre os diversos atores da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência, como uma das alternativas na busca de soluções viáveis. Se no julgamento de seu companheiro, a jovem mulher o beija em sinal de perdão. Para o Direito, a situação é clara: o perdão da vítima será, inclusive, um bom argumento em sua defesa. Para quem pensa em termos de políticas públicas, o problema não se encerrará com o anúncio do veredicto. Pois, pensar em ações que visem coibir a violência contra as mulheres, necessariamente, terá que adentrar no universo do feminino, em razão do gênero; correlacionadas a outros marcos de desigualdade/opressão: raça, gênero, sexualidade, plasticidade, idade, etnia, classe social, região, geração etc. Encerramos com outra provocação: podemos descartar a hipótese de ser um caso clássico de codependência emocional? Uma simples foto não nos diz, afinal, uma imagem não vale por mil palavras! Nunca valeu... É tempo de guerra! Se há guerra, há resistência. Então, sigamos em frente, resistentes. EDUCAÇÃO, *please!!!*

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984*. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm>. Acesso em: 02 abril 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *1ª Turma determina realização de novo Júri diante de absolvição de réu contra provas dos autos*, 10 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=438965&ori=1>>. Acesso em: 02 abril 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Decisão do ADPF 779*, de 15 de março de 2021. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6081690>>. Acesso em: 02 abril 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. STJ – recurso especial: Resp. 1517 PR 1989/0012160-0. Relator: Ministro Jose Candido de Carvalho Filho, Data de Julgamento: 11/03/1991, T6 - Sexta Turma, Data de Publicação: DJ 15.04.1991 p. 4309 JTS vol. 24 p. 64 RJM vol. 114 p. 192 RSTJ vol. 20 p. 175 Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/597202/recurso-especial-resp-1517-pr-1989-0012160-0>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Deane Soares. *A violência doméstica como expressão da codependência – Mulheres vitimizadas por agressores usuários de drogas*. Monografia de Conclusão de Curso de Direito. UNICAP. 2016.

FIGUEIREDO, Deane Soares. *Lei Maria da Penha: por uma melhor prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na Comarca do Recife/TJPE*. In: XII Encontro Estadual de História – Histórias e mídias: narrativas em disputa da ANPUH-PE, 2020, em plataforma virtual. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602118992_ARQUIVO_f717e9db4ea860f6fbc9f165302e775b.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Deane Soares. *A legitimação da violência doméstica contra a mulher nos códigos criminais brasileiros: das Ordenações Filipinas à Constituição Cidadã de 1988*.

In: Seminário de História e Gênero: gênero, ditadura e autoritarismo da Universidade Federal do Ceará, 2020, em plataforma virtual. Disponível em: <<https://historiageneroufc.wixsite.com/seminario/simposios-tematicos>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Deane Soares. *Entre uxoricidas e feminicidas: quais as similaridades entre eles, presentes nos Códigos Penais de 1890 e 1940 e a vigente Lei do Feminicídio?*. In: IV Colóquio de História do PPHG. XIV Colóquio de História da UNICAP da Universidade Católica de Pernambuco, em plataforma digital. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/coloquiodehistoriaxx/paper/view/1687/618>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KIST, Fabiana. *O valor da vontade da vítima de violência conjugal para a punição do agressor: oficialidade, oportunidade e justiça restaurativa* / Fabiana Kist. – Leme (SP): JH Mizuno, 2019.

MULHER BEIJA RÉU QUE TENTOU MATÁ-LA COM 5 TIROS EM 2019; CASO ACONTECEU NO JULGAMENTO DO ACUSADO. *Extra.globo.com*, de 29 de janeiro de 2020. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mulher-beija-reu-que-tentou-mata-la-com-5-tiros-em-2019-caso-aconteceu-no-julgamento-do-acusado-24218228.html>>. Acesso em: 02 abril 2021.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. *Violência doméstica, discriminação de gênero e medidas protetivas de urgência.* / Adriana Vidal de Oliveira, Márcia Nina Bernardes, Rodrigo de Souza Costa, / Curitiba: Juruá, 2016.

CAPÍTULO XI

O PARTO E O PROTAGONISMO FEMININO

Clara Maria Luna Varjão Schettini ¹

RESUMO

Através dos anos a história de partos aparece nos registros e relatos antigos. O que de início era uma ocupação totalmente feminina foi aos poucos mudando, excluindo essas mulheres e tornando o acontecimento em algo institucionalizado dominado pelos homens. Com a implantação de técnicas, como a cesariana, o fórceps, entre outras, os cursos de medicina começaram a dedicar uma parte significativa de seus estudos para o parto, isso aconteceu principalmente nos grandes centros urbanos e aos poucos chegou em cidades menores. Através dos estudos de gênero de Joan Scott iremos entender por que essas mulheres foram excluídas dessa ocupação e como esse movimento é uma criação dos detentores do poder e se instala aos poucos e é visto como “natural” pelas pessoas nessas sociedades. O poder sobre os processos em nossa sociedade em geral é masculino e isso foi construído ao longo das eras e a desconstrução precisa de rupturas em várias camadas e de diferentes formas. Gênero não está ligado a biologia humana, mas ao costume e ao fazer que cada sexo está sendo condicionado a exercer e como deve se comportar, é uma “criação inteiramente social sobre os papéis próprios do homem e da mulher. (...) O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.” (SCOTT, 1986, p.7) Nesse trabalho veremos como esse processo aconteceu, técnicas que foram desenvolvidas para tornar os partos mais seguros tanto para mulheres como para os bebês que nasciam, como começou a ser rompida essa barreira que impedia as mulheres de participar desse processo e as perdas e consequências dessa exclusão.

Palavras-chave: Gênero. Saúde. Protagonismo.

1. INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade temos relatos de partos normais e cesarianos. Existem várias de líderes importantes e acontecimentos determinantes que envolveram o parto de herdeiros e morte de rainhas e líderes femininas no mundo. A cesariana, conhecido também como parto cirúrgico, tem suas narrativas e histórias entorno da palavra. Alguns

¹ Licencianda em História da Universidade Católica de Pernambuco. <https://orcid.org/0000-0002-9502-4085>. <http://lattes.cnpq.br/5707854035148111>

historiadores diziam que se chamava esse parto de cesariano derivado do fato de Júlio Cesar ter nascido de parto cirúrgico, porém existem relatos de sua mãe durante o período de sua invasão na Grã-Bretanha e nessa época esse tipo de parto só era feito quando a mãe estava morta, na tentativa de salvar a criança. Outra possibilidade é o verbo cortar “caedere” no latim. A mais aceita é a origem através de um decreto de César que dizia que toda mulher que estivesse desfalecendo durante o parto devia ser cortada, para que a criança fosse salva (as invasões e guerras da época precisavam de soldados), sendo o nome em homenagem ao imperador Caio Júlio César.

Figura 1 Cesariana realizada em uma mulher que vive por um profissional do sexo feminino. Miniatura do século XIV “Historie Ancienne”



De maneira geral o parto cesariano era visto como último recurso após a morte da mãe, como tentativa de salvar o bebê, esse objetivo normalmente não era alcançado, e era visto como ato religioso, para que a mãe e o bebê pudessem ser enterrados separados. Esse procedimento certamente trouxe algum conhecimento aos médicos e parteiras do período sobre o corpo feminino e acreditasse que essa cirurgia trouxe esse evento (o parto) para um ambiente mais “profissional”.

O primeiro registro que se tem de uma cesariana onde o bebê e a mãe sobreviveram foi em 1500 na Suíça onde o marido fez a cirurgia na esposa depois de vários dias de trabalho de parto e conseguir autorização dos líderes locais para esse ato. Segundo relatos posteriores à época da cesárea, a mulher teve cinco filhos depois dessa cesariana e a criança viveu até os setenta e sete anos, a história não teve tanto crédito, pois foi registrada mais de oitenta anos após o acontecido. Muitas das cesarianas que

aconteceram na antiguidade foram realizadas no interior, onde não havia médicos ou instalações adequadas. Isso também pode ser visto como uma vantagem, já que os partos podiam ser feitos antes de a mulher e o bebê estarem muito castigados e eram feitos em mesas de cozinhas, e não hospitais, onde as infecções eram recorrentes. No caso do marido da Suíça, ele era um criador de animais e tinha experiência com anatomia, já que tratava a carne de sua criação. O maior desafio nesse período era a falta de conhecimento da anatomia humana que dificultava a realização do procedimento sem causar problemas colaterais. Um dos primeiros textos sobre a anatomia feminina normal é de Andreas Vesalius, o monumental *De Humani Corporis Fabrica* publicado em 1543 e foi base para muitos estudos do período. Outro desafio que foi superado foi o acesso a cadáveres para que esse estudo fosse o mais real possível, por anos o manuseio e violação do corpo dos mortos era visto como pecado e algo inconcebível.

Figura 2 A anatomia pélvica feminina. De Andreas Vesalius “*De Humani Corporis Fabrica*, 1543

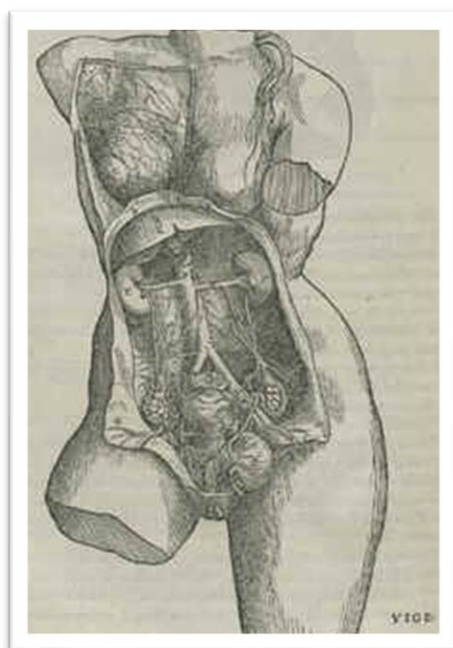
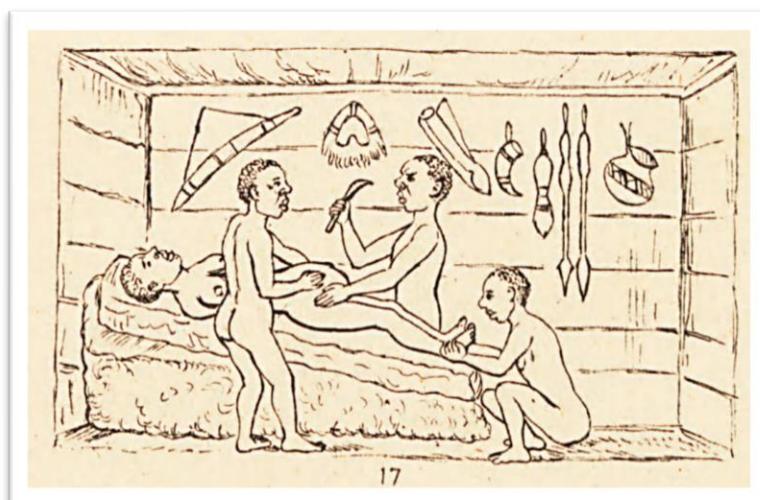


Figura 3 Representação do parto do livro de FELKIN, 1884



O relato mais detalhado de uma cesárea foi feita por um médico que visitou a África e escreveu o relato de uma cesárea feita em Uganda que segue uma técnica que, segundo Felkin (1820), era usada a um bom tempo na região, e que em muito se assemelha a cesárea moderna. Esse relato de um parto cesariano que aconteceu em 1879 no vilarejo de Kahura mostra como acontecia esse procedimento nessa região da África. Algumas das semelhanças da cesárea desse relato com as cesarianas modernas são o uso de “analgésico”, nesse caso um vinho de banana, o fato de a pessoa que fazia o procedimento higienizava as mãos e o abdômen da paciente com esse vinho. O abdômen e pernas da mulher grávida estavam amarrados para evitar que ela se mexesse durante o procedimento, o que acontece hoje através da anestesia raquidiana que deixa a mulher paralisada do pescoço para baixo. Outra semelhança é o uso de cauterização em pontos de sangramento com um ferro quente, atualmente é usado um bisturi elétrico para evitar hemorragias. Outro cuidado nesse procedimento foi o de retirar toda a placenta e restos que poderiam causar uma infecção e a compressão do útero para que ele ficasse contraído e não causasse hemorragias, causa de morte em partos naturais também durante muitos anos. Vários outros cuidados interessantes aparecem no relato que nos ajudam a ver como eles por muito tempo foram ignorados pelos estudantes de medicina na Europa e países do norte do globo. A retirada do tapete que ficava em volta da cama de operação para que o ambiente continuasse limpo, os pontos na região do corte, a pomada anti-inflamatória que foi usada nessa mesma região, a faixa colocada para proteger o corte e comprimir a cirurgia, várias são as semelhanças

com a cirurgia atual e ajuda a desmentir a ideia de primitividade que muitos tinham do continente africano.

2. A QUESTÃO DO GÊNERO

O espaço dos partos, que até então era dominado por mulheres parteiras, passou a ser tomado por homens a partir do momento em que os cursos de medicina começaram a estudar esse procedimento. Em 1600 os Charbelen¹, na Inglaterra, introduziram o fórceps para puxar os bebês quando eles não saíam naturalmente pelo canal vaginal. Em 1616, os irmãos Charbelen apoiaram uma “humilde petição das parteiras da cidade de Londres e arredores ... para que as ditas parteiras fossem incorporadas e transformadas em Sociedade” (DUNN, 1999 p.1), se reconheceu a necessidade de melhorar a habilidade dessas parteiras, mas foi negado a formação da sociedade, esses professores se dispuseram a instruir as parteiras através dos membros mais velhos do Colégio, e que isso deveria ser o suficiente para elas, mas que para isso acontecer, haveria uma seleção feita pelo Bispo para ver se seriam dignas. Além disso um dos irmãos foi advertido por ter apoiado a causa “dessas mulheres”. A partir do momento em que técnicas e instrumentos foram inseridos, uma área da faculdade de medicina se dedicou a isso, e foram criadas áreas em hospitais e maternidades, os homens passaram a dominar esse procedimento. O parto passou a ser visto como uma ocupação profissional e esse acontecimento saiu do ambiente privado (residências) para o público (hospitais). O parto residencial e as parteiras não desapareceram de imediato, e continuaram por muito tempo nos lugares distantes onde essas técnicas e instituições não chegaram, em sua maioria áreas rurais, evidenciando que essa exclusão se dava somente em lugares onde o poder e as instituições estavam estabelecidos.

Joan Scott mostra essa questão em seus estudos quando diz que: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1986, p.21) A partir do momento em que os partos saíram do círculo doméstico e

¹ Peter Chamberlen, mais tarde conhecido como “o mais velho”, nasceu em Paris em 1560, o primeiro filho de um cirurgião huguenote, William Chamberlen e sua esposa Genevieve Vignon. Em 1569, um segundo filho, também chamado Peter, nasceu em 1572. Ambos os filhos seguiram a profissão do pai, tornando-se cirurgiões-barbeiros e conhecidos praticantes de obstetria.

tomaram proporções profissionais as mulheres foram tiradas desse ambiente automaticamente, como que de maneira “natural”, pois a relação de poder que existia nesse período (e até bem pouco tempo atrás) colocava a mulher no ambiente privado, e não lhe era permitido sair dessa esfera.

Como dizia Foucault, as relações de poder invisíveis são as mais poderosas, pois, por não serem vistas, encontram poucas resistências. As mulheres, assim como os homens, desde sua primeira infância eram educados por instituições e dentro de suas casas sobre o papel que deveriam desempenhar nessa sociedade e, dessa forma, a estrutura da sociedade que excluía as mulheres de algumas possibilidades de participação social é o poder invisível que estava instalado e fixado nessa sociedade. Existe uma tentativa de restaurar o papel “tradicional” da mulher, porém esse papel tem poucos antecedentes históricos em que se basear. Precisamos desconstruir essa visão de fixidade dos papéis, que acontece através da repressão para trazer essa sensação de naturalidade da divisão binária. O gênero nos ajuda a entender e decodificar o sentido de relações complexas e ver como esse conceito legitima e constrói relações sociais nos mais diversos lugares e períodos históricos. Em diversas sociedades o poder e autoridade é associado ao masculino, isso se traduz em leis e regras que colocam a mulher em um lugar inferior, limitando sua liberdade na vida privada, política, na saúde, vestimenta etc. Só se entende como o controle da mulher é usado pelos governos quando analisamos o contexto geral da construção e consolidação do poder. Esse poder pode ser analisado através do conceito de gênero, no caso dos partos, porém, assim como em outros aspectos da vida, essa estrutura pode, e é quebrada através de pessoas que contestaram esse padrão e essas limitações. Isso acontece em toda a história e em diversas sociedades, as mulheres, os escravizados, os operários, pessoas pertencentes a diversos grupos romperam com os padrões estabelecidos ao ver que eles não eram naturais, e sim impostos a seu grupo.

2.1. O QUE MUDOU?

Alguns dos motivos apontados para o sucesso (diminuição dos óbitos de recém-nascidos e mães) das cesáreas e partos em geral com o passar do tempo foi o conhecimento sobre a importância da higienização. Ignaz Phillip Semmelweis (1818-1865) começou a desconfiar das causas da febre puerperal em 1847, quando seu amigo,

Jacob Kolletschka feriu-se com o bisturi de um estudante que realizava uma autópsia, falecendo depois de apresentar os mesmos sintomas observados nas vítimas de febre puerperal. Ele chegou à conclusão de que eram os estudantes de medicina, que mexiam nos cadáveres e depois iam para as enfermarias pós-parto cuida das mulheres que acabavam, de alguma maneira, transmitindo a doença.

“Em maio de 1847, Semmelweis começou a utilizar uma solução de cloro. Nessa época, tinha-se conhecimento de que o cloro impedia a putrefação e eliminava o mau-cheiro. A mortalidade que em maio de 1847, era de 12%, em junho caiu para 2,4%. No mês seguinte passou para 1,2% e em agosto para 1,9%. Apesar disso, houve resistência às ideias de Semmelweis por parte do Diretor do hospital e também dos estudantes.” (SILVA E MATTOS, 2015, p.91)

Dois anos após a morte de Semmelweis um escocês, Joseph Lister, também propôs a ideia de se higienizar as mãos e os instrumentos cirúrgicos impedir as doenças infecciosas. Ele também foi criticado, mas na década de 1870, os médicos começaram a lavar regularmente as mãos antes das cirurgias. A teoria dos Germes também foi desenvolvida nesse período. Apesar do hábito de lavar a mão ter se iniciado em alguns meios nesse período a obrigação da lavagem das mãos só foi incorporada de maneira oficial mundialmente em 1980 nas primeiras diretrizes nacionais nos EUA.

Figura 4 foto de Elizabeth Blackwell Fotografia desconhecido – disponível na National Library of Medicine



A primeira mulher a se formar em medicina após essa mudança de espaço que os partos sofreram foi Elizabeth Blackwell, se formando em 1849 na faculdade de medicina de Genebra, oeste de Nova York. Ela se dedicou a obstetrícia e pediatria, foi

para Europa se especializar, e abriu caminho para as próximas gerações de mulheres, ela recebeu muita resistência em todos os lugares que foi, e ao ser confrontada onde trabalhava por sua visão e ideias inovadoras para o período resolveu abrir sua própria clínica. Sua condição financeira e a visão de criação que seu pai possuía foram fatores importantes para alcançar essas conquistas. Na faculdade de medicina onde estudou era a única mulher entre 150 homens. O parto continuava a acontecer nas casas e com parteiras nos lugares mais distantes e rurais. É importante entendermos como essa exclusão era específica e evidente nos espaços público e institucionais, e foi essa estrutura que Elizabeth Blackwell começou a quebrar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos ver, as técnicas de parto foram mudando com o passar dos anos e com essa mudança de técnicas e espaço onde o parto acontecia mudou também quem fazia esse procedimento. As mulheres foram deixadas de fora por muitos anos da medicina, e o fato delas terem sido as principais figuras na realização de partos durante vários séculos e, a partir do momento que esse acontecimento passou para o espaço público e institucionalizado terem sido excluídas dele, mostra as redes de poder invisível tão bem explicados por Scott. O uso de instrumentos e a cesárea tiveram papel importante nessa mudança, podemos ver esse paradigma inclusive em sociedades africanas, onde eram os homens que faziam o procedimento, apesar de não ser dito explicitamente que essa cirurgia só podia ser feita por homens, na descrição Felkin fala que eram homens que estavam naquela sala de cirúrgica. Nesse cenário podemos ver, como disse Scott:

“conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1989, p.21)

Nos últimos tempos, depois do movimento feminista, as mulheres podem voltar a ocupar esse espaço, e outros que lhe eram negados a mais anos. Esses espaços, de maneira gradativa e tímida, começaram a ser ocupados por médicas. Outra mudança que é um pouco mais recente é a visão de que o parto natural, ou em um ambiente

menos “frio” são a melhor opção para as mulheres em algumas ocasiões. Houve um resgate do parto natural, com posições mais confortáveis para a mulher e até feito em casa. Ressurgiram parteiras e doulas e o conhecimento e tradições que existiram por séculos foram resgatados e ressignificados. As parteiras e curandeiras da antiguidade e do período medieval carregavam uma sabedoria que é reconhecida hoje e infelizmente, muito desse conhecimento foi perdido ao longo das gerações quando essas práticas foram taxadas de rudimentares e inapropriadas. A mudança desses paradigmas através de pessoas que viram esse poder estabelecido e o questionaram fez e ainda fará muitas mudanças em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

DE SOUZA, Ricardo Luiz. O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault. Salvador, EDUFBA, 2014.

DUNN, Peter M. The Chamberlen family (1560–1728) and obstetric fórceps. Arch Dis Child Fetal Neonatal Ed: first published as 10.1136/fn.81.3.F232 on 1 November 1999. Downloaded from <http://fn.bmj.com/> on November 23, 2020

FELKIN, R. W. Notes on Labour in Central Africa. Edinburgh Medical Journal, volume 20, April 1884, pages 922-930.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SEWELL, J. E. Cesarean Section – A brief history. A Brochure to Accompany na Exhibition on the History of Cesarean Section at the Nacional Library of Medicine. 30 April 1993 – 31 August 1993.

SILVA, M. R da. MATTOS, A. de M. Ignaz Semmelweis e a febre puerperal: algumas razões para a não aceitação de sua hipótese. Filosofia e História da Biologia, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 85-98, 2015.

KLINE, Nancy. Elizabeth Blackwell: a doctor’s triumph. Berkeley, CA. Conari Press, 1997.

CAPÍTULO XII

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS LINGUAGENS MIDIÁTICAS: DO SOFRIMENTO AO EMPODERAMENTO NA LUTA

Ana Carolina De Souza Ferreira ¹

Ewerton Rafael Raimundo Gomes ¹

Patrícia Cristina de Aragão ¹

RESUMO

A violência contra as mulheres tem se ampliado na sociedade brasileira, sobretudo, a partir da pandemia do covid 19. Em tempos pandêmicos, as diversas formas de violência têm apontado para a necessidade de desenvolver ações que visem conscientizar coletivamente sobre as formas de violência contra a mulher e o aumento dela decorrente. As mídias frente as diversas formas de violência podem contribuir no sentido de formar e informar sobre estas questões sociais. Este artigo visa discutir sobre a violência contra as mulheres no contexto da pandemia do covid 19, apresentando reflexões de como os cartazes midiáticos sobre violência contribuem para discutir sobre os lugares do feminino na sociedade brasileira contemporânea e a violência. Trata-se de um artigo de reflexão, em que metodologicamente trabalhamos a partir da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes cartazes midiáticos de circulação nacional que se remetem a violência contra a mulher. Nossa pesquisa está pautada nos estudos de MARTINS, BAGGENSTOSS, NOGUEIRA E SCARDUELI compreendemos que em face de um cenário de incertezas e mudanças de diferentes envergaduras no social, político e no campo educacional. Empreender discussões sobre a violência contra as mulheres na linguagem dos espaços midiáticos é fundamental para a formação de uma conscientização social dos direitos das mulheres, sobretudo e principalmente, o direito à vida e a viver.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Mídias. Empoderamento.

¹ Universidade Estadual da Paraíba

1. INTRODUÇÃO

“A vida começa quando a violência acaba” (Maria da Penha)

O desafio enfrentado por mulheres corriqueiramente na sociedade pelo fato de ser mulher nos aponta que a luta travada no decorrer da história, sobretudo, na sociedade brasileira

ainda está sendo combatida atualmente no cotidiano vivido por cada mulher no mundo, em seus países, na sociedade e dentro de seus próprios lares.

Diante dessa realidade podemos ressaltar as diversas lutas e conquistas femininas no decorrer de inúmeras batalhas para garantir o direito de ir e vir, o direito a educação, ao voto, avoz e principalmente a vida, estar viva e viver, consiste no fator em questão devido ao número de feminicídios decorrentes no Brasil que nos coloca em alerta total para o problema em pauta. Se fizermos uma análise e um estudo aprofundado de números específicos de caso de violência contra mulheres acometidas por seus conjugues no país, as estimativas são preocupantes.

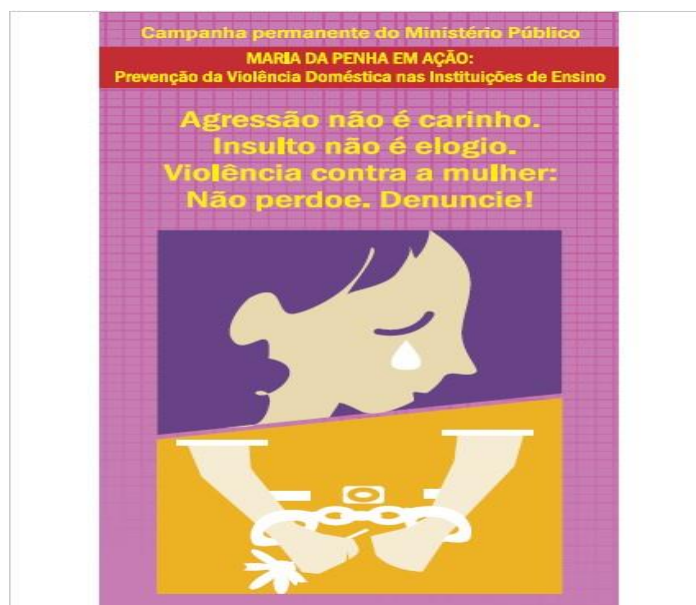
VIANA, 2018 discorre que, mesmo perante o cenário existente no Brasil, em que uma a cada cinco mulheres, independentemente da idade e do nível de escolaridade, refere já ter sido espancada pelo cônjuge, companheiro, namorado ou ex companheiros. Ou seja, a violência doméstica e familiar contra a mulher é um fenômeno velado estimando-se que, em cada cinco mulheres agredidas, uma não tenha tomado nenhuma atitude perante o ocorrido, o que remete à subnotificação e dificulta o conhecimento da real dimensão do problema.

Este artigo tem por objetivo discutir sobre a violência contra as mulheres a partir do espaço midiático, apontando como a mídia pode contribuir para reflexão em torno das inúmeras formas de violência em que as mulheres são acometidas. Nossa abordagem pauta-se nos estudos de MARTINS, BAGGENSTOSS, NOGUEIRA E SCARDUELI Cujas reflexões contribuíram para que pudéssemos debater sobre mulher em interface com as discussões em torno da violência.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que as fontes utilizadas estão pautadas em cartazes da mídia digital que chamam atenção as formas de violência contra a mulher e anunciam o combate as mesmas, utilizamos além dos cartazes uma

cartilha digital intitulada: Cartilha eletrônica de campanha permanente do Ministério Público (2012).

Figura 1: Campanha permanente do Ministério Público - 2012



Este artigo está organizado em dois momentos a seguir: no primeiro discutiremos sobre violência contra as mulheres e no segundo, a partir de reflexões sobre o papel da mídia no combate as formas de violência refletiremos sobre como através deste espaço, o midiático, é possível encontrar meios colaborativos de combate a violência contra as mulheres.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A LUTA PELA VIDA

O direito à vida é uma garantia e proteção (inviolável) a nós dada e está previsto como lei no artigo 5º, caput da Constituição Federal Brasileira (1988). De fato, se tratando do gênero feminino este direito e garantia a vida pode-se nomear como luta. A violência contra a mulher no Brasil segundo VIANA, 2018 é um grave problema de saúde pública e é identificada como a ação ou a omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Apesar das conquistas e avanços após a Lei Maria da Penha, o fenômeno ainda está longe de ser controlado.

De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher inclui violência física sexual, psicológica, patrimonial e moral (quando há calúnia, difamação ou injúria) (VIANA,2018, p.924)

A violência doméstica contra a mulher tem sido um problema cada vez mais em pauta nas discussões e preocupações da sociedade brasileira. Apesar de sabermos que tal violência não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, o que se percebe é que a visibilidade política e social desta problemática tem um caráter recente, dado que apenas nos últimos 50 anos é que tem se destacado a gravidade e seriedade das situações de violências sofridas pelas mulheres em suas relações de afeto. (GUIMARÃES e PEDROZA, 2015, p.257)

Em detrimento dessas ocorrências e apesar das leis que garantem a proteção e dos movimentos que abraçam essa luta contra a violência doméstica contra mulheres a preocupação está longe de cessar. Devido a pandemia do Covid 19 e suas medidas restritivas (isolamento) para o combate a manifestação do vírus, o cuidado torna-se ainda maior, porém o número de casos de violência e morte noticiados vem sendo muito frequentes, tendo em vista que, se já havia um receio a denúncia e medo de possíveis ameaças, o momento enfrentado impossibilitou ainda mais as ações de se proteger e da procura por uma forma legal de proteção.

Figura 2: Cartaz informativo sobre violência contra a mulher no período da pandemia do covid 19 - 2020



MARTINS 2020, traz em seu relato que apesar de serem escassas as evidências referentes aos efeitos do isolamento sobre a violência contra a mulher os relatórios de organizações internacionais e nacionais, além das notícias divulgadas na mídia brasileira, sugerem um crescimento dessa forma de violência. Essa violência tem impactos sobre a

vida da mulher, podendo resultar em sérios danos à saúde física, mental, sexual e reprodutiva, incluindo infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

Diante disso, importante refletir sobre os âmbitos sistêmicos que incluem fatores de histórico pessoal que podem aumentar a probabilidade de um indivíduo se tornar uma vítima ou um perpetrador de violência e que se referem a fatores que aumentam o risco de violência com seus pares, a partir de seu comportamento e os tipos de experiências, que conferem a visões sobre comportamentos e dinâmicas relacionais. Aí se tem as práticas condizentes a feminilidades e as práticas relativas a masculinidades. (BAGGENSTOSS e LI 2020)

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofram caladas e não peçam ajuda. Para muitas, é difícil sair da situação de violência e terminar com as formas de opressão. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela ideia do “ruim com ele, pior sem ele”.

Essas posturas só abalam ainda mais a estima da mulher e fortalecem a postura violenta do agressor. Muitos acham que a mulher não terá “coragem de denunciá-lo”. Outros, depois da primeira agressão, pedem “perdão”, “prometem mudar de atitude”, mas não se engane: esse é o começo de um ciclo vicioso, repleto de dor e sofrimento. (CARTILHA ELETRÔNICA DE CAMAPNHA PERMANENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2012, p.9).

Figura 3: Campanha “diga não à violência contra a mulher.”



Dito isso, é de suma importância que as políticas de conscientização e apoio as mulheres que sofrem violência de qualquer cunho seja ele físico, psicológico, depreciativo e etc não se deixem calar e mantenham forte a luta pela prevenção da vida da mulher. fazendo uso da imagem, da propaganda e cartazes informativos que ajude a reconhecer os gatilhos que leva a mulher a aceitar a violência e não denunciar o abuso por um efeito da alienação por parte do abusador.



3. AS MÍDIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES COMO LINGUAGEM NO DEBATE DA VIOLÊNCIA

Com o advento das mídias e das redes sociais, tornou-se possível compreender e identificar a dimensão em torno da violência contra as mulheres. Visto que esta ampliou-se significativamente e isto é reflexo de uma sociedade que a cada dia que vem se modificando em meio a atrelada às novas tecnologias digitais.

Neste mundo virtual, com o desenvolvimento das tecnologias, mesmo com as boas ações e relações que as mesmas vem a trazer, as violências de cunho sexistas, no que diz respeito às violências contra as mulheres, aumentou como temos por exemplo, a “pornografia de vingança” e o “cyberbullying”, que são formas e ações que oprimem e colocam a mulher cada vez mais em um estado de submissão e exposição, onde ocorrem discriminações contra as mulheres, justamente por serem mulheres, ocorrendo na maioria dos casos, nas relações afetivas com homem, seja no caso de um namorado, noivo, marido ou ex.

Estas violências são caracterizadas como violências de gênero, pois, elas acontecem justamente por serem mulheres, apresentando aí todos os discursos e normatizações do patriarcado em nossa sociedade, e nestes casos, ocorrem em sua maioria por frustrações masculinas ou por não aceitarem a independência da própria mulher, como dona de seu corpo e dona de suas próprias ações e atitudes, os homens acabam não aceitando e não permitindo a própria liberdade de escolha e pensamento das mulheres, aí ocorrem as violências, sejam elas físicas, mentais e etc.

A falta de apoio que muitas mulheres tem enfrentado, é um outro aspecto dos múltiplos enfrentamentos sociais. Observou-se que, o mundo digital e da mídia em si tem sido um espaço de afetação da violência contra a mulher, onde muitas vezes são agredidas e expostas e se sentem acuadas, onde sem autorização suas imagens e vídeos são espalhados de forma maciça. Dito isto, a NOGUEIRA vem a afirmar que.

Esse é um debate novo e é sem dúvida muito delicado. Os avanços tecnológicos através da mídia digital criaram um mundo instável e no caso da violência contra a mulher no mundo virtual a situação tem elementos mais peculiares, lamentavelmente cresce o número de mulheres que tem suas imagens íntimas disponibilizadas nos meios digitais para uma possível

vingança ou humilhação da vítima. Segundo a Comissão de Banda Larga da ONU, “em todo o mundo, 73% das mulheres que estão conectadas já foram expostas a algum tipo de violência online”. (NOGUEIRA, 2014, p.5).

Mesmo tendo este lado de opressão e exposição para as mulheres, as mídias também se apresentam como um espaço de apoio a luta das mulheres em relação a violência, pois se mostram como porta-voz e um local onde as próprias mulheres vem a ter um suporte, onde o engajamento das mesmas e suas lutas contra o machismo, o sexismo e as violências contra a mulher, vão

ganhar um participante muito importante para a divulgação, socialização e propagação das suas ideias e dos seus suportes de apoios, eles sendo, os blogs, instagram, facebook, twitter, entre outros.

Com isto, os movimentos feministas se articularam com maior força nestas redes de apoio, que tem como intuito, trazer maior suporte, proteção e voz para as mulheres, para as vítimas de alguma violência, seja ela mental ou física. Mas também, as mídias sociais, aparecem como locus de movimentação, de mobilização, comunicação, para assim, as mesmas, colocando-se em um mundo marcado pelo patriarcado e articular-se cada vez mais, pode-se usar como exemplo o ciberativismo, onde mulheres que desconhecem os seus direitos na sociedade.

As mesmas adquirem maior conhecimento sobre o feminismo e suas lutas e importância, promovendo assim posicionamentos e funcionando também como um meio de difusão de pensamento crítico como SOUSA e ARAUJO 2018, vem a trazer em seus debates sobre a temática e dar mais impulso sobre a problemática da importância da internet, das mídias em si, como podemos atrelar também, a importância de cartazes na sociedade.

A internet tem, cada vez mais, feito parte do cotidiano dos indivíduos e o maior acesso é voltado para as redes sociais, que são estruturas onde indivíduos interagem com a finalidade de socializar e relacionar com pessoas e/ou grupos a fim de criar vínculos. Essa estrutura de comunicação vem ganhando espaço de forma significativa, sendo um forte meio de comunicação, pois são ferramentas que permitem o acesso a conteúdos e informações imediatas, além de promover o contato de pessoas de diferentes localidades, possibilitando compartilhar assuntos e notícias dos quatro cantos do país. A partir disso, sendo um mecanismo de informação instantâneo, tornam-se espaços nos quais as pessoas podem se reunir e fazer das redes sociais um lugar propício para se organizar e organizar pautas de luta a partir de interesses e inquietações em comum.” (SOUSA e ARAUJO, 2018, p.4).

As campanhas publicitárias e os cartazes, são outros meios de divulgação colaborativa sobre a violência contra as mulheres, onde as questões em torno da violência doméstica e outras formas de violência, tem encontrado nas campanhas publicitárias um contributo. tem contribuído. O debate das campanhas publicitárias, sejam elas governamentais ou não ganhamum maior impulso a partir justamente do avanço das tecnologias e das mídias.

Os cartazes, seja na forma física ou digital, aparecem como linguagem teórica e metodológica como fonte de debate no que se refere à violência contra a mulher, justamente para trazer o debate que a violência contra a mulher acontece independentemente da sua classesocial ou raça, e a linguagem neste contexto codifica um fator que é perpassado de geração emgeração, onde a mesma transmite valores de culturas e este é o papel que vem a ter a imagem de trazer uma interpretação cultural, social, histórica e da formação do sujeito, dando ênfase que o discurso que estas imagens (cartazes) vem-se no contexto da violência contra a mulher,e como não deve-se ter, e incentivar a denúncia das violências contra a mulher na nossa sociedade, como diz SCARDUELI 2012.

Segundo Azevedo (2007), as escolhas linguísticas e discursivasque compõem um discurso publicitário não são aleatórias, mas marcadas por interlocutores (sujeitos) que enunciam a partir de posiçõesinscritas numa formação social. Por isso, as condições de produção passam a ser compreendidas através da representação do imaginário histórico- social, porque os sujeitos que produzem linguagem o fazem de lugares ideologicamente marcados. Ainda que o corpus selecionadopara o presente trabalho não seja, propriamente, um texto publicitário, é possível refletir sobre as condições de produção desse discurso e as possibilidades de efeitos de sentido por ele produzidos entre os seus interlocutores que ocupam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares esses que estão representados por uma série de formações imaginárias, conforme o que Pêcheux (1969 apu MUSSALIM, 2003, p. 136-137), chamou de o jogo de imagens: a) a imagem que o falante tem de si, do lugar que ocupa e do que é enunciado; b) a imagem que o sujeito, ao enunciar, tem do seu ouvinte,do lugar ocupado por ele, e do discurso que é enunciado.(SCARDUELI,2012. p.6)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens nos permitiram compreender a importância e utilização das mídias sociais atravésde cartazes online, para debate e discussão em relação a violência contra a mulher. Esta precisaser problematizada em todos os canais e ferramentais digitais, para o combate e conscientizaçãocoletiva. Os cartazes e as mídias podem ter um papel de

dualidade no que se diz respeito a violência contra a mulher, pois de um lado podemos ter essas mídias como locais de violências contra as próprias mulheres, mesmo assim, as redes sociais como também os cartazes tais quais foram abordados neste artigo também podem ter um papel importante contra a violência contra a mulher e também como fonte de conscientização dentro de uma sociedade patriarcal e machista. Com o cenário atual da pandemia do covid 19 e o isolamento social o percentual de casos de violência contra a mulher teve um alta relevante no país, desta forma os meios digitais torna-se uma ferramenta eficaz no acesso a informações em tempo real, mas que também nos trás um alerta quanto ao cenário de mortes e violência doméstica que as mulheres sofrem a cada hora no Brasil.

REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra & LI, Leticia Povala. **Violência contra Mulheres e a Pandemia do Covid-19: Insuficiência de Dados Oficiais e de Respostas do Estado Brasileiro/Violence against Women and the Covid-19 Pandemic: Insufficiency of Both Official Data As Well As Responses From the Brazilian's Government.** RDP, Brasília, Volume 17, n. 94, 336-363, jul./ago. 2020

Campanha permanente do Ministério Público. **MARIA DA PENHA EM AÇÃO: Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino.** Apoio AMPEM (associação do ministério público do maranhão). 2012

GUIMARÃES, M. C. & PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas.** Psicologia & Sociedade, 27(2), 256-266. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>

MARTINS, Andréa Maria Eleutério de Barros Lima. **VIOLENCIA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA/VIOLENCE AGAINST WOMEN IN COVID-19 PANDEMIC TIMES IN BRAZIL: LITERATURE NARRATIVE REVIEW.** REVISTA ENFERMAGEM ATUAL IN DERME | EDIÇÃO ESPECIAL COVID19 – 2020 e-020009

NOGUEIRA, Luciana de Rezende, **MÍDIAS SOCIAIS: UMA NOVA PORTA DE ENTRADA PARA A VIOLENCIA CONTRA A MULHER,** 2014

SOUSA, Delles de Lean Rodrigues de, e ARAUJO, Jéssica Aparecida Lima. **Feminismo contemporâneo: as mídias sociais como ferramentas de resistência.** 2018

SCARDUELI, Márcia Cristiane Nunes. **RELAÇÕES DE GÊNERO EM CAMPANHA SOBRE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER: SUBMISSÃO FEMININA MANTIDA.** 2012

VIANA AL, Carvalho e LIR MOS, VIEIRA, MCA et al. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER/VIOLENCE AGAINST WOMEN/VIOLENCIA CONTRA LA MUJER.** Revista enfermagem UFPE online., Recife, 12(4):923-9, abr., 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a110273p923-929-2018>.

CAPÍTULO XIII

“GÊNESIS”: TRAJETÓRIAS DA ESCRITORA ANA MARIA CÉSAR

Alicia Claudina da Silvar¹

RESUMO

O livro “Gênesis”, publicado em 1984, da pernambucana Ana Maria César, têm como temática principal a história de sua família e os desafios de se tornar uma escritora por ser de um núcleo familiar bastante reservado. A escritora e advogada Ana Maria Ventura de Lyra e César é filha do atual desembargador Amaro de Lyra e Cesar e Áurea Ventura de Lyra e César, se formou em Letras Neolatinas pela Universidade Católica de Pernambuco (1963) e em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1964). Em “Gênesis” identificamos seu ápice poético, pois trata-se uma de suas obras mais reconhecidas, contendo crônicas, poesias e traços biográficos que retratam a sua trajetória. Tendo um papel importante na sociedade pernambucana, enquanto advogada e escritora imortalizada pela Academia Pernambucana de Letras, possui atualmente quinze livros publicados. Na sua escrita, constantemente, relata suas memórias e experiências, principalmente, relacionadas a sua família. Neste trabalho, procuramos compreender a trajetória desta escritora a partir das suas narrativas. Utilizamos como aportes teórico-metodológicos os estudos de gênero e biografia, propostos pelas historiadoras brasileiras Margareth Rago e Mary Del Priore.

Palavras-chave: Gênero. Intelectual. Trajetórias.

1. INTRODUÇÃO

Ao lermos o texto “Biografia, biografados: uma janela para a História” da historiadora Mary Del Priore, nos damos conta que, a biografia é uma das primeiras fontes eficazes de formar uma história. Pouco a pouco essa narrativa biográfica foi tomando forma, a começar na Grécia com seus modelos de história que inspiraram historiadores/as, em seus textos que evocavam personagens e se esforçavam para pertencerem a uma literatura que procurava compreender o processo histórico, a partir de alguns acontecimentos. Ao passar do tempo, a escrita foi se desenvolvendo, na Idade Média os santos eram as principais fontes de modelo literário, em que a narrativa de

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Bolsista PIBIC-UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral.

santidade e heróis, posteriormente, tivemos a transferência da temática do sagrado para os heróis e cavaleiros. Com o surgimento do período renascentista veio uma nova maneira de se pensar e viver, a escrita da santidade foi, paulatinamente, deixada de lado e o etnocentrismo passou a ter força, trazendo, assim, uma autovalorização humana. Ao escrever sobre esse processo, a historiadora Mary Del Priore, afirma que:

Uma das formas de contar seus feitos, ou estudá-los era a biografia, palavras que, dicionarizada em 1721 que designava um gênero que tinha por objeto a vida dos indivíduos. Antes as biografias apareciam em forma de “memórias”, ou seja, relações escritas nas quais o indivíduo narrara fatos dos quais participara ou fora testemunhas (DEL PRIORE, 2010, p. 75).

Neste sentido, em todos os momentos históricos as produções biográficas procuraram dar uma maior visibilidade aos homens, construindo, assim, uma história a partir do masculino, na qual as mulheres eram esquecidas. Nos anos 1980, o debate sobre a autobiografia ganhou mais fôlego entre historiadores/as, sociólogos/as e antropólogos/as, fazendo o convite de pensarem a escrita de si com um novo ângulo que deveria ser visto e/ou desenvolvido.

Ao longo dos anos a escrita foi passando por processos de construção e reconstrução que persistem até aos dias de hoje, neste âmbito de ideias persistentes como a força dos indivíduos e os fatos sociais foi se desenvolvendo para uma abordagem com o foco principal histórico não apenas como um contexto, mas sim, como a base de tudo, pois como afirma Mary Del Priore: “Mas, afinal a história conta uma história? Há 40 anos a resposta seria: não! Os historiadores profissionais invocariam o compromisso que assumiriam no século XIX de fazer valer a ciência contra a arte” (DEL PRIORE, 2010, p. 83).

À medida que os séculos se passaram, as mulheres conquistaram inúmeras vitórias, adentrando em diversos espaços antes negados a elas. Contudo, ainda faltam inúmeras respostas para uma melhor compreensão dessas lutas. A historiadora Margareth Rago, em seu texto “Autobiografia, gênero e escrita de si nos bastidores da pesquisa”, nos convida a pensar sobre as vivências do feminino na História, uma vez que, nas histórias masculinas tradicionais, as figuras femininas normalmente são propositalmente esquecidas, silenciadas. Criando, assim, diversos obstáculos, para compreendermos a presença das mulheres nos contextos históricos; neste sentido, trabalhar com autobiografia de mulheres é de extrema importância, mas, ao mesmo

tempo, algo complexo, pois muitas vezes elas mesmas não escrevem sobre si. Tendo em vista a importância da autoaceitação. Ana Maria César em “Gênesis”, nos relata que:

Sou muito estranha, nem eu mesma me compreendo. Por vezes sinto emoções violentas diante do desconhecido. Aconteceu-me isto está semana. Distraidamente folheava o velho livro de reproduções de pinturas quando me fixo em paisagem toda branca. Pressenti um mistério qualquer a se esconder na alvura da neve. Paz imensa abraçava a paisagem que inexplicavelmente me atraía. Nesta noite sonhei passeando na neve, me distanciando até desaparecer naquela tranquilidade sem fim. Acordei chorando. Como eu gostaria, um dia de ver e sentir a neve (CESAR, 1984, p. 47).

As perspectivas de uma auto escrita são inúmeras vezes complicadas de se retratar, principalmente, aos sujeitos femininos; inúmeras críticas feministas procuram explicar essa “ausência de argumento”, como por exemplo, o fato de a biografia por muito tempo ter sido somente dedicada ao gênero masculino, fazendo, assim, com que as mulheres ficassem em planos secundários. Normalmente, somos educadas para pensarmos e agirmos como donas de casa, mães, esposas, não como escritoras, advogadas. Tais aspectos contribuem para que a narrativa biográfica feminina seja uma desilusão constante e não atraente. Salientamos que esse silêncio muitas vezes tem como base o medo, a vergonha e a falta de ânimo para publicarmos entre si. A historiadora Margareth Rago, nos afirma que: “Enfrentando esses desafios busquei realizar, desde meados nos anos 1990, um trabalho de pesquisa histórica com as memórias e narrativas autobiográficas de mulheres militantes de diferentes nacionalidades, gerações e experiência histórica” (RAGO, 2019, p. 208).

Um dos aspectos mais importantes de escrevermos biografias de mulheres e estudarmos esta temática, pode ser encontrado em suas motivações e reflexões, que procuraram dar respostas de nossos medos, desejos, pensamentos e, o mais importante, trajetórias. Sendo assim, uma prática de luta e resistência, dando importância ao nosso passado, olhando-o socialmente, como uma maneira de conquistarmos nossos próprios espaços olhando para nós mesmas. Se, autorrelatar, não visa exatamente seu modo de viver, mas sim, impor-se a sua própria construção, mesmo sabendo que não é fácil escrever sobre o passado se tratando de memórias dolorosas, muitas mulheres foram e, ainda são, vítimas de seus traumas físicos e psicológicos, violências de inúmeras formas aplicadas no contexto social.

Sabemos que, algumas vezes as mulheres se recusam a visitarem espaços autobiográficos por essas persistências das dores que marcam seu emocional; acreditamos que, exista uma enorme necessidade de problematizarmos o presente, trazendo relatos das transmissões de experiências vividas, pois é necessário tentarmos nos autocompreendermos a toda essa vivência coletiva. O processo de memória é um processo de autoaceitação, estabelecendo, assim, altas reflexões sobre si, se dimensionado profundamente.

Existe toda uma crítica desse processo masculino, sobre reflexão e a construção da escrita das mulheres, em vários livros e falas dadas em entrevistas publicadas, normalmente relatam não se encontrar nenhuma experiência pessoal, mas sim, modos de subjetivação. Obviamente que, ainda hoje, as mulheres tentam ocupar inúmeros espaços que são negados e/ou dificultados, que sejam públicos ou privados. Neste sentido, acreditamos que, a escrita de si mesma é uma forma de se compreender e ajudar outras mulheres a se compreenderem, não apenas uma forma de história, mas sim, de cultura de vida, sendo, portanto, de extrema importância o ato de escrevermos e publicarmos nossos relatos, nossas experiências, nossas vivências.

2. UMA ESCRITORA EM ASCENSÃO

Figura 1: Ana Maria César na União Brasileira de escritores.



Fonte: Site “A voz do escritor”, 09/07/2017.

“Gêneses”, se tratando de um livro de crônicas, publicado em 1984, pela escritora e advogada Ana Maria César, traz consigo histórias da sua família e os desafios

que enfrentou ao se tornar uma escritora. Trata-se do segundo livro publicado por ela, que atualmente possui quinze obras publicadas, mas destaca-se por ser o mais conhecido no formato de crônicas. O recorte que Ana Maria nos apresenta, são histórias de sua infância vivida em Caruaru e em Garanhuns, nos relatando o quão louvável era seu apreço a vida, muito apegada a sua avó, também escritora, porém nunca chegou a publicar, talvez por vergonha, talvez por medo. A escritora revela que diariamente relia seu diário, após a morte da sua avó, no qual encontrava-se a seguinte afirmação:

Alzira, terceira filha, nasceu, a 6 de agosto de 1907, numa terça-feira, às 3 horas da madrugada em casa de papai. Faleceu no dia 12 de setembro do mesmo ano. [...] Angelina, oitava filha, nasceu no dia 16 de julho às 7 da manhã de um quarta-feira do ano de 1913. Faleceu no dia 28 de outubro às 4 da tarde do mesmo ano (CÉSAR, 1984, p. 57).

Pertencendo a uma família extremamente católica, o nome dado ao seu livro vem de “Genes” da biologia, apresentando em seu último capítulo a árvore genealógica de sua família; a obra nos traz reflexões de e sobre seus familiares, como sua mãe discordando de suas leituras e escrita. Afirma que sonhava em conhecer o mundo, principalmente, a Europa, conseguiu realizar o seu sonho. Ana Maria nos traz um olhar fascinante para a literatura, seu livro possui quatorze capítulos: “Trechinho para Ana Maria César”, “A menina. Anna, Ana, Anas”, “Coisas de família”, “O casarão da rua João Santa Cruz”, “A procissão”, “Solar das pedras”, “Ritual”, “Espaços perdidos”, “Dois diários no compasso do tempo”, “Água mineral sem gás, por favor!”, “Une historie d’amour”, “Réquiem para os vivos” e “Genealogia da família Torres Rafael”.

É importante salientarmos nesta obra, alguns aspectos do cotidiano da vida da escritora, principalmente, o seu dia a dia com sua mãe, que era extremamente complexo, uma vez que, a mesma não aceitava muito bem o fato de ter uma filha que se admirava pelo mundo das letras, quer seja como leitora ou escritora, pois gostaria que Ana Maria fosse igual as demais mulheres de sua família, voltadas para o lar, donas de casa. Nesse sentido, Ana Maria era considerada quase uma “rebelde”, por tomar o rumo na escrita, como ela própria nos diz:

14 de julho 1881

Minha mãe sempre me diz que devo dedicar-me a mais prendas domésticas. Isto de ficar o dia todo lendo poesia, romances, não fará de mim uma boa dona-de-casa. Para agradá-la, iniciei o bordado de

uma tapeçaria representando a cidade de Veneza. Em cada ponto surge uma surpresa. Tenho trabalhado muito pois estou curiosa para ver todos os detalhes da confecção coloridos e em relevo. Hoje dei os últimos pontos na composição de uma gôndola. Já anoitecia. Descansei instantes o bordado no colo. Imaginei-me numa gôndola e passeava tranquilamente por aqueles canais quando ouvi minha mãe admoestando-me pela falta de clareza para continuar o trabalho. Contrariada eu voltei à realidade (Cf.: CÉSAR, 1984, p. 48).

Essa relação nos apresenta questões entre o passado e futuro de sua família, em que não apenas nos conduz as histórias de seus familiares, mas, também, a sua própria história e o modo de colocá-las no papel, relatando que:

Mulher, mulher, mulher!
Deus te criou à sua imagem
e Adão te chamou Vigaro
“porque de varão foi tomada”
Trazes, desde todos os séculos, a maldição do paraíso
e à tua execração, acrescentas-te a do homem: “comeras o teu pão no suor
de teu rosto
até que te tornes na terra, de que fosses formado”
Cuida, pois mulher,
para também não seres malditas como a serpente
que anda de rojo sobre o ventre.
Lembra-te, há uma inimidade, posta por Deus, entre ti e a serpente, entre tuas
descendências.
Para livras teus filhos
a ti caberá esmagar-lhe a cabeça sob teus pés,
pois tu, acima de tudo és Eva,
mãe de todos os viventes.
É bem verdade
tens carregado por tempo demasiado
sobre teus frágeis ombros
a honra do mundo.
Fizeram-te guardiã da dignidade humana,
fortaleza na moral.
E que te deram em troca?
Quando muito, um falso trono
onde reinas, mas não governas.
E a angústia de só saberes sentir.
E a aflição de só saberes amar.
Toma, pois nas mãos
Doce e frágeis mãos,
O áspero ferro do arado.
Trabalha a terra com pertinácia e ternura
Pois é dela que vira teu sustento.
Procura teus próprios caminhos, e neles,
teus passos tornar-se-ão firmes.
Esquadrinha os flancos estrategicamente,
assim,
não será necessário recuar.
E prepara tua bagagem
para que nada te falte na travessia.
Mas não te esqueças das rosas.
Elas têm espinho, bem, sei,

É por razão mesma.
São lindas, fragrantes e têm espinhos
São Rubras, e tem espinhos.
Só é preciso tomares cuidado.
Aprende a conviver com as rosas e serás sábia (CÉSAR, 1984, p. 40).

Como podemos observar, neste poema fica cravado a passagem da menina para a mulher, o quanto foi difícil essa passagem para a escritora; percebemos, ainda, a dificuldade de encontrar seu próprio caminho, pois se tornar uma mulher adulta era trazer uma bagagem enorme nas costas. Por isso, sempre era cuidadosa para que seu futuro desse errado, não fosse marcado por seus espinhos do passado, espinhos esses que podem ser caracterizados em decisões. Nenhuma das mulheres de sua família aceitaram muito bem a sua decisão de se tornar uma escritora e advogada, o que não a impediu de continuar em frente com seus sonhos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos apresentar algumas análises do livro “Gênese” da escritora Ana Maria César, para compreendermos um pouco mais sobre a biografia da autora a partir do seu próprio livro, tendo em vista sua importância para a literatura pernambucana. Além do seu aspecto literário, ressaltamos algumas dificuldades encontradas em sua trajetória, entre elas: a escrita. Neste sentido, é de extrema importância a leitura e análise do seu livro, tanto para identificarmos aspectos sociais quanto pessoais, que possam contribuir para que outras mulheres venham, cada vez mais, despertar o interesse pela escrita, relatar suas histórias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luis Eduardo Garcia. Ana Maria César. **Divulga Escritor**. Disponível em: <<https://www.recantodalusofonia.com/products/ana-maria-cesar-por-eduardo-garcia/>>. Acesso em: 10 abr. 2021

CÉSAR, Ana Maria, **Gênese**. Recife: Editora Comunicarte, 1984.

DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a História. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 171, v. 448, p. 179-197, jul./set. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/chirl/OneDrive/Documentos/o%20que%20pode%20a%20biografia%20-%20Schmidt.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

A VOZ DO ESCRITOR. Ana Maria César será a grande homenageada do Encontro Pernambucano de Escritores. Recife, 09 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.camaracultural.com.br/170709.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SEÇÃO 3

FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E INTERSECCIONALIDADE – PRÁTICAS E DISCURSOS QUE ASSOLAM AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A partir da década de 1990, com a publicação do livro “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de Joan Scott, o conceito de gênero passou a ser uma constante na historiografia brasileira. Discutido sob perspectivas distintas, o uso do conceito tem proporcionado abordagens plurais no campo da história das mulheres e nos estudos das masculinidades, sendo percebido a importância de se relacionar gênero a interseccionalidade. Esta seção aborda pesquisas sobre gênero sob diversas perspectivas, isto é, que abordem a construção das feminilidades e das masculinidades através das relações com as categorias mulher e homem, sexo e desejo ou aquelas pesquisas com temas relativos ao contemporâneo, que apresentem a pluralidade de feminilidades e de masculinidades e suas relações com a construção/desconstrução dos binarismos, práticas e representações que organizam a contemporaneidade, levaremos a debate também, como essas questões influenciaram o meio em geral e, em especial, a Ciência e Tecnologia no Brasil.

Fábio Ronaldo da Silva
Universidade Federal de Campina Grande

Raquel da Silva Guedes
Universidade Federal de Pernambuco



CAPÍTULO XIV

ENSINO DE LIDERANÇA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO NORTE DO PARANÁ: A FORMAÇÃO DE LÍDERES FEMININAS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Carla Cristina de Oliveira ¹

Flávia Maria da Silva ²

RESUMO

Este artigo trata do tema da importância do ensino de liderança em uma instituição de ensino superior, no que se refere ao público feminino. A formação em liderança é um requisito exigido por muitas organizações, e essa competência representa um diferencial competitivo dos indivíduos que atuam em cargos de chefia ou supervisão. Justifica-se a realização desta pesquisa, em função da necessidade particular do pesquisador, em identificar a percepção de alunas do curso de Administração de uma IES – Instituição de Ensino Superior, sobre suas atuais habilidades e competências de liderança. Como problema de pesquisa objetiva-se responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção das alunas formandas em administração sobre o tema liderança feminina? Os principais autores utilizados para enriquecer o referencial teórico foram: Bergamini (2003), Cruz e Silveira (2014) e Maximiano (2000). A metodologia desta pesquisa foi realizada através do método dedutivo com uma análise quantitativa e qualitativa e a pesquisa é bibliográfica. Os resultados foram obtidos através da aplicação de questionários aplicados com as alunas que se formaram no ano de 2019 e teve como principais resultados o registro de que as formandas do ano de 2019, em sua maioria, acreditam que a liderança é algo que nasce com indivíduo e que pode ser aprendida na faculdade, e 50% das entrevistadas, se sentem parcialmente preparadas para atuarem em cargos de liderança.

Palavras-chave: Liderança. Ensino. Liderança Feminina.

1. INTRODUÇÃO

A educação de liderança no ensino superior é um dos temas discutidos tanto no meio acadêmico quanto no meio corporativo. As instituições de ensino devem fornecer conhecimentos necessários sobre o tema, para que seus alunos possam contribuir com

¹ Graduada em Administração com Ênfase em Gestão de Pessoas, pela Faculdade Educacional de Cornélio Procopio/PR.

² Doutoranda em Administração, pela Universidade nove de Julho – UNINOVE.

o desenvolvimento das organizações em que atuarão futuramente. O ensino de liderança é a maneira mais eficiente de formar pessoas com perfil de líder, pois pessoas com esse perfil serão determinantes para o sucesso dos novos negócios, e da forma de como atuação com as pessoas. Será através da educação que os alunos conseguirão entender o quanto importante esse assunto se tornou, e como serão capazes de transformar não só a vida de quem lidera, mas também de toda a organização incluindo os demais colaboradores.

No artigo serão destacados a importância do comportamento de liderança, os aspectos da liderança feminina, tendo como foco da discussão alguns obstáculos enfrentados pelas mulheres para liderarem, e se tornarem grandes líderes femininas e cidadãs que atuem ativamente no desenvolvimento da economia e do país onde vivem, como construtoras da história. O objetivo geral desta investigação será identificar a percepção das alunas formandas no ano de 2019, que se sentem com a capacidade de liderar após a graduação. É preciso identificar esses dados, para saber o perfil das líderes femininas que ingressaram no mercado de trabalho, e como a instituição contribuiu para a formação acadêmica de suas alunas, e como as auxiliou em suas características. Portanto, a questão problema desta pesquisa será: Qual a percepção das alunas formandas em administração no ano de 2019, sobre o tema liderança feminina? Desta forma, este tema foi escolhido para demonstrar a importância do ensino de liderança no ensino superior, ou seja, as instituições de ensino precisam priorizar a liderança e formar líderes conscientes de seu papel como cidadãs. Os resultados da pesquisa mostraram a percepção das alunas ingressas sobre o tema liderança, e liderança feminina. Alguns indivíduos já nascem com esse perfil, possuindo características distintas, estas como: comunicativo, influenciador, atenciosos e outras, mas outros costumam desenvolvê-lo ao longo do tempo e a formação se torna a principal forma de adquirir essa competência, sendo assim através de cursos. Contudo, é necessário que a IES esteja devidamente preparada e capacitada para ensinar esse novo conceito aos seus alunos.

Acredita-se que as alunas ingressas da Faculdade Educacional de Cornélio Procópio são capazes de identificar atividades oferecidas pela IES que auxiliaram no processo de desenvolvimento de suas habilidades de liderança, a segunda hipótese é a de que as alunas ingressas possuem conhecimento sobre o conceito de liderança

feminina. O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseado em leituras de livros, artigos e revistas a respeito do assunto, os principais autores que norteiam essa pesquisa são: Bergamini (2003), Cruz e Silveira (2014) e Maximiano (2000). O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, assim foi feito um levantamento de dados através de tabela e gráficos, utilizando os recursos estatísticos como porcentagens e análise descritiva.

2. LIDERANÇA

Atualmente no mundo competitivo das organizações a ferramenta de liderança está sendo usada frequentemente, para impulsionar as relações. Mas para que aconteça, é necessário a presença do líder, que, por conseguinte executa a liderança, e também busca a compreensão de cada indivíduo em particular. A partir de então, o papel desta é a forma de influenciar uma ou mais pessoas, para com que sejam realizadas determinadas tarefas ou situações. Mas, o termo ganhou espaço desde os primórdios da história, precisamente em 1300. Logo após, os filósofos políticos como Platão, demonstrarem suas teorias de lideranças ao relacionarem-se com as pessoas através da política (BERGAMINI, 1994). Sendo assim, a liderança foi alcançando diversos níveis, no período feudal o líder mantinha uma comunicação com seus funcionários de forma com que os tornavam totalmente submissos, surgindo-se assim os líderes feudais. Depois na Revolução Industrial o líder alcançou um papel de tomada de decisões baseada em teorias, onde nestas o papel do colaborador era apenas de trabalhar e acatar as ordens, então o líder já era visto como gerente (BORGES, 2009).

A motivação é um dos atributos que podem interferir na presença do líder, na forma de comunicar-se com as pessoas. Em contrapartida, a motivação é algo intrínseco, ou seja, que cada indivíduo carrega consigo, sendo este o elemento que impulsiona realização de determinada tarefa. Mas ao desempenhar a liderança, como forma de cativar seus colaboradores, o mesmo deve buscar despertar os atributos que, por conseguinte possam fazer renascer a motivação de cada indivíduo. Necessariamente, motivar nesse aspecto não remonta em apenas momentos de alegria no trabalho, mais sim algo que está dentro de cada pessoa, e que o modificará nas suas ações de forma positiva (BERGAMINI, 2003).

Na liderança existe uma gestão estratégica de pessoas, sendo esta a maneira de comunicar-se com os colaboradores dentro da organização. Esta prática torna a liderança uma relação de ligação das tarefas, pessoas e processos, em que o líder pode executar seu papel de influenciador com os demais envolvidos, para com que assim alcance os objetivos (BIANCHI, QUISHIDA E FORONI, 2019).

A liderança depende muito do contexto onde está inserida, conseqüentemente, para tal situação é preciso a presença de um líder que, por conseguinte tomará frente da situação a ser planejada, analisada e realizada. Através desta análise do contexto organizacional, o sujeito que foi escolhido para exercer papel, deve-se assim possuir características pessoais, logo o processo poderá possuir maior validade para com os demais indivíduos da organização. Todavia, a pessoa é formada por motivações e interesses, traços de personalidade e por último o de maior destaque, as habilidades, que são demonstradas aos demais liderados, como o conjunto de características de conhecimento do líder (MAXIMIANO, 2000). Há dois caminhos para a compreensão do processo de liderança, um deles está relacionado a ideia de que o líder deve analisar o ambiente situacional em que foi inserido, para assim tomar as possíveis decisões a serem tomadas, e o outro associado diretamente com o líder, onde cabe a este possuir características específicas de liderança, em que demonstram qualidades específicas que formam a pessoa do líder como: entusiasmo, comunicativo, compreensivo, influente e outros, são visualizados traços da personalidade da pessoa, podendo alguns serem modificados com o decorrer do tempo, sendo estas de caráter incorporativo, como; comunicativo, entusiasmo, honestidade e outros (CURY, 2015).

Em tempos de globalização, os líderes deparam com um fator predominante para com que sua liderança seja realizada de forma transparente e absorvida pelos colaboradores dentro da organização, através das várias formas de adquirir conhecimento. A esta referência, é colocada a maneira como o indivíduo demonstra ao grupo ou equipe, as tarefas que realiza para o desenvolvimento do bem comum, a partir de então é criada uma sinergia, onde todas as partes são importantes dentro do processo, não existindo uma diferença significativa em relação aos cargos desempenhados. Logo, a liderança encontra um patamar em que estabelece relação de confiança com todos da empresa (DRUCKER, 2000).

2.1. TIPOS DE LIDERANÇA

Pontes (2008) constata que o líder possivelmente é o resultado do ambiente no qual foi inserido, seja este na sua vida pessoal ou na empresa, “os líderes possuem características pessoais que lhes proporcionam esta habilidade, mas cientificamente não podemos afirmar que eles já nasceram com estas características” (PONTES, 2008, p. 25). Sendo assim, um profissional pode trazer traços de herança genética que podem influenciar na sua personalidade ou seja, moldada para a transformação de um líder no futuro, e que essas habilidades dependem do contexto organizacional em que está inserido, para alcançarem sua importância para a empresa. Assim, um ambiente organizacional também pode interferir na posição de um líder, no momento em que seus liderados possuem um acordo de comunicação entre os dois, para atingirem o mesmo objetivo da organização. Dentro dos tipos de liderança, existem dois modelos: um relacionado as pessoas e outro voltado para as tarefas, que podem influenciar de maneira positiva e negativa para a eficácia das ações. O modelo voltado para tarefas define-se premissa positiva de trazer ao indivíduo a realização do seu papel para a organização, porém gera em contrapartida o lado negativo de comportamento autoritário. Por conseguinte, o estilo voltado para pessoas, sustenta-se na formação do desenvolver o espírito de equipe, para a função do bem comum da organização, todavia, encontra negatividade em tratar com permissividade, o que pode ser desnecessário para determinadas situações de agir (MAXIMIANO 2010).

Existem basicamente três tipos de lideranças fundamentais, todas com suas características que as diferenciam umas das outras, fazendo com que os líderes possuam personalidades que poderão interferir em seus estilos de liderar. Basicamente; a liderança autocrática está relacionada à forma de que ao lidar com as pessoas deve ser tarefa extremamente baseada nas tarefas, a liderança democrática está centrada na forma de relacionar-se diretamente com as pessoas envolvidas no processo e por último a liderança liberal, que demonstra que o líder não precisa estar relacionado diretamente com as pessoas, dando espaço a novas ideias e soluções formadas pela própria equipe ou indivíduo existente dentro da organização (CRUZ E SILVEIRA, 2014).


A liderança autocrática é conservada no formato em que toda a tomada de decisão está nas mãos do líder. “(..) o líder autocrático é centralizador, define os

objetivos de seus liderados, determina o que deve fazer não deixando que participem das decisões, ou seja, não escuta as opiniões dos subordinados” A liderança democrática, está relacionada com a forma que o líder realiza esclarecimentos com todos os membros da organização, dessa forma, é dado início a formação de equipes e uma relação interpessoal do líder para com seus liderados. Há orientação para os demais dentro da organização e transformando-se o ambiente organizacional, de forma com que todos possuem tarefas importantes, porém o líder é parte do conjunto com todos os demais indivíduos envolvidos no processo decisório, estimulando-se assim uma melhor convivência com todos. A liderança liberal é uma relação que o líder possui com os seus liderados de liberdade. As ações não precisam necessariamente da comunicação do colaborador para com o líder, é mantido uma comunicação, porém existe ausência de aconselhamento na maioria das tarefas realizadas dentro da organização. A divisão das obrigações é de total responsabilidade das pessoas ou do grupo, onde os resultados são definidos precisamente pelos participantes na ação. (CRUZ E SILVEIRA, 2014, p.242).

2.2. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO


Rama e Martins (2013) comentam que a inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu de maneira árdua. Desde os primórdios da história, a bagagem feminina de trabalho restringia-se apenas a tarefas de caráter familiar, como cuidar da família e dos filhos ficando com as funções do lar, já os homens desempenhavam as tarefas de sustento da família, e realizavam somente atividades fora do contexto familiar, o que perdurou durante anos e até os dias de hoje, mas com alguns acontecimentos, o papel da mulher obteve mudanças significativas na história. A Revolução Industrial, a 2ª Guerra Mundial, as revoluções feministas fizeram com que aos poucos o mercado de trabalho fosse incentivando a abertura de novos trabalhos para as mulheres, até chegarem em cargos de liderança, estabelecendo-se assim um novo modelo em diversas áreas dentro das organizações. Porém, atualmente existem controvérsias em relação aos cargos ocupados por mulheres nas organizações.

Este tipo de preconceito devia-se ao gênero feminino ser diretamente visto como sendo um sexo frágil, dentro de uma organização, por ela ter envolvido com as habilidades domésticas. Sendo assim foi formada uma ideia de que a mulher não possuía



as mesmas habilidades que o homem para dirigirem uma organização, em relação a tomadas de decisões e não em aspectos biológicos. Porém, levou-se tempo para a ideia de a mulher posicionar-se no mercado de trabalho como sendo suficientemente capaz de desempenhar suas atividades de liderança, tais como os homens. Até mais que o sexo masculino, por a mulher lidar com diversas responsabilidades de filhos e contexto familiar, ela possui habilidades de lidar com diversas situações ao mesmo tempo (SOUSA, 2008) Cosso e Junior (2012) apontam que a vivência da mulher no ambiente familiar, fez com que percorresse um caminho que mais tarde serviria de auxílio para novas tomadas de decisões dentro das organizações, atualmente o profissional de liderança deve possuir multifuncionalidade, estando atento a diversas tarefas em diversos momentos de seu dia a dia e de seu trabalho realizado. Sendo assim, no mundo dinâmico atual, os gestores apontam para uma liderança proativa, sistêmica e que garanta um bom relacionamento interpessoal, todos atributos que na maioria, são encontrados na pessoa feminina. Por possuírem uma herança de comunicação pessoal, desde com a família para depois com o ambiente organizacional, são colocadas em evidência, a importância de tal singularidade. Fernandes (2013) comenta que a mulher não pode ser impedida de adentrar na liderança ou na atuação de cargos maiores dentro de uma organização, mais existem fatores que alavancam uma série de obstáculos existentes que ainda diminuem a participação feminina dentro das organizações, fatores como: sexo, educação, preconceito e desigualdade salarial. Mas estes, não impedem com que ela almeje com frequência a sua ascensão no mercado profissional, e ocupem seu devido espaço de igualdade.

Metz (2010) descreve que no atual mercado de trabalho, aumenta a valorização do capital humano, deixando de lado conceitos antigos que mais estabeleciam-se em tarefas a serem desempenhadas. Hoje em dia, as pessoas são vistas como pessoas, não mais como partes da empresa ou como máquinas, necessárias somente para a produção. Então, a liderança recebe o poder de realizar essa ligação das pessoas para com a empresa, e através da pessoa do líder na liderança feminina é encontrado o nível significativo. Porém, os preconceitos as mulheres, fazem com que elas deparem com diversos obstáculos a serem enfrentados durante o transcorrer de suas carreiras, podendo ser inclusive a diferença salarial destas. A existência de diferença entre o homem e a mulher faz ascender a ideia de que há preconceito para com as mulheres,



em relação aos critérios de força física, que remontam em desigualdade, em que a mulher não pode desempenhar determinada função por não possuírem os atributos necessários para o mesmo, já que o homem possui. Sendo assim, algumas organizações criam culturas e políticas organizacionais que demonstram evidência dos resultados, impedindo com que as mulheres percorram a ascendência de sua carreira profissional, e estimulando ainda mais a formação do conceito de preconceito existente (CAPELLE, MELO E SOUZA, 2013).

Um fator que está ligado a falta de reconhecimento da mulher dentro das organizações, está associado à educação, pois no passado e atualmente o número de mulheres, que possuem um grau de escolaridade, ainda é inferior, porém isso vem mudando gradativamente, porém isso faz com que sejam ocupados pelos homens, por possuírem maior acesso ao conhecimento direto em ensino básico até o superior em contrapartida com o preconceito, fazendo com que assim, aumente-se o índice da ocupação da mulher. Sendo assim, algumas pesquisas atuais mostram o aumento significativo da inserção das mulheres na educação. (FERNANDES, 2013).

A desigualdade salarial é evidente em diversas partes do mundo, porém este fato está diretamente ligado à elementos históricos, estando envolvidos a educação e o preconceito do gênero feminino. Essas bases, formulam a diferença no salário, fazendo com que as mulheres almejem cada vez mais ocuparem cargos de confiança dentro das organizações. Todavia, este número de mulheres ocupando cargos elevados sofrem alterações constantemente, em um mundo globalizado, em que todas as informações são colocadas a disposição das pessoas, estas colocam-se em contato direto com esse conhecimento, e reagem a este (SOUSA,2008).

As lideranças femininas vêm ganhando cada vez mais espaço, dentro das organizações, é necessário a própria mulher dar a real importância para a sua ocupação no mercado de trabalho, desempenhando tarefas necessárias e buscando sua qualificação, através da educação e novos conhecimentos. Também as organizações devem ceder espaço para esse novo gênero de gestão, onde as partes da organização encontram patamar necessário para manter uma boa relação de líderes para com liderados (SANTOS E NESTOR, 2014).

2.3. LIDERANÇA FEMININA

A liderança feminina está associada a uma gestão voltada para as pessoas. Pois as mulheres conseguem reagir a maiores estímulos que os outros indivíduos realizam, ou seja por ela possuir uma herança de contato direto com o contexto familiar, fez com que ela desenvolvesse algumas habilidades específicas, que tornam a sua forma de gerir com benefícios maiores do que a liderança masculina. Porém, existem alguns conhecimentos de liderança, que as mulheres analisam nas formas com que os homens desempenham. Sendo assim, a liderança feminina ainda se encontra em um processo demorado, mas futuramente não terá a desigualdade que possui nos dias atuais. (SILVA E CARVALHO, 2019)

Sendo assim, quando uma mulher e um homem realizam uma união e casam-se para assim construir uma outra família, ambos formaram um tipo de relacionamento em seu contexto familiar. Este tipo de relacionamento interfere diretamente na organização onde serão inseridos, pois demonstrará os traços que cada um possui, seus valores, ideais, crenças e outros que foram construídos fora do contexto que construiram agregados com novos conceitos. No caso das mulheres, quando assumem a responsabilidade do ambiente familiar, esta interfere em grande parte na maneira como ela posiciona, dentro de uma empresa. Porém, em momentos atuais as tarefas familiares estão sendo cada vez mais divididas, o que auxilia para as mulheres poderem tomar seus devidos cargos de liderança, pois pode contar com o auxílio de seu companheiro, onde muitas das tarefas familiares são divididas atualmente, o que também pode auxiliar ao homem em desempenhar suas atividades, sem algumas preocupações, como financeiras, devido a ascensão feminina no mercado de trabalho (CAPELLE, MELO E SOUZA, 2013).

Santos e Nestor (2014) relatam que a mulher como líder, não necessita seguir os moldes das lideranças masculinas, e que ela possui características essenciais que muitos homens não possuem. Ela é um tipo de indivíduo que possui uma habilidade muito importante, que é saber ouvir as outras pessoas, no mundo dos negócios faz toda a diferença, pois todas as pessoas precisam comunicar-se umas com as outras. Sem a comunicação não são executadas as tarefas, e sem as tarefas, não há a existência das organizações. Todavia comunicar-se na organização, requer estar atento a assuntos que

sejam prioridade para todos os envolvidos, sabendo-se analisar os pontos negativos e positivos e realizar os feedbacks necessários as pessoas.

No momento atual não há uma diferenciação de liderança masculina ou feminina, apenas existem características que podem diferenciar um estilo do outro. “Por exemplo, se os homens são melhores em inovação e manipulação de materiais, as mulheres se destacam em promover a união e a cooperação. E um não é superior ao outro para a continuidade do ser humano”. Desse modo cada gênero possui capacidades distintas, que ambos são necessários para a estrutura organizacional. Porém a mulher consegue formar uma união com todos os envolvidos, analisando e demonstrando a eles a importância de cada um, no contexto que estão inseridos. O que resulta na cooperação de todos, adentrando nos conceitos de liderança, que analisa a junção de toda a equipe e que todos são partes importantes dentro de qualquer processo (FLEURY,2013, p.48).

Zamprogna, Trevisam e Zanatta (2016) comentam que um dos principais desafios que as mulheres enfrentam é o preconceito. A sociedade, não de forma generalizada, visualiza a mulher como não sendo suficiente para exercer os cargos de liderança, porém esta posição cada vez mais vai diminuindo forças, quando mulheres assumem altas lideranças. Ao assumirem cargos de muita confiança, e colocando em práticas suas habilidades de comunicação, união, cooperativismo e outras deixam um conhecimento ainda mais vasto sobre a forma que se comportam diante de diversos assuntos pelos quais a organização enfrenta atualmente. Todavia, a determinação é uma característica feminina, e que porem auxilia no processo de formação da liderança das mulheres.

2.4. O ENSINO DE LIDERANÇA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Borges e Baylão (2009) descrevem que a liderança, é um conjunto de características que podem ser formadas pela própria pessoa, levando em consideração aspectos culturais, sociais e familiares. Porém, essas singularidades não necessariamente são natas, podem ser desenvolvidas e inseridas na pessoa do líder, através de treinamentos, ensinamentos superiores, cursos. O indivíduo dependendo do meio em que está inserido colocará em prática diversas qualidades como: entusiástico, flexível, atencioso, comunicativo, e outros, por conseguinte em relação aos objetivos da organização. Pacheco *et al* (2014) comenta que o ensino da liderança na educação superior está relacionado a forma de demonstrar aos alunos um processo

transformacional, onde são levadas em consideração as características que os mesmos possuem. Formando um conceito reformulado com as características que eles possuem e com os processos que o ensino superior possuem para auxiliá-los e prepará-los para o mercado de trabalho, onde possíveis análises da realidade são demonstradas aos alunos nesse processo. Todavia o ensino superior sofre mudanças em relação ao mercado de trabalho, que cada vez mais exigem profissionais altamente qualificados. Em relação a formação da pessoa do líder, devem ser devidamente explicito que o indivíduo não necessariamente estará apto para desempenhar qualquer tipo de liderança, em qualquer situação ao qual será designado. Pois o ambiente, suas competências, habilidades os torna um profissional específico que ao relacionar com a sociedade, devem ser estudadas as necessidades que a organização requer de seu futuro líder para com que assim não ocorra problemas futuros nos ideais da organização (TANURE 2007).

Massaro *et al* (2015) analisa que em decorrência da globalização o ensino aprendizagem da liderança no ensino superior deve utilizar de meios inovadores que incentivem os alunos a possuir diversos conhecimentos a respeito do tema sobre liderança. Sendo assim incorporados meios tecnológicos como o uso de filmes e vídeos que estejam relacionados com processos situacionais de liderança que em decorrência do fato farão os indivíduos formarem opiniões sobre o assunto proposto pelo docente, efetuando a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa da qual resultou esse artigo foi desenvolvida em agosto de 2019 com as alunas que irão se formar no curso de Administração, no ano de 2019 na Faculdade Educacional de Cornélio Procópio – Faced. O foco principal desse estudo foi colher dados e informações a fim de descobrir a percepção das alunas egressas do curso de administração sobre o tema liderança feminina. Tais informações são relevantes pois permitem analisar o perfil de alunas egressas que a IES está disponibilizando para o mundo do trabalho. Esta pesquisa refere-se a uma pesquisa exploratória, pois se dá pelo fato de estar concentrado na exploração das ideias, é importante, pois reuni informações detalhadas. O método de pesquisa utilizado é o dedutivo, pois é aquele que parte do geral para o particular, ou seja, ele parte de uma generalização para uma

pesquisa específica através de hipóteses. A técnica de pesquisa foi a bibliográfica, o objetivo principal desse tipo de pesquisa é adquirir conhecimentos sobre diferentes contribuições científicas que estão disponíveis sobre um tema específico.

A primeira etapa da pesquisa constitui em pesquisa bibliográfica, quando envolvem leituras em documentos, textos de artigos, livros etc. A segunda etapa constitui na elaboração de um instrumento de coleta de dados, no qual foi aplicado um questionário contendo três perguntas abertas e sete fechadas. A terceira etapa constitui no levantamento das alunas atuais de administração, a instituição forneceu uma lista com os nomes das alunas que estão matriculadas no oitavo e último período do curso de administração do ano de 2019. Na quarta etapa foram entregues para todas as alunas do oitavo período os questionários impressos. Conforme dados levantados junto a secretaria, a população de alunas que poderiam participar desta investigação era um total de 10 alunas, e a amostra utilizada corresponde a 100% da população. Os questionários foram aplicados entre os dias vinte de agosto a dez de setembro, enquanto estas estava nas dependências da IES. Obteve-se como retorno 100% dos questionários entregues, que foram analisados. A quinta etapa consistiu na tabulação, análise e discussão dos resultados que serão apresentados no tópico seguinte.

A abordagem dessa pesquisa é a quantitativa, segundo Rama e Martins (2013) a utilização desse método é comum em estudos de levantamento que buscam entender o comportamento de uma população através da amostragem. Trata-se também de uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Pacheco et al (2014) esta abordagem permite identificar as percepções e ideias de uma amostra de pesquisa. No entanto para poder quantificar as alunas que possuem um perfil de líder, e mostrar esses resultados no artigo, foi preciso fazer amostragens em forma de quadros e gráficos, utilizando os recursos estatísticos, como; porcentagens, pois esse procedimento contribui para a precisão e eficácia dos resultados da pesquisa, as porcentagens dos resultados foram arredondas para um melhor entendimento.

4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Iniciando a apresentação dos resultados da pesquisa, para a comprovação da mesma foram questionadas dez alunas do curso de administração da IES-FACED do ano de 2019. Primeiramente houve a entrega do questionário impresso para cada aluna individualmente. Foram feitos gráficos e tabelas para uma melhor compreensão do processo. A primeira questão dedicou-se a identificar a faixa etária das pesquisadas, dados demonstrados no Gráfico 1, abaixo:

Quadro 1: Faixa Etária da Amostra.

Faixa Etária	Porcentagem
Sexo	100% Feminino
Até 21 anos de idade	10%
Entre 22 a 25 anos de idade	70%
Entre 25 e 30 anos de idade	20%
Acima de 31 anos de idade	0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

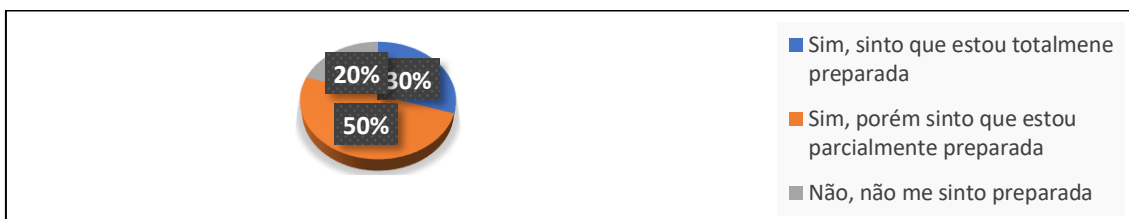
Percebe-se que a maioria das entrevistadas está entre 22 e 25 anos, consideradas um público particularmente jovem. Enquanto isso, a segunda questão investigada objetivava analisar se essas alunas estavam trabalhando atualmente. Descobriu-se que 70% das alunas entrevistadas alegaram estar trabalhando atualmente, enquanto 30% disseram que atualmente não estão trabalhando. Esta pesquisa não teve como foco analisar em que áreas atuam, porém considera-se o percentual que atualmente trabalham. A terceira questão objetivou analisar se as alunas ocupam um cargo de liderança, chefia ou supervisão, descobriu-se que a maioria ocupa. Sendo assim 40% responderam que sim ocupam o cargo, 30 % não trabalham e 30 % trabalham mais não ocupam cargo de liderança.

Por conseguinte, na questão de número quatro buscou analisar das candidatas que responderam sim na questão anterior que trabalham com cargos de supervisão ou chefia, há quanto tempo desempenham essa função. Ainda que a idade média das entrevistadas caracteriza que a maioria são jovens, percebe se que 10 % alegam que

atuam até 6 meses, 20% alegam que atuam de 6 a 12 meses, 10% atua a mais de 3 anos e 60% responderam não na questão anterior.

Observou-se através da questão de número cinco se elas acreditam ter diferença entre homens e mulheres no momento de serem promovidos a cargos de liderança, 90% responderam que sim acreditam existir diferença e 10 % acreditam não existir diferença. Rama e Martins (2013) comentam que a inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu de maneira árdua. Desde os primórdios da história, a bagagem feminina de trabalho restringia-se apenas a tarefas de caráter familiar, como cuidar da família e dos filhos ficando com as funções do lar. Estes atributos transformam a inserção da mulher em cargos de liderança com falta de confiança, pela sociedade, pois visualizam o passado das mulheres. Em seguida a questão seis tinha como objetivo analisar se as alunas se sentem preparadas para atuarem em um cargo de liderança, conforme gráfico 1 abaixo:

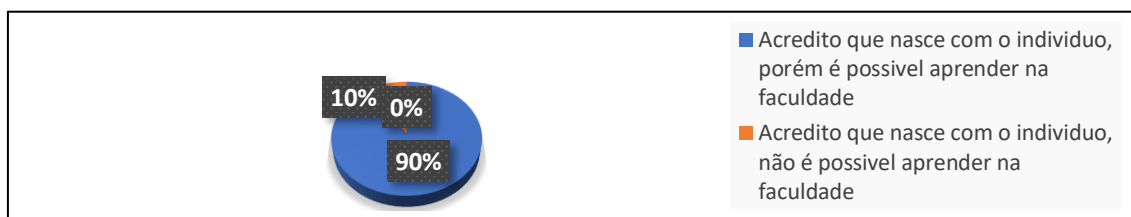
Gráfico 1: Questão 6: Você se sente preparada para atuar em um cargo de liderança



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Em relação aos dados apresentados no gráfico acima, 50% responderam que sim, porém se sentem parcialmente preparadas, 30 % se sentem estão totalmente preparadas e 20% não se sentem preparadas. Borges e Baylão (2009) descrevem que a liderança, é um conjunto de características que podem ser formadas pela própria pessoa, levando em consideração aspectos culturais, sociais e familiares. Porém, essas singularidades não necessariamente são natas, podem ser desenvolvidas e inseridas na pessoa do líder, através de treinamentos, ensinos superiores, cursos. As alunas entrevistadas, encontram-se no processo de aprendizagem e especialização, não possuindo total formação. Em seguida na questão sete conforme demonstra, veja o gráfico 2:

Gráfico 2: Questão 7: Você acredita que a liderança é uma característica que já nasce com o indivíduo, ou é algo que pode ser aprendido na Faculdade?



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Percebe-se que 90 % responderam que acreditam que nasce com o indivíduo, porém é possível aprender na faculdade e 10% acreditam que nasce com indivíduo e não é possível de aprender na faculdade. Pacheco *et al* (2014) comenta que o ensino da liderança na educação superior está relacionado a forma de demonstrar aos alunos um processo transformacional, onde são levadas em consideração as características que os mesmos possuem. Formando um conceito reformulado com as características. Sendo assim a liderança pode ser um aprendizado incorporado nas alunas, mas que também é encontrado em algumas características individuais.

Na questão oito foi realizada uma questão aberta em que as entrevistadas colocavam suas opiniões em relação aos obstáculos enfrentados pelas mulheres para conseguirem se destacar como líderes. Tendo como principal fator destaca-se, a forma como as entrevistadas visualizam estes obstáculos, em que foram usadas as siglas A (aluna) e I (ingressa), para diferenciar as alunas

Quadro 2: Obstáculos da liderança

Aluna Ingressa	Obstáculos enfrentados pelas mulheres para conseguirem se destacar como líderes
A I (1)	"Muitas empresas não acreditam na capacidade das mulheres"
A I (2)	" O machismo entre os homens, preconceito"
A I (3)	"Respeito"
A I (4)	"Preconceito"
A I (5)	"Ter objetivos, ser dedicada"
A I (6)	"Preconceito, homens ainda acham que são superiores"
A I (7)	"Competição exagerada, competição entre mulheres"
A I (8)	"Preconceito"
A I (9)	"Preconceito, os homens ainda acham que podem mais"
A I (10)	"Os principais desafios são enfrentar o preconceito dos homens e a falta de respeito"

Fonte: dados da pesquisa 2019

Em relação à pesquisa realizada a maioria das entrevistadas alegaram que o preconceito é um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres atualmente para destacarem como líderes. Para Sousa (2008) a mulher é vista como sendo um sexo frágil, por estar voltada para as tarefas de caráter doméstico principalmente no passado, não assim preparadas para tomar conta de uma organização. Percebe-se que o processo lento da entrada da mulher no mercado de trabalho, influencia na sua ascensão profissional.

Na questão de número nove, foi analisado o que as entrevistadas entendem por liderança feminina.

Quadro 3: Liderança feminina

Aluna Ingressa	O que você entende por liderança feminina?
A I (1)	“uma mulher liderar um número de pessoas em determinada função”
A I (2)	“liderança é quando você é apto para cuidar de determinadas pessoas ou trabalho de forma correta e eficiente, entre outros”
A I (3)	“liderança feita com atenção e muito mais dedicação”
A I (4)	“É a mulher que está a frente liderando os colaboradores sendo homem ou mulher”
A I (5)	“Em ser destacada profissionalmente”
A I (6)	“Direitos profissionais iguais”
A I (7)	“Na orientação para as pessoas, são mais expressivas e sociais, tem potencial para conseguir compromissos. Tem capacidade de pensar e agir em muitas direções ao mesmo tempo. A liderança feminina é inclusive, encoraja a participação e compartilha o poder com aqueles que lidera”
A I (8)	“Direitos iguais e respeito as mulheres”
A I (9)	“Direitos profissionais e respeito”
A I (10)	“É uma forma que as mulheres possuem para desempenhar uma gestão e auxiliar seus colaboradores na organização. Sendo assim possuem maior funcionalidade.”

Fonte: dados da pesquisa 2019

Foram analisadas as respostas das entrevistadas pode-se observar que algumas respostas condizem com as teorias de alguns autores, a forma como a mulher possui maior atenção e multifuncionalidade, possuindo-se assim direitos iguais aos dos homens. Zamproga, Trevisam e Zanatta (2016) comentam que as mulheres ainda possuem certos preconceitos da sociedade, porém quando assumem cargos de liderança possuem muita dedicação.

Na questão de número dez foi analisada as atividades que a faculdade forneceu para exercerem a liderança, veja o quadro:

Quadro 4: Atividades oferecidas pela faculdade, para incentivar a liderança

Aluna Ingressa	Quais as atividades oferecidas pela sua faculdade, ajudaram a desenvolver suas habilidades de liderança?
A I (1)	“Foi muito importante nossas aulas de liderança e motivação. Abriu nossa visão do que realmente é liderança”
A I (2)	“Acredito que o Coaching, entre outros”
A I (3)	“Aulas específicas, dinâmicas, trabalho em grupo”
A I (4)	Infelizmente nenhuma, as faculdades deveria incluir a liderança feminina, pois precisamos disso”.
A I (5)	“Questionários com perfis sociais”
A I (6)	“Nenhuma”
A I (7)	“Coordenar grupos para a realização de trabalhos”
A I (8)	“Nenhuma”
A I (9)	“Nenhuma”
A I (10)	“Trabalhos em grupo, e matérias de liderança”

Fonte: dados da pesquisa 2019

Ao analisar as respostas da seguinte questão acima pode-se constatar através das respostas das alunas que a maioria visualizou que faculdade forneceu muitas atividades para incentivar a liderança feminina, sendo assim através da existência de matérias e atividades em sala. Massaro *et al* (2015) comenta que o ensino sobre liderança deve utilizar de recursos tecnológicos para uma melhor aprendizagem dos alunos

4.1. DISCUSSÕES

Com a análise dos dados coletados, através da pesquisa aplicada, pode-se enfatizar neste artigo as possíveis definições, onde destacou-se responder a problemática sobre os a percepção das alunas formadas em administração sobre a formação recebida para exercer a liderança, em que o parâmetro utilizado, foi o de entrevistar as alunas que irão se formar no ano de 2019.

A questão de número cinco demonstrou que a maioria das alunas acreditam que existe diferença no tratamento de homens e mulheres, sendo assim este pode ser visto com um dos obstáculos para o ingresso de uma mulher no cargo de liderança. Logo, algumas organizações criam culturas e políticas organizacionais que demonstram evidência dos resultados, impedindo com que as mulheres percorram a ascendência de sua carreira profissional, e estimulando ainda mais a formação do conceito de preconceito existente (CAPELLE, MELO E SOUZA, 2013).

Outra questão que merece destaque é a número seis, que evidenciou se as alunas se sentem preparadas para atuarem no cargo de liderança, a maior parte delas

responderam que se sentem parcialmente preparadas, levando em consideração que ainda estão em um processo de formação acadêmica. Na questão de número sete foi questionada se a liderança é algo nato ou possível de ser aprendido na faculdade. A maioria respondeu que nasce com indivíduo, porém é possível aprender na faculdade. “Os líderes possuem características pessoais que lhes proporcionam esta habilidade, mas cientificamente não podemos afirmar que eles já nasceram com estas características” (PONTES,2008, p. 25).

Sendo a questão número nove a principal da pesquisa, onde objetivou demonstrar quais atividades a faculdade desenvolve para incentivar as habilidades de liderança. Da maioria das alunas que responderam à questão, visualizaram que a IES, fornece atividades que auxiliam nesse processo, como sendo trabalhos em sala de aula e ferramentas de análise comportamental, testes e outros. Pacheco *et al* (2014) comenta que o ensino da liderança na educação superior está relacionado a forma de demonstrar aos alunos um processo transformacional, estando assim a promover mais atividades a serem desenvolvidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa analisou-se a percepção das alunas que se formarão no ano de 2019, se elas se sentem com capacidade para liderar depois da sua graduação. Com a aplicação do questionário visualizou através da pesquisa, que a metade das alunas se sente preparadas e que enfatizam a importância do ensino de liderança fornecido pela faculdade. E que através da liderança, a mulher pode ocupar seu espaço no mercado de trabalho de forma igualitária em relação aos homens.

Acredita-se que as alunas ingressas da Faculdade Educacional de Cornélio Procópio são capazes de identificar atividades oferecidas pela IES que auxiliaram no processo de desenvolvimento de suas habilidades de liderança, conclui-se que a hipótese é verdadeira, pois a maioria identifica as atividades fornecidas pela faculdade, através de trabalhos, pesquisas, matérias de liderança e outras. Na segunda hipótese é a de que as alunas ingressas possuem conhecimento sobre o conceito de liderança feminina, onde constatou-se que a maioria das entrevistadas responderão à questão nove, onde comentava sobre o conhecimento de liderança feminina, e grande parte

sabe distinguir que é a liderança realizada pelas mulheres e até aspectos de características psicológicas, como dedicação e atenção. Sendo assim a faculdade influenciou de forma positiva para o processo de aprendizagem das mesmas, através de aulas e atividades, uma vez que a liderança é algo que pode ser incorporado no indivíduo através de aprendizagem e que podem constituir com características que o próprio possui. Porém esse processo de ascensão da mulher como líder, atualmente ainda enfrenta o preconceito da sociedade, em vista que a entrada da mulher no mercado de trabalho foi tardia.

De modo que o tema proposto possui importância por demonstrar o ensino de liderança na IES, e a formação de líderes femininas conscientes de seu papel como cidadãs na sociedade. Contudo o tema pode influenciar para uma pesquisa futura em relação a percepção do mercado de trabalho para com as líderes femininas.

REFERÊNCIAS

BERGAMIN, Cecília W. **Motivação: uma viagem ao centro do conceito.** *Rae Executivo*, São Paulo - Sp, v. 1, n. 2, p.63-67, nov. 2002.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança: A Administração Do Sentido.** *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo - Sp, v. 34, n. 3, p.102-114, abr. 1994.

BIANCHI, Eliane Maria Pires Giavina et al. Atuação do Líder na Gestão Estratégica de Pessoas: Reflexões, Lacunas e Oportunidades. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.41-61, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2019150280>.

BORGES, A. F.; BAYLÃO, A. L. S.; TONG, P. **Liderança em tempo de mudanças.** *Educação Profissional: Ciência e Tecnologia*, Vol.3, No 2, 2009.

BORGES, Vanessa E. **A Evolução do papel do líder nas organizações um enfoque histórico.** *Sumaré Revista Acadêmica Eletrônica*, Sumaré - Sp, v. 1, n. 1, p.1-8, jan. 2012.

CAPPELLE, Mônica C. A.; MELO, Marlene C. O. L.; SOUZA, Natácia L. **Mulheres, Trabalho e Administração.** *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Bahia, v. 2, n. 2, p.162-191, abr. 2013.

CRUZ, Claudenora A.; SILVEIRA, Rejane B.; MAIA, Paulo R. T. **LIDERANÇA: a influência do líder na gestão de suas equipes.** *Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira*, Lagarto - Se, v. 7, n. 4, p.238-248, mar. 2014.

CURY, Antônio. **Organização E Métodos, Uma Visão Holística.** 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

DRUCKER, Peter F. **Liderança Para O Seculo XXI**. São Paulo: Editora Futura, 2000.

FELIX, Clóvis; OLIVEIRA, Marcelina da Silva; PAIXÃO, Rosângela Francisco. **Estilos De Liderança**. 2015. 13 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Aems, Três Lagoas - Ms, 2015.

FERNANDES, Mônica Aparecida. **A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA**. *Gestão e Conhecimento - Revista de Administração*, Poços de Caldas - Mg, v. 1, n. 1, p.1-20, set. 2013.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Liderança Feminina No Mercado De Trabalho**. *Gvexecutivo*, São Paulo - Sp, v. 12, n. 1, p.46-49, jan. 2013.

MASSARO, Ariadne et al. **O Uso De Filmes No Processo De Aprendizagem Da Liderança Situacional**. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 6., 2015, Rondônia. **Artigo**. Florianópolis - Sc: Ccn, 2015. v. 1, p. 1 - 13.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria Geral Da Administração**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

METZ, Eduardo Silva. **Gestão Feminina: A Presença Das Mulheres Na Liderança De Empresas**. *Ágora Revista de Divulgação Científica*, São Paulo - Sp, v. 19, n. 2, p.169-178, jun. 2014.

PACHECO, Daniela Chagas et al. **Liderança Transformacional No Ensino Superior**. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 14., 2014, Florianópolis - Sc. **COLÓQUIO INTERNACIONAL**. Florianópolis - Sc: Cigu, 2014. v. 1, p. 1 - 10.

PONTES, Célia Maria. **O Novo Papel Da Liderança Nas Organizações**. 2008. 60 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso de Especialização em Administração Judiciária, Pró-reitora de Educação Continuada, Universidade Estadual Vale do Acaraú – Uva, Fortaleza - Ce, 2008.

RAMA, Francine L.; MARTINS, LuzihêM. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: implicações no setor bancário**. *Revista Gestão Premium / Cursos de Administração e Ciências Contábeis*, Osório - Rs, v. 1, n. 1, p.14-46, dez. 2013.

SANTIAGO, Flávio Zola. **Liderança – Características E Habilidades: Um Estudo Em Organizações Prestadoras De Serviços E Consultoria Em Seguros No Estado De Minas Gerais**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração de Empresas, Universidade Fumec, Belo Horizonte - Mg, 2007.

SANTOS, Giuliana Elisa; NESTOR, Nayara Fagundes. **A Influência da mulher como líder no mercado de trabalho**. *Revista de Ciências Gerenciais*, São Paulo - Sp, v. 17, n. 25, p.207-225, maio 2014.

SILVA, Célia R. R.; CARVALHO, Paula M. ; SILVA, Elisangela L. **Liderança Feminina: A Imagem Da Mulher Atual No Mercado Corporativo Das Organizações**

Brasileiras. Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós, São Paulo - Sp, v. 0, n. 25, p.1-12, fev. 2019.

SOUZA, Ana Carolina T. **A Importância Da Diversidade E Os Desafios Da Mulher Executiva Num Organização Hoteleira do distrito federal.** 2008. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade de Brasília - Unb, Brasília - Df, 2008.

TUNARE, Betania. **Especial educação executiva: formação de líderes.** GV-Executivo, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 68-72, set./out. 2007.

VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2012, Caxias do Sul - Rs. **Reflexão Sobre A Liderança Feminina Em Empresas De São Paulo.** Caxias do Sul - RS: Semitur, 2012. 12 p.

CAPÍTULO XV

UMA DAS ORIGENS DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ESPORTE BRASILEIRO: HOMENS, MULHERES E OS FUTEBÓIS NOS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Glauco José Costa Souza ¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os diferentes tratamentos atribuídos aos homens e às mulheres no processo de difusão do futebol no Rio de Janeiro no início do século XX. Partimos da hipótese de que é no nascimento dos campos esportivos que são estabelecidas marcas de desigualdades de gêneros, as quais não ocorrem de forma explícita, mas sim por meio do reforço constante dos códigos sociais do período, e que se perpetuam ao longo dos períodos subsequentes até que haja uma mudança drástica de comportamento dos sujeitos envolvidos. Para tanto, utilizaremos como fontes alguns periódicos da época que por meio de relatos dos indivíduos e das informações que apresentavam nos permitem refletir sobre este processo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Esporte. Futebol. Mulheres. Gênero.

1. INTRODUÇÃO

O pesquisador Arlei Damo foi um dos grandes responsáveis por difundir a noção de futebóis em substituição à clássica denominação futebol, uma vez que, em sua visão, o termo no plural era mais condizente com o seu “objeto de pesquisa ou mesmo daquilo que nossa insipiente produção centrada no futebol de espetáculo fazia crer” (DAMO, 2018, p.39). Dessa forma, o esporte bretão precisa ter respeitada a existência de visões diferenciadas que possibilitam enxergá-lo de formas distintas e condicionadas aos referenciais de quem o visualiza.

Quando nos debruçamos sobre os diferentes processos históricos que a prática futebolística teve de acordo com o gênero envolvido, observamos que, no Brasil, há momentos já referenciados que enquanto para um grupo ela foi estimulada, para outro foi vedada. Como marco importante para esta reflexão temos a vedação ao futebol

¹ Doutorando do curso de História. Universidade Federal Fluminense – UFF.

praticado por mulheres em 1941, por meio do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril daquele ano. Uma vez que não encontramos nenhuma decisão deste tipo para os homens, não é difícil apontar este processo como um dos pilares para os diferentes tratamentos e formas de discriminação que envolvem o futebol feminino e masculino.

Não obstante, tendo em vista que a visão histórica centradas nos grandes acontecimentos encontra-se superada, optamos por refletir mais acerca dos processos históricos que deram sustentação a este tipo de proibição. Questões como: será que os *sportsman* eram contra a participação das mulheres no futebol? Se sim, por quais motivos? Se não, de que maneiras ajudaram a reverter o cenário de exclusão ou até que limites impunham a divisão do campo com elas?

Para buscar responder estas questões, optamos por fazer um recorte específico do futebol nos subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. Os subúrbios Cariocas no início do século XX consistiram em uma região complexa, formado por indivíduos de diversos status socioeconômicos e que, conseqüentemente, tiveram formas de lazer variadas. Por isso, torna-se extremamente importantes estudar estas regiões que ladeiam os grandes centros, onde muitas vezes é possível reencontrar pedaços de nossas histórias marcadas “pelos acidentes, pelas tensões, pelos confrontos inevitáveis de todos os dias, ocultados pela repetição tardia de formas, de movimentos, de palavras, de ideias” (MARTINS, 2002, p. 09).

2. OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO

A conceituação de Subúrbios é importante para nos ajudar a delimitar a área em que estamos trabalhando. Na visão de Giancarlo Livman Fabretti (2013, p.09), por exemplo, o subúrbio pode ser definido como “a área do entorno metropolitano no qual a classe trabalhadora proletarizada foi se estabelecer”. Esta definição vem ao encontro do que também analisa Maurício de Almeida Abreu (2010) ao ressaltar o fato de as regiões suburbanas terem sido ocupadas pelas camadas pobres da população carioca a partir das Reformas capitaneadas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906), as quais direcionaram um grande contingente da população carioca para os subúrbios.

Por sua vez, para a geógrafa Elizabeth Dezouart Cardoso (2014), subúrbio pode ser definido como a área na cidade do Rio de Janeiro situada “em torno dos caminhos

das estradas de ferro, englobando dezenas de bairros onde se localizavam moradias da maior parte as camadas de baixa renda” (p. 238). Ela enfatiza que, originalmente, o termo referia-se a área distante do Centro da cidade e com pouca ocupação populacional, mas especificamente para o caso do Rio de Janeiro a força deste termo foi tamanha que houve uma vinculação do termo com a ocupação das regiões por indivíduos de menor poder econômico.

Leonardo Soares dos Santos (2015) desenvolveu pesquisas que acabam por corroborar esta perspectiva, sobretudo porque “ainda na década de 1890, o subúrbio era habitado predominantemente por uma pequena classe média composta em sua maioria por funcionários civis e militares de baixo escalão, comerciantes e alguns operários” (p. 74), pois esses indivíduos podiam arcar com as despesas de traslado para o Centro da cidade. Não obstante, principalmente após as Reformas de Pereira Passos, as regiões suburbanas passaram a receber um afluente de gente pobre que transformou o sentido de seu termo. Para o pesquisador, o projeto de modernização implementado pelo Estado na então Capital Federal foi um fator determinante para contribuir nesta mudança, já que a urbanização, o saneamento e o alargamento das principais vias do Centro da cidade e da nascente Zona Sul davam às demais regiões suburbanas um aspecto rural, devido também a grande presença de fazendas, sítios e outros espaços agrícolas naquelas regiões. Contudo, não custa reforçar, essas paisagens também sofreram modificações neste processo com a sua ocupação.

Assim, é nestas regiões complexas que também ocorreu o desenvolvimento do futebol, ainda que quase exclusivamente entre os homens no que se refere a sua prática. O papel das mulheres, como veremos mais a frente, nem sempre foi permitido de ser exercido dentro das quatro linhas.

3. FUTEBOL NOS SUBÚRBIOS

Entendendo os subúrbios do Rio de Janeiro como regiões em torno do centro ocupadas em sua maioria, mas não exclusivamente, por homens e mulheres que vieram no início do século XX da região Central e da Zona Sul, sem grande poder aquisitivo ou status social, encontramos registros da prática futebolística desde 1903. Naquele ano, no bairro do Andaraí, foi fundado o Football & Athletic Club e no ano seguinte, no bairro

do Bangu, surgiu o Bangu Athletic Club. Ambas as equipes em datas próximas as de outros clubes tradicionais e ligados a Zona Sul, como o Fluminense Football Club, de 1902, e o Botafogo Football Club, de 1904. Dessa forma, podemos perceber que a prática do futebol, em termos geográficos, não se manteve restrita a uma única região, ainda que isso não signifique que todos pudessem participar do jogo de bola da mesma forma, haja vista a existência de diferenças socioeconômicas entre os agentes.

Vários clubes suburbanos surgiram neste período, ainda que muitos não sobreviveram por muito tempo e, como em alguns casos, seja difícil até mesmo encontrar registros das datas de seus encerramentos e, principalmente, dos motivos. Em 14 de novembro de 1905, por exemplo, o jornal *Gazeta de Notícias* informou que a partida entre o Club Athletico do Meyer e o Joung's Football Club, no bairro do Meier, “correu animada, mostrando ambos os competidores o perfeito conhecimento do jogo” (*Gazeta de Notícias*, 15/11/1903, p. 03). De tais instituições, no entanto, não tivemos mais informações, só para exemplificar um dos obstáculos de se pesquisar história da cultura suburbana do Rio de Janeiro.

O Athletic Club Mangueira, da região da Mangueira, nasceu neste mesmo mês e ano, graças a ação de “grande número de rapazes fortes e conhecedores deste salutar sport” (*Gazeta de Notícias*, 15/11/1903, p. 03), antes, no entanto, em 19 de outubro de 1905, foi a vez do Riachuelo Football Club, do bairro do Riachuelo. Todavia, foi em 1906 que ocorreu um grande *boom* na criação de entidades esportivas para a prática futebolística nos subúrbios carioca, como a fundação do Pedregulho, do bairro de Benfica, no dia 3 de maio de 1906, mesmo dia em que começou o torneio da Liga Metropolitana de Futebol.

Neste sentido, se em 1906 a Liga Metropolitana de Futebol, sob a liderança do Fluminense, deu início à competição que ficaria marcada como o Campeonato Carioca, em 1907, nos subúrbios, um processo semelhante já era estruturado: a Liga Suburbana de Futebol. A competição começou em 05 de maio de 1907 e contou com a participação dos seguintes clubes: Riachuelo Football Club, Sport Club Mangueira, Nacional Football Club, Pedregulho Football Club e Sampaio Football Club. O torneio foi disputado apenas na primeira divisão, mas contou com a sua separação entre os primeiro e os segundo times das equipes associadas, uma vez que na época não havia substituição e era possível separar os jogadores entre os “principais” e os “reservas”.

No primeiro quadro, o título ficou com o Riachuelo, que já havia, no ano anterior, conquistado a Segunda Divisão da Liga Metropolitana, mas no segundo ficou com o Mangueira, após debates fora das quatro linhas. Não obstante, no ano seguinte, a Liga Suburbana de Futebol deu sequência aos seus jogos sem a participação dos dois vencedores de 1907, pois, além do Mangueira, o Riachuelo também a deixou. Os motivos para esta decisão, entretanto, estavam longe de ser um possível desinteresse de seus associados pelo futebol ou mesmo para as práticas esportivas. A realidade do clube dos irmãos Joppert era bem distinta disso:

Vão muito adiantados os trabalhos da construção do ground deste club. O campo, que fica esplendidamente localizado em ângulo da rua Vinte Seis de Maio e Conselheiro Castro, na estação Riachuelo, tem grande largura, maior comprimento [...].
Agora mesmo, no intuito de treinar os associados, visto como desligou-se da Liga Suburbana, este clube acaba de instituir o Campeonato Jupyra que será disputado anualmente somente pelos teams compostos de seus associados. Bravo ao Riachuelo! (O Paiz, 24/05/1908, p. 08)

O exemplo do Riachuelo não é um caso isolado nas regiões suburbanas do Rio de Janeiro. Assim como esta instituição, muitas outras não faziam parte da Liga Suburbana e nem por isso tinham restringido o seu desenvolvimento esportivo. O Centro Sportivo do Engenho Velho, por exemplo, corrobora a nossa afirmação, pois em 1907 se destacava por sua excelente estrutura na região, a qual o tornava aprazível para os moradores fãs de esportes:

Dia a dia mais se desenvolve no espírito da mocidade o gosto pelos sports que tanto têm concorrido para a resistência physica e admirável robustez intelectual dos ingleses e americanos do norte. [...]

No ex-Oriente Athletic Club e hoje Centro Sportivo do Engenho Velho, encontrarão as família do bairro Engenho Velho um centro de diversão e de desenvolvimento physico perfeito e completo para as crianças, rapazes e senhoritas desde que sejam estabelecidos todos jogos ao ar livre de que cogitam os estatutos hontem aprovados. (Jornal do Brasil, 28/07/1907)

Os subúrbios do Rio de Janeiro, a despeito da organização de grandes competições, conheceram um grande desenvolvimento esportivo já na primeira década do século XX, até porque algumas de suas equipes buscavam espaços em competições que eram disputadas por instituições para além das existentes nas regiões suburbanas. Ao mesmo tempo, qual o papel das mulheres neste processo?

4. AS MULHERES NO FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO

O pesquisador Victor Melo, em 2007, já demonstrava esta mesma preocupação ao destacar que a participação da mulher no universo esportivo sempre ocorreu, mas não nas mesmas funções que os homens. No turfe, por exemplo, esporte bastante disseminado no Rio de Janeiro durante o século XIX, a imprensa as colocava como parte do público que acompanhava as corridas de forma bastante animada, bem como também é possível encontrar registros de que atribuem a elas a decoração das arquibancadas. Ao mesmo, também há registros de praticantes deste esporte. Seu lugar, ainda assim, é majoritariamente acessório, condicionado a uma suposta colocação que o elemento masculino lhe permitia dentro da sociedade da época. As exceções aqui encontradas, neste caso, acabam confirmando a regra.

Em relação às mulheres que conseguiam romper as enormes barreiras erguidas para vetar a sua participação no campo esportivo, Melo relata que há registros, ainda que em número reduzido, de atletas praticando esgrima, tiro ao alvo, críquete, atletismo, hipismo e até mesmo o remo, outro esporte muito ligado à figura masculina. Embora sejam atividades físicas, o quantitativo de mulheres que o fazia não é suficiente para eliminar a imagem machista das práticas esportivas no início do século XX no Rio de Janeiro, onde podemos encontrar uma das origens para a discriminação de gênero no esporte brasileiro.

Um momento em que tal cenário fica evidente é a participação da mulher nas festas esportivas. Vistos como momentos de lazer, de confraternização, estes eventos contavam com atividades variadas em que envolviam também a participação de crianças. Tratava-se, não custa dizer, de uma das manifestações derivadas da pujante “Indústria do Lazer existente no Rio de Janeiro. O caráter lúdico e amistoso prevalecia, apesar das premiações e dos destaques dados aos vencedores, sendo, curiosamente, este o momento em que identificamos a participação em grande quantidade das mulheres no final do século XIX e início do XX.

A pesquisadora Aira Bonfim, por sua vez, ingressa nesta discussão trazendo um elemento novo e de grande relevância: a tentativa de criação de um time de mulheres em Vila Isabel, no ano de 1912. Segundo ela, não há fontes que comprovem o sucesso

da iniciativa, mas sim indícios que denotam a “existência de um team de garotas nas festas esportivas de Villa Izabel” (2019, p. 54).

A sociedade esportiva brasileira dos anos 1900 não se mantinha completamente alheia ao debate sobre a participação da mulher no esporte. Um exemplo interessante para isso é o surgimento de jogadores travestidos de mulheres em partidas amistosas e ou festivas (BONFIM, 2019). Ao mesmo tempo, times formados por jogadoras se exibiam em festivais, como nos bairros do Flamengo e do Catumbi. Ainda assim, não podemos deixar de enfatizar o caráter condicionante dado à visão da participação das mulheres nos esportes, pois nos casos aqui apontados, longe de ter a competitividade existente entre os homens, está presente a lógica de entretenimento do próprio público masculino que acompanhava as ações.

Há neste momento, no entanto, um deslocamento pequeno da mulher que se limitava a decorar as arquibancadas para o campo esportivo, mas ainda assim restrito à excepcionalidade, ao caráter acessório do esporte majoritariamente controlado pelos homens. O Clube de Regatas Vasco da Gama, bastante conhecido junto ao público carioca em 1923, quando se sagrou campeão pela primeira na divisão principal da Liga Metropolitana (o atual Campeonato Carioca da 1ª divisão), possuiu um “team feminino fundado por torcedoras para disputar o campeonato” (CARETA, 01/07/1923, p. 16), mas sem que possamos identificar que torneio seria esse e, principalmente, se houve a sua realização.

5. AS MULHERES NO FUTEBOL SUBURBANO

No futebol suburbano, as mulheres participaram das disputas em torno das experiências futebolísticas. Como mostramos a partir do trabalho de Bonfim, havia clubes permitindo que jogassem, mas na maior parte das vezes isto se deu dentro de um futebol lúdico e submisso às regras masculinas. Como Victor Melo (2007) apresenta, a própria prática do esporte nos eventos circenses traz consigo a vinculação a grupos sociais constantemente estigmatizados.

Desta forma, perdurou majoritariamente (mas não em caráter exclusivo) nas regiões suburbanas a visão das mulheres como agentes pertencentes às arquibancadas por serem admiradoras dos clubes esportivos (O PAIZ, 29/06/1918, p. 10). Em alguns

casos, a imprensa dava destaque à quantidade do público feminino presente, chegando a atribuir a elas o maior número das pessoas que nas arquibancadas, como no duelo entre Engenho de Dentro 6 x 0 Modesto pela Liga Suburbana de Football de 1921. Segundo o jornal *O Paiz*, nem mesmo o mau tempo assim caracterizado por uma chuva torrencial que caiu naquele dia afastou a “numerosa assistência, na qual predominava o sexo gentil” (O PAIZ, 02/01/1919, p. 06) do campo dos Fantasma Azuis. O interesse das mulheres pelos jogos do Engenho de Dentro ou mesmo no seu campo neste período é bastante pertinente, pois, quase uma década depois, se tornaria o local onde ocorreram “as organizações dos primeiros festivais de futebol com a participação das equipes femininas suburbanas no início da década de 1930” (BONFIM, 2019, p. 118).

Apesar disso, o futebol suburbano se caracterizou majoritariamente por apresentar as mulheres como parte do público que acompanhava os eventos esportivos e que o enriqueciam com a beleza típica do “bello sexo”, expressão que define a submissão à lógica de reconhecimento e aprovação masculina, como assinala Victor Melo (2007). Tanto fora, quanto dentro do campo, a mulher deveria seguir ritos específicos e determinados para ela, como as vestimentas adequadas. Em torno disso, foram estabelecidas muitas das bases que sustentam a visão que encontramos hoje sobre o direito das mulheres de jogarem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das mulheres no futebol, sobretudo no seu desenvolvimento suburbano do Rio de Janeiro, foi limitada pela visão da época. Houve, como indicamos a partir das leituras dos trabalhos de Victor Melo e Aira Bonfim a atuação delas no que consideramos prática esportiva, mas ainda bem aquém e restrita ao que se permitiu. Todavia, quando se aproxima dos anos 1940, em que se verifica uma maior difusão devido à criação em larga escala dos clubes femininos, o Estado decide acabar com o embate criando um instrumento legal para vedar à livre prática esportiva pelas mulheres.

A decisão do Poder Público de proibir as mulheres de praticar alguns esportes referendou a segregação entre elas e os homens no campo esportivo. Em relação ao futebol, a diferença foi ampliada de forma exacerbada e pode ser vista atualmente em

diversos aspectos. A discrepância salarial nos esportes de alto rendimento é um grande exemplo, como assinalado em uma questão do Enem envolvendo a camisa 10 da seleção feminina e melhor do mundo Marta, e o camisa 10 da seleção masculina e ainda candidato a melhor do mundo Neymar.

Negar ou amenizar este cenário é contribuir para a sua perpetuação. O primeiro passo para modificá-lo que ele existe e que precisa ser combatido. Da nossa parte, a contribuição que buscamos fazer, por meio da História enquanto ciência, é apontar para aspectos que ajudam a analisar como esta diferença de gênero no campo esportivo foi construída no Brasil. Assim, acreditamos que possamos trazer elementos que ajudem a não repetir, no cotidiano, ações segregacionistas que, muitas vezes, vêm disfarçadas de tentativas de inclusão, mas que em sua essência têm o objetivo de limitar e restringir a liberdade das mulheres de participarem do campo esportivo onde, como e quando elas quiserem.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Aira. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). Dissertação (Mestrado) - Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019;

CARDOSO, Elizabet Dezouart. **Representações e identidade na cidade na primeira metade do século XX** – Os Subúrbios Cariocas. URBANA, V.6, nº 9, ago-dez, 2014 - Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas - CIEC/UNICAMP;

Damo, A. Futebólis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. FuLiA/UFMG, 3(3), 2019, 37–66.

FABRETTI, Giancarlo Livman. **A metropolização vista do subúrbio**: Metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2013;

FERNANDEZ, A. C. F. **Assim é meu subúrbio**: o projeto de dignificação dos subúrbios entre camadas médias suburbanas de 1948 a 1957. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995;

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio : vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Caetano: do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec: Unesp, 2002;

MELO, Victor Andrade. **Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910)**. Revista Brasileira de História, São Paulo v. 27 n. 54, p. 127-152, 2007;

SANTOS, Leonardo Soares dos. **De arrabaldes a subúrbios: a geografia social do Rio de Janeiro a partir dos seus cronistas**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 20, n.2, 2015

FONTES

- Careta
- Correio da Manhã
- Gazeta de Notícias
- Jornal do Brasil
- O Paiz

CAPÍTULO XVI

SALETE XUKURU-KARIRI: ENTRE PARTOS, “CIÊNCIAS” E MOBILIZAÇÕES¹

Adauto Santos da Rocha ²

RESUMO

Reconhecido oficialmente em 1952, o povo Xukuru-Kariri, habitante em Palmeira dos Índios, município do Semiárido/Agreste alagoano, foi contemplado com a aquisição de uma faixa territorial pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para a formação da Aldeia Fazenda Canto. A partir de 1979, em razão da insuficiência territorial e de outros processos políticos, os indígenas mobilizaram-se para retomarem uma propriedade considerada sagrada que estava sob a posse da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, denominada como Mata da Cafurna. No ínterim do reconhecimento estatal e de retomadas territoriais ocorridas nas últimas décadas do século XX, a indígena Maria da Salete Souza, conhecida como Salete Santana e “Dona” Salete, atualmente habitando na Aldeia Mata da Cafurna, exerceu o ofício de parteira por muitos anos até ser contratada para atuar formalmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), auxiliando parturientes. A trajetória da “Dona” Salete foi marcada por diversas ocupações entre os Xukuru-Kariri, pois, além de ter trabalhado em uma função extremamente importante para o bom nascimento dos novos indígenas, constituiu grupos de enfrentamento contra capangas e pistoleiros contratados por fazendeiros para impedirem o avanço das retomadas de terra, tão importantes para possibilitar a permanência dos novos integrantes recém-nascidos junto ao povo. Desse modo, entrecruzar as distintas atuações da “Dona” Salete com os registros oficiais possibilitará entendermos os meandros internos de atuação do Estado entre os Xukuru-Kariri e a necessidade de reconquistar territórios invadidos por posseiros e fazendeiros interessados na ampliação da agropecuária e na concentração fundiária, símbolos de poder e fortalecimento das alianças políticas no interior alagoano.

Palavras-chave: Povo Xukuru-Kariri. Reconhecimento. Ciências. Mobilizações.

¹Esse texto é um fragmento revisado e ampliado da minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e intitulada: “Xukuru-Kariri: migrações indígenas para trabalho em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)”.

²Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1. INTRODUÇÃO

Este texto foi escrito a partir de pesquisas documentais ocorridas nos acervos do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), sediado na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III; no acervo do Museu do Índio, sediado na cidade do Rio de Janeiro; e a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas nos territórios do povo indígena Xukuru-Kariri, habitante em Palmeira dos Índios, Semiárido/Agreste em Alagoas, com ênfase, nesse caso em específico, para as Aldeias Mata da Cafurna e Fazenda Canto.

Reiteradas vezes os boletins e relatórios de saúde criados pelo órgão indigenista, no caso, pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até 1967 e, a partir de então, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), informavam sobre práticas de controle epidemiológico/patológico e realização de partos por parteiras indígenas que haviam aprendido o ofício através de parentes e mulheres mais velhas que atuavam com “práticas de cura” há muitas décadas.

2. O RECONHECIMENTO OFICIAL E RETOMADAS TERRITORIAIS XUKURU-KARIRI

Até meados do século XX, os povos indígenas em Alagoas vivam sem reconhecimento étnico oficial e, portanto, desprovidos de usarem plenamente os territórios dos antigos aldeamentos, fruto de um desdobramento da Lei de Terras de 1850, efetivada no estado em 1872 sob a alcunha de “Extinção dos Aldeamentos”¹. A partir de mobilizações em busca de legitimidade sobre os territórios e em ação conjunta com representantes de diversos segmentos da sociedade, como a Igreja Católica Romana, representada pelo Monsenhor Alfredo Dâmaso e com o apoio político do Deputado Federal Medeiros Neto, em 1952 o então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) adquiriu uma propriedade em Palmeira dos Índios e instalou o Posto Indígena Irineu dos Santos, conforme afirmou o comerciante e escritor local Luiz B. Torres:

¹ A “Extinção dos Aldeamentos” em Alagoas reiterou as invasões aos territórios indígenas e legitimou a efetiva posse territorial por câmaras municipais e grileiros interessados nos territórios para ampliação da monocultura canieira e criação de gado. Para mais informações, ver: (ROCHA, 2019, p. 184).

Só agora, cem anos depois, devido à tenacidade do cacique Alfredo Celestino, intransigente na luta por dias melhores para seus irmãos de raça, eis que o Serviço de Proteção ao Índio comprou algumas tarefas, denominadas Fazenda Canto, para onde levou os remanescentes dos primitivos senhores de Palmeira dos Índios. Pouca terra para tanta gente! Fazenda que nem de longe dá uma idéia do primitivo habitat (TORRES, 1974, p. 19).

A estrutura montada para o funcionamento do Posto Irineu dos Santos estava localizada nas cercanias de criações agropecuárias e era um fragmento territorial da fazenda do então Prefeito de Palmeira dos Índios, o senhor Manoel Sampaio Luz, conhecido como “Juca Sampaio”. Com solo paupérrimo e carente de nutrientes, as práticas agrícolas nos primeiros anos de formação da aldeia foram pouco produtivas, somadas ao estado de baixa pluviosidade anual e malversação do órgão indigenista.

Entretanto, auspiciosos em permanecer num território que legalmente lhes pertencia, os Xukuru-Kariri persistiram cultivando nas parcas roças do Posto e trabalhando de alugado para fazendeiros da região, além de atuarem sazonalmente no Sudeste e no corte de cana na Zona da Mata canavieira em Alagoas. A partir de 1952 a estrutura funcional do Posto Irineu dos Santos empenhou-se em criar condições para evitar os recorrentes deslocamentos de indígenas para trabalhos sazonais.

Nos dois primeiros anos, os dirigentes do Posto haviam adquirido animais de tração para auxiliar no preparo do solo e algumas reses para a composição do patrimônio estatal no Semiárido alagoano, afora a ordenha de vacas e novilhas com a finalidade de achatar os elevados níveis de mortalidade infantil, pois, em uma “média de (60) nascimentos anualmente, ocorr(ia) uma média anual de (40) óbitos”¹.

Em 1954, foram iniciadas distribuições leiteiras pelo Posto aos Xukuru-Kariri. Num período de chuvas regulares, passando dos 1.000 milímetros anuais², houve melhorias na alimentação do gado na Aldeia Fazenda Canto e, conseqüentemente, aumento na produção leiteira, alcançando a façanha de 100 litros ou mais em vários meses do mencionado período, distribuídos entre indígenas e funcionários do órgão indigenista, conforme podemos observar:

¹Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 293-299.

²Ver: (ROCHA, 2020, p. 130).

Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1954.

ANO	MÊS	Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).	Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).	Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).
1954	JANEIRO	110	85	25
1954	FEVEREIRO	115	90	25
1954	MARÇO	76	50	26
1954	ABRIL	104	74	30
1954	MAIO	106	74	32
1954	JUNHO	90	76	14
1954	JULHO	115	90	25
1954	AGOSTO	120	94	26
1954	SETEMBRO			
1954	OUTUBRO	125	95	30
1954	NOVEMBRO	115	80	35
1954	DEZEMBRO	94	62	32

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Adauto Rocha.

A regularidade na produção/distribuição leiteira permaneceu durante alguns anos, embora o Posto Irineu dos Santos enfrentasse problemas estruturais que repercutiam no agravamento do estado social dos indígenas Xukuru-Kariri, quase sempre requisitados como mão de obra para suprir as carências deixadas pela ineficiente administração do órgão estatal. Fenômenos de ordem natural às vezes eram contributos para atribular ainda mais o cotidiano da Aldeia Fazenda Canto, como a morte de uma das novilhas do Posto em 1956, “motivada por picada de cobra venenosa”¹.

Outros agravantes para as baixas no rebanho foram as disseminações de febre aftosa e os períodos de estiagens prolongadas, forçando os dirigentes a suspenderem a ordenha e solicitarem autorização dos superiores da 4ª Inspetoria Regional do SPI (IR-4), sediada no Recife/PE, “para o refrigério das vacas em pastagem alugada a fim de atender a necessidades das crianças e o estado de magreza das mesmas vacas”².

No ano seguinte e após o crítico momento de fragilidade no rebanho, o Posto Irineu dos Santos continuou o processo de retirada e distribuição de leite entre os indígenas Xukuru-Kariri, com produção regular acima dos 100 litros mensais, chegando

¹ Termo de morte de animais no Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 03 de setembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 105.

² Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de outubro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 158-159.

a alcançar a façanha de produzir aproximadamente 200 litros mensais entre maio e agosto, período invernos caracterizado pela melhoria dos cercados e do gado do Posto, conforme consta:

Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957¹.

ANO	MÊS	Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).	Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).	Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).
1957	JANEIRO	144	113	31
1957	FEVEREIRO	162	131	31
1957	MARÇO	187	156	31
1957	ABRIL	189	162	27
1957	MAIO	197	167	30
1957	JUNHO	198	167	31
1957	JULHO	198	167	31
1957	AGOSTO	198	167	31

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Adauto Rocha.

A política assistencialista da Igreja Católica Romana na Aldeia Fazenda Canto foi fundamental para reduzir os óbitos de crianças recém-nascidas. Designado pelo Monsenhor Alfredo Dâmaso para conduzir as ações da igreja na aldeia, o padre holandês Ludgero Raaijmakers² fomentou a distribuição de leite em pó após a suspensão na ordenha das vacas do Posto Irineu dos Santos, conforme informou um documento acerca da aquisição leiteira em novembro de 1957: “levo ao conhecimento desta Inspeção, que, por intermédio do Padre Ludgerio, consegui quentos [sic] quilos de leite em pó, para abastecimento dos índios”³.

De acordo com as fontes consultadas, a Igreja Católica Romana distribuiu leite em pó aos Xukuru-Kariri até 1963⁴. Em razão da falta de alimentos e, mais uma vez a partir de projetos pautados em políticas assistencialistas, algumas indígenas Xukuru-Kariri foram arregimentadas para estagiarem nas alas do Hospital Santa Rita, localizado

¹ De acordo com a documentação, após agosto de 1957 o Posto Irineu dos Santos deixou de remeter dados da produção leiteira para a IR-4, em função do precário estado envolvendo o rebanho bovino.

² Ver: (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 98).

³ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 02 de novembro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02 – Fotog. 160-161.

⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 171-172.

na zona urbana de Palmeira dos Índios¹. Na segunda metade do século XX a mencionada unidade hospitalar tinha um certo aparato médico e poderia viabilizar formações profissionais para parteiras e enfermeiras que atuavam autonomamente no território indígena. Além do aparato estrutural, em 1964 o Hospital dispunha de ambulância, como podemos observar na fotografia a seguir:

Hospital Santa Rita em 1964.



Foto: Autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

O projeto entre o Hospital Santa Rita e a Aldeia Fazenda Canto ganhou tanta notoriedade que, em 1965, as freiras holandesas Gonny van der Lugt e Will van der Vem, da “Organização de Voluntários Holandeses”² fomentaram um plano de trabalho para o Posto Irineu dos Santos, prevendo orientações para prevenções de doenças e construção de foças, assistência pré-natal, dentre outros benefícios que deveriam contar com a colaboração do padre Ludgero, conforme consta em um documento:

I – Preparo de assistência pré-natal, as índias gestantes, na forma de Club das Mães, com confecções de enxovais para recém nascidos, com material fornecido pelo Padre Ludugero Raaijmakers.

II – Assistência de enfermagem, em geral, e curativos, nos meninos da Escola, e se necessário, em residencias indígenas.

¹ “Gonny van der Lugt, analista e Will van der Vem, enfermeira, que de ha muito vêm prestando serviços no Hospital de Santa Rita, Posto de Puericultura e Maternidade, desta cidade, onde vem atendendo os índios, com resultados satisfatorios”. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

² Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

III – Encaminhamento ao médico, em caso de doenças, sem ônus para o Serviço dos índios aldeados.

IV – Combate a verminose, por meio de construções de foças, doações de calçados, tratamento d'água e aplicação de medicamentos.

V – Ensinaamentos dos princípios de higiene e de boas maneiras, as índias e aos alunos, através de conferencias feitas na Escola do Aldeamento¹.

Com amparo institucional da Igreja Católica Romana e por intermédio do Padre Ludgero Raaijmakers, diretor do Colégio Pio XII e pároco na Aldeia Fazenda Canto, a Organização de Voluntários Holandeses (Volunteer Program of Netherlands) realizou trabalhos nas áreas da educação e saúde e habitação para melhorar as condições de vida dos indígenas Xukuru-Kariri².

As atuações das religiosas holandesas na Aldeia Fazenda Canto resultaram em estágios de indígenas Xukuru-Kariri na citada unidade hospitalar durante as décadas de 1950 e, posteriormente, com instituição das atividades na FUNAI a partir de 1967. As relações entre o Hospital e o Posto Indígena Irineu dos Santos foram fortalecidas pelas visitas semanais de duas enfermeiras ao Posto³, conforme foi registrado em um documento:

Fichas de dados demográficos, relatam a visita de representantes do Governo Holandês e o início da campanha de combate aos vermes, dirigida pela analista e enfermeira do Hospital e Maternidade de Santa Rita, em Palmeira, começando com a construção de fossas⁴.

Além de medidas para prevenir doenças na Aldeia Fazenda Canto, os estágios no Hospital Santa Rita capacitaram parteiras para as atividades curativas e higienizações durante a realização dos partos. Salete Souza⁵, “Dona” Salete, foi uma das estagiárias e recordou ter ido morar na Aldeia Fazenda Canto com quatro anos de idade, pois havia migrado com os pais para tentarem “uma vida melhor” em São Paulo, já que seu pai era

¹ Idem.

² Idem.

³ Carta do Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Luiz Vinha Neves em 20 de janeiro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 113-114.

⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 30 de novembro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf. 167 – Fotog. 874-879.

⁵ Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

pedreiro profissional e sua mãe trabalhava em “casas de família”. Retornaram a pedido dos avós que permaneceram em Palmeira dos Índios e haviam sido convidados a irem habitar na localidade pelo então Cacique Alfredo Celestino após a aquisição e formação da aldeia.

Quando “Dona” Salete foi convidada a atuar como estagiária no Hospital Santa Rita, já havia aprendido a realizar partos com a avó, uma experiente parteira que executava o trabalho como um “dom” oriundo da ancestralidade, conforme a entrevistada afirmou:

Quando a pessoa nasce com um dom, ai já vem com ele! Nas aldeias, nas tribos indígenas sempre tem assim, sempre é assim, se tem uma pessoa da minha família que ela tem essa intuição dela ser parteira, depois vai vir um na família, minha mãe vai ficando velha e vai cansando, não vai podendo mais fazer... Antes dela não puder fazer nada vai aparecer uma que vai fazer. Se for um curador de ramo, de reza, de fazer garrafada, essas coisas, vai vir um da família. (Foi) a minha avó, a mãe da minha mãe. Se usava muita oração, fazia muita simpatia na hora de fazer aquele parto, no começo, começava a sentir as dores, colocava uma oração no pescoço, fazia um encruzamento na barriga com os remédios, tudo isso era coisa que usava, não tinha doutor meu filho! E era as coisas que usava e funcionava¹.

O “dom” da “Dona” Salete serviu-lhe para realizar os primeiros partos na Aldeia Fazenda Canto, até que um dia, após ter atuado “por conta própria”, foi visitada por uma equipe composta por um médico clínico geral, um dentista e uma enfermeira enviados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para prestar assistência médica aos aldeados. Ao longo do dia, os profissionais de saúde visitaram a residência onde havia sido realizado o parto, conversaram com a paciente e, em função do excelente trabalho realizado pela “Dona” Salete, convidaram-na a fazer parte de um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em consórcio com o Hospital Santa Rita como parte de um estágio preparatório e não remunerado, tendo aceitado logo após a oferta:

Na Fazenda Canto eu comecei a fazer os primeiros partos. Aí daí entrou no conhecimento da FUNAI, de 6 em 6 meses vinha um ônibus com dois médicos: um dentista, um médico que consultava de tudo e uma enfermeira, aí foi quando soube que eu tinha feito esses partos, eles foram fazer visita as pessoas que tinham ganhado menino. Quando eu cheguei eles disseram: “nós quer ir lá na casa que você fez o parto”. Pois não, vamos lá! Aí eles vieram mais eu, viram ela bem, o neném também, o umbiguinho cortado tudo direitinho, ai foi quando eles disseram: “nós não pode perder uma pessoa dessa, eu vou no hospital falar pra poder essa menina, pra ela prestar atenção, olhar e aprender a fazer os exames, usar luvas.” Ai foi quando eles

¹ Idem.

me levaram e eu fiquei no hospital aí, era no tempo de “Dona” Gerusa, não sei se ela ainda é viva, no tempo da Ciça, eram essas parteiras que viviam no hospital, foi quando eu comecei a estagiar e aprender a fazer os toques direitinho, os exames, daí eu já tinha experiência pela minha avó, que ela era muito curiosa e sempre, quando uma mulher precisava, chamavam ela, daí eu continuei até quando parei de trabalhar¹.

Finda o período de estágios e a entrevistada estava à procura de trabalho, tendo surgido uma proposta para trabalhar pela FUNASA em Porto Real do Colégio, Alagoas, no Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso, criado para aldear o povo indígena Kariri-Xocó². Durante a estada na localidade, foi designada para acompanhar os indígenas em um processo de retomadas territoriais de uma propriedade sob a posse do Estado, conhecida como “Sementeira”³.

Em razão de ter uma formação profissional e de ocupar um espaço social deveras relevante, apta a realizar primeiros socorros e cuidar de enfermos, cumpriu um importante papel durante os conturbados momentos envolvendo um processo de retomadas territoriais, pois, os riscos de confronto entre indígenas, fazendeiros, capangas e forças de segurança pública tornavam-se iminentes, eventualmente ocasionando ferimentos e mortes. Após o período de experiência profissional, a entrevistada permaneceu entre os Kariri-Xocó durante aproximadamente oito anos:

Lá eles estavam em retomada também da CODEVASF, da Sementeira, onde era a Sementeira, aí os índios tinham entrado lá. Mandaram me chamar pra eu ficar dando assistência a eles, inclusive eu fui uma experiência, eles fazendo uma experiência mais ou menos três meses, aí eu fui, com a história desses três meses fiquei quase oito anos lá⁴.

A atuação entre os Kariri-Xocó foi decisiva para complementar as experiências advindas com o estágio no Hospital Santa Rita. Quando não conseguia tratar de algum enfermo em Porto Real do Colégio, sobretudo pela falta de insumos e equipamentos adequados, acompanhava os pacientes para Propriá e Aracajú, já que Porto Real do Colégio é um município limítrofe entre Alagoas e Sergipe, por outro lado, também realizava remoções e transferências para unidades hospitalares em Penedo. No ínterim

¹ Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

² Os contatos “inter-étnicos” entre os Kariri-Xocó e os Xukuru-Kariri permanecem e são fortalecidos em períodos de rituais religiosos fechados, conhecidos como Ouricuri.

³ Ver: (FERREIRA, 2020, p. 130).

⁴ Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

dos anos de trabalhos dispensados aos Kariri-Xocó, tornou-se uma experiente e compromissada profissional, não apenas com o exercício da cura, mas, sobretudo, com as mobilizações sociohistóricas indígenas em razão de melhorias territoriais, sociais, econômicas e habitacionais.

Foi a partir do conhecimento acerca de uma retomada de terras realizada pelos Xukuru-Kariri, em um conturbado momento sociopolítico, que “Dona” Salete retornou à Palmeira dos Índios como contributo ao movimento dos “parentes”, pois, em fins de 1979 o então Prefeito Enéas Simplício havia informado pretender doar uma reserva florestal que pertencia aos indígenas para a construção de uma “Escola superior”¹. Sobre a saída de Porto Real do Colégio para contribuir com a retomada da Mata da Cafurna a entrevistada afirmou:

Nós não tinha espaço, nós não podia derrubar a Mata, que era a nossa reserva, é aonde a gente faz o nosso ritual, e então nós não tinha aonde trabalhar, não tinha como. E nós viemos quando eles retomaram a Mata foi porque o prefeito tava negociando essa mata para vender, aí eles quando souberam aí vieram da Fazenda Canto pra cá. Eu tava em Colégio nesse tempo, quando eles mandaram me avisar lá, não tinha telefone, não tinha nada disso, pra eu saber tinha que uma pessoa ir lá avisar, aí eu vim com um grupo de dez índios, depois eu vim com mais quinze, eu passava dois, três dias e voltava, aí passava lá oito dias e voltava de novo, até que nessa época, aí eu consegui pedir a minha transferência pra voltar pra cá. Pedi a FUNAI e eles não me deram, eu vim por conta própria. Fiz uma casinha de palha e fiquei morando mais eles aqui e tirando lenha, caçando de noite, pescando piaba e assim a gente vivia².

As contradições em negociar a área acentuaram-se quando os Xukuru-Kariri tomaram conhecimento de que as tratativas envolviam uma área reservada e considerada sagrada pelos indígenas por usarem-na para cultuar os antepassados no ritual do Ouricuri e para a realização de debates políticos fechados³. Para os indígenas, a Mata da Cafurna representa um espaço “especial”, conforme informou um pesquisador:

¹“Palmeira dos Índios poderá permanecer sem escola superior”. In: **Jornal Tribuna de Alagoas**, Palmeira dos Índios, 30/11/1979. Disponível no acervo do GPHIAL.

²Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

³Em outro texto, discutimos de maneira aprofundada sobre a situação fundiária e a arena de disputas entre o poder municipal de Palmeira dos Índios e os Xukuru-Kariri, relacionando com o Ouricuri. Neste caso, ver: (ROCHA; SILVA, 2020).

O território da Mata da Cafurna é visto como especial para os Xucuru-Kariri porque a floresta em si possui significado religioso, uma vez que a cerimônia do "ouricuri" deve ser realizada no interior de uma floresta, onde os índios acreditam viver os "encantados". A retomada da área se deu por índios oriundos da Aldeia da Fazenda Canto que já tinha seu espaço comprometido pelo excesso populacional. Essa conquista, porém não representou a satisfação dos anseios do povo Xucuru-Kariri que continuaram reivindicando um quantitativo maior de terras para assegurar o desenvolvimento de atividades agrícolas que por sua vez permitem o sustento das famílias ali residentes (PEIXOTO, 2013, p. 53).

Após o retorno para Palmeira dos Índios, "Dona" Salete continuou realizando partos e contribuindo para controlar e erradicar surtos epidêmicos e enfermidades que frequentemente acometiam os indígenas, usando como soluções alternativas remédios provenientes de recursos naturais. Sob a posse de um kit médico doado pela FUNAI, a entrevistada não escolhia hora nem lugar para exercer o dom adquirido através da memória e aperfeiçoado com os treinamentos oferecidos pelo órgão indigenista:

Fazia lambedor, fazia garrafada, fazia os chás, fazia defumador. Naquele tempo da pobreza, era uma esteirinha, às vezes era forrado um paninho dentro dos matos, quando elas não aguentavam mais chegar aos destinos era aqui mesmo! Eu fazia, eles me deram uma pastinha, a FUNAI, que tinha uma tesoura, tinha uma pinçzinha de vazar bolsa e tinha duas pinças. Essas eram as ferramentas que eu tinha, eu andava com luvas, com cordão¹.

A "ciência alternativa" utilizada por "Dona" Salete serviu para salvar muitas vidas Xucuru-Kariri quando o Estado falhava no envio de equipes médicas capacitadas para desempenhar tratamentos de enfermidades, controle epidemiológico e realização de partos. Em uma época marcada por desestruturação e malversação do órgão indigenista e, ainda, pela falta de insumos e estruturas hospitalares que, efetivamente, tratassem os indígenas, ser "mulher de ciência" era uma dádiva oferecida as "parentes" que se deslocavam a pé aos centros urbanos para darem à luz e, muitas vezes, não conseguiam chegar aos destinos, sendo necessário realizar o parto em uma "esteirinha" "dentro dos matos"

¹ Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xucuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho dos tratamentos de cura fortaleceram o “grupo étnico”¹ e foram utilizados por muitas décadas. A capacitação profissional ofertada pelo Hospital Santa Rita foi muito proveitosa, pois, embora fizesse parte de um projeto político-assistencialista, qualificou cientificamente parteiras que eram subalternizadas e marginalizadas pelo sistema de saúde oficial.

As “lembranças evocadas”² pela entrevistada sobre a formação profissional e disposição para retomar territórios ocupados pelo poder público ou por fazendeiros invasores reforçam a urgente necessidade de mobilizações para a efetivação de direitos conquistados em 1988 na chamada “Constituição Cidadã” e reiteradamente violados pelo Estado através de agentes e instituições públicas.

A extrema desigualdade fundiária Xukuru-Kariri diante das fazendas ocupadas por criadores de gado em Palmeira dos Índios foi fundamental para a inserção da “Dona” Salete nas mobilizações por reconhecimento indígena e retorno territorial, servindo de exemplo para as futuras gerações. Desse modo, a indígena soube utilizar a “ciência” em favor dos Xukuru-Kariri e dos Kariri-Xocó não apenas no sentido estrito de cura, mas também, no âmbito político.

A aldeia era o “laboratório” de práticas sanitárias e de conflitos territoriais nos quais “Dona” Salete era partícipe. Os distintos significados de “ciência” para a entrevistada repercutiram nas decisões tomadas ao longo da trajetória profissional, pois, se por um lado era “guardiã” da “ciência” ensinada e repassada pelos mais velhos através da memória³ e da história oral, por outro, havia se qualificado com a ciência institucionalizada, atendendo aos anseios e desígnios do Estado. Essa é a indígena Salete Santana, parteira, mulher de “ciências” e, acima de tudo, mobilizada pela efetivação de direitos garantidos constitucionalmente.

¹ Para o antropólogo Fredrik Barth, “grupos étnicos” são comunidades com organização, lógica e dinamicidade próprias, circunscritos em territórios com fronteiras móveis e porosas, propícias para trocas de experiências com grupos e comunidades distintas. Para mais informações, ver: (BARTH, 2011).

² Sobre o conceito de “lembranças evocadas”, ver: (HALBWACHS, 2003, p. 54).

³ Para compreendermos a importância da memória e da história oral no repasse de informações entre comunidades etnicamente diferenciadas, sobretudo no que diz respeito às lembranças dos mais velhos, ver: (ALBERTI, 2004; HALBWACHS, 2003).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne (Orgs.). Teorias da etnicidade: seguido de grupo étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: EdUNESP, 2011, p. 185-227.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. Educação formal para os índios: as escolas do serviço de proteção aos índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967). Maceió: Editora Olyver, 2020.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

ROCHA, Adauto Santos da. Xukuru-Kariri: migrações e viagens para trabalho, pesquisas no acervo do GPHIAL. In: PEIXOTO, José Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos (Orgs.). História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL. Maceió: Editora Olyver, 2019, p. 172-202.

ROCHA, Adauto Santos da Rocha. Xukuru-Kariri: migrações indígenas para trabalho em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990). Campina Grande: UFCG, 2020 (Dissertação Mestrado em História).

Rocha, Adauto Santos da; SILVA, Edson. Xukuru-Kariri: política, mobilizações e conquistas na segunda metade do século XX. In: BEZERRA, Deisiane da Silva; PEIXOTO, José Adelson Lopes; ROCHA, Adauto Santos da (Orgs.). Memória e identidade indígena em Alagoas. Maceió: Editora Olyver, 2020, p. 20-34.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

TORRES, Luiz. B. Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios: Indusgraf Indiana, 1974.

CAPÍTULO XVII

QUE MULHER É ESSA? BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DISCURSIVA DAS PROFISSÕES ATRELADAS A SEXUALIDADE

Fábio Ronaldo Silva¹

Raquel da Silva Guedes²

RESUMO

O artigo apresentado traz um estudo de caso com análise de algumas letras de músicas sertanejas brasileiras em que a mulher é apresentada como um ser desmoralizante que, por ser quem é e por ocupar determinados espaços ou profissões, contribuem para que os homens se sintam fracos, impotentes e aptos a caírem na sedução dessa mulher. Reforçando discursos machistas que, há décadas vem sendo reproduzido pelos dispositivos midiáticos no Brasil, essas canções contribuem para reforçar práticas, discussões e ideias de uma cultura machocêntrica, rivalidade entre gêneros, violência e desrespeito as profissões na modernidade.

Palavras-chave: Gênero. Cinco. Profissões. Música.

1. INTRODUÇÃO

Durante séculos discursos médicos, religiosos e legais confinaram a mulher a uma vida privada, elas foram projetadas discursivamente para obedecer a um tutor em defesa da moral e dos bons costumes. O patriarcalismo na década 1910 teve uma influência forte na formação social dos lugares e tal modelo se manteve por décadas. De acordo com esse sistema, a mulher tinha suas ações e liberdade moderadamente restringidas por seu tutor, fosse ele o pai, o irmão ou o marido. Esse fator cultural foi sustentado por um discurso biológico, religioso e civil, como diz Cavalcanti (2000), mesmo ainda sendo presente em maior ou menor grau em diferentes lugares do mundo, aos poucos, ele vem sendo desconstruído.

¹ Pós-doutorando em História pelo PPGH/UFCG, doutor em história pela UFPE, membro do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande – PB.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, mestra, licenciada e bacharel pela Universidade Federal de Campina Grande, membro do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande-PB.

Além disso, o legado patriarcal, incluiu o feminino para os dotes do lar, na maioria das vezes era proibida de estudar, ou somente lhe permitido o acesso às primeiras fases da alfabetização e letramento. Não estudava. Por proibição ou por desestímulo. Sendo motivada a aprendizado das prendas domésticas, costurar, bordar, cozinhar (CAVALCANTI, 2000).

A família seguiu esse costume até a ascensão da burguesia. A partir de então, a elite burguesa, julgando desnecessário a esse regime, decidiu criar uma República liberal, moderna e urbana, se diferenciando do patriarcalismo que era seguido até então. As instituições modernas serão responsáveis por essas mudanças, reordenando a tutela familiar em uma nova ordem social burguesa onde as mulheres poderiam frequentar o espaço público dentro da modernização e da moralização

O resultado foi um atraso na participação das mulheres na vida pública, em vivenciar com liberdade as regalias e direitos que o espaço público fornece, isso vai desde andar na rua com segurança até exercer uma profissão. A mulher enquanto profissional na era patriarcal convivia com a diferença de salários, a ausência de direitos trabalhistas e a sexualização do corpo e da profissão.

Esse legado cultural afastou durante décadas as mulheres de profissões ligadas a Ciência e Tecnologia, de modo que na atualidade, de acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CREA) a porcentagem de mulheres atuantes na área chega a 25% em larga escala, ou seja, incluindo todas as engenharias, em comparação a 75% de homens atuantes no setor.¹

As correntes patriarcais montavam uma formação ideológica e discursiva que encaixou a mulher na vida pública, limitada e participante de profissões que fossem ligadas ao cuidado ao próximo, como uma associação a esposa e/ou a mãe. Dessa forma, as profissões mais comuns as mulheres era a da professora e a enfermeira, ambas lotadas como cuidadoras, pacientes e dóceis.

Ainda assim, viver o espaço público para o feminino era difícil. Os percursos de tais profissões levava a convivência direta com homens e isso ainda era julgado perante a formação cultural patriarcal, de forma que, o corpo feminino e as profissões passaram a ser sexualizadas, nas ruas, nos corredores dos hospitais ou nas salas de aula.

¹ <https://sengece.org.br/numero-de-engenheiras-no-mercado-brasileiro>

Cumprimentar, trabalhar em conjunto com outros homens, atender pessoas do sexo oposto e cuidar delas não era visto com bons olhos pela população imiscuída na formação patriarcal.

A mulher que via, cumprimentava e trabalhava com outros homens não era confiável, tratava-se de um comportamento transgressor e, por isso, de estranhamento. Para além disso, apenas o fato de estar no espaço público trabalhando, para o pensamento patriarcal e de alguns homens, já era motivo para o julgamento, o desrespeito e principalmente, o assédio. Desse modo, a formação discursiva de que as profissionais da enfermagem, por lidarem com cuidados de pacientes e trabalharem diretamente com homens, na década de 1920 e 1930, passou a ser sexualizada. A enfermeira, mulher dos cuidados, voluntárias nas guerras, doce e profissional estava sendo confundida com um corpo sexualizado, um fetiche masculino, uma fantasia e até aquela que poderia estar disponível para aventuras extraconjugais.

Como toda formação discursiva, essa visão sexista e machista acabou por incluir tal profissão a uma formação cultural limitada e desrespeitosa para com as mulheres. O discurso para Michel Foucault (2014) está em todo conjunto de formas que comunica um conteúdo, qualquer que seja a linguagem à qual pertençam, uma vez que, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo. Um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima, ou seja, embora o discurso dominante não esteja comprometido com uma verdade absoluta e universal, tem o poder de se tornar uma verdade pública e/ou um discurso dominante sob algo ou alguém.

A troca das profissões para homens e mulheres é entendido como uma traição a natureza, ou seja, a transgressão de uma norma. Esse processo, de acordo com Foucault (2012, p. 7) é a consequente transformação em monstros (por fugir da regra natural). Embora os limites da feminilidade sejam em dada época determinadas pelos homens como uma maneira clara de demarcar a sua identidade, a troca de papéis sociais, ou mesmo a mistura deles, lhes tiraram o solo seguro (FOUCAULT, 2012, p. 8).

Toda forma de possível exclusão, preconceito e formação educacional surge a partir da produção de um discurso construído para assegurar uma ideologia:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p.8-9).

Pode-se dizer que a produção de um discurso é feita de acordo com as necessidades sociais de cada época, são distribuídos no meio como uma expressão cultural e/ou educacional de maneira selecionada. Logo, criar, fundamentar e propagar um discurso não é um exercício fácil, mas se alcançado o objetivo e o alvo, desconstruir sua influência sobre o homem e o meio é uma tarefa que pode levar décadas ou séculos, a exemplo dos discursos sobre a Mulher. A partir disso, pensemos que historicamente, devido a condições socioculturais, discursos propagaram um pensamento que estabeleceu lugares sociais femininos e masculinos. Esses discursos, de acordo com Pierre Bourdieu (1995, p. 21) , dão um lugar para homens e mulheres, inclusive as escolhas feitas, são discursos incorporados, interiorizados de forma tão marcante na vida que as pessoas passam a naturalizar as escolhas, independente da situação objetiva em que elas são operadas.

Como nos lembra Chimamanda (2018, p. 15), “se repetimos uma coisa várias vezes ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal [...]”. “Se os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar normal que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens” (2018, p.16-17), ou seja, em vários setores da sociedade, tratam-se de costumes que são passados hereditariamente através da repetição, assim, não há problematização e tudo passa a ser entendido como naturalmente adquirido. “A relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e emoldada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos”, como afirma Andréia Gonçalves (2006, p. 74).

A construção discursiva que separava a “mulher da casa” a “mulher da rua” acabou impregnando nas profissões, uma vez que, para se viver o lado profissional era necessário sair do conforto do lar e lidar com desconhecidos. Assim, as mulheres profissionais receberam a conotação de mulheres fáceis e estavam mais propensas ao assédio. Com o passar dos anos, a desconstrução de tal visão foi iniciada, mas tal pensamento ainda é reforçado não só no pensamento patriarcal, mas também através dos meios midiáticos.

2. UMA BREVE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM NO BRASIL

A organização da Enfermagem na Sociedade Brasileira – compreende desde o período colonial até o final do século XIX e analisa a organização da Enfermagem no contexto da sociedade brasileira em formação. Desde o princípio da colonização foi incluída a abertura das Casas de Misericórdia, que tiveram origem em Portugal.

A primeira Casa de Misericórdia foi fundada na Vila de Santos, em 1543. Em seguida, ainda no século XVI, surgiram as do Rio de Janeiro, Vitória, Olinda e Ilhéus. Mais tarde, houve a fundação em Porto Alegre e Curitiba, esta inaugurada em 1880, com a presença de D. Pedro II e Dona Tereza Cristina. A terapêutica empregada era à base de ervas medicinais minuciosamente descritas. Supõe-se que os Jesuítas faziam a supervisão do serviço que era prestado por pessoas treinadas por eles. Não há registro a respeito.

A primeira sala de partos funcionava na Casa dos Expostos em 1822. Em 1832 organizou-se o ensino médico e foi criada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A escola de parteiras da Faculdade de Medicina diplomou no ano seguinte a célebre Madame Durocher, a primeira parteira formada no Brasil. No começo do século XX, grande número de teses médicas foram apresentadas sobre Higiene Infantil e Escolar, demonstrando os resultados obtidos e abrindo horizontes a novas realizações. Esse progresso da medicina, entretanto, não teve influência imediata sobre a Enfermagem.

Assim sendo, na enfermagem brasileira do tempo do Império, raros nomes de destacaram e, entre eles, merece especial menção o de Ana Neri, nascida em 13 de dezembro de 1814, Ana Justina Ferreira, na Cidade de Cachoeira, na Província da Bahia. Casou-se com Isidoro Antônio Neri, enviuvando aos 30 anos. Seus dois filhos, um médico militar e um oficial do exército, são convocados a servir a Pátria durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), sob a presidência de Solano Lopes.

O mais jovem, aluno do 6º ano de Medicina, oferece seus serviços médicos em prol dos brasileiros. Ana Neri não resiste à separação da família e escreve ao Presidente da Província, colocando-se à disposição de sua Pátria. Em 15 de agosto parte para os campos de batalha, onde dois de seus irmãos também lutavam. Improvisa hospitais e não mede esforços no atendimento aos feridos. Após cinco anos, retorna ao Brasil, é acolhida com carinho e louvor, recebe uma coroa de louros e Victor Meireles pinta sua

imagem, que é colocada no Edifício do Paço Municipal. Faleceu no Rio de Janeiro a 20 de maio de 1880. A primeira Escola de Enfermagem fundada no Brasil recebeu o seu nome. Ana Neri rompeu com os preconceitos da época que faziam da mulher prisioneira do lar.

A enfermagem, em 2018, no país estava composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. A conclusão é da pesquisa Perfil de Enfermagem no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma área de saúde composta por um contingente de 3,5 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 50% atuam na enfermagem. Uma pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem, realizada em aproximadamente 50% dos municípios brasileiros e em todos os 27 estados da Federação, inclui desde profissionais no início da carreira (auxiliares e técnicos, que iniciam com 18 anos; e enfermeiros, com 22) até pessoas aposentadas (até 80 anos).¹

No mercado de trabalho, 59,3% das equipes de enfermagem tratam-se no setor público; 31,8% no privado; 14,6% não filantrópico e 8,2% nas atividades de ensino. A pesquisa foi encomendada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para determinar a realidade dos profissionais e subsidiar a construção de políticas públicas. A equipe de enfermagem é predominantemente feminina, sendo composta por 84,6% das mulheres. É importante ressaltar, no entanto, o mesmo tratamento de uma categoria feminina, registrar uma presença de 15% dos homens. “Pode-se registrar que a enfermagem está executando uma tendência de masculinização da categoria, com o aumento crescente da composição masculina contingente. Essa situação é recente, dados do início da década de 1990, e vem se firmando”, afirma Eloíza Correia, integrante do Cofen.²

Percebe-se que se trata de uma profissão de maioria feminina, e que por isso, enfrenta olhares, assédio, sexualização por parte do masculino, além de lidar com a construção cultural que subordina a enfermeira a cuidadora, “auxiliar de médico” ou ainda a uma segunda mãe que pode olhar pelos seus cuidados no leito de um hospital. A enfermeira precisa ser doce como uma menina, atenciosa como uma mulher de cuidados, prestativa, e cuidadora como uma mãe. Tais estigmas reduzem a profissão a

¹ <http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem>

² <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem-no-brasil>

um simples cuidado familiar fora da residência, onde, na verdade, a enfermeira atua em parte clínica, burocrática, assistencial e até de primeiros socorros. Pergunta-se então, por que reduzir essa profissão a cuidados femininos? Por que sexualizar a vestimenta e o ofício? Entendamos essas questões através da análise de músicas que corroboram com as construções discursivas que mantiveram a mulher em lugares de sexualidade e incitaram o desrespeito e a violência.

3. A MÚSICA SERTANEJA BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER

A música, entendida como fonte histórica, está presente nas experiências sociais dos sujeitos (meninos e meninas) e usá-la para fins de pesquisa e ensino torna-se, aos alunos/as, uma prática diferenciada à disciplina de História. Aborda diversas temáticas, misturando sonoridades múltiplas, mexendo com a emoção de quem ouve, despertando sentimentos, desejos, construindo sentidos, conceitos, valores e imaginários.

Para Circe Bittencourt (2011, p. 32), o uso da música se torna interessante ao estudo da história e como prática de ensino por se tratar de um meio de comunicação próximo da vivência, transformando-a em objeto de investigação histórica, pois ouvir música é diferente de pensar música (BITTENCOURT, 2011, p. 33). Essa ação intelectual consiste em perceber e compreender que a música produz sentidos e constrói representações sociais e de sujeitos, que por sua vez, são reelaborados nas suas vivências cotidianas. Esses sentidos consistem em discursos presentes num elemento constitutivo da cultura social.

A música sertaneja é um gênero musical brasileiro, produzido a partir da década de 1910 por compositores urbanos e rurais sendo chamada, inicialmente e genericamente, de modas ou emboladas devido o som predominante da viola. De acordo com pesquisa divulgada recentemente pela Folha de São Paulo, o sertanejo é atualmente o segundo estilo musical mais consumido no Brasil, superando inclusive o samba, na maioria dos estados do país (especialmente São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins).¹

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/brasil-e-o-pais-mais-isolado-musicalmente-no-mundo.shtml>

Dentro das suas diferenças, o gênero musical sertanejo brasileiro se aproxima no gênero musical country americano, inclusive, ambos possuem uma história de origem bastante parecida e, os temas tratados pelos dois estilos musicais também são bastante similar, falando sobre amor, vida no campo e fracassos nos relacionamentos amorosos. O gênero musical sertanejo mais famoso é o sertanejo caipira, ou música caipira, esse gênero musical historicamente teve início com o Bandeirismo, um movimento de desbravamento no interior do Brasil pelos bandeirantes paulistas, no século XVI. Antônio Cândido definiu como Paulistânia todo o eixo de expansão e difusão da cultura bandeirante. Região onde se fixou o que entendemos por “cultura caipira”. Os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, metade Norte do Paraná, parte de Tocantins, parte do Mato Grosso e regiões como Sul de Minas e Triângulo Mineiro, são os locais onde se ambientaram esses valores. Parte desses bandeirantes abandonaram a vida de viagens, isolando-se e formando roças, foi nas roças do interior paulista que surgiu o homem caipira, e foi lá que a música caipira ganhou corpo e notoriedade, pelo canto de seus causos e suas lidas do interior, sendo gravada pela primeira vez em 1929 por Cornélio Pires.

O fato é que a música tem reforçado estereótipos e formações discursivas que não só intensificam pensamentos patriarcais, como desrespeitam a imagem da mulher, sexualizam o corpo feminino e estereotipam profissões. A primeira fonte analisada, de uma forma geral, foi a canção de Munhoz e Mariano, com o título “Pantera cor de rosa”, do ano de 2013, onde a letra diz “jeitinho de santinha ela saiu de casa doida pra perder a linha me chama pra dançar, eu não tô aguentando ela tá provocando o Munhoz e o Mariano”¹, a letra é de autoria de Raphael Munhoz e Ricardo Mariano.

Sabemos que qualquer discurso, bem como o seu dispositivo institucional e social, só se mantém enquanto a conjuntura histórica não o substitui por outro discurso. Isso é o que será chamado de *a priori* histórico e é passível de mudança. “Mas ele é inconsciente: os contemporâneos sempre ignoram onde estavam seus próprios limites e nós mesmos não podemos avistar os nossos”, como declara Paul Veyne (2011, p. 50). O que se lê e se escuta na música da dupla Munhoz e Mariano é uma reafirmação de um discurso que pode ser percebido na sociedade brasileira no que se refere a ideia de que

¹ Álbum *Pantera Cor de Rosa*, 2013, autoria de Munhoz e Mariano.

a mulher, por sair sozinha para uma festa ela, só e somente, está em busca de aventuras sexuais, mesmo se “passando” por uma pessoa pudica, tendo “jeitinho de santinha”. Nesse contexto, ela é a “culpada” por “provocar” e seduzir, sendo as vítimas os homens daquele ambiente. Essa forma de pensar é corriqueira em sociedades machistas, que acreditam que a mulher deve ter um comportamento, que deve se vestir de determinada forma e que não deve frequentar determinados tipos de ambientes pois, se assim o faz, indica que não é mulher para casar, pois não é uma “santinha”, ou seja, não é recatada e do lar, mas uma “piriguete”.

Se há músicas que separam as mulheres por lugares sociais, há aquelas que desmerecem as profissões, atrelando a sexualidade que, neste caso é enfermeira tida como uma rapariga. A canção “Boqueira” de Gil Mendes traz a figura de uma mulher revoltada, talvez por um ato de infidelidade do companheiro e diz que “(...) o que eu quero é que ele pegue uma boqueira e que a rapariga não seja a enfermeira” (MENDES 2019). Como mencionado durante o corpo desse texto, a enfermeira, na contemporaneidade, continua sendo vista como uma mulher indecente, aquela pessoa suja, que carrega doenças não por ter contato com pessoas enfermas, mas por ser e ocupar determinado espaço como se, em pleno século XXI, o estar e ocupar esses lugares e profissões fosse algo não permitido para as mulheres ou a fizesse menos digna por ali estar.

A ideia de masculinidade nas músicas sertanejas brasileiras sempre remete à necessidade do homem dispor e se relacionar com várias mulheres, sendo a sua masculinidade reafirmada pelo comportamento de vida boêmia, sem regras sendo o sexo, a bebedeira e as festas os únicos atrativos. A mulheres que não se “enquadram” no tipo de comportamento historicamente construído no Brasil, da mulher “do lar”, submissa e amorosa, ao mesmo tempo em que são vistas como uma “fonte de prazer” são tidas, nestas e em outras músicas sertanejas, como vulgares, indecentes, não confiáveis. Essas canções mostram um ideal, um jeito de ser do homem que vive em uma espécie de “malandragem sertaneja” se aproximando da ideia de malandragem apresentada por DaMatta (2000), quando diz que,

A possibilidade de agir como malando se dá em todos os lugares. Mas há uma área onde certamente ela é privilegiada. Quero me referir à região do prazer e da sensualidade, zona onde o malando é o concretizador da boêmia e o sujeito especial da boa vida. Aquela existência que permite desejar o máximo

de prazer e bem-estar, com um mínimo de trabalho e esforço. O malandro, então, conforme tenho acentuado em meus estudos, é um personagem nacional. É um papel social que está à nossa disposição para ser vivido no momento em que acharmos que a lei pode ser esquecida ou até mesmo burlada com certa classe ou jeito. (DAMATTA, 2000, p.103).

Esse é o modelo apresentado dos homens nas canções sertanejas no Brasil, enquanto que os modelos de mulher que tem sido mostrado, além dos que já foram expostos nesse trabalho, são o da mulher que é esposa, virtuosa e que coloca seus serviços sexuais e domésticos a disposição da família e que só vai ser “comida” depois de casar, pois antes será uma fiel e Graciosa noiva. “O bolo de casamento e o banquete que seguem a cerimônia podem muito bem ser vistos como símbolo dessa comida que será a noiva, algo elaborado e, sobretudo, socialmente aprovado pelos homens de seu grupo.” (DAMATTA, 2000, p. 58). Por fim, a outra construção de modelo de mulher apresentado é o daquela que está disponível e é “comida” de todos, a mulher da rua (ou da internet) que, ao contrário da esposa, pode ser sinal de problemas caso seja experimentada.

Outro fator observado nas músicas sertanejas que está ligada também a construção cultural do machismo, é a do relacionamento abusivo. É corriqueiro encontrar trechos musicais que evidenciem pressão psicológica, agressividade e insistência dentro da relação, um exemplo é visto na música de nome “A Mala é Falsa” do músico sertanejo Felipe Araújo (2017). A letra relata uma briga de casal, em que ele arruma suas malas para fugir, sair de casa, pois não aguenta mais a relação, em um dado momento ele culpa a mulher pelo fracasso do convívio e depois diz que não sairá mais de casa, pedindo em seguida para que ela pare de chorar, repense as atitudes e se prepare para um possível ato sexual, já que ele está com esse desejo.

A letra escrita por Bruno Mandioca e Thales Lessa inicia com uma lição de moral no trecho “é, agora está com tempo de me escutar, agora diz que me ama e que vai mudar, eu sei que a cena é forte e vai doer agora, arrume minha mala, estou caindo fora” , demonstrando que ambos estão brigando e em meio as palavras, o homem não só desacredita das palavras da mulher como ameaça ir embora, mas para isso, ela deve arrumar a mala dele, mesmo que ele tenha tomado a atitude de sair de casa, utilizando dessa forma, da pressão psicológica na briga quando utiliza de uma ameaça e um posicionamento drástico em uma relação. Além disso, ordenar que a mulher faça as

malas, rememora que as prendas ligadas ao lar e aos cuidados são femininas, esse homem se mostra incapaz de arrumar suas próprias roupas, essa mulher que o deve fazer.

A letra segue com: “você não percebeu, mas esfriou, caiu na rotina, você descuidou, eu só queria um pouco de carinho, fica tranquila, amor, eu estou fingindo.” (MANDIOCA, LESSA, 2017). Nesse trecho, o cantor coloca abertamente que a culpa do fim da relação é da mulher que descuidou na relação e permitiu que o convívio do casal esfriasse, se isentando assim, de qualquer culpa, o que mostra uma completa pressão psicológica ao feminino que se intensifica nos versos subsequentes quando ele assume que tudo se trata de uma brincadeira e ele está apenas “fingindo” e não vai sair de casa.

Chegamos ao refrão da música com um misto de ordem, pressão e sátira, quando o mesmo diz: “a mala é falsa, amor, engole o choro, embora eu não vou, agora vê se aprende a dar valor e mata minha sede de fazer amor” (MANDIOCA, LESSA, 2017). Aqui fica claro que o motivo da briga e da suposta saída de casa seria ausência de sexo na relação. Este homem deixa claro que sua esposa não está cumprindo com o protocolo sexual que ele desejava e, por isso, na briga ele decide, falsamente, ir embora para que ela sinta a pressão de um possível abandono, chore, lamente e chegue a conclusão de que tem culpa na relação estar morna. Quando ela chega nesse quadro, ele então pede para que ela pare de chorar de forma agressiva, afirma que não vai embora, mas que ela precisa matar a sede sexual dele, como uma obrigação, ela deve satisfazê-lo mesmo que não esteja com vontade e após uma briga calorosa em que ele utiliza da pressão psicológica e ela se desestabiliza chorando e lamentando.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas são apenas algumas das músicas sertanejas que vem fazendo sucesso no Brasil e que possuem tom machista, misógino e que, mesmo assim, as mulheres devem aceitar a conduta de tal homem ameaçador, controlador, manipulador e excessivamente ciumento. Do contrário, ela ficará só e infeliz, como se a presença de um homem fosse sinal de felicidade para a mulher. Isso contribui ainda para percebermos o motivo do alto índice de violência contra a mulher e crime de feminicídio no Brasil.

Entre uma festa e outra, um gole de cerveja ou cachaça, essas e outras músicas de cunho machista, cheia de preconceitos vão sendo cantadas, sentidas e sofridas por quem ali está. Mesmo após a festa, essas letras com discursos preconceituosos camuflados ficam na memória e, ao final, mesmo com tantas lutas, corpos violentados e estraçalhados dentro ou fora de casa, atitudes violentas, sejam sociais e/ou de homens contra mulheres continuam sendo promovidas. Obviamente que não estamos dizendo aqui que as letras dessas músicas ou os cantores são culpadas por tal violência, mas elas acabam contribuindo para reforçar tais discursos de formação cultural centralizada, excludente e até preconceituosa, bem como práticas de violência, rivalidade entre gêneros e feminicídios que ocorrem em grande número no país.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas Tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000.

DAMATTA, ROBERTO. **O que foi o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEL PRIORY, Mari. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. "Prefácio à Transgressão". In **Ditos e Escritos**, v.III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GONÇALVES, Andrea Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

VEYNE, Paul. **Foucault**: Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONTES

MANDIOCA, Bruno; LESSA, Thales. “A Mala é Falsa”. 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/felipe-araujo/a-mala-e-falsa-amor/>. Acesso em 21 de junho de 2020.

MENDES, Gil. “Boqueira”. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qo9yMIJR_Ks. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

MUNHOZ, Ricardo; MARIANO, Raphael. “Pantera cor de rosa”. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qo9IJR_Ks. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

SILVEIRA, Diego. “Vidinha de Balada”. 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/henrique-e-juliano/vidinha-de-balada/> Acesso em 21 de junho de 2020.

SEÇÃO 4

A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS MULHERES NA CIÊNCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Essa seção tem por objetivo discutir temas relacionados a história das mulheres nas ciências humanas, sociais ou naturais. A partir da década de 1930, com a criação das universidades, em especial a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Brasil (1937), gradativamente, as mulheres conquistaram espaços públicos através da ocupação de cargos que exigiam ensino superior. Tornaram-se enfermeiras, professoras, médicas e cientistas, por exemplo. Em consonância, após o fim da Segunda Guerra Mundial, através de um projeto de modernização do país, as profissões urbanas ganharam destaque e com elas a presença das mulheres tornou-se cada vez mais frequente. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento de métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, possibilitou mais liberdade e possibilidades ainda maiores de expansão de suas carreiras. Através dos capítulos, busca-se discussões a respeito da inserção das mulheres no mercado de trabalho, em especial, em carreiras científicas, analisando trajetórias individuais ou de grupos.

Daiane Rossi
Fiocruz

Thayane Lopes Oliveira
Fiocruz



CAPÍTULO XIX

AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS: A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1940

Michele Tupich Barbosa ¹

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um desdobramento de minha tese de doutorado intitulada A Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946), defendida na Universidade Federal do Paraná em 2017. Em minha tese tive como objetivo central analisar as relações de gênero na formulação e implantação da rede de assistência promovida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante seus primeiros anos de atuação, de 1942 a 1946. Criada para amparar as famílias dos soldados brasileiros, a instituição foi além de seu objetivo inicial e promoveu, desde o início, uma rede de assistência que, por meio do voluntariado feminino, compreendeu todo o território nacional.

Com a finalidade de promover seu projeto assistencial, a Legião Brasileira de Assistência contou com a atuação voluntária de mulheres de diversas idades e provenientes de diferentes classes sociais, que tinham inicialmente a missão patriótica de cuidar das famílias dos soldados brasileiros. Em seus primeiros anos de atuação, a LBA alistou em todo território nacional milhares de mulheres transformando-as em legionárias da Legião Brasileira de Assistência.

Dos desdobramentos das fontes estudadas na tese, pude constatar a profissionalização feminina que ocorreu através da oferta de cursos de capacitação ofertados pela LBA afim de que as voluntárias pudessem atuar como Legionárias. Apesar de não ser o intuito explícito da LBA, esses cursos preparatórios e de capacitação foram

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

responsáveis pela profissionalização feminina e inserção das mulheres no mercado de trabalho após o término da Guerra.


Nesse trabalho apresento os primeiros cursos preparatórios da LBA e as capacitação realizadas na capital federal naquele momento, a cidade do Rio de Janeiro, expoente da LBA e modelo para os cursos que foram ofertados em todo território nacional. Como fontes para essa análise utilizei o Relatório Bienal de Atividades da LBA, Sede Rio de Janeiro - 1942/1944, Relatório Bienal de Atividades da LBA, Sede Rio de Janeiro - 1945/1946 e o Primeiro Estatuto da Legião Brasileira de Assistência de 1942.

Cabe ressaltar que os primeiros cursos ministrados pela LBA recorriam às intervenções pedagógicas para que as legionárias pudessem cumprir as missões de cuidados com a Pátria e a família, fatores importantes para aquele momento de Guerra. Os cursos tinham como objetivo treinar e capacitar as voluntárias sobre cooperação mútua e o cuidado e zelo com o próximo. Desse modo, a representação dos papéis de gênero conduzia as mulheres ao dever moral das mães, não no sentido do cuidado com os próprios filhos, mas no cuidado com os necessitados, especialmente aqueles que estavam a serviço da Pátria.

Assim, era dever moral das legionárias cuidar dos soldados, mas também levar a assistência a outros desfavorecidos. Para tal elas foram instruídas nos cursos sobre alimentação, saúde, educação moral e segurança nacional. Desta forma, cada segmento de atuação ao qual a legionária estava inscrita, contava com uma formação específica que definia as ações e as formas de agir conforme a assistência prestada. Neste sentido, as primeiras legionárias da LBA participaram de cursos preparatórios desenvolvidos pela própria LBA, cursos estes que posteriormente mobilizaram mulheres em todo o país com as campanhas nacionais amplamente divulgadas pela imprensa.

2. OS PRIMEIROS CURSOS PREPARATÓRIOS: DE VOLUNTÁRIAS A LEGIONÁRIAS

A Legião Brasileira de Assistência foi criada em 28 de agosto de 1942, sob a direção de Darcy Saramago Vargas, Primeira Dama do Brasil. Sua criação fazia parte do projeto do Governo Vargas como esforço de Guerra, uma vez que o Brasil acabava de entrar na Segunda Guerra Mundial com o grupo dos Aliados. Um mês depois, em 26 de




setembro de 1942 ocorreu a sessão solene de abertura da primeira turma de Defesa Passiva Antiaérea para as legionárias da Legião Brasileira de Assistência, cujo objetivo era formar voluntárias que atuassem na segurança interna nacional. De acordo com a matéria publicada no jornal Correio da Manhã, estiveram presentes na cerimônia no Palácio Tiradentes autoridades locais, a Presidente da LBA, Darcy Vargas, e Ernani Coelho Duarte, membro da diretoria da LBA e da Federação das Associações Comerciais do Brasil. A sessão solene foi aberta pelo Prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, e o discurso de abertura foi proferido pelo Capitão Hugo de Matos Moura, que enalteceu o trabalho voluntário das legionárias e “a sua importância para a Guerra moderna, e conseqüentemente, de como as voluntárias desse serviço devem encarar as responsabilidades que lhes caberão quando num caso objetivo, for exigida a sua contribuição em defesa da Pátria” (Correio da Manhã, 27.09.1942, p.01).

Em seguida falou Ernani Coelho Duarte, representando a LBA e a Federação das Associações Comerciais do Brasil, reafirmando as representações de gênero no trabalho voluntário feminino. . Apesar de Darcy Vargas, a Presidente da LBA, estar presente na solenidade, foi Ernani Coelho Duarte que tomou a palavra, a ela cabendo o lugar de destaque na mesa, mas sem usar a palavra. A maioria dos presentes na solenidade era composta por mulheres, mas nenhuma delas discursou, pelo contrário, os discursos foram masculinos, anunciando as funções e o que se esperava das voluntárias. Não negaram a importância da participação feminina nos esforços de guerra, mas também não lhes deram voz.

Ainda em 1942 foram ofertados pela LBA os primeiros cursos preparatórios de Defesa Passiva Antiaérea. O curso foi liderado pelo Diretor do Serviço de Defesa Passiva, o Coronel do Exército Orozimbo Martins Pereira através de uma organização paramilitar, sendo. Os instrutores eram civis e militares, e de acordo Relatório Bial da LBA 1942/1944, a primeira turma de voluntárias do Curso de Defesa Passiva Antiaérea foi organizada no Rio de Janeiro, tendo início em setembro de 1942 e conclusão em dezembro de 1942.

O Relatório Bial de Atividades da LBA, sede Rio de Janeiro - 1942/1944, apresenta aspectos pertinentes do projeto de educação feminina visando à preparação de mulheres para os esforços de guerra. O objetivo principal do curso era conscientizar as voluntárias acerca da ampliação da noção dos cuidados, que deveriam ultrapassar as



fronteiras do lar para abranger a Nação, “proteger a população e seus bens transformasse no fim almejado” (ESTATUTO DA LBA, 1942).

A intenção era dotar as mulheres dos requisitos necessários à prática e atuação voluntária e para tal foram incorporadas estratégias educativas que orientavam sua formação mediante o reconhecimento identitário de “mães da Pátria”. De acordo com o Relatório Bienal de Atividades da LBA, Sede Rio de Janeiro - 1942/1944, a matriz curricular do curso de Defesa Passiva Antiaérea estava dividida em duas partes. A primeira contemplava os preceitos de Primeiros Socorros, com carga horária de 10 horas. E a segunda parte tratava do curso de Defesa Passiva Antiaérea propriamente dito. Após a conclusão da formação, as voluntárias diplomadas recebiam a insígnia¹ e passavam a ser legionárias. De acordo com a documentação, após a diplomação essas mulheres estavam aptas a prestar os serviços de defesa pública.

Baseado nessas características e ainda como parte dos esforços de guerra é que outros cursos preparatórios foram alistados no rol de ofertas da LBA. Os mesmos tinham relação direta com as atribuições designadas como apropriadas às mulheres, forjando mediante as atividades e os serviços os perfis femininos adequados para o voluntariado. Dentre esses, pode-se destacar o curso de socorristas samaritanas, de visitadoras sociais e de voluntárias da alimentação.

A implementação desses cursos preparatórios para orientar e capacitar as mulheres, tinha um forte aliado pedagógico: trata-se do Plano Nacional de Educação, elaborado em 1937 por Gustavo Capanema. O projeto pedagógico equivalente ao ensino médio e secundário previa a existência de um ensino dirigido para o público feminino, com faixa etária de 12 a 18 anos, onde seriam abordadas temáticas como economia doméstica, higiene, alimentação, vestuário, habitação, além de aulas de enfermagem, de culinária, ornamentação e regras de etiqueta, além de aulas de sociologia educacional voltada para a orientação de questões relacionadas à família e à religião (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário tinha matriz curricular única, mas trazia recomendações específicas para ensino feminino e masculino. Um exemplo disso eram os textos destinados de preferência à atenção das meninas, os quais enalteciam as

¹ Sinal distintivo que é atributo de poder, de dignidade, de posto, de comando, de função, de classe, de corporação, de confraria etc.; símbolo, emblema, divisa.

virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela devia cooperar com o outro sexo na construção da pátria e na ligação harmoniosa do sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal.

O que de fato se estabeleceu definitivamente nas escolas secundárias como parte da educação feminina foi a economia doméstica. A Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, por exemplo, organizou um Curso de Emergência para a preparação de professores de economia doméstica "sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde" (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

Os programas das disciplinas tratavam na teoria e na prática os assuntos referentes ao universo dito como feminino. Nas aulas de enfermagem as meninas aprendiam a cuidar dos doentes, abordando questões técnicas de como aferir a temperatura ou aplicar injeções, e questões práticas, como proceder visitas aos doentes. Nas aulas de culinária aprendiam a preparar alimentos bebidas, além das boas maneiras ao receber visitas. O programa de economia incluía o estudo do orçamento doméstico, a mulher no mercado de trabalho, assim como as profissões apropriadas. O curso de sociologia educacional abordava a atuação da mulher na família e no convívio social, o que era permitido e o que era inapropriado.

Esse tipo de educação deveria tornar as mulheres mais "afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes na criação dos filhos e capazes da administração da casa" (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 139).

Seguindo essa diretriz foram elaborados os cursos preparatórios para as voluntárias da LBA. As primeiras turmas que concluíram os cursos foram compostas por mulheres que residiam no Rio de Janeiro. Contudo, o projeto de interiorização da LBA deu-se a partir de sua fundação por meio da expansão dos serviços voluntários oferecidos em todos os municípios brasileiros. Assim, os cursos preparatórios já estavam contemplados no Estatuto da LBA, no item Anexos. Cabia a cada Centro Municipal ofertar vagas permanentes nos cursos de visitadoras sociais, enfermagem, puericultura e enfermagem da criança, e economia e alimentação doméstica. Para frequentar os cursos, as voluntárias deveriam ser brasileiras, ter idade de 18 a 40 anos, ser alfabetizadas e estar disposta a cooperar com as obras assistenciais municipais.

Haja vista a escassez de assistentes sociais, os cursos deviam ser ministrados por “pessoas da localidade que tenham conhecimento sobre as matérias que compõem os cursos, assim: médicos, professores, advogados, assistentes sociais e educadoras sanitárias”. Contudo, “os cargos de professores destes cursos serão exercidos gratuitamente” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Após concluir os cursos, as voluntárias eram submetidas a um exame perante uma banca composta por professores que ministraram o curso e um representante da Comissão Estadual. As alunas aprovadas recebiam um certificado pelo Centro Municipal e após habilitadas eram conduzidas até o Departamento ao qual estariam vinculadas como voluntárias.

Destaca-se também que para o funcionamento dos cursos preparatórios era fundamental o apoio do empresariado de cada localidade. Mais uma vez atrelando voluntariado e corporativismo, competia ao empresariado providenciar local e material para os referidos cursos.

Foi o caso do curso de formação das voluntárias da alimentação e economia doméstica. O curso tinha como objetivo “esclarecer as donas de casa e demais pessoas interessadas sobre a boa aplicação do orçamento doméstico, além de divulgar outros conhecimentos de interesse e relativos ao mesmo fim” (ESTATUTO DA LBA, 1942).

O curso abordava técnicas e conhecimento sobre higiene alimentar, nutricional e as formas de preparo, além de técnicas para evitar desperdícios em tempos de guerra. Com duração de 30 dias o curso era ministrado por convidadas de prestígio na localidade, que tivessem conhecimento das questões alimentares e de economia doméstica, além de médicos e educadoras sanitárias. Após concluir o curso, as voluntárias aptas deveriam proceder visitas às famílias dos soldados a fim de prestar apoio através da aplicação condizente com o salário recebido pela família, além do ensinamento sobre alimentação nutricional das crianças, a indicação de alimentos ricos em vitaminas e técnicas para evitar desperdícios de alimentos.

De acordo com Ivana Simili, no primeiro mês de funcionamento, mais de 100 voluntárias haviam se inscrito no curso no Rio de Janeiro (SIMILI, 2008). O curso foi anunciado no Rio de Janeiro como “uma importante missão de cunho social em época de guerra, qual seja a de ministrar às famílias dos cidadãos convocados para a vida militar conhecimentos úteis e objetivos sobre nutrição, orientando as donas de casa

acerca do preparo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo acessíveis às bolsas das classes populares” (Correio da Manhã, 25.09.1942, p.7).

No Rio de Janeiro o curso para formação das voluntárias da alimentação foi ministrado pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), sob a supervisão de Dante Costa, Chefe da Seção Técnica de Alimentação. Em outubro de 1942, sob o título “entrega de certificados à primeira turma de voluntárias da alimentação” é feita a divulgação da solenidade de entrega dos diplomas para as formandas, ato este acompanhado por palavras de reforço acerca da importância e da complexidade de que se revestiria o trabalho voluntário: “a atribuição de cada uma nas atividades da LBA, tendentes todas a um único objetivo: construção e o fortalecimento de um Brasil maior pela expressão de sua força e de sua capacidade realizadora” (Correio da Manhã, 29/10/1942, p.3).

Outro curso ofertado era o de Enfermagem, que tinha como objetivo “orientar a boa vontade de elementos civis e uniformizar-lhes a atividade na organização de um corpo de enfermeiras práticas” (ESTATUTO DA LBA, 1942).

O curso tinha duração de 30 dias, e era ministrado por médicos, enfermeiros e educadoras sanitárias, sendo que:

Art. III - Para a devida matrícula, as candidatas deverão preencher as seguintes condições:

- a) ser brasileira;
- b) ter 15 anos de idade mínima e 55 no máximo;
- c) saber ler e escrever.

Art. IV – são matérias a ser lecionadas no curso em aprêço as seguintes:

- puericultura;
- higiene;
- noções de enfermagem;
- doenças mais frequentes, sua profilaxia e tratamento (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Cursos com esta estrutura foram ministrados no Rio de Janeiro, denominados curso para samaritanas socorristas, com duração de três meses, nos quais se ensinavam noções de primeiros socorros, habilitando as voluntárias a prestar serviços de atendimento médico-hospitalar. Neste caso em específico as voluntárias diplomadas poderiam integrar a Força Expedicionária Brasileira, pois, após concluir o curso de samaritana socorrista, a legionária poderia se matricular no Curso de Emergência do Exército. Este curso tinha o objetivo de capacitar enfermeiras para servir no *front*

(SIMILI, 2008).

As voluntárias que concluíam os cursos de enfermagem também poderiam capacitar-se em Cursos de Higiene Pré Nupcial, para orientar as moças que estavam noivas “visando a melhoria da raça, preparando terreno fértil e sadio, física e mentalmente para a geração vindoura” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

O curso de higiene pré nupcial baseava-se na eugenia, definida como um conjunto de ideias e práticas relativas ao melhoramento da raça humana ou um aprimoramento pela seleção dos genitores, tendo como base o estudo da hereditariedade. Esta doutrina teve grande sucesso e mesmo após o seu questionamento como ciência ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias (MACIEL, 1999).

3. A PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO VOLUNTÁRIA

Para a formação das voluntárias, além dos dois primeiros cursos preparatórios de Defesa Passiva e de Enfermagem que faziam parte dos esforços de guerra, a LBA ofertou um rol de cursos preparatórios com o objetivo de formar voluntárias capacitadas para atuar nas mais diversas áreas de assistência social. Neste sentido, destaca-se a contribuição da LBA para a constituição e profissionalização de assistente social, uma tendência de profissionalização feminina que vinha desde os anos 1920 e 1930, crescendo consideravelmente na década de 1940 com a criação da LBA. A profissionalização das voluntárias da LBA em visitadoras sociais permitia o desdobramento da mulher mãe em assistente social, uma profissão que se formava à época junto às atividades filantrópicas lideradas e exercidas por mulheres das classes médias e altas. Os cursos preparatórios de visitadora de emergência, que mais tarde recebeu o nome de visitadoras sociais, tinham duração de um mês e objetivavam “dar formação social e orientação às moças que queiram colaborar com a Legião Brasileira de Assistência no desempenho de seu vasto programa de ação” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Através dos cursos preparatórios de visitadoras sociais as voluntárias aprendiam as formas de enfrentamento dos problemas sociais gerados pelo conflito mundial,

sobretudo aqueles que diziam respeito às famílias dos soldados. Entendia-se que naquele momento de guerra em que os homens provedores do núcleo familiar não conseguiam cumprir com seu papel ao se ausentarem do lar para participar do conflito armado, eram as mulheres, que já desempenhavam os papéis de mães e esposas, que teriam que lidar com as questões relacionadas à sobrevivência e educação dos filhos. Em virtude dessa alteração temporária dos papéis de gênero na família, a LBA, criada como instituição de amparo às famílias dos soldados, deveria capacitar voluntárias que auxiliassem as esposas do soldados a lidar com problemas e dificuldades que se esperava fossem atribuições dos chefes de família.

Para se matricular nesse curso a voluntária deveria:

- a) ser brasileira;
 - b) ter 18 anos de idade no mínimo e 40 no máximo;
 - c) ter algum preparo e demonstrar interesse em frequentar curso e cooperar com as obras sociais existentes na localidade;
- Art. V – as disciplinas nele ministradas são as seguintes:
- 1) – serviço social;
 - 2) - sociologia;
 - 3) – higiene;
 - 4) – puericultura (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Neste caso em específico, a formação dependia de “visitas a obras sociais existentes no município. Quando possível serem visitadas, igualmente, instituições das cidades vizinhas” assim como, “serão realizados círculos de estudos, onde venham a ser ventiladas pelas próprias alunas as dúvidas surgidas em aulas e durante as visitas efetuadas, para o fim de serem devidamente esclarecidas” (ESTATUTO DA LBA, 1942, ANEXOS).

Além destes temas os cursos de visitadoras prestavam orientações acerca do preenchimento da ficha social e dos questionários e fichas de acompanhamento das famílias assistidas por algum dos programas de assistência ofertados pela LBA. O modelo de ficha social trazia diversas informações necessárias para o mapeamento, controle e acompanhamento tanto das famílias assistidas quanto dos recursos destinados para a assistência prestada. Desta forma, o preenchimento adequado dos relatórios e formulários possibilitava identificar o endereço das famílias apontando as regiões de maior abrangência dos programas de assistência da LBA. Através destes documentos também era possível acompanhar o “desenvolvimento” das famílias, a atuação

profissional, o orçamento doméstico, as principais doenças manifestadas, o consumo diário de alimentos e os hábitos alimentares, assim como questões morais e cívicas.

Desta forma era de suma importância que as voluntárias da LBA soubessem preencher corretamente os relatórios e formulários das famílias que elas procediam quando das visitas domiciliares. As visitas poderiam ocorrer quinzenal ou mensalmente de acordo com as necessidades apresentadas pelas famílias. Ressalta-se que através dos relatórios de visitas era possível identificar se as famílias assistidas vinham dos programas direcionados às famílias dos soldados, ou se estavam associadas às outras demandas sociais locais. Nestes casos os relatórios deveriam apresentar as especificidades de cada família, a fim de que os Relatórios dos Centros Municipais prestassem contas às Comissões Estaduais dos recursos utilizados com cada categoria de família assistidas e as Comissões Estaduais procedessem de igual modo relatório de prestação de contas para a Comissão Central.

De acordo com o Relatório Bienal da LBA 1942/1944, Sede Rio de Janeiro, era de extrema responsabilidade dos Centros Municipais a aplicação dos recursos enviados pela Comissão Central, assim como dos recursos advindos das doações locais e das Associações Comerciais e Industriais dos municípios. Neste sentido, mais uma vez o corporativismo é fortalecido por meio da prestação de contas do que estava sendo realizado com os recursos privados e públicos. Neste sentido, a prestação de contas era parte fundamental dos relatórios de visita e formulários de cadastros de famílias, por isso as visitadoras deveriam saber lidar com a burocracia e serem capacitadas nos cursos preparatórios.

Para que o preenchimento dos relatórios estivesse adequado aos critérios estabelecidos as visitadoras sociais recebiam um Manual com Instruções para preenchimento dos Relatórios. As instruções visavam que as famílias ou beneficiados da LBA tivessem rigorosa caracterização social. Os relatórios deveriam ser registrados no nome dos representantes da família, pois a opção considerava o nome do chefe da família, reconhecendo as mulheres como mantenedoras. Essa ideia parece moderna para a época, contudo, segundo Susan Besse, o reconhecimento das mulheres como representantes de suas famílias se devia ao combate ao que então se chamava de desajuste familiar (BESSE, 1999).

A família sem a presença masculina era motivo de preocupação para o Estado,

pois poderia apresentar problemas econômicos, morais e sociais que afetariam as crianças, o futuro do país. Desta forma, as famílias desajustadas deveriam ser tuteladas pela LBA. A localização e o acompanhamento sistemático dessas famílias se fazia necessário sendo devidamente cadastradas na LBA. Os relatórios de acompanhamento poderiam gerar o histórico da família e demonstrar quão eficaz era a assistência moral, econômica e cívica prestada pela LBA.

Outros fatores relacionados às famílias também deveriam ser descritos, tais como se mantinham um bom relacionamento com outros parentes e a religião que professavam. Também observavam se as famílias tinham hortas, bem como seus hábitos alimentares.

As instruções de preenchimento dos relatórios de visitação previam ainda uma descrição detalhada de cada membro da família, que incluía idade, escolaridade, ocupação profissional, registro civil e de batismo. As doenças apresentadas pelos membros da família também deveriam ser descritas, levando-se em consideração a nacionalidade, pois caso a família fosse estrangeira poderiam apresentar alguma espécie de moléstia não identificada no Brasil. Essa é outra questão pertinente, pois a LBA levava em consideração a prestação de assistência para as famílias estrangeiras, tendo em vista o grande fluxo migratório para o Brasil devido a guerra.

Outros fatores relevantes se relacionavam à moradia, considerando o endereço da residência, sua proximidade com o transporte coletivo e a proximidade com os Centros Municipais. A estrutura das residências deveria ser detalhada, levando em consideração as instalações sanitárias, o acesso à água encanada, a quantidade de janelas e o número de quartos.

Além dos Relatórios, as visitadoras precisavam manter os cadastros das famílias atualizados através das fichas sociais e para que preenchessem de forma adequada, as visitadoras deveriam seguir as instruções de preenchimento contidas no Estatuto da LBA.

Conclui-se que os cursos preparatórios da LBA, assim como os critérios e instruções para elaboração e preenchimento de relatórios e cadastros, demonstram que a instituição, desde o momento de sua criação, pretendia manter-se, bem como suas atividades, por tempo indeterminado. Os cursos preparatórios objetivavam capacitar as voluntárias para uma função permanente, que ia além do título de legionárias, uma vez

que a guerra teria fim, mas a assistência prestada por elas deveria continuar.

Independentemente da escolha feita pelas voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, conclui-se que os cursos, os serviços e a formação recebida priorizavam o aprendizado e a atuação das voluntárias pelo cuidado com as famílias dos soldados, doentes, crianças e famílias pobres, ensinando as pessoas assistidas a desenvolverem os hábitos de cuidar dos seus, assim como a proteger o país caso fosse necessário.

Além da profissionalização das legionárias em atividades consideradas prestigiadas como a enfermagem e assistência social, existiam ainda as atividades reconhecidas como tipicamente femininas. As Legionárias da costura, por exemplo, eram responsáveis por “confeccionar vestuário destinado às famílias dos que ora empunham armas em defesa de nossa honra e também a quantos carecem de amparo” (Relatório Bial de Atividades da LBA, 1944/1946, Sede Rio de Janeiro, p. 117).

As legionárias do Departamento de Costuras deveriam possuir habilidade em corte e costura ou receber treinamento das costureiras responsáveis pelo setor, sendo “pessoas de todas as camadas sociais, cujos momentos de lazer, sem remuneração, são aproveitados num trabalho construtivo em prol da causa comum” (Relatório Bial de Atividades da LBA, 1944/1946, Sede Rio de Janeiro, p. 117).

Elas confeccionavam vestimentas para as famílias dos soldados e para os mesmos, além de bandagens para o atendimento médico-hospitalar no front. As legionárias da costura podiam atuar também nos Centros Municipais que tivessem estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos, ou se preferissem poderiam atuar em suas residências caso tivessem máquina de costura. As costureiras profissionais que se alistavam como voluntárias recebiam em suas residências os tecidos, aviamentos e relações de peças que deveriam produzir. Ao concluírem as peças, as mesmas eram recolhidas pelos serviços de transporte e distribuição da LBA.

Apesar da inexistência de documentação a respeito do trabalho das voluntárias da costura, é possível destacar através do Relatório Bial de Atividades da LBA, que foram ofertadas mais de 893 turmas do curso de corte e costura com diplomação pela LBA até 1946, sendo que cada turma tinha em média 30 mulheres. Destacando o caráter profissionalizante desses cursos, cerca de 26.790 mulheres aprenderam a profissão de costureira através do curso profissionalizante da LBA. Não sabemos se todas elas atuaram como voluntárias da LBA, mas apontamos para a hipótese dessas mulheres

trabalharem como costureiras profissionais, seja em suas residências, seja em fábricas, reforçando a inserção das mulheres no mercado de trabalho pela formação recebida na LBA. Desta forma, a profissionalização do voluntariado revela que além de preparar as mulheres para atuar nos programas da instituição, a LBA possibilitou para muitas mulheres a entrada no mercado de trabalho.

O Departamento de Costuras da LBA ligado à Comissão Central do Rio de Janeiro também foi o responsável pela criação e confecção dos uniformes utilizados pelas legionárias do Rio de Janeiro. De acordo com Ivana Simili o surgimento e a atuação das voluntárias da LBA foi marcado pelo uso de uniforme semelhante ao dos soldados, sobretudo no Rio de Janeiro. Nas ruas da Capital Federal no período de Guerra, surgem mulheres uniformizadas com peças que compunham a farda masculina, substituindo a saia pela calça, configurando assim, uniformes apropriados aos padrões de feminilidade da época.

Na educação e na moda, o corpo é um dos objetos no qual se inscrevem as mudanças. O corpo é um objeto histórico com as marcas dos tempos, dos espaços e dos lugares. O corpo é, também, um objeto cultural e, enquanto tal, provisório, mutável e mutante, suscetível às inúmeras intervenções, consoante ao desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como de suas leis, de seus códigos morais, das representações que são criadas sobre os corpos, dos discursos que sobre eles se produzem e se reproduzem. Como um objeto histórico e cultural, o corpo é constituído também por seu entorno, pelas roupas, pelos acessórios que o adornam, pela imagem que dele se produz, pelos sentidos que nele se incorporam, pelos vestígios que nele se exibem, pela educação de seus gestos (SIMILI, 2008, p. 458).

Portanto, o uniforme das legionárias do Rio de Janeiro criou um estilo no qual cada grupo de mulheres com atuação e comportamentos compatíveis com a função para a qual foram treinadas, se apresentavam publicamente uniformizadas, compondo estilos designativos para participação feminina na guerra.

Para alguns segmentos voluntários foi criado um tipo de uniforme composto por determinadas peças, com suas formas, cores e estilos como no caso do guarda-pó e das toucas protetoras dos cabelos para as legionárias da alimentação, apenas o guarda-pó para as legionárias da costura, os uniformes de enfermeiras para as samaritanas socorristas e os uniformes dos soldados, na versão feminina para as voluntárias da defesa passiva antiaérea.

Assim o voluntariado, sobretudo no Rio de Janeiro teve sua imagem pública

associada aos cuidados com o próximo, ao amor à Pátria, o zelo pela família, e a abnegação ao doar com benevolência seu tempo e dedicação em favor dos desamparados. Para tanto foram colocados em prática mecanismos que geravam a identidade da legionária, utilizando-se do discurso inflamado pelo primeirodamismo, por cursos preparatórios e por configurações identitárias por meio de uniformes, penteados e insígnias.

Apesar da LBA ter sido criada para "amparar os soldados e seus familiares", houve vários desdobramentos tanto na diversidade da assistência prestada, quanto na transformação do público feminino das voluntárias. Naquela conjuntura a importância dos cursos preparatórios ofertados pela LBA além de estimular a participação feminina em atividades de cuidados, abriu frentes de profissionalização feminina como educadoras sociais, enfermeiras e assistentes sociais. Ao mesmo tempo em que a LBA se tornou a instituição símbolo da assistência social no Brasil, promoveu a profissionalização das mulheres dando a elas acesso a espaços nos quais permaneceram mesmo depois do término da guerra.

De acordo com os registros do Relatório Bienal de Atividade da LBA de 1944-1946, muitas das legionárias que dedicaram-se ao voluntariado, com o término da Guerra seguiram com a mesma ação que antes era voluntária mas de forma remunerada. Essas profissões ditas femininas, como bem coloca Bessa, eram aceitas pela sociedade brasileira da primeira metade do século XX, como atribuições femininas.

São os casos das voluntárias da Costura, que mesmo antes do término da Guerra informaram a sua superintendente na cidade do Rio de Janeiro, que estavam dedicando parte do seu tempo a costura domiciliar, atendendo famílias com a confecção de vestuário. No mesmo relato, as costureiras relatam a confecção de roupas de cama e banho para venda em feiras e em domicílios (Relatório Bienal de Atividade da LBA de 1944-1946).

Esses não são casos isolados. As samaritanas socorristas também foram incorporadas nos serviços hospitalares, uma vez que o trabalho qualificado era escasso e necessário nas mais diversas áreas de saúde. Muitas atuaram em sanatórios, clínicas de repouso ou mesmo nos Postos de Puericultura instalados nos municípios brasileiros (Relatório Bienal de Atividade da LBA de 1944-1946).

Não pode-se deixar de mencionar o trabalho desenvolvido pelas visitadoras, que

desenvolveram papel fundamental para a LBA e que ao cumprir suas atribuições profissionalizaram-se e mantiveram seus trabalhos junto a instituição, não como voluntárias e sim como profissionais da área de assistência. Mesmo não sendo um objetivo explícito da LBA, a profissionalização feminina - pois esse pode ter sido um objetivo velado - pode-se constatar que as mulheres utilizaram essa formação como uma estratégia para adentrar no mercado de trabalho e desenvolver mesmo que de modo precário, o trabalho remunerado. Quantas costureiras, cozinheiras, enfermeiras, visitadoras, secretárias, assistentes sociais, telefonistas dentre outras profissões, ingressaram no mercado de trabalho e foram protagonistas de suas histórias, utilizando o recurso que lhes era possível.

Ainda há muito que se pesquisar sobre essa temática, enquanto pesquisadora sigo em frente na pesquisa sobre a LBA e seu impacto nas relações de gênero no Brasil. Entretanto incentivo as demais pesquisadoras e pesquisadores a abordarem esse tema, uma vez que a LBA teve 53 anos de atuação na assistência social brasileira.

FONTES

ESTATUTO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA – 1942/1946

RELATÓRIOS BIENAIIS DE ATIVIDADES DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - SEDE RIO DE JANEIRO. 1942/1944 E 1944/1946.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ – REPORTAGENS VINCULADAS A RESPEITO DA LBA – 1942/1943

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempo de guerra (1942-1946)**. Tese (Doutorado em Programa de Pós graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2017.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. São Paulo: Edusp, 1999.

LANDIN, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org).
Tendências de Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro:
Rocco, 1994

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro
(Orgs.) **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas,
2000.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy
Vargas (1930 – 1945).** Unesp: São Paulo, 2008.

CAPÍTULO XIX

CONTRIBUIÇÕES DE EMÍLIA SNETHLAGE NA PESQUISA ETNOGRÁFICA NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, PARÁ

Diana Priscila Sá Alberto ¹

RESUMO

A promoção da ciência por meio das mulheres ainda é um estudo em formação. A relação entre História da Ciência e Gênero é um tema que tem alcançado diferentes pesquisas, dentro de áreas como a História, a Antropologia, entre outros. O referido artigo tem como objetivo apresentar alguns trabalhos que a ornitóloga Emília Snethlage (1868-1929) realizou no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG que resultaram em uma etnografia sobre as populações indígenas na região Amazônica. Emília foi a primeira pesquisadora da Instituição e pioneira nessa imersão de descrições dessas populações. A metodologia para este estudo tem como base a pesquisa documental dos relatórios feitos por Emília. Com base na História, esses relatórios são as principais fontes históricas em que se vê a atuação dessa cientista em campo, assim o campo historiográfico constitui-se nesses documentos. Além da utilização como apoio de referências bibliográficas acerca da História da Ciência e do Gênero. Ressalta-se que esse artigo é fruto da tese de doutorado em andamento sobre Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres e suas trajetórias científicas na Amazônia no começo do século XX. Como primeiros resultados, até o momento, verificaram-se as iniciais descrições feitas por ela sobre os indígenas e suas análises etnográficas preliminares, tais como: descrição de costumes, locais de vivência e habitação, anotações de vocabulários. Essas observações demonstram os primeiros passos para o estudo dessas comunidades feitas pelo MPEG e, por uma mulher cientista.

Palavras-chave: História da Ciência. Gênero. Emília Snethlage. Etnografia. Indígenas.

1. INTRODUÇÃO

Em certa medida pensar em ciência é ainda dar crédito aos cientistas. O espaço científico foi e ainda é considerado masculino. As mulheres pouco aparecem na investigação teórica na História da Ciência. E no estudo do Gênero, também é um assunto pouco investigado. Dessa forma, trazer pesquisas que possam contribuir com essa discussão parece ser significativo para ampliar esses horizontes.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará – UFPA.

Com relação as mulheres cientistas no Brasil, o assunto também ganha destaque recentemente. Teses, dissertações e artigos científicos têm mostrado as cientistas brasileiras ou as que escolheram o Brasil como sua pátria, para assim construir sua caminhada no campo científico. As trajetórias dessas mulheres são reveladas por autoras como Margaret Lopes (1998), Gilda Olinto (2011), e mais recentemente, de Mariana Sombrio (2014). E assim foi a história de Emília Snethlage (1868-1929), primeira mulher a ser contratada para uma instituição nacional de pesquisa, que foi o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPGE no ano de 1905 (ALBERTO; SANJAD, 2019).

Fundado em 1866 como Museu Paraense, somente 1894, com a reformulação do suíço Emílio Goeldi, a instituição iniciou suas atividades científicas e foi denominado Museu Paraense de História Natural e Etnografia (SANJAD, 2010). A alemã Emília Snethlage chegou em Belém do Pará em 15 de agosto de 1905 para assumir um cargo da seção de zoologia. Doutora em Ornitologia ela foi a primeira mulher do MPEG a realizar importantes viagens de campo pela instituição e a descrever os primeiros contatos com tribos indígenas na região.

A partir da tese de doutorado em andamento¹, surge o tema ao longo da escrita desta pesquisa e faz-se necessário abrir essas discussões em conjunto a eventos científicos que busquem a visibilidade feminina na ciência. Dessa forma, o referido artigo tem como objetivo apresentar alguns trabalhos que a ornitóloga Emília Snethlage realizou no Museu Paraense Emílio Goeldi em que emergiriam os primeiros trabalhos etnográficos com as populações indígenas na região Amazônica.

A metodologia para este estudo teve como base a pesquisa documental dos relatórios feitos por Emília, destacando-se o relatório da Travessia Xingu ao Tapajós realizada para investigar a região catalogando animais, plantas entre outros elementos, e que resultou em um vocabulário comparativo de palavras das tribos Chipaia e Curuaé. Esses trabalhos foram realizados entre 1909 e 1912. Com base na História, esses relatórios são as principais fontes históricas em que se vê a atuação da cientista. Assim, o campo historiográfico deste artigo constituiu-se nesses documentos. Além de uma

¹ A tese intitulada: “**Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres: Gênero e Ciência na Amazônia do século XX**” está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. A pesquisa investiga a atuação profissional dessas duas cientistas na Amazônia. Contextualizando suas lutas e suas conquistas como pesquisadoras que influenciaram a ciência na região e no Brasil.

breve apresentação de apoio de referências bibliográficas acerca da História da Ciência e do Gênero. Garantindo assim um diálogo com as fontes e a teoria já desenvolvida sobre as mulheres na ciência.

Como primeiros resultados, até o momento, verificaram-se as iniciais descrições feitas por ela sobre os indígenas e suas análises etnográficas preliminares, tais como: descrição de costumes, locais de vivência e habitação, anotações de vocabulários. Essas observações demonstram os primeiros passos para o estudo dessas comunidades feitas pelo MPEG e, principalmente, por uma mulher cientista. O artigo será dividido em duas partes: a primeira, uma breve apresentação de Emília Snethlage e uma contextualização teórica. E por fim, alguns pontos dos relatórios, que são fontes, sendo analisados à luz dessa teoria.

2. EMÍLIA SNETHLAGE E O MUSEU GOELDI

Após sua defesa de doutoramento em Ciências (Ph.D) na Universidade de Freiburg im Breisgau, a alemã Emília Snethlage recebe o convite do suíço Emílio Goeldi para vir trabalhar nos trópicos. Uma vaga tão esperada por essa mulher que desde pequena gostava de “fazer pesquisas” no jardim de sua casa. A Doutora Emília foi a mulher que abriu as portas para as outras futuras mulheres na Instituição (ALBERTO; SANJAD, 2019; CUNHA, 1989; SNETHLAGE, 1930).

O trabalho de Snethlage no Museu Goeldi tornou-se referência em sua área de atuação que foi a ornitologia. Sua especialidade era estudar as aves da região, mas sua carreira avançou rapidamente para outros campos do saber. Emília produziu relatórios e pesquisas que iam além de sua área específica. Assim, este artigo traz sua passagem pelo campo etnográfico. Seus estudos ampliaram a condução da ciência feita no Goeldi e suas viagens têm destaque especial na História da Ciência na Amazônia.

As viagens tomam uma parte importante da história dessa mulher. Ela foi a primeira a realizar uma extensa pesquisa de exploração entre as regiões do Xingu e Tapajós (1909) apenas com alguns indígenas e caboclos. Nesse documento estão as primeiras impressões etnográficas empreendidas por ela. De acordo com Cunha (1989) e Junghans (2009), outras regiões como o nordeste paraense também foram locais de investigação dessa cientista. Emília avançou em sua carreira no Museu Goeldi, tornou-

se chefe de seção de Zoologia. E mesmo que inesperadamente, torna-se a primeira mulher a dirigir o MPEG em 1914, quando o então diretor Jacques Huber falece.

Sobre os trabalhos realizados por Emília envolvendo o estudo das populações indígenas, já existem algumas pesquisas feitas, como pela pesquisadora Beatrix Hoffmann (2015). É exposto pela autora que Emília realiza esses feitos etnológicos em 1909 na região que compreende o Xingu até o Tapajós. E depois em 1914 na região do rio Iriri. O trabalho que Hoffmann apresenta versa sobre as coleções etnológicas catalogadas na região amazônica e dá destaque especial para os pesquisadores, em sua maioria homens, que ali coletaram elementos para os acervos museológicos da Alemanha. Entre as contribuições estão os trabalhos que Emília fez pelo Museu Goeldi.

Nessa teia de relações de pesquisadores na Amazônia no final do século XIX e começo do XX, em especial os alemães, enfatiza-se no artigo de Sanjad (2019) o envolvimento que Emília teve nessa configuração científica. Criando uma rede de conhecimentos importantes para a etnologia da Amazônia. Snethlage foi uma das pessoas que contribuiu com os principais nomes da etnologia amazônica, naquele período, que foram: Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) e Curt Nimuendajú (1883-1945). Porém, a participação de Snethlage é pouco ressaltada no campo etnológico, ficando mais evidente a inserção de Nimuendajú no meio científico que pesquisou muitas populações indígena. Emília foi a principal ponte entre ele e a pesquisa etnográfica na Amazônia.

Com base nesse preâmbulo inicial pode-se começar a análise da participação feminina na ciência brasileira. A História da Ciência ainda caminha na consolidação desses estudos. E até mesmo na perspectiva do Gênero a investigação que tem as mulheres como personagens importantes na ciência faz-se a passos lentos. Mas, já existem estudos que apontam uma historicidade feminina na ciência. A seguir far-se-á uma apresentação da teoria da História da Ciência e do Gênero, para dialogar com os estudos realizados por Emília Snethlage acerca dos indígenas na Amazônia.

3. HISTÓRIA DA CIÊNCIA E GÊNERO: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO

A teoria que dá conta da participação feminina na construção da ciência a nível mundial, em especial a brasileira, ainda está em curso. Nota-se quanto o estudo das

mulheres na ciência e em outras profissões podem trazer debates significativos para o estudo da História da Ciência e do Gênero. Vê-se ao longo das leituras e da escrita que a historiografia das mulheres na ciência possui um desabrochar da mulher em um ser pensante na revolução sociocultural que vem acontecendo neste século.

Ao levantar questões aos movimentos de contextos políticos e sociais, relacionadas as estratégias dessas mulheres cientistas, nota-se nas fontes lida sobre Snethlage, tais como os seus relatórios de campo, a existência de uma diferença de percepção de quem era ela enquanto mulher, cientista e viajante. Enxergou-se nesses materiais uma descrição de suas feminilidades, que integravam ela ao campo do saber e desta quando atuava na formação do conhecimento científico na Amazônia.

A História da Ciência evoluiu como mais uma perspectiva dentro da História a oferecer base para a compreensão de fenômenos sociais, culturais e científicos que passam por questionamentos ao longo do tempo (ROSA, 2012). A ciência adveio por momentos em que as perguntas foram fundamentais para as diversas mudanças de paradigmas na sociedade, de acordo com Marcondes (2016). E a História da Ciência tem uma construção descritiva e um método de análise específica, baseada nas fontes primárias e secundárias, conforme descreve Lilian Al-Chueyr Martins (2002) acerca do debate metodológico de como a História da Ciência pode ser caracterizada.

Fica evidente que esses estudos não possuem um recorte de gênero para tratar que homens e mulheres trabalharam na formação da História da Ciência no Brasil. Mas, reforçam o que se procura salientar neste trabalho: a participação de uma cientista no estudo etnográfico na Amazônia. Essa questão está latente nessas discussões historiográficas. E em seguida começam a surgir os primeiros estudos na perspectiva do Gênero e a Ciência.

Essa teoria é importante e caracteriza como Emília, mesmo tendo uma participação importante a frente das pesquisas realizadas no Museu Goeldi, ainda aparece timidamente nas discussões de uma ciência com participação feminina. Snethlage deixou um legado científico importante. Suas pesquisas abrangeram desde sua especialidade, a ornitologia: como o “Catálogo de Aves Amazônicas”, passando pelo estudo faunístico e etnológico das obras: a “Travessia do Xingu ao Tapajós” e o “Vocabulário comparativo dos índios Chipayas e Curuahé”; até pelo campo da Geografia como o artigo “*Nature and man in eastern Pará, Brazil*”. São evidências de que a ciência

foi realizada por mulheres, em especial Emília pelo MPEG.

A leitura acerca do estudo do gênero relacionado as mulheres na ciência ventam hipóteses de que as mulheres “deveriam ser além”, para se firmarem nos espaços científicos. Em estudos realizados nas obras de Lopes (1998) e Sombrio (2014), nota-se como essas autoras também levantam tais questões, onde as mulheres cientistas deveriam superar mais obstáculos que os homens cientistas. Para assim garantirem que seus estudos pudessem estar à altura do cargo ou função que ocupavam.

As leituras de Scott (1995) fornecem orientações teóricas e metodológicas acerca do estudo do gênero. Tais leituras ajudam a compreender que essa cientista possuía diferentes posições dentro da configuração do espaço entre o masculino e o feminino, e entre as mulheres de seu período histórico. Assim, o trabalho realizado por Emília no que concerne as primeiras descrições etnográficas ampliam o olhar que se procura lançar ao tema das mulheres na ciência.

Nas leituras de Michelle Perrot (2019, 1998) assenta-se bases teóricas que refletem como o masculino assume o papel de poder na História e na Ciência, e isso é notado nas trajetórias de Emília, assim como de outras mulheres como Octavie Coudreau, Elizabeth Agassiz e a brasileira Heloísa Alberto Torres¹. Mas, elas superaram esses “modelos” conceituais. E nesse processo as mulheres surgem na documentação, nas fontes, e assim percebe-se como o caminhar nas documentações é possível encontrar esses trabalhos de Snethlage e aponta-los como importantes no campo etnográfico.

De acordo com as leituras em Perrot (2019), as mulheres que podiam ter acesso à educação acabavam por abrir espaços a outras, criando chances de o feminino ingressar em espaços como as instituições de pesquisa e ensino. No caso de Emília, ela ingressa no MPEG. A autora expõe que o saber não podia ser acessado pelo feminino. A razão não condizia com as mulheres. Então Emília, e tantas outras mulheres cientistas, acabaram por quebrar essas amarras.

¹ Ver a tese de doutorado em andamento em que se fala dessas mulheres, em especial Heloísa Alberto Torres.

4. A ETNOGRAFIA NO TRABALHO DE EMÍLIA SNETHLAGE

A seguir serão apresentados alguns trechos dos trabalhos: “Travessia do Xingu ao Tapajós” (1913a [1910]) e o “Vocabulário comparativo dos índios Chipayas e Curuahé” (1913b [1910]) em que Emília Snethlage desponta como etnógrafa, mesmo que talvez ela não se reconhecesse nesse contexto. Mas, na sua descrição nos relatórios, utilizados como fontes nesse trabalho, ela deixa bem delineado essa configuração das primeiras incursões com os povos indígenas da região, até então inéditos para o Museu Goeldi.

O relatório escrito por Snethlage é rico em detalhes. Estes contêm desde subsídios teóricos, documentais, passando por informações com as pessoas que encontrava por onde viajava. Nesse primeiro trecho é possível ver a apresentação dela quando encontra dois indivíduos que representam as tribos Chipaia e Curuaé:

Porém o facto que aqui mais me impressionou foi o meu primeiro encontro com índios selvagens. [...] Pertenciam elles ás tribus dos Chipayas e Curuahés [...]; Estas duas tribus são principalmente conhecidas até agora na literatura geographica e éthnographica por noticias colhidas pelo príncipe Adalberto de Prússia e por H. Coudreau (SNETHLAGE, p. 58, 1913a [1910])¹.

No excerto acima, nota-se como ela já fazia as primeiras análises sobre essas populações, tendo como base leituras e escritos de outros naturalistas. Estudando o que já tinha sido realizado e fazendo depois as suas reflexões em campo. O encontro de Emília com os indígenas foi importante para dar continuidade em sua pesquisa sobre a região.

E ela continua a narrativa sobre essas comunidades:

[...] os Chipaya vivem hoje retirados da parte civilizada do Iriri-Curuá, embora alguns sirvam como tripulantes no serviço das canoas. Elles são estimados antes de tudo como pilotos perfeitos. As suas principaes malocas acham-se agora no alto Curuá e no alto Iriri. [...] Os Curuahés parecem ocupar uma posição singular. Mansos e medrosos (ao menos os que encontrámos) vivem n’uma espécie de patriarchado sob a regência do Chipaya Manoelsinho. Habitam uma maloca grande n’um igarape affluente do Curuá, poucos dias acima da d’esto índio (SNETHLAGE, p. 60, 1913a [1910])

¹ Procurou-se manter a escrita original como consta no Boletim do Museu Emílio Goeldi. Estes podem ser acessados pelo link da Biblioteca Nacional Digital ([https:// www.bndigital.bn.gov.br](https://www.bndigital.bn.gov.br)).

Nesse trecho o traço etnográfico de Emília fica evidente. Ela consegue apresentar ao leitor quem são essas pessoas. Como se posicionam perante a interação com quem vem de fora, como os seringueiros, coronéis e, nesse caso, com a própria cientista.

Os dois trechos retirados do relatório da Travessia do Xingu ao Tapajós demonstram como o trabalho de naturalista era amplo. A especialidade de Emília Snethlage eram as aves. Mas, sua ida a campo acabava por ser uma pesquisa que saía das linhas das ciências naturais e avançava na recente disciplina denominada etnografia. Esta surgiu em meados do século XIX quando os pesquisadores sentiram necessidade de entender o cotidiano das populações com as quais estavam interagindo¹.

Entre a História da Ciência e o Gênero, verifica-se como o trabalho de Emília alcança a discussão de que as mulheres produziam ciência. E como outros naturalistas, como eram conhecidos os cientistas, as pesquisas dela encontram ecos na sua formação acadêmica e profissional no MPEG. A destreza dela confirma o que autoras como Perrot (2019, 1998) e Scott (1995) expressam sobre as mulheres que ocupavam espaços públicos. Mesmo ainda com participação encoberta, nesse caso nas instituições de ensino/pesquisa, elas estavam ali e criando suas redes de conhecimento.

A trajetória de Emília em campo demonstra como sua maneira de encarar a vida científica foi significativa para que ela despontasse como uma profissional importante no Museu Goeldi. Os trabalhos dela corroboram com o avanço do reconhecimento do MPEG não somente no Brasil, mas em outros países da Europa. Em destaque as instituições de pesquisa e museológicas da Alemanha, nas quais Emília tinha entrada.

Em continuidade no relatório tem-se mais um trecho onde sua posição de “etnógrafa” fica em evidência quando ela começa a coletar palavras nas línguas das populações ali presentes. Segue o texto de Snethlage (p. 67, 1913a [1910]):

Eu também aproveitei d’estas horas para colher de Manoelsinho e d’um seu companheiro curuahé quantas palavras das respectivas línguas era possível apanhar. Já antes tinha eu preparado uma lista das palavras que eu queria saber e escrevi logo os termos indios; o coronel Ernesto me ajudava com a sua amabilidade costumeira sempre que o meu portuguez não era suficiente.

¹ Não será objeto de estudo neste artigo o conceito de etnografia. Apenas tem-se a compreensão de que essa disciplina foi utilizada por Emília em suas pesquisas de campo. Para mais discussões acerca desse tema ler autores como Bronislaw Malinowski “*Argonautas do Pacífico Ocidental*” (1922) e Franz Boas “*A mente do homem primitivo*” (1938).

Manoelzinho me dizia as palavras em chipaya e as transmitia ao seu criado, que não compreendia o português.

Essas foram muitas das atividades que Emília desenvolvia no Museu. É evidente que o corpo de pesquisadores do Goeldi não era tão extenso, e muitos deveriam cumprir com diversas frentes para dar conta das ações de investigação de uma das mais importantes instituições de pesquisa do Brasil do começo do século XX. Mas o que as fontes revelam é que esse trabalho feito por Emília era de sua afeição, fazia parte de sua rotina de cientista.

Por fim tem-se o vocabulário escrito por Emília e que serviu de base para outros estudos que futuramente ela faria sobre outras populações indígenas. O vocabulário (Imagem 01), é simples, possui palavras do cotidiano dessas comunidades, mas aponta a importância que ela dava para compreender essas interações de campo. Também indicava a preocupação dela, enquanto representante da instituição, em mapear todas as sociedades da região, para assim ampliar as áreas de conhecimento nas áreas naturais e, no futuro, humanas.

Imagem 01: Vocabulário escrito por Emília Snethlage

Vocabulário comparativo
dos índios Chipaya e Curuahé

apanhado pela Dra. EMILIA SNETHLAGE
(1909)

	CHIPAYA	CURUAHÉ
Cabeça	tabá	uá
Cabello	sauké	ualá, walá
Olho	zeá	metá
Nariz	yamaguá	onomí
Bocca	kachimá	ubí
Dente.	a-i-á	ómai
Orelha	enchiúka	uampi
Braço.	maké	obá
Mão	uvuá	ubesál
Dedo	malachá	umamán
Perna	kinsá	ovál
Unha	malachá-arapupú	upumamán
Pescoço	siniú, sinyú	aché-pikaúm
Peito	namá	

Fonte: Snethlage (p. 67, 1913b [1910]), Boletim do Museu Paraense.

O que se pode verificar é a descrição de um trabalho etnográfico importante realizado, pois foi um dos primeiros desse gênero na instituição. É perceptível também a preocupação de Emília em separar cada um dos vocábulos nas duas tribos da qual ela teve contato. A condução desse vocabulário fica evidente no relatório final da exploração científica que ela empreendeu. A forma como ela interagiu com seus guias locais, a forma como ela descreveu o cotidiano dessas pessoas. Evidenciando assim, a etnografia como disciplina e, de certa forma, ferramenta para suas pesquisas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as mulheres na ciência galga espaço nesse começo do século XXI e estas têm sido cada vez mais firmes em busca de novos estudos. As cientistas fizeram história na construção do conhecimento, mas poucas tiveram suas carreiras ou trabalhos reconhecidos dentro de uma teoria, como na História da Ciência e do Gênero. Porém, esse cenário tem mudado, e mais estudos tem conseguido ascender as mulheres cientistas e seus lugares de destaque.

No Brasil as mulheres cientistas também se fizeram presentes. Mesmo que algumas delas não fossem brasileiras de nascimento, mas de coração pela profissão que ali escolheram seguir. E uma delas foi Emília Snethlage. Primeira mulher cientista no Brasil, no MPEG, deixou um legado de pesquisas na Amazônia. Estudos que foram de sua área de formação na ornitologia até estudos etnográficos, como os que foram feitos na Travessia do Xingu ao Tapajós, descrevendo o cotidiano das populações indígenas dos Chipaia e Curuaé.

A discussão teórica que encontra a Ciência e o Gênero abre debates importantes para pensar o papel feminino nos espaços além do privado. As mulheres conseguiram dentro da historiografia serem vistas, além disso foram ouvidas. Suas vozes também foram ecoadas para outros planos e algumas instituições reconheceram que, independentemente do gênero, a ciência podia ser apresentada saias e cabelos longos, e não somente de cabelos curtos e calças comprida. Assim era Emília, ia a campo com suas saias enormes e, para não “assustar” as mulheres locais, mantinha seus grandes cabelos, mesmo no calor amazônico.

O trabalho dessa cientista foi imprescindível para as futuras pesquisas que o Museu Emilio Goeldi empreenderia e, depois se colocaria como uma das instituições de pesquisa mais importantes da Amazônia, do Brasil e internacionalmente. A caminhada de Snethlage foi feita de muitas viagens científicas que lhe renderam prestígio como pesquisadora. Ela criou redes de contato de conhecimento internacional como pesquisadora, e depois como diretora do Museu. Suas observações sobre as aves amazônicas foram um dos importantes projetos para o qual ela foi chamada.

E isso deu a ela espaço e cabedal para realizar tantas outras ações científicas, como as que foram descritas acima. Sua viagem entre duas regiões pouco exploradas, e

mais, que ainda não tinha sido feita por outro cientista. Além dessa ação importante, nela se pode ver a sua imersão no cotidiano das populações indígenas. Trabalhos ainda pouco desenvolvidos pelo MPEG naquele período. E nessa imersão se vê a versatilidade de Snethlage. A Doutora em Ciências realiza trabalhos etnográficos de significativa envergadura para aquele momento histórico e social.

Dessa forma, como foi proposto como objetivo deste artigo, apresentou-se a atuação de Emília Snethlage na produção científica do Museu Goeldi. Sua experiência na condução de uma pesquisa na região amazônica rendeu resultados expressivos, no que concerne a exploração da região natural e de espécimes. Destacando em seu trabalho a primeira imersão dela no campo etnográfico, que posteriormente seria um dos principais campos de atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Este artigo procurou trazer um pouco dessa caminhada científica dessa cientista. Abrindo as discussões que se tem hoje na História da Ciência e do Gênero do papel feminino na construção do conhecimento. E ampliando esse diálogo para outras pesquisas que possam ter esse tema.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Diana; SANJAD, Nelson. Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar os 150 anos de nascimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1047-1070, 2019.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emília Snethlage. In: CUNHA, O. R. **Talento e Atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi**, 1, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989, p. 83-102.

HOFFMANN, Beatrix. Jahre Xipaya- und Kuruaya Sammlung im Ethnologischen Museum, Staatliche Museen zu Berlin. **Baessler-Archiv**, Band 62, p. 45-66, 2015.

JUNGHANS, Miriam. **Avis Rara: A Trajetória Científica da Naturalista Alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil**. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz FIOCRUZ, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**. n. 10, p. 345-368, 1998.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia e História das Ciências – A revolução científica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Diferentes “estilos” ou “personalidades” científicas: um estudo de caso. Vol. 8 (8): 258-265, *in*: HORENSTEIN, Norma; MINHOT, Leticia; SEVERGNINI, Hernán (eds.). **Epistemología e Historia de la Ciencia. Selección de Trabajos de las XII Jornadas**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Facultad de Filosofía y Humanidades, 2002.

OLINTO, Gilda. **A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSA, Carlos A. P. **História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2012.

SANJAD, Nelson. Nimuendajú, a Senhorinha Doutora e os ‘etnógrafos berlinenses’: rede de conhecimento e espaços de circulação na configuração da etnologia alemã na Amazônia no início do Século XX. **Asclepio Revista de História de la Medicina y de la Ciencia**, v. 71, n. 2, p. 273-301, 2019.

_____. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República**. Belém: Museu Paraense Emílio Goedi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SNETHLAGE, Emil-Heinrich. Dr. Emilie Snethlage zum Gedächtnis. **Journal für Ornithologie**, Berlim, v. 78, n. 1, p. 123-134, Jan. 1930.

SNETHLAGE, Emília. A travessia entre o Xingu e o Tapajós. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia**, Belém, v. 7, p. 49-92, 1913a [1910].

_____. Vocabulário comparativo dos Índios Chipayas e Curuahé. **Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia**, Belém, v. 7, p. 93-99, 1913b [1910].

SOMBRIO, Mariana M. de O. **Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX**. Campinas, 221 p. Tese de Doutorado (Programa Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

INSTITUIÇÕES DISCIPLINADORAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, EM SOUSA-PB (1960-1980)

Ana Paula Estrela ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as práticas da educação católica feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Sousa-PB, no período de 1960 a 1980, no qual o ensino era destinado apenas para meninas. Nesse sentido, buscamos pensar como era produzido os discursos em torno da formação da trajetória de vida e da construção das identidades de gênero a partir das vivências educacionais no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Para isso utilizamos como metodologia a História Oral, com entrevistas gravadas e transcritas de duas ex-alunas, assim como da memória da ex-diretora. Além dos depoimentos orais, temos como fontes documentais o Regimento Escolar, Revistas do educandário e os livros memorialistas que relatam acerca da história do educandário e sua filosofia educacional. Nossa pesquisa se baseia no referencial teórico da História Cultural, da História das Instituições escolares, articulando com as categorias de educação católica, gênero e memória, debatendo com os seguintes autores: Foucault (2014), Barros (2005), Louro (1997), Scott (1995), Dominique Julia (2001), Pollak (1989) e Nora (1993). A construção das identidades dessas mulheres está contido na filosofia do educandário e tem como intuito a construção de atitudes e comportamentos necessário para a disciplina confessional dos sujeitos. Nesse sentido, identificamos a importância de trabalharmos com as trajetórias de vida, pensando na construção e nos ensinamentos que elas absorveram dentro do espaço e analisamos a profissionalização docente dessas mulheres, pois isso era uma realidade existente nesse espaço, assim como o caminho de seguir na formação da família. A metodologia da pesquisa será desempenhada pela discussão das memórias dessas mulheres, preocupando-se com essas vivências, pensando nas produções de verdades que essas pessoas que estavam envolvidas construíram para elas.

Palavras-chave: Educação feminina. Gênero. Memória. História Oral.

¹ Mestranda em História. Programa de Pós-Graduação em História – UFCG

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar e discutir acerca das práticas da educação católica feminina desenvolvida no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB, no período de 1960 a 1980. Buscamos investigar a influência que o modelo educacional desempenhou na trajetória de vida de suas ex-alunas e a importância dessa educação naquele contexto, no qual o ensino era voltado para formação das meninas.

Esse artigo discute acerca da história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e também sobre as trajetórias de vida de suas alunas, fazendo um cruzamento de diálogos com outros participantes do educandário para compreender os diferentes discursos e práticas educativas desenvolvidos nesse espaço institucional religioso. Esta pesquisa está pautada na dimensão cultural da problemática, compreendendo que os aspectos sociais e econômicos também devem ser analisados nesse contexto.

A educação nos colégios confessionais visa a formação humana, cristã e de uma educação feminina dócil, regrada, voltada para profissionalização e desenvolvimento de uma condição de vida familiar e social adequadas a seu papel em sociedade. Nesse sentido, problematizamos como essa educação constituiu as identidades de gênero e a profissionalização dessas jovens, no qual muitas destas alunas tornaram-se educadoras do próprio colégio, demonstrando que foi uma das poucas possibilidades dessas mulheres trabalharem e serem reconhecidas nesse contexto. Refletimos como as práticas e os discursos formavam essas mulheres para a vida de docente, entendendo que era uma perspectiva de vida importante para mudança da realidade dessas mulheres e como esses discursos construíram a identidade dessas mulheres.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora está situado na cidade de Sousa-PB, no qual o interesse por pesquisar a educação desse educandário se deu devido a importância da instituição para educação paraibana e também pela existência de poucos estudos acerca da história do mesmo. Realizando um levantamento de trabalhos¹ acadêmicos sobre o

¹ Os trabalhos disponibilizados são os seguintes: DANTAS, Harlanne Krislen Belarmino. **Traços do ensino de história no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Sousa-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2014. MACIEL, Maria Goreth de Figueiredo. **Relatório do Pré-estágio supervisionado de supervisão escolar**. Relatório (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 1985.

colégio citado, nos deparamos com apenas dois trabalhos acadêmicos encontrados, analisando o Ensino de História e a gestão escolar. O CNSA¹ tem uma representação significativa na educação sousense e na educação paraibana, sendo reconhecida pelos bons desempenhos em exames nacionais e pela qualidade de ensino e estrutura do espaço.

A escolha e delimitação do recorte temporal foi definido pelo contexto inicial de funcionamento do educandário na cidade de Sousa-PB, no qual trouxe uma transformação na realidade educacional, estendendo para a década de 80, período que o colégio começa a sua transformação para o ensino misto e no entanto, não iremos, por ora, discutir esse processo.

A instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora teve forte influência da sociedade sousense, que desejava uma educação católica, formadora de mulheres e que apresentasse como princípios os bons costumes e valores. Nesse sentido, a cidade de Sousa- PB é marcada por essa forte religiosidade que reverberou para educação e que também permite analisarmos diante desse recorte temporal, os aspectos sociais, econômicos e culturais que permeavam a vivência dentro do educandário.

A problemática do artigo está em discutir como era a produção de discursos acerca da educação feminina no cotidiano das discentes no CNSA; quais os conflitos, as vivências e as recordações que essas jovens tinham desse período escolar; quais foram as suas formas de resistências e conformidades desenvolvidas; quais as discussões de gênero podem ser feitas a partir de suas memórias e de suas trajetórias de vida e como era o ensino-aprendizagem no educandário.

2. A EDUCAÇÃO FEMININA NO EDUCANDÁRIO SOUSENSE

A educação da mulher tem ganhado destaque nos trabalhos acadêmicos, porém ainda se busca uma maior ênfase, pois no tocante a educação católica feminina na História da Educação paraibana existe uma invisibilidade marcante. Segundo Maria Ivete Correia (2010), ao analisar a educação fazemos uma reflexão sobre sua ação pretérita, ou seja, discutimos acerca das “imposições, determinações, condições de possibilidade,

¹ Abreviatura do nome Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

de resistência e de modificação através das quais o nosso “presente” educacional veio existir” (p. 17). Com isso, nosso artigo se justifica pela necessidade de contribuir para os estudos educacionais, pertinentes as áreas de História das Instituições escolares, discussão de gênero e da memória.

Segundo Correia (2010), as produções visam denunciar a invisibilidade do “feminino na ciência e na história, ainda consideradas domínios do masculino, mas a verdade é que as mulheres sempre fizeram história, à margem da narrativa oficial dos heróis” (p. 18). Buscamos fazer uma revisão da educação católica pela inserção do gênero como categoria de análise histórica a partir das discussões de Scott (1995), que tem contribuído para produção científica no campo da educação.

Para Scott (1995), o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência na representação binária dos gêneros. Essa análise para autora deve incluir uma noção do político e uma referência às instituições e organizações sociais. A discussão de cultura escolar será importante para compreensão da vivência nesse espaço educacional.

Segundo Irlen Gonçalves (2004), os praticantes da cultura escolar desenvolvem suas práticas a partir de seus lugares, de suas posições no interior de um sistema de forças assimétricas. Essas práticas objetivam produzir lugares de poder/saber, inteligibilidades e sentidos para a ação pedagógica escolar junto às novas gerações. Para o autor, tais práticas são produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico.

Irlen Gonçalves (2004) analisando o trabalho de Dominique Julia (2001), entende que o colégio não é apenas um local de aprendizagem de saberes, mas também um lugar de incorporação de comportamentos e hábitos exigidos por uma ciência de governo que transcendia e dirigia a formação cristã e as aprendizagens disciplinares.

Nesse sentido, refletimos a partir da perspectiva foucaultiana os aspectos disciplinares no cotidiano da educação no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, percebendo as dinâmicas de controle dos corpos dessas jovens, analisando as regras e normas desenvolvidas e identificando as formas de resistências e conformidades que essas jovens praticaram.

Através das fontes documentais e das fontes orais, analisamos os aspectos das práticas educativas realizadas por meio de atividades diversas, tais como a rotina de orações diárias, as atividades culturais, o grêmio estudantil, a formação humana, a discussão da imagem da ex-diretora Madre Aurélia como referência de mulher, de recato e de obediência aos preceitos religiosos, analisamos também o cuidado com as regras e o cumprimento com o fardamento, o respeito, o temor que as jovens tinham com a irmã da disciplina, no qual isso foi percebido pelos depoimentos realizados com as ex-alunas.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O nosso referencial teórico está inserido na História Cultural, no qual José D'Assunção Barros (2005) apresenta que este campo historiográfico apresenta estudos variados, tendo como exemplo, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, entre outras temáticas. Barros (2005) enfatiza que a História Cultural “designa toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (2005, p. 126).

Os modos de vida, as atitudes ou as normas de convivência são práticas culturais que geraram produtos culturais e também padrões de vida cotidiana. Barros (2005) analisa que um sistema educativo se inscreve em uma prática cultural e inculca nos que se a ele se submetem determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter. Nesse sentido, as práticas e representações são resultado de determinadas motivações e necessidades sociais.

Segundo Dominique Julia (2001), a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Dominique Julia (2001, p. 10-11) define o que é a cultura escolar:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades

religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). As normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Segundo Robson de Oliveira (2016), o estudo da cultura escolar enquanto campo de saber da História da Educação, constitui em um campo produtivo para o conhecimento da história das instituições escolares, pois permite compreender os aspectos singulares do cotidiano escolar. Ele analisa o Colégio Nossa Senhora do Rosário, no interior paraibano e explica que o estudo da cultura escolar permitiu a problematização do processo disciplinatório enquanto estratégia de escolarização cristã, entendendo o papel dos atores sociais enquanto protagonistas através dos seus depoimentos orais.

As práticas da educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora é o nosso objeto de estudo, no qual compreendemos que a educação nos colégios confessionais apresentava características singulares e que segundo Samara Mendes Silva (2018), o silêncio e o disciplinamento das condutas são referências recorrentes para caracterização da educação oferecida nesses estabelecimentos. Ela explica que as suas práticas educativas definiram trajetórias de vida e experiências sociais, fixaram comportamentos e incutiram concepções aos discentes e docentes.

Realizando uma contextualização breve, as instituições educacionais compartilharam a “tarefa de ensinar os códigos sociais aos que se tornariam responsáveis quer pela manutenção quer pela transformação das dinâmicas da sociedade” (SILVA, 2018, p. 119). Com isso, às instituições tiveram que proporcionar conhecimentos técnico-científicos fundamentados e preceitos diversos, sejam eles morais, culturais, sociais, religiosos, nos quais seriam validados pela sociedade que estavam inseridas. Conforme o discurso da ex-diretora desse espaço escolar, “a década de 70 ainda tinha muito segmento religioso, e eles [os pais] escolhiam mais o colégio das freiras, exatamente porque era religiosa” (GRECY, 2019).

Evelyn Rother (2020) explica que Michel Foucault buscou compreender o discurso das instituições e estudou as práticas discursivas. Analisando uma instituição educativa católica e as suas práticas discursivas no cotidiano escolar, compreendemos

como essas mulheres consumiram esses discursos e o que perpassou para constituição de suas identidades.

Rother (2020) pondera que o discurso é controlado, marcado por normas, no qual não se fala tudo o que quer, como quiser ou no local que quiser, porque existem regras e uma ordem que rege o que pode e deve ser dito. Analisando as obras de Foucault, a autora citada reflete que o discurso produz as coisas e as verdades estabelecidas em um certo momento histórico. A busca pela verdade que as ciências procuram é um desejo de poder na perspectiva foucaultiana.

A escola para perspectiva foucaultiana é um espaço de disciplina e controle. Segundo as autoras Miriam Brighente e Peri Mesquida (2011), o poder disciplinar visa adestrar as pessoas, sendo um tipo de poder invisível, em que pode vigiar sem ser visto e que exerce seu controle sobre os corpos. Brighente e Mesquida (2011) discutem que o objetivo da disciplina como instrumento do poder disciplinar é docilizar o indivíduo, fabricando-o e assim produzindo mais, com o intuito de gerar mais lucros. Foucault (2010) define que a disciplina é uma técnica de poder que desenvolve a partir de uma vigilância constante dos indivíduos.

Nesse sentido, a disciplina busca fabricar corpos úteis, através de técnicas específicas. Segundo as autoras supracitadas, a escola utiliza os mecanismos disciplinares para disciplinar os corpos dos educandos e isso ocorre “por meio dos recursos educacionais que têm como finalidade tornar as crianças e os jovens obedientes, dóceis, produtivos e aptos para o trabalho” (2011, p.2395).

Foucault analisa que um dos instrumentos do poder disciplinar é a sanção normalizadora, no qual existe através de pequenas punições como atrasos, desatenção, desobediência, atitudes incorretas, indecência, entre outros exemplos. No cotidiano do colégio, a ex-diretora Madre Aurélia explica que havia regras e normas quanto a vestimenta, no qual “tinha aquele cuidado pra que a roupa correspondesse a dignidade humana” (GRECY, 2019).

Segundo a ex-aluna Maria de Fátima Manguera Peixoto (2019), havia o cuidado com o comportamento das moças e principalmente com as alunas internas, apresentando um regimento diferente das outras alunas. Fátima Manguera (2019) explica que não podia sair a hora que quisesse. “Então, como tudo tem regra, tem

norma, a escola tinha também e a gente já sabia que tinha seus limites. A gente procurava sempre cumprir com as normas, com essas regras”.

Buscamos realizar uma discussão para além dos conteúdos curriculares nesse colégio católico, analisando as atividades diversas na rotina das alunas, perpassando pelos seus ritos de formação intelectual, moral, religiosa, de caráter e conduta. Segundo a ex-aluna Fátima Maria Elias Ramos (2019),¹ “nós participávamos de atividades religiosas, atividades sociais, de atividades fora do espaço do colégio”. Para Silva (2018), a execução dessas práticas educativas desenvolvera marcas na formação e nas memórias dos que as vivenciaram ou daqueles que presenciaram.

Ao debatermos as questões entre gênero, educação e religião, as contribuições de Jane Soares de Almeida (2007) são importantes. Para autora, a religião representa as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário. Com isso, percebemos que para ex-aluna Fátima Elias (2019), a figura de Maria como mãe de Jesus era presente nas práticas educativas desse espaço, no qual era entendido como “aquela que cuida, que protege, que está presente, que é educadora por excelência”.

A educação atua de forma simbólica na perpetuação das diferenciações de gênero, devido alocar no espaço escolar as expectativas quanto ao desempenho de papéis sexuais. Com isso, Almeida (2007) discute que as relações de gênero e o poder real e simbólico edificaram historicamente no conservadorismo e que acabou por gerar uma perpetuação das desigualdades entre os sexos.

Louro (1975) contribui para entender que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Estes são vistos como tendo identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem ser contraditórias.

Louro (1975) explica que as identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis sendo passíveis de transformação. Nas relações sociais, atravessadas por

³ Esses trechos das entrevistas podem ser lidos na íntegra através da produção acadêmica do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Disponível no apêndice da monografia: ESTRELA, Ana Paula. **História e Memória da educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB (1958-1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, p. 125, 2019.

diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. No depoimento de Fátima Elias (2019) entendemos que a constituição dela enquanto docente foi construída pela sua formação enquanto aluna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no qual permitiu que ela fosse “descobrir e traçando a minha identidade [que] era realmente ser professor”.

A memória da ex-aluna Fátima Manguiera (2019) é permeada por gratidão aos anos de estudos e de sua formação no pedagógico, em que permitiu a realização da sua profissionalização e conseqüentemente mudança na sua trajetória de vida. A profissionalização dessas mulheres foi entendida para elas como forma de realização dos seus sonhos, de quebra da realidade social das mulheres, destinadas a vida familiar e ao matrimônio. As memórias de Fátima Elias (2019) são também importantes para entender esse contexto, no qual ela relata sobre o papel social de outras mulheres ao identificar que ela fugia da regra e causava estranhamento para outras colegas.

Analisando acerca das resistências que as discentes praticaram diante de um ensino e de uma sociedade que provocava um silenciamento para as mesmas, o depoimento da ex-aluna Fátima Manguiera (2019), apresenta que uma colega interna fugiu para se encontrar com o namorado e teve como castigo “a penitência de rezar e escreveu uma carta para Madre Aurélia [...] que tinha se arrependido, que nunca mais ia fazer isso, que sabia que ela tinha ultrapassado o limite da disciplina”. Com esses depoimentos, verificamos que as práticas da disciplina não era garantia de seguimento e que havia os mecanismos de resistências.

A constituição das identidades acontece pela construção dos significados que as práticas das instituições oferecem quando estamos vinculadas as mesmas. Com isso, questionamos a singularidade da educação no colégio sousense e sua influência para constituição das identidades femininas.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS ORAIS

Nosso trabalho trata da História Oral como método investigativo de pesquisa, pois os depoimentos anteriormente coletados foram produzidos através de roteiro

previamente elaborado e da interação entre o depoente e o entrevistador, ocorrendo alterações e respeitando a sequência memorialística das depoentes. Nesses depoimentos consideramos seus silêncios, ditos e não ditos.

Xavier (2020) define que a História Oral “trata-se de testemunhos de seres vivos que ao serem interpelados discorrem narrativamente o que sabem sobre certos acontecimentos, pessoas, locais, instituições, governanças e sobre tantos outros assuntos” (p. 5). Nessa pesquisa, os testemunhos foram sobre as práticas da educação feminina na instituição escolar Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Essa metodologia é importante para analisarmos as trajetórias de vida individuais e coletivas dessas mulheres e servem para compreensão da educação nesse espaço.

Michael Pollak (1989), contextualiza que a História Oral ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias ressaltou a importância de memórias subterrâneas que se opõem à dita como Memória oficial. As memórias subterrâneas possibilitam um trabalho de subversão no silêncio.

Analisando o trabalho com a história de vida de pessoas, o autor Antônio Xavier (2020) explica que o mesmo ocorre através de um relato pessoal contado de si, de forma oral, no qual os depoentes expressam suas trajetórias, as experiências e recordações dos momentos vivenciados. Nesse sentido, essas histórias foram analisadas para identificarmos e problematizarmos as práticas educativas vivenciadas e as influências perpassadas e constituídas enquanto mulheres, estudantes e religiosas.

Segundo Claudia Born (2001), a definição de trajetória de vida consiste num conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa, sendo determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. Para esta autora, a trajetória de vida não está isenta da questão de gênero e isto ocorre devido as diferenças específicas de gênero relativas à mudança de status entre a atividade doméstica e o emprego, entre homens e mulheres. Os homens são vistos como o suporte da família, no qual sua trajetória de vida está estruturada por uma extensa vida de participação no mercado de trabalho. Nesse sentido, percebe-se uma diferença com relação as mulheres, pois a família e a atividade doméstica apresentam um impacto nos padrões de trajetória de vida da mulher.

Segundo Fátima Manguiera (2019), o discurso da sociedade na década de 1970 era mais conservador, “era que a mulher tinha que está no seu lugar, mulher era mais

do lar, mulher era mais da casa, o homem era que trabalhava pra colocar o dinheiro dentro de casa, colocar tudo que precisasse”. Essa visão da sociedade era percebida para ex-aluna ao identificar que as mulheres só assumiam o cargo de professoras e secretárias. Nesse sentido, percebemos que o discurso da sociedade na era mais conservador, no qual refletia na condição social das mulheres como sendo mais do lar, da construção familiar e do matrimônio.

Utilizando do conceito de lugares de memória proposto por Nora (1993), entendemos que o educandário é um lugar de produção de memórias coletivas, de vivências, no qual “os lugares de memórias só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (p.22).

Pollak (1989) define que a memória é a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, no qual se integra em tentativas conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanho diferentes. Ele problematiza que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Para Pierre Nora (1993), a história é uma operação intelectual e laicizante, no qual demanda análise e discurso crítico.

Direcionamos para a pesquisa qualitativa, no qual buscamos analisar as subjetividades das depoentes e suas reflexões acerca de suas memórias, lembranças e recordações do que viveram no educandário. Segundo Robson Silva (2016), a importância da subjetividade dos sujeitos no processo educativo se dá por eles compreenderem “os jogos de significação, a instituição das regras não afirmadas nos documentos escritos e os dispositivos de poder disciplinar que possibilitavam o controle social dos discentes” (p.16).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora está presente no imaginário simbólico dos sousenses, sendo um colégio que tem histórico por sua orientação religiosa. Os aspectos do ensino confessional apresentam elementos importantes para construção identitária

de seus membros e essas abordagens são significativas para historicização dos aspectos culturais da instituição escolar citada.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era destinado para as filhas da elite sousense, fazendo parte de um conjunto de narrativas sociais que criaram um ambiente simbólico e representativo nos atores escolares, identificando que havia o processo de estratificação social (desigualdades sociais), conferindo às alunas um destaque enquanto mulheres bem instruídas e com formação profissional.

As construções das identidades dessas mulheres estão contidas na filosofia do educandário e tem como intuito a construção de atitudes e comportamentos necessários para a disciplina confessional dos sujeitos. Nesse sentido, analisamos os significados, os modos de pensar e agir, os valores, comportamentos e a estrutura de funcionamento do espaço.

A produção disciplinar, os símbolos e os ritos se intercalam com as práticas escolares, onde o espaço vivido se transforma em um lugar, o ponto de partida para as memórias que perpassam o cotidiano escolar. O CNSA tem sua importância na vivência e nos lugares de ver o feminino.

Nesse sentido, as práticas educativas refletem sobre o que se educa, ou seja, são os discursos da sociedade, da religião, da família formando e produzindo uma subjetivação para os corpos dessas mulheres. Através dessas práticas educativas e disciplinares percebemos como elas consumiram esta formação e como elas levaram esses vários lugares de fala para construção das identidades delas.

Através das fontes documentais e das fontes orais, analisamos os aspectos das práticas educativas realizadas por meio de atividades diversas, tais como a rotina de orações diárias, as atividades culturais, o grêmio estudantil, a formação humana, a discussão da imagem da Madre Aurélia como referência de mulher, de recato e de obediência aos preceitos religiosos, analisamos também o cuidado com as regras e o cumprimento com o fardamento, o respeito, o temor que as jovens tinham com a irmã da disciplina, no qual isso foi percebido pelos depoimentos realizados anteriormente ao longo da graduação.

A discussão das memórias dessas mulheres foi fator importante para construção desse trabalho, pois concluímos que muitas dessas memórias são interpretadas como positivas, com bastante saudosismo e afetividade para algumas, porém, percebe-se que

para outras estudantes não haviam essa unanimidade. Portanto, a História Oral nos possibilita trabalhar com a subjetividade, os discursos e as trajetórias, preocupando-se com essas vivências, pensando nas produções de verdades que essas pessoas estavam envolvidas construíram para elas.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D. Assunção. **História Cultural e a contribuição de Roger Chartier.** Diálogos, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BORN, Claudia. **Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos.** Sociologias, n. 5, p. 240-265, 2001.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares.** I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Curitiba, PUC-PR, 2011.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970).** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DANTAS, Harlanne Krislen Belarmino. **Traços do ensino de história no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Sousa-PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2014.

DANTAS, Maria José. **Singularidade feminina no catolicismo: práticas formativas em um caminho permeado de “espinhos e rosas”.** Revista Diálogo Educacional, v.19, n.63, p. 1446-1464, 2019.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres, educação e religião: as interfaces do poder numa perspectiva histórica.** Mandrágora, v. 13, n. 13, p. 52-63, 2007.

ESTRELA, Ana Paula. **História e Memória da educação feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB (1958-1980).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, p. 125, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: O nascimento das prisões.** 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GONÇALVES, Irlen Antônio et al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópoles, RJ, Vozes, p. 14-36, 1997.

MACIEL, Maria Goreth de Figueiredo. **Relatório do Pré-estágio supervisionado de supervisão escolar.** Relatório (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 1985.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, dez, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia de instituições escolares.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009 – ISSN:1676-2584.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Robson de Oliveira e tal. **Cultura escolar no Colégio Nossa Senhora do Rosário em Alagoa Grande–PB (1955-1965).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX.** Educar em Revista, v. 34, n. 70, p. 117-136, jul/ago, 2018.

ROTHER, Evelyn. **Foucault e suas Contribuições à Análise do Discurso.** Web Revista Página de Debates: Questões de Linguística e Linguagem, v. 1, n. 25, p. 126-136, 2020.

XAVIER, Antônio Roberto et al. **História oral: abordagem teórico-metodológica, conceitual e contextual.** Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo, v. 2, n. 1, 2020.

CAPÍTULO XXI

ADVERSIDADES DA MATERNIDADE E CARREIRA CIENTÍFICA PARA ANTROPÓLOGAS MÃES¹

Alana Pacheco dos Reis Verani ²

Alinne de Lima Bonetti ³

RESUMO

A maternidade foi tradicionalmente vista como um empecilho à execução do trabalho científico pelas mulheres, já que o cuidado da prole é socialmente percebido como uma responsabilidade exclusiva delas. Desta forma, a universidade, embora esteja se tornando lentamente mais plural e venha se adequando às demandas da diversidade, se constituiu sob a lógica de exclusão feminina. O discurso de que já há oportunidades iguais para todas as pessoas e de que se houver dedicação individual, a capacidade de produção de conhecimento será reconhecida, acabou por colocar em desvantagem as mulheres que decidiram conciliar família e carreira. O modelo de carreira científica se constituiu sob a égide da perspectiva masculinista, marcando indelevelmente a cultura científica em que, segundo os seus padrões de produtividade e temporalidade, não há muito espaço para a negociação da conciliação maternidade e carreira científica. A denúncia a este modelo de produção de conhecimento e de carreira excludentes tem estado cada vez mais em pauta no Brasil, por meio de movimentos organizados. Frente a este cenário, buscamos compreender como antropólogas lidam com a conciliação entre maternidade e carreira científica. Em especial, visamos analisar os obstáculos (políticos, institucionais e metodológicos) enfrentados e as estratégias utilizadas por antropólogas-mães em diferentes momentos de sua formação frente às especificidades do fazer antropológico, assim como seus desdobramentos na produção antropológica destas mulheres e na reprodução deste campo disciplinar científico.

Palavras-chave: Maternidade. Antropologia. Desigualdade de gênero. Carreira Científica. Produção Intelectual.

¹ Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa maior, desenvolvido pela autora, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

³ Professora orientadora: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

O presente texto busca trazer reflexões sobre a relação entre a maternidade e o trabalho científico. Ambas as concepções, de maternidade e de trabalho científico, parecem ser práticas contraditórias e tidas pelo senso comum como conflitantes. Apesar das adversidades, mulheres continuam tendo filhos e filhas e seguindo com suas carreiras. Aqui, traremos experiências vividas por antropólogas que são mães e suas práticas diante desse cenário.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que tem como temática a articulação entre maternidade, carreira científica e antropologia. As reflexões que trago são fruto de um trabalho de campo exploratório em que tive a oportunidade de dialogar com nove mulheres que possuem em comum formação em antropologia¹. É oportuno destacar nesse momento introdutório que esse trabalho não tem a intenção de ser uma pesquisa que trata as experiências das antropólogas com quem dialoguei como generalizantes, pelo contrário, o que me foi posto ao longo de nossas conversas foi que a experiência de cada uma é única e enraizada em sua história pessoal. O esforço analítico, no entanto, se dará no sentido de buscar compreender as aproximações entre as experiências, as regularidades e recorrências e, a partir delas, contribuir com a produção de conhecimento sobre esta área temática, iluminando aspectos problemáticos encontrados na vida acadêmica que atinge principalmente essas mulheres.

Donna Haraway nos diz em seu texto *Saberes Localizados* (1995) que devemos compreender onde estamos enquanto pensadoras para que nossas reflexões sejam objetivas e, a partir disto, produzir um conhecimento responsável. Assim, compreendo que foram questões pessoais que me levaram a problematizar esse suposto tensionamento entre carreira acadêmica e maternidade. Eu, enquanto uma mulher negra cisgênero em um relacionamento heterossexual estável, comecei a ser questionada por muitas pessoas em minha volta, que já não perguntam se terei filhos, mas *quando* os terei.²

¹ Todas as nove mulheres fizeram ou graduação ou/e pós-graduação em Antropologia. A faixa etária das entrevistadas, no momento da entrevista, é de 25 à 40 anos, residem e tiveram suas formações nas regiões Centro-Oeste (2), Nordeste (3), Sul (3) e Sudeste (1) do Brasil. 8 são brasileiras e 1 é estrangeira, mas seu mestrado e doutorado foram feitos no Brasil.

² Foi muito interessante (e reconfortante) ver que esse questionamento se faz presente na vida de outras mulheres, sendo o impulso para pesquisas ou escrita, como é o caso de Lina Meruane (2018) e Orna Donath (2017).

Tal questionamento está sobre meus ombros já faz algum tempo, assim como a pressão que sinto e que se torna cada vez mais pesada a cada fio branco que aparece em meus cabelos crespos, afinal, diz-se que há o momento certo de ter filhos e talvez eu o esteja deixando passar para me dedicar a uma realização pessoal, o sonho da pós-graduação. Esta suposta incongruência entre maternidade e carreira científica é parte das construções sócio-históricas que edificam ambas as atividades, que foram criadas de maneira simultânea.

Fiz uma incursão exploratória no campo de pesquisa e, por meio de um grupo da rede social *Facebook* voltado à maternidade e pós-graduação, de contatos em um grupo de antropólogas/os negro/as da rede social *Whatsapp* e de indicação de colegas, entrevistei nove mulheres. Sete entrevistas semiestruturadas e gravadas tiveram a duração de uma a duas horas; duas entrevistas caracterizaram-se como “continuada”¹ via *Whatsapp*, e tratam-se de conversas por áudio ou mensagem de texto. Essa adequação da técnica de pesquisa deveu-se à necessidade de contornar a dificuldade em marcar um horário específico para conversar, o que já denota uma característica significativa do campo de pesquisa.

Nesta primeira incursão ao campo de investigação, alguns dados apareceram de maneira recorrente, o que remete à ideia do que, a princípio, parece-nos singular está dentro de processos coletivos (Claudia FONSECA, 1999). Embora as experiências de cada mulher fossem únicas, suas falas eram pautadas entre o que socialmente se esperava delas e o que elas conseguiam fazer, tanto em suas vidas pessoais quanto profissionais.

Percebo que as interlocutoras se relacionam de maneiras diferentes com cada ideal, enquanto o sentimento de culpa pode ser recorrente para algumas, outras tem a sensação de serem inadequadas para exercerem seus papéis profissionais. Algumas respostas me surpreenderam quando abordei a questão da “culpa materna” – tema recorrente na literatura sobre a relação maternidade/carreira (BADINTER, 1985, 2011;

¹ As “entrevistas continuadas” ou “entrevistas sem fim” foi uma forma de eu não perder interlocutoras pela dificuldade das demandas diárias que elas têm, principalmente no momento pandêmico em que a carga de trabalho dessas mulheres aumentou muito. Preciso dizer que, apesar de ter sido uma maneira de me adequar ao campo, estão sendo as entrevistas que têm me trazido dados mais consistentes porque as mulheres não tem a preocupação em terminar a entrevista para voltar aos seus afazeres, ou porque podem me responder num momento que estão sozinhas, coisa que em nenhuma das entrevistas via webchamada ocorreu. Além da possibilidade de eu criar uma relação para além de uma entrevista, já que estou em contato quase diariamente com elas.

DONATH, 2017; MERUANE, 2018; BITENCOURT, 2008, 2011, 2017, 2019), a mais inesperada foi quando a entrevistada me disse que não sentia, já que todos os seus esforços e ausências eram justamente para que a família tivesse uma vida melhor, o futuro da criança fosse mais promissor e que a sua filha iria entender suas escolhas.

Foi entre os séculos XVIII e XIX, como nos conta Londa Schiebinger, que houve uma "crescente polarização das esferas pública e doméstica a família deslocou-se para a esfera privada, enquanto a ciência migrava para a esfera pública da indústria e universidade" (Londa SCHIEBINGER, 2001, p. 69). Assim, com a divisão sexual do trabalho, os homens ficaram na vida pública, enquanto as mulheres na vida doméstica, familiar. Cabe dizer que ao mesmo tempo que tivemos a polarização descrita por Schiebinger, estava acontecendo a profissionalização da ciência, e era o próprio saber científico que trazia os argumentos para a alocação feminina na vida doméstica.

O saber científico justificou a desigualdade de gênero, pois como argumentou Elizabete Silva, a justificação era necessária já que seria impossível eliminá-la, porque a desigualdade de gênero era fundamental para a organização patriarcal e a estrutura econômica capitalista (Elizabete SILVA, 2008). As teorias científicas, feitas por cientistas homens, argumentavam a naturalidade do sexismo e, assim, a legitimidade das desigualdades de gênero (SILVA, 2008).

Já o modelo moderno de maternidade, fortemente associado à feminilidade, emergiu no século XVIII nas sociedades ocidentais. Esse modelo, de acordo com Lucila Scavone, se consolidou em "uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação do(a) filho(a)s e limitando a função social feminina à realização da maternidade" (Lucila, SCAVONE, 2001b). Desde então, as sociedades sofreram inúmeras transformações, assim as mudanças foram acompanhadas também por alterações no modelo de maternidade ideal. Como aponta Scavone, a mudança de um modelo tradicional para um modelo moderno de maternidade se deu pela consolidação da sociedade industrial (SCAVONE, 2001b).

Embora o modelo moderno de maternidade traga outras possibilidades para as mulheres para além do papel social de mãe, ainda está incutido nele que a principal responsável pelos filhos são as mulheres. De acordo com Scavone, o modelo de maternidade reduzida diminuiu, mas não esgotou a ambiguidade entre a vida

profissional e vida familiar. Para mulheres que querem seguir carreira profissional a realização da maternidade ainda é um dilema, pois ainda são as mais sobrecarregadas pelas responsabilidades parentais e "a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com natureza¹" (SCAVONE, 2001a, p. 145).

Então o dilema se dá pela maneira que a maternidade é compreendida socialmente, já que são as mulheres que continuam tendo maior comprometimento com os filhos do que os homens, assumindo a maioria das responsabilidades parentais. Como Elisabeth Badinter (2011) nos diz, a "boa mãe" ainda é entendida como aquela que coloca os filhos acima da carreira profissional, sendo estigmatizadas aquelas que não o fazem. O significado social da maternidade revela que mesmo com mudanças ocorridas na situação social das mulheres, "a realização da maternidade ainda compromete consideravelmente as mulheres e revela uma face importante da lógica da razão androcêntrica" (SCAVONE, 2001a, pp. 149-150).

Compreender a maternidade como uma construção social é, portanto, perceber que são "as relações sociais de dominação que atribuem um significado social à maternidade" (SCAVONE, 2001a, p.141). A politização da vida privada que ocorre com os feminismos, a partir da insígnia *o pessoal é político*² denota que existem demandas sociais imbricadas à vida particular de cada mulher, incluindo a própria ideia de maternidade como um destino social para as mulheres. Assim, podemos pensar a maternidade como uma construção histórica, cultural e política que resulta das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro (SCAVONE, 2001a).

No que diz respeito à ciência, importa destacar que as instituições científicas foram estruturadas sobre a suposição de que os cientistas seriam homens e teriam esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias. As instituições científicas não

¹ Elisabeth Badinter questiona a relação da maternidade com a natureza da mulher ou o instinto materno em sua obra *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* (1985). Ao percorrer a história das atitudes maternas, a autora demonstra que a concepção de instinto materno é um mito. Não se encontra nenhuma conduta universal e necessária da mãe, e que ao contrário disto, se constata variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura (BADINTER, 1985).

² A insígnia *o pessoal é político* foi forjada a partir da experiência de grupos de conscientização feministas dos Estados Unidos nos anos de 1960, traz em si a noção de que os problemas que as mulheres viviam cotidianamente tem raízes sociais, e assim para resolvê-los necessitavam de soluções coletivas. A expressão questiona a suposta separação entre as esferas privada e pública, já que a "dinâmica do poder estrutura as duas esferas, essas diferenças são apenas ilusórias" (SARDENBERG, 2018, p. 16).

foram boas para as mulheres, já que desde a sua fundação e, em alguns casos, até o início do século XX as mulheres eram excluídas (SCHIEBINGER, 2001). Desta forma, as universidades e outras instituições científicas, embora estejam se tornando lentamente mais plurais e venham se adequando às demandas da diversidade, se constituíram sob a lógica de exclusão feminina.

O funcionamento do mundo profissional, de maneira geral, dependia das contribuições e trabalho não remunerado de mulheres que alimentavam, vestiam e cuidavam de seus maridos profissionais, proporcionando lares bem cuidados e apoio para o progresso das carreiras dos homens (SCHIEBINGER, 2001). Ou como Silvia Federici aponta, nas sociedades capitalistas a reprodução geracional dos trabalhadores e a regeneração cotidiana de sua capacidade de trabalho se convertem em trabalho de mulheres, que por não serem assalariados são mistificados e tidos como recursos naturais ou serviços pessoais (Silvia FEDERICI, 2017). A invisibilização da importância do trabalho realizado no âmbito doméstico para a reprodução social o mistificou como uma vocação natural das mulheres (FEDERICI, 2017). Assim, quando as mulheres entraram no mercado de trabalho arcaram com mais uma jornada de trabalho para além do trabalho doméstico que já faziam. Importa destacar as intersecções racial e de classe, complexificando esta situação, já que aquelas que podem terceirizar o trabalho doméstico, o fazem.

A cultura científica consiste em assunções, valores, costumes, modos de pensar que se desenvolveram com o decorrer do tempo, e muitos desses costumes e modos tomaram forma na ausência das mulheres e na oposição à sua participação (SCHIEBINGER, 2001). O diálogo que Londa Schiebinger faz com Evelyn Fox Keller é de que a ciência é masculina não apenas em seus praticantes, mas em seu *ethos*. A exclusão formal das mulheres da ciência foram acompanhadas com prescrições culturais elaboradas para ciência e para as mulheres, de maneira que a exclusão pareceria justa e normal. Somente olhando esse contexto que compreendemos o cultivo de ideais opostos de ciência e feminilidade (SCHIEBINGER, 2001).

A própria imagem do cientista homem devotado à ciência era a daquele que negligencia a família como prova de sua devoção, mas que tem quem cuide de suas responsabilidades domésticas; há alguém para providenciar as necessidades da vida (SCHIEBINGER, 2001). As mulheres permanecem encarregadas do lar e da família. O


discurso meritocrático de que já há oportunidades iguais para todas as pessoas e de que se houver dedicação individual, a capacidade de produção de conhecimento será reconhecida, acabou por colocar em desvantagem as mulheres que decidiram conciliar família e carreira, já que as instituições podem procurar nivelar as condições iniciais para homens e mulheres, mas não levam em consideração as desigualdades existentes na vida privada.

Assim, a ciência e a vida acadêmica foram organizadas a partir do pressuposto que

a sociedade não precisa reproduzir-se, ou de que os cientistas não estão entre aqueles envolvidos nas tarefas diárias da reprodução. Embora isto possa ser verdadeiro para muitos cientistas do sexo masculino, não é verdadeiro para a maioria das cientistas mulheres. As mulheres com vida profissional ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos. Como escreveu a historiadora Gerda Lerner: 'A divisão sexual do trabalho que atribuiu às mulheres a responsabilidade principal pelos serviços domésticos e criação dos filhos liberou o homem dos incômodos detalhes das atividades diárias de sobrevivência, ao passo que sobrecarregou as mulheres de forma desproporcional'. (SCHIEBINGER, 2001, p. 182).

Nós não podemos nos esquecer de que "os arranjos domésticos *são* parte da cultura da ciência" (SCHIEBINGER, 2001, p.183). Mesmo que tenhamos uma distinção entre esferas doméstica e pública, vida privada não está separada da vida pública, o conflito entre carreira e família que muitas mulheres encontram não é apenas um assunto privado, já que "a cultura profissional foi estruturada com o pressuposto de que um profissional tem uma esposa-do-lar, e se beneficia de seu trabalho não remunerado". (SCHIEBINGER, 2001, p. 183).

A perspectiva masculinista das ciências é percebida, como aponta Ilana Löwy (2020), na própria noção de que a pesquisa científica é um campo exclusivamente masculino. A autora aponta o contraste entre a suposta imparcialidade da ciência e a longa história de discriminação das mulheres. O desenvolvimento científico teve participação feminina, mas suas contribuições foram ocultadas ou minimizadas. A própria cultura da ciência, argumenta Ilana Löwy parafraseando Evelyn Fox Keller, é dominada por atitudes que poderíamos descrever como masculinas e até mesmo machistas, como a valorização da agressividade, competitividade e das hierarquias rígidas (Ilana LÖWY, 2020).




Desta forma, o modelo de carreira científica se constituiu sob a égide da perspectiva masculinista, marcando indelevelmente a cultura científica em que, segundo os seus padrões de produtividade e temporalidade, não há muito espaço para a negociação da conciliação da maternidade e carreira científica. Como demonstra Silvana Bitencourt (2014), a vida acadêmica e os usos do tempo para produção científica são mais adequáveis aos modelos de masculinidade e que no espaço acadêmico há desigualdades de gênero que afetam principalmente as cientistas que optam pela maternidade. Em outro texto, Bitencourt (2017), fala sobre a representação da mulher que estudou, casou, torna-se mãe, trabalha e consegue exercer diversas funções ao mesmo tempo, o modelo da “super-mulher”. Essa representação, segundo a autora, contribui para sustentar micro desigualdades de gênero sofridas por mulheres que optaram pela carreira e a maternidade. O referido modelo contribui para reforçar um tipo ideal de feminilidade que, mesmo tendo sua carreira, estaria sempre disposta a cuidar da família. O trabalho de cuidado tem sido culturalmente e socialmente destinado às mulheres, que acabam por assumir essa responsabilidade do cuidado familiar (BITENCOURT, 2017).

Diante do exposto fica evidente que as dificuldades encontradas pelas mulheres que seguem carreira científica têm raízes históricas. Assim, para compreender a maneira com que as antropólogas que são mães lidam com as adversidades que lhes aparecem envolve pensar em vários níveis de obstáculos, tanto os políticos, institucionais, físicos e até mesmo metodológicos.

Ao analisar os relatos das antropólogas com quem conversei, percebo que cada uma tinha sua compreensão dos ambientes acadêmicos que circulavam e se muniam como podiam para se precaver de possíveis problemas, assim como tinham suas próprias estratégias para lidar com os já existentes. Vejo que o contexto com o qual estou trabalhando poderia ser percebido com o que Sherry Ortner (2007) chama de “jogos sérios” em que os conceitua como formações culturais, e ter a perspectiva de “jogos sérios” é pressupor “atores culturalmente variáveis (e não universais) e subjetivamente complexos (e não predominantemente racionalistas e interessados em si mesmos)” (Sherry ORTNER, 2007, p. 46).

É a partir dessa perspectiva de Ortner que encaro os relatos de minhas interlocutoras. Assumo que elas enquanto



atores sociais 'têm' agência, mas a ideia de atores como sempre envolvidos com outros na operação dos jogos sérios visa a tornar praticamente impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições. (ORTNER, 2007, p. 47).

Mesmo que antropólogas com quem conversei reconheçam a legitimidade do modelo dominante de maternidade - mulheres consideradas como as mais adequadas para cuidar de seus jovens filhos, que sejam mães em tempo integral, totalmente disponíveis - podemos perceber que na sua prática cotidiana, elas a desmistificam (BADINTER, 2011). O fato de falarem abertamente sobre a maternidade real e sobre as experiências conflituosas que existem na vivência da maternidade por si só já é muito importante em uma sociedade que, de acordo com Orna Donath (2017), suplica às mães que permaneçam em silêncio.

As estratégias utilizadas são diversas, mesmo que os problemas sejam semelhantes. Em se tratando de produtividade acadêmica, tempo para estudo e escrita, a resposta foi unânime: a madrugada. Esperar os filhos dormirem para poder realizar suas atividades com calma, um momento de leitura ou escrita tranquilo, sem interrupções. Mesmo que as crianças sejam calmas ou tenham outros adultos no local, os filhos acabam por querer atenção das mães, são elas quem as crianças procuram e demandam respostas para os seus dilemas. Isso ficou muito evidente durante as entrevistas em que os filhos participaram, de forma direta ou como voz de fundo de maneira que até mesmo pude conversar com os menos tímidos. O uso da madrugada para produzirem faz com que elas sintam um cansaço extremo devido à privação e baixa qualidade do sono, o que é unanimemente percebido como um obstáculo, sem qualquer estratégia de superação.

Associado ao uso da madrugada para a realização de suas atividades acadêmicas está o princípio do uso do tempo com o máximo de eficiência, que norteia as suas ações tanto para ter tempo de qualidade com os filhos, quanto para bom proveito dos momentos de estudo. Assim, aplicativos de leitura de textos ou de digitação de texto pela voz são ferramentas de que lançam mão quando a oportunidade surge, mas, principalmente, enquanto fazem o trabalho doméstico.

As creches e escolas se mostram fundamentais para que as antropólogas que são mães tenham mais independência, principalmente para aquelas que não têm rede de apoio. Ainda assim existem problemas como a falta de vagas em creches públicas, os

horários de funcionamento e a distância da universidade, já que o tempo de deslocamento é precioso. Em uma das conversas, a entrevistada relatou que pagar a escola particular era uma ótima saída para ela e o companheiro, já que havia a possibilidade de negociação do horário de entrada e saída da filha.

As redes de apoio também são fundamentais para que possam cumprir com suas responsabilidades acadêmicas, para além dos pais das crianças - quando não se trata de mães solo¹ - as mulheres da família são as principais pessoas que contribuem. As mães das entrevistadas são a base da rede de apoio para as que moram na mesma cidade, e a principal motivação é a de que suas filhas não desistam de seus objetivos, que continuem estudando e possam ter o melhor futuro possível. Era evidente nas falas que essas mães têm orgulho das conquistas de suas filhas e as apoiam ao máximo.

Quando os filhos são pequenos e creches e escolas não estão disponíveis, sem ter com quem deixá-los, o jeito encontrado é levá-los junto. E como ficou bem claro durante as conversas: onde os filhos não podem estar, elas também não estarão. Este princípio afeta não somente o estar em aulas, mas principalmente a sua participação em eventos acadêmicos. A falta de apoio financeiro para as viagens, transporte e estadia para os seus dependentes é um fator de impedimento, assim como o que fazer com a criança durante o evento. Uma das entrevistadas falou sobre os eventos que têm um local específico para crianças, como no caso da Reunião Brasileira de Antropologia que tem a "Abinha"². O problema é o recorte de classe que há na possibilidade de deixar os filhos sendo tutorados nesses espaços infantis; por não serem gratuitos limita a diversidade de quem são os pais que podem pagar pelo serviço. Como disse uma das interlocutoras:

Entrevistada: Então na época que teve RBA, tinha a Abinha, não sei se você já viu, você vai fazer a inscrição no evento presencial, eles se passavam por inclusivos, 'ah vamos fazer a abinha que é um espaço pras crianças...'(...) É, não, porque assim, 300 reais... Pro seu filho ficar lá no evento, está muito bonita a proposta mas, eu não tenho esse dinheiro, se nem a inscrição da RBA dessa ano eu não posso pagar que é um absurdo, quanto mais levar seu filho pra um evento que não inclui alimentação, eu lembro, 300 conto, 3 dias. Eu falei ah não, pelo amor de deus, vocês só podem estar de graça com a nossa

¹ Do total de nove antropólogas mães com que conversei 3 são mães solo e 1 está em união estável com o pai do filho mais novo (de três filhos).

² A Abinha é uma proposta de espaço de cuidado para crianças para que seus responsáveis possam participar do evento. O número de vagas é limitado e por ordem de inscrição, há o pagamento de taxa por criança, que devem ter entre um à 12 anos (a faixa etária pode variar de evento para evento).

cara. Elitista, quando eles vão fazer uma inclusão eles não conseguem porque é elitista. (Entrevista 1, 7 de outubro de 2020).

Desta forma, as entrevistadas apontam que acabam restritas aos eventos em locais que são próximos a sua moradia. No contexto pandêmico, em função dos eventos terem se tornado online, houve uma maior possibilidade de participação dessas mulheres.

Eu consigo participar de eventos que são na própria universidade, na cidade; em eventos mais distantes não consigo participar, porque tem o tempo de viagem também, não consigo conciliar fácil com ela. Mesmo pensando no trabalho de conciliar eu prefiro desistir do evento ou da oportunidade, porque o quanto que vai ser custoso financeiramente, emocionalmente, aí eu acho que eu desisto do evento. Em eventos aqui na cidade mesmo no horário em que minha filha está na creche eu posso participar, mas é bem complicado também, porque não é só o horário em que ela está na creche, eu tenho que pensar o meu deslocamento até o local do evento, se eu vou conseguir deixar minha filha na creche e chegar a tempo no evento e também sair do evento, passar pelo trânsito, transporte público e chegar a tempo de pegar ela na creche. Então, a maior parte das vezes eu não participo, inúmeras vezes que eu queria apresentar ou participar como ouvinte, a maior parte eu olho e sei que não é pra mim porque eu não consigo conciliar com a minha rotina. Então, a minha participação tem sido assim, muito limitada, agora na pandemia, acho que participei demais! (risos) Em casa eu me viro, como sempre fiz pra estudar, para dar conta das outras demandas. (Entrevista 2, 15 de outubro de 2020).

A exclusão das cientistas que têm filhos se dá de maneira muito evidente, o espaço físico da universidade não é nem um pouco convidativo ou seguro para que as mulheres possam estar presentes junto com seus filhos. O principal problema é a falta de acessibilidade - a falta de rampas e elevadores para que possam se locomover entre os andares, mesas e cadeiras que não permitem o uso de carrinhos de bebê, catracas em restaurantes universitários que dificultam o acesso - que atingem não somente elas, mas também pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. Também há a questão de os espaços serem perigosos para crianças e/ou muito sujos para sua permanência. Neste sentido, uma unanimidade foi a identificação da falta de trocadores no ambiente das universidades. E quando havia, localizavam-se em blocos específicos, que nem sempre eram próximos aos locais que frequentam.

O problema da estrutura física fez com que elas se organizassem em coletivos ou mesmo individualmente para que soluções fossem tomadas. O caso mais emblemático que me foi contado é o das estudantes da UFG, que conseguiram uma sala para que servisse como ponto de apoio para pais e seus filhos onde há brinquedos, carrinho de

bebê disponível e armários para deixar o volume de objetos levados, bolsas com muda de roupa e fraldas.

Em se tratando de antropólogas, eu não pude deixar de questioná-las sobre o trabalho de campo. As respostas que obtive giraram em torno da dependência da rede de apoio e de creches, ou as crianças participavam do campo com suas mães. Suas falas sobre a participação das crianças no campo foram as falas que mais me tocaram, tanto pela dificuldade que passaram, quanto pela experiência extremamente rica para as crianças.

Uma delas fez o trabalho em uma aldeia indígena, além da dificuldade de locomoção com a filha pequena (sempre em seu colo para não ter que pagar mais de uma passagem) para um estado diferente do que mora, os problemas que ocorrem no local também afetaram sua criança. Na aldeia a água era um problema e juntamente com as crianças da aldeia sua filha também adoeceu em um ciclo repetitivo de disenteria. Mas, ainda assim, via como muito importante para a filha ter relações com a aldeia, já que sua filha também é indígena, para poder aprender a língua e costumes e se autoidentificar.

Outra experiência sobre a qual conversei com outra interlocutora foi a de seus trabalhos de campo com grupo de dança afrobrasileira e escavações arqueológicas. Ela contou-me que fazer o trabalho de campo com a filha entre o grupo de dança foi uma experiência muito boa para a criança, já que aumentava a relação dela com a filha, era mais um espaço para que a pequena falasse português¹, além de ser um lugar criativo, em que a estimulava a dançar, que vinha para casa cantando sobre os orixás. A mãe diz que foi muito importante por ser um espaço para que sua filha tivesse consciência de sua negritude e se autoidentificar como negra com positividade. Já sobre as escavações arqueológicas, sua filha não era a única criança, pois a dona da empresa que a contratou também levava sua filha, as duas crianças brincavam juntas e uma das brincadeiras dela em casa é de ser arqueóloga. A filha dessa antropóloga foi uma das crianças que eu conversei, perguntei se ela gostava de ir junto com a mãe, a resposta foi afirmativa e ainda me disse que quer ser arqueóloga-chefe quando crescer.

¹ A antropóloga e seu companheiro são estrangeiros.

As questões que trouxe aqui são algumas entre as muitas outras que foram abordadas nessas conversas que tive com essas nove mulheres com falas tão ricas e experiências impressionantes. Apesar de todas as dificuldades que envolvem seguirem com suas carreiras, nenhuma delas falou da possibilidade de desistir, pelo contrário, persistem encontrando brechas para lidar com os problemas ligados ao uso do tempo e à exclusão das crianças dos espaços acadêmicos, e por conseguinte, delas. Estas antropólogas escolhem continuar, mesmo com as adversidades, e continuam com seus filhos ao seu lado, inclusive levando-os aos trabalhos de campo, o que traz singularidade à sua produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos Sociológicos**. Araraquara, v. 24, n. 47, pp. 261-281, 2019.

BITENCOURT, Silvana Maria. **Candidatas à Ciência: A compreensão da maternidade na fase do doutorado**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e universidade: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. GT 13 Gênero, Trabalho e Família. **41º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2017.

BITENCOURT, Silvana Maria. Os efeitos da política de produtividade para as novas gerações de acadêmicas na fase do doutorado. **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 19, n. 37, pp. 451-468, 2014.

BITENCOURT, Silvana Maria. Ser cientista é ser cientista: as netas de Minerva e as contradições diante da cultura científica. GT 22 Etnografando o saber científico. **32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2008.

DONATH, Orna. **Mães Arrepentidas: uma outra visão da maternidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.10, pp. 58-78, 1999.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, pp. 07-41, 1995.

LÖWY, Ilana. Por que tão devagar? Os obstáculos para a igualdade dos sexos na pesquisa científica. In: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (orgs.). **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias**. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020. pp. 231-246.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos: uma diatribe**. São Paulo: Todavia, 2018.

ORTNER, Sherry. "Poder e projetos: reflexões sobre a agência". In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (org.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25º Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007. pp. 45-80.

ORTNER, Sherry. "Poder e projetos: reflexões sobre a agência". In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (org.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25º Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007. pp. 45-80.

SARDENBERG, Cecília. O pessoal é político: a conscientização feminista e emponderamento de mulheres. **Revista Inclusão Social**. Brasília, v. 11, n. 2, pp. 15-29, 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, pp. 137-150, 2001a.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**. Botucatu, v. 5, n. 8, pp. 47-60, 2001b.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 30, pp. 133-148, jun., 2008.

SEÇÃO 5

QUESTÕES DE GÊNERO E “RAÇA” E IMPLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Nascida no contexto das metanarrativas da ciência Estadunidense e Europeia, a história da ciência se consolidou em inícios do século XX como uma disciplina comprometida com uma narrativa homo centrada e branca. Mudanças apareceram a partir dos anos 1970, na esteira de questionamentos da Sociologia e Antropologia da ciência, além daqueles levantados pelo campo “Gênero e Ciência”, pelos estudos históricos sobre a categoria científica de “raça humana” e pelos estudos sobre relações étnico-raciais na construção da modernidade Ocidental. Esta seção reúne capítulos voltados para: história das mulheres na ciência; contribuições Afro-diaspóricas e Ameríndias para o desenvolvimento da ciência; decolonialidade, Sul global, saberes e ciência; relações de gênero e implicações epistemológicas para o conhecimento científico; e categorias e discursos étnico-raciais na história e na produção historiográfica das diversas ciências, sejam físicas, biológicas, humanas ou sociais.

Victor Rafael Limeira da Silva
Universidade Federal da Bahia

Letícia dos Santos Pereira
Universidade Federal da Bahia



CAPÍTULO XXII

QUAL(IS) LUGAR(ES) OCUPAM AS MULHERES NEGRAS NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA NA BAHIA?

Rafaela dos Santos Lima ¹

Franklin Kaic Dultra Pereira ²

RESUMO

Pensar a o lugar que ocupa as histórias das mulheres negras nas Ciências trata-se de um movimento necessário para que possamos sair da (in)visibilidade. Iniciar essa discussão na formação inicial de professores é necessário para que ao ocuparem os espaços da Educação Básica possam promover a Educação Científica de modo a visibilizar as mulheres negras como produtoras de conhecimento. Nesse sentido, esse ensaio se objetivou a identificar qual(is) lugar(es) as Histórias das mulheres negras nas Ciências ocupam nos currículos da licenciatura em Química da Bahia. A partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos foi possível identificar o silenciamento do currículo quando este apresenta de modo quase inexistente as discussões sobre as mulheres negras na Ciência e isso contribui para que essas mulheres se mantenham na invisibilidade, pois os professores em formação dificilmente atuarão na Educação Básica levando em consideração essas questões, tendo em vista a carência dessas discussões nos seus processos formativos.

Palavras-chave: História das Ciências. Mulheres negras na Ciência. Formação de Professores.

1. INTRODUÇÃO

São perceptíveis mudanças ocorridas no desenvolvimento da sociedade, estas modificações podem se verbalizar na escola por meio das alterações de currículos e surgimentos de metodologias de ensino. De certo modo, a História das Ciências nos ajuda a conhecer e interpretar essas ocorrências por meio da visualização do que é Ciência e suas implicações à sociedade. É possível afirmar que o conceito de Ciência é

¹ Licenciada em Química (UFRB). Mestra em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP/UESB). Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC/UFBA).

² Licenciado em Química (UFCG). Mestre em Engenharia Mecânica (PPGEM/UFRN). Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFRN). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

pluri e que conforme apontou Cachapuz e colaboradores (2005) existem algumas visões deformadas como a visão descontextualizada; individualista e elitista; atórica; aproblemática; ahistórica. Os autores enfatizam a necessidade de superação dessas visões.

Na perspectiva da visão ahistórica os autores apresentam o distanciamento entre o conhecimento científico e o processo histórico de sua construção. A crítica a este modo de pensar a Ciência pode nos levar a reflexão sobre a invisibilidade da mulher na Ciência, apesar da conquista por espaços de diálogos que ocorreram por meio de lutas, a mulher continua sendo alvo de exclusão. Segundo Silva (2013),

Muitas mulheres foram (e ainda são) excluídas da produção do conhecimento. Mesmo com as mudanças ocorridas quanto ao acesso à educação e ao ensino superior por parte das mulheres, a representação de quem faz e pode fazer ciência ainda é masculina. Atualmente, é possível perceber o número significativo de mulheres em muitas universidades do país e instituições de pesquisa, contudo, apesar da crescente participação feminina no mundo da ciência, ainda evidencia-se que essa participação vem acontecendo de modo dicotomizado ou está aquém da presença masculina em determinadas áreas (p.14).

Algumas áreas como Física, Matemática e Química a presença feminina é minoritária. A ausência de mulheres nessas áreas está relacionada com o processo histórico de construção dessas áreas do saber, compreendidas como masculinas, conforme apontada por Silva (2013),

[...] o mundo da ciência (re)produz determinados discursos e as práticas sociais que constituem mulheres e homens, uma vez que as diferenças entre os “papéis” sócio-historicamente construídos de mulheres e homens produzem efeitos nas escolhas profissionais, na formação de pesquisadores(as), no desequilíbrio entre mulheres e homens em determinadas áreas do conhecimento, no viés sexista que constitui a ciência. Tais aspectos têm raízes profundas, que envolvem a própria história da humanidade e a construção das identidades femininas e masculinas ao longo dos tempos (p.3)

Desde que as discussões da mulher na Ciência ganharam destaque, algumas autoras passaram a estudar e apresentar as histórias invisibilizadas de tantas mulheres que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento científico (SILVA, 2013). Esses diálogos se tornam importante para que se possam sair da invisibilidade à visibilidade.

O processo de (in)visibilidade torna-se ainda maior quando pensamos no recorte racial. Mulheres negras passam a acessar o ambiente acadêmico de modo muito mais tardio do que as mulheres brancas. Assim, não podemos nos furtar de dialogar sobre quais mulheres estão na (in)visibilidade, que tem as suas produções saqueadas, seus currículos (des)valorizados e suas histórias não contadas.

Nesse sentido, se tornam necessárias discussões que fortaleçam e evidenciem a história das mulheres negras na Ciência. Não se trata apenas de aumentar o número de mulheres nesses espaços, tampouco apresentar cientistas de destaque, mas de sair da situação de exclusão e fortalecer o movimento de visibilidade e compreender os contextos aos quais as mulheres negras produziram/produzem Ciência, trata-se de uma discussão emergente que deve fazer parte de todo os níveis de ensino, a começar pela formação de professores, uma vez que são estes que estarão na base para a promoção de um novo olhar para a História das Ciências.

Desse modo, esse estudo teórico buscou apresentar como as Histórias das mulheres negras nas Ciências aparecem nos cursos de licenciatura em Química das Instituições de Ensino Superior (IES) na Bahia. Para isso, buscarei responder a seguinte pergunta: Qual lugar as Histórias das mulheres negras nas Ciências ocupam nos currículos da licenciatura em Química da Bahia?

A fim de alcançar o objetivo proposto foi realizado uma pesquisa de abordagem qualitativa por meio da análise dos currículos vigentes nos cursos de licenciatura em Química das Universidades Federais da Bahia, a fim de perceber os lugares ocupados pelas Histórias de mulheres negras na formação de professores de Química.

A escrita do ensaio dividiu-se em três partes, em que inicialmente é apresentado um pouco sobre a História das mulheres negras nas Ciências, em seguida alguns diálogos sobre a formação de professores e a perspectiva de currículo pós-crítico (SILVA, 2015) delineando a sua relação com a (in)visibilidade de mulheres negras nas Ciências e por fim, apresento o atual cenário das IES da Bahia em nível federal sobre os lugares que as Histórias das mulheres negras nas Ciências ocupam nos currículos e suas implicações para (in)visibilidade.

2. HISTÓRIA SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA

A presença feminina na Ciência ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, se restringiu ao fato de algumas mulheres trabalharem como interlocutoras de alguns homens renomados na Ciência (BATISTA E COLABORADORES, 2011). Corroborando com esta perspectiva o trabalho de Cartaxo (2012) citando Gould (1998) apresenta que durante anos as mulheres eram vistas apenas como assistentes de trabalhos e não apareciam nas publicações. Nesse sentido o trabalho feminino dentro da área das Ciências é apontada

pelo difícil acesso das mulheres a projetos próprios, bem como, pela dificuldade de atribuição e reconhecimento do crédito ao trabalho científico realizado por elas quando apresentados às tradicionais sociedades científicas da época. Os nomes das mulheres eram frequentemente omitidos nesses trabalhos (CARTAXO, 2012 p.16).

Esses trabalhos nos direcionam ao que concebemos como Ciência masculina, conforme apontou Heerdt e Batista (2017, p.2) em que “a Ciência sempre foi vista como uma atividade praticada por homens [...]. No entanto, as mulheres estavam presentes no meio científico, porém invisibilizadas, muitas vezes dando suporte ao pesquisador”.

Ainda segundo as autoras são emergentes as discussões sobre a mulher na Ciência, uma vez que

As questões de gênero precisam ser desconstruídas, evidenciadas, informadas, ensinadas, pois elas não são autoevidentes, uma vez que são naturalizadas em nossa sociedade. Na escola se reproduzem estereótipos do ser mulher, do ser mãe, do ser feminina e dos espaços “naturalmente” ocupados por elas (HEERDT E BATISTA, 2017, p. 2)

Essas visões estereotipadas da Ciência nos leva a compreensões deformadas conforme já apontadas por Cachapuz e Colaboradores (2005) além de direcionamos para a invisibilidade da mulher na Ciência.

A questão da invisibilidade torna-se ainda maior quando analisamos a partir da ótica racial. Enquanto as mulheres brancas lutavam pela igualdade dos direitos e pela participação no campo da Ciência, política, religiosidade e entre outras, mulheres negras continuavam sem acesso a Educação e sem nenhuma participação ativa na sociedade,

limitando-se a atividades domésticas ainda nos moldes da escravidão, essas e outras questões são abordadas pela filósofa Djamila Ribeiro no livro *O que é lugar de fala?*.

De acordo com Schuck (2019, p.2-3) a

[...] invisibilidade concebida às mulheres negras na história da ciência brasileira é fruto de um apagamento que desde os primórdios não se tornou pauta dos movimentos feministas, isto porque estes sempre foram compostos por mulheres brancas e de classe média, as quais em sua maioria continuam a perpetuar essa invisibilidade

É essencial destacarmos que as mulheres negras possuem dupla invisibilidade, diante disso, torna-se essencial ao pesquisarmos sobre mulheres nas Ciências estabelecermos esse recorte racial.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CURRÍCULO PÓS-CRÍTICO

As discussões acerca da formação de professores iniciaram-se ainda nos anos de 1980, incorporando, sobretudo, a relação teoria-prática, aspecto que gera discussões acirradas até hoje. Outro aspecto, pautado nas produções de alguns pesquisadores (SCHÖN, 1992; PÉREZ-GOMES, 1998; TARDIF, 2012), diz respeito à perspectiva multidimensional, segundo a qual os cursos de formação deveriam integrar as dimensões humana, técnica e político-social.

Entretanto, somente no século XX que pesquisadoras(es), como Evelyn Fox Keller e Donna Haraway tem se debruçado no sentido de dar vez e voz as mulheres enquanto partícipes da produção científica e tecnológica que tem contribuído o avanço de tais pilares sociais.

Essas discussões são importantes e emergentes no campo da formação docente, uma vez que esses sujeitos estarão na Educação Básica apresentando os saberes científicos e esses saberes precisam ser situados em um contexto que é também de construção feminina. Nesse sentido, concordo com a pontuação feita por Silveira e Pinto Neto (2009) uma

formação docente pautada não apenas nos conteúdos específicos, mas também numa perspectiva histórica, filosófica e sociológica, colabora para a constituição do professor de forma a incluir questões de natureza epistemológica que lhe permitam posicionar-se em relação ao mundo de maneira mais crítica. Nesta vertente, o ensino de história da ciência nos

cursos de formação inicial e continuada de professores não visa avolumar a quantidade de itens a serem estudados (p.4).

As discussões de gênero e conseqüentemente da mulher na ciência e sua importância para a (re)construção e (re)elaboração dos arcabouço teórico-metodológico-científico tem repensado os modos de se fazer Ciência além de dar voz e vez as diferentes cientistas femininas. Tais estudos estão relacionados com a perspectiva teórica pós-crítica de currículo, conforme aponta Silva (2015).

Sobre o currículo, no âmbito educacional, a partir dos estudos sobre currículos, as suas diferentes concepções ao longo da história, as mudanças contextuais e conceituais é que são construídas as teorias de currículos. Hodiernamente três teorias são discutidas com maior amplitude, são as *teorias tradicionais*; *teorias críticas*; e as *teorias pós-críticas*. De modo bem geral, sem se aprofundar nas discussões sobre cada uma das teorias de currículo o quadro 1 apresenta uma síntese dos conceitos que essas teorias enfatizam.

Quadro 1 Síntese dos conceitos das teorias de currículo

TEORIAS TRADICIONAIS	TEORIAS CRÍTICAS	TEORIAS PÓS-CRÍTICAS
Ensino	Ideologia	Identidade
Aprendizagem	Reprodução cultural e	Alteridade
Avaliação	social	Diferença
Metodologia	Poder	Subjetividade
Didática	Classe social	Representação
Organização	Capitalismo	Diversidade
Planejamento	Relações sociais	Cultura
Eficiência	Conscientização	Gênero
Objetivos	Emancipação	Raça
Resultados	Libertação	Etnia
	Currículo oculto	Sexualidade
	Resistência	Multiculturalismo

Fonte: Adaptado de Silva (2015, p.17).

Levando em consideração os conceitos apresentados no quadro 1 e o objetivo deste ensaio é que nos aprofundamos, sem se alongar, nas teorias pós-críticas que levam em consideração as questões de **gênero, raça, etnia**, cultura, identidade, representação, multiculturalismo.

Sobre as teorias pós-críticas Lopes (2013) afirma que apesar de no campo curricular a teoria já ser discutida desde a década de 90 na área da língua portuguesa,

apenas nos anos 2000 é que passou a se fazer presente em outras áreas ganhando maior notoriedade e

[...] fazendo parte das referências inclusive daqueles que não estão de acordo com os seus pressupostos, mas são levados a debater teoricamente sobre os seus efeitos. No caso do Brasil, após uma apropriação inicial de Foucault e dos estudos culturais nos anos 1990, desenvolvida principalmente por influência das várias traduções que Tomaz Tadeu da Silva realizou de estudos foucaultianos (1994, 1998) de autores vinculados aos estudos culturais de corte pós-crítico (Silva, 1995, 1999; Hall, 19971) e mesmo de estudos problematizadores dos aportes pós-modernos (Silva, 1993), temos uma larga apropriação de estudos pós-estruturais e pós-coloniais (LOPES, 2013 p.7-8).

A autora enfatiza a importância de buscar compreender o que trata as teorias pós-críticas, em linhas gerais e não apenas no currículo, afirmando que

Trata-se de uma expressão vaga e imprecisa que tenta dar conta de um conjunto de teorias que problematizam esse cenário pós-moderno: cenário de fluidas, irregulares e subjetivas paisagens, sejam elas étnicas, midiáticas, tecnológicas, financeiras ou ideológicas. Esse conjunto de teorias inclui os estudos pós-estruturais, pós-coloniais, pós-modernos, pós-fundacionais e pós-marxistas (LOPES, 2013 p.10).

Cabe aqui informar que o ser vago e impreciso não está relacionado não quer dizer com uma expressão errada ou equivocada, uma vez que na contemporaneidade o ser vago possui utilidade, inclusive é símbolo dos estudos pós-críticos (LOPES, 2013).

Destaca-se ainda que o uso do prefixo “pós” não pode apresentar uma ideia daquilo que vem depois, por exemplo, as teorias pós-críticas de currículo não faz referencia a se constituir depois das teorias críticas. De acordo com Lopes (2013, p.11)

Ser «pós» algum movimento ou escola de pensamento³ (estruturalismo, colonialismo, modernismo, fundacionalismo, marxismo) implica problematizar esse mesmo movimento ou escola de pensamento, questionar as suas bases, as suas condições de possibilidade e de impossibilidade. Não é um avanço linear, não é uma evolução ou uma superação a supor que os traços do movimento ou da escola de pensamento questionados são apagados. Essa reconfiguração pode ser correlacionada à própria desconstrução dos princípios que sustentam determinado movimento ou escola de pensamento. A perspectiva desconstrutiva, por referência a Derrida (cit. In Bowman, 2007), tenta tornar evidente a alteridade, a impossibilidade e mesmo as lacunas e a inadequação de toda a suposta positividade, todas as tentativas de fechamento da significação.

Diante disso, as teorias pós-críticas do currículo indicam que “[...] mais do que a realidade social dos indivíduos, era necessário entender também os estigmas étnicos e culturais, tais como a racialidade, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos

próprios das diferenças entre as pessoas” (OLIVEIRA, 2019, p.27) e isso passa ocorrer quando

[...] grupos culturais minoritários passaram a reivindicar que os currículos universitários contivessem contribuições das culturas dominadas e subordinadas e não unicamente as contribuições da cultura dominante (que é basicamente masculina, europeia, branca e heterossexual), ou seja, a cultura do grupo social dominante. (idem, p.27).

É a partir desses grupos minoritários que apresentamos à necessidade de conhecer quais lugares as mulheres negras ocupam nos currículos da formação de professores da licenciatura em Química nas Universidades Federal do Estado da Bahia.

4. UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO(S) LUGAR(ES) DAS MULHERES NEGRAS NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA NA BAHIA

Como recorte para este ensaio foi realizado o estudo nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Química em duas Universidades Federais. Apesar da existência de quatro Universidades Federais, apenas três delas ofertam o curso de Licenciatura em Química, sendo que uma delas não foi possível acessar o PPC. As duas instituições participantes do estudo foram nomeadas como IES01 e IES02 e a seguir tem-se análise realizada. Tratando-se de uma análise preliminar foi utilizado descritores para perceber a existência e que lugares ocupam as mulheres negras nos currículos dos cursos de formação de professores. Os descritores utilizados formam: “mulheres negras”; “mulheres”, “cientistas” e “gênero”, os quais serão discutidos a seguir.

4.1. MULHERES NEGRAS

Ao realizar a busca no PPC pelo descritor “*mulheres negras*” a aparição do termo na IES01 teve apenas uma ocorrência nas referências na disciplina optativa “Educação Escolar Quilombola”, sendo o termo referente ao nome de uma revista. Na IES02 o descritor “*mulheres negras*” não aparecem em todo o seu texto.

Abdias Nascimento propõe que o enfrentamento do racismo deve ocorrer por meio de propostas de cunho pedagógico. O currículo é um espaço de poder e de luta. A quase inexistência do descritor “*mulheres negras*” denuncia e anuncia uma realidade

dos espaços formativos de professores: a invisibilidade da mulher negra. A intelectualidade da mulher negra é duplamente invisibilizada e tende a permanecer nesta situação quando encontramos nos processos formativos atuais de professores esse silenciamento para estas questões.

4.2. MULHERES

Ao realizar a busca na IES01 a aparição ocorre duas vezes nas referências da disciplina optativa “Profissão docente”, sendo que nenhuma das referências possui relação com mulheres negras na profissão docente. No caso da IES02 ao buscar pelo descrito “**mulheres**” na disciplina obrigatória “História da Química” na ementa aparece a seguinte redação “*Apresentação e discussão do papel de **mulheres e representantes dos povos africanos e afrodiáspóricos na Química***” (grifo meu). Assim como nas referências dessa mesma disciplina há o texto “As Cientistas: 50 Mulheres que Mudaram o Mundo” que tem alguns de seus capítulos que contam histórias de cientistas negras.

Caminhos para a visibilidade ao perceber no currículo da IES02 o aparecimento do papel das mulheres e dos povos africanos e afrodiáspóricos. É preciso destacar que este currículo foi reformulado e publicizado em 2020, nesse sentido é possível perceber avanços influenciados pela área de pesquisa sobre as relações étnico-raciais, especificamente sobre mulheres negras na Ciência.

4.3. CIENTISTAS

O terceiro descritor utilizado foi “**cientistas**” e nas duas IES aparecem várias vezes sempre nas referências de disciplinas optativas e obrigatórias. No entanto, em nenhum desses casos trata-se de leituras sobre mulheres cientistas, tampouco mulheres negras cientistas.

Com isso percebemos o quanto as discussões que se relacionam a gênero permanece marginal na formação de professores. Levando em consideração o multiculturalismo, a diversidade e a inclusão, a ausência dessas questões no currículo apresenta um alerta para qual perspectiva curricular está presente na formação de professores de Química considerando a sociedade diversificada no contexto atual. Estarão os professores de química preparados para trabalhar com a multiculturalidade?

4.4. GÊNERO

O último descritor utilizado foi **“gênero”**. Na IES01 houve a ocorrência vinte vezes, no entanto nem todas se relacionam com o objetivo do ensaio. Dessas aparições a disciplina obrigatória “Educação em Direitos Humanos” aparece na ementa “Relações de **gênero** e sociedade. **Raça e racismo.**” (grifo meu), o que pode ser uma possibilidade para a inserção de discussões sobre as mulheres negras na Ciência. A disciplina optativa “Diversidade, Gênero e Sexualidade na Escola” apresenta na ementa “A emergência do gênero. Multiculturalismo e políticas da diversidade”, a existência da discussão sobre o multiculturalismo e gênero em uma perspectiva pós-crítica de currículo centra-se como ambiente ideal para a inserção de diálogos sobre mulheres negras na Ciência.

Na IES02 o descritor **“gênero”** aparece sete vezes, no entanto apenas nas “Políticas de Ações Afirmativas” aparece “Realização de cursos e oficinas contemplando temas sobre as questões étnico raciais, de gênero, saúde mental e diversidade sexual”. Importante perceber que os espaços formativos não se restringem apenas ao campo disciplinas, mas para além dele a partir das diferentes possibilidades já previstas no currículo. Neste sentido na IES02 esses espaços de oficinas que associam o gênero as questões étnico raciais podem ser ambientes propícios para a discussão de mulheres na Ciência.

5. MAS AFINAL, QUE LUGARES OCUPAM A HISTÓRIA DE MULHERES NA CIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUÍMICA NA BAHIA?

Ouso falar que ocupam um lugar de (in)visibilidade. Apesar do grande avanço que percebemos por meio da IES02 ao possuir uma disciplina obrigatória que apresenta como conteúdo sobre as **mulheres e representantes** dos povos africanos e afrodiáspóricos na Química, ainda temos muito que avançar, pois os lugares ocupados pelas mulheres negras na formação de professores de Química ainda ocorre de modo marginalizado.

É perceptível o silenciamento do currículo quando este apresenta de modo quase inexistente as discussões sobre as mulheres negras na Ciência e isso contribui para que essas mulheres se mantenham na invisibilidade, pois os professores em

formação dificilmente atuarão na Educação Básica levando em consideração essas questões, tendo em vista a carência dessas discussões nos seus processos formativos.

Destaco que para termos uma precisão de qual lugar essas mulheres ocupam precisamos partir para uma pesquisa de campo a fim de identificar por meio das narrativas os processos e experiências formativos desses futuros professores sobre a História das Mulheres Negras na Ciência.

Que este estudo possa de alguma forma auxiliar para que possamos refletir e lutar para que haja reformulação dos currículos que leve em consideração a historicidade e os conhecimentos produzidos por mulheres negras.

NOSSAS LEITURAS

BATISTA, Irinéa de Lourdes; TOREJANI, Aszuen Tsuyako do Carmo; HEERDT, Bettina; LUCAS, Lucken Bueno; OHIRA, Márcio Akio; CORRÊA, Maria Lúcia; BARBOSA, Roberto Gonçalves; BASTOS, Vinícius Colussi. **GÊNERO FEMININO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E MATEMÁTICA NO BRASIL.** Disponível em < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiecem/arquivos/BATISTA%20et%20al%202011.pdf> > Acesso em 10 Dez 2019.

CACHAPUZ, Antonio; GIL-PEREZ, Daniel.; CARVALHO, Ana Maria Pessoa. de; PRAIA, João.; VILCHES, Amparo. Superação das visões deformadas da ciência e da tecnologia: um requisito essencial para a renovação da educação científica. In: _____. (Orgs.). **A necessária renovação do ensino das ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 37-70.

CARTAXO, Sandra Maria Carlos. **Gênero e ciência: um estudo sobre as mulheres na física.** Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas-SP. 2012.

HEERDT, Bettina; BATISTA, Irinéa de Lourdes. **Saberes docentes: mulheres na ciência.** In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências XI ENPEC, 2017, Florianópolis. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências XI ENPEC, 2017. p. 01-10.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 39, p. 7-23, 2013.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. A Função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares Pinheiro. **@Descolonizando_saberes: mulheres negras na ciência.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020, 92p.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antonio. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SCHUCK, Camila Botelho. Mulheres negras pioneiras na ciência e o conhecimento produzido na enciclopédia digital Wikipédia Brasil. In: **IV COPENESUL**, 2019, Bagé, Rio Grande do Sul, 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Gênero & Ciência: tecendo relações. **Revista Diversidade e Educação**, v.1, n.2, p. 24-27, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed., 7 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14. ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

CAPÍTULO XXIV

FEMININO E CIÊNCIA: ENTRE PODERES E RESISTÊNCIAS

Quézia Raquel Ribeiro da Silva¹

Franklin Kaic Dutra-Pereira²

Saimonton Tinôco³

RESUMO

Revisitando a história da ciência, assumimos que os movimentos de inserção e de ascensão dos sujeitos se dão de maneiras distintas, em se tratando de homens e de mulheres cientistas. Ao observarmos tal realidade, vemos que o feminino esteve historicamente submetido a um processo de deslegitimação e de apagamento na ciência, cenário engendrado a partir da criação e da reprodução de diferentes discursos, os quais modelaram a identidade científica enquanto inadequada à identidade feminina socialmente estabelecida. Assim, ao reconhecermos a presença bem como as implicações geradas pelas diferentes construções discursivas na manutenção das posições de poder na ciência, objetivamos nesse estudo analisar diferentes mecanismos discursivos que perpassaram as mulheres no cenário científico. Desse modo, debruçamo-nos nos enunciados e nas narrativas que se fizeram presentes nos viveres de Lise Meitner e de Marie Curie, busca que se tornou possível por meio de nossa aproximação com a arqueologia foucaultiana. A partir disso, foi possível identificar algumas das estratégias discursivas materializadas nas trajetórias científicas dessas mulheres, projetadas com o objetivo de negar suas presenças e vozes na ciência. Concluímos, portanto, que as mulheres estiveram submetidas a distintas construções discursivas da ciência, as quais se responsabilizaram por narrá-las enquanto corpos dispensáveis e inadequados àquele contexto.

Palavras-chave: Mecanismos discursivos. Mulheres na Ciência. Lise Meitner. Marie Curie. Arqueologia Foucaultiana.

1. PARA COMEÇAR, APRESENTAMOS-LHES AMÉLIA

[...] Amélia não tinha a menor vaidade. Amélia que era mulher de verdade.

¹ Licenciada em Química. Universidade Federal da Paraíba (*campus Areia*) – UFPB.

² Professor do Centro de Formação de Professores. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (*campus Amargosa*) – UFRB.

³ Professor do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais. Universidade Federal da Paraíba (*campus Areia*) – UFPB.

(Mário Lago e Ataulfo Alves – “Ai! Que saudades da Amélia”)

Amélia, a mulher de verdade, assim como todas nós, tem sua vida e história intrincadas em um emaranhado de narrativas, que, apesar de distintas, vinculam-se a um território comum: as relações de poder existentes. Se, por um lado, temos questionado o modo como os discursos cotidianos moldam até hoje o “ser mulher e o “fazer feminino”, por outro reforçamos diariamente enunciados que subjagam as mulheres e as encaminham ao viver de Amélia.

Ao serem contadas a partir de sua suposta natureza benevolente, cuidadora, paciente e amorosa, as mulheres veem ao longo de suas vidas seus comportamentos, pensamentos, desejos e corpos rigidamente controlados socialmente. Perpetua-se e reforça-se, por meio dos mais distintos discursos, relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, as quais buscam encaminhar o feminino para uma posição de submissão e inferioridade (NUNES, 2017; SCHIENBINGER, 2001).

Conforme sustenta Silva (2019), essa subjetivação feminina discursivamente estabelecida não tolera corpos desviantes, mulheres atrevidas. Quando uma mulher busca fugir desse julgo, encontrar seu próprio caminho, tem suas ações severamente cerceadas, punidas, negadas. Reserva-se ao feminino um lugar de descrédito, inclusive na ciência.

Segundo nos apresenta Schienbinger (2001), historicamente a ciência fora vista como um empreendimento androcêntrico, voltado aos interesses e aspirações masculinas. O homem foi projetado como representante natural do contexto científico, de modo que as mulheres cientistas passaram a ser vistas como corpos desviantes, inadequados, inaptos, que fogem às regras estabelecidas.

Atinando-nos para as relações existentes entre essa realidade discursiva e o posicionamento do feminino, buscamos nesse estudo analisar diferentes mecanismos discursivos que perpassaram as mulheres no cenário científico. A fim de atingir tal objetivo nos debruçaremos nas histórias de vida de Lise Meitner e Marie Curie, ambas descobridoras de elementos químicos. A escolha dessas mulheres deu-se como meio de contrapor uma inveterada narrativa criada em torno da História da Tabela Periódica, a qual dá relevo apenas aos nomes masculinos envolvidos.

Como caminho metodológico, aproximamo-nos da arqueologia foucaultiana, a qual é entendida como:

[...] um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos. A partir desses fragmentos – muitas vezes aparentemente desprezíveis – pode-se compreender as epistemes antigas ou mesmo a nossa própria epistemologia [...] (VEIGA-NETO, 2017, p. 45).

Ao nos aproximarmos do procedimento arqueológico, observamos tais mulheres a partir das entrelinhas de suas histórias, evidenciando os mecanismos discursivos que responsabilizaram-se por interdita-las e encaminhá-las para uma posição de inferiorização e esquecimento na ciência.

2. “A MULHER DE DENTRO DE CASA FUGIU DO SEU TEXTO”¹

Ao nos debruçarmos nas histórias de vida de Lise Meitner e de Marie Curie, foi possível identificar discursos que emergiram a fim de subverter as suas presenças na ciência, ora vinculando-as a homens em posições de poder ora negando seus discursos e identidades. Nesse estudo, tais construções discursivas encontram-se divididas em três momentos, a saber: 1) Mecanismos de dependência: a aluna dedicada e o casamento científico; 2) Mecanismos de invisibilidade: a esposa-assistente e o “senhor Meitner”; 3) Mecanismos de silenciamento: sexualidade de Curie e porão de Meitner.

Em um primeiro movimento direcionamos nosso olhar aos enunciados que modelaram Marie Curie e Lise Meitner como seres desejanter de apoio e de reconhecimento dos pares masculinos, os quais responsabilizaram-se por narrá-las enquanto sujeitos dependentes.

Num segundo momento tratamos acerca dos mecanismos de invisibilidade, criados com vistas a encaminhar Lise Meitner e Marie Curie para uma posição de esquecimento no contexto científico, manifestados por meio do fortalecimento de diferentes enunciados, dentre eles: “reserva-se para a mulher cientista a posição de assistência” ou ainda “não cabem as mulheres cientistas nas publicações científicas”.

Em um movimento final, discutimos acerca dos mecanismos discursivos que emergiram a fim de promover o silenciamento de Curie e de Meitner na ciência, classificando-as como corpos inaptos e indesejáveis para aquele contexto

¹ Trecho da música “Dentro de cada um”, composta por Pedro Loureiro e Luciano Mello, interpretada por Elza Soares e lançada no ano de 2018, no álbum intitulado “Deus é mulher”.

Feitas tais delimitações e aproximações preliminares, partiremos para a discussão dos dados arqueologicamente identificados.

2.1. MECANISMOS DE DEPENDÊNCIA: A ALUNA DEDICADA E O CASAMENTO CIENTÍFICO

Revisitando as biografias de Lise Meitner e de Marie Curie, reconhecemos, em contextos e tempos sociais distintos, a presença de construções discursivas que posicionam tais mulheres como seres dependentes e desejanter de auxílio.

No viver de Lise Meitner, os enunciados que aludem a essa pretensa dependência feminina em relação ao masculino manifestam-se a partir de sua inserção no cenário universitário, movimento que pode ser observado nos excertos a seguir:

Ludwig Boltzmann, com a sua independência de pensamento e o dramatismo das suas aulas, onde “via” e dava a “ver” os átomos, exerceu uma influência determinante em Lise (GONÇALVES-MAIA, 2012, p. 176).

O professor Ludwing Boltzmann foi outra salvação [...] Boltzmann fazia conferências emocionadas e entusiásticas sobre a ciência nos termos mais pessoais. Foi ele que lhe apresentou a ideia da física como a suprema batalha pela verdade (MCGRAYNE, 1994, p. 51).

Lise sentia-se uma espécie de corpo estranho entre seus colegas ao longo do primeiro período do curso de física. Boltzmann deu a Lise o que lhe faltava: o sentimento de pertencer a uma comunidade de intelectuais com interesses comuns (SAITOVITCH *et al.*, 2015, p. 56).

A mobilização das expressões “influência determinante em Lise”, “O professor Ludwing Boltzmann foi outra salvação” e “Boltzmann deu a Lise o que lhe faltava” constituem-se como tentativas de narrar Lise enquanto sujeito dependente da aprovação, intervenção e incentivo do professor Ludwing Boltzmann. Resgata-se nesses enunciados a noção da fragilidade e da dependência feminina, em relação àquele que se encontra em lugar de poder.

Nesse viés, reservou-se à Marie Curie outra relação de dependência, a qual teve início por meio do estabelecimento do seu casamento com o também cientista Pierre Curie. Conforme nos lembra Schienbinger (2001), as mulheres por muitos anos não foram incluídas nas comunidades científicas, haja vista que se reservava ao feminino a esfera doméstica, voltada ao cuidado dos filhos, do marido e do lar. Essa negativa em relação à presença e a participação feminina na ciência conduziu as mulheres a buscarem alternativas, a fim de alcançarem as suas inserções no cenário científico,

sendo o estabelecimento do matrimônio uma das mais relevantes. Ao tratar acerca do casamento na ciência, Montero (2019, n.p.) destaca:

[...] porque era muito duro e arriscado avançarem sozinhas, muitas mulheres resolveram seus anseios de sucesso de maneira tradicional, vicariamente, grudando no sexo masculino como parasitas e vivendo o destino de seu homem.

Refletindo acerca de tal assertiva, bem como nos aproximando do pensamento de Santos (2018), reconhecemos que apesar do casamento ter possibilitado à Marie Curie uma inserção na ciência – movimento que seria difícil, se realizado de maneira solitária – tal realidade lhe posicionou enquanto ser dependente da aprovação de seu marido, tendo sua identidade atada à de Pierre.

Os enunciados aqui analisados evidenciam que Marie Curie e Lise Meitner estiveram submetidas a mecanismos discursivos que as posicionaram enquanto dependentes de seus equivalentes masculinos. Ao serem contadas como a aluna necessitada de auxílio do professor ou como a mulher que não poderia ascender solitariamente na ciência, vemos fortalecidas as relações de poder que mantêm o fazer feminino subordinado aos interesses masculinos (BEAUVOIR, 1970).

2.2. MECANISMOS DE INVISIBILIDADE: A ESPOSA-ASSISTENTE E O “SENHOR MEITNER”

Ainda revisitando os viveres de Lise Meitner e de Marie Curie, identificamos a presença de enunciações criadas a fim de conduzir tais mulheres para um lugar de descrédito e invisibilidade na ciência, garantindo a dominância masculina.

Em se tratando de Marie Curie, essa tentativa de subverter sua presença no cenário científico deu-se por meio do seu encaminhamento para a função de assistente de seu marido. Segundo nos lembra Schienbinger (2001), muitos homens que ascendem a altos cargos – nas mais distintas áreas – têm atrelado a si o árduo trabalho de suas mulheres, as quais desempenham múltiplas funções – tanto na esfera privada (cuidados da casa e dos filhos) como também na pública (auxiliando esses homens no desenvolvimento de suas funções trabalhistas). Essa fora a realidade de Curie, a qual se responsabilizava não apenas com o cuidado de suas filhas como também exercia funções de assistente do seu marido.

Ao tratar acerca das funções que desempenhava junto a Pierre, Marie afirmara:

[...] tivemos que dividir as tarefas: Pierre Curie continuou a pesquisa acerca das propriedades do rádio, enquanto eu continuava os tratamentos químicos com o objetivo de preparar sais de rádio puros. Cheguei a tratar até vinte quilos de matéria por vez, enchendo o galpão com grandes recipientes cheios de precipitados e líquidos; era um trabalho árduo ter que transportar os recipientes, despejar os líquidos e mexer a matéria fervente durante horas, com uma barra de ferro, em uma bacia de ferro (CURIE, 2011, p. 87, tradução nossa).

Observando tal narrativa, reconhecemos que Marie Curie, apesar de desempenhar funções que demandavam maior esforço físico, desenvolvia em relação a Pierre uma função assistencial, de modo que o “pensar sobre” era tarefa exclusiva dele, enquanto o “agir sobre” deveria ser dela. Estando nessa posição, Marie Curie dirigia seus talentos e habilidades ao desenvolvimento da carreira de seu marido, contribuindo para a ascensão dele na ciência. A ela restavam horas de trabalho árduo que, aos olhos dos demais, parecia pouco relevante.

Atribuiu-se também à Lise Meitner outros mecanismos de invisibilidade. Segundo nos informa Mcgrayne (1994, p. 54), enquanto se dedicava aos estudos na área de radioquímica, Lise publicara artigos de relevância, chamando a atenção da comunidade científica que solicitava a esse tal “senhor Meitner” novas publicações. Apesar de interessados em seus dizeres, quando descoberta a inexistência desse dito senhor e a posterior revelação da cientista “senhorita Meitner” todo e qualquer convite de publicação foi retirado, visto que a comunidade científica “jamais pensaria em publicar algo escrito por uma mulher”.

Diante dessa negativa destinada à Lise Meitner, a questão que surge é: por que o discurso feminino sofre interdições? Temos em Foucault (1996, p. 10) que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, tolher o discurso de um grupo em detrimento do outro é também promover a manutenção dos lugares de poder. Na ciência, negar o discurso feminino em detrimento do masculino se apresenta como uma tentativa de assegurar como legítima a superioridade masculina.

Apesar de distintos, reconhecemos que os dispositivos de invisibilidade que se fizeram presentes nos viveres de Marie Curie e de Lise Meitner atuaram de maneiras similares, ora censurando a presença e a ascensão feminina na ciência ora desprezando seus dizeres. Negar e invisibilizar as ações, dizeres e julgamentos femininos contribui

para desencorajar a presença de outras mulheres na ciência, movimento que garante a manutenção masculina nas posições de poder.

2.3. MECANISMOS DE SILENCIAMENTO: A SEXUALIDADE DE CURIE E O PORÃO DE MEITNER

As trajetórias de Marie Curie e de Lise Meitner nos revelam ainda a existência de outro movimento discursivo, criado com vistas a posicioná-las em lugar de silenciamento.

No viver de Lise Meitner esse movimento de calá-la e contê-la se manifesta a partir do seu confinamento em um porão. Segundo nos apresenta Mcgrayne (1994, p. 47), ao migrar para a Alemanha, Meitner se viu imersa em um cenário científico bastante desencorajador, o qual culminou com o seu encaminhamento para o porão do instituto alemão de química.

Utilizando-se de uma entrada particular, Lise Meitner entrou em seu laboratório no porão – e lá ficou. A antiga carpintaria era a única sala do Instituto de Química de Berlim que podia entrar. Nenhuma mulher – com exceção, claro das faxineiras – poderia ir ao andar de cima com os homens. Proibida até mesmo de utilizar-se do toalete do edifício de Química, era obrigada a servir-se das instalações de um hotel na mesma rua [...]. Normalmente acanhada e tímida, às vezes ansiava tão desesperadamente por ouvir uma conferência de química que se esgueirava pelo anfiteatro do andar superior e escondia-se da fileira de poltronas para escutar.

Tal narrativa põe em evidência uma tentativa de negar e mesmo de esconder a presença de Lise Meitner no cenário científico. Ao adentrar em um ambiente marcadamente masculino, Meitner passou a simbolizar uma ameaça a esse grupo dominante, o qual promoveu a exclusão de seu corpo e a fim de perpetuar a sua dominância (NUNES, 2017; SCHIENBINGER, 2001).

Em Marie Curie essa tentativa de silenciá-la teve sua expressão máxima quando pôs em evidência a sua moral sexual. Conforme nos apresenta Quinn (1997), em meados de 1911 Curie fora ostensivamente criticada na imprensa francesa, a qual passou a condená-la por uma conduta supostamente imoral. Marie, até então contada como grande cientista, viu-se narrada como a amante de seu ex-aluno Paul Langevin.

A verdade é que, deliberada, metódica, cientificamente, Mme Curie se empenhou, por meio dos mais pérfidos conselhos, por meio das mais vis sugestões, em afastar Paul Langevin de sua esposa e esta de seus filhos (QUINN, 1997, p. 345).

O enunciado acima apresenta uma das manchetes jornalísticas da época, a qual visava entrelaçar a imagem de Marie Curie à de mulher imoral e insensível, responsável por desvirtuar um marido digno. Aproximando-nos dos pensamentos de Silva (2019) reconhecemos que esta estratégia discursiva, que vincula as mulheres a uma imoralidade sexual, tem por objetivo narrá-las enquanto indignas, que subvertem as regras sociais estabelecidas e, portanto, merecem penalização contundente.

Dessa forma, temos que o encaminhamento de Meitner para o porão, bem como a contestação quanto a moral sexual de Curie, apresentam-se como mecanismos discursivos criados a fim de contá-las como inadequadas para a ciência, não podendo, assim, conviver e colaborar com seus pares masculinos.

3. “O NOVO VIRÁ”¹

No caminhar de nossa pesquisa perambulamos entre histórias de vida, discursos, tensões e resistências. Alinhamo-nos à compreensão de mecanismos discursivos, criados com vistas a subverter a presença e a ascensão das mulheres na ciência, os quais, apesar de se apresentarem de maneiras distintas entre os corpos femininos, são igualmente dolorosos e caros. E é com esse mesmo desejo, essa mesma vontade de desvelar tais teias discursivas, que retornamos ao objetivo traçado no início do texto a fim de projetarmos considerações e indicações.

Em um movimento inicial, dedicamo-nos a compreensão dos mecanismos discursivos que modelaram as mulheres cientistas como sujeitos dependentes, constituídos para as causas masculinas. Vimos presentes, nos viveres de Lise Meitner e de Marie Curie, enunciados que retomam o estereótipo da fragilidade feminina, traduzidos por meio do fortalecimento das imagens de estudante necessitada de auxílio e de esposa que não poderia solitariamente se inserir na ciência.

Ainda nesse caminho de desenredamento discursivo, vemos postas em atuação narrativas que revelam uma tentativa de invisibilizar as presenças de Lise Meitner e de Marie Curie, quer encaminhando-as para uma posição assistencial quer negando suas

¹ Trecho da música “Um dia após o outro”, composta por Tiago Iorc e lançada no ano de 2013, no álbum intitulado “Zeski”.

palavras. Novamente vemos reforçadas as relações de poder, manifestadas no binário masculino/feminino, as quais reservam às mulheres posições subalternas.

Como percurso final, observamos a existência de enunciados criados com vistas a narrar Lise Meitner e Marie Curie como corpos inadequados ao cenário científico, devendo, portanto, serem marginalizados e negados. Temos no viver de Curie a atualização de uma antiga (embora ainda atuante) estratégia discursiva que vincula o corpo feminino a uma imoralidade sexual, objetivando puni-lo, subtrai-lo.

Nas histórias de vida aqui narradas vemos fortalecidas diferentes construções discursivas, que atravessaram o feminino a fim de assegurá-lo em constante lugar de descrédito e negação, garantindo a perpetuação da dominância masculina na ciência. E é por contestar essas posições, esse encarceramento das mulheres cientistas, que prosseguiremos no desenvolvimento desse estudo, certos de que onde há poder também há resistência, atrevimento, gritos. Há corpos que não se calam, que lutam, que subvertem as normas estabelecidas.

Sejamos esses corpos, lutemos contra esses discursos vendidos, essas (in)verdades ditas. Afinal, será somente assim, por meio de atos de resistência e de desobediência cotidiana, que poderemos vislumbrar um futuro de menos violência e negação para com o feminino.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CURIE, Marie. **Escritos Biográficos**. Tradução Palmira Feixas. Espanha: Univ. Autònoma Barcelona, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed., São Paulo: Loyola, 1996.

GONÇALVES-MAIA, Raquel. Lise Meitner: a intérprete da cisão nuclear. **Revista Virtual de Química**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2012.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências**. Orientador: Rita Laura Segato. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MCGRAYNE, Sharon Bertsch. **Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel em Ciências:** suas vidas, lutas e notáveis descobertas. Tradução Maiza F. Rocha e Renata Brant de Carvalho. São Paulo: Marco Zero, 1994.

MONTERO, Rosa. **A ridícula ideia de nunca mais te ver.** São Paulo: Todavia, 2019. Paginação Irregular.

NUNES, Paula. **Um ato de poder:** narrativas das mulheres da Química sobre suas experiências. Orientadora: Rochele de Quadros Loguercio. 2017. 124 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

QUINN, Susan. **Marie Curie:** uma vida. Tradução Sonia Coutinho. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

SAITOVITCH, Elisa Maria Baggio; FUNCHAL, Renata Zukanovich; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; PINHO, Suani Tavares Rubim de; SANTANA, Ademir Eugênio de. **Mulheres na Física:** casos históricos, panorama e perspectivas. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

SANTOS, Paloma Nascimento dos. **Gênero e Ciências em três corpos de Maria.** Orientadora: Rochele de Quadros Loguercio. 2018. 108 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências.) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Perla Haydee da. **De louca a incompetente:** construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff. Orientador: Dánie Marcelo de Jesus. 2019. 139 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAPÍTULO XXV

A TRAGÉDIA DE CLARA IMMERWAHR SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E CIÊNCIA

Letícia dos Santos Pereira¹

RESUMO

A trajetória da química alemã Clara Immerwahr (1870-1915) representa a difícil inserção das mulheres na ciência no início do século XX. Ela foi a primeira mulher a se tornar doutora em química da Alemanha, conseguindo superar obstáculos então impostos às mulheres e conquistar importantes espaços. Entretanto, sua carreira foi interrompida devido ao seu matrimônio com o químico Fritz Haber (1868-1934) e a maternidade. Problemas conjugais e perdas pessoais contribuíram para o seu suicídio em 1915. Neste trabalho, discutimos esses problemas que culminaram na sua tragédia sob a luz de pesquisas do campo de Gênero e Ciência e a literatura recente sobre sua trajetória. Pretende-se lançar luz sobre esta personagem e refletir sobre a relação entre carreira, maternidade e casamento na vida das mulheres cientistas.

Palavras-chave: Mulheres na Ciência. Gênero e Ciência. Clara Immerwahr. História da Química.

1. INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas por mulheres em sua trajetória profissional no campo científico têm sido objeto de análise dos estudos de Gênero e Ciência. Nesse sentido, as análises e ferramentas teóricas elaboradas pelas/os pesquisadoras/es deste campo podem ajudar historiadoras/es da ciência que se dedicam a escrever sobre a História de Mulheres na Ciência, ajudando a analisar essas vivências a partir de elementos socio-culturais tais como estereótipos, espaços, papéis sociais atribuídos às mulheres e a dinâmica das relações afetivo-familiares.

No que compete a este último elemento, Lima (2008), ao analisar a trajetória de mulheres no campo da Física, introduziu a metáfora do *labirinto de cristal* para ilustrar

¹ Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA-UEFS). Docente do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

o percurso tortuoso destas pesquisadoras, retratando as idas, vindas, paradas, retomadas e reestruturações na carreira das mesmas. Segundo esta autora:

Não se trata, portanto, apenas de ascender na carreira científica, mas de atuar neste meio. O “labirinto de cristal” destaca barreiras a todo o momento encontradas pelas cientistas desde a entrada neste mundo, barreiras também invisíveis por não se tratar de barreiras formais, mas nem por isso menos concretas e contundentes. (LIMA, 2008, p. 120)

Também presa a este labirinto quase imperceptível, Clara Immerwahr (1870-1915) tornou-se um exemplo de como aspectos da vida privada podem influenciar na carreira de mulheres cientistas. Nascida em uma família abastada de judeus liberais, Clara Immerwahr foi estimulada desde jovem a seguir seus estudos, mesmo em um período onde as universidades não estavam abertas ao ingresso formal de mulheres. Com apoio familiar e de alguns professores, ela tornou-se a primeira doutora em química da Alemanha, realizando investigações no campo da Físico-Química, ramo da Química que encontrava-se em expansão no final do século XIX. Contudo, sua carreira foi interrompida em 1901 pelo seu casamento com Fritz Haber (1868-1934) e o nascimento do seu filho Hermann no ano seguinte. Em 1915, Clara Immerwahr se suicidou por razões que ainda motivam debates entre as/os historiadoras/es atuais e motivam nossa análise a partir dos trabalhos recentes do campo de Gênero e Ciência.

A partir da literatura sobre Gênero e Ciência e dos trabalhos dedicados à trajetória de Clara Immerwahr, apresentamos aqui um breve ensaio sobre o abandono da carreira e suicídio desta cientista. A partir dessas/es autoras/es, discutiremos como o casamento, as relações afetivas e os papéis sociais e espaços atribuídos às mulheres podem impactar em sua carreira científica.

2. CLARA IMMERWAHR: CARREIRA, CASAMENTO E ABANDONO PROFISSIONAL

Nascida em 21 de junho de 1870 em Polkendorf, Clara Immerwahr era a filha caçula da dona de casa Anna Krohn (1846-1890) e do químico industrial e fazendeiro Philipp Immerwahr (1839-1900).

Clara e suas irmãs frequentaram a Escola Secundária Feminina de Breslau e também receberam aulas com professores particulares. Freidenreich (2002) afirma que

a educação feminina valorizada nas famílias de judeus liberais, pois frequentar a escola era um caminho para a aculturação e preparação para encontrar um próspero casamento. O currículo escolar destinado às meninas privilegiava aulas de costura, economia doméstica, linguagens e literatura, em detrimento de outras disciplinas como ginástica, aritmética e geometria, ciências e humanidades (BERNSTEIN; BERNSTEIN, 1978). Embora tivessem o matrimônio e o cuidado dos filhos e do lar como propósito principal, essas escolas também proviam uma formação mínima para as poucas profissões permitidas às mulheres, como a de professora primária. A formação dessas professoras não era provida pelas universidades, mas sim por instituições como os *Lehrerinnen Seminare* (ALBISETTI, 1993).

Clara não desejava seguir esses caminhos, mas sim construir uma carreira acadêmica. Apesar de não ser permitida a entrada formal de mulheres nas universidades alemãs até 1908, elas poderiam ingressar como ouvintes, desde que fossem aprovadas nos exames de ingresso, possuíssem uma autorização ministerial, além de certificado de “boa conduta” e cartas de referência. Ainda assim, os professores poderiam impedir sua presença nas aulas, caso quisessem (FRIEDRICH; HOFFMANN, 2016).

Imagem 01: Clara Immerwahr (1870-1915)



Fonte: Arquivos da Max-Planck-Gesellschaft, Berlim.

Aprovada nos exames e munida das autorizações e referências necessárias, ela ingressou como ouvinte na Universidade de Breslau em 1896, onde se interessou pelo

campo da Físico-Química. Clara encontrou nessa disciplina um ambiente minimamente favorável, onde contou com o apoio dos professores Friedrich Küster (1861-1917) e Richard Abegg (1869-1910), este último seu orientador e confidente. Outro importante amigo de Clara foi o físico-químico Otto Sackur (1880-1914), também aluno de Abegg e responsável por importantes contribuições para o desenvolvimento da Mecânica Estatística Quântica (FRIEDRICH; HOFFMANN, 2016).

Apresentando uma tese sobre a solubilidade e comportamento eletroquímico de sais de metais pesados, Clara Immerwahr concluiu seu doutorado em 1900, tornando-se a primeira doutora em Química da Universidade de Breslau e, segundo Helfensteller (2018), a primeira doutora em Química formada na Alemanha. Clara também foi a primeira mulher a participar oficialmente de um evento científico, estando na lista de participantes do Encontro da Sociedade Eletroquímica Alemã, em 1901 na cidade de Freiburg (LEITNER, 2003). Neste evento, Clara reencontrou seu antigo colega de juventude, o químico Fritz Haber (1868-1934).

Haber era oriundo de uma família de judeus que vivia em Breslau. Sua mãe falecera poucos dias após seu nascimento e Fritz foi criado por seu pai, um rico comerciante de produtos químicos. Clara e Fritz se conheceram na juventude, em aulas de dança frequentadas pela burguesia da cidade (FRIEDRICH; HOFFMANN, 2016). Contudo, o convívio entre eles foi interrompido quando Fritz foi estudar em Berlim.

Diferente de Clara, Haber não era considerado um estudante talentoso ou obstinado. Ele transitou por várias universidades até concluir seus estudos na Universidade Técnica de Charlottenburg, em Berlim. Após se reencontrarem em 1901, os dois se casaram rapidamente. Segundo Helfensteller (2018, p. 36), Haber propôs a Clara que se tornassem “um par químico”, companheiros na vida e na pesquisa. Mas logo após o casamento, Clara precisou interromper suas pesquisas para cuidar do lar, visto que o salário de Haber era insuficiente para a contratação de empregados/as.

Tal abandono exemplifica o que Lima (2011) chamou de efeito *Camille Claudel*, conceito que denuncia os obstáculos para a carreira de mulheres na ciência oriundos das relações afetivas, tais como o casamento. A autora apresenta três formas de manifestação do efeito Camille Claudel na vida de mulheres cientistas: 1- a ideia de *carreiras encaixadas*, isto é, a reconfiguração das atividades e objetivos profissionais da mulher para manter a relação ou atender demandas do parceiro; 2- a *relação de*

concorrência entre o casal, especialmente em casos onde as mulheres atuam no mesmo campo profissional dos seus companheiros; e 3- o *ofuscamento do trabalho feminino em função do seu gênero*, isto é, quando o homem recebe o crédito pelo trabalho de sua companheira, aproximando o Efeito Camille Claudel ao Efeito Matilda, conceito proposto por Margaret Rossiter para caracterizar a apropriação dos méritos do trabalho feminino pelos homens (LIMA, 2008; 2011; ROSSITER, 1993).

Embora ambos tivessem a mesma formação e interesses de pesquisa, apenas Clara mudou sua carreira para atender as demandas domésticas, adiando sua pesquisa indefinidamente. Nesse processo, ela abdicou de seus interesses profissionais para cuidar do lar e do seu marido, um claro exemplo do fenômeno de carreiras encaixadas apontado por Lima (2008).

Poucos meses após o casamento, Clara Immerwahr engravidou. Com o nascimento de Hermann em 1902, seu contato com a pesquisa tornou-se quase impossível: Hermann tinha a saúde frágil, o que o tornava dependente de cuidados que vinham exclusivamente de Clara, que assumia a responsabilidade pelo bem estar da criança totalmente, assumindo o papel social de mãe completamente dedicada aos filhos (MENDES, 2017). A literatura indica que Haber não colaborava com os cuidados com a criança e atividades domésticas, se dedicando completamente ao trabalho científico (FRIEDRICH; HOFFMANN, 2017; SMIL, 2001). Embora o cuidado com o filho fosse mais um obstáculo para a retomada de sua carreira, Clara não se queixava do mesmo, afirmando que sua relação com a criança era boa, embora ofuscada pelos cuidados que este necessitava (IMMERWAHR, 1909 apud ZOTT, 2002).

Contudo, é importante salientar que tal distribuição de tarefas era vista com naturalidade, visto que dentro do modo de sociabilidade patriarcal, a mulher de média alta deveria se dedicar ao papel de mãe, de esposa e cuidadora do lar. De acordo com Schiebinger (2001), houve um aprofundamento da cisão entre a esfera pública e privada durante o século XIX, estabelecendo-se papéis sociais e espaços bem definidos para homens e mulheres. Enquanto os homens atuavam na esfera pública, isto é, no mundo do trabalho formal, da política e da produção do conhecimento, as mulheres foram limitadas a atuar na esfera privada, isto é, no ambiente doméstico, cuidando da família e dando suporte ao trabalho masculino. Mesmo restritas ao ambiente doméstico, muitas mulheres colaboraram com a pesquisa científica de seus parceiros, como destaca

a autora, atuando como assistentes e colaboradoras dos mesmos (SCHIEBINGER, 2001). Clara Immerwahr também acompanhou e possivelmente colaborou com a pesquisa de Haber, demonstrado pelo agradecimento deste à Clara no prefácio do seu livro *Thermodynamik technischer Gasreaktionen* (1905), ainda que as/os historiadoras/es não saibam ao certo no que consistiu sua colaboração (HELFENSTELLER, 2018).

Biógrafas/os de Clara Immerwahr afirmam que sua relação fria e distante com Haber era a origem de grande parte de sua insatisfação. A difícil convivência entre ambos foi relatada por ela mesma em correspondência com seu ex-orientador e confidente, Richard Abegg. Nela, Clara apresenta sua relação com Haber da seguinte forma:

O que Fritz ganhou nesses 8 anos, isso – e mais – eu perdi, e o que sobrou de mim me enche da mais profunda insatisfação (...) [Fritz é um tipo de pessoa] do lado de quem todas as outras pessoas que não forçarem o seu caminho de forma ainda mais imprudente às custas do outro do que ele, irão perecer. E esse é o meu caso. (...) Se eu quisesse sacrificar ainda mais o pequeno direito à vida que tenho aqui em Karlsruhe, Fritz permitiria se transformar no pesquisador mais radical, embora o mais relevante, que se possa imaginar (IMMERWAHR, 1909 apud ZOTT, 2002, p. 400-401)

É possível compreender o sentimento de perda de Clara quando comparamos suas trajetórias acadêmicas antes e após o casamento. Clara era uma jovem química ambiciosa, com uma carreira promissora, enquanto Haber era visto como um estudante mediano, que transitou em diferentes espaços até se firmar na pesquisa científica (SMIL, 2001). Após o casamento, Haber tornou-se um dos mais importantes químicos da Alemanha, responsável por um dos maiores êxitos científicos da química alemã, a síntese da amônia, cuja importância foi reconhecida com o Prêmio Nobel de Química em 1918. Por outro lado, Clara abandonou sua carreira para se dedicar exclusivamente ao cuidado do lar e do filho. Nesse sentido, perdas mencionadas por Clara podem ser vistas como a perda da sua carreira, mas também da sua independência e do horizonte de possibilidades que a vida lhe apresentava.

O sentimento de insatisfação e a reconhecida melancolia de Clara resultaram em uma profunda depressão, agravada pelas mortes repentinas de Abegg e Sackur em 1910 e 1914, respectivamente. Enlutada e deprimida, a tragédia que viria a se abater sobre Clara Immerwahr é um desfecho trágico a um longo e conturbado período.

3. SUICÍDIO

Na madrugada entre 1 e 2 de maio de 1915, após uma homenagem aos êxitos de Haber na utilização de gás cloro contra soldados da Tríplice Entente em Ypres, Bélgica, Clara Immerwahr suicidou-se com um tiro no peito.

Muitas/os autoras/es discutem o suicídio de Clara sob a ótica do pacifismo. Segundo estes, Clara Immerwahr era uma cientista pacifista e não aceitava o envolvimento de Haber com a produção de armas químicas na Primeira Guerra Mundial e, por isso, tirou sua própria vida. Esta tese, que tem sido contestada pelos historiadores Bretislav Friedrich e Dieter Hoffmann em trabalhos recentes (FRIEDRICH; HOFFMANN, 2016; 2017), não será discutida aqui. Nos limitaremos a analisar outro aspecto ligado ao seu suicídio, a saber, a sua difícil relação com Fritz Haber.

Para além do abandono de sua carreira e das mortes de Abegg e Sackur, a indiferença de Haber foi um fator relevante para sua depressão. Em 2016, Eckart Henning encontrou e publicou algumas correspondências da física Lise Meitner e Edith Hahn, esposa do físico Otto Hahn sobre a morte de Clara Immerwahr (HENNING, 2016). Expondo suas impressões sobre do casal, estas duas mulheres consideraram que a difícil relação entre os dois pode ter sido determinante para o suicídio de Clara. Em carta, Edith Hahn comenta com seu esposo que tinha “a sensação de que ela [Immerwahr] era muito apegada a ele [Haber] e que ele a tratava mal – ou pelo menos com total indiferença – e que ela sofreu mais do que você imagina.” Similarmente, Lise Meitner afirma à Edith Hahn que Clara aparentava estar sempre muito nervosa nos últimos tempos e havia feito “vários comentários que podem ser interpretados que ela estava infeliz no casamento” (MEITNER, 1915 apud HENNING, 2016, p. 433). Além disso, Friedrich e Hoffmann (2017, p. 58) apontam outros problemas entre o casal de químicos, como o suposta ausência de uma vida sexual entre o casal e a descoberta do caso entre Haber e Charlotte Nathan, com quem viria se casar após a morte de Clara.

Pelo exposto, é possível concluir que os problemas conjugais contribuíram para o desfecho de Clara Immerwahr, embora a mesma ainda seja retratada na literatura como uma mártir pacifista e vítima do desenvolvimento de armas químicas na Primeira Guerra Mundial - uma narrativa que minimiza a influência de Haber em sua trágica morte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clara Immerwahr se mostrava uma jovem química com um futuro brilhante, sendo a primeira mulher a fazer pesquisa em um ramo da química até então estritamente masculino. Suas pesquisas sobre eletroquímica mostram seu domínio das teorias e técnicas próprias dessa área. Contudo, sua vida de pesquisadora foi interrompida devido ao casamento com Fritz Haber.

Immerwahr abandonou a química para se tornar esposa e mãe em tempo integral, enquanto Haber tornava-se um dos mais proeminentes nomes da química alemã. Reduzida a estes papéis, Clara se viu insatisfeita, sentimento que cresceu na medida em que seu relacionamento com Haber definhava. Sua trajetória representa a ideia de carreiras encaixadas, face típica do efeito Camille Claudel, mostrando como a abnegação da vida acadêmica pelas mulheres a favor da manutenção dos relacionamentos afetivos representa uma barreira à ascensão de mulheres na ciência. Além disso, os papéis e espaços sociais atribuídos às mulheres, isto é, o papel de cuidadora do lar e da família e o confinamento ao espaço privado do ambiente doméstico, também foram - e são - obstáculos na trajetória de mulheres cientistas. Assim, Clara Immerwahr foi mais uma dentre várias que se perderam neste labirinto translúcido das relações afetivo-familiares que se impõe na trajetória científica das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALBISETTI, James. The feminization of teaching in the nineteenth century: a comparative perspective. **History of Education**, v. 22, n. 3, p. 253-263, 1993.

BERNSTEIN, George; BERNSTEIN, Lottelore. The Curriculum for German Girls' schools, 1870–1914. **Paedagogica Historica**, v. 18, n. 2, p. 275-295, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0030923780180203>. Acesso em 30 nov. 2020.

FREIDENREICH, Harriet Pass. **Female, Jewish, and Educated: The Lives of Central European University Women**. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

FRIEDRICH, Bretislav; HOFFMANN, Dieter. Clara Haber, nee Immerwahr (1870–1915): Life, Work and Legacy. **Zeitschrift für anorganische und allgemeine Chemie**, v. 642, n. 6, p. 437-448, 2016. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/zaac.201600035>. Acesso em: 18 set. 2020.

FRIEDRICH, Bretislav; HOFFMANN, Dieter. Clara Immerwahr: A Life in the Shadow of Fritz Haber. In: FRIEDRICH, Bretislav, et al. (eds.) **One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences**. Cham: Springer, 2017. p. 45-67.

HELFENSTELLER, Ronny. **Eine Chemikerehe, in der die Versuchsapparate gleichberechtigt nebeneinander stehen?:** Betrachtung von Chemikerehen unter historisch-feministischen Aspekten. 2018. Trabalho de conclusão (Exame Estadual para Ensino em Escolas de Ensino Fundamental). Universidade de Rostock, Rostock, 2018.

HENNING, Eckart. Freitag in Dahlem (1915): Unveröffentlichte Briefe von Edith Hahn und Lise Meitner über Dr. Clara Haber geb. Immerwahr. **Zeitschrift für anorganische und allgemeine Chemie**, v. 642, n. 6, p. 432-436, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/zaac.201600052>. Acesso em: 22 set. 2020.

LEITNER, Gerit von, Haber-Immerwahr, Clara. In: OGILVIE, Marilyn; HARVEY, Joy. **The biographical dictionary of women in science: Pioneering lives from ancient times to the mid-20th century**. New York: Routledge, 2003.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LIMA, Betina Stefanello. Quando o amor amarra: reflexões sobre as relações afetivas e a carreira científica. **Revista Gênero**, v. 12, n. 1, p. 9-21, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31128/18218>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MENDES, Andréa Peres. **Labirinto de Cristal: Mulheres, Carreira e Maternidade uma conciliação possível?**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSSITER, Margaret. The Matthew Matilda effect in Science. **Social Studies of Science**, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SMIL, Vaclav. **Enriching the earth: Fritz Haber, Carl Bosch, and the transformation of world food production**. Cambridge: MIT press, 2001.

ZOTT, Regine (org.). **Briefwechsel zwischen Adolf v. Baeyer und Wilhelm Ostwald (mit Briefen von und an Victor Meyer) sowie Briefwechsel zwischen Wilhelm Ostwald und Richard Abegg, mit Briefen oder Briefausschnitten von Fritz Haber und Clara Immerwahr sowie an Svante Arrhenius**. Münster: LIT, 2002.

CAPÍTULO XXVI

MARQUESA DU CHÂTELET NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO SÉCULO 18

Jaene Guimarães Pereira ¹

Ana Paula Bispo da Silva ²

RESUMO

Esta pesquisa buscou realizar uma análise da possível exclusão da marquesa Émilie du Châtelet (1706-1749) da história da filosofia natural do século 18. Em uma busca bibliográfica sobre a história da ciência deste período, observa-se a ausência de mulheres, o que é objeto de críticas feministas. Nesse sentido, aponta-se a importância da realização de um resgate desta história (a história das mulheres na ciência) num esforço de lhes dar voz, incentivando outras a serem e estarem onde quiserem. Intenciona-se assim, legitimar e substanciar a representatividade feminina ao longo da história da ciência. Dar visibilidade à participação das mulheres nas ciências é um dos objetivos, assim como entender as possíveis causas de sua pouca representatividade nos campos científicos vigentes, o que requer investigar suas histórias e a partir de uma revisão da literatura estabelecer critérios que expliquem o apagamento. Particularmente aquele que levou a marquesa a não ter suas contribuições devidamente reconhecidas pela historiografia. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica comparativa e analítica, apresentando pontos de vista de autores que realizaram o estudo histórico em fontes primárias e chegaram a elucidar explicações a ausência da marquesa na historiografia tradicional, bem como a falta de reconhecimento a suas contribuições ao iluminismo do século 18.

Palavras-chave: Marquesa du Châtelet. Filosofia natural. História de Mulheres.

1. INTRODUÇÃO

Literatura recente em Gênero e Ciência vem afirmando que a cultura masculina da ciência, construída historicamente, cria barreiras ideológicas, sociais, epistemológicas que até as mais otimizadas feministas perdem o fôlego na luta por seu espaço igualitário de importância no meio científico (BOURDIEU, 2012; CHASSOT, 2004;

¹ Graduando no Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

² Doutora em História da Ciência. Professora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

PINTO, CARVALHO e RABAY, 2017;). Do ponto de vista da participação na produção da ciência, a ausência de mulheres é analisada sob diferentes perspectivas. Para Chassot (2004), por exemplo, essa ausência se dá pela suposta visão neutra e objetiva necessária à ciência, e da qual a mulher não seria capaz. Já Schiebinger (2001), argumenta que houve uma separação entre esferas pública e privada, conforme a ciência se institucionalizou a partir do século 19. Nessa separação, os cientistas precisavam de apoio doméstico para o progresso de suas carreiras, ficando a atuação da mulher restrita à esfera privada. Nesses argumentos observa-se dois fatores a serem superados a herança histórica e o discurso de que a mulher é inferior ao homem biologicamente e, conseqüentemente, seria por natureza guiada apenas por suas emoções, impossibilitando o uso da razão. Ambos estabelecidos, a partir de argumentos que se diziam científicos, também durante o século 19.

Mesmo sendo inegável a contribuição das mulheres no desenvolvimento do saber científico, estas só vieram a ser reconhecidas a partir dos movimentos feministas que alcançaram direitos essenciais para uma maior e mais expressiva representação feminina nos poderes (CONCEIÇÃO e TEIXEIRA, 2020; SCHUCK, 2018). O resgate sobre as contribuições que as mulheres tiveram na construção do conhecimento científico é legítimo e precisa ser substanciado. Para tanto, estudos historiográficos são enfáticos na busca por uma maior representatividade: reconhecer seu valor é dar-lhes voz e esperança de equidade nas relações de gênero no seu meio profissional.

Ao se tratar do século 18 as perspectivas de Chassot (2004) e a de Schiebinger (2001) não são totalmente aplicados, principalmente no que se refere a Émilie du Châtelet (1706-1749). No que concerne à produção da ciência, o século 18 se destaca pelas Academias, frequentadas principalmente pelas nobrezas, em que critérios de objetividade e neutralidade ainda não eram primordiais na República das Letras. Não havia uma institucionalização da ciência e, portanto, não há o cerceamento da mulher na vida privada. As nobres, como Émilie e outras mais, frequentavam a Academia e tinham a vida pública como rotina. Sendo assim, conjecturamos que a ausência de mulheres na ciência produzida no século 18 se dá por questões de gênero relacionadas à história da ciência¹.

¹ Estas questões são alvo de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento.

Sendo assim, esta pesquisa está endereçada nesta problemática, uma vez que busca entender as possíveis causas para o longo apagamento da Émilie na história da ciência, esperando fazer justiça a suas contribuições à filosofia natural do século 18. Este tema surge pelo fato de constatar que a Marquesa geralmente aparece em alguns textos históricos em português, apenas como uma tradutora de Newton e amante de Voltaire (citar dois autores nacionais). Por outro lado, encontramos referências recentes em outros idiomas que destacam a relevância da Marquesa enquanto filósofa natural, com poucas traduções para o português. A ausência de obras de história da ciência, em português, que tragam a visão da Marquesa dentro da filosofia natural, levou-nos a formular o seguinte questionamento: o que levou a possível exclusão da marquesa Émilie du Châtelet da historiografia tradicional da ciência?

Para responder a esta pergunta, buscamos obras em que historiadores que tomaram como base fontes primárias relativas à Marquesa e buscaram elucidar algumas possíveis respostas. Nossa pesquisa foi de caráter bibliográfico, e tomou como critério a relevância, as fontes e a coerência apresentada pelos autores com respeito à cronologia dos fatos históricos.

Inicialmente buscamos compreender a presença das mulheres na historiografia do século 18; na sequência, trazemos um pouco sobre a história e os escritos de Émilie nesse cenário, ressaltando suas contribuições; e por fim discutimos as explicações dadas pelos autores selecionados para a sua exclusão da historiografia tradicional.

Encontramos respostas distintas, algumas remetendo a questões relacionadas ao sexo da Marquesa, embora a mesma não faça relatos em que explicita ter sofrido preconceito por ser mulher. Este fato somente foi problematizado após sua morte.

2. MULHERES E HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA DO SÉCULO 18

Uma busca rápida, seja na *web* ou em manuais didáticos de ciência ou filosofia, por mulheres filósofas durante o século 18 (filosofia natural) traz poucos resultados, ou quase nenhum. De fato, até mesmo para pesquisadores da história da ciência, pode haver dificuldades nessa busca. Isto nos faz acreditar que não existiram mulheres neste período que se dedicaram ao conhecimento mais especializado.

No entanto, segundo Schiebinger (1993), mesmo havendo evidências de que haviam mulheres qualificadas, nos séculos 17 e 18, pouco se lê sobre suas ocupações nesses espaços. Sua admissão oficial só ocorreu 300 anos depois (SCHIEBINGER, 1993, p. 12). Podemos citar a história da Laura Bassi (1711-1778), a primeira mulher professora universitária na Europa pela Universidade de Bolonha, em 1732 (GILLISPIE, 1975). No fim do século 18 podemos falar de Sophie Germain (1776-1831) que, ao entrar na recente École Polytechnique em Paris, precisou de um pseudônimo (Antoine-August Le Blanc). Ela ganhou um prêmio da academia francesa por sua tese na teoria da elasticidade e suas contribuições são encontradas na área da matemática e da teoria da elasticidade (BERNARDI, 2016).

Émilie teve contato com duas de suas contemporâneas, as italianas Laura Bassi e Gaetana Agnesi (1718-1799). Pode-se concluir então, que mulheres eruditas e preparadas nesses períodos existiram, fizeram história e por algum motivo foram apagadas. Isto nos leva a vários questionamentos, como: por que a história dessas mulheres não é contada? Será que não tiveram contribuições importantes? Mais que isso: realmente existiram?

Martins (2005) ressalta que, o historiador seleciona e narra sua versão, podendo apenas apresentar os fatos que corroborem com seu ponto de vista, embora esta seja uma postura que deve ser evitada. Como exemplo, observamos o artigo de Musielak (2014), que, mesmo usando fontes primárias como as cartas de Émilie, apresenta uma visão tendenciosa da marquesa, chega a conclusões contestáveis¹ e perguntas tendenciosas², no que podemos caracterizar de historiografia *whig* (VIDEIRA, 2007). Martins (2001) apresenta aspectos gerais do método de trabalho de um historiador da ciência, discutindo vários problemas que uma pesquisa mal conduzida pode gerar, como por exemplo, aquela que segue a luz de nossas crenças cegas ou que deliberadamente distorce fatos, como Musielak (2014). Assim, torna-se necessário não somente tomar cuidados em buscar fontes das mais variadas naturezas e quantidade, sem privilegiar as que corroboram com suas hipóteses e/ou desejos.

¹ Ao afirmar que os esforços de Émilie du Châtelet se limitaram em simples comentários e sínteses.

² Uma das perguntas que a autora faz é: A marquesa tinha preconceito em relação à educação das meninas? Sem responder diretamente, induz o leitor a partir de fontes originais, distorce para chegar à conclusão que sim.

Para além dessas questões, que se apresentam por vezes invariáveis, o olhar do historiador é um guia ao realizar os cortes. Ainda assim, existe um fascínio nessa história, que faz com que nos sintamos mais atraídos pelo que é omitido, do que pelo que é revelado. Nossa personagem está dentro desses cortes, hora omitida da história, hora narrada em um apelo comercial que deliberadamente se limita a descrever aspectos não ortodoxos da Marquesa, seus mistérios e desafios (ZINSSER, 2007, p. 90). Tudo isso, em uma predileção pelos aspectos sexuais de sua vida com objetivos questionáveis.

Deste tipo são alguns romances populares que destacam Émilie apenas por sua ligação com Voltaire (COSTA, 2008). Provavelmente essa ênfase se deva a *correspondance littéraire* (correspondência literária) escrita por Madame du Deffand (1696-1738), 28 anos após a morte de Émilie. Nesses escritos, Madame du Deffand, fez uma caricatura bastante medíocre ao publicar o retrato de Madame du Châtelet denegrindo-a perante a sociedade da época. Madame du Deffand destaca que a notoriedade da marquesa veio tão somente por seu relacionamento afetivo com Voltaire (Du Deffand, 1865, p. xci). Badinter (2003, p. 441) afirma que em sua caricatura, Madame du Deffand escreve: “É preciso, para ser célebre, ser celebrada. E foi isso que ela conseguiu ao se tornar amante de Voltaire. Foi ele que a fez objeto de atenção do público [...]. É a ele que ela deverá o fato de viver nos próximos séculos”. Esta afirmação pareceu até pouco tempo ser uma verídica profecia. Entretanto, Sainte-Beuve, reconhecido especialista do século 18, escreve um número de conversa com o título: *Madame du Châtelet, suite de voltaire à Cirey* (Madame du Châtelet, seguida por Voltaire em Cirey), mostrando assim “quem era o astro e quem era o satélite” (Sainte-Beuve *apud* Badinter, 2003, p. 441).

Ainda no século 19, não encontramos críticas literárias que façam referências aos escritos de Émile. A não ser pelo (*Discours sur le bonheur*) (Discurso sobre a felicidade), seus críticos já não mais se interessavam em escrever. Segundo Badinter (2003, p. 441), os irmãos Goncourt elogiaram sua inteligência e sua filosofia, mas este século não se interessava por esta parte da história. Louise Colet dedicou-se a mostrar a importância de suas obras, escreveu palavras lisonjeiras e homenageou a Émile em público dentro desse referido século (BADINTER, 2003, p. 442). Ainda assim, historiadores da primeira metade do século 20 continuaram a ignorar a figura da mulher filósofa natural em detrimento da amante de Voltaire.

2.1. A MARQUESA ÉMILIE DU CHÂTELET

Gabrielle Émilie Le Tonnelier de Breteuil, nasceu em Paris em 17 de dezembro de 1706, filha do barão Louis Nicolas le Tonnelier e Gabriele Anne de Froullay, baronesa de Breteuil. Marquesa de berço, se casou com o marquês Florent-Claude de Châtelet-Lomont em 1725, tiveram três filhos, uma menina e dois meninos, sendo que seu segundo filho faleceu após um ano de seu nascimento. Émilie pertencia a uma casta privilegiada ignorava a maioria das proibições que caíam sobre as mulheres até mesmo no século seguinte. Durante sua infância já demonstrava interesse pelos estudos. Seu pai gostava de receber estudiosos em sua casa e Émile manifestava sempre ávido entusiasmo.

Sua trajetória foi uma sucessão de várias etapas que a conduziram da estudante obstinada à dama respeitada pelos os estudiosos de sua época. Entre o rigor científico e uma necessidade de explicar a metafísica, Émilie buscou conciliar Newton e Leibniz. Desviava-se assim da comunidade científica, que se dividia entre newtonianos e cartesianos fervorosos. Toda essa polêmica a estimulava e trazia alegria. Mesmo que o século 18 não tenha ainda disciplinarizado a filosofia natural entre os ramos considerados atualmente pela ciência, e que Émile tenha se dividido em estudos matemáticos, físicos, da metafísica, linguística e literatura, ela afirmava sua preferência pela física por volta de 1738¹ (BADINTER, 2003, p. 275).

Por sentir necessidade em solidificar seus conhecimentos matemáticos, ela buscou interação com Maupertuis (1698-1759), mas ao avançar no estudo das forças vivas e de atração esta relação já não era mais suficiente. Badinter (2003, p.276), afirma que a Marquesa buscava obstinadamente trazer uma modesta contribuição ao progresso do bem estar humano. Na análise atenta de suas cartas percebe-se que 1737-1738 é um ano de evolução para seus estudos. Ela anuncia a Maupertuis suas preferências teóricas, posicionando-se a favor de Bernoulli, contra Mairan, na questão sobre as forças vivas e pensa que a força de um corpo deve “ser considerada pelos obstáculos que remove e não pelo tempo que emprega nisso” (Carta ao físico Henri

¹ Cabe lembrar que até mesmo para Newton, o estudo da mecânica racional se aproximava mais da geometria do que da “física”, como viria a ser denominada posteriormente (NEWTON, 1725, p. 15).

Pitot). Mostra Batinder uma mulher que não teme expor suas opiniões e ao ler as publicações da academia busca avaliá-las de forma crítica.

A primeira publicação oficial foi sua dissertação sobre o fogo. Inicialmente é Voltaire quem apresenta à academia francesa sua dissertação, em que realiza diversos experimentos, busca algumas contribuições de outros estudiosos e chega a concluir que o fogo tem peso. Émilie, durante todo o verão de 1737, observa e decide realizar suas próprias experiências e se empenha em estudar a natureza do fogo. Em desacordo com Voltaire, apresenta sua versão de forma anônima e secreta. Um ano mais tarde conta em carta a Maupertuis seus feitos e os motivos de ter escondido o feito de seu amado (BADINTER, 2003, p. 284).

O prêmio foi compartilhado por três dissertações, mas a Voltaire, assim como a Émilie foi concedida a insigne consolação do *imprimatur*. Em sua dissertação, Émilie afirma que “o fogo não pesa absolutamente e que poderia muito bem ser um ente particular que não fosse nem espírito nem matéria, assim como o espaço, cuja existência é demonstrada, não é nem matéria nem espírito. Não creio nesta ideia insustentável, por mais singular que possa parecer a princípio” (BADINTER, 2003, p. 285). As duas dissertações, assim como as outras três laureadas, são impressas e a academia reconhece a autoria da marquesa e apresenta como sendo escrita por uma dama de alto nível. Este feito memorável abre-lhe o mundo científico. Seu nome é lembrado com respeito no interior da Sorbonne (Universidade de Paris localizada na França), podendo, a partir de então, se corresponder melhor com os estudiosos mais conhecidos e obtendo retornos com consideração sobre seus estudos

Em janeiro de 1740, publica um livro de 450 páginas o *Institutions de Physique* (Instituições de Física), em que realiza cálculos e experiências para corroborar com a teoria das forças vivas, de Leibniz, opondo-se aos cartesianos e newtonianos. As Instituições são fontes de debates científicos da França do século 18 (BADINTER, 2003, p. 293-307).

Existem escritos da marquesa que foram encontrados recentemente (NAGEL, 2012), o que nos leva a crer que ainda há muito que se investigar sobre sua história.

Seu interesse principal era a filosofia natural, porém se dedicou a assuntos como o papel social das mulheres e a educação. São exemplos disso seus trabalhos: tradução de partes da *Fable of the Bees* (Fábula das Abelhas) de Mandeville que versava sobre

ética; escreveu o livro *Examens de la Bible* (Exames Bíblicos) voltado a teologia e o seu livro escrito de forma semi autobiográfico *Discours sur le bonheur* (Discurso sobre a felicidade) onde descreve a fonte da felicidade humana (DETLEFSEN, 2018).

Não se sabe ao certo, mas em algum momento no início da década de 1740, ela começou a trabalhar na tradução dos dois volumes e nos comentários sobre os *Principia de Newton*, publicando-os em 1759. Sendo este o seu último trabalho, Émilie du Châtelet deu à luz na noite de 3 de setembro de 1749, morrendo de infecção causada pelo parto sete dias depois; sua bebê morreu logo após (BODANIS, 2012).

3. APAGANDO A MARQUESA

Quando passamos a conhecer a história da Émilie du Châtelet, suas obras e contribuições durante o início do Iluminismo do século 18, é natural questionar o que levou ao seu apagamento na história da ciência. Trazemos um breve e resumido relato baseado em três autores que investigaram a vida e obra da marquesa: Bodanis (2012), Zinsser (2007) e Badinter (2003), já mencionados anteriormente. Suas conclusões são baseadas em uma vasta pesquisa historiográfica, rastreamento de cartas (fonte de muita publicação da época), e considerando o seu contexto de vida.

Bodanis (2012), já em seu prefácio, levanta três argumentos em resposta à pergunta: por que essa história não é tão conhecida? Primeiramente atribui às várias intrigas logo após a sua morte. Segundo ponto está na complexidade de seus escritos serem fonte de desconfiança quanto a sua originalidade, que no fim do século 18, já que Immanuel Kant (1724-1804) escreverá ser inimaginável que a Madame du Châtelet fosse de fato uma grande pensadora. O terceiro argumento é quanto a forma com que historiadores franceses fantasiaram a luta de um grupo coeso no Iluminismo, na busca pelo desenvolvimento de toda a humanidade, negligenciando uma parte da história para afirmar seus pontos de vista.

Para Zinsser (2007), a oposição a Émilie é um reflexo das tradições de gênero herdadas da cultura europeia. Apesar de todo o seu reconhecimento e empenho, a imagem de mulher se mostrou forte para que sua memória fosse preservada. Outro argumento de Zinsser (2007) se baseia no esforço despendido pela Marquesa em conciliar as ideias de Newton e Leibniz, alienando-se da forte corrente da comunidade

científica da época. Émilie assume uma versão mais metafísica da obra do Newton ao abordar o conceito de força viva de Leibniz. Porém, ao longo do final do século 18 e início do século 19, verifica-se uma revisão das concepções metafísicas na filosofia natural, adotando-se critérios mais analíticos.

Para Badinter (2003), há duas razões possíveis para o esquecimento que durou quase dois séculos: a mais evidente é a caducidade de seus trabalhos, que interessam apenas a historiadores das Ciências ou da Filosofia; a outra é que Madame du Châtelet não poderia ser oferecida como modelo para outras mulheres por representar um contraexemplo ao padrão que era desejado..

Os três autores parecem concordar que existe ao menos uma causa voltada ao sexo da Marquesa. Seja por não se encaixar ao modelo desejável para as mulheres de sua época; ou pelo grau de complexidade de seus trabalhos não condizer com o nível de instrução cabido às mulheres, levantando suspeitas quanto a sua originalidade. Porém, todas estas possíveis respostas se dão após sua morte. Em vida a Marquesa chegou, mesmo que por um breve momento, a gozar de reconhecimento dentro do ciclo acadêmico, sem reconhecer nenhum tipo de preconceito devido ao seu sexo enquanto desenvolvia suas pesquisas.

Batinder e Bodanis relatam as intrigas que surgiram após a morte da marquesa, porém apenas Bodanis atribui o apagamento de sua história a isso. . Zinsser e Batinder descrevem como a Marquesa foi controversa para a sua época ao buscar conciliar as ideias de Newton e Leibniz, mas só Zinsser considerou esse episódio como um dos motivos para o seu apagamento na história das ciências.

Essas leituras controversas reforçam a importância de conhecer o máximo de leituras e olhares dentro de um mesmo episódio histórico, quando se trata de uma personagem como essa, com toda complexidade e controversa, esta necessidade é realçada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Émilie du Châtelet foi apagada da história da ciência tradicional por um longo período. Evocada por historiadoras feministas em uma leitura mais cuidadosa e atenta,

revela uma riqueza histórica a se discutir e traz a sensação de que esta seja uma história em construção, mais ainda no que se refere ao âmbito nacional.

Esta sucinta pesquisa sobre a Marquesa Émilie du Châtelet serve como base para buscas mais profundas acerca de sua história e seu apagamento. Pode-se por exemplo destrinchar cada um dos argumentos que, de forma breve, foram aqui apresentados. Há muito que ser dito e discutido sobre uma mulher tão controversa que acalorou debates com ímpeto, comparada aos homens eruditos e reconhecida pelos mesmos, em uma época diferente da nossa, mas que até hoje é fonte de inspiração e admiração.

Espera-se, assim, contribuir para suscitar a busca por mais histórias sobre mulheres, reduzindo sua invisibilidade, dando-lhes vós, reconhecendo sua importância e fazendo justiça aos seus esforços e contribuições no desenvolvimento do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Émilie, Émilie**: a ambição feminina no século XVIII. São Paulo: Discurso Editorial/Duna Dueto/ Paz e Terra, 2003.

BERNARDI, G. *The Unforgotten Sisters: Female Astronomers and Scientists before Caroline Herschel*. Springer, Ebook, 2016.

BODANIS, D. **Mentes apaixonadas**. Tradução de Camila de Melo Araújo, Editora Record, Rio de Janeiro, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina** (Tradução). Maria Helena Kuhner, Bertrand Brasil, ed. 11, Rio de Janeiro, 2012.

CHASSOT, A. **A Ciência é Masculina?** Contexto e Educação, Editora UNIJUÍ, p. 9 - 28, n. 71/72, 2004.

CONCEIÇÃO, J. M.; TEIXEIRA, M. R. F. A produção científica sobre as mulheres na ciência brasileira. **Contexto e Educação**, Editora Unijuí, p. 280-299, 2020.

COSTA, M. C. Divulgando a visibilidade das mulheres na ciência. **Cadernos Pagu** (15), 2008, p. 289-293.

Du Deffand, M. (1697-1780). Auteur du texte. Correspondance complète de la marquise du Deffand : avec ses amis le président Hénault, Montesquieu, d'Alembert, Voltaire, Horace Walpole. Tome 1 / classée dans l'ordre chronologique et sans suppressions, augmentée des lettres inédites au chevalier de l'Isle, précédée d'une histoire de sa vie, de son salon, de ses amis, suivie de ses oeuvres diverses et éclairée de nombreuses notes par M. de Lescure. 1865.

DETLEFSEN, K. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edição de inverno de 2018. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/emilie-du-chatelet/>>.

GILLISPIE, C. C. **Laura Bassi**. Dictionary of Scientific Biography. v 12, 1975.

MARTINS, L. A. P. História da ciência: objetos, métodos e problemas. **Ciência e Educação**, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MARTINS, R. A. História e história da ciência: encontros e desencontros. **Évora**: Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, in: Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica, p. 11-46, 2001.

MUSIELAK, D. The Marquise du Châtelet: A Controversial Woman of Science. **arXiv** preprint arXiv:1406.7401, 2014. disponível em <https://arxiv.org/abs/1406.7401>. acesso 29/03/2021.

NAGEL, F. Emilie Du Châtelet's Rediscovered *Essai sur l'optique* and Her Relation to the Mathematicians from Basel, in *Émilie Du Châtelet: Between Leibniz and Newton*, Springer, London, 2012.

NEWTON, I. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. 2ª edição. Traduzida por J. Resina Rodrigues. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1725.

PINTO, E. J. S.; CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. As Relações de Gênero nas escolas de cursos superiores. **Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 10, n. 22, p. 47-58, 2017.

SCHIEBINGER, L. **The History and Philosophy of Women in Science**: A Review Essay. *Signs*, v. 12, n. 2, 1987.

SCHIEBINGER, L. **Women in Science**: Historical Perspectives. In: *Women at Work: A Meeting on the Status of Women in Astronomy*. Conference Proceeding,. 1993. Disponível em: <https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/1993wwms.conf...11S>. 25.02.2021

SCHUCK, E. O. Conhecimento e espaços de poder: trajetórias da pesquisa acadêmica feminista no Brasil. **Inc. Soc. Brasília**, v.11, n.2, p. 30-43, 2018.

VIDEIRA, A. A. P. Historiografia e história da ciência. **Escritos** (Fundação Casa de Rui Barbosa), Rio de Janeiro, v. 1, p. 111-158, 2007.

ZINSSER, J. P. Mentors, the marquise Du Chatelet and historical memory. **Notes Rec. R. Soc.** 27 march (2007) p. 89-108.

CAPÍTULO XXVI

“INFELIZES DE UMA VIDA DEPRAVADA E CHEIA DE HORRORES” – SEXUALIDADE FEMININA, RAÇA E CLASSE NO CONHECIMENTO NEUROPSIQUIÁTRICO (RIO DE JANEIRO, 1883- 1912)

Giulia Engel Accorsi ¹

Mayara Priscilla de Jesus dos Santos ²

RESUMO

A presente comunicação discute as noções sobre sexualidade feminina e raça na retórica do campo neuropsiquiátrico carioca, entre 1883 e 1912. Para tal, utilizamos os debates médicos em torno da paralisia geral progressiva (PGP), forma de sofrimento psíquico que se consolidou enquanto categoria diagnóstica durante a segunda metade do século XIX. A doença era caracterizada pela manifestação de delírios (especialmente os de grandeza), perdas motoras generalizadas, alterações na fala e na escrita e demência seguida de morte. Durante o período aqui contemplado, não havia cura para a PGP e a ela foram atribuídas muitas causas, especialmente os excessos sexuais e de trabalho, fosse ele físico ou intelectual, o abuso de substâncias consideradas tóxicas, como o álcool e o fumo, a sífilis, os traumas na região da cabeça, a exposição a altas temperaturas, entre outras. O referido recorte desenha-se baseado em dois marcos para o campo da medicina mental carioca. O primeiro reside no início do funcionamento da Cadeira de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ocorrido em 1883, com a posse de seu primeiro catedrático, o médico João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921). No ano de 1913, subsequente àquele que fecha este estudo, foram publicadas pesquisas médicas que contribuíram de modo amplo para a consolidação da teoria de que a sífilis seria a principal causa da paralisia geral progressiva. Assim, a partir de meados da década de 1910, parte significativa das discussões inerentes à PGP passaram a girar em torno das técnicas laboratoriais de diagnóstico para a sífilis, até então disponíveis. Como fontes para pensar as sobreposições entre as noções de sexualidade feminina, classe e raça utilizamos teses de doutoramento em medicina, artigos publicados em periódicos médicos e as atas da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Defendemos a hipótese de que a paralisia geral progressiva foi construída enquanto categoria diagnóstica não somente influenciada pelas teorias sociais em voga, mas também de modo a tornar-se uma ferramenta capaz de legitimá-las.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Loucura. Psiquiatria. Sífilis.

¹ Doutora em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

² Doutoranda em História. Programa de Pós-Graduação em História – Unicamp.

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação discute as noções de sexualidade feminina, classe e raça na retórica do campo neuropsiquiátrico carioca, entre 1883 e 1912. Para tal, utilizamos os debates médicos em torno da paralisia geral progressiva (PGP), forma de sofrimento psíquico que se consolidou enquanto categoria diagnóstica durante a segunda metade do século XIX. Essa foi originalmente descrita em 1822, pelo alienista francês Antoine Laurent Jessé Bayle (1799-1858), e sob a denominação de aracnoidite crônica. Tal termo enfatizava os referenciais médicos, oriundos da anatomoclínica, sobre os quais Bayle edificou a doença (BROWN, 1994). A anatomia patológica floresceu enquanto escola de pensamento durante o oitocentos, especialmente na França e na Alemanha. Segundo ela, as patologias humanas eram desencadeadas por uma lesão material em um órgão ou parte do corpo, originando os diversos sintomas clínicos que compunham seus quadros de adoecimento característicos. Em outras palavras, para que uma enfermidade pudesse ser reconhecida enquanto tal, deveriam ser apontadas e estudadas as características da lesão responsável pelo processo patológico (EDLER, 2011). Entretanto, os estudos sobre as moléstias da mente, à época, raramente encontravam uma relação contundente de causa e efeito entre lesões e sintomas nas autópsias conduzidas em pessoas consideradas alienadas (HUERTAS, 2014). O alienismo, portanto, era tido por outras especialidades já consolidadas como um ramo da medicina carente de bases científicas, segundo os referenciais epistemológicos da virada entre os séculos XIX e XX.

À primeira vista, a paralisia geral progressiva, entretanto, parecia uma exceção a essa regra – ao menos, segundo Bayle. Através da observação de lesões materiais no cérebro, o alienista francês defendia que o quadro de delírios, perdas motoras generalizadas, alterações na fala e na escrita e demência seguida de morte era, na realidade uma doença autônoma, e não uma complicação de outras formas de loucura, como advogavam outros alienistas contemporâneos seus (BROWN, 1994). O reconhecimento da aracnoidite crônica enquanto doença autônoma levou algumas décadas para se consolidar, ocorrendo em meio a uma série de controvérsias inerentes às suas manifestações, etiologia e denominação. Durante a segunda metade do oitocentos, grande parte dos campos alienistas internacionais passou a utilizar as

denominações “paralisia geral progressiva” e/ou “paralisia geral dos alienados” para referir-se à moléstia, uma vez que tais termos enfatizavam o sintoma da doença que a levava a ser considerada a primeira enfermidade psíquica de cujo quadro sintomatológico faziam parte não somente manifestações mentais, mas também físicas (DAVIS, 2008; HURN, 1998).

Até a década de 1920, não havia cura para a paralisia geral progressiva e a ela foram atribuídas muitas causas, especialmente os excessos sexuais e de trabalho, fosse ele físico ou intelectual, o abuso de substâncias consideradas tóxicas, como o álcool e o fumo, a sífilis, os traumas na região da cabeça, a exposição a altas temperaturas, entre outras. Os potenciais desdobramentos nervosos da sífilis são conhecidos desde pelo menos a primeira metade do século XIX (ACCORSI, 2020). Contudo, foi apenas durante o início do novecentos que a doença venérea adquiriu papel de destaque como causa de certas enfermidades psíquicas. Reunidas sob o termo “neurossífilis”, cunhado durante os anos de 1920, estavam as diferentes formas da sífilis nervosa, a saber: a sífilis cerebral, a *tabes dorsalis* e a paralisia geral progressiva (DAVIS, 2008)

O recorte contemplado pela presente investigação desenha-se baseado em dois marcos para o campo da medicina mental carioca. O primeiro reside no início do funcionamento da Cadeira de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ocorrido em 1883, com a posse de seu primeiro catedrático, o médico João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921). No ano de 1913, subsequente àquele que fecha este estudo, foram publicadas pesquisas médicas que contribuíram de modo amplo para a consolidação da teoria de que a sífilis seria a principal causa da paralisia geral progressiva. Assim, a partir de meados da década de 1910, parte significativa das discussões inerentes à PGP passaram a girar em torno das técnicas laboratoriais de diagnóstico para a sífilis, até então disponíveis. Como fontes para pensar as sobreposições entre as noções de sexualidade feminina, classe e raça utilizamos teses de doutoramento em medicina, artigos publicados em periódicos médicos especializados e as atas da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, durante o período estudado.

Durante os processos de surgimento e consolidação da psiquiatria enquanto área médica distinta (porém, no Rio de Janeiro, ainda por algum tempo ligada à neurologia), as visões médicas sobre a paralisia geral progressiva passaram a permear e a serem

permeadas por discussões que articulavam-na ao processo de civilização e urbanização pelos quais passava o Brasil, especialmente a Capital Federal, aos referenciais médicos sobre as mulheres, sobre a classe trabalhadora e a elite, e sobre os indivíduos não brancos, especialmente negros e “mestiços”. Neste período, crescia sobremaneira a preocupação das elites intelectuais, econômicas e políticas, que aqui viviam, com os caminhos a serem tomados para construção de uma nação desenvolvida (LIMA, HOCHMAN, 1996). Ao buscar tornar-se científica, a neuropsiquiatria evidenciava sua importância, e de seus especialistas, no processo de construção de um país “civilizado” (FACCHINETTI, MUÑOZ, 2013).

Desde pelo menos meados do século XX, as ciências biológicas vêm defendendo, baseadas em seu repertório de técnicas e conceitos, que a categoria de raça biológica não existe. Contudo, processos de racialização ocorrem na humanidade há pelos menos três séculos, tendo sido permeados por significados e objetivos diferentes, de acordo com os momentos históricos e os lugares nos quais se desenrolaram (FASSIN, 2019; MONSMA, 2016). Assim, diferentes vertentes do movimento negro reconhecem que a categoria de raça, apesar de não ter lastro biológico, possui um importante significado sociocultural, especialmente no Brasil, um país em que a herança escravocrata e o racismo encontram-se emaranhados nas dinâmicas mais estruturais que regem a nossa sociedade (ALMEIDA, 2019). Os mecanismos que impulsionam esse racismo, por Monsma (2016, p. 43) caracterizado como oriundo de um “essencialismo negativo, que define como intrínseca e duravelmente negativas as características internas a um grupo étnico, tais como moralidade, aptidões, inteligência e disposições”, estão, desta forma, pautados em uma série de outras características que vão para além da cor da pele. A forma do cabelo, certos traços fisionômicos, práticas religiosas, determinadas formas de se vestir etc. são elementos aos quais também recorrem os ideais racistas, profundamente arraigados no discurso de diversas sociedades, incluindo a brasileira, na tentativa de se “provar” a inferioridade de determinadas culturas, especialmente as oriundas de África (ALBUQUERQUE, 2017).

Isso posto, a presente comunicação defende a hipótese de que a paralisia geral progressiva foi construída enquanto categoria médica não somente influenciada pelas teorias sociais em voga, mas também de modo a tornar-se uma ferramenta capaz de legitimá-las. Dito de outro modo, as fronteiras da referida enfermidade foram

delimitadas com base na incorporação, por parte do pensamento médico, dos valores morais, das concepções sobre as classes populares e sobre o papel socioeconômico e político da mulher pregados pelas sociedades burguesas do final do oitocentos e início do novecentos.

2. “DESGRAÇADAS” E “BAILARINAS” – OS PERFIS MORAL, DE CLASSE E ÉTNICO-RACIAL ASSOCIADOS ÀS MULHERES PARALÍTICAS

Até o início do século XX, os médicos que atuavam no Rio de Janeiro explicavam a baixa ocorrência da paralisia geral progressiva em mulheres através da ideia essas não se entregavam aos mesmos excessos, especialmente os venéreos, alcohólico e de trabalho físico e intelectual, aos quais estavam expostos os homens (FERREIRA, 1883; PITOMBO, 1885; NUNES, 1890; ALBUQUERQUE, 1896). Mas, bastava que as moças se afastassem do caminho que lhes era traçado que estariam sujeitas à doença. A fórmula geral para o adoecimento feminino pela PGP era seu distanciamento dos papéis de gênero que grande parte das sociedades ocidentais atribuía às mulheres na virada entre os séculos XIX e XX. Papéis esses que passavam não apenas por uma necessidade de recato sexual, mas também pelo respeito à natureza dos trabalhos aos quais as moças deveriam, ou não, se dedicar.

Segundo a visão de muitos médicos, as mulheres “não se entrega[vam] à mesma vida ativa e devoradora que o homem”, suas vidas no ambiente doméstico, bem como as tarefas que nele desempenhavam, exigiam pouco de seu sistema nervoso, tornando-as menos susceptíveis às estafas advindas de um trabalho físico e intelectual ostensivo (FERREIRA, 1883, p. 9). No que dizia respeito aos homens, a esses não só se previa, como naturalizava-se seu adoecimento pela paralisia geral. Afinal, “pelos condições de seu sexo na luta pela existência” necessitavam “maior trabalho cerebral e mais vezes que a mulher”, tornando-se vítimas mais frequente da doença (NUNES, 1890, p. 24). Muitos médicos, assim, justificavam a baixa ocorrência da PGP em mulheres através de uma visada biológica, explicando que o cérebro feminino não se encontrava exposto a uma atividade tão intensa quanto o masculino:

Sabemos que a paralisia geral se observa dos 30 aos 60 anos e é mais comum no homem que na mulher. Ora, é precisamente esta [sic] a idade em que o

cérebro se acha em completa atividade fisiológica e o homem pelas condições de seu sexo na luta pela existência, necessita maior trabalho cerebral e mais vezes que a mulher se sujeita à influência nociva das causas acima referidas (NUNES, 1890, p. 24, grifos nossos).

Nas falas dos doutos identificamos, ainda, articulações entre o “afastamento” feminino de uma vida regrada em diferentes aspectos a grupos socioeconômicos e/ou racializados/étnicos específicos. No caso das europeias, por exemplo, essas tornavam-se paralíticas, segundo alguns médicos, porque no Velho Continente disputavam espaço com os homens

[...] em quase todos os labores da vida; confina[m]-se nas fábricas e atira[m]-se aos trabalhos agrícolas; busca[m] nos empregos comerciais, nas ocupações mineiras, e em certos países nas ocupações liberais etc. meios de se manter. Ela[s] se tem procurado nivelar ao homem mesmo nas profissões intelectuais e artísticas, e nos misteres políticos (ALBUQUERQUE, 1896, p. 69).

Contudo, as abordagens mudavam com relação às mulheres brasileiras. Caracterizadas como “bailarinas”, “prostitutas”, “lavadeiras” e “casaleiras”, as paralíticas eram descritas como “irregulares” e, portanto, “mais sujeitas às devastações da sífilis” e conseqüentemente à paralisia geral (ALBUQUERQUE, 1869; PENAFIEL, 1904). Como já mencionado, a sífilis já era, no final do novecentos, aventada como uma das possíveis causas da PGP. Interessante, entretanto, é perceber que o Dr. João Pedro de Albuquerque, por exemplo, identificava causas completamente distintas para o enlouquecimento de mulheres pela PGP na Europa e no Brasil. Enquanto o autor delineava um perfil de proatividade na luta pela sobrevivência e na tentativa de inserção sociopolítica para a mulher europeia, associava o adoecimento das moças brasileiras à sua maior susceptibilidade de contrair uma infecção sifilítica, ou seja, a seus supostos excessos sexuais. Tal percepção se complexifica ainda mais na fala do Dr. Antonio Carlos Penafiel, o qual afirmava que entre as mulheres diagnosticadas como paralíticas estavam mais comumente as “mestiças”: “isto porque estas são das *classes inferiores da sociedade*, mais expostas às causas múltiplas da periencefalite crônica difusa”¹ (PENAFIEL, 1904, p. 39, grifos nossos). A doença era admitidamente “raríssima” nas “mulheres [brasileiras] pertencentes à classe abastada” (PITOMBO, 1885, p. 29-30).

¹ A paralisia geral progressiva também era frequentemente denominada de “periencefalite crônica (difusa)” pelos médicos brasileiros.

Segundo o Dr. José Ataliba Ferraz de Sampaio, a PGP vitimava menos as mulheres por se encontrarem menos expostas aos fatores “determinantes” da afecção, a saber, “surmenage, emoções, traumatismos cranianos, intoxicações e infecções diversas”. Deixando de lado os demais elementos, o médico julgava, contudo, ser a sífilis a causa decisiva no aumento do contingente de doentes paralíticos, especialmente, entre as mulheres provenientes das classes baixas:

Esta diferença [na ocorrência da PGP em homens e mulheres] explica facilmente o fato que, em igualdades de condições sociais, a sífilis desenvolve-se com muito mais facilidade no homem do que na mulher, isto é, nas classes mais elevadas; *nas camadas inferiores* a diferença existente entre um sexo e outro é muito menor, porque a infecção sífilítica se apresenta mais ou menos equilibrada em ambos os sexos (SAMPAIO, 1910, p. 36-37).

A historiografia aponta que as controvérsias acerca da origem da sífilis remontam às primeiras menções à doença, e que a crença em seus desdobramentos severos emergiu conforme se desenvolviam os estudos sobre ela (QUÉTEL, 1992). Durante o oitocentos, a doença venérea fora fortemente associada aos processos de civilização e modernização pelos quais passaram diferentes sociedades, e as nações consideradas, à época, como civilizadas continham um alto número de sífilíticos – inclusive, um dos maiores ônus desse processo (CARRARA, 1996b).

No século XIX, a ideia de que a sífilis seria originária do continente americano floresceu nos círculos internacionais (QUÉTEL, 1992, p. 34-40). No tocante ao povo brasileiro, tal ideia contribuiu para que a doença passasse a ser articulada às características biológicas, sociais e morais, as quais, pensava-se, eram inerentes a grande parte das pessoas que aqui vivia. Essas características eram amplamente responsabilizadas pelo feitiço específico, altamente devastador, que, de acordo com alguns, a sífilis assumia no país. A doença seria, assim, segundo parte da literatura internacional sobre o tema, “uma espécie de atributo dos brasileiros” (CARRARA, 1996a: 392). No entanto, os médicos brasileiros divergiam sobre as origens da sífilis – alguns, de fato, acreditavam que a doença seria originária do continente americano, outros, porém, “apontavam claramente o caráter discriminatório e estigmatizante” dessa hipótese (CARRARA, 1996a, p. 394).

O campo neuropsiquiátrico lançou mão da articulação entre civilização e loucura para justificar o suposto aumento do número de alienados(as), incluindo paralíticas, no

Brasil. Em consonância com a lógica dos sífilógrafos, no que dizia respeito à sífilis, a ideia de um alto contingente de casos de loucura também caracterizava uma nação como “civilizada” (DALGALARRONDO, 1996). O estabelecimento da sífilis como uma das causas da PGP não substituiu completamente esta concepção; ela apenas complexificou e reforçou-a, já que o “mal venéreo” também era considerado um produto do processo civilizatório. Assim, cabe aqui pontuar a máxima do psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing: “Se alguém tentasse resumir a etiologia da paralisia [geral progressiva] em duas palavras, essas deveriam ser: sífilização e civilização” (KRAFFT-EBING, 1900, p. 15 *apud* OOSTERHUIS, 2000, p. 110).

A virada entre os séculos XIX e XX assistiu à consolidação da ideia de que, assim como outras enfermidades, a sífilis se manifestava de modo extremamente devastador em regiões de clima quente – tema esse que foi também bastante caro aos debates acerca da incidência das doenças mentais. Associada, desde muito, à emergência de costumes imorais advindos da colonização e do desenvolvimento da escravidão no país, a perspectiva defendida por muitos intelectuais, de que a sífilis era um produto da sexualidade exacerbada do brasileiro, esteve pautada em especificidades climáticas e raciais atribuídas à população brasileira (AMADOR, 2015, p. 33-46).

Tal concepção vai ao encontro daquela manifestada pelos médicos cujos trabalhos são aqui analisados, e segundo a qual, as mulheres mais frequentemente encontradas entre as paralíticas eram as “mestiças”, das “classes inferiores da sociedade”. Em outras palavras, muitos médicos viam o adoecimento dessas moças como um produto de sua sexualidade exagerada, caracterizada como herança das dinâmicas de vida no cativeiro e da própria “raça” negra. Em momento nenhum, o trabalho físico exaustivo era colocado como o motivo de seu acometimento pela PGP. Apesar do ambiente insalubre das fábricas e ateliês – onde, sob altas temperaturas, trabalhavam – estar presentes nas rotinas dessas mulheres, muitas das quais responsáveis pela renda familiar, essas se transformavam em paralíticas em vista de sua insubordinação aos padrões de sexualidade conservadores em voga (CHALHOUB, 1986; MONTELEONE, 2019; WEID; BASTOS, 1986). Elas eram frequentemente caracterizadas como “mulheres de uma vida depravada” e com um “passado cheio de horrores” (FERREIRA, 1883, p. 9, PITOMBO, 1885, p. 29-30), e não como provedoras ou trabalhadoras braçais assíduas, como o eram os homens paralíticos.

Faz-se importante ressaltar, com base no trabalho de Nunes (1991, p. 68), que muitos médicos utilizavam uma complexa classificação para enquadrar a prostituição de homens e mulheres, durante a segunda metade do século XIX. Na detalhada classificação que a autora apresenta, a prostituição é primeiramente dividida entre “pública” e “clandestina”. Dentro da “prostituição pública”, encontrava-se a classe das “difíceis” (“floristas”, “modistas”, “costureiras”, “vendedoras de charutos”, “figurantes de teatro”, “comparsas”, “isoladas em casas aristocráticas” e “reunidas em hotéis aristocráticos”). Já as “fáceis” eram chamadas de “prostitutas de colégios”, “de sobrados”, “de estalagens”, “de bordeis”. Por fim, as “facílimas” eram descritas como “inferiores”, “reformadas ou gastas” e “de zungus”. Assim, as profissões de “lavadeira” e “casaleira”, em primeiro lugar, podem não excluir o ofício de prostituta dessas mulheres. Em segundo lugar, e mais importante, é que lavar roupa e cuidar de uma casa eram ofícios desempenhados por mulheres pobres, muitas vezes de cor, e cuja sexualidade dita excedida não era necessariamente dependente do desempenho do *ofício* da prostituição.

Um aporte teórico que nos ajuda a pensar as múltiplas dimensões em que os discursos médicos estavam inseridos é a teoria interseccional. A partir dela, é possível observar as identidades sociais dos indivíduos inseridos num contexto, assim como problematizar os seus respectivos sistemas de discriminação, opressão e dominação. Esse campo teórico está intimamente ligado às lutas de feministas negras que desenvolveram uma epistemologia afrodiaspórica que atendesse às suas demandas que foram secularmente deslegitimadas (HOOKS, 2014; BUTLER, 2013):

A política da diferença pautada na interseccionalidade da opressão teve seu nome cunhado apenas nos anos 1980, mas suas práticas remetem aos primeiros debates que aguçavam os cruzamentos entre as pautas antirracistas e feministas nos Estados Unidos do século XIX (PEREIRA, 2016, p. 361).

Logo, ao discutirmos as premissas utilizadas nos debates promovidos pelos médicos do Rio de Janeiro e da Bahia (a título de comparação), levamos em conta os marcadores das pessoas que foram acometidas pela paralisia geral progressiva (PGP), e os motivos elencados para que estas tenham desenvolvido a doença, com especial atenção às categorias de raça, classe e gênero.

Alargando o debate para a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), encontramos, para o período estudado, teses que apresentavam retóricas próximas das utilizadas pelos médicos que atuavam no Rio de Janeiro tratando e/ou estudando a sífilis nervosa. Na tese de Augusto Lins e Silva (1906), intitulada “O perigo social da sífilis” e defendida no ano de 1906, o médico teve como aporte as teorias desenvolvidas pelo psiquiatra italiano Cesare Lombroso (1835-1909), considerado criador da antropologia criminal,¹ nomeando-o como “genial”. Em seu estudo,

O médico interliga em sua pesquisa a sífilis com a prostituição, definindo o ofício como principal causador da doença e exigindo que existisse uma política específica para essas mulheres que eram “observáveis nas camadas inferiores da nossa sociedade feminina” (SANTOS, 2019 *apud* SILVA, 1906, p. 42).

As mulheres que Lins e Silva considerou das “camadas inferiores” na sociedade soteropolitana do início do século XX eram em sua maioria mulheres negras. Segundo o estudo de Santana (1996, p. 4), uma gama de fatores contribuiu para que a maior parcela de mulheres que desenvolveram o meretrício em Salvador fosse de mulheres negras: a composição demográfica da cidade, onde as mulheres negras estavam em maior número; a falta de migração de prostitutas estrangeiras, algo que se verificou no sudeste do país; e a carência de fontes que apontem uma grande presença de mulheres brancas na prostituição. Logo, apesar de não recorrer a nomeações raciais explícitas, o médico sabia de quem se tratava ao apontar a principal causa da doença que buscou estudar.

Quanto ao excesso de trabalhos intelectuais como causa da paralisia geral progressiva em mulheres, esse nunca fora mencionado nas fontes analisadas. Alguns médicos, inclusive, relacionavam de modo direto a suposta condição de inferioridade nervosa das mulheres com a imunidade à doença. Para o já referido Dr. Penafiel, o fato de que poucas delas eram acometidas pela PGP explicava-se não somente por que se encontravam “menos expostas às causas criadoras de tal afecção”, mas também devido a elementos da “fisiologia” feminina:

Com efeito, a lei da evolução toca a fisiologia encefálica e a capacidade cerebral fica ainda no estado mórbido graduada pelo concurso desse

¹ Em linhas muito gerais, a antropologia criminal emergiu como ramo da medicina que se ocupava da relação entre a probabilidade de um indivíduo tornar-se um criminoso e suas características morfológicas (DIAS, 2015).

elemento pessoal; – o sexo [...]. Foram as imposições e talvez os erros da sociedade que, nas contínuas épocas da história, marcaram à mulher mais reduzidos exercícios cerebrais, deixaram-na atrás relativamente às faculdades mentais do homem (PENAFIEL, 1904, p. 41-42).

Tal visão era compatível com as teorias evolucionistas neolamarckianas que vigoraram no início do século XX. Segundo elas, o meio (social e natural) seria capaz de interferir na constituição física dos indivíduos. Às mulheres eram atribuídas, segundo o médico, funções que exigiam “reduzidos exercícios cerebrais” – o pouco uso do órgão em questão, assim, teria interrompido sua “evolução”. Inclusive, em muitas moças não era diagnosticada a PGP devido às características “enganosas” e “superficiais” que podiam assumir nelas os sintomas da doença:

Em muitas paralíticas mesmo, as dificuldades do diagnóstico apuram o tino do alienista carecendo o olhar dele de ser bastante penetrante e prático para enxergar nas incongruências de um estado mórbido do sistema nervoso o que está a denunciar o síndrome [sic] p. g. progressiva. E, como acontece às mulheres, há de fatalmente ser com os indivíduos de cultura cerebral mais pobre e com os casos de p. g. juvenil e infantil (PENAFIEL, 1904, p. 41-42).

Fundamentando o valor dos neuropsiquiatras enquanto profissionais especialistas, Penafiel continuava a expressar sua crença na ideia de que a biologia nervosa feminina era menos desenvolvida que a do homem. Segundo ele, isso se evidenciava, também, nas feições diferenciadas que os sintomas da paralisia geral progressiva assumiam em cada um dos sexos: nos homens o “delírio expansivo” caracterizava-se como “mais rico em sintomas”, já nas mulheres esses eram “de uma indigência muitas vezes notável”. Assim, a forma da paralisia geral que muitos chamavam de “simples”, “tranquila” ou “demencial” seria mais comum em indivíduos do sexo feminino. O comportamento dos indivíduos do sexo masculino era considerado mais agitado, enquanto o das moças e senhoras mais “tranquilo”, outro elemento que fazia com que fossem, frequentemente, enquadradas na forma demencial da doença (PENAFIEL, 1904, p. 43; MOREIRA, PENAFIEL, 1907; SBPNML, 1912, p. 384; VELLOSO, 1912, p. 1).

Alguns anos depois, Penafiel continuava a acreditar na inferioridade cerebral feminina. Segundo ele, a diferença no contingente de homens e mulheres que adoeciam pela PGP devia-se: “talvez ao fato de que nossas mulheres *ainda* não tenham entrado em competição com o sexo masculino, nos negócios e na vida pública” (MOREIRA, PENAFIEL, 1907, p. 817, grifos nossos). O termo “ainda” utilizado pelos médicos sugere

a ideia de que, ao menos um dia, para eles, as mulheres brasileiras seriam capazes de ocupar as mesmas posições de luta sociopolítica que os indivíduos do sexo masculino no país.

Em muitos trabalhos desenvolvidos na FAMEB também encontramos discursos que reforçam o papel esperado para as mulheres, bem como as ditas limitações biológicas que as incapacitariam ou/e restringiriam para vários cenários, como o mundo do trabalho e a educação. Na tese doutoral de Climério Guimarães, de 1906, um dos cerne de seu trabalho defendia o ideário do chamado “sexo frágil”, vaticinando que as mulheres não conseguiriam alcançar quantitativamente o trabalho masculino. Por outro lado, o autor admitiu que, apesar das limitações, essas poderiam ser eficientes em estudos sobre ciências e línguas (GUIMARÃES, 1906, p. 17). A ressalva de Guimarães é uma possibilidade de observamos que, apesar de seu discurso parecer cristalizado, em algumas instâncias esse poderia atender a outras possibilidades que ainda estavam em debate, e que encontraram tanto no Rio de Janeiro como na Bahia vozes dissonantes acerca da capacidade feminina (SANTOS, 2019; ACCORSI, 2020).

Assim, podemos observar que as bases teóricas utilizadas pelos médicos do Rio de Janeiro e da Bahia se assemelhavam em vários pontos. Por um lado, esses estudos podem nos apontar uma troca intelectual entre as faculdades, assim como uma cristalização das teorias racialistas no pensamento médico do período; por outro lado, podemos observar as implicações que essas produções tinham para a prática social, visto que funcionavam, dentre outras coisas, como caminhos a serem seguidos pelo Estado, seja de forma oficial ou não (COSTA, 1997; VANIN, 2008).

Um exemplo que pode ilustrar como tais noções médicas refletiram na sociedade baiana do período do pós-abolição foi o tratamento de suspeição dado à população negra pelo corpo policial. Esse, em várias instâncias, era balizado pelos estudos que, produzidos nas faculdades de medicina, eram aportados no higienismo e no racismo científico (MATA, 2002). Na pesquisa desenvolvida por Jamile Palafoz (2019) sobre as mulheres que foram presas no imediato pós-abolição, 1889 e 1890, e que eram chamadas pela imprensa e pelos dispositivos policiais de desordeiras, encontramos um dado quantitativo sobre o perfil dos aprisionamentos que vai ao encontro de nossa argumentação:

Quanto à cor das presas, os dados demonstram um viés para a presença de mulheres negras. Somadas – crioulas, pardas e cabras, elas representam mais de 90% do total das presas. Em consonância com o discurso moralizador, caminhavam as teorias racistas baseadas nas ideias do italiano Cesare Lombroso (PALAFOZ, 2018, p. 9-10).

Para a autora, a relação das prisões com as teorias desenvolvidas por Lombroso é explícita, pois orientava a polícia sobre quais mulheres deveriam ser reprimidas e levadas ao recolhimento do convívio social. Além da questão racial, outros dados nos ajudam a compreender de maneira interseccional a sistematização da opressão em que as presas estavam inseridas, como os motivos das prisões, que variavam entre *alienação*, furto e predominantemente a desordem, que consistia em um “delito cometido contra a ordem pública” (PALAFOZ, 2019: 1). A partir desse quadro, é perceptível que a ciência desenvolvida nos centros educacionais prestigiados, como eram/são as faculdades de medicina, serviram de orientação e alicerce para que o Estado, entre rupturas e continuidades, buscasse controlar, vigiar e punir a população negra brasileira.

Quando analisam as mudanças nas relações de gênero nos discursos publicados em revistas médicas e de variedades entre 1920 e 1940, Facchinetti e Carvalho (2019, p. 10) identificam na documentação médico-psiquiátrica novecentista carioca uma relação de causa e efeito entre a “rebeldia” da mulher, contra seu “destino natural”, e o aparecimento de diferentes formas de alienação mental nas mesmas. Segundo as autoras “Os documentos clínicos estão repletos de mulheres que “cometeram” excessos de leitura inadequada; de moças que tiveram instrução “em demasia” e, como resultado, ficaram desequilibradas entre uma “inteligência que prejudica” e a desobediência de seus “deveres sociais” (Roxo, 1906: 130)”. Através dessa e das narrativas de Cunha (1998) é possível enxergar que o estilo de vida feminino que ganhava novos contornos, passando a abranger cada vez mais atividades intelectuais, era constantemente patologizado pelo discurso médico. Contudo, as mulheres “letradas” aparentemente não eram enquadradas como paralíticas pelo discurso médico aqui analisado. Tampouco o eram as mulheres de classe pobre que ganhavam a vida no ambiente calorento e esfalfante das fábricas cariocas – ao menos, essas não eram apresentadas explicitamente como trabalhadoras braçais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises aqui feitas, fica claro que alguns médicos que atuavam no Rio de Janeiro e na Bahia consideravam inferior a constituição cerebral das mulheres. Isso as colocava em uma posição de improvável adoecimento pela paralisia geral progressiva, ao contrário das moças europeias, que já haviam diversificado suas posições nos círculos sociais e políticos, para além dos papéis habitualmente atribuído a elas. Contudo, uma vez que as brasileiras se entregassem aos “excessos da vida”, insubordinando-se às regras sociais que lhes eram impostas, estariam mais próximas de se tornarem vítimas da paralisia geral e/ou as sífilis. Ressaltamos, entretanto, que tal atitude não estava prevista entre as mulheres pertencentes às camadas mais abastadas da população, ideia que poderia conferir às pacientes com PGP não somente uma identidade (i)moral, como também de classe e racial.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, G. E. **Sífilis, loucura e civilização: a paralisia geral progressiva e a institucionalização do campo neuropsiquiátrico no Rio de Janeiro**. 348 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2020.
- ALBUQUERQUE, J. P. **Da paralysis geral dos alienados: seu historico e suas causas**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1896.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo, 2017.
- AMADOR, L. H. M. **“Degenerados e Contagiantes”: a luta contra a sífilis no Pará (1915-1934)**. 113 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BROWN, E. M. French Psychiatry’s Initial Reception of Bayle’s Discovery of General Paresis of the Insane. **Bulletin of the History of Medicine**, Baltimore, v. 68, n. 2, 1994, pp.235–253.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- CARRARA, S. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1996a, pp.391–408.
- CARRARA, S. **Tributo a Vênus – a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996b.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- COSTA, I. S. **A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. 330 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- CUNHA, M. C. P. De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). **Tempo**, Niterói, RJ, v. 3, n. 5, 1998, pp.188–215.
- DALGALARRONDO, P. **Civilização e Loucura – Uma Introdução à História da Etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos, 1996.
- DAVIS, G. **The cruel madness of love: sex, syphilis and psychiatry in Scotland, 1880-1930**. Amsterdam: Rodopi, 2008.
- EDLER, F. C. **A Medicina no Brasil Imperial – clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- FACCHINETTI, C.; MUÑOZ, P. F. N. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2013, pp.239–262.
- FASSIN, D. Nem Raça, nem Racismo: O que Racializar Significa. In SCHWARCS, L. M.; MACHADO, M. H. P. T. (Org.). **Emancipação, inclusão e exclusão – desafios do passado e do presente**. São Paulo: Edusp, 2018, pp.51–72.
- FERREIRA, J. A. R. **Da natureza da paralyssia geral**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1883.
- GUIMARÃES, C. R. **Considerações Higiênicas relativas ao trabalho**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1906.
- HOOKS, B. Mulheres negras e feminismo. In **Não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, jan. 2014.
- HUERTAS, R. Subjectivity in clinical practice: on the origins of psychiatric semiology in early French alienism. **History of Psychiatry**, v. 25, n. 4, 2014, pp.459–467.

- HURN, J. D. **The history of general paralysis of the insane in Britain, 1830 to 1950**. 331 f. Thesis (PhD in Philosophy), University of London, London, 1998.
- LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996, pp.23–40.
- MATA, I. M. **Os Treze de Maio: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)**. 126 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- MONSMA, J. A natureza do racismo e a persistência da dominação racial. In **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016, pp.40–67.
- MONTELEONE, J. M. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019, pp.1-11.
- MOREIRA, J.; PENAFIEL, A. C. A contribution to the study of dementia paralytica in Brazil. **Journal of Mental Science**, v. 53, 1907, pp.507–521. Republicado em: MOREIRA, J.; PENAFIEL, A. C. Contribuição ao estudo da dementia paralytica no Brasil. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, dez. 2005, pp.812–827.
- NUNES, C. P. D. **Da periencephalite e suas formas clínicas**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1890.
- NUNES, S. A. A medicina social e a questão feminina. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, 1991, pp.49–76.
- OOSTERHUIS, H. **Stepchildren of Nature – Krafft-Ebing, Psychiatry, and the Making of Sexual Identity**. Chicago, London: University of Chicago Press, 2000.
- PALAFÓZ, J. B. Representações de feminilidades e masculinidades nas últimas décadas do século XIX. Salvador julho de 1889. **XX REDOR – Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Ensino e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero**, 2018, s/p. Disponível em: <http://docplayer.com.br/166520463-Representacoes-de-feminilidades-e-masculinidades-nas-ultimas-decadas-do-seculo-xix-salvador-julho-de-1889-jamile-de-brito-palafoz.html>. Acesso em 17 abr. 2021.
- PENAFIEL, A. C. **Contribuição ao estudo da paralytia geral dos alienados no Brazil**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1904.

- PEREIRA, A. R. Viver nas fronteiras: feminismo interseccional e outros espaços de educação. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, 2016, pp. 360-373.
- PITOMBO, E. A. M. **Da paralyisia geral**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1885.
- QUÉTEL, C. **History of Syphilis**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- SAMPAIO, J. A. F. **Um caso de paralyisia geral progressiva**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1910.
- SANTANA, N. **A prostituição feminina em Salvador – 1900/1940**. 108 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- SANTOS, M. P. J. **Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884- 1937)**. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SILVA, A. L. **O perigo social da sífilis**. Tese (Doutoramento em Medicina). Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1906.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, NEUROLOGIA E MEDICINA LEGAL. Sessão de Agosto, 1910, Rio de Janeiro. **Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal**, Rio de Janeiro: Oficinas de Typ. e Encad. do Hospital Nacional de Alienados, anno 8, n. 1 e 2, 1912, pp. 384–385.
- VANIN, I. M. **As damas de Branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas**. 258 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- VELLOSO, A. C. L. **Sobre a demencia paralytica na mulher**. Tese (Doutoramento em Medicina), Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1912.
- WEID, E.; BASTOS, M. R. **O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, CNI, 1986.

CAPÍTULO XXVII

NEGRAS EMPODERADAS (?): A INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NOS CURSOS DE ENGENHARIA DE MINAS E ENGENHARIA MECÂNICA DA UFCG (2014-2019)

Erykles Natanael de Lima Vieira ¹

Rosilene Dias Montenegro ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta um dos resultados parciais do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, tocante à pesquisa sobre a presença de mulheres nos cursos de engenharia oferecidos na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O objetivo aqui proposto é problematizar questões de gênero relacionadas com questões étnico-raciais. O recorte aqui abordado diz respeito aos dados da inserção de mulheres pretas na ciência e tecnologia. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa dos dados discentes nos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Minas da UFCG, com identificação dos dados numéricos da quantidade de alunas e alunos ingressantes nessas duas engenharias, para em seguida se identificar quantidade de discentes ingressantes por cotas, e, por fim, focar a análise sobre a presença de alunas e alunos ingressantes por cotas, nos cursos referidos. Esses procedimentos metodológicos visaram conhecer e refletir a presença de discentes mulheres negras nos cursos referidos. A escolha dos cursos citados se deveu ao fato de serem cursos que possuem significativa maioria de homens no seu corpo discente e docente; e, também, por estarem relacionados a um certo imaginário de que essas duas engenharias requerem de seus e suas profissionais força física e habilidades no uso de equipamentos pesados, tidas como “naturais” aos homens. Ao longo do texto é feita uma reflexão sobre a inserção das mulheres negras na ciência e tecnologia, bem como a exclusão social e econômica enfrentada historicamente pelos negros no Brasil. São referências à análise os autores González (1984), Tabak (2002), Fonseca (2016), principalmente. Os dados sobre o ingresso de mulheres negras nos cursos analisados (2014 a 2019) foram obtidos via Lei de Acesso à Informação e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino da UFCG. Como resultados parciais da pesquisa indicaram que o número de ingressantes homens no curso de Engenharia de Minas foi mais que o dobro do número de mulheres, sendo que o número de alunos que ingressaram por cotas foi em média duas vezes maior que o de alunas. E no curso de Engenharia Mecânica, o número de alunos ingressantes chegou a apresentar uma proporção de até setenta vezes mais do que o das alunas. Já o número de alunos ingressantes por cotas no curso de Engenharia Mecânica da UFCG nesse período de 5 anos foi crescente, enquanto os números referentes a das alunas ingressantes por cotas apresentou variação entre decrescente e estável.

Palavras-chaves: Engenharia de Mecânica. Engenharia de Minas. Gênero. Mulheres Negras na Ciência e Tecnologia. UFCG.

¹ Professor Mestrando em História. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH–UFCG).

² Professora Titular do Departamento de História (PPGH–UFCG).

1. PROJETO MEMÓRIA, HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS, GÊNERO E MULHERES NEGRAS

Este é primeiro artigo sobre a inserção das mulheres negras na ciência e tecnologia, a partir da análise sobre os números da presença de alunas negras nos cursos de Engenharia Mecânica de Engenharia de Minas na UFCG, é o primeiro trabalho resultante da pesquisa desse tema pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. E justifica-se pela constatação de que os estudos desse setor de pesquisa permanente junto ao curso de História da UFCG estão em dívida com estudos voltados às questões étnicas e sua relação com as questões de gêneros, mulheres negras, homens negros, mulheres trans, homens trans, LGBTQIA+, povos originários e demais grupos chamados de “minorias”, uma vez que, esses indivíduos são, muitas vezes, a exceção nas salas de aula de cursos de Engenharia.

Nesse sentido buscamos problematizar a inserção das mulheres negras nos cursos de graduação em Engenharia de Minas e Engenharia Mecânica, no período de 2014 a 2019, cursos que fazem parte de uma pesquisa mais abrangente que o Projeto Memória realiza sobre as mulheres nas engenharias na UFCG. A partir dos dados solicitados via Lei de Acesso a Informação e disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino da UFCG, vimos que essas duas engenharias na UFCG são as que apresentam maior disparidade no número da presença por de homens e mulheres.

É possível afirmar por estudo e trabalhos de dissertações de mestrado em História da UFCG de Raquel da Silva Guedes, Rafael Porto Ribeiro, Valmir Oliveira Torres e outros produzidos oriundos de pesquisas originadas do Projeto Memória, que desde sua criação no *campus* atual sede da UFCG, o curso de Engenharia Mecânica tem sido cursado por expressiva maioria de discentes do sexo masculino. Mas mulheres transgressoras, desafiadoras das disciplinas, das imposições subjetivas ou não conseguem aos poucos furarem esse muro de estereótipos e em duras penas, quando conseguem se destacar no meio profissional tem que dar mais do que seu melhor para se destacar naquilo que faz, seja dentro da sala de aula, seja já quando formada. (Tabak, 2002)

Observa-se a mesma predominância de discentes do sexo masculino no curso de Engenharia de Minas da UFCG apesar de ter mais alunas mulheres que a Engenharia Mecânica, ainda é um curso em que a presença de mulheres é das mais baixas em relação a outras engenharias. Disparidade nos números da presença por sexo, relacionado certamente a questão de gênero, que se torna ainda maior quando somados à questão do gênero os dados sobre as questões étnico-raciais.

Falamos de condições, de oportunidades, mas e quando estas são negadas historicamente por 300 anos? E quando não se tem oportunidade nem do letramento escolar por não ser considerado nem cidadão? Foi assim que muitos negros e negras em sua maioria trilharam sua vida sem a mínima condição de escolarização.

A historiografia duramente muito tempo viu o negro como sinônimo de escravo, não observando sua subjetividade, seus modos de fazeres. É fato conhecido pela historiografia, que perante os obstáculos que eram impostos aos negros durante a escravidão eles tinham a resiliência de enfrentar o que estava posto. Deste modo, mesmo que os negros não tivessem o letramento escolar como a nossa primeira constituição imperial de 1824 defendia no artigo 179 número XXXII e XXXIII, eles conseguiam através das de meios legais ou não minimizarem essas situações.

Art. 179 A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição, pela maneira seguinte:

[...]

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (BRASIL, 1824, p. 1)

Os negros e negras em sua maioria não dispunham desse direito, seja ele explícito como no caso da lei de 1837, “da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: “são proibidos de frequentar as escolas públicas: 1º as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2º Os escravos e pretos ainda que sejam livres ou libertos.” (FONSECA ET AL. MOACYR, 1940, p. 431), ou mesmo implícito, pois muitos não tinham condição de estudar por diversos fatores, como o cansaço por trabalhar muito; como a vontade do seu senhor; e, as próprias condições o negro escravo ou liberto. Mas é preciso ressaltar que isto, não é uma generalização, uma vez que como dito acima, os negros conseguiam minimizar essa sua condição e conseguiam seu letramento seja ele

escolar ou por conhecimento de vida. Assim como algumas leis garantia o letramento, como na província do Alagoas o governo provincial dava o direito ao letramento as crianças negras nascidas livres (FONSECA, 2016, p. 29).

Ainda houve grande dificuldade da escolarização e profissionalização dos negros no Brasil e umas das saídas para não deixar esse ex-escravo, depois do pós-abolição, sem um ofício, segundo, Peres (1995) a saída foi os cursos de instrução que visava à modernização do país.

Os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo país" para atender os seguintes objetivos: o "da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho. (PERES, 1995, p. 95).

Já as mulheres negras na mesma época no fim do século XIX, desempenhavam um papel de provedora no lar, trabalhando como empregada doméstica, por muitas vezes com salários irrisórios, era esta forma de pagamento que sustentava a vida de marido e filhos.

Fala de Barbosa (1998) diz afirma que as mulheres negras encontravam mais empregos de doméstica porque "sabiam lidar com a cozinha". Ora, elas sabiam lidar com as atividades domésticas, uma vez, que não era uma condição e oportunidade de adquirir outros conhecimentos, já que elas tinham que trabalhar para manter a casa.

A maior parte das mulheres era que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens. (Barbosa, 1998, p. 37).

O movimento negro e suas bandeiras de igualdade, equidade, direitos fundamentais evidenciam as dificuldades econômicas, sociais e políticas enfrentadas pelos negros no Brasil. Durante muitos anos de luta, durante o governo do primeiro presidente metalúrgico, pobre, Luis Inácio Lula da Silva, foi que as pessoas mais pobres, negros e de preferia conseguiram auxílio com programa de transferência de renda, programa este que havia sido experienciado e anos anteriores ao governo do Partido dos Trabalhadores, mas que foi aperfeiçoado no que se conhece hoje como Bolsa Família. Além disso, foi neste mesmo governo no ano de 2012 que se conseguiu aprovar a Lei nº 12.711/2012 das contas raciais, que pela primeira vez na História do Brasil

destinava uma porcentagem de vagas nas Universidades Federais e Estaduais, e Institutos Federais para negros e outras minorias.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012, p.1)

Toda essa construção dos negros as margens ainda permeia a sociedade, assim como as mulheres e não é diferente quando elas escolhem o que seguir na área profissional muitas vezes sendo influenciadas pelo sexismo e machismo que permeia a sociedade. O Censo da educação superior do ano de 2017, mostra a predileção das mulheres pelas áreas de licenciatura correspondendo a 70, 6%, contra 29,9% de homens. O mesmo censo mostra que o primeiro curso mais escolhidos pelas mulheres é Pedagogia e o mais escolhido por homens é Direito. O censo mostra as engenharias escolhida pelas mulheres e quantidade de alunas no país, em ordem decrescente: Engenharia Civil (105.651) e Engenharia de Produção (56.932). Já a engenharia mais escolhida pelos homens é Engenharia Civil (241.176), Engenharia Mecânica (118.292), Engenharia de Produção (105.495) e Engenharia Elétrica (94.247). (BRASIL. 2017. p.51).

2. LUGAR DE MULHERES NEGRAS, TAMBÉM E NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Antes de iniciar esse ponto de discussão, é importante ressaltar, que as duas Engenharias estudadas nesse artigo, há três anos vem sendo estudado a fundo junto as pesquisas do Projeto Memória. Os dois cursos têm origem na década de 70, ainda quando a UFCG era campus II da UFPB. Isso é interessante pensarmos também na trajetória de construção histórica dos próprios cursos, ementas e corpo docente.

Os dados são utilizados neste trabalho são estatísticos, uma vez que, para trabalhar com nome dos alunos e das alunas, teríamos que fazer um pedido via plataforma Brasil e conselho de ética da UFCG o que não é nosso objetivo. Trabalhamos com dados “duros”, mas que nos fazem refletir sobre a situação de diversas mulheres negras que estão na mesmas situações que essas mulheres negras nos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharias de Minas da UFCG, e em diversas outras

engenharias espalhadas pelo Brasil. Neste sentido, não faz diferença se é aluna A ou B, mas cada dado mostra uma mulher negra oculta através de um condigo, isso não faz com que ela seja menos ou mais, ou só um dado, mas mostra o quanto elas transgridem o que está posto anos, tanto na História, no Curso e na Instituição. Desta forma, damos voz, vez e protagonismo para falar de exclusão, enfrentamento e resiliência.

Trazer essas histórias ocultas e silenciadas forçadamente por fatores sociais e históricos, como o de inferiorização da mulher, racismo e sexismo que ainda permeia o senso comum da sociedade e nos mostra como o poder da memória coletiva pode ser manipulado por aqueles detentores de poder, que dizem o que deve ser esquecido e silenciado. Neste sentido cria-se uma amnésia voluntária por parte desses indivíduos que tem meios de criar e reproduzir narrativas sobre as memórias, fazendo com que a “memória coletiva nos povos e nas nações [podendo] determinar perturbações graves a identidade coletiva.” (LE GOFF, 1999, p.421). Refletindo sobre isso, é posto que, é essa mesma elite detentora de poder não só material, mas imaterial que se utilizando dos meios que lhes estão disponíveis, como chama Bourdieu (1985), capital econômico, capital social e capital cultural, acabam através desses meios manipulando a memória coletiva, inclusive sobre o papel das contas raciais e da entrada de pessoas negras no ensino superior.

É essa mesma elite que infla a sociedade com discursos negacionistas e de forma reducionista vêem as contas como um privilégio, sem levar em consideração que historicamente o que os negros foram submetidos no Brasil. As contas não são privilégios são direito e reparação histórica.

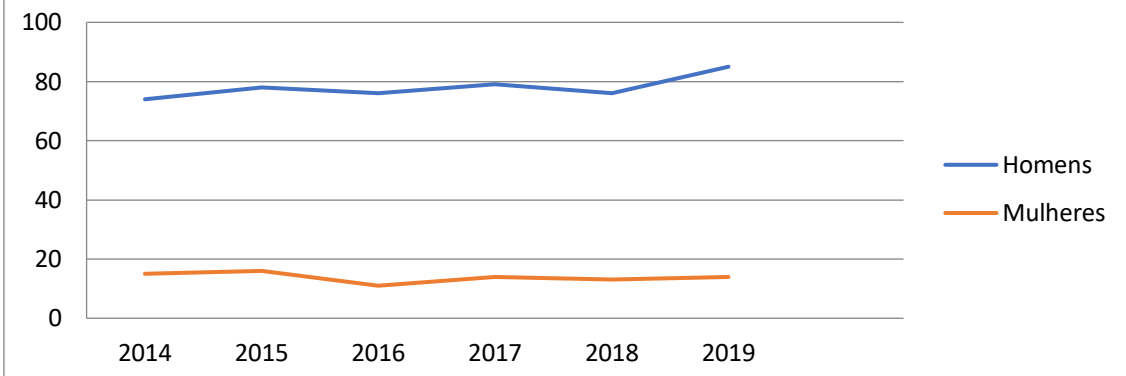
2.1. PROBLEMATIZAÇÃO DOS DADOS DE ENGENHARIA MECÂNICA

Os cursos de engenharia mecânica ganharam destaque no Brasil depois do investimento em, que o então presidente Juscelino Kubitschek, faz nas rodovias para o desenvolvimento do setor automobilismo do país, o que cresceu a demanda por engenheiros mecânicos, nesta leva já tardia se cria o curso em Engenharia Mecânica (1976) da UFCG.

O Gráfico I abaixo mostram o ingresso de homens e mulheres no curso de Engenharia Mecânica, o curso tem duas entradas por ano, ou seja, no início e no meio de cada ano se renova as turmas de novatos. Observa-se que o número de homens se

mantém em quase constância de 70% da turma sendo de homens, chegando a mais 80 alunos por ano juntando as duas entradas. Já observando o número de mulheres, observa-se que é menos de 20 alunas por ano nas turmas ingressantes.

Gráfico I: Ingresso de alunos por gênero em Engenharia Mecânica - UFCG.

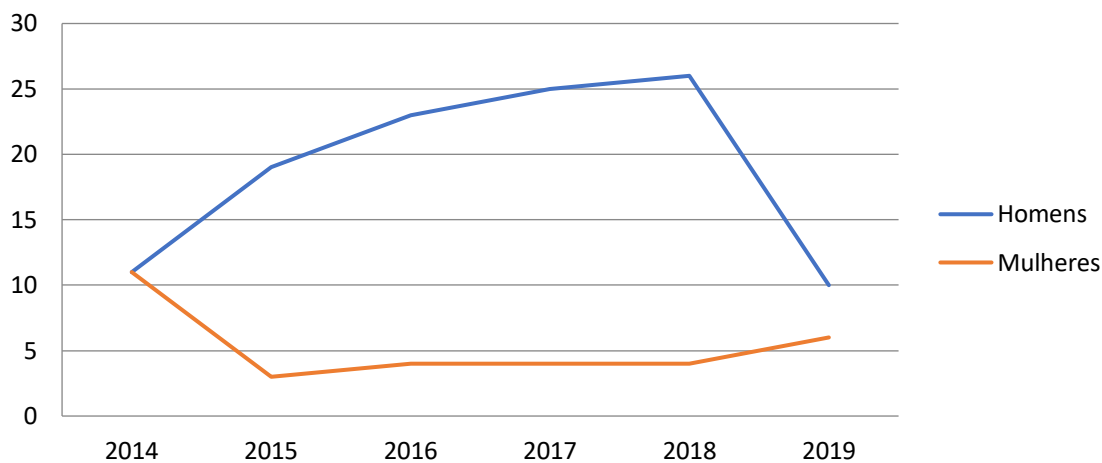


Esses dados mostram uma problemática do curso de Engenharia Mecânica, há uma desproporcionalidade de gênero dentro do curso, como mostra acima o gráfico I sobre o ingresso de alunas, mas também não há essa equidade entre os professores, onde todo corpo docente do curso de Engenharia Mecânica é totalmente de homens, o que acaba reforçando os estereótipos referentes ao curso de que: é só “feito para homens”, “porque é um curso muito difícil”. São esses pensamentos do senso comum que acabam por afastar as mulheres de se tornarem engenheiras mecânicas.

Quando observamos o gráfico II percebemos um número mais restrito de ingressante.

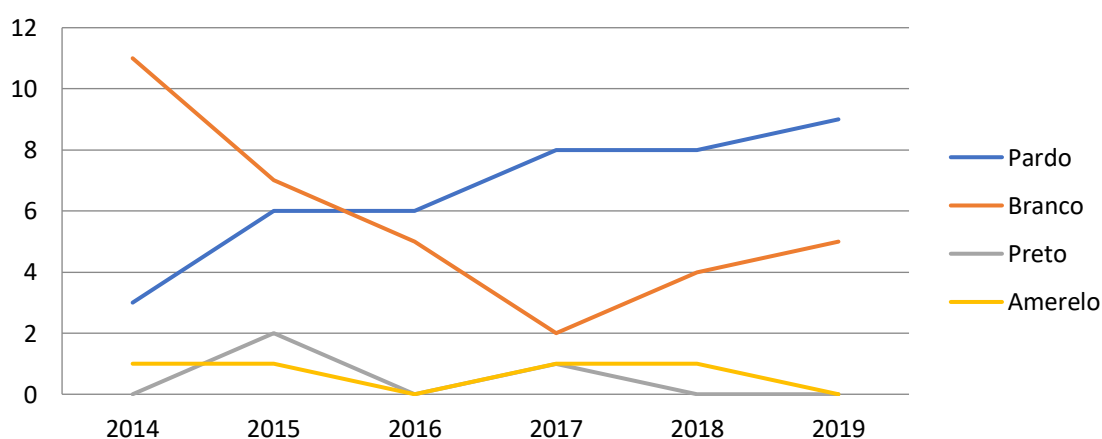
Analisando os dados dos alunos que ingressaram por cota, esse número cai, em 2014 mais o menos 10 alunos homens entraram no curso por cota racial e esse número sobe até 2018, onde depois há um declínio no número de homens cotistas raciais no curso, observando o gráfico I e II, o ano de 2018 houve esse pequeno declínio no gráfico I e mais acentuado no gráfico II, o que mostra que esse declínio do gráfico I de homens é o mesmo declínio mostrado no gráfico II, ou seja, houve uma diminuição de entrada de homens negros cotistas do curso, mas não tão acentuado para abaixar o número global de homens, o que deduz que a maioria dos homens da turma não são cotistas mesmo a maioria deles sendo pardos como mostrará o gráfico III.

Gráfico II: Ingresso de alunos por cotas raciais em Engenharia Mecânica - UFCG.



Já o número de mulheres ingressantes por cota racial é maior que 10 em 2014 e fica em menor que 5 no resto dos anos analisados o que mostra uma certa consonância com o gráfico I, pois há uma constância para baixo entre a entrada mulheres e de mulheres negras. Podemos inferir também que a metade ou quase a metade de mulheres ingressantes no curso durante os anos analisados são de mulheres cotistas negras.

Gráfico III: Ingresso de alunas autodeclarada no curso de Engenharia Mecânica- UFCG.



No gráfico III acima vemos valores das alunas ingressantes autodeclaradas, observamos no primeiro momento em 2014 há uma de predominância de mulheres brancas no curso e há uma diminuição vertiginosa delas até 2017 e depois uma leve alta.

Já observando a crescente trajetória do número de mulheres pardas desde 2014 até seu maior valor em 2019. As mulheres autodeclaradas amarelas ainda têm um valor numérico baixo no gráfico. Já o de mulheres pretas é o que chama atenção, porque seu número máximo de entradas foram duas mulheres no ano de 2015, ou seja, observando o gráfico II e III infere-se que o número de entrada de cotistas mulheres pardas é maior que o de pretas por conta do maior público de partas, mas isso não quer dizer que toda autodeclarada parda entrou por no curso por cota e isso é corroborado quando observamos novamente os dados de 2015, no gráfico III de autodeclaradas houve um aumento de mulheres que entraram no curso autodeclaradas pretas ou pardas, mas no mesmo ano gráfico II de entrada de cotistas há uma diminuição no número de mulheres negras cotistas.

Portanto, observa-se no geral que a entrada maior no curso é de homens brancos e pardos, sendo este último juntamente com homens autodeclarados pretos ingressantes não em sua totalidade, mas em parte por cotas raciais no curso de Engenharia Mecânica. Já as mulheres pardas ingressantes são a maioria no curso, porém não entram com através das cotas raciais. Comparada ao ingresso de homens, as mulheres só correspondem ao valor de 14% no número de alunos.

2.2. PROBLEMATIZAÇÃO DOS DADOS DE ENGENHARIA DE MINAS

Ampliação dos cursos de graduação durante metade da década de 70 do século passado, a então UFPB campus II ganhava mais um curso, o de Engenharia de Minas. Esse curso era tardio, mas de extrema importância para o setor de mineração. Seu público alvo se destinava à formação de profissionais que atuassem no mercado interno da Paraíba e na região Nordeste como Pernambuco e Rio Grande do Norte, visto que, a Paraíba se localiza na Província Pegmatítica da Borborema (PPB), donde havia e ainda há grande exploração mineral onde se localiza a microregião do Seridó paraibano e a principal atividade econômica dessa região é do setor da Mineração. Edvaldo Sousa do Ó (S/D), já observava da importância do setor de mineração em Campina Grande, como pólo sede de administração pública com o DNPM, – hoje Agência Nacional de Mineração (ANM), para esse setor antes 1952, antes da criação da Politécnic de Campina Grande.

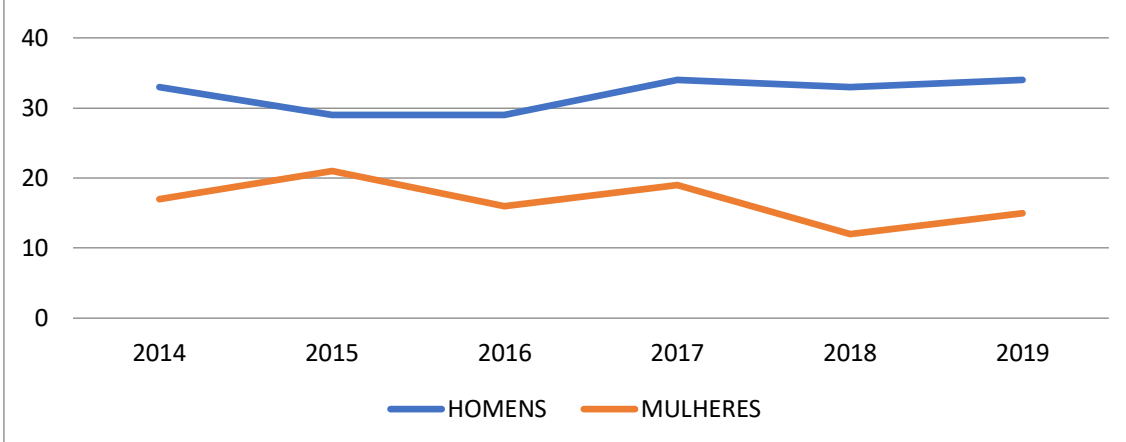
Na época a criação da Faculdade de Economia, Química Industrial e Filosofia. Por orientação do chefe da Casa Civil do Governador, o Professor José Lopes de Andrade, foi levada a idéia de uma Escola Politécnic, que congregaria

todos os cursos de Engenharia e também o curso de Química Industrial. Quando pedimos ao referido, é porque possuía a cidade um grande laboratório do Departamento de Produção Mineral. (Ó, S/D, p.17)

Uma das condições inerentes ao setor da mineração, que chama a atenção na discussão de gênero dentro da profissão, é que a exploração mineral, muitas vezes ou na maioria das vezes ela acontece distante dos centros urbanos e citadinos, esse distanciamento pode ser usado como uma justificativa para que as mulheres sejam persuadidas a não entrarem no setor, pois ao terminar o curso terão que mudar para uma região remota e onde a maioria dos seus companheiros de trabalhos são homens. Nisto chegamos noutro aspecto, que é o uso e manuseio do maquinário pesado do setor. O uso de máquinas e equipamentos da Mineração, assim como o da área de Engenharia Mecânica, muitas vezes é visto pelo senso comum, principalmente pelos que praticam a profissão, como umas habilidades somente masculinas por usar máquinas que querem muito o uso da força física, no qual as mulheres não conseguiram se adaptar, segundo esses pensamentos. E isso, por sua vez, acaba por não atrair as mulheres para a Mineração, mesmo que muitas delas venham transgredindo esses pensamentos e ações.

O curso de Engenharia de Minas da UFCG, só há uma chamada por ano, por isso o número de entrada é baixos, comparado ao número de entrada de Engenharia Mecânica, como vimos no gráfico I. No gráfico IV abaixo, mostra os valores de entrada de homens e mulheres no curso de Engenharia de Minas, em uma turma de mais o menos 50 alunos, em média são 30 homens e 17 são mulheres, o que demonstra uma opção maior de homens pela área em detrimento das mulheres. O ano de 2015, foi o ano que mais mulheres ingressaram no curso 21 mulheres contra 29 homens, foi à turma mais equitativa por gênero que observamos, nos anos analisados. Depois de 2015, o número de mulheres ingressantes no curso foi diminuindo chegando ao menor patamar em 2018, com apenas 12 mulheres contra 33 homens turma ingressante. Com isso, não podemos dizer que esse decréscimo é um fator isolado, pois os valores que mostram o ingresso de mulheres não são constantes, tendo leves quedas e leves acréscimos.

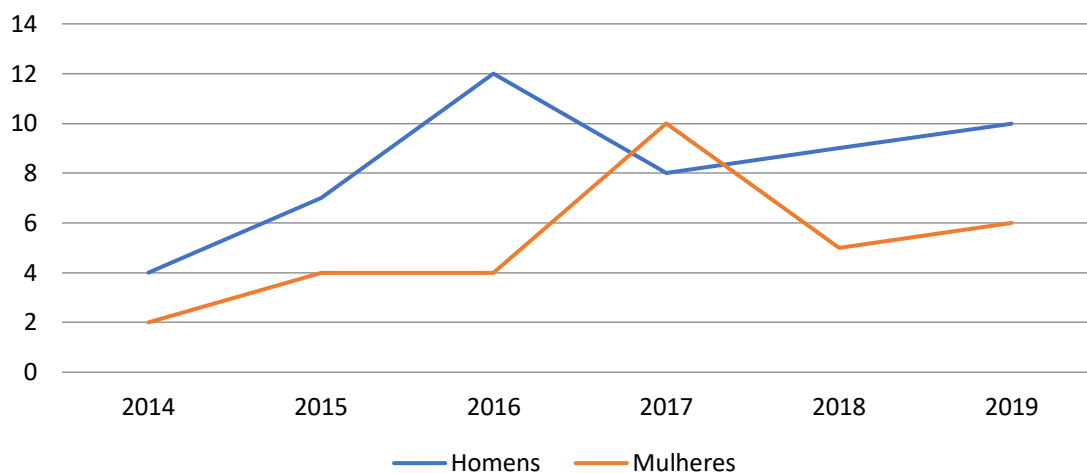
Gráfico IV: Ingresso de alunos por gênero em Engenharia de Minas - UFCG.



No gráfico V, observamos a entrada de homens e mulheres por cota racial no curso de Engenharia de Minas. Se no gráfico IV a média de homens ingressantes no curso era de 80%, o número de homens negros que entram no curso em média é de 40%, tendo seu maior valor de ingressantes por cota em 2016 com 12 homens negros ingressantes. Já o número de mulheres negras ingressantes por cota racial no curso de Engenharia de Minas em média 18%, o que mostra uma proporcionalidade entre homens e mulheres que utilizam as cotas raciais para a entrada no curso, observando que, o número de mulheres é menor que o de homens. E importante lembrar que o índice populacional no Brasil e na maior parte dos estados da federação é de mulheres.

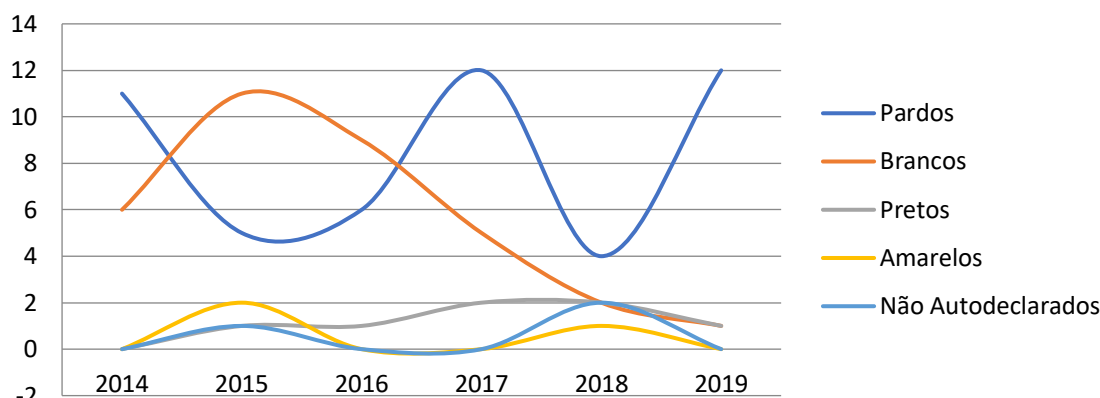
Outro dado referente ao gráfico V que precisa da nossa atenção, é do crescimento exponencial de 2014 a 2016 dos homens negros cotistas, com um leve declínio em 2017, mas com a recuperação também exponencial nos últimos dois anos analisados. Já o número de 2014 a 2015 há um leve crescimento, de 2015 a 2016 uma estabilidade no número de mulheres negras cotistas, em 2017 há grande aumento comparado aos anos anteriores, seguindo com 2018 com leve queda e 2019 com leve crescimento. Mas esses valores referentes às mulheres cotistas se mostram ainda pequenos em comparação ao número global de mulheres, só no ano de 2017 o número de mulheres ingressantes era 19 dos quais 10 delas eram cotistas raciais, ou seja, foi o único ano no qual as mulheres negras conseguiram superar mais da metade das vagas conquistadas pelas mulheres. Porém quando comparados os dados referente aos homens, vemos ainda uma desproporcionalidade.

Gráfico V: Ingresso de alunos por cotas raciais em Engenharia de Minas - UFCG.



O gráfico VI, mostra os números dos alunas autodeclaradas no curso de Engenharia de Minas. Os números mostram a variação constante do número de mulheres autodeclaradas ingressantes no curso, observamos quase uma inversão do número de mulheres autodeclaradas pardas e brancas, quando o número de pardas está alto o de brancas está baixo e o inverso também acontece, mas a partir do ano de 2018 o número de autodeclaradas brancas começa a diminuir e cai mais no ano de 2019. O número de pardas no último ano analisado sobe vertiginosamente, chegando aos patamares de 2017, seu maior pico. Outro dado do gráfico VI, refere-se as mulheres autodeclaradas pretas ainda há poucas mulheres pretas no curso de Engenharia de Minas, elas ainda são minoria dentro do curso. Assim como as mulheres amarelas, mas há diferença, pois há uma parcela maior na sociedade que se autodeclara preta e há poucas que autodeclararam amarelas, mas onde estão as mulheres pretas?

Gráfico VI: Ingresso de alunas autodeclarada no curso de Engenharia de Minas - UFCG.



Deste modo observa-se que apesar da entrada maior de mulheres no curso de engenharia de Minas, elas ainda correspondem menos da metade das vagas ocupadas do curso. As mulheres negras ainda utilizam menos as cotas como forma de ingresso que os homens negros, porém elas segundo os dados vêm se utilizando de forma exponencial essa forma de ingresso. As mulheres pardas não são a maioria no curso, já as mulheres brancas estão diminuindo e há um leve crescimento mais ainda baixo de mulheres pretas. As mulheres amarelas se mantêm no patamar irregular.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empoderamento vem a partir das condições necessárias que são dadas às mulheres, e tais condições precisam ser mais reforçadas no auxílio das mulheres negras, principalmente das mulheres pretas como vimos no decorrer desse texto, as implicações históricas de toda exploração que ainda é expressada na atualidade, ou seja, ainda há reminiscências do período da escravidão. Estatisticamente são as mulheres pretas que sofrem com a exclusão, exploração e preconceito na nossa sociedade, os dados analisados mostram isso como ainda as mulheres pretas são minorias em Engenharia de Minas e Engenharia Mecânica da UFCG. Mas isso ultrapassa também por diversos fatores históricos e sociais refletido neste estudo. Como o da construção da memória. Onde as mulheres negras, sobretudo, de mulheres pretas, tem uma memória individual e coletiva da etnia é posta em dúvida e muitas vezes ocultada pelo discurso e

representações de uma história e consciência da classe dominante. Assim, cita Gonzáles (2018), que,

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido (1). Só que isso ta aí... e fala. (GONZALEZ, 2018, p.197)

Neste sentido se observa o discurso das elites que vai de encontro com inserção das mulheres negras na Ciência e Tecnologia, perpassa por justificativas históricas e por discursos meritocráticos, e inclusive contra as contas raciais, que reforçam o preconceito e deixa as mulheres à fora do contato com o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Tabak (2002) falando sobre a baixa participação das mulheres na ciência, mostra que já no final do último século a Academia de Ciência do Terceiro Mundo, recomendava que “a utilização de todos os recursos humanos disponíveis para constituição de uma importante massa crítica e de uma comunidade científica produtiva.” (TABAK, 2002, p. 28)

As mulheres negras além de lutar por uma inserção dentro da área da Ciência e Tecnologia, enfrentando dificuldades por serem mulheres em cursos tradicionalmente masculinos, ainda lutam contra o preconceito racial às vezes explícitos, mas muitas vezes implícitos em brincadeiras sexistas, machistas e racistas. Só a partir do “... lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.” (GONZALEZ, 1984. p.224)

Refletindo as condições das mulheres negras, que são mais prejudicadas no âmbito escolar, pela maioria estarem em alguma situação de vulnerabilidade social e econômica, pois, são as mulheres negras compõem a maior parte das encarceradas do sistema prisional brasileira, isso impede, sobretudo, as mulheres negras de terem acesso

a uma educação e condição de vida que lhe propicie uma qualidade de vida e que contribua para a entrada em um curso da área de Ciência e Tecnologia. Aliado a isso, está à desmistificação do senso comum, de que é da mulher a “responsabilidade exclusiva dos cuidados da casa e os filhos...”, O que também acaba por afastar as mulheres depois de formadas do campo da pesquisa, uma vez, que passam somente a se dedicar aos fazeres pessoais e domésticos. (TABAK, 2002, p.197)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M., et al., *Frente Negra: Depoimentos*. São Paulo: Quilombo Hoje. 1998.

BRASIL. **Lei das cotas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso: 15 de abril de 2021.

_____. **Constituição de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso: 15 de abril de 2021.

_____. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192 . Acesso 15 d abril de 2021.

FONSECA, M. V. **A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira**, Revista Brasileira de História da Educação. 2007

FONSECA, M. V; BARROS, S. A. P. **História dos negros na educação do Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

GONÇALVES, L. A. B.; SILVA, P. B. S. **Movimento negro educação**. Rev. Bras. Educ. n.15 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2000.

GONZALÉZ, L; HASENBALG. C. **Lugar Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALÉZ, L. . **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

_____. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

PERES, E. T. **"Tempo da Luz": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pelotense (1875-1915)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS. 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. tradução de Bernardo Leitão et all. 5º ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

Ó, E. S D. **Politécnica. Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Campina Grande Ltda, s/d.

TOBIAS, J. A. **História da Educação Brasileira**. SP, Ed. Juriscredi, 1972.

TABAK, F. **O laboratório de pandora: estudo sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEÇÃO 6

MULHERES, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEMÓRIA: PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES

O trabalho feminino no campo científico tem promovido reconfigurações no contexto da produção do conhecimento e da história da humanidade, ultrapassando fronteiras sociais e discriminatórias em busca e partir de novos fazeres e saberes. A memória da participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas visa vencer com estereótipos e discriminações. Ao longo dos séculos, muitas foram além do seu tempo, superaram as barreiras patriarcais, conservadoras de seus espaços, saindo dos lugares sociais, aos quais foram impostas e revolucionaram a Ciência, tecnologia. Ao construir e propagarem conhecimento fizeram História e marcaram seus nomes nela. Diante disso, esta seção reúne trabalhos que problematizem e visibilizem as mulheres, seus lugares e contribuições para a ciência e tecnologia. As memórias das mulheres neste campo do saber são fundamentais de ser problematizada e refletida, cujo legado é científico, social, cultural e político.

Marcila de Almeida
EMEB Josué Barbosa de Andrade Lira

Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Universidade Estadual da Paraíba



CAPÍTULO XXVIII

MULHERES BRASILEIRAS DA MEMÓRIA OU CONTRIBUIÇÕES DE BOSI, QUEIROZ, ALBERTI E WORCMAN PARA A TEORIA DA MEMÓRIA NO BRASIL

Tayara Barreto de Souza Celestino ¹

RESUMO

Nessa abordagem, procurei dar destaque para quatro grandes mulheres da teoria da memória brasileira, Ecléa Bosi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Verena Alberti e Karen Worcman. Com suas perspectivas, histórias e contribuições distintas, essas mulheres atuaram e atuam nas ciências humanas e contribuem para o desenvolvimento de estudos sobre memória, cultura e história nacional. A partir dos estudos elaborados e desenvolvidos, elas inspiram o presente com métodos, fontes e narrativas desenvolvidas sobre estudos da memória de trabalhadores, populares e pessoas comuns e coisas, modos, costumes, gostas, com rigor e com diferenças. Conhecer e aprender com essas mulheres significa compreender como perfis distintos e por muitas vezes antagônicos, surpreendentemente se completam, não rivalizam, não produzem conflito. O outro ensinando seu próprio ser, ver o outro como o mesmo, ouvir contar com rigor, cada uma dessas afirmações apontam para diferentes que não se repetem a cada uma das singularidades. Elas não trouxeram o passado para o presente, que nos deram a ouvir o que não nos chegaria, rompendo as mortes pela memória.

Palavras-chave: História das mulheres. Teoria da memória no Brasil. Pesquisa de Campo. Tecnologia da memória.

A abordagem apresentada nesse artigo pretendeu trazer, para este simpósio temático, mulheres, ciência, tecnologia e memória: participação e contribuição, as contribuições de mulheres brasileiras que atuaram e atuam como pesquisadoras e se destacaram no desenvolvimento de estudos sobre a memória. No cenário brasileiro do passado, no estado do presente, necessário se faz destacar Ecléa Bossi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Verena Alberti e Karen Worcman. Elas, grandes mulheres do cenário brasileiro, precisamos homenageá-las. Elas, que destacaram e se destacaram em

¹ Museóloga, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: tay.celetino@gmail.com.

pesquisas, criaram para nós o que é memória, entrevista científica, observação participante, fonte oral.

1. ECLÉA BOSI

As técnicas, os feitos, os achados, a ênfase nas classes minoritárias que estão presentes no território brasileiro, no campo da cultura, nas fábricas, no gênero e nas idades. Elas, pesquisadoras, trabalharam a história a partir da memória, trabalharam a memória desconfiando da história. Escreveram e reescreveram memórias de brasileiros como personagens reais, desenvolveram estudos dando destaque a esses perfis, de pessoas, menos favorecidas, o que seja isso, destacando métodos antropológicos como pesquisa de campo, dando destaque para cada pessoa poder relatar.

Sendo assim, cada pesquisadora possui uma metodologia, não o rigor do compasso, sim o ser do outro que habita em nós. Suas formas de desenvolvimento, porém estão colaborando com a teoria da memória brasileira. Ecléa Bossi foi psicóloga e professora emérita da Universidade de São Paulo/USP, da área de psicologia social, que desenvolveu estudos e trabalhos sobre cultura e memória, dando ênfase para pesquisas sobre classes minoritárias como operários, mulheres, crianças, desenvolveu importantes estudos sobre as memórias de pessoas idosas, com ideologia, sem ideologia, segue referendada por seus métodos empregados como pesquisadora.

A escritora possuía uma característica de fazer estudos sobre perfis de pessoas que eram classificadas nos grupos sociais mais fragilizados, como mulheres, idosos, trabalhadores operários de fábricas e migrantes refugiados, com seu olhar adquirido a partir da sua metodologia da área da psicologia social. Desenvolveu diversos tipos de trabalhos relevantes e importantes no cenário brasileiro. Como o livro de subtítulo “*A condição operária*”, em homenagem a outra grandiosa, Simone Weil, desenvolvido para retratar a história de uma mulher que retrata as dificuldades passadas como trabalhadora de fábrica “operária”, imposições e sociais e opressões por sermos mulheres. Nada mais exato que “*O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*”.


2. MARIA ISaura PEREIRA DE QUEIROZ

Nossa segunda mulher, Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga brasileira, desenvolveu pesquisas com o povo do sertão, do agreste, do nordeste, cangaceiros foram vistos, sem cadeia e sem degola. Fez sociologia política sem humilhar o povo, era brasileira do profundo. Essas mulheres, hoje, estão no meio do fogo de acusação, há os que dizem, são vermelhas, não são brasileiras. Precisamos nos levantar diante de cancelamentos fascistóides. Estas mulheres amaram e encantaram o Brasil. E se aqui o fazemos, é repetindo Marilena Chauí. Vejamos uma, sua, pesquisa de campo:

Em artigo apresentado no ano de 1962, no segundo congresso brasileiro de sociologia, Maria Isaura Pereira de Queiróz dedicou-se a entender a política no povoado de Santa Brígida, antão pertencente ao município de Jeremoabo no interior da Bahia, região abrigando comunidades sertanejas de várias regiões do nordeste brasileiro. As descrições da autora deram conta de uma comunidade muito próxima da autossuficiência produtiva, além de traços fortes de igualitarismo, de ausência de estratificações de classes sociais, mas com hierarquias envolvendo lideranças e o restante da população.

Apesar de cumprirem mais ou menos os mesmos tipos de tarefas e trabalhos, com práticas de lavouras e pequenas atividades de produção de objetos, na região, no máximo, foram observadas diferenciações de trabalho por idade e gêneros masculino e feminino, além de uma divisão no interior da comunidade de Santa Brígida entre bahianos e romeiros. Ambos os grupos mantinham práticas comuns de acesso a terra, com as lógicas de arrendamento ou parceria, garantindo uma espécie de igualdade mesmo entre esses dois grupos, apesar das diferenças particulares, também indicadas pela autora.

Com diferenças particulares, se destaca a presença anterior das famílias dos bahianos, a maioria de proprietários de terras a serem arrendadas, e a posterior chegada dos romeiros, trabalhadores rurais liderados por Pedro Batista. Mesmo assim, o estilo de vida de ambos os grupos não se diferenciava a ponto de formarem classes distintas, apesar de diferenças pontuais, das quais: a liderança de Pedro Batista entre os romeiros, fazendo do grupo um segmento mais organizado do ponto de vista formal, se comparado com os bahianos.




O líder Pedro Batista se comportava com um carismático e até líder religioso, mesmo não aprovando comparações com Antônio Conselheiro, figura histórica vista com desconfiança na comunidade. Mas Pedro Batista controlava ou influenciava as famílias dos romeiros com indicações de trabalho, empréstimos e favores, aconselhamento para casórios e diversas outras necessidades, como remédios e tratamento de doenças. Tratava-se de uma liderança que o grupo dos bahianos não possuía, correspondendo a uma formação familiar mais livre, com vários casamentos e destituições, porque os bahianos estavam ainda com menor número de homens (situação de anomia), em decorrência de assassinatos entre familiares e pelo cangaço.

Entre os bahianos, duas lideranças se formaram, ligadas a dois partidos políticos, a primeira delas, ligada ao PSD, era uma espécie de cabo eleitoral pouco admirado na comunidade, com cargo de sub-delegado na região, porém sem poderes reais de afirmação da lei em Santa Brígida. O papel desta liderança consistia em intermediar os interesses do coronel da região com o povo da comunidade que havia adquirido relativa importância eleitoral na região devido ao crescimento populacional. Em cada eleição, se reafirmavam compromissos de gratidão ou de promessas entre a liderança e o poder do coronel da região.

Ao mesmo tempo, surgiu em Santa Brígida uma liderança política pertencente a outro partido, a UDN, que se colocou como mais carismático que o sub-delegado por conceder pequenos favores à população, compras “fiado” não cobradas, pequenos presentes e agrados, aumentando a simpatia de bahianos por tal liderança, colocando em disputa a redistribuição dos votos desta região. A pesquisadora apontou para essa dinâmica, em que há uma posição consciente da população sobre o poder de seu voto e como o coronel da região se interessa por conquistar este poder. Tratava-se de um voto consciente, com outras características do voto consciente das cidades, a população não está refém do coronel, mas barganhava com ele seus interesses, num modelo de trocas que se alternavam constantemente.

Tendo em vista o igualitarismo geral da comunidade, um destaque possível de se alcançar por um indivíduo seria a ocupação de uma posição de liderança na região. O carisma seria fator decisivo, pois a liderança do PSD já não gozava desta prerrogativa, mantendo-se líder pelo sistema de troca de favores e interesses. A presença de outra liderança, da UDN, mais carismático, colocava uma gama de votos em disputa, com



diversas previsões de distribuição e condições de apoios ou traições. Mas o líder dos romeiros, Pedro Batista, se colocava como de maior potencial de liderança na comunidade, mesmo com as rivalidades entre romeiros e bahianos.

Pedro Batista tinha plena noção de sua capacidade de liderança, tendo em vista as constantes sondagens de que era objeto por parte de coronéis da região. Tal situação o fez, inclusive, a cogitar a separação de Santa Brígida do município de Jeremoabo, separando-se definitivamente do poder de mando local, mas essa seria uma manobra muito arriscada, somente possível após a morte do coronel da região, que por sua vez, não havia preparado sucessor para si, seja no interior de sua família ou a partir de outros laços de parentela.

Assim, Santa Brígida se unia ao Brasil pelo ato político do voto, com eleições regulares e atualização de lideranças locais. Mas, do ponto de vista interno, Santa Brígida funcionava com leis próprias, conduzindo a dinâmica de ascensão de um indivíduo à condição de líder, única maneira de progressão social possível na região. Queiroz (1968) argumentou que mesmo as famílias com mais recursos não se diferenciavam tanto das mais pobres desta região, suas casas tinham as mesmas paredes, suas roupas parecidas (apesar das famílias com mais recursos comprarem máquinas de costura), formas parecidas de trabalho na lavoura e consumo dos mesmos produtos produzidos na região.

Os cargos públicos como de escrivão, professor, delegado, etc., não conferiam distinção de classe na região, então se tornava possível apenas esta distinção de caráter pessoal quando um indivíduo passava a se apresentar como uma liderança local, numa região sem a presença até de pároco, tendo em vista que estava subordinada à paróquia de Jeremoabo, cujo padre poucas vezes ao ano frequentava a região. Ser líder neste lugar, significava ocupar uma posição de superioridade na hierarquia da comunidade, daí as disputas entre as três lideranças locais por ampliação de suas influências. Em conclusão de seu estudo, Queiroz (1968) apontou para a necessidade de se estudar como o global (a política do voto nacional) se enquadraria ou se adaptaria em diversas regiões específicas do Brasil, quando características locais moldam a forma de se fazer política pela disputa por voto e poder.

3. VERENA ALBERTI

Não fossem essas duas mulheres, não teríamos, agora, em atuação, Verena Alberti. É claro, em nada pressupõem pesquisas em igual, Alberti desconfia de tudo ao ouvir contar. Essas histórias de memória tesouro, de voz do passado, de história verdadeira, não pertencem a sua metodologia. Mas as duas anteriores desbravaram, fizeram, mostraram Alberti é a eterna surpresa do devir. Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, voz e método, dramas e ideias, histórias com ciência, a partir do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) desde 1985. Não parou de ouvir contar. Verena Alberti (2011), que chamou a atenção para as “histórias dentro da história”, ou seja, não pretendendo capturar “a verdade do povo”, mas buscando entender, no presente, o que eles fazem, como fazem, captando a história que existe dentro do que eles fazem:

Com efeito, algumas das práticas e crenças da chamada História oral “militante” levaram a equívocos que convém evitar. O primeiro deles consiste em considerar que o relato que resulta da entrevista de história já é a própria “História”, levando a ilusão de se chegar à “verdade do povo” graças ao levantamento do testemunho oral. Ou seja, a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real (ALBERTI, 2011, p. 158).

Verena Alberti (2011), que nos alertou que, mesmo as entrevistas, são sempre fontes intencionalmente produzidas e que é muito importante desconfiar delas. Quando fazemos uma pergunta a alguém, no mínimo estamos querendo conduzi-lo para algum lugar. Um caminho eficaz para não cair nas armadilhas da fonte oral é entendê-la como fonte, mas também como relato, que, em alguns momentos, também pode se apresentar como um resíduo. Estudar os relatos e os resíduos é o caminho apontado pela historiadora para identificar “as histórias dentro da história”:

Em artigo intitulado “Reflexões sobre a teoria das fontes”, o historiador alemão Peter Hüttenberger sugere dividir os vestígios do passado em dois grupos: os resíduos de ação e os relatos de ação. [...] Mas Hüttenberger acrescenta à sua classificação uma observação importante: um relato de ação é também um resíduo e uma ação. Por exemplo, a carta que informa sobre uma ação passada é também o resíduo da ação que seu autor quis desencadear ao escrevê-la e enviá-la (ALBERTI, 2011, 168).

Os relatos e os resíduos dos relatos estão presentes em todas as fontes, sejam documentos escritos, mas também nas falas dos sujeitos. Com Alberti (2011) podemos

adotar a compreensão da fonte oral como relato e da presença de resíduos nos relatos, uma atitude que buscou revelar as “histórias dentro da história” naquele sentido mais exato, não vale o que eu pergunto, mas vale como eu pergunto. Tenhamos calma para com aquilo que nos respondem, vejamos o que se disse com o que foi dito. Finalmente, a história não mais cativa da memória.

4. KAREN WORCMAN

Finalmente, com Karen Worcman, a memória como tecnologia virou realidade. Não há rivalidades entre memória empresarial, de mercado, e outras, pensamos somente agora. Em homenagem, vale o feito. E o Museu da Pessoa fez inovação, inserido neste contexto de captação e armazenamento de dados em repositórios digitais, promovendo o crescente aumento de dados no padrão *big data*. O museu por ela liderado foi fundado em 1991 com a visão de “contribuir com a democratização da memória social reconhecendo o valor da história de vida de toda e qualquer pessoa” (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p. 199) e, a partir de 2019, teve sua tecnologia certificada pela “Transforma: rede de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB)”, um agente de fomento que mantém em ambiente virtual o registro de ações de uma série de tecnologias sociais brasileiras, reivindicando inspiração na roca de fiar, apropriada pelos seguidores de Gandhi como instrumento que geraria impactos sociais com a melhoria das condições de vida de sociedades, como primeira Tecnologia Social (TS) criada pela humanidade.

A concepção teórica da Tecnologia Social da Memória (TSM) tem ligações com argumentos aproveitando-se de Sevcenko, quando, em livro organizado por Worcman dedicado ao tema das tecnologias com as histórias de vida, afirmou que “tradição oral” no “mundo digital” poderia ter força para “construir uma nova oralidade que substitua essa globalização que é abstrata, que acentua desigualdades, que acentua a exploração, por uma nova solidariedade orgânica”. Neste livro, Sevcenko considerou que somente após a invenção de Gutenberg, o desencantamento do mundo haveria se expandido no ocidente europeu junto com a consolidação do sistema capitalista.

A abordagem com a tensão entre “encanto” para as tradições orais e “desencanto” repetiu-se com a exposição de outros autores que contribuíram com o

livro, a exemplo do paralelismo possível de se assumir com a ideia de “mundo mágico”, desenvolvida pelo que tomamos do indígena Ailton Krenak para referir-se à oralidade presente em sua comunidade. A metodologia criada e desenvolvida pelo instituto como Tecnologia Social da Memória (TSM) guarda apropriação reinventada dos métodos de Paul Thompson, segundo o qual “nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana”. Para o caso do museu, esse “compartilhamento” tem se dado a partir de dois tipos: com produções bibliográficas seguindo os modelos registrados na Fundação Banco do Brasil (FBB) e com a plataforma virtual mantida pelo instituto, com conceito de museu exclusivamente virtual, pautado na memória, na museologia e na virtualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram essas mulheres que trilharam caminhos diversos, divergentes, opostos na imposição ideológica, é o mercado, é o estado, intentaram separá-las. Não é assim que funciona. Nós, mulheres, somos a mãe de toda a Terra, somos a outra metade do mundo de nossos filhos. Sororidade é uni-las, porque, rizomáticas, atadas pelo solo do seio e do ventre encantador, estamos atadas. Anti-edípicas que somos, nosso poder vem da vida do ventre aberto e livre, de nossos corpos desejados, mas só nossos. A menos que sejamos mãe de alguém em nosso ventre, se os deixamos germinar. Dos ventres de Ecléa Bosi, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Verena Alberti e Karen Worcman germinaram História das mulheres, teorias da memória, pesquisas de Campo, tecnologia da memória e futuro.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: contexto, 2011.

BOSI, Ecléa. *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*, 1996.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Homenagem a Ecléia Bosí*. Palestra realizada durante a I Jornada de Psicologia Social. Protagonistas da Psicologia Social: Percursos e Contribuições, realizada em 22 de novembro de 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira De. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano*. 6. ed ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1997.

_____. Sociologia e Política - Política, Ascensão Social e Liderança num Povoado Bahiano. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 0, n. 3, 1968, p. 117-196.

WORCMAN, Karen. *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CAPÍTULO XXIX

O PÓS-COLONIALISMO AFRO-BRASILEIRO E O PENSAMENTO DE NOTÁVEIS MULHERES

Marival Matos dos Santos¹

Rosilene Dias Montenegro²

RESUMO

Este ensaio apresenta os aportes teóricos de mulheres intelectualmente notáveis no campo do pensamento pós-colonial afro-brasileiro como um dos requisitos sobre os notórios saberes das mulheres e suas narrativas nas histórias das ciências e tecnologias, para participação no I SINAPROM, promovido pela universidade federal de Campina Grande, no Estado da Paraíba, evento apoiado pela Sociedade Brasileira de História e Ciência (SHBC). Entre os saberes afro-brasileiros destacam-se as narrativas de notáveis mulheres a exemplo de Miglievitch-Ribeiro, Paula Meneses e Nilma Gomes, entre outras, cujas contribuições teóricas vêm contribuindo para o avanço do pensamento pós-colonial e a descolonização epistêmica na esfera das ciências sociais

Palavras-chave: Narratives. Women. History, Postcolonialism. Epistemologies

AFRO-BRAZILIAN POST-COLONIALISM AND THE THINKING OF NOTABLE WOMEN

ABSTRACT

This essay presents the theoretical contributions of intellectually notable women in the field of Afro-Brazilian post-colonial thought as one of the requirements on the notorious knowledge of women and their narratives in the Histories of Science and Technology, for participation in the I SINAPROM, promoted by Federal University of Campina Grande, in the State of Paraíba, an event supported by the Brazilian Society of History and Science (SHBC). Among the Afro-Brazilian knowledge, the narratives of notable women such as Miglievitch-Ribeiro, Paula Meneses and Nilma Gomes, among others, stand out, whose theoretical contributions have contributed to the advancement of post-colonial thought and the epistemic decolonization in the sphere of social Sciences.

Keywords: Narratives. Women. History. Postcolonialism. Epistemologies.

¹ Economista, Mestre em economia (UFBA), Doutor em Ciência da Educação (UFPB), Pós-doutorando em História (UFCG). Ex-empregado da PETROBRAS. Ex-Secretário-Geral da PGE-SE. Ex-professor da UFS. Atual Vice-Diretor de Comunicação da AEPET-BA. O presente texto está inserido no âmbito do projeto de estudo para os fins do estágio pós-doutoral, apresentado ao PPGH/UFCG, sob a supervisão da Doutora Rosilene Dias Montenegro

² Dra. Rosilene Dias Montenegro. Membro do PPGH/UFCG. Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

No contexto das narrativas sobre o pensamento pós-colonial destacam-se algumas obras e seus respectivos pensadores que se evidenciam pela utilização de novos instrumentos epistemológicos-metodológicos, cujos aportes teóricos sobre o pós-colonialismo têm ensejado um amplo debate acadêmico na perspectiva de novas possibilidades libertadoras da identificação cultural das ex-colônias, com o objetivo de se construir uma teoria da decolonialidade. Entre estes pensadores nota-se o crescimento da presença do intelectualismo de notáveis mulheres brasileiras e africanas, entre as quais a socióloga brasileira da Universidade do Espírito Santo, Miglievitch-Ribeiro, a qual resgata o pensamento Darcyniano. A antropóloga brasileira, autora de vasta obra, Nilma Gomes, que, ao ser nomeada pela Presidente Dilma Rousseff, tornou-se, em 2013, a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, como reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Coautora com Maria Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos et al, Nilma Gomes teve seu paper publicado na magnífica obra *Epistemologias do Sul*, com o título *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira – um enfoque sobre o lugar do intelectual negro no contexto acadêmico Brasileiro*.

A professora Moçambicana Maria Paula Meneses, autora do livro *Luanda e justiça: pluralismo jurídico numa sociedade em transformação* é um dos importantes destaques do pensamento africano, como autora do referido livro além do seu paper *Corpos de violência e linguagem de resistência: as complexas teias do conhecimento no Moçambique contemporâneo*.

Este paper pretende discernir sobre o pensamento pós-colonial afro-brasileiro à luz do intelectualismo destas três notáveis professoras e suas respectivas contribuições teóricas no contexto do pós-colonialismo no Brasil e na África.

2. O PENSAMENTO DE MIGLIEVITCH-RIBEIRO

Adélia Miglievitch-Ribeiro é Socióloga. Mestre em Sociologia, em 1994, pelo IUPERJ. Doutorou-se em Ciências Humanas/Sociologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ em 2000.

Foi Professora Associada, entre 2000 e 2009, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goytacazes/RJ. A partir de 2009, tornou-se Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atua na graduação em Ciências Sociais e em dois Programas de Pós-Graduação, respectivamente, Ciências Sociais (PGCS) e Letras (PPGL-mestrado e doutorado). Assumiu a Cátedra Darcy Ribeiro, como bolsista sênior no Programa Cátedras IPEA-CAPES para o Desenvolvimento (2010-2012). É autora de várias obras, entre as quais, *Intelectuais e autoconsciência latino-americana: por uma crítica à razão ocidental*, publicado em 2017 pela REALIS (Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais), além do seu Dossiê sobre descolonização epistemológica do pensamento social brasileiro e latinoamericano.

Adélia Miglievich-Ribeiro co-coordenou a coletânea *Crítica Pós-Colonial: panorama de leituras contemporâneas* (FAPERJ; 7Letras).

Participou, dentre outras, das coletâneas "Tempo Negro. Temperatura Sufocante. Estado e Sociedade no Brasil do AI-5" (PUC-Rio; Contraponto), "O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento" (PUC-Rio; FGV), "América Latina e Brasil em Perspectiva" (ALAS; UFPE).

Atualmente está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd-UERJ) como bolsista sênior do pós-doutorado da FAPERJ com o projeto de pesquisa *Darcy Ribeiro, Universidade e a Utopia latino-americana*. Suas pesquisas concentram-se, de um lado, em sociologia dos intelectuais, história das ciências sociais e pensamento social latino-americano; teoria crítica, reconhecimento e pensamento pós-colonial.

No pensamento de Miglievitch-Ribeiro há, de fato, no Brasil um trabalho magnífico de Darcy Ribeiro sobre o Povo Brasileiro e sua história da ninguendade, numa perspectiva dialética da história, resgatada por Adélia Miglievitch-Ribeiro, que ressalta, em Darcy, a história do processo civilizatório do mundo desde há dez mil anos até chegar aos mamelucos, brasilíndios, brasileiros, onde, nas palavras de Miglievitch-Ribeiro (2011), o sociólogo 'Darcy Ribeiro desafia a ausência de um modo singular de imaginação sociológica a caracterizar o pensamento brasileiro, não se deixando guiar por parâmetros exógenos (eurocentrismo), ditados por uma pretensa modernidade que

ignora a positividade das experiências existentes na nação brasileira' (MIGLIEVITCH-RIBEIRO, 2011)

O resgate Darcyniano de Miglievitch-Ribeiro compreende as obras "O processo Civilizatório" ([1968];2001) e "O Povo Brasileiro" (1995), sintetizadas em seu Dossiê sobre o Pensamento Social Brasileiro e Latinoamericano, a partir dos quais Miglievitch-Ribeiro apresenta sua hermenêutica do legado de Darcy Ribeiro, sob a hipótese de que há questões presentes na obra darcyniana capazes de gerar, ainda hoje, uma "crítica descolonizadora nas ciências sociais latino-americanas". E essa hipótese conclusiva é verdadeira no sentido de que esse legado darcyniano se destaca como um estudo profundo do pós-colonialismo no Brasil – um contributo extraordinário que ampliou e problematizou, consideravelmente, o conhecimento sobre a realidade social brasileira além de proporcionar a incorporação de novas possibilidades de pesquisa e análise, enriquecendo a própria teoria social e a história brasileiras.

Entre outras considerações, em seu resgate da obra darcyniana, Miglievitch-Ribeiro, ressalta três importantes pontos fundamentais que, sem dúvida, podem ser incorporados ao pensamento pós-colonial Afro-Brasileiro

Em primeiro lugar, propõe a imperiosa necessidade de construção e expansão de novas narrativas de modo a reescrever a teoria da história como uma nova teoria crítica global explicativa do processo histórico civilizatório contra todos os impérios: teocráticos, mercantis neo-escravistas, os impérios despóticos neocolonialistas, salvacionistas, e contra todos os queensem que intelectual do mundo desenvolvido tem que ser subdesenvolvido, à luz de DARCY-RIBEIRO (1968:1972:2001);

Em segundo lugar, sugere a ampliação da união de forças progressistas afro-asiático-latino-americanas capazes de se contrapor ao "status quo" e fazer valer os interesses nacionais num rearranjo do pensamento político-social para pôr fim a modelos importados, explicações deterministas, essencialistas e conservadoras de modo que a nação se empenhe na reconstrução e defesa de uma sociedade democrática – à luz de MIGLIEVITCH-RIBEIRO (2011);

E em terceiro lugar, destaca que a capacidade de um povo interpretar a sua própria situação é instrumento simbólico para sua atuação na história e para não se permitir viver na tristeza de um povo colonizado, sentindo-se condenado, a não superar os limites da neocolonização, como os condenados da terra, a viver de empréstimos,

como luz refletida, sendo seu maior desejo o de alcançar a luz própria, ainda que sem atinar muito bem para quais armas deve usar para realizar esse anseio – à luz de RAMA (2008) e MIGLIEVICH-RIBEIRO (2009); FANON (1961).

3. O PENSAMENTO DE NILMA GOMES

Nilma gomes (autora de vários livros e artigos) graduou-se, em 1988, em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Concluiu o mestrado em Educação também pela UFMG, em 1994, sob orientação de Eliane Marta Santos Teixeira Lopes com a dissertação sobre "A trajetória escolar de professoras negras e a sua incidência na construção da identidade racial - um estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte". Posteriormente, continuou os seus estudos concluindo o seu doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 2002, sob orientação de Kabengele Munanga com a tese intitulada "Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte". Entre 2004 e 2006, foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Em seguida, mudou-se para Portugal, onde fez o pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, em 2006.

Entre 2010 a 2014, Nilma Gomes foi membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, onde participou da comissão técnica nacional da diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros. Como conselheira emitiu parecer sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*, de autoria de Monteiro Lobato. Em tal parecer declarou que o conteúdo era estereotipado em relação aos sujeitos negros e ao universo africano, de uma maneira geral. O parecer também continha sugestões de diretrizes para que a obra não fosse usada como dispositivo naturalizador do racismo no Brasil. Participou da comissão julgadora da edição 2003-2004 do Prêmio Paulo Freire da Prefeitura de Belo Horizonte. Coordenou o Programa de Ações Afirmativas da UFMG. E em abril de 2013, foi nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Em dezembro de 2014, foi anunciada oficialmente como futura ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPP/PR) para o segundo

mandato do Governo Dilma Rousseff. Assumiu o cargo em 2 de janeiro de 2015. Em suas palavras sobre a SEPPPIR:

“A SEPPPIR tem um papel desafiador político e educacional, pois ela tem caráter pedagógico e precisa incidir de maneira educativa e estruturante na alteração dos impactos que atinge a esses por motivos diversos, dentre eles a orientação sexual. É preciso construir a nova gestão com o maior número de olhares sobre o novo desafio que se configura no combate ao racismo no Brasil” (GOMES, 2015)

Em seu ensaio sobre Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira, publicado como um dos seus aportes teóricos nas Epistemologias do Sul (Santos, 2009), Nilma Gomes discorre sobre o lugar do intelectual negro no contexto acadêmico brasileiro e conclui que o preconceito racial no Brasil não se origina no seio da academia, mas têm sua origem “na tensa dinâmica social da própria sociedade brasileira”, e segundo a sua análise, baseada em Santos (2010), o lugar do intelectual negro no Brasil está circunscrito entre os saberes hegemônicos e os periféricos – não hegemônicos e num contexto do movimento negro, suas lutas, associações e núcleos de estudos sobre o papel do negro numa sociedade considerada subalterna pelos saberes hegemônicos. Portanto, para Nilma Gomes, o lugar do negro é dentro e fora das ciências em sua luta diuturnamente contra a monocultura do saber androcêntrico, eurocêntrico e classista. A autora ressalta que a partir dos anos 90 no Brasil a intelectualidade negra começa a se destacar em um novo contexto da produção científica brasileira na perspectiva da questão racial e identitária.

4. O PENSAMENTO DE MARIA PAULA MENESES

Maria Paula Meneses, autora de vários livros e artigos, é atualmente professora da Universidade de Coimbra, Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia), doutorou-se pela Universidade de Rutgers (EUA) e, até 2003, foi professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Atualmente é investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Leciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em “Pós-colonialismos e cidadania global”. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso internacional “Epistemologias do Sul” (CLACSO-CES). Entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-

coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as “autoridades tradicionais” no contexto africano, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de ‘outras’ narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos.

Uma de suas obras é organizada em três volumes, com Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, intitulada Luanda e justiça: pluralismo jurídico numa sociedade em transformação (2014) e é um dos importantes destaques do pensamento africano. A referida obra é uma relevante abordagem sobre o contexto sociopolítico de Angola, apresentado no primeiro volume e apresenta os fundamentos para uma melhor compreensão da temática. O segundo volume apresenta uma análise do sistema formal de justiça angolano e permite uma análise comparada com as instâncias extrajudiciais caracterizadas no terceiro volume, o qual, por sua vez, apresenta um enfoque sobre as instâncias locais - as ‘outras’ justiças - que operam na sociedade angolana.

O seu paper *Corpos de violência e linguagem de resistência: as complexas teias do conhecimento no Moçambique contemporâneo* é um ensaio no qual a autora apresenta Moçambique como seu campo de estudo e afirma que em Moçambique tudo é político, inclusive a prática de feitiçarias, a sociedade das bruxas etc., que a autora entende como sombras oriundas de uma tradição que ainda subsiste, cresce e pesam sobre a modernidade pós-colonial.

Para Maria Paula Meneses, tudo em Moçambique é frequentemente explicado como o resultado da feitiçaria e da presença de curandeiros, considerados tradicionalmente como médicos naturais, uma vez que a legislação colonial não restringia tais crenças e costumes, ao contrário do colonizador inglês que restringia tudo na África do Sul. A autora descreve sobre a disputa dos corpos em contrabandos e sobre os crimes de mutilação do corpo humano para a produção de órgãos utilizados nas práticas da bruxaria em Moçambique, com apoio velado inclusive de setores públicos federais e da mídia, o que deixa transparecer a existência de um cosmopolitismo marginal, subalterno e imaginativo quanto ao poder em Moçambique.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento pós-colonial é um movimento de intelectuais oriundos de vários campos das ciências sociais e humanas que rejeitam não só a continuidade da mentalidade colonial, dependência econômica e tecnológica das ex-colônias, mas, principalmente, o discurso da história contada a partir da concepção dos colonizadores, discurso este, ao qual se alinha o pensamento pós-colonial afro-brasileiro que incorpora a atuação dos movimentos negros e sua articulação dentro e fora das ciências, e analisa as tradições africanas como um recorte do processo civilizatório, as quais subsistem na modernidade pós-colonial, sejam em Luanda, Moçambique ou no Brasil, países neocolonizados que ainda, até o presente, para além de um sistema de justiça decente, se ressentem da necessidade da descolonização epistêmica e de um pluralismo político que defenda os interesses das classes populares de modo a abolir o preconceito racial iniciado com a colonização portuguesa.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Ed. Autêntica: Belo Horizonte:2006

_____; MARTINS, Aracy Alves (Org.). Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Editora Autêntica, Belo Horizonte: 2004

GOMES, Nilma Lino (Org.) SCHWARCZ, Lilia (Org.). Antropologia e História: debate em região de fronteiras. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. Editora Global, Salvador: 2006

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Vozes, São Paulo: 2017.

_____. Betina. Mazza Edições, Belo Horizonte:2009. (infantojuvenil).

_____. O menino coração de tambor. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013

MENESES, Maria Paula. Luanda e Justiça: Pluralismo numa Sociedade Jurídica em Transformação - Volume III. Editora Almedina: Coimbra: 2012.

_____. Os Saberes Feiticeiros em Moçambique. Realidades Materiais, Experiências Espirituais. Editora Almedina. Coimbra: 2019

_____. *Corpos de violência e linguagem de resistência: as complexas teias do conhecimento no Moçambique contemporâneo*, Revista Crítica de Ciências Sociais 80(80):161-194, Coimbra: mar.2008.

RIBEIRO, Adélia Miglievitch. *Dossiê Pensamento Social Brasileiro e Latino Americano. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica*. Revista Soc. e Estado. Vol., 26, no 2, Brasília: May/Aug, 2011.

_____. *A modernidade como desafio teórico. Ensaios sobre o pensamento social*. Edicpucrs. Porto Alegre: 2008

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Ed. Almedina, Coimbra: 2007.

CAPÍTULO XXX

A INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO DE QUÍMICA: A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO MOSS NO COLÉGIO PEDRO II

Marcela Alvaro ¹

Edson Oliveira ²

RESUMO

O presente trabalho busca investigar a trajetória da primeira professora do Colégio Pedro II, entre os anos de 1926 e 1940, a fim de entender como se deu a inserção feminina no ensino de Química. Fundado em 1837, o Colégio Pedro II foi considerado por muitos anos o modelo padrão do ensino brasileiro, e segue como referência na educação nacional até os dias atuais. Contudo, a inserção feminina no corpo docente do colégio foi árdua e demorada, e coube à professora Maria da Glória Ribeiro Moss iniciar essa jornada. Em 1926 ela foi contratada como professora suplementar, do Externato (atualmente Campus Centro do Colégio), da cadeira de Química e permaneceu nessa função até o ano de 1937. Em 1933, ela se candidatou ao concurso público de provas e títulos, à cadeira de Química do Externato e Internato (atualmente Campus São Cristóvão), onde apresentou a tese “Novo Processo Catalítico de Analyse Orgânica” à Congregação do Colégio; entretanto o concurso foi suspenso. Em 1939, um novo concurso foi aberto, e novamente Maria da Glória concorreu, dessa vez com a tese de título “Catalyse”, mas não foi aprovada. Portanto, ao retratar a trajetória profissional da professora Maria da Glória Ribeiro Moss, no Colégio Pedro II, buscamos contribuir para uma reinterpretação histórica da educação a partir dos lugares e experiências das mulheres.

Palavras-chave: História da educação; Ensino de Química; Mulheres na Química; Carreira Docente.

1. INTRODUÇÃO

O ato de ensinar, por ser uma atividade que implica na troca de conhecimento e experiências entre indivíduos, carrega um caráter pessoal, com cada professor tendo

¹ Mestre em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde FIOCRUZ. Bolsista Faperj TCT do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, Fiocruz.

² Doutor em História das Ciências, das Técnicas e da epistemologia (HCTE/UFRJ). Professor efetivo do Departamento de Química do Colégio Pedro II.

uma forma de lecionar e se relacionar com os seus alunos e instituições. Nessa perspectiva, alguns estudos se debruçam nas relações entre as trajetórias de vida dos professores e o desenvolvimento da categoria docente, enquanto profissão (DUBAR, 2005; LAWAN, 2001; NÓVOA, *et al.*, 1995; SOARES, 2014).

De modo que estudos sobre a trajetória de vida dos professores, nos dão subsídios para compreender não só suas experiências profissionais, mas também os contextos sociais em que se situam (GOODSON; CHOI, 2008). Segundo Tardif (2000), o profissional, sua prática e seus saberes se correlacionam, se alimentam e se transformam. Assim, ao se estudar a trajetória de professores, devemos lembrar de olhar para o trabalho e saberes deles, visto que, essas não são entidades separadas.

Ao fazermos um recorte de gênero, e buscarmos saber mais sobre a trajetória de vida das professoras, vemos que a temática ainda é pouco explorada. Lino e Mayorga (2016), ao analisar a participação das mulheres na ciência moderna, chamam atenção ao fato de que muitos estudos sobre a historiografia da ciência têm contribuído para alimentar o mito de que a ciência é um campo masculino. Ao não reconhecer a participação das mulheres na ciência, a história é distorcida e o protagonismo da produção do conhecimento científico passa a ser restrito às contribuições masculinas (LINO; MAYORGA, 2016; TOSI, 1997). Para Lerner (2019, p.278), “a falta de conhecimento do passado feminino nos privou de heroínas femininas, fato que apenas há pouco tempo vem sendo corrigido através do desenvolvimento da História das Mulheres”.

Deste modo, o presente trabalho busca investigar a trajetória da primeira professora do Colégio Pedro II, entre os anos de 1926 e 1940, a fim de entender como se deu a inserção feminina no ensino de Química.

Fundado em 1837, o Colégio Pedro II foi considerado por muitos anos o modelo padrão do ensino brasileiro, e segue como referência na educação nacional até os dias atuais. A instituição ditava não somente as diretrizes curriculares para as demais escolas, mas também o material didático a ser utilizado, que geralmente era produzido pelos professores (Catedráticos¹) do Colégio (HART, 2017; SOARES, 2014).

¹ Os Professores catedráticos eram a categoria docente mais importante no Colégio Pedro II, responsáveis por orientar o ensino das matérias que compunham a sua cadeira; lecionar as matérias do programa; apresentar à congregação, antes do início do ano letivo, o programa em questão; fazer parte das

Por outro lado, a inserção feminina nos diferentes espaços do Colégio Pedro II não foi um processo fácil e muito menos rápido. O ingresso de estudantes mulheres só veio a ocorrer em 1927, noventa anos após a fundação do colégio. A inserção feminina no corpo docente foi igualmente árdua e demorada, e coube à professora Maria da Glória Ribeiro Moss (1904 - ?) iniciar essa jornada. Em 1926 ela foi contratada como professora suplementar, do Externato (atualmente Campus Centro do Colégio), da cadeira de Química e permaneceu nessa função até o ano de 1937 (MOSS, 1939). Em 1933, ela se candidatou ao concurso público de provas e títulos, à cadeira de Química do Externato e Internato. Onde apresentou a tese “Novo Processo Catalítico de Analyse Orgânica” à Congregação do Colégio, entretanto o concurso foi suspenso. Em 1939, um novo concurso foi aberto, e novamente Maria da Glória concorreu, dessa vez com a tese de título “Catalyse”, mas não foi aprovada. Até a extinção do concurso para Cátedra do Colégio Pedro II, nos anos 1960, nenhuma mulher ocupou esse cargo. (ALVES, 2009; HART, 2017; SOARES, 2014).

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza histórica, com recorte cronológico entre os anos de 1926 a 1940, período em que a professora Maria da Glória Ribeiro Moss estava envolvida com o Colégio Pedro II, seja enquanto professora do Externato, ou como candidata à Cátedra de Química, nos concursos de 1933 e 1939.

Deste modo, a metodologia consiste em uma pesquisa exploratória, através de levantamentos bibliográficos, ou seja, na análise documental das diferentes fontes do período estudado. Como fontes primárias foram utilizadas as duas teses apresentadas por Maria da Glória Ribeiro Moss para candidatura ao concurso público de provas e títulos, de 1933 e 1939, à cadeira de Química do Externato e Internato.

O corpo documental principal é constituído pelas seguintes fontes: Tese “Novo Processo Catalítico de Analyse Orgânica” referente ao concurso de 1933; Tese “Catalyse” referente ao concurso de 1939; “ Livro de atas da congregação de 1925 a

comissões de exames, de defesa de tese e de concurso para docentes; entre outras atribuições. Os catedráticos eram escolhidos por concurso, nomeados por decreto e vitalícios desde a data de posse (SOARES, 2014).

1934 e Livro de atas da congregação de 1934 a 1946 – contêm as discussões sobre como eram elaborados os programas de ensino e os livros didáticos que seriam adotados; Livro de atas relativas aos concursos de docentes livres, Catedráticos e professores - 1925/1975; Catálogo de teses, dissertações e monografias; Relatórios dos diretores-gerais concernentes aos anos letivos de 1927 a 1929; Relatórios dos diretores-gerais concernentes aos anos letivos de 1933 a 1939; Livro para lançamento das atas dos concursos para professores, referente ao período de 1921 a 1926; Registro dos atos dos concursos para professores do Colégio Pedro II – Externato e Internato de 1940 a 1951; Pasta Concurso de Química referente à candidata Maria da Glória Ribeiro Moss, contendo documentos de 1933. A documentação avaliada faz parte do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Como fontes secundárias, foram utilizados estudos sobre a História da Educação no período estudado, bem como sobre o Colégio Pedro II, sua estrutura e perfil dos professores, visto que a pesquisa foca na trajetória da professora Maria da Glória nos anos em que atuou na instituição. As informações extraídas a partir dessas fontes foram fundamentais para que pudéssemos compreender as condições políticas e sociais da educação no período estudado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nascida em 21 de abril de 1904, Maria da Glória Ribeiro Moss era um dos 6 filhos da professora Isabel Ribeiro Moss e do militar Diogo Tomaz Moss. Maria da Glória concluiu a formação escolar no Instituto Profissional Feminino, instituição pública gratuita localizada na cidade do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), criada em 1898, destinada ao ensino profissional, comercial e doméstico de meninas pobres, órfãs e filhas de funcionários públicos. Em 1922 concluiu a graduação em Farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLIVEIRA; COSTA, 2019).

Moss era registrada no Departamento Nacional de Educação desde 1926, na sessão de Física, Química e História Natural. Em 1937 faz o registro como professora de Higiene, Química Complementar e Ciências, para lecionar Química no curso Complementar (MOSS, 1939). Ao se registrar como Professora no Departamento

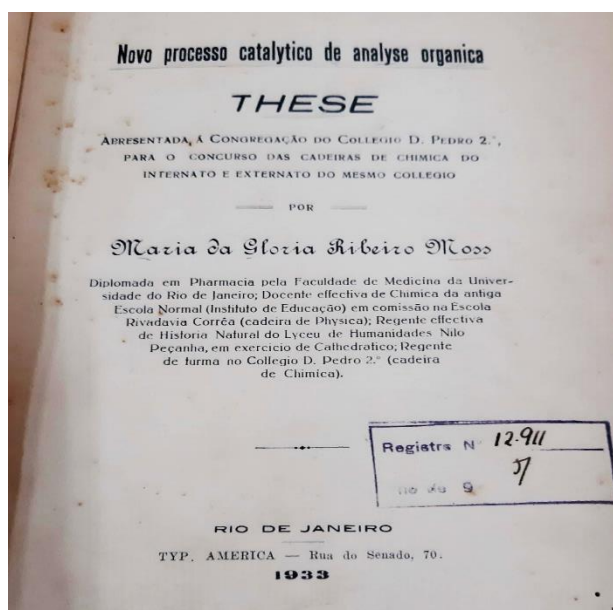
Nacional de Educação de Química, Maria da Glória passa pelo o que Nóvoa e colaboradores (1995) denominam “fase de estabilização”, onde uma escolha subjetiva, um ato de comprometimento profissional, se une a um ato administrativo, como uma nomeação ou registro profissional. Neste momento, o indivíduo passa a ser professor, seja aos seus olhos, ou aos olhos dos outros, comprometendo-se com a profissão. A escolha pela docência implica na renúncia, mesmo que por um curto período, de outras identidades.

Durante o período em que atuou no Colégio Pedro II, entre 1926 e 1937, a professora também lecionou em outras nove escolas de ensino secundário e profissional do estado do Rio de Janeiro (MOSS, 1933; 1939), totalizando 12 anos de serviço público

estadual e 18 anos de serviço público municipal.

O edital publicado no Diário Oficial de 1º de abril de 1933 instaurou a abertura das inscrições para o concurso de professores Catedráticos de Química, a constar de: defesa de tese; prova experimental; prova didática. As inscrições foram encerradas após 180 dias, chegando a um total de 10 inscritos, sendo Maria da Glória Ribeiro Moss, a única mulher a concorrer. Ao mencionar, na tese apresentada em 1939, ter sido a primeira mulher, em 100 anos da Instituição, que se submeteu às provas públicas do concurso de Catedrático, Moss demonstra ter tido consciência de que a posição que queria ocupar não era destinada às mulheres, cabendo a ela o ineditismo.

Figura 6 - contra capa da tese de 1933.



Fonte: Moss (1933).

A tese apresentada pela professora Maria da Glória Ribeiro Moss à Congregação do Colégio Pedro II para o concurso das cadeiras de Química do Externato e Internato no ano de 1933, pode ser observada na Figura 1. Na primeira folha da mesma consta o Título da tese, e um breve resumo da autora, onde Maria da Glória se coloca como formada em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, docente de Química e de História Natural. Além de mencionar o vínculo com o Colégio Pedro II, onde cita ser regente da Cadeira de Química.

Ao final do Prólogo cita que foi a sua vocação pedagógica, manifestada desde as primeiras tentativas no magistério, que despertou nela um desejo de saber mais, a levando aos laboratórios a fim de buscar novos conhecimentos para melhorar as suas aulas. Moss menciona ainda que a classe farmacêutica é a verdadeira formadora de químicos, citando Pasteur e Dorvalt como inspirações profissionais (MOSS, 1933). Vale lembrar que nessa época ainda não existia um curso com objetivos explícitos de formar químicos; isso ocorreu somente em 1934 com a criação do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (LIMA, 2013).

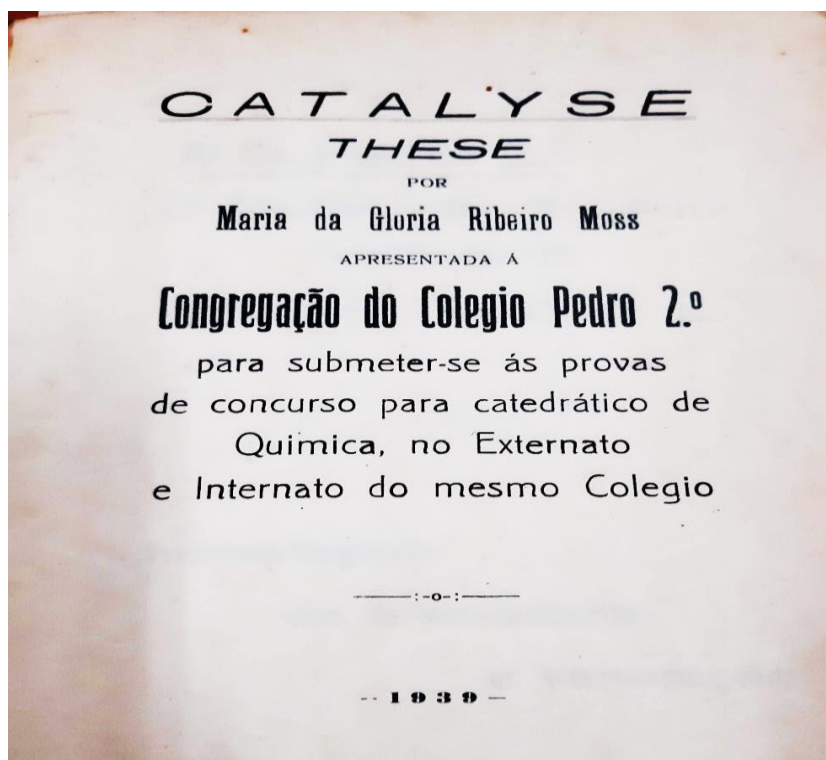
A tese “Novo processo catalytico de analyse orgânica” discorreu sobre o estudo de diferentes catalisadores capazes de substituir a estrela de platina, catalisador que tem como desvantagem o custo elevado e a difícil regeneração. A professora propôs o uso da combustão orgânica sob a ação da corrente de oxigênio como método de análise elementar simplificada, onde argumenta que esse método tem como vantagens a sua simplicidade e exatidão. Ao defender a escolha do tema, Moss indica ter familiaridade com os currículos de Química da época, experiência que segundo ela é oriunda de sua atuação no magistério desde 1920, e que a levou a dar preferência por uma tese prática e útil (MOSS, 1933).

Informações coletadas no Livro de Atas, de 1934 a 1946, indicam que o concurso foi interrompido ainda em sua primeira fase, constando de defesa de tese e de prova de títulos, devido às divergências entre os membros da comissão examinadora. Um novo edital para o preenchimento de duas vagas para as cátedras de Química, no Externato e no Internato, foi aberto em 1939 e Maria da Glória se inscreveu novamente, assim como os professores Arlindo Froes, Gildásio Amado, e Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães (Livro de Atas... 1934 -1946). Todos os quatro candidatos já haviam prestado

serviço ao Colégio Pedro II, ou ainda atuavam na instituição, e concorreram ao concurso de 1933.

A contra capa da tese “Catalyse”, é apresentada na Figura 2, onde vemos que diferentemente do apresentado na tese anterior, dessa vez Moss não veicula um resumo profissional em sua apresentação. A tese aborda as principais noções sobre a catálise, os catalisadores, sua parte histórica, a divisão dos tipos de catálise e de catalisadores, as causas da diminuição de velocidade de uma reação de catálise, as teorias sobre os fenômenos de catálise nas superfícies sólidas, e por fim evidencia a obtenção do níquel como catalisador capaz de substituir a estrela de platina de Dennstedt, tópico sobre o qual a autora se debruçou em sua tese anterior e do qual detém uma patente de invenção.

Figura 7 - Contra capa da tese "Catalyse" apresentada em 1939.



Fonte: Moss (1939).

A professora aproveita o espaço do prólogo para deixar clara a sua insatisfação com o rumo que o concurso de 1933 tomou. Moss explica que mesmo que o concurso fosse novamente inutilizado, não deixaria de tentar concorrer com a mínima parcela de seu ideal, e lastima “a falta de carinho com que foi tratada a tese anterior, que no estrangeiro logrou menção honrosa”, reforçando que o trabalho publicado na tese

anterior conta com uma patente de invenção, cujo tema continuava inédito. Deste modo, Moss justifica a escolha de uma tese teórica, dessa vez, extraída dos programas em vigor.

O prólogo termina com uma frase em latim, “*justitia exspectatur*”, que pode ser traduzida como, a justiça é aguardada, reforçando o sentimento de injustiça, explicitado decorrer do prólogo, e a esperança de que dessa vez alcance o seu objetivo.

Moss finaliza a tese de 1939, na página 65, defendendo que a parte prática de química orgânica, é indispensável aos alunos da 5ª série, e que espera ter honrado os seus “inesquecíveis professores de química” e estimulado em seus discípulos o gosto pela química.

Terminadas todas as provas, a comissão examinadora se reuniu a fim de proceder a habilitação e classificação dos candidatos. Após a aprovação das médias conferidas a cada um dos candidatos pela comissão julgadora, foram indicados os nomes de Luiz Pereira de Castro Pinheiro Guimarães, para a cadeira do Internato, e Gildásio Amado, para a cadeira do Externato. Ambos os professores não eram estranhos à congregação do Colégio Pedro II: o Professor Luiz Pinheiro Guimarães, além de ter sido aluno do Externato do Pedro II, ocupou interinamente a cadeira de Química do Internato de 1929 até a nomeação, e era filho do professor Dr Francisco Pinheiro Guimarães, que serviu ao colégio por mais de 30 anos. O professor Gildásio Amado também serviu ao colégio por mais de 10 anos, onde ocupava interinamente a cadeira de Química do Externato (SOARES, 2014).

Com relação às atividades científicas da professora, além da patente mencionada nas teses de 1933 e 1939; conta a fórmula de uma tinta “envenenada” para cascos de navio, oferecida à Marinha; e estudos sobre cortinas de fumaça, segundo ela inédito, para as Forças Armadas (MOSS, 1939).

Ao longo dos anos aqui estudados, Moss foi membro de diversas sociedades e associações profissionais, sejam veiculadas ao trabalho científico, ou à docência, indicando que ela se fazia presente no cenário científico da época, e buscava estabelecer relações profissionais com seus pares. Segundo Dubar (2005), para a construção de uma identidade profissional, e social, os indivíduos devem estabelecer relações de trabalho, apelando muitas vezes para a participação em atividades coletivas em associações e organizações, por exemplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso falar de mulheres que estavam invisíveis, mas que existiram e que modificaram os sistemas e sociedade em que estavam inseridas, para que estas sirvam de inspiração e exemplo para a inserção de mais mulheres em meios, há muito, tidos como exclusivamente masculinos.

Em uma época em que a exclusão das mulheres de oportunidades educacionais e econômicas, era vista como algo necessário à sobrevivência na espécie humana, visto que, cabia às mulheres o papel materno, Maria da Glória rompeu barreiras se formando em duas graduações, Farmácia e Direito, e concorrendo para uma vaga ocupada apenas por homens. Mas, como muitas outras mulheres que ultrapassaram as barreiras impostas pelo patriarcado e seguiram a carreira científica, ela teve seu nome, e feitos, apagados da história. Não é de se surpreender que as informações sobre Moss se limitem àquelas encontradas nas suas teses para a Cátedra de Química do Colégio Pedro II, e nas demais documentações veiculadas ao processo.

Deste modo, ao retratar a trajetória profissional da professora Maria da Glória Ribeiro Moss, no Colégio Pedro II, buscamos contribuir para uma reinterpretação histórica da educação a partir dos lugares e experiências das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. L. Trajetórias femininas no Colégio Pedro II. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 25, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1201.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2021.

COLÉGIO PEDRO II. Livro de atas da congregação: 02/04/1925 a 30/05/1934. 250 p.

DUBAR, C; BOTELHO, A. P. R.; CORREIRA, J. A.; CAMELO, J; LAMAS, E. R. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais, 1997.

GOODSON, I; CHOI, P. L. Life history and collective memory as methodological strategies: Studying teacher professionalism. **Teacher Education Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 5-28, 2008.

HART, R. Invisibilidades E Apagamentos: a (não) presença de mulheres escritoras nas antologias literárias didáticas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

LAWN, M. Os professores e a fabricação de identidades. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 117-130, 2001.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo. Editora Cultrix, 2019.

LIMA, J. O. G. Do período colonial aos nossos dias: uma breve história do Ensino de Química no Brasil. **Revista espaço acadêmico**, v. 12, n. 140, p. 71-79, 2013.

LINO, T. R; MAYORGA, C. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, vol. 7, núm. 3, 2016, pp. 96-107. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265347623012> Acesso em: 16 nov 2020.

MOSS, M. da. G. **Catálise**. Rio de Janeiro: TYP. América, 1939.

MOSS, M. da. G. **Processo catalítico de análise orgânica: catálise**. Rio de Janeiro: TYP. América, 1933.

NÓVOA, A, *et al.* Vidas de professores. **American Sociological Review**, v. 49, n. 1, p. 100-116, 1995.

OLIVEIRA, P. R; COSTA, N. M. O percurso da professora Maria da Glória Ribeiro Moss no Colégio Pedro II. **Revista HISTEDBR**, v. 19, 2019.

SOARES, J. da C. **Dos professores “estranhos” aos catedráticos**: aspectos da construção da identidade profissional docente no Colégio Pedro II (1925-1945) / orientadora: Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. – 2014. 281 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2014.

TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos pagu**, n. 10, p. 369-397, 1998.

CAPÍTULO XXXI

MULHERES QUE FAZEM CIÊNCIA: AS PRIMEIRAS PESQUISADORAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA (RIO DE JANEIRO, 1938-1968)

Lia Gomes Pinto de Sousa¹

RESUMO

O trabalho segue uma orientação prosopográfica centrada na trajetória de 32 pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz que ingressaram na instituição a partir de fins da década de 1930 até o final da década de 1960. O grupo é abordado enquanto objeto coletivo significativo do ingresso feminino na esfera científica e do rompimento com a exclusividade masculina no campo. O objetivo central foi analisar as condições que possibilitaram o início e desenvolvimento de suas carreiras, atentando para o impacto da escolarização de mulheres na organização das instituições científicas, que acompanhou alterações sócio-culturais de gênero bem como o próprio movimento de profissionalização e especialização da ciência no Brasil. Para a realização do enfoque proposto, procedi com uma extensa pesquisa empírica e uma análise fina e cruzada das fontes documentais, num esforço que busca não apenas dar visibilidade à atuação de mulheres nas ciências, como também compreender seus condicionantes e significados históricos, cuja chave interpretativa reside na percepção da mudança: de papéis, de práticas e possibilidades de atuação em sociedade – tanto das mulheres quanto da categoria “cientista”. O perfil do grupo reúne características sócio-econômicas e culturais representativas de um novo sujeito histórico: “mulheres que fazem ciência”, que emerge no Brasil em meados do século XX, agora numa expressão coletiva e menos restritiva que nos períodos precedentes. O fenômeno apresenta uma lógica de processos históricos indissociáveis – profissionalização da ciência, profissionalização de mulheres – que se relacionam num cenário de permeabilidade institucional, marcado pelo contexto da II Guerra Mundial e do pós-guerra. A pesquisa demonstrou como o IOC se abriu à participação de mulheres especialmente nos anos 1950 – um período de fragilidade e remodelação institucional -, após o acesso delas aos cursos de ciências nas universidades, que também se modernizavam num modelo acadêmico de ensino e pesquisa. Evidenciou-se que, em meados do século XX, mulheres poderiam se interessar por ciência e ter habilidades para exercê-la, agarrando oportunidades e influenciando tanto os destinos de novas cientistas, como os rumos do próprio processo de institucionalização da ciência no Brasil, em diversos campos disciplinares.

Palavras-chave: Mulheres. Ciência. Profissionalização. Instituto Oswaldo Cruz. Prosopografia.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho segue uma orientação prosopográfica centrada na trajetória de 32 pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz que ali ingressaram entre fins dos anos 1930 e 1960.¹ O grupo é abordado enquanto objeto coletivo, para além das especificidades individuais, significativo do ingresso feminino na esfera científica de forma definitiva e diferente dos períodos anteriores, expressando o rompimento com a exclusividade masculina no campo.² O objetivo foi analisar as condições que possibilitaram o início e o desenvolvimento de suas carreiras, atentando para o impacto da escolarização de mulheres na organização das instituições científicas, que acompanhou alterações sócio-culturais de gênero e o próprio movimento de profissionalização da ciência no Brasil.

Além de evidenciar as características comuns do grupo, chamo atenção para um processo mais amplo de transformações institucionais e culturais interdependentes: alterações do sistema educacional nos diversos níveis de ensino; de práticas e costumes nas diferentes instituições e ambientes; de identidades, valores e papéis sociais – tanto da ciência quanto de mulheres na primeira metade do século XX no Brasil. A abordagem prosopográfica permite contemplar a conformação do grupo, suas causalidades e efeitos relacionados ao quadro geral no qual se inserem, cuja compreensão implica num diálogo com os estudos sobre profissões, elites intelectuais, construção de carreira, mobilidade social e poder.³

Esta pesquisa dialoga com a bibliografia de História das mulheres e gênero e de História das ciências, cujos cruzamentos são escassos no Brasil. Os trabalhos com essa conexão de perspectivas raramente abordam a expressão coletiva de mulheres nas ciências naturais ou biomédicas – tratam de indivíduos em particular e/ou privilegiam as ciências humanas e sociais. Por sua vez, a produção tradicional acerca da história da ciência consolidou uma imagem desta essencialmente masculina, feita por homens. Para o enfoque proposto, realizei extensa pesquisa empírica e uma análise fina e cruzada

¹ Esta é uma versão resumida dos resultados apresentados em minha tese de doutorado, cuja pesquisa e redação foi realizada entre os anos 2012-2016 e, após interrupção, foi retomada em 2020 para finalização.

² Sobre mulheres que atuaram na área científica em períodos anteriores no Brasil, ainda sob uma lógica mais restritiva, ver por exemplo os trabalhos de Rago (2000), Corrêa (2003), Mott (2005) e Vanin (2008).

³ Em sua forma contemporânea, a prosopografia foi desenvolvida sobretudo pela História Social a partir dos anos 1970, mas pode se beneficiar igualmente de aportes culturais advindos de diversas disciplinas e abordagens historiográficas (Heinz, 2006; Stone, 2011).

das fontes, conferindo visibilidade à atuação de mulheres nas ciências e seus condicionantes e significados históricos, cuja chave interpretativa reside na percepção da mudança.

2. NOVOS ATORES NUM NOVO CENÁRIO: O INGRESSO DE MULHERES NA CIÊNCIA

A pesquisa partiu de um documento icônico do panorama científico brasileiro e seus praticantes na década de 1950. Uma publicação oficial, de um órgão dedicado à organização do quadro profissional de nível superior do país, deixava entrever, dentre outros aspectos, uma considerável participação feminina nas instituições científicas nacionais de caráter básico ou aplicado (Capes, 1957). A obra apresentava, para cada unidade da federação e por campos de pesquisa, informações das respectivas entidades acerca de cursos oferecidos e a listagem nominal de seu corpo técnico, inclusive a especialidade dos integrantes. Das 53 instituições do Distrito Federal que apresentam a composição de seus quadros, 32 contam com pelo menos uma mulher – mais da metade delas dispunha da participação feminina, numa proporção de cerca de $\frac{1}{4}$ do pessoal.¹

O panorama que se revelava despertou as perguntas iniciais desta pesquisa: quem são essas mulheres, o que faziam, como chegaram ali? Sua presença causa estranhamento, baseado num senso comum de que mulheres “sempre” foram alijadas de esferas públicas de poder, inclusive das ciências. Essa noção de exclusão foi reforçada no ambiente acadêmico, no escopo das primeiras teses de natureza feminista acerca da condição social da mulher, originadas nos anos 1970. Esses trabalhos têm uma importância fundamental ao inaugurar o debate na academia e expandir a reflexão crítica em sociedade. Um efeito adverso, porém, foi gerado no âmbito historiográfico.

A necessidade de denúncia de mecanismos desiguais de poder levou à criação de uma imagem de ausência inequívoca das mulheres na atividade científica. Somando-

¹ Foram observadas as áreas físicas, biológicas, matemáticas e tecnológicas. Dentre as instituições (universitárias e não universitárias, muitas de formação recente e corpo funcional pequeno) com presença feminina, são 183 mulheres num total de 794 cientistas. Existem áreas nas quais essa participação é mais expressiva, como a geografia (maioria em relação aos homens), genética (metade do corpo técnico) e biofísica e microbiologia (cerca de $\frac{1}{3}$ do total). O Laboratório Nacional de Análises (área de tecnologia industrial e bromatologia) possui maioria esmagadora de mulheres: 21 de um total de 28 integrantes.

se à falta de interesse na historiografia tradicional, que custou a contemplar as mulheres como agentes transformadores do processo histórico, cristalizou-se na bibliografia uma invisibilidade das mulheres nas ciências de longa duração. Essa “invisibilidade historiográfica” vem sendo problematizada nas últimas décadas no contexto acadêmico nacional e internacional. Especialmente no Brasil, tal crítica iniciou-se nos anos 1990, ainda Tateando em busca de “exemplares” femininos atuando na esfera científica.¹

As pesquisas sobre a cientista e líder feminista Bertha Lutz (1894-1976), orientadas por Margaret Lopes no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, contou com uma equipe que gerou artigos, dissertações e teses, inclusive contemplando outras personagens (Lopes, Sousa, Sombrio, 2004; Sousa, Sombrio, Lopes, 2005; Sombrio, 2007, 2014, dentre outros). Dessa experiência, desenvolvi minha própria dissertação de mestrado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, onde expandi meus conhecimentos sobre História das Ciências e Gênero (Sousa, 2009, 2014). Ali, Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira se dedicam desde os anos 2000 a explorar as intersecções entre ambas as áreas de estudo, e suas publicações influenciam fortemente o direcionamento deste trabalho.

Para esta pesquisa, a crítica à invisibilidade historiográfica foi um mote essencial. Considerar o ingresso de mulheres no mundo científico permite compreender tanto as alterações geradas em suas vidas como o impacto que sua presença causou à própria ciência, o que demanda deslocar a ideia de exclusão para um sentido de inserção e ampliar a percepção para além de exemplos individuais. Busquei também compreender qualitativamente essa participação: qual a natureza de sua atuação, como e em que medida elas se inseriram nesse campo profissional? O questionamento parte da assertiva geral de que a atuação de mulheres no mercado de trabalho, quando existe, é caracterizada pela subordinação, em postos mais baixos, ou campos de menor prestígio.

Essa “tese da desigualdade” busca denunciar a ocorrência de uma dominação masculina, ancestral e persistente, em todas as esferas de poder do mundo público, que estaria fundamentada na construção ideológica de uma função social da mulher restrita

¹ Lopes (1992) revisa as menções à participação de mulheres nas coletâneas sobre história das ciências em nosso país, destacando a dificuldade de encontrá-las. Posteriormente, inspirada pela dubiedade do termo, a autora elabora uma revisão da literatura norte-americana acerca das “aventureiras” nas ciências, chamando atenção para a morosidade do debate no Brasil, que assim continuaria nos anos 2000 (Lopes, 1998, 2006). Uma das poucas iniciativas coletivas nesse sentido no período ocorreu com a publicação de uma coletânea sobre *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (Costa, Sardenberg, 2002), que reúne resultados apresentados num congresso dedicado ao tema, realizado em 2001 em Salvador.

à domesticidade. Em decorrência, foi formulada nos estudos de gênero e ciências a teoria de uma maior “permeabilidade” à inserção feminina em contextos científicos não institucionalizados, enquanto tal inserção é dificultada quando há institucionalização da ciência. Diferenças dessa inserção entre países ou disciplinas estariam relacionadas com o papel social destinado às mulheres e com a situação institucional da ciência ou de determinada disciplina em cada sociedade (Schiebinger, 2001, 2004; Sheffield, 2006).

2.1. TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Em que pese a constatação de desigualdades, a bibliografia tende a reconhecer um incremento da participação feminina em novas atividades científicas na Europa e EUA nos contextos das duas grandes guerras. A obra pioneira de Rossiter (1995) sobre o caso norte-americano rompe com a tendência biográfica que enfocava as “excepcionais” bem-sucedidas, e aborda a experiência feminina coletiva, em termos socioeconômicos e de suas implicações sociais. À luz do contexto de institucionalização da ciência naquele país, a autora analisa as circunstâncias e estratégias que em um momento possibilitaram a atuação pública de mulheres nesse domínio, convidadas a suprir a demanda gerada pela II Guerra Mundial, e, em outro, as excluíram, não mais necessárias após o conflito.

A idéia da permanência de desigualdades de gênero a despeito de conquistas formais teve eco na produção acadêmica sobre o contexto brasileiro, como a obra de Besse (1999). Entretanto, a autora desconsidera os efeitos de alterações importantes próprias de um processo histórico ocorrido no Brasil: as sucessivas reformas no sistema escolar do início do século XX, que acompanharam a modernização, urbanização e superação do sistema patriarcal. Embora observe modificações no comportamento feminino e no acesso à educação, conclui que a função social da mulher permanece a de mãe e esposa, agora transferida para a esfera pública. Tratar-se-ia de um ajuste de suas atividades ao novo quadro político que se delineava com a superação dos ideais de uma oligarquia rural para uma ideologia burguesa, uma “modernização da desigualdade”.

Numa perspectiva oposta, Azevedo e Ferreira (2006) apontam para mudanças significativas em meio a permanências na estrutura de gênero da sociedade brasileira, justamente a partir das reformas educacionais em todos os níveis de ensino, iniciadas

nos anos 1920/30. A crescente escolarização de mulheres, principalmente das classes médias e altas do país, possibilitou a sua profissionalização e atuação cada vez maior no mundo público, com impactos consideráveis em seus papéis sociais, que se tornariam mais evidentes a partir da década de 1940. A expansão da escolarização teria oferecido condições institucionais e culturais a essa mudança, criando novas expectativas em relação à educação e ao trabalho das mulheres, o que ocorreu não sem ambigüidades.

Diferente do caso estadunidense, é justamente no pós-guerra que as mulheres ingressam de forma massiva na ciência no Brasil. Com o desenvolvimento das universidades, é modificado o sistema de formação e recrutamento de seus alunos nas instituições de pesquisa, como estagiários, bolsistas e assistentes. É nesse período de modernização do modelo científico brasileiro e da estrutura universitária, com a crescente intervenção do Estado na atividade científica, que as mulheres passam a se profissionalizar (Ferreira et al, 2008; Azevedo, Ferreira, 2012). As décadas de 1940/50 consistiram num momento especialmente propício ao ingresso definitivo, embora lento, das mulheres em suas carreiras. Aliados a tais transformações institucionais da ciência, processos sociais e culturais de outra ordem também concorreram para o fenômeno.

A transformação dos costumes e uma maior abertura para o aprimoramento intelectual e atuação de mulheres no mundo público – que vinha desde as décadas anteriores, ainda que para segmentos sociais privilegiados (Maluf, Mott, 1998; Leite, 2005; Costa, 2007) – são fundamentais para essa compreensão. As esferas privada e pública não podem ser consideradas apartadas uma da outra, suas fronteiras são sutis e fluidas, e, ainda que possa se verificar um poder discursivo disciplinador, de produção de sujeitos dentro das normas hegemônicas, também são possíveis brechas e elaboração de contra-poderes por parte das mulheres que, assim, forjam novos modelos de identidade e sua “saída” do domínio doméstico (Perrot, 2005).

Diante de tais considerações, busquei as feições coletivas do grupo analisado e as implicações do seu duplo pertencimento – ao mundo da ciência e ao “mundo das mulheres” – para encontrar respostas às perguntas postas pelos estudos prosopográficos: quais são os vínculos “sócio-psicológicos” que conferem unidade ao grupo, quais as diversas influências em seu processo de formação que incentivam a mudança (no caso, o ingresso profissional feminino na esfera pública científica), e quais

são os reais fatores que favorecem essa mobilidade? (Charle apud Heinz, 2006; Stone, 2011).

O fenômeno estudado pode ser compreendido em dois momentos analíticos: 1) avaliar os “cenários institucionais” em questão, observando as transformações ocorridas no Instituto Oswaldo Cruz e nas Universidades que favoreceram a inserção feminina na atividade científica, e refletindo acerca das mudanças referentes à função social da ciência na primeira metade do século XX no Brasil; 2) analisar o grupo de pesquisadoras do IOC, apresentando os elementos biográficos comuns, suas trajetórias de vida e constituição de carreira, com base no perfil sócio-econômico, qualificação educacional, motivações e características de ingresso e desenvolvimento profissional.

Nos dois ambientes centrais à investigação constato o movimento de valorização da pesquisa aliada ao ensino, intensificado no contexto da II Guerra, que marca o surgimento das condições institucionais e culturais da esfera científica e educacional para a emergência do fenômeno da profissionalização feminina em ciência, num panorama geral. A transformação subjacente refere-se à conformação do perfil do “cientista moderno” (Schwartzman, 2001), com permanências e rupturas em relação ao período anterior e construção de novas percepções acerca de sua identidade profissional e papel social, verificadas na mobilização da comunidade acadêmica e no surgimento de políticas científicas, como o financiamento à pesquisa pelo CNPq nos anos 1950.

No que se refere a Manguinhos, após abordar seu pioneirismo e prestígio nas primeiras décadas do século XX e a importância da especialização nos Cursos de Aplicação, exploro as primeiras incursões femininas em seu sistema de ensino. Nos anos 1950, a remodelação e diversificação desses cursos, a modernização de práticas, técnicas e especialidades, juntamente com a reafirmação da ciência pura, marcam uma época de instabilidade para o instituto, mas que se mostrou como um “divisor de águas” para as mulheres, que passam cada vez mais a freqüentar este espaço de especialização científica.¹ Tais transformações tornaram o ambiente mais permeável a segmentos

¹ Em 22 anos de existência (de 1908 a 1930), apenas cinco mulheres, de um total de 363 alunos, cursaram o Curso de Aplicação do IOC, todas na década de 1920. Nessa década, elas representavam 5,45% dos discentes e, na seguinte, 7,23%. Nos anos 1940, elas são 12,6% do total de egressos. Com a diversificação do ensino em Manguinhos e oferta de novos cursos de especialização (iniciada em 1949), em apenas 4

sociais diversos do perfil tradicional do cientista do IOC (majoritariamente homens médicos), perceptível na nova clientela que se apresentava em seus cursos.

O mesmo objetivo analítico foi traçado para o local de formação, condição prévia para o ingresso profissional na atividade científica: as instituições de ensino superior. Diferente do período anterior ao tematizado aqui, quando essa base institucional, para o caso das ciências biológicas, concentrava-se nas Faculdades de Medicina (majoritariamente masculinas), a partir dos anos 1930 e com mais força nos 1940/50, o centro de qualificação acadêmica passa a ser os cursos de Ciências, inaugurados nas Faculdades de Filosofia das primeiras universidades do país: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Brasil (UB).¹ Além da FNFi, outras unidades da UB também se destacam: a Escola Nacional de Química (ENQ), a Faculdade Nacional de Farmácia (FNF) e o Instituto de Biofísica (IB).

Essa diversificação do ensino surtiu efeito sobre o acesso de mulheres à formação e socialização acadêmica, verificado no perfil estudantil e na cultura científica dos diferentes cursos da UB, que manifestam uma busca de construção e consolidação de carreiras. A FNFi oferece cursos de ciências “de base” com ênfase nas atividades experimentais e apresenta uma população mista de estudantes. Na ENQ, de caráter aplicado à indústria e excelência na técnica de laboratório, o curso de Química Industrial possui cerca de 23% de alunas (de 1934 a 1969). A FNF (curso de maioria feminina em todo país) e o IB, oriundos da Fac. de Medicina, adquirem autonomia em meados dos anos 1940, criando novas identidades profissionais e formas de atuação.²

anos (1950 a 1953), elas já representam 24,7% das matrículas. Informações colhidas nos documentos do Fundo IOC, Seção Departamento de Ensino e Cursos (DAD/COC/ Fiocruz).

¹ Nesse último caso, tais cursos são provenientes da curta experiência (1935-1939) da Universidade do Distrito Federal (UDF), cujo núcleo central foi absorvido pela Fac. Nac. de Filosofia (FNFi/UB), criada em 1939. A USP (e sua Fac. de Filosofia, Ciência e Letras) foi fundada em 1934, enquanto a UB, em 1937, reorganizando a já existente porém incipiente, Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920.

² Na FNFi, para as áreas relacionadas à biomedicina, tanto na licenciatura quanto no bacharelado há uma equanimidade entre os sexos no curso de Química, enquanto que as mulheres são aproximadamente o dobro dos homens em História Natural (até pelo menos 1955). A FNF objetivava sua modernização científica na área da saúde, com ênfase nas disciplinas químicas e biológicas, enquanto o IB inaugurava um novo paradigma biológico, lançando-se como o “bastião da ciência moderna” e da desmedicalização da biologia no Brasil. É tido como o principal pólo de implementação da pesquisa científica (básica) na universidade, associada ao ensino, que incluía aulas teóricas e práticas, e desde seus anos iniciais contou com a presença feminina em seus cursos (entre 10% e 20% dos alunos, pelo menos). As informações sobre o perfil estudantil dos cursos da UB provêm de documentos do Fundo FNFi (Proedes-FE/UFRJ), lista de ex-alunos da Escola de Química (Exaeq) e do Fundo Carlos Chagas Filho (DAD-COC/Fiocruz).

Traçado o cenário institucional brasileiro que conformou as experiências de homens e mulheres no período, e em especial para o caso feminino, analiso como as integrantes de meu grupo específico se inserem e interagem nesse panorama. Delineei o contingente feminino que se dedicou à prática científica no IOC, sua evolução numérica ao longo do tempo, que aumenta nos anos 1940/50, e a natureza de suas atividades, de pesquisa e ensino. Identifiquei estrutura organizacional e quadro de pessoal do instituto, sua distribuição por sexo, e as diferentes vias de acesso e de enquadramento – em geral, estágios não remunerados, bolsas e contratações precárias.¹

A formação acadêmica do grupo feminino concentra-se nos cursos científicos inaugurados nos anos 1930/40, e suas trajetórias pregressas, origens sócio-culturais e valores compartilhados influenciam suas escolhas. Em geral, provenientes de famílias de classe média, criadas em um ambiente que valorizava e estimulava a atividade intelectual, educação e profissionalização desde jovens, uma mentalidade destoante dos padrões tradicionais de gênero. O valor atribuído à educação como instrumento de emancipação, incentivado pelo surgimento de novas oportunidades profissionais e um mercado de trabalho em expansão, é fortemente presente, destacando-se o acesso à instrução secundária de qualidade, majoritariamente no “científico”, cujos mestres têm papel importante no encaminhamento à faculdade e na opção pelos cursos de Ciências.² Por fim, flagradas em seus exercícios profissionais, observo a porta de entrada para o recrutamento no IOC – os cursos de especialização – e o acolhimento dos mentores em suas equipes de pesquisa, que as direcionaram às diferentes especialidades, como patologia, endocrinologia, bioquímica, virologia, hidrobiologia e zoologia, por exemplo.

¹ O primeiro nome de um conjunto expressivo de mulheres ocorre em 1938, com a admissão de Rita Lyrio Alves de Almeida, seguida por Maria Isabel Mello, em 1939. Na década de 1940 ingressam nove cientistas, na de 1950 são admitidas 16 e nos anos 1960, cinco. Antes de 1938, são encontrados três casos isolados ligados às atividades de pesquisa: duas auxiliares de laboratório (admitidas em 1922 e 1936) e uma ajudante de farmácia (1928), que posteriormente torna-se laboratorista e, finalmente, farmacêutica. As principais fontes foram documentos administrativos e funcionais e publicações institucionais, encontrados no Fundo IOC, além de depoimentos de cientistas de Manguinhos (DAD-COC/Fiocruz).

² A maioria das pesquisadoras (pelo menos 23 das 32) é formada pela Universidade do Brasil, e os diplomas concentram-se nos cursos de Farmácia (10), História Natural (9), Química (7) e Medicina (6). As fontes utilizadas foram majoritariamente as fichas de matrícula e dossiês de alunos dos cursos de Manguinhos (Fundo IOC), bem como depoimentos das pesquisadoras (DAD-COC/Fiocruz).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de pesquisadoras do IOC foi analisado enquanto coletividade histórica representativa de um problema: o fenômeno da profissionalização científica de mulheres, que significa uma mudança nos padrões de gênero e da própria organização da ciência. O perfil do grupo representa os traços de um sujeito histórico que recebeu pouca atenção na historiografia brasileira, o de “mulheres que fazem ciência”, que emerge num período de transição, dentro de um longo processo de institucionalização científica, no qual há um campo “permeável”, pois ainda em constituição. Naquele momento, o papel social da ciência se reformulava enquanto profissão no Brasil.

Simultaneamente, se delineava uma nova identidade feminina que permitiu a entrada de mulheres no mundo público, acompanhando mudanças de mentalidade, valores, comportamento e expectativas em relação àquele sexo. Nessa atmosfera cultural em transformação, que se estende dos anos 1930 aos 1950, elas se beneficiaram de políticas públicas voltadas à educação (especialmente superior) e à atividade científica (como a oferta de bolsas de pesquisa), ainda que tais políticas não objetivassem o público feminino. Assim, o fenômeno estudado reflete dois processos interdependentes: profissionalização da ciência, profissionalização de mulheres.

A pesquisa demonstrou como o IOC se abriu à participação de mulheres especialmente nos anos 1950, num contexto de fragilidade institucional, após o acesso delas aos cursos de ciências nas universidades, que também se modernizavam num modelo acadêmico de ensino e pesquisa. Naquela instituição pioneira que buscava se atualizar frente o padrão científico internacional e renovar seu quadro técnico, em meio a conflitos internos e disputas de valores acerca do ofício, elas se agarraram às novas oportunidades que se abriam. Esse movimento se verifica também nas universidades, onde a diversificação do ensino lhes permite a formação em cursos inovadores que intensificam a valorização da pesquisa. A procura por tais cursos permite problematizar a idéia de um direcionamento feminino a ocupações ligadas à domesticidade, como o magistério ou aquelas dedicadas ao cuidado.

Evidenciou-se que, em meados do século XX, mulheres poderiam se interessar por ciência e ter habilidades para exercê-la. A permeabilidade daquele cenário ao ingresso feminino foi demonstrada com exemplos concretos do caso IOC: elas se

direcionaram a uma ocupação cujos caminhos, pelo menos para as expoentes de uma primeira geração, não estavam dados sequer para os homens e, inicialmente com apoio masculino, passaram de discípulas para a qualidade de mentoras das gerações seguintes, influenciando tanto os destinos de novas cientistas, como os rumos do próprio processo de institucionalização da ciência no Brasil, em diversos campos disciplinares.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v.27, jul.-dez. 2006, pp. 213-254.

_____; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.- jun. 2012, pp. 581-610.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo, Edusp, 1999.

CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Instituições de pesquisa (básica e aplicada)*. Série Informação – 5, 1957.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Redor/Neim-FFCH/Ufba, 2002. 320p. Coleção Bahianas, 8.

COSTA, Suely Gomes. Das desventuras de ser doutora. *La Manzana de la Discordia*, Año 2, p. 53-64, 2007.

FERREIRA, L.O.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, pp. 43-71.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LOPES, Maria Margaret. A ciência não é uma jovem de costumes fáceis: aspectos das relações de gênero na História da Ciência no Brasil. *Cadernos IG/Unicamp*, v.2, n.1, 1992, pp. 90-107.

_____. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu* (10), 1998, pp. 345-368.

_____. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v.27, jul.-dez. 2006, pp. 35-61.

_____; SOUSA, Lia G.P.; SOMBRIO, M.M. de O. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Gênero*, Niterói, EdUFF, v.5, n.1, pp. 97-109, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In. SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTT, Maria Lucia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24). Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/ Unicamp, pp. 41-67, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, v.15, pp.199-225, 2000.

ROSSITER, Margaret. *Women scientists in America: before affirmative action, 1940-1972*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP: Edusc, 2001.

_____. *Tiene sexo la mente? Las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001.

SHEFFIELD, Suzanne Le-May. *Women and Science: Social impact and interaction*. Science and society series. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 2006.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. *Traços da participação feminina na institucionalização de práticas científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas. 2007.

_____. *Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX*. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Unicamp, Campinas, 2014.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2009.

_____. “Honrosas comissões” e o papel educativo do museu moderno: divulgação científica, proteção à natureza e a luta pelo progresso feminino na atuação de Bertha Lutz (décadas de 1920 e 1930). *Revista Feminismos*, v.2, n.1, jan.-abr. de 2014, pp. 131-150.

_____; SOMBRIO, Mariana M. de O.; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*, 24, jan.-jun. de 2005, pp. 315-325.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

CAPÍTULO XXXII

ANNUNCIADA CHAVES E SEU ÁRDUO CAMINHO ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA NO ESTADO DO PARÁ, NO ÍNCIO DO SÉCULO XX

Elisangela Silva da Costa ¹

RESUMO

O presente trabalho irá procurar trazer à lume a figura de Maria Annunciada Ramos Chaves, intelectual paraense, com trajetória existencial quase centenária, que desenvolveu uma série de estratégias para exercer a sua intelectualidade. Para tanto, será feito o uso das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A Profa. Annunciada Chaves foi construindo sua trajetória intelectual com muita sabedoria, se desvencilhando das adversidades e se inserindo em duntas instituições culturais paraenses, tais como: Academia Paraense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Sociedade Paraense do Folclore, Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Lecionou no Colégio Paes de Carvalho, Colégio Moderno e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes da Universidade do Pará, bem como ocupou um posto de destaque na administração da Universidade Federal do Pará, em plena Ditadura Militar, pois foi Sub-Reitora de Extensão, ocupando este cargo por oito anos, sendo nomeada na gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves - 1969 a 1973, e reconduzida ao cargo na gestão do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher - 1973 a 1977.

Palavras-chave: Chaves, Annunciada, 1915-2006. Educação feminina. Trabalho feminino - Século XX.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a participação da mulher no mundo educacional sempre foi pouco incentivada, tal fenômeno foi denominado por Beltrão e Alves (2009) como *gender gap* (hiato de gênero) na educação, que se configura quando há desigualdade nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres. A tal *gap* se ratifica na história devido a um retrocesso generalizado na esfera educacional brasileira, se a educação já era deficitária para os homens, imagine para as mulheres. O Brasil, vitimado pelo sistema de colonização predatório português, herdou entre outros legados a estrutura

¹ Doutorando em História Social da Amazônia. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – UFPA.

social patriarcal que historicamente negligenciou os direitos educacionais aos homens e, sobretudo, às mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009).

As efervescências do abandono do sistema colonial em prol dos novos ares do Brasil independente motivaram uma série de transformações na esfera educacional, em que, pela primeira vez, a questão feminina passou a ser contemplada. Contudo, as primeiras escolas brasileiras voltadas para o ensino feminino só surgiram no início do século XIX, muito embora a ênfase incidisse sobre o ensino primário essencialmente pautado na propagação de valores morais e sociais voltados à formação da esposa e mãe perfeita. Ressalta-se que o ensino secundário também foi franqueado às mulheres, porém limitava-se ao Magistério, pois previa a formação de mais professoras para poder dar conta do preenchimento de postos de trabalho que vinham surgindo com a criação dos grupos escolares. Inclusive, o Magistério era uma profissão muito associada à maternidade, devido ao cuidado, à paciência, à lida com as crianças, que sempre foi uma tarefa feminina. (LOURO, 2013).

O ensino superior só se tornou acessível às mulheres muito tempo depois, posto que só em 1881 foi promulgado o decreto imperial que fomentou a matrícula de mulheres em cursos de nível superior (BRASIL, 1881).

O advento do pensamento republicano evidenciou ainda mais o papel da mulher na sociedade, pois o transplante das ideias positivistas para o Brasil pressupunha a valorização da razão, do estudo e da ciência. Contudo, apesar das mulheres àquela época serem concebidas como intelectualmente inferiores, reconhecia-se a sua importância na formação intelectual dos homens, devido ao contato que os homens têm com estas na primeira infância, concebia-se que era impossível criar cidadãos racionais se os primeiros ensinamentos destes indivíduos fossem repassados por pessoas leigas (VERÍSSIMO, 1986).

O início do século XX trouxe muitas transformações sociais ao Brasil, gradativamente as cidades foram abandonando o falido sistema agrícola em prol de modos de produção mais industrializados.

O presente trabalho é parte integrante da tese intitulada: *O Itinerário intelectual da Profa. Maria Annunciada Ramos Chaves (1915-2006)*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, e objetiva discutir a possibilidade de compreender o perfil da intelectual paraense Maria

Annunciada Ramos Chaves (1915-2006), a partir do que ela conservou em sua biblioteca pessoal. De uma maneira mais específica, objetiva mostrar como o estudo da biblioteca particular pertencente a um determinado indivíduo pode revelar sobre suas escolhas e seus modos de se relacionar com a palavra escrita e impressa. Considerando o pensamento de Antônio Candido (1990, p. 83), ao afirmar que: “Estudar uma biblioteca particular requer compreender a biografia do seu proprietário”; resolveu-se fazer o caminho inverso e investigar a vida da professora Annunciada Chaves a partir dos vestígios encontrados na biblioteca supracitada. A autora desta pesquisa passou a ter contato com a biblioteca pessoal da profa. Annunciada, após seus pertences terem sido despejados na rua, quando da venda de sua casa. Então, os amigos de Annunciada, inconformados com o imerecido destino de seus livros, decidiram recolhê-los e disponibilizá-los para consulta futuramente, e foi nesse contexto que surgiu o Memorial do Livro Moronguêta (MLM), cuja autora desta pesquisa, devido sua formação em Biblioteconomia e experiência com organização de acervos pessoais, foi recrutada para ordenar a Biblioteca Particular de Annunciada Chaves.

2. A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE ANNUNCIADA CHAVES: ESCAPANDO DA SINA DE QUE “O MELHOR LIVRO É A ALMOFADA E O BASTIDOR”

A professora e jurista paraense Maria Annunciada Ramos Chaves foi uma intelectual que nasceu no primeiro quartel do século XX, mais precisamente em 16 de dezembro de 1915, em Belém do Pará (SARGES, 2016). Filha primogênita do contador Joaquim Chaves e da dona de casa Maria D’Ascensão Ramos Chaves, também paraenses, que além de Annunciada tiveram mais três filhas Maria Paula, Maria de Lourdes e Maria Júlia (ver foto 1). (BECKMANN, 2006).

Foto 1 – Maria Annunciada (à esquerda) e suas irmãs.



Fonte: Acervo fotográfico do Memorial do Livro Moronguetá (2020).

Maria Annunciada Ramos Chaves fez seus estudos iniciais no curso particular da professora Amância Pantoja Borralho, por sinal esta professora acompanhou-a mesmo quando ela estava em outros níveis de educação que estudou (SARGES, 2016).

Na década de 1920, o ensino primário público era muito deficitário, frequentes eram as reclamações dos intendentess, como aduz Dionísio Ausier Bentes:

Não nos foi possível cuidar do aumento de escolas. O estado de penúria em que encontramos as escolas da capital e do interior a respeito do mobiliário tem dificultado a remessa de carteiras para allí, visto estarmos ainda cuidando dos grupos da capital, para os quaes já remettemos duzentas carteiras com capacidade para quatrocentos alumnos, e preparando no Instituto Lauro Sodré mais quinhentas para mil creanças (PARÁ, 1926, p. 54).

Devido aos óbices assinalados na fala de Ausier Bentes, o ensino público ficava relegado às crianças pobres; ao passo que as filhas de famílias mais abastadas recebiam: “educação em suas próprias casas através das preceptoras ou sob a orientação dos pais. Enquanto isso, as demais, ainda que houvesse a possibilidade de estudar numa escola pública, raramente o faziam; permaneciam em suas casas em pleno meados do século XIX, condenadas à mesma sorte de suas antepassadas” (DUARTE, 2008, p. 105). E, complementarmente, pode-se dizer que essa situação não se modificou tanto no início do século XX.

O governador Dionísio Bentes em sua Fala do dia 7 de setembro de 1925 reforça a importância das escolas particulares para o progresso educacional do Estado do Pará, ao dizer: “O nosso estado sempre contou com a coadjuvação da iniciativa privada na disseminação dos ensinoss primários e secundários”. (PARÁ, 1925, p 51). Foi nesse contexto que a Profa. Annunciada Chaves procedeu os estudos primários no Instituto Gentil Bittencourt (atual Colégio Gentil Bittencourt), instituição que inicialmente era um

orfanato, o chamado Colégio Nossa Senhora do Amparo, criado em 1804, por iniciativa do bispo D. Manoel de Almeida Carvalho, para o atendimento de meninas desvalidas. Mas gradativamente foram investidas muitas verbas e o ensino era tão admirado que, com o passar dos anos, as modalidades de ensino nele ofertadas foram se ampliando, como fica patente na fala do governador Dionísio Bentes, ao dizer:

[...] Todas as meninas receberam regularmente instrução de gymnastica, que como os cursos anteriores, é superintendido pela Diretoria Geral de Instrução Pública.

As aulas de prendas são dirigidas pelas religiosas que administram o Instituto, e a sociedade paraense, todos os annos é testemunha do aproveitamento, das educandas, na valiosa exposição, que ali se faz, dos seus trabalhos.

[...] Anexo ao internato das orphãs, continua a funcionar, numa das amplas alas do prédio, o pensionato, **frequentado pelas filhas das mais conceituadas famílias paraenses**, attingindo o corrente anno, a matricula, o número de 55 internas e 60 externas. (PARÁ, 1926, p. 26, grifo meu).

A fala do ex-governador evidencia a completeza do ensino feminino oferecido no Instituto, o que permite depreender porque a Profa. Annunciada foi estudar neste educandário, que iniciara atendendo as meninas desvalidas, mas que gradativamente passara a fornecer também serviços educacionais de qualidade para meninas oriundas de classes econômicas privilegiadas.

A partir de 1928, Belém já possuía 10 grupos escolares públicos, 4 escolas agremiadas, 7 escolas isoladas diurnas, 1 escola isolada diurna na Cadeia de S. José, 1 escola isolada noturna no Arsenal de Marinha, 2 escolas isoladas noturnas (Grupo Epitácio Pessoa e Instituto Lauro Sodré), 4 grupos escolares no interior da capital, 173 escolas isoladas, 38 escolas mantidas pela intendência de Belém. [...]. Quanto à Instrução Particular possuía: 14 colégios e 90 escolas. Dentre esses 14 colégios arrolados por Eurico Valle, destacava-se o Colégio Moderno, estabelecimento de ensino particular fundado em 1917, por iniciativa dos professores portugueses Clotilde e Adolfo Pereira (PARÁ, 1929).

Foto 2 - Maria Annunciada durante a conclusão de seu Curso em nível colegial no Colégio Moderno



Fonte: Acervo particular MLM (2019).

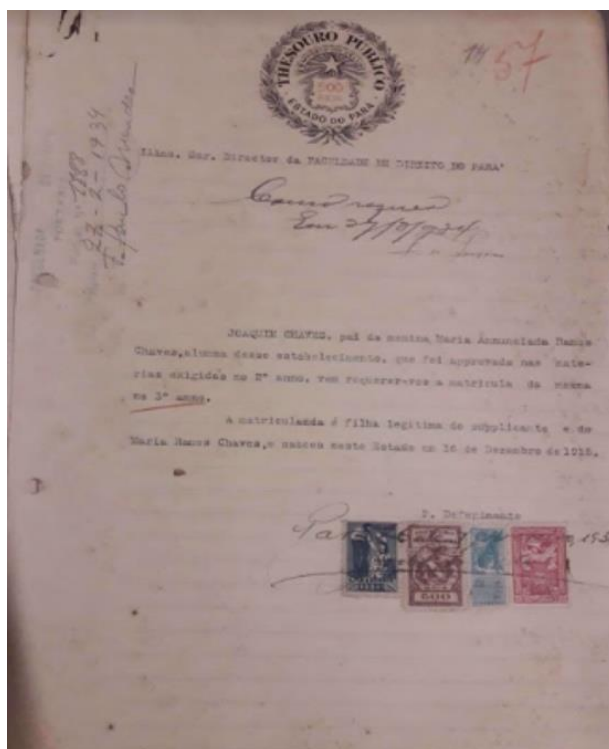
Acompanhando a tendência das moças de famílias abastadas de Belém, Maria Annunciada estudou em nível ginásial no Colégio Moderno (BECKMANN, 2006), uma instituição de ensino particular, elogiada pelo governador Valle em sua Fala de 1929.

As mudanças legislativas ocorridas no final do século XIX, principalmente advindas, auxiliaram Annunciada Chaves a dar seguimento à sua trajetória acadêmica (BRASIL, 1881).

Ressalta-se que seu pai, Joaquim Chaves, como a maioria dos patriarcas da época, não se preocupava com o ingresso de mulheres no ensino superior. Entretanto, ele nutria o sonho de cursar Direito, intento que fora frustrado, por naquele tempo ele não deter poder aquisitivo e nem disponibilidade para estudar na Europa; sendo assim, Joaquim Chaves, sonhava em ter um filho do sexo masculino para cursar Direito. E este foi o estratagema utilizado por Annunciada Chaves para obter o seu tão desejado nível superior, ela convenceu seu pai a poder realizar seu sonho por meio dela, posto que ele só conseguiu conceber meninas. (ROCQUE, [1967]).

Assim, em 1932, ela ingressou na Faculdade Livre de Direito do Pará, e embora tenha recebido nota máxima em todas as disciplinas que cursara a cada semestre tinha que apresentar uma carta escrita pelo seu pai autorizando sua matrícula no semestre, seguinte, sem este documento ela não poderia se matricular, apesar do desempenho acadêmico irrepreensível.

Foto 3 - Documento solicitando matrícula de Annunciada Chaves no 3º ano do Curso de Direito.



Fonte: UFPA. Faculdade de Direito. Arquivo Setorial (2019).

Há época, somente as estudantes tinham que apresentar tal documento, e em 6 de dezembro de 1936, Maria Annunciada Ramos Chaves se tornou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (BORBOREMA; SOUZA, 1956). No entanto, apesar de Annunciada Chaves ter conseguido se graduar em Ciências Jurídicas e Sociais, ela e as colegas ainda tinham que lidar com o preconceito de seus pares do sexo masculino, e relatou:

Não era comum as mulheres se interessarem pela profissão. A regra era - as que conseguiam - lecionar ou atuar em repartições públicas. Os colegas tinham um certo preconceito com as advogadas. Era uma avaliação cultural, e não profissional. Eu tinha consciência que poderia me destacar na advocacia se me dedicasse. Só que eu amava o magistério. (DAMASO, 1997, p. 3).

Annunciada Chaves advogou por pouquíssimo tempo (apenas 4 anos), pois abandonou a Advocacia em função do Magistério (DAMASO, 1997).

3. VIDA PROFISSIONAL

A carreira profissional da Profa. Maria Annunciada Chaves começou precocemente, aos 18 anos, quando ela ainda estava cursando o 2º ano de Direito,

mediante o convite feito pelo Prof. Osvaldo Serra, então diretor do Colégio Moderno, para ministrar aulas das disciplinas *História* e *Geografia* naquele educandário. Anunciada tinha obtido um desempenho destacado nestas disciplinas na época em que estudou no Colégio Moderno. Afora que Anunciada tinha estudado em colégios particulares, já conhecia, portanto, as formas de tratamento, os recursos pedagógicos e o *modus operandi* destes locais.

Joaquim Chaves desaprovava ver a filha em meio a uma jornada dupla, pois receava que a carreira de docente pudesse comprometer seu desempenho na Faculdade de Direito. Porém Anunciada aceitou o convite para lecionar no Moderno, e aproveitando o fato de que seu pai já havia feito a partilha dos bens, pois só tinha herdeiras, ela pegou a sua parte da herança e comprou metade do Colégio do Moderno (DAMASO, 1997).

Ressalta-se que o trabalho feminino, no início dos anos 1930, não era muito comum no Brasil, principalmente para mulheres ricas. Entrementes, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, e com a convocação dos homens para as frentes de luta em outros países, as brasileiras tiveram que ingressar no mundo do trabalho, e esse fato auxiliou, sobremaneira, as mulheres a mudar suas condições de vida.

O talento para docência de Anunciada despertara também a atenção de Sylvio Nascimento, antigo mestre escola do Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC), que a conheceu nos exames admissionais de 1929 e sempre admirou o seu desempenho, por isso ele geralmente a convocava para substituí-lo nas aulas de História do Brasil, no CEPC (REGO, 2002). O velho mestre sempre incentivara Anunciada a ingressar no corpo docente do CEPC até que ela o substituiu definitivamente após sua morte, ocorrida em 23.05.1947 e a aprovação de Anunciada Chaves no concurso público para provimento da cátedra de *História do Brasil* no CEPC, efetivamente aprovada em 15.08.1950 (REGO, 2002).

Anunciada Chaves nutria verdadeira adoração pelo ato de ensinar e conseguiu promover avanços na garantia de direitos às mulheres justamente na profissão que era apontada como a maior causa de alienação e restrição da inserção feminina em outras esferas da sociedade - ou seja, o Magistério. Como Louro (2013, p. 451) aduz: “era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher. Cada aluno ou

aluna era representado como um filho espiritual e a docência como atividade de amor e doação a qual acorriam aquelas jovens que tivessem vocação”. No entanto, Annunciada estava muito longe de conduzir o Magistério como uma extensão do sonho da maternidade, ao contrário, até mesmo porque nunca casou e nem deixou descendentes. Era por meio deste que ela exercia toda a sua intelectualidade e exigia o mesmo compromisso e dedicação de seus alunos.

Ela conseguiu edificar uma intelectualidade paraense independente do gênero, provou que de forma alguma as mulheres são cognitivamente inferiores, apesar dos preceitos positivistas ainda fortemente enfatizados na sociedade em que Annunciada começou a galgar sua trajetória acadêmica.

Annunciada também contribuiu para a cristalização do ensino superior no Pará, por ter corroborado com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes, em 1954, juntamente com o Prof. Antônio Gomes Moreira, dentre outros docentes (CUNHA, 1985). Particularmente, em relação à fundação da Faculdade de Filosofia, novamente Annunciada auxiliou as mulheres, posto que, àquela época, tais estabelecimentos eram vistos como:

[...] centros de produção de um saber ‘elevado’ e, ao mesmo tempo, ‘desinteressado’, capaz de congregar pessoas que se preocupassem com os problemas da educação e tivessem competência didática para dedicarem-se ao ensino, em especial, ao ensino médio, que se achava em expansão (AZEVEDO, 1966, p. 2).

O termo ‘saber desinteressado’ proferido por Azevedo em relação à Filosofia traduz o ideário da época, que via esta ciência como mais contemplativa e didática, sendo, portanto, mais adequada às mulheres, como Passos (1997, p 116) salienta:

Diante dessa característica e do seu destino pedagógico, o acesso do sexo feminino às faculdades de filosofia tornava-se mais fácil e aceito pelas famílias e pela sociedade do que nos demais cursos. A própria cultura enraizada no mental coletivo, via a mesma como mais afeita ao sexo feminino do que ao masculino, que não poderia ocupar-se com um saber que não lhes garantisse prestígios e ganhos econômicos, uma vez que a eles eram adjudicados o direito ao sucesso no espaço público e a função de provedor da família.

Todavia, a criação de cursos mais voltados ao intelecto dos que aos ganhos materiais representou na prática mais uma forma de agência feminina e ensejou o avanço na garantia de direitos futuros, e Annunciada novamente estava na vanguarda desse movimento.

A partir da década de 1970, Anunciada Chaves abandona as salas de aula e passa a ser Sub-Reitora de Extensão da UFPA nos anos 1970, ocupando este cargo por oito anos, atravessando a gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves - 1969 a 1973, e foi reconduzida ao cargo na gestão do reitor Clóvis Cunha da Gama Malcher - 1973 a 1977 (BECKMANN, 2006), sendo uma mulher a ocupar um cargo de destaque na administração superior em plena Ditadura Militar. Neste íterim, Anunciada Chaves foi a primeira mulher a proferir uma Aula Magna na Universidade do Pará. Estas aulas eram muito importantes, elas marcavam o início do ano letivo na Universidade e só eram proferidas por pessoas de grande projeção no meio acadêmico.

Anunciada Chaves foi uma das poucas mulheres a participar das sessões: da Academia Paraense de Letras (ver foto 4) e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Conselho de Cultura do Estado do Pará (órgão que presidiu por 12 anos ininterruptos).

Foto 4 – Última sessão plenária na antiga sede da Academia Paraense de Letras.



Fonte: Acervo fotográfico do MLM (2018).

Apesar de Anunciada não se considerar uma escritora, como ela externou em discurso apresentado na Academia Brasileira de Letras ao receber a Medalha Machado de Assis, ao proferir:

Escritora não sou, ilustres membros dessa Casa, e se a nossa língua tenho manejado com carinhoso respeito, falando ou escrevendo, é como instrumento de trabalho, pois professora tenho sido infatigavelmente,

vocação que trouxe do berço e à qual procurei dar o máximo do meu esforço e dedicação. O que escrevi - ensaios, discursos, conferências, palestras, teses, estudos, pareceres - foi apenas consequência dessa atividade pedagógica, uma espécie de nota à margem do meu labor didático, iniciado em estabelecimento de ensino secundário. (CHAVES, 1976, p. 203).

Entretantes, apesar da modéstia, Annuciada teve uma produção muito vasta, escreveu apenas 3 livros, no entanto produziu: 21 apresentações de livros, 5 prefácios, 33 artigos publicados em periódicos de grande circulação em Belém, 7 capítulos de livros; 33 discursos, 5 textos de conferência; 7 textos de palestras; uma tese de cátedra, uma tese de doutoramento; e, sobretudo, inúmeros pareceres que a notabilizaram quando foi membro do Conselho de Cultura do Pará.

Devido ao fato de Annuciada não se considerar escritora, ela se recusava a concorrer a uma vaga na Academia Paraense de Letras, apesar de ter sido aprovada e ingressado neste silogeu em 28 de maio de 1975 para a cadeira de n. 22, primeiramente ocupada por Alcides Gentil e Tomás Joaquim Celestino Nunes (APL, 2001). Em entrevista à jornalista Cláudia Melo, Annuciada relatou que foi inscrita por terceiros, dizendo: “[...] Até o meu currículo *vitae* foi organizado por amigos. Entrei para a Academia a contragosto. Não por menosprezá-la, mas por prezá-la muito”. (MELO, 1998, p. 1).

Após a Profa. Annuciada ter se aposentado da UFPA, em 1977, iniciou o processo de retirada da cena intelectual, o qual ocorrera de maneira gradual. Annuciada desde que iniciou a sua carreira acadêmica, era convidada para proferir palestras e discursos nos mais variados eventos culturais. Ela pertencera a uma linha historiográfica tradicional, que contava a história dos vencedores. E embora Annuciada tenha sido uma das fundadoras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade do Pará, com o passar do tempo, a linha de trabalho que Annuciada seguia não se adequava mais aos novos rumos que os estudos historiográficos vinham tomando.

Durante a pesquisa de campo deste artigo, observou-se que, por volta dos anos 2000, Annuciada passou a se dedicar mais à editoração de periódicos científicos, tais como: a *Revista de Cultura do Pará* (RCP, 2005) e a *Revista da Academia Paraense de Letras* (RAPL, 2002), assim gradativamente ela foi se retirando do cenário intelectual paraense.

A Profa. Anunciada Chaves foi se desgostando do rumo que as coisas estavam tomando, principalmente das questões políticas, frequentes eram suas queixas quanto ao desprestígio que os governantes do Pará tratavam as questões culturais, sobretudo o patrimônio histórico, posto que edificações ícones de efemérides paraenses estavam em ruínas. O apoio que o Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA) recebia em anos idos, não era o mesmo de que dispunha na transição do século XX para o XXI (Governadores da época: Almir Gabriel, 1999-2003 e Simão Jantene, 2003-2007), posto que não havia mais fomentos, tais como: recursos financeiros para premiações de Concursos promovidos pela instituição, insumos para produção editorial. Assim o Conselho teve que buscar parceria, principalmente com a Universidade Federal do Pará para dar vazão a sua produção editorial, e por fim, a própria sede do Conselho foi vendida, naquela época a maior preocupação de Anunciada era a biblioteca. Em meio a todos esses infortúnios, Clodoaldo Beckmann, presidente do CEC-PA neste período resolveu anexar a Biblioteca do Conselho ao acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna e alocar a parte administrativa do Conselho em duas salas no subsolo do antigo Centro Cultural Turístico Tancredo Neves (Centur), atual Fundação Cultural do Pará (FCP).

Para ser atendida pelo governador a Profa. Anunciada não marcava audiência, nem aguardava, era prontamente atendida, principalmente por Jader Barbalho, que tinha sido seu aluno no Colégio Moderno. Os tempos mudaram, o serviço público se modernizou, se profissionalizou, os governadores passaram a ter agendas assoberbadas (CAMPOS, 2019).

Mesmo tendo falecido há mais de dez anos, o nome de Anunciada Chaves é reverenciado até mesmo por pessoas que foram indiretamente influenciadas por suas ações e erudição. Suas obras e produção acadêmica ainda suscitam o debate e a reflexão e auxiliam, sobretudo as mulheres hodiernas, a preencher os hiatos educacionais de gênero que ainda insistem em tentar obstruir o caminho feminino.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. **Quadro de Sócios**. Belém, 2001.

ANAIS CIENTÍFICOS. Universidade do Pará. Alicerce da Valorização da Amazônia, v. 21, n. 74, [1964]. Separata Especial.

AZEVEDO, Fernando. As faculdades de filosofia e o ensino secundário: para uma aproximação entre mestres e discípulos. In: _____. **Educação e seus problemas**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

BATTLES, Matthew. **A Conturbada história das bibliotecas**. São Paulo : Planeta, 2003.

BECKMANN, Clodoaldo F. R. Homenagem à Maria Anunciada Chaves. **Rev. Cult. do Pará**, Belém , v. 17, n. 2, p. 177-182, jul./dez. 2006.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A Reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BORBOREMA, Augusto Rangel de; SOUZA, Joaquim Gomes de Norões e. **Memória histórica da Faculdade de Direito do Pará**. Belém: [s.n.], 1956.

BRASIL. Decreto n. 8.024, de 12 de março de 1881. Manda executar o Regulamento para os exames das Faculdades de Medicina. **Colecção de Leis do Império do Brasil - 1881**, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1881, p. 171, v. 1, pt 2. Também disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8024-12-marco-1881-546191-publicacaooriginal-60103-pe.html>. Acesso em: 24.03.2020.

CAMPOS, Vanderley Figueiredo. Funcionário do CEC-PA. **Informações verbais**, 2019. Entrevista concedida a Elisangela Costa em: 04.03.2019.

CÂNDIDO, Antônio. A Evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. **Notícia Bibliográfica e histórica**, v. 22, n. 138, p. 82-86, abr./jun. 1990.

CENTRO DE MEMÓRIA MULHERES DO BRASIL E PESQUISA. **Francisca do Céu Ribeiro de Sousa (1898-1993)**. Mulheres 500 anos por trás dos panos. 2017. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/category/biografia/page/64/>. Acesso em:14.05.2020.

CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira da. História da Ciência e da Tecnologia no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia no Pará**. Belém : GEU, 1985. T. 1. P. 229-249.

DAMASO, Daniele. **Annunciada**: a história de um compromisso. [1997]. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997. Orientador: Lúcio Flávio Pinto.

DUARTE, Lima Constância. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (orgs). **Vozes Femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008. p. 105-144.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 443-481.

MELO, Cláudia. Um toque feminino na Academia. **O Liberal**. Belém, p. 1, domingo, 4 de outubro de 1998. Caderno Mulher.

PARÁ. Governador (1925-1929 : Dionísio Bentes). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1925**. Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1925. p. 54.

PARÁ. Governador (1925-1929 : Dionísio Bentes). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1926**. Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926. p. 51.

PARÁ. Governador (1929-1930 : Eurico de Freitas Valle). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de setembro de 1929**. Belém: Off. Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1929, p. 57.

PASSOS. Elizete S. A Mulher na Universidade Federal da Bahia. In.: PASSOS. Elizete S. et al. **Um Mundo Dividido: O Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste** (orgs.). Salvador: UFBA, 1997.

REGO, Clóvis Silva de Moraes. **Subsídios para a história do Colégio Estadual Paes de Carvalho**. Belém : Edufpa ; LA Ed., 2002.

REV. CULT. DO PARÁ, Belém, v.16, n. 2, jul./dez. 2005. Expediente.

REV. ACAD. PARA. LET., Belém, v. 41, 2002. Expediente.

ROCQUE, Carlos. CHAVES, Maria Annunciada Ramos. In: _____. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amel, [1967]. 6 v., v. 2., p. 492-493.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, 2016. 13 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Informativo da UFPA**. Universidade Federal do Pará. Edição Histórica, Belém, jun. 1977.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Novas Perspectivas, 1986.

CAPÍTULO XXXIII

MAPEANDO ESPAÇOS FEMININOS E MASCULINOS EM UM INSTITUTO FEDERAL

Cíntia de Souza Batista Tortato ¹

Bhranda Patricia dos Santos ²

DOI: 10.51859/amplla.hct320.1121-33

RESUMO

Esse trabalho trata de uma pesquisa que vem sendo realizada no Campus Paranaguá do Instituto Federal do Paraná que tem como objetivo: Mapear e analisar a distribuição de homens e mulheres nos cursos do Campus Paranaguá com foco na concentração das mulheres por área/curso. Os estudos de gênero vêm se aprofundando nas análises das presenças e ausências das mulheres nos campos da ciência e da tecnologia, assim como os estudos feministas também o fazem há muito tempo. As ausências têm sido reiteradamente estudadas de forma a desvelar as resistências, estereótipos e desigualdades que se mantêm, sobretudo, nas áreas de ciência e tecnologia que gozam de maior prestígio e reconhecimento social e econômico. A pesquisa apresentada busca trazer mais elementos para o aprofundamento desses estudos, e em se tratando de uma instituição de ensino, carrega um caráter pedagógico à medida que pode subsidiar ações voltadas ao combate da desigualdade e estímulo à participação das mulheres em todas as áreas oferecidas. A metodologia adotada consta de pesquisa bibliográfica relacionada a formar o corpo teórico que possibilitará as discussões acerca dos dados levantados; Pesquisa e levantamento dos dados quantitativos na secretaria acadêmica e nas coordenações de curso do Campus Paranaguá; Os resultados quantitativos revelam mais permanências do que movimentos contrários às concentrações de mulheres e homens em áreas tradicionalmente voltadas a essa diferenciação.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Desigualdade. Ciência. Tecnologia

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho trata de uma pesquisa intitulada 'IFPR - Campus Paranaguá: onde estão as mulheres?', voltada a mapear e analisar os lugares de concentração de homens

¹ Doutora em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

² Acadêmica de Licenciatura em Ciências Sociais. Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, CNPq.

e mulheres nos cursos e áreas de conhecimento do Instituto Federal do Paraná/IFPR – Campus Paranaguá como uma fonte de compreensão das diferenças e desigualdades de gênero presentes atualmente nas várias áreas de atuação profissional.¹

A participação das mulheres no campo científico e tecnológico, possui muitas vozes que foram historicamente silenciadas dentro das instituições científicas. A presença e ausência das mulheres na ciência é o reflexo de um problema histórico, que diz respeito diretamente a separação do espaço público e privado, embasadas nas diferenças biológicas do sexo e os papéis sociais a eles designados. As diferenças biológicas de sexo – construídas socialmente – serviram e ainda servem como eixo para compreender as rupturas, permanências e a invisibilidade de mulheres nos campos de conhecimentos científicos. Scott (1995), salienta ao discutir gênero como uma categoria útil de análise histórica,² que as produções epistemológicas e científicas sobre a história das mulheres possuem dicotomias. É preciso compreender a dimensão estrutural das desigualdades de gênero, questionar a influência da história dos homens na fundação da sociedade patriarcal e, sobretudo, a sua reprodução cultural e social, até os dias atuais. O resgate histórico das trajetórias das mulheres no campo científico é essencial para que possamos compreender quais são os elementos e características que foram modificados, mas que permanecem enraizadas na cultura científica.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Até o século XVII a maior parte das mulheres ocidentais vivia em torno da família, nos ambientes privados desenvolvendo tarefas restritas ao lar. Em geral, não participavam da ciência – oficialmente, como cientistas reconhecidas e formadas pelas instituições acadêmicas e científicas. Apesar das restrições, algumas mulheres tiveram o papel de assistentes de seus companheiros cientistas, matemáticos, físicos, engenheiros. Neste sentido, percebe-se que para além do papel designado a elas de serem reprodutivas e não produtivas para a sociedade, houve participações, estudos,

¹ TORTATO, C. S. B. IFPR - Campus Paranaguá: onde estão as mulheres. In: 13o Mundos de mulheres e fazendo gênero 11, 2017, Florianópolis. Anais do 13o Mundos de mulheres e fazendo gênero 11, 2017. Uma versão preliminar dessa pesquisa foi publicada nesse evento. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500259721_ARQUIVO_CintiaTortato_Texto_completo_MM%5ELOFG.pdf>

² Gênero: uma categoria útil de análise histórica. SCOTT (1995), é um clássico dos estudos de gênero.

descobertas invisibilizadas por seus companheiros. Maiores possibilidades foram reservadas às mulheres das elites europeias, mas, também com limitações. (KOVALESKI, TORTATO & CARVALHO, 2013)

Schiebinger (2001, p.71), destaca:

Inúmeras mulheres anônimas serviram como equipes e técnicas invisíveis apoiando o homem no centro do palco. Elas fizeram diversos trabalhos repetitivos e tediosos, às vezes meditando sobre chapas estelares astronômicas ou catalogando coleções de história natural, mensurando rastros em filmes ou calculando equações antes do advento dos computadores.

Segundo SCOTT (1995) as relações de poder entre os gêneros são um fator importante para a compreensão da exclusão e invisibilização sistemática das mulheres na ciência. Percebe-se então que: a) esfera privada e pública; b) paradigmas androcêntricos; c) profissionalização da ciência, foram eixos que contribuíram para a legitimação e a naturalização da ausência das mulheres na produção de conhecimento científico e produções artísticas. Segundo Schiebinger (2001, p.142) "Prescrições culturais elaboradas para a ciência e para as mulheres acompanharam a exclusão formal das mulheres, da ciência, fazendo essa exclusão parecer normal e justa.". A cultura presente nas instituições científicas são a extensão dos padrões e dos comportamentos da sociedade patriarcal. Em outras palavras, os estereótipos de gênero junto com os papéis sociais de gênero agiram como uma engrenagem que afastava cada vez mais as mulheres dos campos de conhecimento e ascendia os homens como figuras centrais da ciência.

Lima (2013, p. 800) traz os conceitos desenvolvidos por Margaret Rossiter (1982) que foram retomados por Schiebinger (2001) e ainda auxiliam na compreensão das concentrações e ausências de mulheres nas áreas científicas e tecnológicas:

No início da década de 1980, Margaret Rossiter propôs dois conceitos para compreender as estatísticas sobre mulheres na ciência e as desvantagens que continuavam a sofrer: segregação hierárquica e segregação territorial. No primeiro, quanto maior é a escalada do poder e prestígio, menor é o número de mulheres. Na "segregação territorial", os campos de atuação de homens e mulheres são demarcados. Elas se agrupam em disciplinas, tendendo a ensinar e pesquisar mais em humanidades e ciências sociais do que em ciências naturais, exatas e engenharias. A maior concentração de mulheres é nas chamadas ciências *soft*: as ciências da vida e do comportamento e as ciências sociais. Poucas mulheres são encontradas nas ciências *hard*. Quanto mais *soft* a ciência, maior a taxa de participação feminina. Nas áreas da ciência e tecnologia, território mapeado pelos homens, as mulheres, já

desconsideradas nas áreas científicas, são também assim tratadas na área tecnológica.

Outros conceitos igualmente importantes como teto de vidro (VAZ, 2013), labirinto de cristal (LIMA, 2008) contribuem de formas complementares para a compreensão do contexto abordado nesse trabalho.

3. METODOLOGIA

Os objetivos dessa pesquisa são: Mapear a distribuição de homens e mulheres nos cursos do Campus Paranaguá com foco na concentração das mulheres por área/curso; Analisar, a partir dos dados levantados, as razões de escolha e de permanência das mulheres em seus campos de concentração; Comparar os resultados com as bases teóricas escolhidas a fim de documentar se os processos de escolha e permanência das mulheres em determinados campos correspondem aos achados de outras pesquisas e às análises teóricas de referência. A epistemologia feminista orienta as bases da pesquisa, assim como a metodologia adotada tendo em vista que “principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista”(RAGO, 1998, p.3). Os dados secundários foram acessados na secretaria acadêmica do Campus Paranaguá.

4. DADOS E DISCUSSÃO

O Instituto Federal¹, campus Paranaguá iniciou suas atividades no ano de 2008 com cursos de Ensino Médio Técnico Integrado de áreas como aquicultura, informática e logística. No decorrer do processo foram criados e extintos outros cursos técnicos, subsequentes, profissionalizantes e de Educação de Jovens e adultos.

Nesse trabalho foram pesquisados os cursos que estão funcionando no Campus a partir do ano de 2017, independente do ano em que começaram. São eles: Ensino

¹ Os Institutos Federais foram criados pela LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (art. 2º). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>

Médio Técnico Integrado: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Informática e Técnico em Mecânica; Cursos de Licenciatura: Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Física; Tecnólogos: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Manutenção Industrial e Tecnologia em Gestão Ambiental. Pós-graduação: Mestrado em Ciência Tecnologia e Sociedade.

Ficaram, até o momento, fora da análise: cursos FIC¹ – Formação (Auxiliar de Agroecologia, Defensores Populares, Agente de Regularização Fundiária e Operadores de Direito Étnicos e Coletivos – Indígenas) e Especialização em Gestão Ambiental. Desse modo uma apresentação geral dos números até o momento levantados podem ser conferidas nas tabelas a seguir:

Tabela 01: Matrículas no Ensino Médio Integrado por sexo e por ano de início dos cursos.

	Ensino Médio Técnico Integrado								
	Téc. Meio Ambiente			Téc. Informática			Téc. Mecânica		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2008			0	8	30	38			0
2009			0	11	29	40	4	38	42
2010			0	13	27	40	5	35	40
2011			0	11	28	39	7	31	38
2012			0	15	25	40	11	29	40
2013			0	17	23	40	16	24	40
2014	28	13	41	18	22	40	10	30	40
2015	32	8	40	13	27	40	15	25	40
2016	29	11	40	17	23	40	19	21	40
2017	32	10	42	11	24	35	12	29	41
2018	30	4	34	10	19	29	15	15	30
2019	29	6	35	16	18	34	12	22	34
2020	31	8	39	10	30	40	11	28	39

Fonte: Secretaria Acadêmica Ifpr Campus Paranaguá, 2020.

Elaboração própria

Os dados quantitativos presentes na tabela 1 demonstram as concentrações dos estudantes homens nas áreas de Informática e Mecânica e das mulheres na área do Meio Ambiente. Esses cursos correspondem ao nível médio, em média formado por estudantes com idades entre 13 e 15 anos no ingresso ao primeiro ano dos cursos. Lembrando que os números coletados se referem ao ingresso em cada ano é possível observar que em idade bem jovem as escolhas já se orientam em direções sugeridas pela trajetória histórica da constituição de cada área.

¹ São cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA-FIC).

O curso técnico em informática apresenta uma baixa presença feminina com um aumento em alguns anos chegando perto da paridade em 2014 (18 mulheres e 22 homens). A história da informática contraria o discurso dominante que justifica a ausência das mulheres nas áreas de informática e computação. Segundo Swartz et. al. (2006, p.275) “As pioneiras se destacam principalmente na área de *software*, atividade que necessita de lógica matemática para o seu desenvolvimento(...)”.

O curso Técnico em Mecânica tem apresentado um aumento da participação feminina ao longo dos anos em relação aos primeiros. Numa pesquisa por Josiane de Souza Surmani, realizada como trabalho de conclusão de curso – TCC de Licenciatura em Ciências Sociais em 2017 intitulada ‘Gênero e formação profissional: estudo de caso sobre a percepção das/os estudantes do curso Técnico em Mecânica Integrado Ensino Médio do IFPR, turma de 2013 – Campus Paranaguá’ constatou-se que as mulheres da turma de 2013 (16 mulheres e 24 homens) haviam escolhido o curso visando preparo para o vestibular enquanto os homens relataram que escolheram para inserirem -se no mercado do trabalho ao fim do Ensino Médio. Questionadas sobre as razões da escolha as mulheres relataram que não haviam se identificado com as outras possibilidades. Os homens demonstraram ter escolhido Mecânica para exercer efetivamente essa profissão.

Para Schiebinger, (2001, p.116):

Os estudiosos observando a linha de abastecimento científica assumem geralmente que o ambiente de uma criança é um fator importante no refinamento de aptidões e na elaboração de futuros interesses. Os fatores levariam as jovens a rejeitar a ciência como carreira deveriam ser trabalhados muito cedo – mesmo logo depois do nascimento.

Desde a educação infantil e até mesmo antes, já existem padrões de reprodução dos papéis de gênero que são incutidos nas disciplinas, nas áreas de saberes, nas relações sociais. Em outras palavras, há uma condução consciente e inconsciente que incentiva que os meninos se dediquem aos estudos matemáticos e lógicos, vistos como áreas de objetividades. Para as meninas, se referem com as disciplinas “*softs*”, que se relacionam com as áreas das humanidades – entende-se como uma expansão do privado para o espaço institucional. Segundo Silva e Ribeiro, (2011 p. 18):

as ciências *soft* são consideradas como tendo limites permeáveis e estrutura epistemológica aberta, produzem resultados maleáveis e qualitativos,

estudam organismos moles, seres vivos e seus comportamentos, etc. Com tais entendimentos, chega-se a uma dicotomia que rotula, por exemplo, a Física, Química e Matemática como ciências “duras” e a Biologia e Humanidades como ciências “moles”.

Entre os gêneros, o masculino sempre aparece como positivo e dominante, enquanto o feminino é negativo e dominado. No contexto da Ciências, essa assimetria se aprofunda, na medida em que se desloca para o campo do conhecimento. (LIMA E SOUZA, 2016, pp.118-119).

O curso técnico em meio ambiente apresenta uma predominância feminina que também é documentada em outras áreas ligadas à biologia, segundo o CEPES (2014), nas Instituições Federais, as mulheres representam 63,02% e os homens 36,88% nessa área. As relações entre as questões do meio ambiente e suas áreas de base (biologia, ecologia, zoologia) com as questões do cuidado e da proteção vida historicamente conectados ao feminino fazem parte das ditas ciências *softs* já mencionadas nesse trabalho.

Tabela 02: Matrículas nos cursos de Licenciatura por sexo e por ano de início dos cursos.

	Licenciatura					
	Lic. Ciências Sociais			Lic. Física		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2011			0	19	17	36
2012	32	8	40	7	23	30
2013	26	14	40	14	26	40
2014	25	21	46	22	18	40
2015	25	15	40	17	23	40
2016	25	16	41	11	21	32
2017	29	14	43	12	27	39
2018	9	32	41	17	22	39
2019	30	13	43	14	24	38
2020	37	9	46	16	26	42

Fonte: Secretaria Acadêmica Ifpr Campus Paranaguá, 2020.

Elaboração própria

A tabela 02 se refere às Licenciaturas que, como campo de docência costuma repetir a situação das áreas de suas especializações. A física, historicamente tem se apresentado com uma área de grande concentração masculina, vários trabalhos importantes têm sido publicados sobre essa área em especial como: MENEZES et al, (2018); PINTO (2015); LIMA (2013). Há diferenças entre Bacharelado e Licenciatura relacionadas ao campo da ciência como possibilidade profissional. As Ciências Sociais, formadas na academia pelas áreas de antropologia, ciência política e sociologia. Áreas

historicamente de predominância masculina no arcabouço teórico e de grande presença feminina nas salas de aula de sociologia coerente com os números apresentados na tabela 2. Ao tratar-se de docência a licenciatura também se conecta com as necessidades de trabalho parcial e possibilidades de conciliação entre família e trabalho por parte das mulheres. A divisão sexual do trabalho em articulação com a divisão sexual do trabalho doméstico opera nesse contexto:

A maior presença das mulheres no ensino superior e na pós-graduação não modificou significativamente suas escolhas disciplinares. Isso demonstra que, embora compartilhando de uma universidade que recruta indiscriminadamente homens e mulheres, as trajetórias discentes e, conseqüentemente, docentes, são diferenciadas. Isso evidencia que as relações de gênero instituídas na sociedade influenciam a formação do vínculo com o conhecimento, criando a divisão sexual do trabalho também no campo da ciência. (LIMA, 2013, p. 799)

A formação educacional das mulheres integra um lugar importante no exercício reflexivo para atinar elementos históricos e sociais do papel da escola como instituição social, caminho que nos leva ao ponto de captar as dificuldades de ascender nas escalas de hierarquias dentro e fora dos departamentos acadêmicos. Neste sentido, Schiebinger (2001), nos propõe uma perspectiva de análise a partir do termo “linha de abastecimento”, para a autora é necessário que retornemos para os primeiros anos de formação escolar de mulheres e homens. Existe um padrão de ensino aplicado de forma desigual entre meninos e meninas nos anos primários? A questão relacionada com o acesso à formação educacional, acadêmica e científica para as mulheres sofreu, historicamente, sistemática exclusão:

Viennot (2004) argumenta que assim se explica o extraordinário dispositivo armado no século XIII, para deixar as mulheres fora dos lugares que difundiam conhecimentos: as escolas, as universidades. Esse dispositivo perdurará até o século XIX. Desde essa época, uma implacável misoginia se torna componente estrutural da cultura do clérigo: que seja nos saberes livrescos (a inferioridade das mulheres, suas amplitudes, suas causas, suas conseqüências são ensinadas nos livros de Aristóteles, Tomás de Aquino) ou como prática social (os universitários se entregam à prostituição, à intimidação das mulheres, ao estupro coletivo) com o aval da universidade. (KOVALESKI, TORTATO&CARVALHO, 2013, p. 17)

Tabela 03: Matrículas nos cursos superiores de Tecnologia por sexo e por ano de início dos cursos.

	Tecnólogo								
	Análise e Desenv. Sist.			Manutenção Industrial			Gestão Ambiental		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
2011			0	7	43	50			0
2012			0	3	37	40			0
2013			0	6	34	40			0
2014			0	7	40	47			0
2015	8	31	39	3	37	40			0
2016	7	33	40	4	36	40			0
2017	4	35	39	1	40	41			0
2018	7	35	42	2	38	40	22	17	39
2019	8	37	45	3	39	42	24	19	43
2020	14	33	47	3	43	46	27	19	46

Fonte: Secretaria Acadêmica Ifpr Campus Paranaguá, 2020.

Elaboração própria

Os cursos de tecnologia em nível superior, denominados tecnólogos apresentam números coerentes com aqueles apresentados na tabela 01, referentes ao ensino médio técnico integrado, mas com concentrações maiores. As áreas são relacionadas: Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Informática; Manutenção Industrial e Técnico em Mecânica; Gestão Ambiental e Técnico em Meio Ambiente. Essa movimentação numérica entre os níveis de ensino sinaliza escolhas de públicos diferentes. Os dados mostram que a maior parte dos/as ingressantes no nível superior desse Campus é composta por pessoas que não cursaram o ensino médio técnico na mesma instituição, portanto, a análise precisa ser focada em cada nível, mas os números confirmam a tendência encontrada no nível médio: mais homens nas áreas de informática e manutenção e mais mulheres na área ambiental.

Na perspectiva da segregação territorial, as mulheres continuam sendo minorias e sub-representadas, especialmente quando se trata das carreiras relacionadas à tecnologia, como no caso da Computação e da Informática. Esse registro não acontece apenas no Brasil, onde o percentual de homens no curso é de 79,9%, mas também em outras regiões do mundo. (LIMA 2013 p 800)

O silenciamento e a exclusão das mulheres na cultura científica, conforme aponta Schiebinger (2001), não é restrito à academia, ela tem, sobretudo, um eixo estrutural e fatores externos as instituições científicas que são incorporados nas práticas científicas. As oportunidades ou a falta de oportunidades de inserção e participação na esfera científica estão relacionadas aos lugares sociais, ocupados por mulheres e homens na sociedade. Segundo Schiebinger, (2001, p.142) “a mulher privada, doméstica, emergiu como um contraste ao homem público, racional”. Interpelando a

importância e influência dos papéis sociais de gênero na migração de homens e mulheres para os espaços designados, assim sendo, o espaço privado para a mulher – o trabalho doméstico não remunerado, a criação dos filhos, casa, cuidado etc. O espaço público para os homens – espaços de debate e decisão, carreira profissional e científica etc. Os homens da classe média emergiam no cenário de profissionalização da ciência como aqueles que detém as “aptidões” naturais e biológicas necessárias para ser um cientista, um matemático. (Schiebinger, 2001).

Tabela 04: Matrículas na Pós-graduação/ Mestrado em CTS por sexo e por ano de início dos cursos.

	Pós-Graduação		
	Mestrado CTS		
	Mulheres	Homens	Total
2017	11	7	18
2018	10	13	23
2019	20	5	25
2020	23	16	39

Fonte: Secretaria Acadêmica Ifpr Campus Paranaguá, 2020.

Elaboração própria

Os números relacionados à pós-graduação são coerentes com os dados do INEP (2017) que apresentam as mulheres como maioria das pessoas que concluem o Ensino Superior e, portanto, estão aptas para ingressar na pós-graduação na proporção 61,1% para 38,9% dos homens. No entanto, na pós-graduação, Gama (2018, p. 264) ressalta que:

Embora as mulheres constituam mais da metade dos ingressantes, a participação feminina é inferior àquela verificada entre o grupo de concluintes da graduação, sugerindo desigualdade no acesso. Além disso, o percentual de mulheres varia dependendo da área de conhecimento, com uma representação menor nas grandes áreas de engenharias, ciências exatas e da terra.

Dados coletados paralelamente a essa pesquisa mostram grande procura por esse curso de mestrado por parte de docentes tanto das redes municipais da cidade de Paranaguá e municípios vizinhos quanto da rede estadual. A compreensão de que não há oferta de programa de pós graduação em educação na região e a titulação decorrente de um curso de mestrado significa possibilidade de ascensão nas carreiras do magistério se somam aos elementos importantes para as análises. Embora não seja um programa

voltado à educação este curso oferta linha de pesquisa em educação articulada à área interdisciplinar onde está alocado – Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada se propôs a trazer dados relacionados à procura e consequente concentrações de estudantes por sexo nas áreas/cursos oferecidos pelo Campus Paranaguá do Instituto Federal. Como uma instituição voltada à formação acadêmica nas áreas de ciência e tecnologia, herdeira das tradições das escolas técnicas e cefet's, essa instituição pode ser responsável pela manutenção das desigualdades de gênero já amplamente documentadas nas áreas mencionadas e pode também, por suas características, ser protagonista nos processos de ruptura e inserção das mulheres em áreas tradicionalmente masculinas.

Essa afirmação se baseia na constatação de que a criação dos institutos (2008) foi contemporânea das discussões sobre desigualdade de gênero e das políticas criadas para diminuir as assimetrias. Soma-se a essa constatação o reconhecimento de que entre as décadas de 2000 a 2018 inúmeros estudos e pesquisas relacionadas às questões de gênero na educação, formação, trabalho, ciência e tecnologia foram largamente produzidas e publicizadas.

Os dados aqui apresentados são a primeira aproximação para a compreensão das desigualdades enfocando a procura. A pesquisa ainda vai abordar os porquês da procura, os números da permanência e conclusão e suas razões por parte de homens e mulheres nas diferentes áreas. Até aqui as questões de raça/etnia, classe, geração, território, não foram analisadas, mas serão em trabalhos futuros para qualificar as análises e possibilitar uma compreensão abrangente do contexto.

As concentrações de mulheres e homens apontadas pelos dados revelam a persistência das configurações tradicionais apontadas pela literatura, algum movimento é possível de ser observado, mas não a ponto de alterar a configuração geral e tradicional. Espera-se que esses dados e reflexões somem-se à outras análises em outros contextos e com categorias de análise voltadas a classe, raça/etnia, geração etc. de forma a construir uma compreensão que articula o local com o global e aponta elementos a serem questionados, problematizados e, quiçá, modificados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. INEP. Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/9704> . Acesso em 26 fev 2019.

CEPES. CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia: Cepes, 2014.

GAMA, Daniel et al. A desigualdade no acesso à pós-graduação stricto sensu brasileira. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 1, p. 34-34, 2018.

KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda; TORTATO, Cintia Souza Batista; DE CARVALHO, Marília Gomes. As relações de gênero na história das ciências: contra todas as probabilidades, as mulheres participaram do progresso científico e tecnológico. **Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 9-26, 2013.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300007/26502>
Acesso em: 04 jan. 2019

LIMA E SOUZA, Â. M. F. **Subjetividades na ciência: narrativas de mulheres no exercício da produção do conhecimento em Biologia.** In SARDENBERG, Cecília & MINELLA, Luzinete. S. (Org). – Salvador : EDUFBA/NEIM, 2016. 292p.: (Coleção Bahianas; 18)

LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 793-816, 2013.

MENEZES, Débora Peres et al. A física da UFSC em números: evasão e gênero. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 35, n. 1, p. 324-336, 2018.

PINTO, Érica Jaqueline S. GÊNERO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES NA FÍSICA. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 25-37, 1998.

ROSSITER, Margaret. *Women scientists in America: struggles and strategies to 1940.* Baltimore: The John Hopkins University Press. 1982.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** – Bauru, SP : EDUSESC, 2001. 384p. – Coleção Mulher.

SCOTT, Joan. Gênero; uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995 [1989].

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v. 10, p. 1-25, 2011.

SURMANI, Josiane de Souza. A percepção de estudantes e gestoras/es sobre o ensino médio integrado ao técnico no município de Paranaguá: um olhar de gênero. 2017.178 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências Sociais. IFPR, Paranaguá, 2017.

SCHWARTZ, Juliana et al . Mulheres na informática: quais foram as pioneiras?. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 27, p. 255-278, Dec. 2006 .

TORTATO, C. S. B. IFPR - Campus Paranaguá: onde estão as mulheres. In: 13o Mundos de mulheres e fazendo gênero 11, 2017, Florianópolis. Anais do 13o Mundos de mulheres e fazendo gênero 11, 2017.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Econ. soc.**, Campinas , v. 22, n. 3, p. 765-790, Dec. 2013 .

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno da categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

CAPÍTULO XXXIV

TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DE UMA PESQUISADORA/EDUCADORA NO CARIRI CEARENSE

Ana Maria de Jesus Silva ¹

Hugo de Melo-Rodrigues ²

RESUMO

Pelos caminhos da pesquisa e educação é possível fazer um trabalho de militância em busca de contribuir para a transformação social. Muitas pesquisadoras/educadoras tiveram a sua vida pautada pela participação em diversos movimentos, principalmente com atuação em segmentos educacionais, sociais e políticos. Assim, objetiva-se apresentar a trajetória e formação de uma educadora no Cariri cearense. A metodologia orientou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, pela metodologia da História Oral, com entrevista de história de vida. Com a narrativa da história de vida desta educadora, foi possível compreendermos os percursos e percalços no cotidiano de uma professora com atuação em diversos segmentos sociais.

Palavras-chave: História de vida. Formação. Docência.

1. INTRODUÇÃO

Educação é toda forma de conhecimento adquirido com experiências de culturas diversificadas, com a convivência na sociedade. A ação educacional acontece no cotidiano em qualquer espaço: no trabalho, lazer, em ambiente religioso, em meio a família, e de uma forma geral, é um processo em que todo ser humano está inserido.

O ato de educar é fundamental na vida em sociedade, porque ela é a estrutura para a construção e ou continuidade de uma cultura, para o desenvolvimento dos homens, para o seu processo de crescimento, considerando que a educação possui as mais diversas modalidades dentro do contexto social.

Educar é um processo de ensino e aprendizado, pois tanto se ensina, como também se aprende, e a sua objetivação ideal é fazer com que os sujeitos que

¹ Graduanda do curso de Pedagogia. Universidade Regional do Cariri - URCA.

² Graduando do curso de Pedagogia e doutorando em Educação. Universidade Estadual do Ceará - UECE. Bolsista CAPES.

pertencem a esta sociedade se socializem entre sujeitos sendo capazes de desenvolver suas próprias potencialidades, porque a educação está presente em todo lugar, considerando que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1985, p. 7).

Assim, concordamos que não existe uma única forma para educar, um único modelo educacional sistematizado. A educação acontece para além da sala de aula, se aprende com a sociedade, nas diversidades de classes, cultura e pluralidade, porque o processo de aprendizagem está no dia a dia de diversas formas.

Neste contexto, é importante o desenvolvimento dos movimentos sociais na comunidade, considerando que é a união de diversidade de pessoas com a mesma ideia e objetivo em comum que lutam e buscam defender ações por alguma razão social, contra qualquer tipo de violência e na luta de defesa dos direitos. É uma luta diária pelos direitos fundantes do homem e a vida em sociedade.

Os movimentos sociais são fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática, que lutam diariamente em busca de solucionar os problemas sociais, as divergências que são representadas nas dimensões de raça, gênero, religião e outras identidades humanas.

Na região do Cariri cearense, os movimentos sociais são realizados por ações conjuntas, a luta da resistência e persistência por meio de manifestações em diversos lugares da cidade, seja em frente aos fóruns, praças, realização de passeatas com cartazes, imagens, greves educacionais, marchas a favor das minorias e denunciando a violência em todas as instâncias, principalmente a violência contra as mulheres e negros.

Na região do Cariri, existem vários grupos que militam em defesa dos direitos individuais e coletivos. Entre essas agremiações podemos destacar o Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC, que há mais de duas décadas escolheram o “caminho da luta, da resistência e da persistência” e exercem suas atividades também em comunidades tradicionais, indígenas e em grupos remanescentes de quilombolas.

Nesta região, muitas mulheres foram exemplos de luta e resistência, fizeram história e a memória da história dessas mulheres ainda se faz presente nas lutas e

resistências que ainda continuam. Entre essas mulheres memoráveis podemos destacar: Barbara Pereira de Alencar (1760 - 1832), Beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo (1863 - 1914), Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau (1926 - 2008) e Bernadete Bezerra Lonsing (1937-2020).

Essas mulheres, foram protagonistas de várias lutas e resistências, Barbara, uma revolucionária, considerada uma heroína da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador; Beata Maria de Araújo, foi a protagonista do milagre da hóstia em Juazeiro do Norte; Violeta Arraes, teve uma vida marcada pela ação cultural e política, entre outras funções exerceu o cargo de Secretária de Cultura do Governo do Ceará e foi Reitora da Universidade Regional do Cariri - URCA e Bernadete, foi uma militante em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, idealizadora juntamente com seu esposo da Fundação Caldeirão da Criança, uma instituição de abrigo de crianças e adolescentes que existiu em Juazeiro do Norte.

A história de vida e exemplos dessas mulheres, foi exemplo para outras histórias, foi semente que germinou em outros jardins, foi munição para o surgimento de novas guerreiras. Essa pesquisa será sobre uma dessas novas sementes, a professora e militante política Zuleide Fernandes de Queiroz, da qual trazemos uma breve história de vida com recorte temático no campo da formação e militância.

2. METODOLOGIA

No processo metodológico utilizou-se uma abordagem predominantemente qualitativa, compreendendo que a pesquisa de base qualitativa é aquela que “[...] predominantemente - pondera [...] analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos [...] sintetizando: qualitativa é a denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva [...]” (RODRIGUES, 2007, pp. 38-39).

A pesquisa de base predominantemente qualitativa, ajudou-nos a compreendermos melhor os percursos e percalços no cotidiano de uma professora com atuação em diversos segmentos sociais, por meio de sua experiência e da narrativa da sua história de vida. Assim, nos fundamentamos na metodologia da história oral, surgida no século XX, que possui um caráter documental e histórico, utilizando fontes documentais, livros, artigos e entrevista.

Pelos caminhos da história oral, compreendemos que “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memórias, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1992, p. 197). Portanto, a História oral é cheia de interpretações que as narrativas foram conquistando ao longo do tempo.

A história oral nos desperta interesse de “[...] ir com a bússola. Não pode perder a direção, porque nós criamos as fontes orais para sermos seduzidos, mas para serem úteis a boa história completa que queremos escrever” (VILANOVA, 1994, p. 63). A história oral, nos possibilita o contato direto com aqueles que participaram da história pesquisada.

O objeto desta pesquisa é a história de vida da professora Zuleide Queiroz, a fim de conhecer melhor sua história, com entusiasmo na sua trajetória de educadora militante. Assim, podemos afirmar que “O objeto da história não é apenas o passado, e sim o homem no tempo, espaço e de que os indivíduos simbolizam e identificam o lugar em seu tempo histórico de uma coletividade” (FIALHO, LIMA, QUEIROZ, 2019, p. 52)

Tendo a história oral como uma fonte de metodologia, a mesma pode ser considerada eficaz e capaz de contribuir para a evolução de várias técnicas e procedimentos metodológicos que contribuem com a execução do conhecimento em história. Através desta metodologia os historiadores são capazes de desenvolver e produzir fontes para utilizar em sua pesquisa com eficiência.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Escrever sobre a vida e militância da professora Zuleide, nos faz pensar sobre a necessidade de termos professores críticos, criativo, participativo e que o exercício da docência ocorra nos três pilares que movem a universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Neste contexto, a importância da formação dos professores possibilita refletir sobre “[...] à autonomia, à crítica e à autoria, tanto do professor, como do aluno, de maneira que sejam eles mesmos responsáveis pela sua aprendizagem” (PEREIRA, 2008, pp. 1-2).

Segundo Carmago (1994) a história oral, na sua essência, é um objeto pós-moderno para que se compreenda melhor a realidade contemporânea. A narrativa pode ser compreendida como a própria história no processo da palavra, e que depende de sua finalidade social (THOMPSON, 1992). Para que aconteça, a narrativa da história e para que ela possa existir, é necessário que os próprios sujeitos nos seus processos históricos e seus testemunhos orais, ainda que esses registros sejam posteriormente transcritos.

Ainda que essa compreensão sobre história oral seja vista como um instrumento, é importante ressaltar que essas narrativas contribuí para o desenvolvimento e produção de conhecimentos.

4. DESENVOLVIMENTO

No intuito de conhecermos a história de vida e militância da Professora Zuleide Fernandes de Queiroz, fizemos um breve histórico da sua formação acadêmica e atividade profissional. A professora Zuleide, nasceu no ano de 1964, em Fortaleza - Ceará. Em sua formação acadêmica, no ano de 1986, ingressou no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Em 1988, ingressou no Mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará - UFC. Para obtenção de título de Mestre em Educação, em 1992, apresentou a sua dissertação intitulada: "A Escola Rural e a Questão do Saber: do Saber Universal ao Saber Construído pelo Homem do Campo", com a orientação da Professora Dra. Maria Nobre da Damasceno.

Em sua dissertação, Queiroz (1992), descreve uma análise das relações dialéticas das práticas educacionais na Escola Rural, modelo educacional que muito contribuiu para a história da educação brasileira e da formação docente. Neste sentido, ela esclarece sobre a sua pesquisa de mestrado:

A presente pesquisa intenta proceder a uma análise das relações dialéticas das práticas de educação, que têm lugar na escola rural, considerando o que revelam seus pressupostos e finalidades, buscando verificar em que medida estão contribuindo para desvendar as relações sociais de produção do camponês e buscando elementos para repensar formas alternativas de educação para o meio rural, a partir do saber gerado pela "resistência velada" da classe camponesa. Para proceder tal estudo, fez-se necessário mergulhar no cotidiano da escola rural, verificar que saber está sendo trabalhado nas

práticas pedagógicas realizadas na escola rural, analisar a práxis e o papel da professora rural, responsável pela transmissão do saber domesticador ou alternativo em elaboração e detectar como se constrói o saber alternativo, fruto da resistência do camponês e sua articulação com o saber escolar. Estudamos as escolas rurais do assentamento Alvaçã- Goiabeiras, situado no município de Santana do Acaraú - Ceará. Conhecendo a sua história, a vida da comunidade escolar, a história de vida e de trabalho das professoras, o cotidiano, as dificuldades enfrentadas, os avanços com vistas a construção do projeto de escola para as crianças do imóvel. Na reflexão realizada sobre a educação escolar no meio rural, a escola tem um papel fundamental, na luta dos assentados. Ela é responsável pela sistematização e difusão do saber (QUEIROZ, 1992, p.7).

Em 1997, ingressou no Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC, concluindo a sua Tese no ano de 2003, com o título: “Em cada sala um rosário, em cada quintal uma oficina: o tradicional e o novo no ensino tecnológico no Cariri”.

Em sua tese de doutoramento, defende que deveria existir de certo modo, uma relação entre universidade e empresas, sendo que o campo universitário atendesse as expectativas do polo industrial, permitindo assim a ascensão das empresas, desde que a universidade não perdesse de vista o seu papel principal que é produzir conhecimento e não apenas riqueza material para o país.

Assim, Queiroz (2002), descreve o seu interesse pelo Ensino Tecnológico, enquanto pedagoga

O interesse pelo tema Ensino Tecnológico surgiu no momento em que, entrando no mercado de trabalho como pedagoga, tive oportunidade de atuar na área de cooperação técnica “Universidade- Empresa” e “Escola-Empresa”. Nessa época, por volta do final da década de 80, já me intrigava a realidade educacional do Ceará, no que diz respeito ao ensino profissionalizante oferecido pelas Instituições de Ensino ali atuantes, e a demanda por parte do empresariado, na época, por profissionais “habilitados” a responder as “necessidades” do mercado e ao “crescimento” do parque industrial do Estado (QUEIROZ, 2002, p.8).

Em 1994, ingressa como professora do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, localizada no interior cearense. O seu pós-doutorado (2013-2014), ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. A professora Zuleide, integra a Comissão de Criação do Mestrado em Educação Profissional da Universidade Regional do Cariri - URCA. Além do seu trabalho em prol da educação, participa de diversos movimentos sociais e políticos na Região do Cariri e no Estado do Ceará.

A ideia que a história dessa trajetória nos propõe é que o tempo não para, e que é uma bagagem começada de muitos anos, pois pode-se perceber a evolução profissional da professora Zuleide, passo a passo, até chegar o que ela é hoje, militante. E esta história de militante a ser narrada, para o presente, é um processo, uma construção de uma identidade.

Focar os estudos atualmente sobre história oral com a professora Zuleide enquanto sujeito é uma oportunidade de apresentar que ela quanto educadora pedagoga faz história, que é uma professora que fez suas escolhas e tem uma trajetória pessoal, militante e que se articula à sua trajetória à docência.

Muitas educadoras tiveram a suas vidas pautadas pela participação em movimentos com atuação em segmentos culturais, sociais, educacionais, políticos e religiosos. Pois, com a narrativa da história de vida desta educadora, é possível compreendermos os percursos e percalços no cotidiano de uma professora com atuação em diversos segmentos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou conhecer sobre a sua trajetória de formação e participação nos diversos movimentos sociais e políticos. Assim, consideramos relevante destacar a importância da história oral, como processo metodológico para uma melhor compreensão do objeto investigado. Na história de vida da professora Zuleide, percebe-se que a formação política dela se constituiu da participação nos movimentos educacionais, sociais e sindicais.

Neste sentido, ser uma pesquisadora/educadora militante é ter a capacidade reflexiva de compreender que a luta por uma sociedade justa e igualitária, é um desafio constante que vai além dos muros da escola e da academia, é um processo contínuo de formação.

O objetivo deste trabalho é apontar a ideia geral da importância da pesquisa/educadora Zuleide para o processo da educação e militância em nossa Região do Cariri cearense. Por isso, procuramos o máximo possível, basear-se nas suas trajetórias militantes, um dos aspectos mais marcantes em sua caminhada quanto

educadora, militante e mãe. Para tanto, percebe-se uma íntima relação conjunta entre sua trajetória militante e educação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

FIALHO, L. F., LIMA, A. M., QUEIROZ, Z. F. (2019). **Biografia de Aída Balaio**: prestígio social de uma educadora negra. Educação Unisinos (23), 52. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>> Acesso dia 23 de novembro de 2020.

PEREIRA, K. A. B. **A pesquisa na reconstrução da prática docente**. Disponível em: <[http://www.campogrande.ms.gov.br/semad/wpcontent/uploads/sites/5/2017/03/1041_pesquisa_na_re_construcao_da_pratica_docente](http://www.campogrande.ms.gov.br/semad/wpcontent/uploads/sites/5/2017/03/1041_pesquisa_na_re_construcao_da_pratica_docente.pdf)>.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2019. (2008).

QUEIROZ, Zuleide Fernandes De. **A Escola Rural e a Questão do Saber**: do saber universal ao saber construído pelo homem do campo. 190 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 1992.

. **Em cada sala um rosário, em cada quintal uma oficina**: o tradicional e o novo na história da educação tecnológica no cariri cearense. 380 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC, 2002.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

MEMÓRIA DOCENTE E VIVÊNCIAS NA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EAD PARA SURDOS NO POLO CAMPINA GRANDE- PB

Alianna Batista da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho se detém ao estudo da temática que envolve pessoas surdas, a partir da qual temos a possibilidade de investigar, por intermédio de narrativas de memória docente, a representatividade da Educação a Distância- EaD para surdos na cidade de Campina Grande- PB. Com o principal objetivo geral esse estudo visa analisar, a partir do diálogo entre memória e educação de surdos, a trajetória educacional destes, mediante a narrativa e representatividade do olhar docente frente à EaD. Para a escrita que se segue, o estudo é trabalhado por meio das contribuições dos principais autores, tais como Gonçalves (1999), Certeau (2008), Rodrigues (2019), entre outros, para que se possa tecer o enredo de segmentos que se conectam direta e indiretamente com as discussões de memória docente e inclusão digital de surdos. Assim, nossa metodologia se fez realizada com respostas cedidas por uma entrevista concebida por uma das professoras pioneiras na educação de surdos na cidade. Compreendemos, então, que a história de vida docente contribuiu para a história da educação de surdos quando se analisam as narrativas concedidas pela professora Jacir Cordeiro, em meio as vivências profissionais em um contexto que se configura no início do século XXI, por volta do ano de 2006.

Palavras-chave: Memória docente. Surdos. Educação a Distância- EaD.

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos analisar a história de vida docente tendo como fonte de informação narrativas no tocante ao processo das pessoas surdas no contexto da Educação a Distância- EaD em Campina Grande- PB. Quando fazemos este caminho dentro da área de estudo de Tecnologias Digitais na Educação tornamos possível compreender o quanto as tecnologias revelam em cada espaço e tempo suas adaptações e mudanças para a vida das pessoas, neste caso as pessoas surdas.

¹ Graduada do curso de História. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

O resgate da memória da docente Jacir Cordeiro nos possibilitou trazer o registro, através da escrita, da revelação da concepção de EaD enquadrada em um determinado espaço geográfico e em um período de tempo, de modo que a Educação a Distância – EaD é uma modalidade de ensino que atualmente vem sendo uma oportunidade de milhões de brasileiros adentrar no ensino superior, entre esse número encontramos pessoas surdas que ao fazer uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação- TIC's passam a ter oportunidades múltiplas.

O trabalho com a memória docente nos remete(u) a compreender a história dos surdos ao trazer contribuições para estudos e pesquisas que articulem tecnologia e inclusão, no contexto da História da Educação brasileira, a partir da realidade de Campina Grande, no aspecto da EaD. Este tipo de pesquisa confere importância e perceptibilidade à participação da docente no espaço da sala de aula, na abordagem de direcionamentos sobre discussões entre memória e prática docente, mediante as experiências vividas que se reconstróem do passado ao tecer representações no presente.

Em razão disso, o objetivo geral dessa escrita visa analisar, a partir do diálogo entre memória e educação de surdos, a trajetória educacional destes, mediante a narrativa e representatividade do olhar docente, frente a EaD. Tendo como objetivos específicos, apresentamos as seguintes perspectivas: Discutir sobre a memória de história de vida docente e a construção histórica da educação de surdos, como também analisar as representações construídas pela docente Jacir Cordeiro de sua experiência na docência com pessoas surdas, articulando a construção da trajetória docente da mesma na representatividade do início de cursos EaD na educação de surdos no município de Campina Grande.

Justificamos a escolha da temática abordada por este trabalho por meio da memória, seja individual, ou coletiva, da docente pesquisada, por entender que sua narrativa está relacionada, tanto com a sua história de vida, como com a sua trajetória educacional, já que se situava em um contexto histórico e social no qual se tinha a preocupação em construir espaços de sentidos e significados para os surdos. Uma vez que, a educação direcionada para pessoas surdas era praticamente inexistente em nossa região.

No tocante à escolha do sujeito dessa pesquisa, se direcionou para uma das docentes pioneiras na educação de surdos do município de Campina Grande, por ser uma das profissionais que se destacou, em razão de ter sido uma professora comprometida politicamente com a educação do nosso país e, também com a educação da cidade, pois a mesma participou diretamente da formação das primeiras turmas de EaD, com iniciativas de práticas pedagógicas no ensino superior no processo de inclusão digital para o público de surdos.

2. MEMÓRIA DOCENTE: GUARDIÃ DE VIVÊNCIAS

Investigar as normas culturais através dos acontecimentos do cotidiano é uma maneira de se entender as transformações das práticas e “representações culturais” que foram acontecendo com a sociedade no decorrer do tempo. Ao obedecer a processos e padrões que transpassa as múltiplas formas de se pensar e sentir, os costumes e os modos de convivência nos percursos da história. Em números indefinidos, esses objetos culturais são simplesmente a realidade social desses sujeitos, a ser decifrada através das subjetividades presentes.

Ao observarmos as práticas e representações culturais que muitas vezes passam a caracterizar determinado grupo social, percebermos que, em alguns aspectos, podemos encontrar uma profunda relação com os conceitos de memória e/ou identidade.

Para nós, coloca-se a necessidade de um mergulho nas profundezas insondáveis das águas do imenso oceano da memória, alias, e seus 17 mares: o da lembrança e o do esquecimento. Pois, se a memória é composta por mecanismos de depósito, armazenamento, retenção, também o é mecanismo de seleção e descarte. Trata-se de um oceano de águas sempre agitadas, sempre vivas (GONÇALVES, 1999, p.13).

Ao buscar conceder voz ao passado que, em determinado momento, foi preservado em algum mecanismo de depósito que compõe a memória, cabe ao pesquisador dar movimento a essas vozes que estão silenciadas, quer seja no esquecimento ou nas lembranças. Com isso, o conceito de memória é de fundamental importância no tecer da escrita, pois, nesta pesquisa, nos permitirá perceber a história de pessoas surdas na trajetória do campo educacional do Ensino a Distância- EaD por meio das narrativas de memória docente.

Os lastros que constituem a memória do ser humano fazem-no reviver momentos e situações que nem ele é capaz de decifrar. Logo, podemos concluir que, como um novelo de lã com o qual podemos começar um simples tricô, entre um ponto e outro, sempre é possível acrescentar mais um ponto e esse fio vai rendendo e rendendo. Quando julgamos ter chegado ao fim, podemos sempre ao fim de um ponto recomeçar outro, através de um novo novelo.

Podemos dizer que, assim como um novelo de lã, a memória guarda dimensões de ricas recordações sobre suas vivências, as quais abrangem, dentre outros aspectos, as maneiras como estabelecer conexão entre o passado e o presente. Ao fazermos referência à memória docente, a vida dentro e fora dos espaços educacionais acaba por se condicionar como legítimos “lugares de memória”, em que passam a resgatar momentos vividos em meio ao leque de experiências proporcionadas pela trajetória docente.

No entanto, entenderemos por meio da narrativa da professora Jacir Cordeiro, como as lembranças são marcadas e atravessadas por dimensões de acontecimentos que interligam docência e desafios na vida profissional e social, constituindo na formação de sua identidade enquanto mulher e professora.

Por meio disto, podemos analisar como as memórias de determinado grupo social vêm a determinar a construção de identificação dentro do processo de perceber as identidades instituídas, atuantes nos reservatórios da memória. Sendo também na preservação do passado que podemos encontrar um lugar de construção da identidade, pois podemos compreender que a identidade de um determinado grupo social é formada por meio dos registros históricos que marcaram a memória, que ao se sentir pertencente a algum grupo, o sujeito busca seu lugar, onde suas práticas culturais estão refletidas, se fazendo interessante pensarmos como a memória atribui sentidos, dando movimento à construção do sujeito.

2.1. NARRATIVAS DOCENTE: LEMBRANÇAS DA REPRESENTATIVIDADE DA EAD PARA SURDOS

Abordaremos as vivências da trajetória docente da professora Jacir Cordeiro tecidas por meio de sua história de vida, construída através de suas narrativas endossadas por memórias que contam suas percepções sobre sua experiência com

alunos surdos no município de Campina Grande- PB, considerando a inserção destes no ensino superior por meio de uma nova forma de aprendizagem com a Educação a Distância- EaD.

Se faz interessante evidenciar as narrativas tecidas pela professora Jacir Cordeiro, mediante seu olhar interpretativo dos fatos vivenciados em um determinado contexto social, de seu lugar social de coordenadora dos primeiros cursos implantados na modalidade EaD em nossa região, tendo como centro de referência a Universidade Federal da Paraíba- UFPB com polo na cidade de Campina Grande.

Sua narrativa vem a nos revelar que ao ser professora de Pedagogia, com experiência com crianças e adolescentes surdas foi aprovada em um processo seletivo para a área de coordenação do polo de EaD, lhe provocando expectativas por ser uma modalidade de ensino a qual poucos profissionais da educação tinham conhecimento e quando pensada para pessoas surdas era algo novo para o contexto do início do século XXI. Assim, a professora Jacir Cordeiro e outros profissionais aprovados foram a Brasília participar de uma formação de capacitação para conhecer e se especializar:

Quando eu fui selecionada estava todo mundo cego, não sabia o que era Educação a Distância, estava cega, aí somos convocadas para Brasília para formação e explanar o que era [...], lá fui eu desvendar esse mistério tão grande que era Educação a Distância (Depoimento da professora Jacir Cordeiro¹)

Assim sendo, por volta do ano de 2006, com o apoio da UFPB foi feito em Campina Grande um polo de EaD, categoria e- Learning, oferecendo inicialmente os cursos de Pedagogia e Matemática. Cursos esses que já existiam em outras universidades da região, entre públicas e particulares, de modo presencial, no entanto, a demanda de inscritos nesses cursos no polo EaD cada vez mais surpreendia toda a equipe de envolvidos, pela quantidade de interessados e as turmas que se formavam entre surdos e ouvintes, por ser um ensino- aprendizagem com uma metodologia acessível e flexível, com recursos educacionais disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), definido como Moodle, um software livre e mundialmente reconhecido e aceito na EaD, oferecendo possibilidades infinitas, podendo colaborar para promover a acessibilidade em EaD mediada pela web (RODRIGUES & OLIVEIRA,

¹ Entrevista concedida por Jacir Cordeiro de Souza à pesquisadora.

2019,p. 07). Porém, “a maioria não sabia mexer no computador, aí houve a necessidade de ensinar para os alunos” (Depoimento da professora Jacir Cordeiro¹).

De modo que, além de precisarem saber usar os computadores os discentes precisavam se sentir provocados quanto ao uso da internet uma vez que o curso tinha a modalidade de ensino vinculado aos ambientes de modo *on-line*. Segundo Moran (2013, p. 02):

Antes a EAD era uma atividade muito solitária e exigia muito autodisciplina. Agora com as redes a EAD continua como uma atividade individual, combinada com a possibilidade de comunicação instantânea, de criar grupos de aprendizagem, integrando a aprendizagem pessoal com a grupal.

Nesse contexto inicial, a EaD ao ser utilizada pelos discentes surdos logo se faziam surgir os primeiros desafios direcionados no tocante a linguagem presente na plataforma de aprendizagem, apesar de ser ministrados por docentes e tutores virtualmente presente e interativos, o ambiente virtual á qual acontecia as aulas cobrava maior autonomia dos surdos quanto ao domínio da língua portuguesa; pois “os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) constituem os ‘carros chefes’ de plataformas digitais, em que os objetos de aprendizagem, fóruns, agendas, chats e atividades são elaborados em língua portuguesa” (QUEVEDO, VANZIN & ULBRICHT, 2014, p. 03), se fazendo necessário atentar as necessidades do perfil desse público quanto a relação aprendizagem e linguagem, uma vez que,

os cursos de EAD disponibilizados em duas línguas, português e de sinais, podem oferecer ao aluno surdo conforto na aprendizagem e compartilhamento com os colegas ouvintes, contribuindo de modo inimaginável para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com surdez (QUEVEDO, VANZIN & ULBRICHT, 2014, p. 297).

Podendo, desta forma, satisfazer diversas necessidades ao buscar viabilizar a inclusão entre surdos e ouvintes na perspectiva de uma mesma estratégia de ensino a qual se adquire conhecimentos entre culturas e linguagens, utilizando a tecnologia aliada a EaD no compartilhamento de experiências, colaborando na acessibilidade de aprendizagem de modo comum a todos nas plataformas de ensino.

No que se refere à aplicabilidade das provas, nos cursos de formação continuada encaminhados para coordenadores, professores e tutores da EaD, era orientado que

¹ Entrevista concedida por Jacir Cordeiro de Souza à pesquisadora.

reuniram nas salas os alunos, ouvintes e surdos, com o auxílio dos tutores para ouvintes e tutores para surdos, para que fosse apresentado o material contido no CD que era disponibilizado para realização das provas. Entretanto, as dificuldades surgem, entre elas no ato de realizar as provas, pois o modo de se aplicar não se adaptava de igual modo aos dois públicos.

A gente organizava as salas e botava o telão e colocava esse computador e ia lá os surdos nessa sala com os ouvintes, aí depois as meninas veio e disse: “Oh Jacir, esse negócio não vai dá certo, porque olhe, quando a gente abre o telão, para os surdos eles pedem para repetir a questão porque eles não entenderam para ele responder na prova”. Porque ela interpretava a pergunta da prova para eles responder, aí os ouvintes param, porque eles acham interessante aquela pergunta lá em Libras, aí eu disse: “Pois é, a gente tem que pensar em uma forma para aplicar essas provas, porque quando esses menino estiverem no 3º, 4º, ou 5º período uns vão ficando atrás e outros vão perdendo a blocagem” (Depoimento da professora Jacir Cordeiro).

Mediante essa preocupação por parte da equipe da coordenação e dos docentes, houve a necessidade de reorganizar as estratégias didáticas para alcançar com os alunos o objetivo esperado por meio das avaliações do conhecimento apreendido nas aulas. Objetivando a participação dos surdos em ambientes de aprendizagens virtuais, buscou-se contribuições para a aquisição da linguagem, seu aprendizado e comunicação, estimulando a construção de sua identidade nos espaços virtuais. Então, os discentes surdos foram encaminhados para o laboratório para realizar a prova com o recurso do computador, e os discentes ouvintes realizaria sua prova escrita, ao mesmo tempo só que em espaços diferentes, acreditando na possibilidade de que

independente de como a tecnologia vá ainda melhorar a vida do surdo, já está comprovado que o uso do computador melhora sua habilidade linguística, o que se atribui à possibilidade de comunicação por meio de diferentes ferramentas (QUEVEDO, VANZIN & ULBRICHT, 2014, p. 295).

Segundo as lembranças da professora Jacir Cordeiro, os discentes surdos ficavam no laboratório de informática realizando sua prova no computador e um intérprete em Libras acompanhando para tirar as dúvidas que poderiam vir a surgir sobre as perguntas da prova. O que muito auxiliou e demonstrou bons resultados, melhores que anteriormente para ouvintes e surdos na aplicabilidade das avaliações do curso.

A gente começou a fazer essa experiência, sabe? Aí deu certo, sabe? Foi um show, então a gente pegava os surdos levava tudo para o laboratório e os ouvintes ficavam na sala de aula normal lá fazendo prova com o tutor e a gente pegava os tutores de Libras junto com os alunos, aí a gente colocava lá

o nome em cada computador, então chegava e a gente colocava a distancia porque surdo é esperto né eles podiam... a gente passando pelo laboratório, as máquinas eram grande né, e tinha poucos surdos, então dava para fazer tranquilo, aí a gente fez né e foi um sucesso, o importante era eles se sentirem bem, porque eles abriam o CD deles lá, e podiam abrir 500 vezes aquela questão se ele quisesse (Depoimento da professora Jacir Cordeiro¹).

Esse modo de aplicar as provas não era o que estava sugerido pela coordenação geral dos polos, o que ao ir para João Pessoa entregar as provas na UFPB, a professora Jacir Cordeiro teve que explicar a nova estratégia para a aplicação de provas, a princípio a coordenadora não entendeu, houve resistência e estranhamento, porque a ideia seria seguir a demanda estabelecida pela pauta da coordenação geral. Entretanto, após realizar um teste viram que realmente esse modo de aplicação de provas seria interessante e traria melhorias, proporcionando uma grande experiência para os alunos.

De acordo com as narrativas da professora Jacir Cordeiro, os cursos em EaD se tornaram inicialmente algo desafiante. Mediante as ações governamentais e o envolvimento direto do Ministério da Educação na influência e no posicionamento legal no que tange o compromisso desse órgão na busca de desenvolvimentos em aspectos sociais e educacionais.

Os investimentos em políticas públicas por meio da EaD passaram a abarcar domínios cada vez maiores, e de modo especial se tornou uma das possibilidades de pessoas surdas ingressar no ensino superior. Pois, os desafios estavam em envolver coordenadores, professores e tutores que tinham a responsabilidade de fazer desta modalidade de ensino e aprendizagem uma opção de qualidade, liberdade, flexibilidade e crítica na dinâmica das aulas, de inclusão social e do conhecimento, numa sala de aula virtual.

Na EaD assim foi um fato mais marcante por ser um desafio no país né, era uma educação que estava nascendo a nível de país, você não tinha experiência de você ter uma graduação sendo ministrada distância, isso era uma coisa revolucionaria e nova, o que foi mais marcante para mim, que fica de lembrança, era que esse ensino era um ensino de qualidade, isso marcou muito a gente, quando tinha avaliação do ENADE² né, a EaD era os melhores resultados, mesmo em Matemática, mesmo no curso de Pedagogia, no curso de Letras, então os melhores resultados era de quem era aluno a distancia,

¹ Entrevista concedida por Jacir Cordeiro de Souza à pesquisadora.

² Exame Nacional de Desempenho de Estudantes- ENADE

se um hacker entrasse o pessoal do suporte sabia (Depoimento da professora Jacir Cordeiro¹).

Assim, durante os 10 anos que atuou no polo, 8 anos foram de muitas buscas e desafios, com riquíssimas recordações dos avanços tecnológicos que teve a oportunidade de vivenciar entre profissionais e alunos em sua volta, a qual por meio da EaD, algumas pessoas que não tinham nenhum contato com o mundo digital passa a ter múltiplos acessos: “Conheci colegas que nunca tinham usado nada, nem celular... hoje tem total domínio” (Depoimento da professora Jacir Cordeiro²).

Diante disso, a meu ver, não podemos silenciar a trajetória docente de uma profissional que teve o seu trabalho reconhecido pelo seu destaque na cidade de Campina Grande. E, em razão disso, a memória docente é um arquivo de grande valor para se pensar a construção das trocas que decorrem entre professores e alunos, como também as mudanças e transformações possíveis de acontecer no aprendizado, nos modos de vivenciar as práticas educativas. E é por meio desses testemunhos de vida que se pode eternizar as memórias do cotidiano que era inventado com alunos, ouvintes e surdos, revelando interpretações que atravessam várias lentes. As memórias também são registros que nunca se desativam, mas, pelo contrário, em determinadas situações, tomam-se memoráveis, pois “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz. Pode-se compreendê-lo ao entrar na dança” (CERTEAU, 2008, p. 156).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento final deste trabalho, retomo o objetivo geral desse estudo que foi dar visibilidade, a partir da memória da Professora Jacir Cordeiro, por intermédio de suas narrativas, a representatividade do olhar docente para a tecnologia digital, frente à sua valiosa experiência na EaD. Nas suas narrativas estão presentes não só sua memória docente, mediante suas vivências no ensino básico e superior para surdos, como também um pouco de sua história de vida, sua luta como mulher para chegar a um curso superior e toda sua emoção e inquietação em cada parte de sua trajetória.

¹ Entrevista concedida por Jacir Cordeiro de Souza à pesquisadora.

² Entrevista concedida por Jacir Cordeiro de Souza à pesquisadora.

Nesse trabalho está registrado seu compromisso político com a educação do país e, mais especificamente relacionada à sua narrativa/memória/trajetória profissional associada a sua realização profissional em conviver com surdos na cidade de Campina Grande - PB, que contribuiu para o seu crescimento profissional, já que se lembrou, ou recordou detalhadamente do início de sua carreira docente e deixou claro que os surdos tinham pouca visibilidade na sociedade, e se lembrou também de como no transcorrer de décadas sua memória fez com que fosse registrado nesse trabalho uma história de representatividade marcada por desafios e transformações que os fazem notáveis na sociedade e no campo educacional.

Mediante a narrativa descrita e analisada, a docente relata revelações e ocultações, entrelaçadas por registros e invenções. Conta história e ficção sobre sua experiência de práticas pedagógicas promovidas, para que possamos perceber como a trajetória do feminino é caracterizada pelas práticas culturais que sempre concentram formas e modos de representatividade no cotidiano. Torna-se interessante perceber, compreender e interpretar os sentidos que cercam as invenções culturais e sociais, em suas transformações, rupturas e continuidades.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. Saeculum – Revista de História, n 4/5, jan./dez. 1998/1999.

MORAN, José. A integração das tecnologias na educação. In: A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5ª Ed. Campinas: Papirus, 2013, p. 89-90.

RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Pressupostos pedagógicos nos ambientes virtuais: Apontamentos da educação superior a distância. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância, São Paulo, v. 16, Maio, 2017. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/283/227>. Acessado em: 15 de março de 2019.

QUEVEDO, Silvia Regina Pochmann de; VANZIN, Tarcísio; ULBRICHT, Vania Ribas. Ambientes virtuais de aprendizagem bilíngues para surdos em EAD. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância, São Paulo, v. 13, Maio, 2014. Disponível em:

http://seer.abed.net.br/edicoes/2014/07_ambientes_virtuais_de_aprendizado_pt.pdf
.Acessado em: 15 de março de 2019.



SEÇÃO 7

HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DAS MULHERES CIENTISTAS NO PARANÁ E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Em 1913, nascia na cidade de Curitiba Enedina Alvez Marques – a primeira mulher a concluir um curso de Engenharia no Estado do Paraná. Em 1945, aos 32 anos, Enedina, ao graduar-se em Engenharia Civil, tornou-se a primeira engenheira negra do Brasil. A trajetória dessa mulher pesquisadora, proveniente de família humilde, é singular, principalmente se considerarmos o contexto marcado por severas limitações para as mulheres, sobretudo para as negras. No entanto, é imprescindível refletir se outras histórias como a dela não teriam surgido com mais frequência caso a vitória de Enedina tivesse sido divulgada – e não ignorada. Embora esta seção tenha nascido para dar visibilidade prioritariamente ao trabalho realizado por mulheres da região Sul do Brasil, especialmente o das cientistas paranaenses, abordando também a produção tecnológico-científica de mulheres de todas as regiões do Brasil, contribuindo para a discussão sobre a construção/ocupação feminina de espaços nessa área.

Dirceu Casa Grande Junior
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Luciana Carneiro Hernandes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná



ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: A TRAJETÓRIA DE ENEDINA ALVES MARQUES E AS MULHERES NEGRAS NO PARANÁ

Dirceu Casa Grande Junior¹

Sonia Maria Rodrigues²

Amanda Martins dos Reis³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pensar sobre a memória e a formação das identidades individuais e coletivas a partir da trajetória pessoal e profissional de Enedina Alves Marques (1913-1981), primeira mulher negra a graduar-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná-UFPR e a primeira mulher negra a concluir um bacharelado em Engenharia no Brasil. Filha de Paulo Marques e Virgília Alves Marques, uma trabalhadora doméstica da cidade de Curitiba, Enedina cresceu na casa do militar Domingos Nascimento Sobrinho, dividindo seu tempo entre auxiliar a mãe nos afazeres domésticos e os estudos em uma escola particular da capital, pagos pelo patrão de sua mãe. Entre 1930 e 1945 a vida de Enedina mudou radicalmente em função dos estudos. Sua vontade e dedicação, levaram-na a cursar a Escola Normal, em 1931, e o Curso de Engenharia Civil, entre 1940 e 1945. Entre 1932 e 1935, Enedina atuou como professora primária no interior do Estado, antes de ingressar na UFPR. Ao graduar-se em Engenharia, passou a exercer exclusivamente a profissão de engenheira. Para além de sua trajetória pessoal e profissional, a vida de Enedina Alves Marques inscreve-se em um conjunto mais amplo das dimensões sociais e culturais de um período especialmente difícil para as mulheres, principalmente para as mulheres negras. Daí a importância de investigar sua trajetória pessoal e profissional e promover a democratização das informações e conhecimentos sobre sua vida e História. Este trabalho está organizado nas seguintes partes: a primeira narra a trajetória pessoal e profissional de Enedina Alves Marques a partir de informações biográficas devidamente referenciadas. A segunda, consiste em pensar o valor da trajetória pessoal e profissional de Enedina a partir dos mecanismos historiográficos de difusão da memória, da lembrança e do esquecimento, com destaque para os processos históricos e culturais de construção de imagens e tradições em Curitiba. Esse processo culminou com a invisibilização das populações negras em um contexto social marcado por esforços e políticas de branqueamento e violência racial.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Mulheres. Negras. Engenharia.

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Assis-SP e Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Câmpus Cornélio Procópio. Integra o Grupo de Pesquisa EDITEC-Educação em Diálogo da UTFPR-CP.

² Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Câmpus Ponta Grossa. Integra o Grupo de Pesquisa EDITEC-Educação em Diálogo da UTFPR-CP.

³ Mestranda em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná PPGEN/UENP, Câmpus Cornélio Procópio-PR e Docente da Faculdade Dom Bosco, Cornélio Procópio-PR. Integra o Grupo de Pesquisa EDITEC-Educação em Diálogo da UTFPR-CP.

1. INTRODUÇÃO

O historiador francês Jacques Le Goff nos ensina que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2013, p. 435). Não obstante, “os profissionais da memória”, adverte, devem promover a luta pela redemocratização da memória social pela via da objetividade científica, atuando “de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2013, p. 435)

As admoestações de Le Goff, além do amplo lastro teórico e metodológico, estão fundamentalmente baseados em suas longa experiência como historiador, mas, sobretudo, como sujeito. O medievalista francês explica que a memória, sobremaneira a memória coletiva, é instrumento e objeto de poder, e que suas manifestações mais evidentes nos permitem visualizar a luta que diferentes indivíduos e grupos travam pela dominação da recordação e do lembrar. Suas definições do conceito de memória são imprescindíveis para o estudo da História.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto das funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões e ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2013, p. 387).

Nesse processo, a memória vale-se da linguagem para comunicar um fato ou revelar informações que os homens julgam fundamentais para sua existência e sobrevivência. Entretanto, quase sempre, diante da ausência do acontecimento, a linguagem, tanto a oral quanto a escrita, torna-se, portanto, um elemento de intervenção notadamente válido e reconhecido, porém, precário, em função das dificuldades inerentes à utilização da linguagem e suas possibilidades efetivas de narrar os acontecimentos a partir da inclusão e/ ou exclusão inconsciente ou deliberada de novas informações.

Notadamente, tais dificuldades, apesar das implicações evidentes, anunciam também as inúmeras possibilidades de abordar o objeto, suas nuances e múltiplas dimensões de análise. A exemplo do que nos ensinou Marc Bloch, “a História é a ciência dos homens”, ou, das ações dos homens no tempo (BLOCH, 2002, p. 68). São, portanto, as ações e intenções que nos interessam, muito mais do que o passado, que não se

configura objeto para a História. Conjugados, porém, às dimensões históricas e temporais, aos elementos contextuais etc., os historiadores conseguem avaliar e narrar as diferentes situações em que os sujeitos desenvolvem suas ações, manifestam suas intenções e interesses, criam e recriam suas condições de existência e realizam coisas em um determinado contexto.

A História e a memória equilibram-se entre a lembrança e o esquecimento, apesar das insistentes tentativas de silenciamentos, ou, valendo-se de termos mais atuais, cancelamentos. A trajetória de uma mulher negra, filha de uma empregada doméstica que buscou e alcançou a formação em Engenharia na primeira metade do século XX nos parece bastante suscetível ao esquecimento e ao silenciamento. Principalmente se pensarmos nos obstáculos e dificuldades que as mulheres tinham de enfrentar em uma sociedade que acentuava, e ainda acentua, a “masculinização” dos espaços e a consequente limitação desses espaços às pessoas que não os integram ou podem integra-los.

Ademais, é no campos das relações raciais que as questões envolvendo a História e a memória se tornam ainda mais evidentes. O caso de Enedina Alves Marques, por exemplo, inscreve-se numa teia de tensões bastante ampla, porém, conhecidas na sociedade brasileira. Ao avaliarmos a ascensão social de Enedina e as relações existentes entre mobilidade social e escolarização, notamos como o esforço individual e a disposição pessoal de Enedina para superar condicionantes como, por exemplo, o fato de ser mulher, negra, pobre, vivendo com a mãe na casa dos patrões, em uma sociedade integrada e dominada predominantemente por homens brancos com tendências muito fortes para reforçar a masculinidade e a exclusão dos negros, percebemos que os desafios impostos e as dificuldades enfrentadas por ela eram gigantescos.

As trajetórias de personagens como Enedina, tendem a desaparecer diante dos limites que lhes são impostos pelo cotidiano e naturalização de certas atitudes e práticas, entre elas, as relações étnico-raciais a partir das escolhas dos sujeitos que possuem determinadas prerrogativas para definir quais histórias podem ser contadas e quais devem ser esquecidas ou mesmo apagadas. A cidade de Curitiba do final do século XIX e início do século XX, deparou-se com esforços de determinados indivíduos e grupos para impor uma memória histórica que privilegiasse as ações e interesses dos imigrantes europeus, fruto de um processo que acentuou a invisibilidade e o preconceito

esgotando ou reduzindo aos menores níveis as possibilidades de ação e interação de pessoas como Enedina. (MORAES, 1999)

Este trabalho está organizado nas seguintes partes: a primeira narra a trajetória pessoal e profissional de Enedina Alves Marques a partir de informações biográficas devidamente referenciadas. A segunda, consiste em pensar o valor da trajetória pessoal e profissional de Enedina a partir dos mecanismos historiográficos de difusão da memória, da lembrança e do esquecimento, com destaque para os processos históricos e culturais de construção de imagens e tradições em Curitiba no final de século XIX e início do século XX. Esse processo culminou com a invisibilização das populações negras em um contexto social marcado por esforços e políticas de branqueamento e violência racial.

2. A TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL DE ENEDINA

A trajetória pessoal e profissional de Enedina Alves Marques, nascida em 13 de janeiro de 1913, em Curitiba no Estado do Paraná, e falecida em 1981, na mesma cidade, inscreve-se em contexto de dificuldades e desafios muito específicos impostos aos indivíduos pobres e negros, mas, sobretudo às mulheres negras, do Paraná na primeira metade do século XX. Nesse período, as mulheres normalmente se conformavam com as atividades domésticas e os cuidados do marido e dos filhos ou com o magistério. Às mulheres negras, essas possibilidades eram ainda mais reduzidas. Mulheres como Enedina e sua mãe, por exemplo, via de regra deveriam se contentar em trabalhar como empregadas domésticas ou babás nas casas das famílias abastadas.

Enedina foi a primeira mulher negra a conquistar um título acadêmico de engenheira do Brasil, transpondo obstáculos e transitando por espaços dominados por homens brancos. Ela graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná-UFPR em 1945 e, após a conclusão do curso, foi admitida para trabalhar em diversos órgãos da administração pública paranaense.

A sua formatura foi marcada, essencialmente, como um feito de grande curiosidade para a sociedade curitibana, pelo fato de ter conseguido transpor um espaço hegemonicamente masculino e branco. Aos 32 anos, a curitibana Enedina conseguiu ser a atração da solenidade de formatura de engenharia ao lado de 32 homens, ocorrida no Palácio Avenida, na Rua XV de Novembro esquina com a rua Oliveira Brito (SANTANA, 2011, p. 52).

Enedina era filha de Paulo Marques e de Virgília Alves Marques e tinha cinco irmãos. Sua mãe era empregada doméstica na casa do Major Domingos Nascimento Sobrinho, então delegado de polícia da capital. O patrão de sua mãe contribuiu de modo imprescindível com educação de Enedina. Ela e a filha do Major foram matriculadas na Escola Particular Luiza Netto Correia de Freitas e, entre 1925 e 1926, devidamente alfabetizadas. Em 1931 ela concluiu a Escola Normal, diplomando-se como professora. Entre 1938 e 1939, Enedina realizou o curso Complementar de Pré-Engenharia. Em 1939, Enedina redigiu e encaminhou ao diretor da Faculdade de Engenharia do Paraná, um ofício solicitando sua inscrição para realizar os exames de ingresso no curso de Engenharia Civil.

Imagem 01: Enedina Alves Marques



Fonte: Paiva, 2020.

Relatos de amigos e parentes, dão conta das dificuldades que Enedina teve que enfrentar para superar os desafios impostos e conquistar o diploma de graduação. Além das dificuldades cotidianas de conciliação entre o trabalho na casa da família Caron (Mathias e Iracema) com que morava e para os quais prestava serviços domésticos, ela teve que enfrentar o rigor mais extremo da parte de alguns professores que, em vários momentos impuseram-lhes reprovações. As reprovações, resultantes ou não da perseguição e do preconceito de determinados docentes, foram muito comuns durante o curso de Enedina. Em função das inúmeras reprovações, ela conseguiu realizar o último exame do curso “no dia 15 de dezembro de 1945, 24 horas antes da colação de grau de Engenharia Civil em sessão solene e com a expedição do diploma de Engenheira Civil no dia posterior”. (SANTANA, 2011, p. 66)

Nesse mesmo estudo, ao comparar a trajetória acadêmica e o desempenho educacional de outros 3 (três) estudantes com o de Enedina, Santana (2011) verificou discrepâncias acentuadas. Além de Enedina, que na época de ingresso no curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia do Paraná contava 27 anos, foram analisados os desempenhos de Adelino Alves da Silva, homem negro com idade entre 27 e 29 anos; e outros dois estudantes jovens, um homem e a outra mulher, com idade entre 18 e 20 anos, ambos brancos e de origem familiar abastada. Em todas as comparações, o desempenho educacional de Enedina é o pior em relação aos demais. Contudo, de todos, apenas Enedina e Adelino conciliavam as atividades acadêmicas com o trabalho, enquanto os demais estudantes, inclusive a maior parte dos integrantes da turma dedicavam-se exclusivamente aos seus estudos. (SANTANA, 2011, p. 70-71)

Obviamente que, dadas as precárias condições de produção de sua vida material, Enedina, bem como, seu colega de turma, Adelino, ambos negros e de origem pobre, enfrentaram dificuldades muito maiores do que os demais estudantes. O fato de ter que trabalhar para gerar alguma renda para bancar os estudos, que não eram gratuitos, trazia sérias implicações e privações adicionais para pessoas pobres como Enedina e Adelino. Esses, assim como outros obstáculos, eram bastante significativos, mas, foram sistematicamente superados por Enedina conforme suas condições e oportunidades.

Em 1946, imediatamente após a conclusão do curso de Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia do Paraná, Enedina passou a atuar como auxiliar de projetos de engenharia na Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná. Ela trabalhou em projetos importantes para o estado, como, por exemplo, na construção da Usina Capivari-Cachoeira, que integrou o Plano Hidrelétrico do Paraná.

Contudo, a trajetória de Enedina deve ser avaliada ainda a partir de um espectro de análise histórico e cultural mais amplo que caracterizaram a cidade de Curitiba no final do século XIX e início do século XX. Compreender a trajetória de Enedina implica em analisar dimensões históricas e culturais sobre as situações e condições em que a personagem estava inserida e submetida à um processo de invisibilidade que atingia todas as pessoas negras em uma cidade do sul do Brasil.

3. A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DE UMA TRAJETÓRIA SINGULAR

Não há dúvidas de que a trajetória individual de Enedina Alves Marques é singular em vários aspectos. Em termos objetivos, o fato de ser mulher, pobre e negra, graduada em Engenharia Civil, que exerceu cargos e participou de projetos importantes para a cidade e para o Estado do Paraná, porém, vivendo em uma cidade do sul do Brasil, como Curitiba, cujos cidadãos, desde o final do século XIX, sobretudo seus gestores, lideranças políticas e pessoas influentes, esforçaram-se para criar uma imagem de “capital europeia” e branca para a cidade, em si já representa uma vitória marcante do ponto de vista pessoal e individual.

Conforme nos explicam Moraes e Souza (1999), a cidade de Curitiba investiu em peças de propaganda bastante consistentes desde o final do século XIX e ao longo do século XX, cuja estratégia consistiu em “inventar tradições”, baseando-se no que Eric Hobsbawn (1994) chamou de “tradições inventadas”, para estabelecer ou legitimar “continuidades artificiais” como, por exemplo, os epítetos de “capital de Primeiro Mundo”, “capital ecológica” ou “capital das etnias”. (1999, p. 7)

As “tradições inventadas” pela *intelligentzia* local, por sua vez, estão fundamentadas em postulados obsedantes vinculadas às teorias eugenistas de limpeza étnica e purificação racial orientadas para o branqueamento das populações brasileiras desde meados do século XIX. Essas tradições deram causa a inúmeras visões preconceituosas, práticas excludentes e todos os tipos de violência contra as populações negras ou afrodescendentes estabelecidas no Brasil. Nesses processos, a invisibilização, ou melhor, os esforços sociais e culturais para tornar invisíveis as pessoas negras assumiram diferentes nuances.

Em seus estudos sobre a invisibilidade, preconceito racial e violência em Curitiba, Moraes e Souza (1999) analisaram três dimensões que alavancaram esses processos: a dimensão arquitetônica, a dimensão discursiva ou *intelligentzia* e a dimensão política e governamental. Esses três elementos foram fundamentais, argumentam os autores, para a criação de uma “identidade curitibana vinculada a uma ‘maneira europeia de ser’” (1999, p. 8). Inicialmente, os autores destacam a profusão de monumentos, praças e edificações que homenageiam populações de origem europeia que migraram para a cidade e para a região sul do Brasil desde o final da primeira metade do século XIX.

Esses locais integram a “Linha Turismo”, com um ônibus percorrendo a cidade e apresentando aos turistas os locais que prestam homenagem aos imigrantes europeus que se estabeleceram na capital do Estado. São cerca de 40 pontos, com destaque para o “Bosque do Papa”, ou João Paulo II, em homenagem a colônia polonesa, o Portal italiano de Santa Felicidade, o Parque Tingui, em homenagem a imigração ucraniana e o Bosque Portugal. Além destes locais, destacam-se ainda a Praça do Japão e o memorial à imigração árabe.

Neste roteiro aparece também as Arcadas do Pelourinho [...] As arcadas estão localizadas no centro da cidade, mais precisamente na Praça Generoso Marques, atrás do Museu Paranaense. De frente para o prédio há uma estátua em bronze de aproximadamente 1,5 m de uma negra, Maria Lata D’água, que poderíamos supor, seria um tributo aos negros. No entanto, a placa no pedestal da estátua explica tratar-se de uma homenagem ao escultor (MORAES; SOUZA, 1999, p. 8).

A inscrição na placa é uma homenagem ao escultor Erbo Stenzel (1911/1980), inaugurado em 1996 pelo então Prefeito Rafael Greca. Uma praça, denominada Praça Zumbi, está localizada no bairro do Pinheirinho, periferia da cidade, e não faz parte do roteiro turístico da cidade.

Para uma cidade e sociedade que se pretendem de ‘primeiro mundo’ por sua identidade branca e europeia, o elemento que não pode aparecer ou ser mudado é a presença negra que, como no restante do país, na forma de escravos, foi fator fundamental da economia local. (IANNI apud MORAES; SOUZA, 1999, p. 9)

As edificações, praças, monumentos e locais são elementos fundamentais para a construção de identidades, uma vez que a cultura material de um povo faz referências importantes aos signos e símbolos que se pretende afirmar.

No caso do Paraná e da região sul do Brasil, o elogio à imigração branca de origem europeia materializado nos monumentos, também abriu espaços para a afirmação discursiva, elaborada e difundida por representantes da *intelligentzia* local, como Wilson Martins, Romário Martins, Ruy Wachowicz e outros. Estes valorizaram sobremaneira os processos de “branqueamento” da sociedade pela via da imigração, tributando os sucessos do Paraná, especialmente de Curitiba, aos fluxos europeus. Por outro lado, esses mesmos autores anularam a presença e a importância das populações de pessoas negras na cidade de Curitiba e no Paraná. “Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o

distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras”, sublinhou Wilson Martins. (MARTINS apud MORAES; SOUZA, 1999, p. 10)

Em 1962, o sociólogo Octávio Ianni publicou um de seus estudos mais importantes, “Metamorfoses do Escravo no Brasil”. Um estudo robusto sobre a escravidão e o sistema escravista em Curitiba, no Paraná. Para Ianni, a escravidão em Curitiba foi a expressão local de um sistema escravocrata geral, ou melhor, nacional. Não havia diferenças jurídicas, nem tão pouco socioculturais que pudessem diferenciar a escravidão no Paraná e em Curitiba, do resto do Brasil. “A escravatura em Curitiba é uma expressão completa do regime no Brasil”, asseverou Ianni em seu estudo. (IANNI apud MORAES; SOUZA, 1999, p. 12)

Segundo Ianni, entre os séculos XVII e XIX, o número de africanos escravizados que o Paraná recebeu, superou 50% da população total. A dinâmica de apropriação de mão de obra escrava no Paraná era exatamente a mesma que as dos demais estados e localidades. Em um primeiro momento, os indígenas foram apresados e obrigados a trabalhar nas propriedades locais. Em seguida, com as limitações ao apresamento indígena, foram trazidos para o Paraná grandes contingentes de africanos escravizados. Se de um lado, Ianni demonstrou de modo cabal que a escravidão no Paraná atingiu patamares muito semelhantes aos verificados em outras regiões do Brasil, no processo de construção de identidades e de criação de imagens elaborados pela *intelligentzia* paranaense, o drama dos homens negros e dos africanos escravizados precisava ser superado, isto é, apagado.

Na busca da modernidade para a cidade, percebe-se o acirramento de uma série de objeções em relação ao escravo e ao negro em geral, entre as quais a rejeição do tipo estético, com fundo racial (...) ele era símbolo do atraso de uma época a ser esquecida. Em nome da rejeição do escravismo, rejeitava-se a pessoa do escravo, isto é, do negro que trazia na pele o estigma daquilo que devia ser superado. (PEREIRA apud MORAES; SOUZA, 1999, p. 12)

Personagens como Enedina Alves Marques estão inseridos nesse complexo sistema de relações históricas, culturais e étnico-raciais que incidiram sobre as vidas de dezenas de milhares de homens e mulheres que viveram, estudaram, trabalharam em Curitiba. Não é possível nesse momento, pelo menos de modo mais aprofundado, qual era a posição de Enedina nesses processos. Contudo, ao analisarmos sua trajetória individual, é possível afirmar que ela lutou com todas as suas forças e recursos para

superar, ao menos, condições sociais e culturais que a subjugariam. É possível perceber, na leitura de textos, trabalhos e relatos sobre a vida de Enedina, uma disposição para superar dificuldades pessoais e limitações individuais. O que reflete em termos efetivos na consciência e em outras dimensões da vida dos homens e das mulheres negras em Curitiba.

É importante considerar que Enedina, ao transpor os “limites” estabelecidos pela sociedade curitibana da primeira metade do século XX, espaços marcadamente masculinizados, brancos e elitizados, “proibidos” aos indivíduos que não se enquadravam nesses critérios, criou condições para constranger esses espaços e as pessoas que os sustentavam, abalando de modo singular as “tradições inventadas” para dar voz e lugar a determinados indivíduos e grupos e romper com as atitudes e práticas virtualmente aceitas como modernas e avançadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como outros atores importantes da “trama curitibana”, criada para manter e sustentar espaços privilegiados para determinados indivíduos e grupos no interior de uma comunidade, Enedina assumiu e correu todos os riscos, entre eles, o de ser invisibilizada pelas práticas de construção de identidades orientadas para valorizar determinados elementos em detrimento de outros. São notórias e conhecidas as dificuldades que Enedina enfrentou para poder viver e estudar. Nesse aspecto, destacam-se, pois, seus esforços para ingressar e dar continuidade aos seus estudos na Faculdade de Engenharia do Paraná, entre 1939 e 1945.

De igual modo, são notáveis as suas realizações a frente de projetos de construção de obras públicas importantes no Estado do Paraná. Mais notáveis ainda são as viagens que empreendeu pelo mundo com o objetivo de conhecer outras pessoas, lugares e culturas. Não há como negar a Enedina um lugar de notoriedade diante de biografia encantadora. Sua disposição e despreendimento em si já nos ajudam a compreender de que não se trata de uma mulher qualquer. Diante das frustrações e impedimentos impostos aos homens e mulheres negras no Paraná e em outros lugares do Brasil, singularizar a trajetória pessoal de Enedina nos remete à pelo menos uma vantagem e a pelo menos um problema. A vantagem é perceber e verificar como

determinadas pessoas, independentemente dos limites e possibilidades socialmente impostos, superam gradativamente a partir do talento e do esforço individual todas as barreiras e obstáculos que lhe são colocados.

Contudo, ao singularizar a trajetória de Enedina, corremos o risco de apagar e/ou reduzir às suas expressões mínimas, as trajetórias de outros indivíduos que, em condições análogas, também superaram desafios semelhantes, obstáculos e tragédias. O que procuramos demonstrar com esse texto é que a trajetória pessoal de Enedina é inspiradora em todos os sentidos. Não há como negar a Enedina uma posição e uma condição de destaque, primeiro como mulher, depois como mulher negra, transitando e integrando-se em ambientes extremamente hostis à sua presença e amplamente limitadores. Todavia, devemos ter cuidado e atenção pois, uma trajetória singular também pode ser utilizada para apagar outras trajetórias tão ricas e importantes de homens e mulheres negras vivendo, estudando e trabalhando em um país tão desigual e excludente quanto o Brasil.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2013.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, violência e preconceito racial em Curitiba. *Rev. Sociol. Polit.* 1999. n. 13, 7-16.

PAIVA, Vitor. *Conheça a história de Enedina Marques, a primeira engenheira negra do Brasil*. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/01/conheca-a-historia-de-enedina-marques-a-primeira-engenheira-negra-do-brasil/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTANA, Jorge Luiz. Enedina Alves Marques: a trajetória da primeira mulher engenheira do sul do país na Faculdade de Engenharia do Paraná (1940-1945). *Revista Vernáculo*, n. 28, 2º sem/ 2011.

CAPÍTULO XXXVI

ENEDINA ALVES MARQUES: A PRIMEIRA ENGENHEIRA DO PARANÁ E A PRIMEIRA ENGENHEIRA NEGRA DO BRASIL

Roberto Bondarik¹

Inês Cardin Bressan²

Kátya Regina de Freitas Zara³

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar aspectos da vida e da atuação profissional de Enedina Alves Marques, que foi a primeira mulher a formar-se em engenharia no Estado do Paraná e a primeira negra a formar-se Engenheira no Brasil em 1945. São apresentados aspectos de sua vida e de sua atuação acadêmica e profissional, considerada pioneira e motivadora para a atuação de mulheres em profissões de cunho tecnológico. Uma estrela além do seu tempo.

Palavras-chave: Engenharia; Mulheres negras, Tecnologia e; Educação Tecnológica.

1. INTRODUÇÃO

Em 26 de janeiro de 2021, completaram-se os cinquenta anos de inauguração da Usina Hidrelétrica Governador “Pedro Viriato Parigot de Souza”. Sediada em Antonina, no Litoral do Estado do Paraná, ela gera energia elétrica fazendo uso das águas represadas do Rio Capivari, no Planalto de Curitiba, cerca de 850 metros acima do nível do mar. Conhecida comumente como “Usina Capivari-Cachoeira”, esta obra é um marco da engenharia, da tecnologia de construção e geração de energia no Sul do Brasil, sendo a maior usina hidrelétrica subterrânea da Região. Uma das engenheiras responsáveis pelo projeto, em especial o levantamento topográfico para a obra, fazendo trabalho de

¹ Doutor em Engenharia de Produção. Graduado em História e Geografia. Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Campus Cornélio Procopio, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Membro do Grupo de Pesquisas EDITEC.

² Doutora pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Assis. Professora da SEED Pr. Membro do Grupo de Pesquisas EDITEC.

³ Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do curso de Engenharia Química na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Membro do Grupo de Pesquisas EDITEC.

campo em plena Serra do Mar, foi Enedina Alves Marques, primeira mulher a formar-se em engenharia no Paraná, com tal feito tornou-se também a primeira mulher-negra a obter tal formação no Brasil.

A trajetória de vida de Enedina Alves Marques, em face do seu pioneirismo, inspira a presença de mulheres, mais do que isso, a presença de mulheres negras em profissões ligadas à tecnologia. Apresentar aspectos de sua vida, até tornar-se engenheira e participar do projeto de construção da Usina Capivari-Passaúna, apresentando também as características dessa obra importante, são os objetivos deste artigo que se construiu por meio de uma pesquisa bibliográfica. Enedina foi, em seu tempo, uma das “Estrelas Além do Tempo” (Hidden Figures, 2016), filme norte-americano que abordou a história de mulheres negras e tecnologia. Enedina foi uma mulher e profissional, para além do seu tempo, em terras paranaenses e brasileiras.

2. ENEDINA: PROFESSORA

Enedina Alves Marques nasceu em Curitiba, capital paranaense, em 13 de janeiro de 1913. Filha de Paulo Marques e Virgília Alves Marques, era única mulher do total de seis filhos que o casal teve (LIMA, 2020).

Curitiba era uma cidade pequena àquele tempo, com uma população em torno de 50 mil habitantes em 1913 (PUPPI, 1953), já havia a presença de numerosa colônia italiana, alemã e polonesa. A eclosão da primeira Guerra Mundial, em 1914, fez surgir pontos de tensão entre as diversas colônias, brasileiros e rixas com alguns migrantes alemães (LEITOLES, 2019). O Brasil havia passado há pouco pela Abolição da Escravatura, porém 25 anos não foram capazes de acabar com o preconceito, o racismo, muito menos produziram oportunidades e qualidade de vida para os ex-escravos e seus descendentes. Curitiba modernizava-se, a indústria de beneficiamento de erva-mate e de madeira e suas atividades acessórias movimentavam a economia da cidade e do Estado do Paraná (CARNEIRO, 1935; MAGALHÃES FILHO, 1996).

Os pais de Enedina haviam chegado a Curitiba, como tantas outras pessoas, em busca de condições de vida melhores, não se sabe ao certo de onde vieram. Sua mãe era empregada doméstica, sendo que ela trabalhou como lavadeira para diversas famílias (SANTANA, 2011, p.53-54). Com a separação do casal, a mãe e os filhos foram

morar com a família de Domingos Nascimento, em 1915, no Bairro do Portão, nos arredores de Curitiba:

“Dona Virgília, Enedina e alguns dos seus irmãos continuaram a trabalhar e viver com a família Nascimento durante mais de três décadas. Uma infância pautada no aprendizado e no fazer das tarefas domésticas como era comum às outras crianças de extratos mais baixo da sociedade curitibana do mesmo período. A adolescência de Enedina foi marcada com trabalho doméstico em casas de famílias e a diplomação em professora normalista em 04 de dezembro de 1931 (SANTANA, 2011, p.54).

Enedina foi alfabetizada aos 12 anos de idade, em 1925, em uma escola particular (UNIFELT, 2021). Foi aprovada no exame de pró-eficiência tendo sido transferida para um grupo escolar que funcionava anexo à Escola Normal que frequentaria. Neste grupo escolar, ela concluiu os ensinamentos primário e complementar. Ela começou a cursar a Escola Normal em 1927. A família para a qual ela e sua mãe trabalhavam, foram incentivadores da educação de Enedina:

Entre os anos de 1926 e 1931, fez o curso da Escola Normal Secundária juntamente com Isabel, a filha do major. Ele lhe pagou o bonde durante a formação como normalista para que fizesse companhia à filha”. (...) Domingos Nascimento faleceu em 1958, e Enedina foi uma das beneficiárias em seu testamento (LIMA, 2020).

Enedina cursou a Escola Normal Secundária, o Palácio das Instruções, localizado à Rua Emiliano Pernet, esquina com a Rua Voluntários da Pátria. Formou-se professora, como citado, em 04 de dezembro de 1931 (SANTANA, 2011).

A partir da sua diplomação como professora normalista, Enedina atuou, então, em diversas escolas pelo interior do Paraná.

Enedina foi professora nos grupos escolares de Cerro Azul, e no Barão de Antonina, em Rio Negro, e na Escola Isolada do Passaúna, em Campo Largo. “Em 1935, retornou a Curitiba, e foi trabalhar na Escola da Linha de Tiro do Juvevê. Seu regresso à capital ocorreu para realizar o Curso de Madureza, exigência da nova legislação”, (...) para capacitar, durante três anos, profissionais para exercerem a função de professor. Ela também foi proprietária de uma escola particular, cuja sede era localizada no Bairro Juvevê, na capital paranaense (LIMA, 2020).

Imagem 01: Enedina Alves Marques, única negra, e demais formandas normalistas



Fonte: PRATES, 2021.

A aproximação de Enedina com a engenharia-civil, deu-se no contexto desse curso que foi obrigada a cursar:

Em 1935, Enedina lecionava quando retornou à sala de aula na condição de aluna para qualificar através do Curso Madureza no Ginásio Novo Ateneu até 1937. O mesmo se enquadrava nas novas determinações das leis de educação do Estado que reproduziu o Artigo 100 do decreto federal. Dentre as novas determinações estava aquela de que os professores deveriam fazer uma capacitação profissional de três anos para o exercício do ofício de professor com recursos próprios e um curso Complementar para ingresso em curso superior. A passagem de Enedina pelo curso Complementar de Pré-Engenharia aconteceu entre os anos de 1938 e 1939 (SANTANA, 2011).

Enedina se envolvia com a engenharia, com todas as dificuldades inerentes à aquela época, necessidade de trabalhar para manter-se nos estudos, preconceitos de raça, gênero, classe social. Sua passagem pelo curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia, do que viria a ser a Universidade Federal do Paraná, foi marcada pela dificuldade, pela dedicação e, em todos os aspectos, pelo pioneirismo e força de vontade.

3. ENEDINA: ENGENHEIRA-CIVIL

A Universidade Federal do Paraná, foi fundada em 1912, sendo assim a primeira do Brasil, porém o reconhecimento como tal lhe foi negado pelas autoridades do País. A denominação como Universidade viria muitos anos depois:

“Criada em 1912, com os cursos em pleno funcionamento, lutaram os fundadores pelo seu reconhecimento oficial. Foi lhe este recusado pelas autoridades federais de ensino, sob pretexto de que, no Brasil, não existia na época instituição oficial a que se pudesse ser equiparada. (...) Foram, porém, reconhecidos, separados e autônomos, os Institutos que a constituíam, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Engenharia, em 1920, , e a Faculdade de Medicina com os cursos anexos de Odontologia e Farmacia, em 1922. (...)

Em 1946, acrescida agora com a Faculdade de Filosofia, Ciências e letras, e, mais tarde com a Faculdade de Ciências econômicas, foi a entidade universitária restabelecida, com todas as regalias oficiais de Universidade Livre, para quatro anos decorridos [em 1950] passar para a égide federal” (PUPPI, 1953, p.69).

Enedina Alves Marques, ingressou no curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia do Paraná (FEP), em dezembro do ano de 1939. Não havendo vestibular como os que hoje são realizados, o candidato a uma vaga no curso preenchia um requerimento de próprio punho e o enviava ao diretor da instituição, pedindo a inscrição nos exames de habilitação com vistas ao ingresso no curso em 1940 (SANTANA, 2011). Os procedimentos de ingresso eram idênticos para todos os candidatos e o ensino não era gratuito, havia taxa de inscrição elevada e mensalidades. Enedina, apesar de sua comprovada situação econômica não recebeu bolsa de estudos e nem outra subvenção. Destaque-se que havia um programa de subvenção para estudantes carentes em pleno funcionamento, mas que não abrangia a todos:

O ingresso dos acadêmicos no curso de engenharia acontecia com procedimentos iguais, todos tinham que ser aprovados nos exames, demonstrar a documentação exigida e fazer o pagamento total de 425\$000, - R\$ 2.129, 05 -, os valores pagos foram altos para uma professora e doméstica, estes correspondiam a quase dois salários mínimos na época que tinha o seu valor de 240\$000 o que corresponderia à quantia de R\$ 1.202, 29 em janeiro de 2011 (SANTANA, 2011, p.59).

A vida acadêmica de Enedina na FEP, foi marcada por embates, conforme relatado por Jorge Luiz Santana (2011), pesquisador que estudou a vida da primeira engenheira do Paraná. São pontuados conflitos com a Instituição, colegas e

principalmente com os professores, não há referências sobre preconceito de classe, racismo ou misoginia, apesar de que devem ter existido. Havia também solidariedade e colaboração de seus colegas:

O espaço acadêmico da FEP na década de 1940 foi hegemonicamente masculino, elitizado econômica, social e com distinções étnicas que reproduziam os valores da sociedade paranaense da época, sobretudo de exclusão e invisibilidade do outro. Isto tornou o curso de engenharia, praticamente exclusivo ao grupo burguês paranaense (SANTANA, 2011, p.61).

O curso de engenharia civil durava cinco anos, Enedina o cursou em seis, pois teve reprovação em algumas das disciplinas, tendo de fazer inúmeros exames de segunda época. A respeito de perseguições e injustiças sofridas por Enedina enquanto estudante de engenharia, Santana (2011), entrevistou um colega de turma dela: Adelino Alves da Silva, quarto aluno negro graduar-se em engenharia pela FEP em 1947. Antes dele graduaram-se: Otávio Alencar, em 1918; Nelson José da Rocha, em 1938; e a própria Enedina Alves Marques em 1945. Adelino fez o seguinte relato a respeito dos problemas enfrentados por ela junto a professores:

[...] ela foi reprovada algumas vezes, não sei em qual ano, em qual situação, que situação [...] ela foi reprovada e ela dizia: Eu não desisto, (pausadamente), eu vou até o fim, um dia eles enjoam da minha cara e me aprovam. E foi o que realmente aconteceu, ela não desistiu não, foi em frente (SANTANA, 2011, p.47).

Antes de formar-se em 16 de dezembro de 1945, aos 32 anos de idade, Enedina ainda teve de prestar as provas finais de uma disciplina quase que 24 horas antes da cerimônia de formatura, que ocorreu no Palácio Avenida, na Avenida XV de Novembro, ainda segundo relatado por Santana (2011). Era o ano do final da Segunda Guerra Mundial, os presentes à cerimônia estranharam quando a ela foi entregue o diploma, ao lado de 32 outros formandos, todos homens, ela tornava-se a primeira mulher engenheira do Paraná e a primeira mulher negra engenheira do Brasil.

Imagem 02: Enedina Alves Marques, foto de formatura



Fonte: PRATES, 2021.

4. ENEDINA: USINA DO CAPIVARI-CACHOEIRA

Uma vez formada, Enedina deixou a vida profissional como professora e engajou-se na prática da engenharia. Ingressou na Secretária de Estado de Viação e Obras Públicas do Paraná, onde atuou como auxiliar de engenharia. Exerceu funções como Chefe de Hidráulica da Divisão de Estatísticas e do Serviço de Engenharia do Paraná, trabalhou ainda no Departamento Estadual de Águas e Engenharia Elétrica do Paraná (LIMA, 2020; PRATES, 2021). Sua aposentadoria ocorreu no ano de 1962.

Como engenheira a principal obra que Enedina conduziu foi a Usina do Capivari-Cachoeira, onde inicialmente conduziu os trabalhos de levantamento topográfico para a execução do projeto e para a construção da usina que é considerada a maior central hidrelétrica subterrânea do Sul do País (FOLHA DE LONDRINA, 11 dez. 2019).

Imagem 03: Enedina, engenheiros e autoridades, Obras da Usina Capivari-Cachoeira



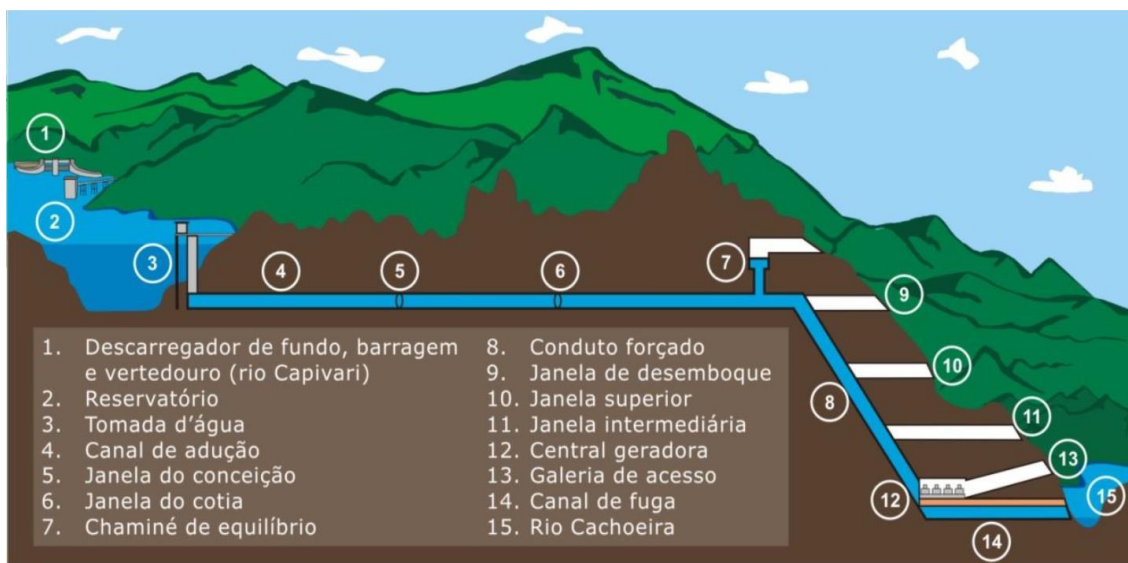
Fonte: CREA-PR, sem data

Atualmente a usina é administrada pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), que assim a descreve:

A Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza possui a potência de 260 MW, e está situada no município de Antonina. Seu reservatório está localizado na Rodovia BR-116 (trecho Curitiba - São Paulo), no município de Campina Grande do Sul, a 50 km de Curitiba. A Usina Parigot de Souza entrou em operação em outubro de 1970, tendo sido inaugurada oficialmente em 26 de Janeiro de 1971, quando entrou em operação comercial. Ela é a maior central subterrânea do sul do país. Inicialmente conhecida como Capivari-Cachoeira, a usina recebeu novo nome em homenagem ao Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, que liderou o Paraná entre 1971 e 1973, e foi, também, presidente da Copel. O pioneirismo foi a grande marca desse projeto, em diversos sentidos. Nele, trabalhou a primeira engenheira do Paraná e a primeira engenheira negra do Brasil, Enedina Alves Marques, abrindo caminho para as profissionais que a seguiram (COPEL, 2020).

Com o seu reservatório, no Rio Capivari, situado no Planalto de Curitiba ou Primeiro Planalto Paranaense a mais de 850 metros de altitude, as águas para o funcionamento da Usina precisam ser conduzidas através da Serra do Mar, ou sob ela, por um conjunto de canais e tuneis até chegar às turbinas instaladas ao pé da serra.

Imagem 04: Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza



Fonte: Instituto das Águas do Estado do Paraná.

A atuação de Enedina Alves Marques, como engenheira, foi resumida pelo presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, Joel Krüger, em cerimonia de homenagem a sua memória:

“À frente do seu tempo, atuou no aproveitamento das águas dos rios Capivari, Cachoeira e Iguaçu, considerado um de seus maiores feitos como engenheira. Seu reconhecimento profissional foi conquistado aos poucos. Com competência liderou funcionários, técnicos e engenheiros, além de gerenciar grandes obras e trabalhos burocráticos. Se em vida conquistou respeito de seus pares, esta pioneira da engenharia brasileira merece ser reverenciada e sempre lembrada, seja emprestando seu nome a uma rua do bairro Cajuru, em Curitiba, ou ao Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques” (LIMA, 2020)

Uma das maiores obras de engenharia desenvolvida por paranaenses dentro do território do Estado. Tendo completado cinquenta anos de pleno funcionamento, esta usina é um patrimônio arquitetônico e tecnológico do Estado do Paraná.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enedina Alves Marques foi uma mulher independente que soube enfrentar as dificuldades e os preconceitos, pioneira que foi para a mulheres e para as mulheres negras em particular, nas profissões ligadas à tecnologia. A frente de seu tempo, uma das “Estrelas Além do Tempo”, mulher negra, brasileira, paranaense, curitibana, professora e engenheira competente. Os estudos sobre ela ainda não demonstraram

toda sua capacidade, plenitude e obra. Sua vida é um exemplo de dedicação esforço e superação, ela demonstrou como a educação, a ciência, o esforço acadêmico, podem ser transformadores e também dar retorno a sociedade através da formação de profissionais competentes.

Enedina Alves Marques, que foi a primeira mulher a se formar em engenharia no Estado do Paraná e a primeira engenheira negra do Brasil, faleceu aos 68 anos de idade entre os dias 20 e 27 de Agosto de 1981, quando seu corpo foi encontrado em seu apartamento. Foi vítima de um enfarto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, David. **A História da Herva Mate**. In: Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná 1885 – 1935: publicação comemorativa da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina. Curitiba: Rede Viação Paraná – Santa Catarina, 1935, p.87-90;

COPEL. **Usina Parigot de Souza**. 25 set. 2020. Disponível em < <https://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F08013ddc621f4eed03257412005ed73b> > Acesso em 18 abr. 2021;

FOLHA DE LONDRINA. **Engenharia para a vida**. 11 dez. 2019. Disponível em < <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/engenharia-para-a-vida-2977277e.html> > Acesso em 18 abr. 2021;

HIDDEN FIGURES (ESTRELAS ALÉM DO TEMPO – Bras). Direção: Teodori Melfi. Produção: Donna Giglioti, Peter Chernin, Jenno Topping, Pharrell Willians e, Theodore Melfi. Estados Unidos da América, 2016. 20th Century Fox. 1 DVD (127 minutos);

LEITOLES, Fernanda. **Bonde Elétrico e Carros de Tração Animal: como era Curitiba há 100 anos**. Gazeta do Povo, Curitiba (Paraná) 02 fev. 2019. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/bonde-eletrico-e-carros-de-tracao-animal-como-era-curitiba-ha-100-anos-eob9qo3kz0sc49xldtn91j1va/> > Acesso em 18 abr. 2021;

LIMA, Silvia Bocchese de. **Prazer: Enedina**. Fecomércio-Pr: Federação do Comércio do Estado do Paraná, 06 abr. 2020. Disponível em < <https://www.fecomerciopr.com.br/sala-de-imprensa/noticia/prazer-enedina/> > Acesso em 18 abr. 2021;

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução Histórica da Economia Paranaense**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan-jun, 1996, p.131-148;

PRATES, Moira. **Enedina Alves Marques**: a primeira engenheira negra do Brasil. In: Engenharia Elétrica – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 24 fev. 2021. Disponível em < <http://www.peteletrica.eng.ufba.br/2017/enedina-alves-marques-a-primeira-engenheira-negra-do-brasil/> > Acesso em 18 abr. 2021;

PUPPI, Ildelfonso. A Cidade Paranaense. In: **Guia Globo Paraná de Importação e Exportação (1953-1954)**. Porto Alegre: Clarim, 1953, p.61-81;

SANTANA, Jorge Luiz. Enedina Alves Marques: a trajetória da primeira engenheira do sul do País na Faculdade de Engenharia do Paraná (1940-1945). In: **Revista Vernáculo** (UFPR), nº 28, 2º Semestre de 2011, p.42-75. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/33232/21293> > acesso em 18 abr. 2021;

UNIFEI: Universidade Federal de Itajubá. **Personalidades do Muro**: Enedina Alves. Disponível em < <https://unifei.edu.br/personalidades-do-muro/extensao/enedina-alves/> > Acesso em 18 abr. 2021;

CAPÍTULO XXXVIII

BELA, PROFESSORA, EMPRESÁRIA, CHEFE DE GABINETE, MULHER: LELITA MARTENS OLIVEIRA, PROMOVEDO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CORNÉLIO PROCÓPIO-PR

Luiz Adriano Morganti¹

Vivian Martens Oliveira Banks Dos Santos²

Luciana Carneiro Hernandez³

RESUMO

O Projeto de Pesquisa: Evocações do passado: memórias de procopenses, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Educação em Diálogo: Sociedade, Arte e Tecnologia vem realizando, há mais de dez anos, diversas entrevistas individuais e/ou coletivas com cidadãos dos mais diversos grupos étnicos, profissionais e sociais que participaram, de modo direto ou indireto, dos eventos pesquisados pelo GP, recolhendo documentos e imagens de caráter histórico de arquivos pessoais, para colaborarmos com a escrita de uma história coletiva. Esta história chamada de “tempo presente”, também designada “história viva” pelo Prof. Dr. Meihy, um dos pesquisadores brasileiros que mais contribuíram para a divulgação da História Oral, precisa ser registrada para que não se perca com as renovações geracionais nem tenha sua veracidade comprometida por amplos lapsos temporais. Para o I Simpósio Nacional do Projeto Memória, que busca encontrar as mulheres na História da Ciência e da Tecnologia, trazemos uma mulher que não se define como cientista, mas foi uma das responsáveis pela implantação do CEFET, hoje UTFPR, em Cornélio Procópio, ou seja: grande promotora do conhecimento tecnológico e científico no interior do Paraná – e no Brasil.

Palavras-chave: Lelita Martens Oliveira. Promoção de saberes científicos. Implantação do CEFET-CP. Empreendedorismo feminino. Projeto Evocações do passado: memórias de procopenses.

¹ Especialista em Estudos Contemporâneos em Literatura (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Docente da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED-PR). Membro do Grupo de Pesquisa EDITEC – Educação em diálogo: sociedade, arte e tecnologia (UTFPR).

² Mestra em Direito Processual e Cidadania (Universidade Paranaense – UNIPAR). Docente do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon/PR – ISEPE Rondon. Membro do Grupo de Pesquisa EDITEC – Educação em diálogo: sociedade, arte e tecnologia (UTFPR).

³ Doutora em Letras – Literatura e Vida Social (Universidade Estadual Paulista – UNESP). Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Membro do Grupo de Pesquisa EDITEC – Educação em diálogo: sociedade, arte e tecnologia (UTFPR).

1. INTRODUÇÃO

Na descrição dos grupos de pesquisa disponibilizada ao CNPq, consideramos que a sociedade em rede, com uma nova estrutura social dependente de tecnologias digitais de informação e comunicação, exige atualização constante e multidisciplinar. Assim, o Grupo de Pesquisa EDITEC, criado em 2008, estabeleceu seu foco nas relações entre educação, sociedade, arte e tecnologia, presentes nos estudos desenvolvidos nas linhas de pesquisa Diálogos Culturais e O ensino e suas múltiplas linguagens. Desse modo, com a participação de professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento e instituições de ensino, o escopo das pesquisas e projetos desenvolvidos está voltado para a História Oral e o registro da memória dos procpenses, bem como para a sistematização e a expansão da práxis docente em sala de aula, contribuindo para a formação e a sensibilização dos participantes e daqueles que com eles interagem, auxiliando-os na leitura/compreensão das suas realidades e em suas inserções como sujeitos sociais.

Ao divulgar as entrevistas realizadas para o Projeto Evocações do passado: memórias de procpenses buscamos, além de registrar essa “história viva”, do “tempo presente” para que esta não se deteriore ou tenha sua veracidade comprometida, divulgar partes de histórias individuais que compõem o patrimônio imemorial dos procpenses e daqueles não procpenses que podem usufruir dele como modelo ou inspiração. Para esse evento, subtítulo: “História das Ciências e tecnologias: onde estão as mulheres?” trazemos D. LELITA MARTENS OLIVEIRA.

Catarinense de Bom Retiro, distrito de Joaçaba, nasceu em 1932, em uma família de imigrantes alemães e italianos que posteriormente estabeleceu-se na cidade de Jacarezinho, no norte do Paraná. Mulher destemida, *avant la lettre*, presença constante na lista das “10 mais belas”, nunca se contentou em ser apenas uma linda mulher. Sua atuação relevante modificou vidas em Jacarezinho, onde passou a infância e adolescência, e em Cornélio Procópio, para onde se mudou depois de casada. Professora de Francês na Aliança Francesa e na Faculdade de Ciências e Letras de Cornélio Procópio, possibilitou letramento, entretenimento e erudição; dona da Casa Marival, em conjunto com seu marido, Hernani Vallim de Oliveira, sempre doou material escolar para escolas e para

crianças carentes; mais tarde, como chefe de gabinete, teve papel preponderante na instalação da unidade de ensino descentralizada de Cornélio Procópio do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) – isso se pensarmos apenas na área da área de Educação...

Imagem 01: Lelita Martens Oliveira e sua filha Marilu Martens Oliveira



Fonte: Acervo pessoal de Lelita Martens Oliveira.

A Casa Marival – livraria e tipografia, fundada em 1937, imprimia livros, vendia inúmeros romances e promovia saraus. Anterior à emancipação política de Cornélio Procópio, que ocorreu em 1938, a empresa já era referência no acesso à cultura em terras procopenses. “Antes da tevê [que chegou ao Paraná em 1960], a diversão do povo era leitura e cinema”, afirma a Dra. Marilu Martens Oliveira, idealizadora do Projeto de pesquisa *Evocações do passado: memórias de procopenses* e filha de D. Lelita.

Em entrevista concedida ao Projeto *Evocações do Passado*, em 2012, o poeta e escritor Jair Ferreira dos Santos, autor de *O que é pós-moderno* (Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1987) e *Cybersenzala* (Brasiliense, 2006), adaptada para o teatro, citou locais de disseminação cultural e de entretenimento na cidade. O primeiro deles foi a Aliança Francesa, com as professoras Marta Dequêch e Lelita Martens de Oliveira – que representava a cultura letrada, em oposição à cultura de massa, “americanizada”;

em seguida o Colégio das Irmãs (Coleginho), que possuía um Conservatório Musical e depois a Faculdade de Música São Domingos; o Salão Dom Bosco (Paroquial), onde ocorriam apresentações de piano, de ballet e de peças alegóricas, além de festas, quermesses e bailinhos; os cinemas (Cines Avenida e São Luiz), com grande público, os quais funcionavam como ponto de encontro.

Durante as entrevistas, os membros do GP EDITEC também abrem espaço para narrativas de fatos pitorescos. Um deles será descrito a seguir. Atentos à máxima “Fora da Caridade Não Há Salvação” que preconiza não ser possível amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, D. Lelita e Sr. Hernani, foram surpreendidos em uma noite fria na segunda metade da década de 1960: receberam a visita do próprio Chico Xavier que, sem avisar, tocou à porta e pediu para entrar. O casal convidou alguns amigos e todos vivenciaram lindos momentos de confraternização e oração – memória grafada apenas no relato da entrevista, porque nenhum dos presentes se lembrou de fotografar o encontro.

2. ALGUNS PASSOS DA TRAJETÓRIA DESSA MULHER ÍNTEGRA E MULTIFACETADA

Ainda que uma aura de modernidade parecesse pairar sobre o Brasil nos anos 1930, década de nascimento de nossa protagonista, (segunda geração modernista brasileira, incentivo à industrialização, substituição do capital inglês pelo norte-americano, promulgação de duas constituições de 1934 e 1937) tais “modernidades” ocorriam apenas nos grandes centros – e era bastante raro que uma mulher não proveniente de uma família economicamente favorecida seguisse os estudos.

No final dos anos 1940, quando era secretária da Escola de Comercio de Jacarezinho-PR, Lelita Martens, que ainda não era Oliveira, foi eleita Rainha dos

estudantes no baile em que Hernani (aluno da escola) foi coroado príncipe. Essa delicadeza amorosa, afetiva, sempre integrou a vida do casal. Ele, artista plástico e empresário, ela, altiva rainha do baile e empreendedora, talvez já imaginassem que seriam parceiros por mais de seis décadas. Naquela época, era recorrente casar-se aos 17 anos com o primeiro namorado. D. Lelita Martens Oliveira casou-se e mudou-se para

Cornélio Procópio. Mas, como nunca assumiu uma única função, uniu o papel de excelente esposa ao de excelente normalista.

E não parou: formou-se em **Letras Franco-Portuguesas** pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio, hoje câmpus da Universidade Estadual do Norte do Paraná; obteve o **Diplôme d'Études en Langue Française, pela** Université de Nancy, na França; também na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio cursou a **Formação Pedagógica**, que a habilitou para Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar e realizou diversos **Cursos de especialização e atualização** em Língua e Civilização Francesas pela Aliança Francesa do Rio de Janeiro.

Adepta da “formação continuada” quando o termo ainda não era usado a exaustão como hoje, D. Lelita estudou muito – no Brasil e no exterior. E divulgou esses conhecimentos em suas aulas e em diversas publicações individuais e coletivas. Tal conduta gerou frutos preciosos em alunos e alunas – e também em sua descendência, bastante feminina: a filha, pós-doutora em Letras e graduada em Letras, Direito e Pedagogia e as três netas – duas médicas renomadas e uma advogada, mestre em Direito Processual e Cidadania – que, ao se especializarem em suas áreas e construírem novos saberes nos campos teórico e prático, ajudam a quebrar o estereótipo da mulher iletrada e balbuciante, mais próxima das artes mágicas que das ciências.

No auge da produção do café, entre as décadas de 1950 e 1960, Cornélio Procópio se destacava como polo cultural no Paraná. A Aliança Francesa foi fundada em Cornélio Procópio antes mesmo que em Londrina, promovendo exposições de filmes, exposições e incentivo à leitura (PIMENTA, 2016) – e D. Lelita integrou o quadro restrito de professores por muitos anos – mais precisamente do segundo ano de funcionamento até o encerramento das atividades da escola.

Imagem 02: Aliança Francesa de Cornélio Procópio



Fonte: Acervo pessoal de Lelita Martens Oliveira.

Dr. Nelson Borges, advogado, professor universitário e autor de onze livros, afirmou em entrevista ao EDITEC que participou das atividades da Aliança Francesa—exposições, festas e sessões de cinema—e, para ele, 70% do nível cultural da cidade acabou como fechamento da Aliança, que tinha excelentes professores: “Martha Dequech, Lelita Martens de Oliveira, Gino Azzolini Neto, Maria Suely Fernandes da Silva, Sandra Poli, Paulo Dequech, entre outros” (BORGES, 2014).

Professora concursada em Literatura Francesa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), atualmente câmpus da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP; professora de Língua, Literatura e Civilização Francesas, na Aliança Francesa de Cornélio Procópio e professora concursada de Português e Francês no Colégio Estadual Castro Alves, onde trabalhou até a aposentadoria, D. Lelita Martens Oliveira jamais restringiu seus ensinamentos a determinada classe social ou grupo étnico. Embora considerada pelo escritor como representante da cultura letrada, em oposição à cultura de massa, e pelo advogado como uma das promotoras de 70% do nível cultural da cidade, a professora Lelita também foi lembrada com o mesmo carinho pelos alunos do Colégio Castro Alves – entre eles o padre Orivaldo José Calandro, pároco da Paróquia Catedral Cristo Rei, em Cornélio Procópio.

Imagem 03: Colégio Estadual Castro Alves



Fonte: Acervo pessoal de Lelita Martens Oliveira.

Rainha dos estudantes em Jacarezinho-PR, presente em todas as listas das 10 mais em Cornélio Procópio- PR – **Bela**. Promotora de saberes e de ascensão social de muitos jovens pela Educação – Estudiosa, **Professora**. Intelectualizada, dominava a cultura francófona (e a brasileira) sendo exímia falante de francês e de nossa língua materna. Após a aposentadoria como docente, ainda que trabalhasse desde muito jovem na Secretaria, co-mandou (com Hernani Vallim) a casa Marival – **Empresária**. Politizada, percorreu os melhores caminhos para a implantação do CEFET nas terras procopenses, mas filiou-se a um partido político apenas após deixar o cargo – **Chefe de gabinete** (aliás, uma das primeiras mulheres a ocupar o posto no Paraná). Também como chefe de gabinete incentivou a criação da primeira usina de compostagem de lixo do Brasil.

2.1. COSMOPOLIZANDO CORNÉLIO PROCÓPIO: DO CEFET À UTFPR

Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, prefeito municipal entre 1983 e 1988, em entrevista à Folha de Londrina, afirmou: “mais do que elevar o nome de Cornélio Procópio a uma instituição de ensino de qualidade, a UTFPR mudou o perfil socioeconômico da cidade. Foi ali que iniciou o polo educacional que temos hoje”. E

continuou: “Era um domingo de março de 1986, pela manhã. Eu estava em casa vendo TV, quando o ministro da Educação Jorge Bornhousen anunciou 200 escolas

técnicas para o país. No outro dia pela manhã mandamos um telegrama mostrando interesse” (PIMENTA, 2018)

Mas, para que o projeto fosse adiante e, em 1993, os primeiros estudantes dos cursos técnicos em Mecânica, com seus jalecos verdes, e em Eletrotécnica, com seus jalecos azuis, pudessem iniciar as aulas, foi necessário o trabalho incessante de um grupo aguerrido, que não poupou esforços para alavancar o progresso do município a partir do progresso educacional de seus moradores. O Sr. Ismael Reghin, produtor rural e desbravador procopense, entrevistado pelo GP EDITEC, afirmou que ele integrou o movimento que lutou para trazer para a cidade o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) –hoje Universidade Tecnológica Federal do Paraná –em conjunto com o prefeito Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, sua chefe de gabinete, a professora Lelita Martens de Oliveira, a secretária estadual da Educação Gilda PoliRocha Loures, o professor AltevirVilla, entre outros, porque sempre acreditaram no ensino técnico como escada para os menos favorecidos conseguirem uma vida mais digna(REGHIN, 2013).

Imagem 03: Sr. Ismael Reghin, D. Gilda Poli e D. Lelita Martens de Oliveira



Fonte: Acervo pessoal de Lelita Martens Oliveira.

De certa maneira, é assim que a história da UTFPR começa... em 1909, com o decreto do Presidente Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices em

várias capitais brasileiras para profissionalizar os chamados “jovens desvalidos”. Mudando vidas, em 1937 a Escola sediada em Curitiba passou a chamar-se Liceu Industrial do Paraná; ampliando cursos, em 1942, tornou-se a Escola Técnica de Curitiba e em 1971, a Escola, que buscava formar para o trabalho, foi transformada na Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Ofertando Cursos Superiores de Engenharia de Operação nas áreas de Construção Civil e Elétrica, em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).

Em 1990, por meio do “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico”, o CEFET-PR instalou-se no interior do Paraná, com a implantação de sua primeira UNED – Unidade de Ensino Descentralizada, na cidade de Medianeira (MD). Em 1993, as UNEDS foram implantadas em Cornélio Procópio (CP), Pato Branco (PB) e Ponta Grossa (PG). Em 1995, foi a vez de Campo Mourão (CM) receber uma Unidade e, em 2003, a cidade de Dois Vizinhos (DV), com a incorporação da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos. Em 2006, o MEC autorizou o funcionamento dos Câmpus Apucarana (AP), Londrina (LD) e Toledo (TD), com início das atividades no primeiro semestre de 2007. Em 2008, já compondo a Universidade Tecnológica do Paraná, o Câmpus Francisco Beltrão (FB) dá início a sus atividades; em 2011, o Câmpus Guarapuava (GP) é implantado e, em 2014, começa a funcionar o câmpus Santa Helena (SH) (UNIVERSIDADE..., 2018).

Hoje, o câmpus Cornélio Procópio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, conta com aproximadamente três mil alunos de todas as regiões brasileiras nas oito graduações (Engenharia em Controle e Automação, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas), além dos alunos que ingressaram em seus Programas de Pós Graduação em nível de Doutorado (Bioinformática, Engenharia Elétrica) e de Mestrado (Bioinformática, Engenharia Elétrica. Engenharia Mecânica e Matemática; Profissional em Informática, Ensino de Matemática e Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza).

Se o prefeito Hermes da Fonseca ouviu o Ministro da Educação anunciando escolas técnicas para o país, foi D. Lelita Martens de Oliveira quem, lendo o Diário Oficial da União, descobriu que seriam criadas as unidades do CEFET no interior do Paraná. Só existimos da forma como existimos atualmente porque, trinta anos atrás, essa mulher se recusou a ser apenas linda e loura (ainda que integrasse de forma recorrente a lista

das “10 mais”), e buscou promover a ciência e a tecnologia em uma pequena cidade do norte paranaense. Com olhar atento para a potencialidade do projeto, propiciou que ciência e tecnologia fossem desenvolvidas, por mulheres e homens, também na terra do chão vermelho.

Em 14 de fevereiro de 2020, recebeu, juntamente com a filha Marilu Martens Oliveira e outros homenageados, a medalha “personalidade Procopense” e o “Certificado de reconhecimento” oferecida a procopenses de destaque pela Prefeitura Municipal e a Câmara, em comemoração os 82 anos de emancipação política de Cornélio Procopio. Faleceu cinco meses depois, aos 88 anos, deixando um legado considerável.

Imagem 04: D. Lelita Martens Oliveira



Fonte: Acervo pessoal de Lelita Martens Oliveira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

D. Lelita, chamada de Chèrrie por seus alunos de Francês pois assim se dirigia a eles, nunca foi definida como “Bela, recatada e do lar” – embora muito Bela, algumas vezes tímida, e feliz com sua família parceira e longeva.

Bela, Professora, Empresária, Chefe de Gabinete, entre outros atributos, D. Lelita Martens Oliveira sempre foi Mulher íntegra e multifacetada, que agiu em muitas áreas, sempre a partir da perspectiva feminina a partir da qual conseguiu alavancar igualdades mesmo antes que o feminismo contemporâneo surgisse.

REFERÊNCIAS

BORGES, Nelson. **Nelson Borges**, Depoimento. [08 de janeiro de 2014]. Cornélio Procópio: Universidade Federal do Paraná. Entrevistadores: Luiz Adriano Morganti, Bárbara Rocha Feltrin, Marilu Martens Oliveira, Leda Maria Dalla Costa. Entrevista concedida ao Projeto “Evocações do Passado: Memórias de Procopenses” do GP EDITEC.

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. **A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 182 f. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/191>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PIMENTA, Rubia. Câmpus da UTFPR em Cornélio completa 25 anos. **Folha de Londrina**, Londrina-PR, 10 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/campus-da-utfpr-em-cornelio-completa-25-anos-1004270.html>>. Acesso em: 01 abr. 2021

PIMENTA, Rubia. Um polo cultural na década de 1960. **Folha de Londrina**, Londrina-PR, 15 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/um-polo-cultural-da-decada-de-1960-939735.html>>. Acesso em: 01 abr. 2021

REGHIN, Ismael. **Ismael Reghin**, Depoimento. [16 de abril de 2013]. Cornélio Procópio: Universidade Federal do Paraná. Entrevistadoras: Leda Maria Dalla Costa, Luciana Carneiro Hernandes, Marilu Martens Oliveira. Entrevista concedida ao Projeto “Evocações do Passado: Memórias de Procopenses” do GP EDITEC.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **Jair Ferreira dos Santos**. Depoimento [fev. 2012]. Cornélio Procópio: Universidade Federal do Paraná. Entrevistadores: Marilu Martens Oliveira, Luiz Adriano Morganti, Luciana Carneiro Hernandes, acadêmicos Joel Leon Slipack, Bárbara Rocha Feltrin e Lucas Siqueira Ribeiro. Entrevista concedida ao Projeto “Evocações do Passado: Memórias de Procopenses” do GP EDITEC.

SLIPACK, Joel Leon; REPINALDO, Joana; OLIVEIRA, Marilu Martens. Vidas transcritas: um breve resumo de 17 vidas - Projeto “Evocações do passado: memórias de procopenses” In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO DA UTFPR, 4, 2014, Cornélio Procópio – PR, **Anais...** Cornélio Procópio-PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.18 p.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. **Plano de Integridade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná** (UTFPR). nov. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade/planos-de-integridade/arquivos/utfpr-universidade-tecnologica-federal-do-parana_vp.pdf> Acesso em: Acesso em: 01 abr. 2021.

CAPÍTULO XXXIX

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, ANTIPATRIARCAL: PROTAGONISMO DE MULHERES BRASILEIRAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E LITERÁRIAS

Andréa Pires Rocha ¹

José Francisco dos Santos ²

RESUMO

O presente texto discorre a respeito da epidemiologia do conhecimento, em que os saberes não europeus, no caso aqui específico afro-brasileiras e feminino ao longo do tempo sofreu com desvalorização dos seus saberes e produtos. Ao refletimos sobre ciências palavra tão em voga hoje em dia, que justamente a um grupo de negacionista que põe em xeque sua validade nesse bojo, as mulheres negras aqui a apresentada para justamente mostrar o contrário, em especial nas ciências humanas, com suas escritoras, cientista sociais, entre outras que se colocaram oposição ao patriarcado, o eurocentrismo, racismo dentro de uma perspectiva decolonial e antirracista.

Palavras-chave: Decolonial. Patriarcado. Antirracistata. Feminismo negro. Racismo.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia evidenciou o debate da credibilidade das ciências, deixando patente sua importância, especialmente quando desenvolvida em prol do bem-estar coletivo. No entanto, paralelo a isso, o contexto pandêmico também confirmou a persistência do negacionismo que ganha corpo quando alimentado por *fake News*. Questionamos como em uma sociedade dominada por tecnologias, na qual as informações nos chegam as palmas das mãos em intensa velocidade, ainda persiste a negação da ciência. Talvez a resposta esteja vinculada a qualidade das informações que se espalham e, principalmente, nos objetivos que estão por traz do negacionismo e das inverdades propagadas e replicadas por todas as classes sociais.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da UEL. Doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca.

² Docente do Centro das Humanidades, PPGCHS e PPGE – UFOB. Doutorado em História – PUCSP.

Avaliamos, portanto, que esses fenômenos se inserem no bojo dos elementos ideológicos que sustentam as relações superestruturais e estruturais do modo de produção capitalista (GRAMSCI, 1968).

Portanto, racismo e patriarcado são pilares que também estruturam essa sociabilidade, pois muitas vezes o negacionismo se volta a deslegitimar lutas e conquistas de grupos e seguimentos sociais. Ou seja, o negacionismo está vinculado ao Conservadorismo que, em linhas gerais, foi protagonizado por Edmund Burke em reação aos ideais iluministas e a revolução francesa (BOBBIO, 1998) e, na sequência, foi aderido pela própria burguesia, após assumirem as rédeas políticas e ideológicas do Capitalismo, visando reagir a qualquer movimento que tente superá-lo.

O que vemos hoje no Brasil é uma hibridização do Conservadorismo, que mescla fundamentalismo da tradição judaico-cristã com as expressões mais duras do Capitalismo e seu Estado neoliberal de cunho penal¹. Esse preambulo apresentado sobre o negacionismo e sobre a ideia decorrente também do que podemos pensar de um pensamento “eurocentrado” e ocidental, a respeito do continente africano e sobre o que vamos conhecer a partir do tráfico negreiro Atlântico de diáspora africana para américas e mais especificamente sobre o Brasil e sua população afro-brasileira todas as formas de submissão e desvalorização dos seus saberes, se os homens africanos e seus descendentes já estão envolvidos nessa lógica, o que dirá o lugar determinando para as mulheres negras, no que se refere ao campo do conhecimento ancestral e pensando a ciências em todas a suas áreas tanto humanas, exatas, sociais aplicadas entre outras.

Por tudo isso acreditamos muito no papel da educação, pois somente a partir da multiplicação de conhecimentos que se contrapõem a essa lógica podem gerar processos interessantes. Priorizaremos neste texto o debate sobre o racismo e machismo, que interfere na produção de conhecimento brasileira, considerando a importância da epistemologia decolonial, a medida em que essa permite que antirracismo e o antipatriarcado ganhe força auxiliie na geração de processos efetivos nas relações sociais. Por isso, traremos um pouco da história de cinco mulheres negras que foram imensamente importantes na história das ciências humanas, sociais e literárias no Brasil, porém, foram invisibilizadas.

¹ Sobre Estado Penal sugerimos a leitura de Wacquant (2013)

2. DECOLONIZANDO A HISTÓRIA PARA COMBATER O RACISMO

O primeiro passo para uma decolonização do conhecimento está em reconhecer que a cultura epistemológica eurocêntrica e sua hegemonia histórica criou equívocos frente à história da África. É essencial portanto, nos remetermos que foi na modernidade que o racismo ganhou *status* científico no processo de construção do conhecimento, em linhas gerais, XVI-XVII: Racionalismo; XVIII: Iluminismo; XIX: Cientificismo. Sobre essa questão cumpre observar o que a historiadora Leila Hernandez expõe,

Integra a constituição de um “saber moderno” que permeia a formulação de princípios políticos, éticos e morais, fundamentando os colonialismos do final dos oitocentos. Seus efeitos prolongam-se até os nossos dias, deixando fortes marcas na ciência humanas e, em particular, na antropologia e na historiografia sobre a África. (HERNANDEZ, 2008, p.17).

O ocidente elaborou o seu conhecimento sobre o mundo por meio de “visões sobre o outro”: Gregos e Romanos: não bárbaros e bárbaros; Idade Média: fiéis e infiéis; Grandes Navegações (XVI-XVII): povos com almas e povos sem almas; Iluminismo (XVIII): mau selvagem e bom selvagem; Século XIX: civilizados e primitivos. Sobre a África, principalmente no século XIX, há um conjunto de escritos carregados de equívocos, pré-noções e preconceitos, em grande parte pelo desconhecimento. Hernandez discorre,

Muito dos estudos foram elaborados com os instrumentos de política nacional, contribuindo, de modo mais ou menos direto, para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico. (HERNANDEZ, 2008, 17-18).

Há, portanto, o estabelecimento de uma divisão de poder mundial determinada pela ideia da raça e estrutura todas as relações sociais da modernidade. Neste terreno, além do *epistemicídio*, há a persistência dos poderes do homem, branco e classes sociais elevados. Valores esses impetrados pela colonialidade (QUIJANO, 2005; GOSFOGUEL, 2019; CURIEL, 2020) que, mesmo depois da superação do colonialismo (FANON, 2005; MBEMBE, 2014), mantêm-se determinando as relações de poder com base no racismo estrutural (ALMEIDA, 2018; MOURA, 2019) e no patriarcado (GONZÁLES, 1984; CURIEL, 2020), determinando hierarquizações de poder na sociedade contemporânea.

Ou seja, o eurocentrismo e a colonialidade só podem ser superados a partir de um olhar decolonial acerca do papel social da educação. É neste terreno que incluímos a responsabilidade da universidade no sentido de produzir conhecimento capazes de desconstruir com as permanências do negacionismo, do racismo, do machismo. Concordamos com Carvalho (2019, p. 81.)

[...] Se de fato a formação universitária molda a mentalidade dos estudantes, então o racismo e o genocídio certamente poderão ser confrontados com maior eficácia se uma nova geração de estudantes universitários brancos adquirir uma formação antirracista, descolonizadora e sensível à diversidade dos saberes não ocidentais criados e reproduzidos pelos negros, indígenas e demais povos tradicionais. Ao enfatizar a centralidade da instituição universitária nas lutas antirracistas e descolonizadoras, enfatizo também o nosso papel como docentes e afirmo que a luta descolonizadora deve ser travada por nós no interior do nosso espaço acadêmico [...]

O autor aponta o quanto a implementação das políticas afirmativas por meio das cotas raciais nas universidades públicas inicia o processo de aspectos de transformação no interior das instituições. Entendemos esses processos como elementos contra hegemônicos no interior da universidade, a medida em que rompe com a elitização histórica que acompanha a natureza das universidades.

Outro elemento transformador se refere a promulgação da lei 10639/2003 que dispõe sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, visando possibilitar que a segunda maior população negra em termos absolutos do mundo tenha acesso a esse conteúdo, empoderando-se de sua história e construindo novas esferas de resistência (ROCHA e SANTOS, 2020). Por isso acreditamos que a educação é instrumento importante para a composição de resistências, porém como aponta Bell Hooks (2019, p.86) “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para este fim”.

3. A LUTA DAS MULHERES NEGRAS POR ELAS MESMAS

Sobre a luta contra o patriarcado e suas expressões machistas, sexistas e heteronormativas, observamos que historicamente as pautas das feministas brancas, especialmente das europeias e norte-americanas, não consideravam a questão do racismo como determinante histórico. Ângela Davis (2016), mostra que a questão das

mulheres negras sempre foi excluída das pautas liberais. Neste sentido, o feminismo negro, protagonizado em grande parte por mulheres negras dos EUA, propõe um rompimento com os limites impostos pelo racismo. No Brasil, Lélia Gonzales e Beatriz dos Nascimento, são grandes referências.

A interseccionalidade das categorias classe, gênero, raça, gerações e territórios, é essencial para compreensão dos mecanismos opressivos impetrados sobre as mulheres não brancas e pobres em todos os cantos do mundo. Portanto, Davis, afirma que ações devem decorrer de “esforços de reflexão, análise e organização que reconhecem as interconexões entre raça, classe gênero, sexualidade” (DAVIS, 2018, p. 33) pautando-se na tripla ameaça: racismo, sexismo e imperialismo. Reforçando que por trás do conceito da interseccionalidade há uma importante história de luta e diálogos que envolvem ativistas e intelectuais das academias. Para ela, o mais importante do debate é o diálogo entre as frentes, que deve culminar em uma “interseccionalidade de lutas”¹ (DAVIS, 2018, p. 34).

E, ao longo dos estudos, observamos que o feminismo decolonial é o que mais dialoga com as pautas das mulheres negras, indígenas e pobres da América Latina como um todo. A medida que,

[...] oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade

histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais. O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. (CURIEL, 2020, p. 137)

Feminismo este, que decorre do conhecimento e militância de mulheres de origem indígenas, afrodescendentes, dos movimentos populares, lésbicas, entre outras, as quais tem “têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas” (CURIEL, 2020, p. 137),

¹ Em *Mulheres, Raça e Gênero*, Davis (2016) traz reflexões que envolvem as três categorias a partir de um debate calcado na questão estrutural dos EUA, período abolição e pós-abolição.

revolucionando a prática feminista. Por isso, traremos algumas mulheres brasileiras que enfrentaram as opressões impostas pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo na história das ciências humanas, sociais e literárias que a história hegemônica racista e patriarcal tenta invisibilizar.

3.1. NA LITERATURA: DESTAQUE A MARIA FIRMINA DOS REIS E CAROLINA MARIA DE JESUS

Uma mulher que merece destaque é **Maria Firmina dos Reis**, (1822 – 1917), nascida em São Luís do Maranhã, filha de Leonor Felipa, que já era negra alforriada e há suspeitas que seu pai fosse um homem de posses, que não assumiu a filha com uma escrava, como era recorrente no contexto (e ainda é!). Viveu com uma tia materna que tinha melhores condições econômicas, o que lhe permitiu estudar. Em 1847 tornou-se professora de instrução primária, exercendo a profissão até 1881. Ganhou destaque como escritora, sendo considerada a primeira romancista brasileira. Em 1859 publicou *Úrsula* e em 1887 o conto *A Escrava*, as duas obras problematizam a questão da escravidão e empreendem discussões abolicionistas. Além da militância política, Maria Firmina empreendeu ações concretas em sua comunidade, fundando uma escola gratuita para meninas e meninos que não podiam pagar (EBC, 2019). Uma ação muito inovadora que vai ao encontro das lutas das feministas brasileiras do final do século XIX que desejavam a igualdade de ensino para meninas, direito que permanecerá em pauta na luta por um Brasil sem racismo e sem machismo.

Já a escritora **Carolina Maria de Jesus** (1914 – 1977), nasceu em Minas Gerais, mas viveu grande parte de sua vida na favela do Carindé, São Paulo. Trabalhava como coletora de materiais recicláveis e mesmo com pouquíssimo acesso à educação formal tinha hábito de escrever em um diário as durezas da vida do favelado. Por intermédio do jornalista Audálio Dantas, o diário foi publicado em 1958, como livro intitulado “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”,

Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.[...] Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados

os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (CAROLINA MARIA DE JESUS)

Os relatos também trazem a tona momentos de desespero que levavam a abalos emocionais e violência doméstica contra os filhos. Suas obras foram reconhecidas internacionalmente, porém isso não tornou sua vida mais fácil, pois o racismo ainda persistia e ela precisava conviver com a resistência daqueles que se recusavam a reconhecer uma mulher negra, favelada, como escritora importante. É inegável que a atualidade o brilhantismo de seus textos é essencial para entendermos as relações sociais em um país tão desigual e racista.

3.2. NAS CIÊNCIAS HUMANAS: DESTAQUE A VIRGÍNEA BICUDO, LÉLIA GONZALES E BEATRIZ DO NASCIMENTO

Em 1888 acontece a abolição da escravatura e 1889 a proclamação da República no Brasil, fatos que decorreram de toda efervescência política, econômica, cultural e social. Mas essas mudanças trouxeram aos desafios novos patamares, pois as relações da sociedade livre mantiveram-se sobre a determinação do racismo estrutural. O fim da escravidão aconteceu sem nenhuma reparação e construíram-se novas estratégias de controle para manter a população negra brasileira nos lugares mais precários das relações do trabalho livre no bojo do capitalismo periférico e dependente que se estabelecia no país. Junto a isso, houve um movimento de tentativa de se expurgar os negros da nação, forçando-se o embranquecimento físico e cultural, a partir de discursos que giravam entorno do mito da democracia racial.

No bojo dessas reflexões, destacamos **Virgínea Leone Bicudo** (1910 – 2003), que nasceu em São Paulo capital, filha da imigrante italiana Joana Leone e de Teófilo Bicudo, um descendente de escravos. Seu pai recebeu ajuda de um coronel, tornando-se funcionário público dos correios, o que trouxe um pouco de estabilidade financeira para família e a possibilidade de Virgínea estudar. Primeiro cursou a Escola Normal Caetano de Campos, depois se dedicou a um curso de educação sanitária no Instituto de Higiene de São Paulo, em 1932. Ao se formar tornou-se funcionária da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação, ministrando aulas de higiene, o que acendeu seu interesse pela Sociologia, iniciando o curso em 1936 na Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1945 rompe barreiras impostas ao ser uma das primeiras

mulheres a cursar o Mestrado em Sociologia pela mesma instituição, que resultou na dissertação “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, primeiro trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil a tratar de relações raciais. (MAIO, 2010; GOMES, 2013). Virgínea analisa relações de atitudes entre os negros e destes para com os brancos, chegando a hipótese de que

[...] as atitudes do preto de classe social “inferior” para preto e para o branco estariam baseadas em sentimento de inferioridade, o qual determinaria sentimento de antagonismo contra o preto e de simpatia para o branco. A atitude de antagonismo do negro resultaria em falta de solidariedade entre pretos, enquanto a atitude de simpatia para o branco não somente torna o preto mais tolerante [...] (BICUDO, 2020, p. 72)

Observações que a levaram a defender a construção de coletividades e associações entre a população negra, como forma de resistência capaz de romper com o sentimento de inferioridade. Além disso, Virgínia foi a primeira psicanalista sem formação médica no Brasil. Destacamos ainda que ela participou do Projeto UNESCO-Brasil que analisou as relações raciais no país, coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, no qual escreveu o relatório “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas”, publicado em 1953, na Revista Anhembi, porém sua passagem por este projeto é pouco comentada. Essa intensa mulher foi uma das primeiras professoras universitárias negras no Brasil, lecionando na Universidade de São Paulo, na Santa Casa e na Escola de Sociologia e Política (MAIO, 2010; GOMES, 2013).

É essencial falarmos de **Lélia Gonzales** (1935-1994), nascida em Minas Gerais, viveu no Rio de Janeiro. O pai era ferroviário e mãe empregada doméstica, tinha 17 irmãos. Fez graduação em História e Filosofia pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), mestrado em Comunicação Social e o doutorado em Antropologia Política. Atuou como educadora na rede pública de ensino e professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o Departamento de Sociologia e Política. Foi uma das fundadoras do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum (CENTRO DE REFERENCIA NEGRA, 2020; GELEDES, 2015a). Dedicou-se aos estudos de gênero e relações raciais,

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido,

veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] (GONZÁLES, 1984, p. 223)

A problematização em relação ao sexismo também se mostra no apelo por um “feminismo afrolatinoamericano” (GONZÁLES, 2011), construção da categoria “América” e também da expressão “pretoguês”, na qual defendia a flexibilidade da linguagem dos textos acadêmicos, permitindo que qualquer pessoa pudesse acessá-lo. É claro que as reflexões acadêmicas decorrem de sua vivência política, pois em 1978 foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). A militância em defesa da mulher negra levou-a ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) entre 1985 e 1989. Na década de 1980 chegou a se candidatar a disputas para o legislativo federal e estadual, não sendo eleita, mas ficando como suplente.

Agora falaremos um pouco de **Maria Beatriz do Nascimento** (1943 – 1995), que nasceu em Sergipe e viveu no Rio de Janeiro. Eram em oito irmãos, pai pedreiro e mãe dona de casa. Coursou graduação em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro, também atuou como educadora na rede estadual. O ativismo foi intenso e se deu a partir de núcleos de estudos vinculados ao movimento negro. Desenvolveu estudos sobre os quilombos, demonstrando como a resistência negra sempre existiu,

[...] no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra formas de opressão. Sua mística vai alimentar o sonho de liberdade de milhares de escravos das plantações em São Paulo, mais das vezes através da retórica abolicionista. (NASCIMENTO, 1985)

Questionou a academia e a forma que pesquisas sobre a temática negra eram desenvolvidas, demonstrando a importância de nos tornarmos protagonistas de nossa história, deixarmos de ser apenas meros objetos de pesquisa. Ela se mostrou preocupada com a fragmentação da história do negro brasileiro, com as mitificações e a criação de estereótipos de um povo que foi escravizado (LIMA, 2015b). Infelizmente, Beatriz foi assassinada em janeiro de 1995, ano em que cursava mestrado na Escola de Comunicação da UFRJ. Sua morte decorreu da violência de gênero, quando foi defender uma amiga de um companheiro violento (RATTS, 2009).

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Essas mulheres resistiram, fizeram uma história contra-hegemônica e servem como motivação mediante os desafios. Vimos o fascismo assumir o governo do país após uma eleição desenvolvida na atmosfera de ódio e enganação desencadeados pelo recente fenômeno das *fake News*. Foram muitos os desalentos por conta dos desmontes de direitos provocados pelas expressões mais cruéis do Neoliberalismo.

O ano de 2020 nos impôs novos desafios reflexões do protagonismo das mulheres negras que sempre foi um foco de resistência em relação ao patriarcado, ao racismo e a história contada por homens brancos e com condições econômicas favorável, como apresentando nesse texto ocultou o dinamismo feminino e negro, em todos os setores da sociedade, mas especial no campo da ciências, no caso específico no campo da ciências humanas que apresentamos nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BICUDO, Virgínia Leone (2010). Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. MAIO, Chor Marcos. (org). São Paulo: Editora Sociologia e Política.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998
- CARVALHO, José Jorge. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 79 - 106
- CENTRO DE REFERÊNCIA NEGRA LÉLIA GONZALES (2020). Biografia. Consultada a 23.08.2020 em <http://leliareferencia.blogspot.com/p/biografia.html>.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo
- DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Organização Franck Rarat; Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018
- DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Trad. Heci Regina Candini. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016
- Decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

EBC (2019). Empresa Brasil de Comunicação. Antena MEC. Conheça a vida e carreira da primeira romancista brasileira. Consultado a 05.09.2020 em <https://radios.ebc.com.br/antena-mec/2019/06/conheca-vida-e-carreira-da-primeira-romancista-brasileira>

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GELEDÉS(2015a). Hoje na História, 1935, nascia Lélia Gonzalez. Consultada a 10.12.2019 em <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lesia-gonzalez/>

GOMES, Janaína Damasceno (2013). Os segredos de Virgínea: Estudos de Atitudes Raciais em São Paulo (1945 – 1955). Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

GONZÁLES, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano** (1988). Caderno de Formação Política Palmarino n. 1. Batalha de Ideias. Brasil: 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 30/09/2020

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 55-77.

HERNANDEZ, Leila. *África na sala de Aula: visita à história Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014

LIMA, Roberta (2015). Beatriz Nascimento, atlântica. Portal Geledés. Consultado a 10.09.2020 em <https://www.geledes.org.br/beatriz-nascimento-atlantica/>

LITEAFRO (2020). Carolina Maria de Jesus. Consultada a 05.09.2020 em <http://www.letras.ufmg.br/liteafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>

MAIO, Marcos Chor (2010). Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. Cadernos pagu (35), julho-dezembro de 2010 (309-355). Consultado a 08.09.2020 em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/23914/2/PDF%20%282%29.pdf>

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. 1ª. ed. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2014

MOURA, Clóvis (2019). Sociologia do negro brasileiro. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora Nos. 6-7, 1985, pp. 41-49.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RATTS, Alex (2009). A trajetória intelectual ativista de Beatriz Nascimento. Portal Geledés. Consultado a 20.09.2020 em https://www.geledes.org.br/a-trajetoria-intelectual-ativista-de-beatriz-nascimento/?gclid=CjwKCAjwh7H7BRBBEiwAPXjadhD9RuSNfIP5s96x5ciHX66PYAvl0xERl9neW86qoPtr64nadjuEGBoCCXQQAvD_BwE

ROCHA, Andréa Pires; SANTOS, José Francisco. Ensino da História da África e da Diáspora Africana: instrumento para uma educação Afro-Latina-Americana antirracista. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 10, p.70 - 88, 2020.

CAPÍTULO XL

PRESENÇA DE MULHERES INTELLECTUAIS NA PRIMEIRA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA BRÁSÍLIO ITIBERÊ DE PONTA GROSSA (PR)

Isabele Fogaça de Almeida ¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a participação de mulheres intelectuais na primeira diretoria da filial da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI) na cidade de Ponta Grossa (PR). Essa sociedade começou a atuar em 1945, em Curitiba, capital do estado do Paraná, com o intuito de fomentar a cultura erudita nessa cidade. Alguns anos depois, em 1949, a SCABI criou uma filial em Ponta Grossa; dessa forma, foram trazidos para essa cidade em espetáculos artísticos regulares, cantores líricos, orquestras, instrumentistas, bailarinos, de renome nacional e internacional; para se apresentarem para um público restrito de associados. As mulheres intelectuais tiveram um grande destaque na primeira diretoria da instituição, sendo em maior número do que homens. O arranjo da estrutura social, que transpunha os códigos de postura da elite a qual pertenciam, possibilitou estarem dentro desse espaço autorizado de prestígio, consoante com o que se pretendia representar dentro desse grupo economicamente privilegiado.

Palavras-chave: Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI). SCABI Ponta Grossa. Mulheres intelectuais.

1. INTRODUÇÃO

A Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê foi uma instituição criada por um grupo de intelectuais² que tinham por objetivo difundir e incentivar a movimentação cultural, especialmente na área musical, em Curitiba. Essa sociedade, sem fins lucrativos, começou a atuar a partir de 1945³, promovendo apresentações de bailarinos,

¹ Mestranda em História, Cultura e Identidade. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

² Convidados por três agentes, a saber: o intelectual, professor e jornalista Raul Rodrigues Gomes (1889-1975), que participou efetivamente em ações para promoção da cultura, arte e educação no Paraná, ajudando a criar várias instituições; o professor e crítico de arte Adriano Robine (1902-1982); e o professor Erasmo Pilotto (1910-1990).

³ Juridicamente, ela foi fundada em 1944; porém aqui será considerado o ano em que ela iniciou efetivamente suas atividades culturais, nesse caso, 1945.

cantores líricos, orquestras, instrumentistas nacionais e internacionais; bem como cursos e palestras ministrados por renomados intérpretes e compositores, aos associados que contribuíam com uma mensalidade.

A pouco mais de cem quilômetros, em Ponta Grossa, cidade que depois de ter passado por um período de franco e visível desenvolvimento econômico, social e cultural, que vinha acontecendo desde o final do século XIX; na década de 1940 acabou perdendo espaço no contexto paranaense para novas cidades do norte e sudoeste.

Pensando esses processos, intelectuais ponta-grossenses se preocuparam com os rumos da cidade, e passaram a se dedicar a instituições que mantivessem o incentivo principalmente cultural. Entre as instituições criadas estão o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC) e o seu Museu¹, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI)² e a filial da SCABI em 1949.

Identificamos os agentes que dirigiram a SCABI em Ponta Grossa, como sendo um grupo de intelectuais, abrangendo nesse termo, tanto homens como mulheres. Mulheres essas que muitas vezes foram e ainda têm suas atividades intelectuais desvalorizadas por conta do seu sexo. Rangel (2014, p. 46) aponta que:

o conceito de intelectual parece expandir até um ponto em que os discursos e as ações das mulheres não podem mais ser ignorados, até porque não há como não notar que, dentro desses redutos de ocupação por onde se fermentasse alguma atividade intelectual, as mulheres se tornaram presenças constantes; ainda que a regra, para todo o século XIX e grande parte do século XX, continuasse sendo a do condicionamento feminino às tarefas de uma vida familiar e doméstica.

¹ Criado em 1948, tendo como fundador e presidente o intelectual Faris Antônio Salomão Michaele, o CCEC congregou como sócios, agentes representativos na sociedade ponta-grossense, entre os quais, “[...] os mais conhecidos e mais conceituados professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores [...]” (DITZEL, 2007, p.65). No decorrer da sua existência até 1985, desenvolveu diversas atividades na direção do seu objetivo, como a publicação de um jornal trimestral - o Tapejara; realização de reuniões, conferências, cursos; a organização de uma biblioteca; e do Museu do CCEC em 1950. Em 1983 o museu recebeu o nome que continua tendo até o presente momento: Museu Campos Gerais (MCG), que atualmente é administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (Proex) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Em 1948 um grupo de intelectuais do CCEC, criou uma Comissão para projetar a fundação da FAFI, como resultado, no dia 8 de novembro de 1949, o Decreto n. 8837 do Governador do Estado do Paraná - Moisés Lupion, autorizou a criação dessa instituição. Posteriormente a FAFI foi incorporada à Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952), a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966); resultando em 1969 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Esses (as) intelectuais divulgavam suas ideias a respeito da cultura, produzindo meios de acesso e de assimilação dos bens culturais, a um público-alvo, grupo essencial no processo de mediação, que se identificava e reconhecia esses bens como portadores de um valor simbólico na sociedade.

Nesse contexto o (a) intelectual não é criador (a) ou receptor (a), mas o (a) mediador (a) cultural, que “[...] produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes.” (GOMES, 2016. p.18). A abordagem desse conjunto analítico é fundamental para a compreensão de como a esfera da cultura efetua sua comunicação com a sociedade, e torna-se ainda mais importante, pois os “[...] estudos sobre mediação e mediadores culturais ainda não são tão presentes na reflexão historiográfica.” (GOMES, 2016. p.23).

Através do poder simbólico invisível da cultura, o processo de comunicação mediado por esses (as) intelectuais compreendeu razões coletivas e individuais, valores e princípios em comum, que acabaram por reforçar as barreiras das exclusões simbólicas e sociais; já que os bens culturais divulgados ao grupo de receptores – os associados pagantes, estiveram vinculados ao viés erudito. Contribuindo dessa forma, para reproduzir determinada estrutura social em Ponta Grossa.

Constituem fontes dessa pesquisa relatórios administrativos e recortes de jornais, disponíveis no Acervo da SCABI, que se encontra atualmente preservado no Centro de Documentação e Pesquisa da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), e também notícias do jornal Diário dos Campos disponível no acervo do Museu Campos Gerais, e do Jornal da Manhã que se encontra no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2. A FORMAÇÃO INICIAL

A primeira diretoria da SCABI foi eleita no dia primeiro de setembro de 1949, em uma reunião feita no Clube Guaíra¹, com a presença dos “interessados no desenvolvimento artístico” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949a), sendo essas, “pessoas de

¹ Fundado em 1896 por imigrantes alemães, com o nome de Germania; é o clube social de Ponta Grossa que mais sediou reuniões e apresentações da filial da SCABI.

projeção em nossos meios sociais” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949b); convidados pelo intelectual responsável pela ideia de criar a filial da SCABI em Ponta Grossa, Adam Polan Kossobudzki. Conforme o resultado dessa eleição ficou estabelecido como equipe diretiva da SCABI, durante dois anos:

Quadro 1 - Primeira diretoria da SCABI Ponta Grossa

MEMBRO	FUNÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Adam Polan Kossobudzki	Presidente	Médico, professor da FAFI, vereador de Ponta Grossa, responsável por criar a filial da SCABI ao lado de sua esposa Zebina Kossobudzki; um dos fundadores e vice-presidente da Liga Atlético Paranaense (L.A.P.); presidente da Sociedade Educação Física Juventus; e candidato a deputado estadual em 1950. Alguns dos artistas que vieram se apresentar pela instituição, hospedaram-se na sua casa. Atualmente, um posto de saúde em Ponta Grossa leva seu nome.
Hebe Junqueira Santos Fernal	Vice-presidenta	Eleita como uma das dez senhoras mais elegantes de Ponta Grossa em 1958 (DIÁRIO DO PARANÁ, 1958), teve relação com a criação da Maternidade Sant’Ana, foi esposa do Petrônio Fernal - Bacharel em Direito, prefeito de Ponta Grossa entre 1951 e 1954, deputado estadual entre 1955 e 1959 e deputado federal em 1959-1965; e também, membro do CCEC, presidente do Guarani Esporte Clube, um dos criadores do Lions Clube Ponta Grossa e o primeiro proprietário do Jornal da Manhã.
Gabriel de Paula Machado	1º Secretário	Músico, escritor, teólogo, bioquímico; foi analista do Hospital Santa Casa de Misericórdia, professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, lecionou e exerceu vários cargos didáticos-administrativos na UEPG desde sua fundação até 1995, quando se aposentou. Foi presidente do Rotary Club (1973/1974), membro da Academia de Letras dos Campos Gerais (ALCG), participou da fundação da Orquestra Municipal de Ponta Grossa, da Orquestra Estudantil de Concertos de Curitiba, da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, e do Coral da UEPG, que atuou como regente por mais de 18 anos. Faleceu em 2017, sua família doou os documentos e fotos do seu acervo pessoal à universidade, que foram integrados ao Museu Campos Gerais. Atualmente, a rua que dá acesso ao Hospital Universitário da UEPG leva seu nome (JASPER, 2020).
Eunice Quadros Cunha	2ª Secretária	Prima do presidente do Brasil Jânio Quadros (OLIVEIRA, 2018, p. 315), e esposa de Eurides Darcy da Cunha - presidente do Rotary Club (1948/1949).
Odete Lange	1ª Tesoureira	Eleita como uma das dez senhoras mais elegantes de Ponta Grossa em 1958 (DIÁRIO DO PARANÁ, 1958.).

Quadro 1 - Continuação

MEMBRO	FUNÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Alice Voigt	2ª Tesoureira	-
Argentina Vargas de Oliveira	Conselho Fiscal	Atualmente, uma Rua de Ponta Grossa leva seu nome. Era esposa do bacharel em Direito João Vargas de Oliveira, que foi prefeito de Ponta Grossa (1947-1951), deputado estadual (1951-1954, 1959-1962, 1963-1965) e deputado federal (1971-1974, 1975-1978). Foi também, presidente do Rotary Club (1957/1958), diretor e proprietário do <i>Jornal da Manhã</i> , e dono de dois grandes empreendimentos comerciais: as Lojas João Vargas e a Companhia Pontagrossense de Automóveis.
Romilda Lange	Conselho Fiscal	Foi presidenta da Rede Feminina de Combate ao Câncer durante vinte anos, era amiga próxima de Argentina Vargas de Oliveira; alguns artistas que se apresentaram pela SCABI, hospedaram-se na sua casa. Esposa de Afonso Frederico Lange, proprietário da Casa Lange que vendia presentes na rua XV de Novembro de Ponta Grossa (SOUTO NETO, 2019).
Estela Paula Soares	Conselho Fiscal	-
Heitor Ditzel	Suplente Conselho Fiscal	Professor, jornalista, contabilista, vereador (1947-1950;1951-1955) ocupou a presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa (1948) e foi Prefeito da mesma cidade (1951). Membro do CCEC, foi autor do projeto que concedeu verba pública ao Museu do CCEC em 1954 (CCEC, 1954); foi também redator chefe/ jornalista do <i>Diário dos Campos</i> e <i>Jornal da Manhã</i> . Uma rua e uma Escola Municipal da cidade leva atualmente seu nome.
Abílio Holzmann	Suplente Conselho Fiscal	Criou a “Rádio Verde” (1937) - ligada ao integralismo; foi empreendedor na área de comunicação (CHAVES, 2007, p. 65.) e participou da diretoria do Guarani Esporte Clube como tesoureiro. Atualmente uma rua de Ponta Grossa tem seu nome.
Celeste Prado	Suplente Conselho Fiscal	-

Fonte: A autora.

Como revelado no *Quadro 1*, dos nove integrantes efetivos¹ da primeira diretoria da SCABI, sete são mulheres. Pelas demarcações de gênero, essa informação é no mínimo curiosa.

2.1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRIMEIRA DIREÇÃO DA SCABI

Primeiramente é importante salientar que no momento de angariar informações para essa pesquisa, houve dificuldade para encontrar dados sobre essas mulheres, e dos

¹ Excluem-se aqui, os suplentes.

que foram encontrados, as mulheres eram em sua maioria apenas citadas como esposa de determinado sujeito histórico homem atuante na sociedade. O protagonismo dos esposos, e a ausência delas, também nos diz muito a respeito da formação social de Ponta Grossa.

Das integrantes que foram encontradas informações, em geral eram casadas com homens que tinham cargos políticos, na imprensa ou em associações, ou ainda, tinham algum empreendimento comercial, como pôde-se observar no *Quadro 1*; e provavelmente a posição social dos seus maridos era determinante para que ocupassem esses cargos na diretoria. Em notícia do jornal Diário dos Campos posterior ao primeiro concerto promovido, com a Orquestra Sinfônica da SCABI, lê-se:

Devemos salientar aqui que o êxito alcançado, que veio honrar o elevado grau de cultura de nossa gente, deve-se aos esforços meritórios, sobretudo, das exmas. sras, Zebina Kossobudski, Odete Lange, Hebe Santos Fernal, Argentina Vargas, Romilda Lange, Eunice Cunha e Iná Almeida Martins. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949c)

É possível que um dos motivos dessa predominância feminina que se candidatou e foi eleita, possa ter sido incentivada pela contribuição da esposa do presidente da SCABI, Zebina Kossobudzki, “[...] nome sobejamente conhecido nos meios sócio-culturais da cidade, graças aos seus excepcionais dotes de espírito e capacidade de realização” (JORNAL DO PARANÁ, 1949), que “viu concretizada a sua ideia, que eleva Ponta Grossa ao nível das grandes cidades brasileiras, pela vida artística de alta qualidade [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1949d).

Entretanto, não podemos ignorar a existência de algo na composição da estrutura social, que atravessava os códigos de costume e postura da elite a qual pertenciam, que permitiu a predominância das mulheres dessa classe no quadro diretivo da instituição. Precisamos perceber as demarcações de gênero, mas também apontar para os significados das atuações sociais, dentro dos esquemas de hierarquia construídos historicamente.

Nem todos os espaços lhes eram autorizados, por exemplo em cargos políticos, e no CCEC onde muitos dos maridos em questão fizeram parte, não há registro de participação de mulheres; mas em escolas, em instituições ligadas a filantropia, e como nesse caso específico, à linguagem artística elitizada, sim. Em entrevista concedida em 1997 a Gomes (2004, p.136), Carol Ferreira, conselheira social da primeira diretoria da

SCABI, aponta que nesse período “[...] principalmente para as moças finas e de boa educação, [...] o estudo de alguma arte era quase obrigatório”, e também, que a contemplação das artes, ao que se inclui a música erudita, era “um fator primordial para o convívio social”.

As mulheres desse grupo economicamente privilegiado, estavam presentes nos circuitos da alta sociedade ponta-grossense por vivenciarem o habitus constituído pela apropriação de saberes como tocar piano, e outras performances, costumes, comportamentos, e gostos como a arte erudita, em comum. E estar dentro da direção da SCABI, um espaço autorizado de destaque e consoante com o que se pretendia representar, também garantia a visibilidade e a influência dessas mulheres dentro desse grupo, que serviam de modelo social pelos seus modos de vida.

É importante destacar que no momento da fundação da SCABI em Ponta Grossa, a primeira dama da cidade - Argentina Vargas de Oliveira, esposa do prefeito João Vargas de Oliveira (1947-1951) era conselheira fiscal da instituição. O próximo prefeito (1951), Heitor Ditzel, também estava no quadro como suplente do conselho fiscal.

A primeira dama do período de 1951-1954, Hebe Junqueira Santos Fernal, esposa de Petrônio Fernal, também esteve no quadro da primeira direção da SCABI como vice-presidenta. Essa sequência cronológica de agentes absolutamente envolvidos com a prefeitura da cidade, que tiveram poder de decisão na sociedade, demonstra mais uma vez as relações entre essa instituição, o poder local e a imprensa; pois vale lembrar que além de prefeitos, João Vargas de Oliveira, Heitor Ditzel, e o esposo de Hebe Fernal, atuaram diretamente com os jornais¹.

Também demonstra, os espaços demarcados para cada gênero, à medida que temos na história de Ponta Grossa apenas em 2021 uma prefeita mulher², em contrapartida, temos um número de mulheres superior ao de homens na primeira direção da SCABI em 1949. A notícia em comemoração ao aniversário de Hebe Fernal do *Jornal da Manhã* do ano de 1955, período em que Petrônio Fernal era proprietário desse jornal, representa bem essas relações e o lugar social ocupado por essas mulheres:

¹ João Vargas de Oliveira foi diretor e proprietário do *Jornal da Manhã*; Heitor Ditzel foi redator chefe/jornalista do *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*; e Petrônio Fernal foi proprietário do *Jornal da Manhã*.

² Professora Elizabeth Silveira Schmidt (PSD).

Dama de excelsas virtudes, representando lidimamente a mulher brasileira, no que há de mais belo e enobrecedor, a distinta nataliciante tem como linha característica a extrema bondade de coração, estando sempre pronta a praticar o bem e o tem feito a largas messes, em nossa cidade, não só com os seus próprios recursos, como ainda colaborando em todos os empreendimentos filantrópicos que aqui se verificam. Possuidora de fina educação, irradiando encantadora simpatia, a Primeira Dama pontagrossense desfruta de um largo círculo de sólidas amizades [...]. (JORNAL DA MANHÃ, 1955)

Figuras distintas na sociedade, sempre presentes nas colunas sociais, portadoras da representação ideal de mulher brasileira, cheias de virtudes – educadas, simpáticas, vestidas sofisticadamente, bonitas, boas e caridosas, apreciadoras da arte erudita, e ainda dentro de uma rede de sociabilidades que lhes favorecia maior visibilidade e influência; em linhas gerais, essas foram as mulheres presentes no quadro de diretores da SCABI.

Nessa pesquisa, essas figuras são consideradas como mulheres intelectuais; mulheres que como evidenciado, ocupavam um lócus privilegiado dentro de uma sociedade que sofria a modernização de seus costumes; e dentro dela, puderam articular suas ideias, pensaram a respeito da cultura e desenvolveram ações de mediação artística através da SCABI.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto um campo composto de esforços feitos a partir das distintas abordagens da cultura, a arte erudita intencionalmente propagada pela Sociedade Cultura Artística Brasília Itiberê demonstra que a predileção por esse tipo de arte, pode servir como uma forma de distinguir as poucas pessoas que têm acesso a ela, das que não têm. Podemos afirmar que a SCABI se contrapunha a popularização da arte, pois os bens culturais mediados eram destinados apenas a uma pequena parcela da sociedade. A SCABI divulgou a arte erudita para quem fazia parte da elite.

Dentro desse processo, foi importante entender a figuração social dos (as) intelectuais que constituíam a equipe de direção da SCABI, pois tinham seus pensamentos e formas de atuação atreladas às redes de sociabilidades que constituíam, da mesma forma que foram pressionados e cobrados pelo molde dessa rede.

Foram percebidas entre os homens intelectuais, algumas características em comum, como a atuação em variados espaços da sociedade ponta-grossense, o

pertencimento a elite local, a presença em cargos políticos, a participação em outras instituições culturais, a atuação profissional na área da medicina e do direito, a propriedade de comércios, relações com a imprensa. E as mulheres, eram em grande parte, esposas de agentes que tinham esses atributos.

As mulheres intelectuais tiveram um grande destaque na primeira diretoria da instituição, sendo em maior número do que homens. O arranjo da estrutura social, que transpunha os códigos de postura da elite a qual pertenciam, possibilitou estarem dentro desse espaço autorizado de prestígio, consoante com o que se pretendia representar dentro desse grupo economicamente privilegiado.

Em sua maioria, as mulheres eram pessoas consideradas distintas na sociedade, por vivenciarem o habitus constituído pela apropriação de saberes, comportamentos, costumes, e gostos como a arte erudita, em comum. Eram sempre mencionadas nas colunas sociais, e tinham algumas características semelhantes, como simpatia, beleza, boa educação, usavam vestes sofisticadas, eram caridosas; e às suas posições dentro da SCABI lhes garantiam maior visibilidade diante dos seus pares.

Para um acúmulo de capital cultural e simbólico, a SCABI era uma das frentes de atuação em que se encontravam reunidos esses homens e mulheres que possuíam força atuante dentro das disputas de poder. A rede de sociabilidades desse grupo de intelectuais foi essencial para o sucesso do número de associados, que já no primeiro ano contava com 507 sócios contribuintes¹; a arte erudita foi utilizada como forma de socialização da memória e de fundamentação da identidade; e isso contribuiu para que as apresentações tivessem ressonância junto ao público. Só nesses dois primeiros anos foram promovidas 18 apresentações de artistas de renome, tanto nacionais e internacionais.

No período de 1961 a 1964 a filial da SCABI em Ponta Grossa chegou a ter inclusive uma mulher como presidenta, a intelectual Graziela Pinto Maia. Ela era considerada bela e elegante por seus pares, esteve na lista dos cronistas sociais como uma das dez senhoras mais elegantes de Ponta Grossa, e nas dez mais do estado (SOUTO

¹ Número que muito se aproximava aos 544 sócios (CURITIBA, 1949, p. 15) da matriz de Curitiba, que estava em sua quinta temporada de apresentações em uma cidade com aproximadamente 180.000 habitantes (BRASIL, 1953, p. 8), ou seja, um contingente populacional bastante superior ao de Ponta Grossa.

NETO, 2020). Foi casada com o empresário João Abrahão Maia e tinha o perfil das mulheres que fizeram parte da primeira diretoria da SCABI – era uma boa representante das camadas altas da sociedade ponta-grossense. Nesse sentido, pode-se dizer que as mulheres presentes na primeira diretoria da SCABI de Ponta Grossa também foram importantes dentro da própria história da instituição, abrindo caminhos para que posteriormente uma mulher chegasse a ocupar o cargo da presidência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE, **Censo Demográfico**, 1953 - Estado do Paraná, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

CCEC. Ata nº. 54. Ponta Grossa, 14 ago. 1954.

CHAVES, N. B. "A saia verde está na ponta da escada!": as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, p. 57-80, 2007.

CURITIBA. **Relatório 1949**. Curitiba, 1949.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 31 de agosto de 1958.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1º de setembro de 1949a.

_____. Ponta Grossa, 3 de setembro de 1949b.

_____. Ponta Grossa, 23 de outubro de 1949c.

_____. Ponta Grossa, 25 de outubro de 1949d.

DITZEL, C. H. M. **Imaginário e representações**: o integralismo dos Campos Gerais (1935-1955). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GOMES, A. M. de C.; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, T. R. A receptividade musical na cidade de Ponta Grossa durante a década de 1950. In: SOUZA NETO, M. J. (Org.) **A [des] Construção da Música na Cultura Paranaense**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004, p. 135-143.

JASPER, A. Professor Gabriel de Paula Machado é homenageado com nome de rua que dá acesso ao HU-UEPG. Disponível em: <https://www.uepg.br/professor-gabriel-de-paula-machado-e-homenageado-com-nome-de-rua-que/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa, 20 de abril de 1955.

JORNAL DO PARANÁ. Ponta Grossa, 28 de agosto de 1949.

OLIVEIRA, R. C. de; GOULART, M. H. H. S. Jânio Quadros: genealogia e conexões paranaenses. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 2, p. 299-339, 2018.

RANGEL, L. A. S. Mulheres intelectuais capixabas: Espaços de sociabilidade, escrita e poder. In: **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. NADER, M. B.; RANGEL, L. A. S. (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2014. p. 46. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&pp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 31 jul. 2020.

SOUTO NETO, F. Família Lange de Ponta Grossa: Sr. Afonso, D^a Romilda e as três filhas. Disponível em: <https://nostalgiaresgatedamemoria.blogspot.com/2019/07/familia-lange-de-ponta-grossa-sr-afonso.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Família Maia de Ponta Grossa: Sr. Janguta e D^a Graziela. Disponível em: <https://nostalgiaresgatedamemoria.blogspot.com/>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

CAPÍTULO XII

MULHER FAZ CIÊNCIA, SIM! - MACLÓVIA CORRÊA DA SILVA E A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Marilu Martens Oliveira¹

Rosângela Maria de Almeida Netzel²

Denise da Silva de Oliveira³

RESUMO

É um tema candente, hodiernamente, a participação da mulher na área das Ciências, principalmente no setor voltado à tecnologia. Neste artigo, objetiva-se, então, realizar um painel histórico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a única universidade tecnológica do País e uma das mais tradicionais em sua área, posto que completará em setembro 112 anos de sua criação. Visa-se também colocar em relevo uma das representantes femininas da instituição, a Professora Doutora Maclóvia Corrêa da Silva, cujas ações demonstram seu empenho pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, além de sua formação eclética e interesses voltados ao bem-estar social. Dessa forma, justifica-se o destaque atribuído a tal cientista, que tem sido bastante homenageada em função de seu trabalho acadêmico e de seu comprometimento como cidadã.

Palavras-chave: UTFPR. Cientista. Maclóvia Corrêa da Silva.

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa (GP) Educação em Diálogo: Sociedade, Arte e Tecnologia (EDITEC), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em uma de suas linhas de trabalho (Diálogos Culturais), investiga acontecimentos passados e pessoas neles envolvidas, recuperando fatos/eventos que estão preservados, em especial, nas suas memórias (metodologia da História Oral), utilizando ainda outras fontes, escritas e visuais.

¹ Doutora em Letras – UNESP. Professora do PPGEN - Programa de Pós-Graduação/ Mestrado Profissional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

² Doutoranda em Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem –Universidade Estadual de Londrina- UEL. Docente na rede municipal de ensino de Londrina.

³ Doutoranda em Estudos da Linguagem. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem –Universidade Estadual de Londrina- UEL. Docente da Faculdade Cristo Rei – FACCREI, de Cornélio Procopio.

Assim, o intuito é mostrar a representatividade da mulher paranaense que se dedica à Ciência, posto que o GP está ligado à única universidade do País que traz, já em sua denominação, o adjetivo “tecnológica”, e dar destaque a uma importante representante da instituição, a Professora Doutora Maclóvia Corrêa da Silva, professora titular, pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da UTFPR Câmpus Curitiba.

Para tanto, as investigações foram pautadas pelos estudos da escola francesa dos Annales, que está voltada para uma história das sociedades, dialogando com as ciências sociais e as artes. Destarte, no coração de suas investigações historiográficas estão as questões econômicas, sociais e demográficas (CAROF, 2007), justificando-se dessa forma a opção pela produção da supracitada professora, pois, pelo seu currículo, conclui-se que é uma pessoa diferenciada. Sua formação e seus interesses são ecléticos, em especial direcionados ao meio ambiente e ao homem. É alguém que se preocupa com seu entorno social, haja vista os projetos por ela desenvolvidos.

2. TECNOLOGIA EM ESPIRAL: DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ À UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Registrando a memória da instituição, Shimizu (2010) relata que o Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou, em 23 de setembro de 1909, o Decreto Federal 7.566/09 que criava escolas de aprendizes artífices mantidas pelo Governo Federal, visando profissionalizar os jovens oriundos da população menos favorecida economicamente. Elas funcionariam em sistema de externato, seus cursos teriam a duração de 4 anos e os alunos ingressariam com a idade de 12 e máxima de 16 anos.

Queluz (1995) também informa que a inauguração da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná aconteceu em 16 de janeiro de 1916, em “palacete” situado na Praça Carlos Gomes e cedido pelo governo paranaense. Destinava-se, ainda, à “[...] formação profissional e à retirada das ruas dos menores ‘desvalidos’, a fim de passarem por um processo de disciplinarização para o trabalho”. (QUELUZ, 1995, p. 29).

Os alunos seguiam aulas noturnas de nível básico e de desenho, e durante o dia participavam do ensino profissionalizante: alfaiate, marceneiro e serralheiro, sendo que no mesmo ano foram criadas as oficinas de serralheiro-mecânico, seleiro-tapeceiro, pintura decorativa e escultura ornamental. Vale esclarecer que as oficinas não foram escolhidas aleatoriamente: foram montadas de acordo com as necessidades de mão de obra das indústrias curitibanas. Entretanto o objetivo da instituição foi só parcialmente alcançado e Queluz (1995; 2010) concluiu, com base em documentos da época - devido ao elevado número de evasões -, que a indústria local absorveu antecipadamente a mão de obra parcialmente qualificada; que os jovens eram muito carentes e necessitavam de trabalho imediato; que padeciam no inverno devido à insuficiência de agasalhos e tinham grande dificuldade apresentada pela distância e pela falta de meios de locomoção entre a casa e a escola. Também sofriam com as epidemias que assolavam a população (tifo, escarlatina, gripe espanhola, varicela), além da falta de estímulo por parte dos pais.

Muitos desses alunos, segundo o historiador supracitado, tinham sido atraídos para as aulas por alguns benefícios recebidos: uniforme, merendas e diárias (pagas somente durante um certo tempo). Dessa forma, mesmo com os problemas enfrentadas no período de 1909 a 1930, investigado por Queluz (1995, 2010), a instituição foi considerada modelo para outras escolas do gênero no país.

Imagem 1: Escola de Aprendizes Artífices em Curitiba- Paraná



Fonte: Acervo Julia Wanderley da Fundação Cultural de Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=924&evento=4>. Acesso em: 21 fev. 2021.

Segundo Gursky Júnior (2010), 1935 foi um ano marcante, com a mudança da *Escola de Aprendizes Artífices do Paraná* para um prédio localizado na confluência das Avenidas Sete de Setembro e Desembargador Wesphalen, sendo que em 1926 já havia ocorrido uma uniformização dos currículos. A instituição passou então a ministrar o ensino de 1º. grau (1937), recebendo a denominação de *Liceu Industrial do Paraná*.

Imagem 2: Sede do Liceu Industrial do Paraná (Avenidas Sete de Setembro e Desembargador Wesphalen). Linguagem arquitetônica: ArtDéco



Fonte: Acervo UTFPR, 2021. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escola/073-escola-de-aprendizes-artifices/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

A espiral continuou e, segundo dados da UTFPR (2017), em 1942 houve a organização do ensino industrial em nível nacional, e o Liceu mudou de nome: *Escola Técnica de Curitiba*, com ensino de 1º. grau (ensino industrial básico, de mestría e artesanal) e de 2º. grau (ensinos técnico e pedagógico). No ano seguinte, principiaram os primeiros cursos técnicos (Edificações, Construção de Máquinas e Motores, Desenho Técnico e Decoração de Interiores).

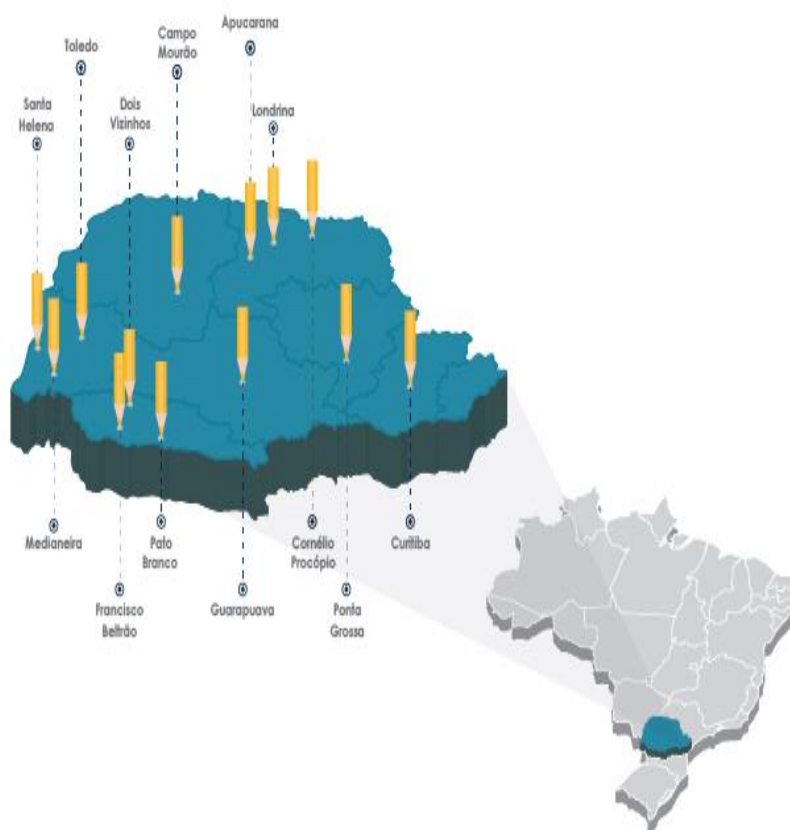
Na sequência, com a unificação do ensino técnico no País, em 1959, novo nome – *Escola Técnica Federal do Paraná* –, ocorrendo uma reestruturação administrativa, maior autonomia e descentralização, além de reformulação curricular.

Houve outra transformação bastante significativa, em 1978, e surgiu o *Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná* (Cefet-Pr), abrindo portas para os cursos superiores de Tecnologia.

De tal forma, em 1988 iniciaram-se os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e, a partir de 1991, houve a descentralização com a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) em Medianeira, logo seguindo-se as Unidades de Cornélio Procópio, Ponta Grossa, Pato Branco e Campo Mourão, além de Curitiba.

Nessa caminhada evolutiva, em 1998 estudos foram iniciados para a criação de uma futura universidade. O sonho foi concretizado em 7 de outubro de 2005, com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que, atualmente, possui 13 câmpus localizados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba (onde também está a sede da reitoria), Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo. (UTFPR, 2017).

Imagem 3: Localização dos câmpus da UTFPR, no Paraná



Fonte: Acervo UTFPR, 2021. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/comunicacao/design/mapa-parana-com-todos-os-campus-da-utfpr/mapa-campus-da-utfpr/image_view_fullscreen. Acesso em: 01 mar. 2021.

A UTFPR tem, atualmente, por volta de 35.440 alunos na graduação (oriundos de todos os rincões brasileiros, além daqueles vindos do exterior), 4.742 alunos na pós-graduação, 2.635 professores, 1.153 técnicos administrativos e 222 cursos. Possui programa de dupla diplomação (convênio com diversas universidades estrangeiras) e a maioria dos seus câmpus têm excelente estrutura física, laboratórios de alto nível, bibliotecas com material atualizado, Restaurantes Universitários (RU), salas de estudo 24 horas, Clube de Línguas Estrangeiras (ou projetos desenvolvidos por alunos monitores com vivências no exterior), programas de empreendedorismo e inovação – PROEM – (Hotel Tecnológico e Incubadora), grupos de pesquisa, projetos de extensão voltados às comunidades interna e externa.

A Universidade orgulha-se de ter como lema *tecnologia e humanismo*. Desenvolve, portanto, dentre outras atividades: clubes de cinema, de leitura, de xadrez; grupos de teatro, de dança, de canto coral, de ginástica rítmica e artística, de cheerleaders; times de futebol americano, de natação, de futebol de campo, de basquetebol, de voleibol; equipes de Fórmula Sae, Baja SAE, Aerodesign, Eficiência Energética, Lançamento de foguetes e Robótica.

E um dos baluartes dessa instituição é a professora Maclóvia Corrêa da Silva.

3. MACLÓVIA CORRÊA DA SILVA: BORBOLETA PESO-PESADO

As mulheres brasileiras, ao longo da história, foram conquistando espaços e cargos antes ocupados predominantemente por homens. Assim é no meio científico, onde se pode afirmar, com base em estudo recentemente publicado, que as mulheres representam a metade dos profissionais do mercado, embora nem sempre haja divulgação dessa realidade (MASSARANI; CASTELFRANCHI; PEDREIRA, 2019). Na contramão da ocultação midiática quanto às mulheres cientistas, as instituições públicas, como a UTFPR, têm professoras pesquisadoras que colaboram grandemente com o desenvolvimento do país.

A aparente fragilidade das mulheres, que, com sua beleza e graça, encantam os olhos de muitos admiradores, como borboletas que pairam sobre flores, camufla muitas trajetórias repletas de desafios que buscam impor casulos de indiferença e segregação. Algumas conseguem transformar os obstáculos em conquistas, mostrando garra e

determinação, nocauteando as barreiras como em uma luta de boxe da categoria peso-pesado. É o caso de Maclóvia Corrêa da Silva, professora da UTFPR, que abrilhanta o Programa de Tecnologia e Sociedade, com sua formação diversificada e focada em transformações sociais.

Imagem 4: Maclóvia Corrêa da Silva



Fonte: Acervo Academia Photos, 2021. Disponível em:

https://academiaphotos.com/44835466/20931249/20448876/s200_maclovia.correa_da_silva.jp. Acesso em: 1 mar. 2021.

De acordo com o currículo disponibilizado na Plataforma Lattes (CNPq, 2021), a Professora Doutora Maclóvia Corrêa da Silva graduou-se em Ciências Econômicas no ano de 1976 e em Letras em 1991, ambos os cursos na Universidade Federal do Paraná, na qual concluiu ainda o curso de Mestrado em História do Brasil, em 1984. No ano 2000, terminou o curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

É possível afirmar que, mesmo após o doutorado, Maclóvia não se acomodou profissionalmente, tendo realizado até o momento estágio como professora visitante em duas universidades estrangeiras, em Paris e na Itália, entre 2008 e 2011, além de cursos de pós-doutorado, um pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, concluído no ano de 2012, com foco em Educação Ambiental e Patrimonial; outro em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da UNICAMP, também em 2012; e ainda estágio pós-doutoral no Colégio de la Frontera Norte, no México, concluído em 2018. (CNPQ, 2021).

Maclóvia Silva é professora titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná desde 1994, com atuação na área de Letras, em ensino de línguas, enfatizando Línguas Estrangeiras Modernas (francês), bem como no Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, no mestrado e no doutorado interinstitucional. Assim, conjugando ensino, pesquisa e extensão, a docente demonstra, de forma interdisciplinar, preocupações com a transformação da sociedade, enfocando temas como urbanismo, ambiente, território, patrimônio, educação ambiental e sustentabilidade.

Há, no seu Currículo Lattes (CNPq, 2021), referência ao projeto de *Tecnologia, meio ambiente e educação*, que objetiva a produção de conhecimentos na área socioambiental, educativa e tecnológica, incentivando iniciativas de educação ambiental associadas ao saneamento básico e às tecnologias para o uso racional da água, em escolas de ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Também atua no projeto *Tecnologia e Desenvolvimento*, que investiga as dinâmicas de processos de desenvolvimento territorial sustentável, com perspectiva interdisciplinar, baseada no tripé da sustentabilidade ambiental, educativa e econômica.

Em entrevista divulgada no Youtube, pela TV Radiotec (PROGRAMA, 2017), a pesquisadora comenta que mesmo não tendo sido sua intenção mudar de área de estudo, a diversidade em sua formação permite que ela compreenda melhor a sociedade e cumpra com mais assertividade seu papel de docente, por ter ampliado seus conhecimentos em várias frentes. Assim, aponta que os rumos tomados diante das oportunidades, que foram surgindo, propiciaram-lhe um olhar para os problemas sociais envolvendo o meio ambiente e que, em suas produções, realizadas preferencialmente em conjunto com seus estudantes, focaliza a educação ambiental e busca conscientizar as pessoas quanto à importância da preservação do planeta. Na mesma entrevista, destaca as vantagens da formação em educação tecnológica de nível médio, que, ao mesmo tempo, engloba o ensino profissionalizante e é uma preparação para outros cursos aos quais os estudantes poderão se candidatar. Ao final, deixa uma mensagem em que destaca virtudes como a paciência, o autocontrole e a sabedoria tanto para a construção pessoal como para a profissional.

Há ainda disponível na Internet uma entrevista concedida pela professora Maclóvia ao canal do Departamento de Extensão (DEPEX) da UTFPR-Curitiba (UTFPR,

2016), em que comenta sua atuação junto à instituição, com destaque a seus projetos que visam a intervenções nas comunidades, com iniciativas sustentáveis que possam melhorar a vida das pessoas. Fica também em evidência, no mesmo vídeo, a importância que ela atribui à interação entre a universidade e a comunidade, de modo a apontar que é na realidade social que os conhecimentos são gerados e ampliados. Desse modo, suas produções extravasam os muros institucionais e proporcionam reflexão em ampla escala.

4. MULHER, CIENTISTA, PESQUISADORA E PROFESSORA: UMA PESSOA ENGAJADA

A Prof.^a Dra. Maclóvia Corrêa da Silva, especialista na área ambiental, possui uma obra consistente, tanto individual quanto coletivamente, sobre diferentes temas que, no entanto, se entrelaçam. Ela focou a sustentabilidade no meio urbano, ao refletir sobre a inserção de novas tecnologias no transporte público; discorreu sobre rodovias no contexto socioeconômico paranaense (1946-1964); investigou o cenário de cidades, indústrias, comércio e serviços para situar os diferentes problemas em seus contextos, criando modelos de gerenciamento e prestando consultorias acadêmicas para gestores, governantes e interessados em minimizar a geração de resíduos, além de otimizar o aproveitamento deles; apresentou uma proposta pedagógica de educação ambiental, tendo como parceira a arte, no tratamento de resíduos sólidos; alertou sobre o desaparecimento de ecossistemas, apontando uma abrangência maior de ações voltadas para a sustentabilidade; também estudou, em Pirenópolis, Goiás, como o turismo ocasionou o crescimento da malha urbana e acarretou problemas socioambientais.

Entre tantos temas e produções acadêmicas, optamos por refletir, brevemente sobre um artigo seu, muito interessante e significativo, intitulado “O álbum fotográfico da empresa Madeiras J. Sguario & Cia: uma análise de imagens sobre relações entre tecnologia, trabalho e natureza” (CASAGRANDE; SILVA; CASAGRANDE JÚNIOR, 2017), escrito em parceria com Alessandro Casagrande e Eloy Fassi Casagrande Junior. Nele são analisadas imagens históricas da referida empresa, feitas pelo fotógrafo sueco Klas Gustav Jansson (1877-1954). A Madeiras J. Sguario foi expoente na exploração

madeira no Paraná, no período que vai de 1940 a 1950, e no texto há a exposição das relações entre tecnologia, natureza e trabalho, em determinado momento histórico: o do ciclo da madeira.

Dessa forma, os autores realizaram uma análise perspicaz das imagens fotográficas, via “reconhecimento de signos icônicos, plásticos e linguísticos, possibilitando uma espécie de ‘adestramento do nosso olhar’, o qual revela uma interpretação mais balizada sobre as intenções do fotógrafo na captura de um momento a ser eternizado”. (CASAGRANDE; SILVA; CASAGRANDE JÚNIOR, 2017, p. 139). Eles adiantam que a análise (calcada em agrupamentos temáticos) foi procedente em função da correspondência entre imagens e mensagens não verbais e linguísticas, e que, mesmo sendo fotografias feitas com intenção comercial (venda do produto), são bastante reveladoras do processo espoliatório, tanto da natureza (florestas nativas) quanto do ser humano (mão de obra infantil, trabalhadores em andrajos e morando em ranchos precários). Assim, há um retrato não só imagético, mas socioeconômico, uma exposição das subcondições laborais dos operários da madeira.

Em suma, esse artigo-alerta desvela o que ocorreu em terras do Paraná e São Paulo, em função da extração da madeira, e como poucos se beneficiaram – e bastante – da exploração de muitos e da natureza. Houve progresso, mas houve precarização da natureza. Ainda citando Le Goff, os autores concluem que o registro imagético “representa uma simultaneidade de imagem como documento e imagem como monumento, para que possamos compreender o ‘espírito do tempo’ deste momento histórico no país.” (CASAGRANDE; SILVA; CASAGRANDE JÚNIOR, 2017, p. 158).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, neste artigo, destacar a relevância da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), suas origens e sua singular trajetória. Foi criada pela Lei 11.184/2005, que a transformou de Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade. Trata-se, portanto, de uma instituição jovem, e a única tecnológica do Brasil, que, no entanto, tem uma tradição centenária, remontando a 1909, quando foi instituída a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.

Sua filosofia é calcada em tecnologia e humanismo, e é o substrato das ações voltadas para a pesquisa, o ensino e a extensão, desenvolvidas nos 13 câmpus, espalhados pelas diversas regiões do estado, pelos quais transitam aproximadamente 35.440 alunos. Devido à parceria com inúmeras instituições de outros países, em diferentes continentes, os estudantes podem obter, assim, dupla diplomação, bem como estagiar e devolver projetos em locais valorizados por suas pesquisas de ponta.

Dentre seus quase três mil professores, optou-se por discorrer sobre uma reputada mulher, pesquisadora e professora, com relevantes serviços prestados à sociedade, que sempre valorizou a ciência, a tecnologia, mas também a pedagogia. Assim, a Profa. Dra. Maclóvia Corrêa da Silva, com sua atuação múltipla, calcada na preocupação com o ser humano e seu entorno, reflete a vocação da instituição, de modo a inscrever no meio social os estudos realizados na universidade pública, fazendo da tecnologia uma ferramenta de bem-estar social, o que amplia a disseminação do saber científico e a valorização dos profissionais de nível superior neste país.

REFERÊNCIAS

CAROF, S. L'École des Annales Histoire et Sciences Sociales. **Sciences Humaines**. Auxerre, Hors-Série, n. 6, out./nov. 2007. Disponível em: https://www.scienceshumaines.com/l-ecole-des-Annales-histoire-et-sciences-sociales_fr_21364.html. Acesso em: 18 fev. 2021.

CASAGRANDE, A.; SILVA, M. C.; CASAGRANDE JÚNIOR. L. F. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 13, n. 23, p. 139-160, ago./dez. 2017.

CNPq. **Sistema de Currículo Lattes**. Informações sobre a pesquisadora Maclóvia Corrêa da Silva. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788155Z2>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GURSKY JÚNIOR, L. Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná (1909-1930). **Revista Tecnologia e Humanismo**. Curitiba, ano 24, n. 39, p. 114-169, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rth/article/viewFile/6258/3909>. Acesso em: 25 jan. 2021.

LORENZONI, I. Cefet do Paraná já é universidade tecnológica. **Portal MEC. Educação profissional e tecnológica**. Brasília, 10 out. 2005. Atualizado em 15 mai. 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/4496-sp703560069>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MASSARANI, L.; CASTELFRANCHI, Y.; PEDREIRA, A. E. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. *In: Cad. Pagu.* Campinas, n. 56, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332019000200505&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 21 mar. 2021.

PROGRAMA Radiotec Entrevista (13): Maclóvia Correa. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (7:12 min). Publicado pelo canal TV Radiotec. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pOXmRCCgMt0&ab_channel=TVRadiotec. Acesso em: 21 mar. 2021.

QUELUZ, G. L. História do CEFET: a Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná (1909-1922). *Revista Tecnologia e Humanismo*. Curitiba, n. 14, p. 29-33, 1995. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rth/article/view/6531>. Acesso em: 20 jan. 2021.

QUELUZ, G. L. Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná (1909-1930). *Revista Tecnologia e Humanismo*. Curitiba, v. 24, n. 39, p. 40-113, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rth/article/viewFile/6258/3909>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SHIMIZU, Y. Cem anos da educação profissional industrial no Brasil. *Revista Tecnologia e Humanismo*. Curitiba, v. 24, n. 39, p. 8-38, jul./dez. 2010, p. 1-31. Disponível em <https://revistas.utfpr.edu.br/rth/article/viewFile/6258/3909>. Acesso em 25 jan. 2021.

TEIXEIRA, S. S. UTFPR 1970-2000: de escola técnica a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. *Revista Tecnologia e Humanismo*. Curitiba, v. 24, n. 39, p. 213-291, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rth/article/viewFile/6258/3909>. Acesso em: 25 jan. 2021.

UTFPR Extensão: Prof.^a Maclovia Corrêa da Silva. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (15:33 min). Publicado pelo canal DEPEX Curitiba UTFPR - Série Falando de extensão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8xzi8pbsv5c&ab_channel=DepexCuritibaUTFPR. Acesso em: 1 abr. 2021.

UTFPR. **Notícias**. UTFPR comemora 12 anos de transformação. Curitiba, 6 out. 2017. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/utfpr-comemora-12-anos-de-transformacao>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CAPÍTULO XLII

SOMOS MULHERES E SOMOS DA CIÊNCIA: LUTAMOS COMO LEOAS

Damares Reis Teixeira ¹

Hermes Vieira dos Santos ²

Priscyla Silvante Crosciati ³

RESUMO

Neste artigo objetiva-se traçar um breve panorama das investigações de cientistas estrangeiras e brasileiras, buscando-se difundir e registrar seus trabalhos, bem como demonstrar o papel relevante da mulher no desenvolvimento da ciência. Para tanto, são realizadas algumas reflexões sobre feminismo, empoderamento e mulheres que se destacaram em suas profissões, dando-se destaque, em especial, às pesquisadoras dedicadas à saúde, física e mental, posto que no momento presente há uma pandemia que assusta a todos, e de proporções inimagináveis. De Marie Curie ao tempo presente foi um longo e árduo percurso percorrido por dedicadas e generosas mulheres. Dentre muitas, optou-se por cientistas renomadas, tanto brasileiras quanto de outros países: Marie Curie, June Almeida, Katalin Karikó, Maribel Fuentes, Débora Diniz, Maria Augusta Bernardini, Nísia Trindade Lima e Sue Ann Costa Clemens.

Palavras-chave: Mulheres. Cientistas. Brasileiras. Estrangeiras.

1. INTRODUÇÃO

Ao se pensar um país, obviamente isso estará imbricado ao seu povo, ao que o constitui como nação. Assim, apropriamo-nos de algumas ideias de movimentos que focam a mulher e provocam reflexões e debates, tais como o conservadorismo atual em

¹ Professora da Secretaria Municipal de Cambé. Mestranda em Ensino no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza- PPGEN da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, e integrante do grupo de pesquisa- Educação em Diálogo: Sociedade, Arte e Tecnologia- EDITEC.

² Professor da Secretaria Municipal de Londrina e Cambé. Mestrando em Ensino no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza- PPGEN da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, e integrante do grupo de pesquisa- Educação em Diálogo: Sociedade, Arte e Tecnologia- EDITEC.

³ Professora da Secretaria Estadual do Paraná. Mestranda em Ensino no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza- PPGEN da Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR, e integrante do grupo de pesquisa- Educação em Diálogo: Sociedade, Arte e Tecnologia- EDITEC.

relação a questões como descriminalização do aborto; a participação feminina rarefeita em alguns espaços (a exemplo, na política nacional); a igualdade de gêneros, em especial no que se refere a trabalho (equiparação salarial, cargos de direção etc.); o combate ao assédio sexual (velado ou explícito) e à violência contra a mulher; o direito à saúde e a uma formação acadêmica.

Enfim, o termo *feminismo* tem origem no latim *femīna* e significa mulher, sendo que, a partir do século XIX, ligado à revolução industrial e à força trabalhadora feminina, desenvolveu-se como movimento filosófico, social e político. Destarte, hodiernamente, a palavra empoderamento, referindo-se à mulher, está na ordem do dia, principalmente em uma sociedade patriarcal como a nossa. Entra como sinônimo de força, de luta por direitos, de mulher vencedora.

São algumas dessas mulheres empoderadas nosso foco, neste artigo: é a arquiteta que lida com feminismo e moradia social; a psiquiatra que coloca a arte como remédio para os seus pacientes; a médica que trabalha com gestão administrativa; a cientista que vence barreiras e é premiada; a professora que realiza documentários-denúncias. Enfim, diferentes perfis, mas todas são expoentes em suas áreas de trabalho e esforçaram-se bastante para chegar onde chegaram, em um mundo que ainda não valoriza suficientemente a mulher.

Logo, embora as mulheres, desde a Antiguidade Clássica, tenham trabalhado e se dedicado à ciência, tiveram que enfrentar muitos problemas para desenvolverem seus estudos, inclusive mudando-se dos seus países de origem, onde suas pesquisas não eram valorizadas. De um imenso rol, gostaríamos de destacar, em linha temporal, a egípcia **Hipátia de Alexandria** (360 d.C.-415 d.C.), filósofa, matemática e astrônoma; a inglesa **Ada Lovelace** (1815-1852), matemática que escreveu o primeiro algoritmo, podendo ser considerada precursora da área de TI - Tecnologia da Informação; a polonesa **Marie Skłodowska Curie** (1867-1934), **cientista que se dedicou à física e à química e foi a primeira mulher a receber um prêmio Nobel**; a inglesa **Cecilia Payne-Gaposchkin** (1900-1979), astrônoma e astrofísica; a brasileira **Nise da Silveira** (1905-1999), médica psiquiatra, criadora do Museu de Imagens do Inconsciente e que revolucionou os tratamentos de doenças mentais, que eram violentos e abusivos (PAIVA, 2018). Ainda a filósofa francesa **Simone de Beauvoir** (1908-1986), autora da

célebre obra **O segundo sexo**, de 1949, considerado um manual do feminismo, que impulsionou as reflexões sobre as mulheres, seus desejos e seus direitos.

Queremos também lembrar mulheres *avant la lettre* e que muito contribuíram para a evolução das mentalidades e para mostrar que mulher pode estar em qualquer lugar, fazendo o que desejar: **Cleópatra** (69 a.C.- -30 a.C.), **Joana D'Arc** (1412-1431), **Nísia Floresta** (1810-1885), **Amelia Earhart** (1897-1937), **Frida Kahlo** (1907-1954), **Madre Teresa de Calcutá** (1910-1997), **Françoise Barré-Sinoussi** (1947), **Marta Vieira** (1986) e **Malala Yousafzai** (1997).

Inicialmente, destacaremos uma mulher que é considerada a *prima-donna* das cientistas, Marie Curie.

Imagem 01: cientista Marie Curie



Fonte: Brasil Escola- UOL.com.br.

Marie Curie (1867-1934), polonesa naturalizada francesa, nascida Maria Salomea Skłodowska, estudiosa de física e química, foi a primeira mulher a receber um prêmio Nobel. Em 1903, foi premiada em Física e, posteriormente, em 1910, recebeu outro Nobel, em Química, por seus trabalhos e descobertas relacionados à radioatividade, técnicas para isolar isótopos e à descoberta de dois novos elementos químicos, o rádio e o polônio, sendo que este foi assim denominado em homenagem ao seu país natal. (PAIVA, 2018).

Destacando-se no mundo científico, predominantemente masculino, a cientista encontrou inúmeras dificuldades, inclusive em sua terra de origem, indo para a França a fim de estudar. Lá casou-se com o físico e também cientista Pierre Curie, com ele continuando suas pesquisas. Madame Curie foi a primeira mulher a lecionar na

Universidade de Paris, nunca minimizando os percalços: afirmava que todos deveriam acreditar em seus talentos, pois com estudo, dedicação e perseverança os objetivos seriam alcançados. (DIAS, 2021).

Desta forma, traçaremos aqui um breve panorama discorrendo sobre mulheres que estiveram e estão voltadas ao estudo da ciência, dando ênfase a tais pesquisadoras e sua dedicação a trabalhos voltados ao bem da humanidade. Além disso, essa é uma forma de registrar o que fizeram e de também homenageá-las.

2. AS LEOAS ESTRANGEIRAS

Talvez nomes desconhecidos, para muitos brasileiros, mas **June Almeida**, **Katalin Karikó**, **Kate Bingham** e **Sarah Gilvert** são pesquisadoras internacionais renomadas, que deverão ter seus nomes inscritos no panteão da ciência, e que lutaram como leas (expressão tomada de empréstimo da pesquisadora brasileira Sue Ann Costa Clemens) para se firmar no mundo científico e terem seus trabalhos reconhecidos.

Figura 2 - Pesquisadora June Hart Almeida



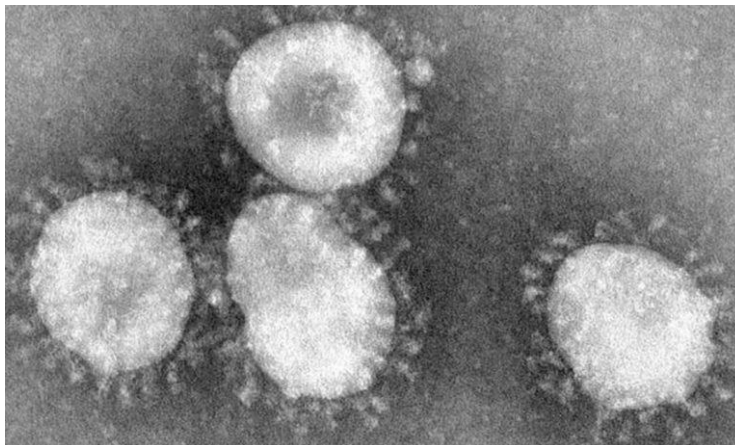
Fonte: Getty Images

Nascida em Glasgow, em 1930, e tendo falecido em 2007, June não conseguiu fazer um curso universitário, por problemas financeiros, entretanto sempre esteve ligada a pesquisas, nos hospitais em que trabalhou como técnica de laboratório em histopatologia e em microscopia eletrônica, desenvolvendo uma técnica (visualização de vírus por meio do uso de anticorpos) para diagnosticar infecções virais como a rubéola, via microscópio eletrônico. (DE NADAI, 2020).

Por seus trabalhos voltados à virologia (principalmente nos anos de 1970 e 1980) foi agraciada, no Reino Unido, com o grau de doutora honorária. Destacamos que seus

estudos a levaram a detectar, em material colhido em lavagens nasais, “os **vírus do resfriado comum** e um outro vírus, que era uma nova causa de **infecção respiratória: o coronavírus**”. (DE NADAI, 2020).

Figura 3- Primeiro tipo de coronavírus identificado por June Almeida



Fonte: Reprodução BBC (*apud* DE NADAI, 2020).

Constatamos, então, que o relevante trabalho pioneiro de June Almeida, em relação ao vírus que provoca a atual pandemia, encontrou eco nas investigações da Dra. Katalin Karikó.

Karikó, conforme Mendes (2021), é a cientista que desenvolveu a técnica da vacina de RNAm para a COVID-19. De origem húngara, nasceu em 1955 e concluiu seu doutorado na University of Szeged. Como seu tema de pesquisa — RNA — não era valorizado e havia pouco incentivo, em função da recessão econômica do país, ela mudou-se para os Estados Unidos da América do Norte (EUA) a fim de continuar suas investigações na Universidade da Pensilvânia, Filadélfia. (MENDES, 2021). Assim, quando eclodiu no planeta a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), e começou a busca frenética por uma vacina, a Dra. Karikó destacou-se ao criar a “vacina de RNA mensageiro (RNAm), a molécula responsável por produzir as proteínas codificadas pelo DNA dentro das células”. (MENDES, 2021). Sua pesquisa com RNA teve um grande impulso após um trabalho de 7 anos com o Dr. Drew Weissman e foi fundamental para o desenvolvimento das vacinas das empresas de biotecnologia Moderna (EUA) e BioNTech (Alemanha), sendo que esta é parceira da Pfizer.

Figura 4: cientista Katalin Karikó



Fonte: O Globo.

3. LEOAS BRASILEIRAS

No Brasil, as mulheres têm se destacado nos mais diversos campos de trabalho, ocupando espaços antes predominantemente masculinos, e discorreremos sobre algumas de nossas cientistas, que tanto nos orgulham.

Um trabalho diferenciado é feito pela professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) **Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes**, ligada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), que desenvolve projetos ligados à história da cidade e do urbanismo, pensando em projetos arquitetônicos e habitação de interesse social, assim como o diálogo entre feminismo e arquitetura, além de investigar a questão do brutalismo. Portanto, é natural que seja a responsável pela investigação *Cartografia da covid-19 e a mulher no DF*, que capta os dados oficiais sobre o vírus e realiza um recorte, focando a mulher que reside no Distrito Federal. (CNPq, 2021). A cientista descobriu que há mais mulheres contaminadas que homens, e explica o porquê: “Isso é um indicativo que relaciona as mulheres a sua localidade, seus deslocamentos, seu trabalho. Outra questão importante é que entre as cidades com maior índice de contaminação estão aquelas onde as mulheres são maioria como chefes de família”. (ALIAGA FUENTES *apud* PIRES, 2021).

Imagem 5- Profa. Dra. Maribel Fuentes



Fonte: UnB- SIGAA

Também realiza um trabalho muito importante, na área de Ciências Humanas, a antropóloga, professora e documentarista cearense **Débora Diniz**, que tem pesquisado Bioética voltada aos direitos sexuais e reprodutivos de meninas e mulheres, ao impacto da epidemia do vírus Zika nas vidas de mulheres nordestinas, à descriminalização do aborto e participado de debates sobre violência de gênero no contexto universitário. (LOBO, 2020). Débora recebeu inúmeros prêmios, nacionais e internacionais, pelo trabalho que desenvolve.

Imagem 6- Antropóloga Débora Diniz



Fonte: arquivo pessoal de Diniz (apud Lobo, 2020).

3.1. LEAS LUTAM PELA VACINA CONTRA O CORONAVÍRUS

Foi da infectologista carioca **Sue Ann Costa Clemens** que tomamos emprestada a ideia de cientistas leas, pois ela disse que lutou como uma leoa para trazer a pesquisa realizada por Andrew Pollard, da Universidade de Oxford, que entrou em contato com ela para propor, então, uma parceria com o Brasil no concernente à vacina contra a Covid-19. Clemens, “diretora do Instituto para a Saúde Global da Universidade de Siena (Itália), já era conhecida do britânico por sua longa experiência em estudos clínicos com um grande número de participantes.” (CNN-Brasil, 2020). Assim, a cientista foi convidada para ser a investigadora chefe dos testes clínicos da vacina (em milhares de pessoas), no Brasil. Ela agilizou contatos, como a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde fez seu doutorado, além de buscar subsídios financeiros, dessa forma garantindo a parceria com o nosso país e garantindo nosso acesso à vacina.

Imagem 7: Cientista Sue Ann Costa Clemens



Fonte: O Globo

Outra cientista que está na linha de frente, na luta provocada pela pandemia, é **Nísia Trindade Lima**, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Imagem 8: Pesquisadora Nísia Trindade Lima



Fonte: Portal Fiocruz.

A Doutora em Sociologia Nísia Trindade Lima, servidora da Fiocruz desde 1987, foi nomeada presidente da instituição em 2017, e é a primeira mulher a assumir esse cargo, desde sua fundação há 116 anos (PORTAL..., 2017). Na Fiocruz, 56% dos trabalhadores são mulheres; 57% dos pesquisadores também são do sexo feminino, entretanto em cargos de gestão não são maioria.

Com um currículo altamente qualificado, Nísia Lima recebeu inúmeras honrarias, inclusive o prêmio Nise da Silveira, da Prefeitura do Rio de Janeiro, na categoria mulher cientista, outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Ao disputar o cargo, Lima assumiu o compromisso, dentre outros, de defender, via SUS (Sistema Único de Saúde), o direito universal à saúde, além de promover a ciência, a tecnologia e a inovação em benefício da sociedade. (PORTAL..., 2017). E a socióloga tem se saído brilhantemente à frente da Fiocruz, inclusive adiantando-se ao realizar a prospecção de vacinas que estavam sendo testadas no mundo visando a parcerias e acesso e ao imunizante. Isso ocorreu em relação à vacina conhecida como Oxford, sendo que o governo brasileiro comprometeu-se a comprar grandes doses da vacina, com a transferência de tecnologia para que a Fiocruz possa produzi-la integralmente.

Nesses trâmites houve a colaboração de **Maria Augusta Bernardini**, diretora médica da AstraZeneca, no Brasil, que, devido à expertise em pesquisa clínica, auxiliou com a documentação para a aprovação da pesquisa. Foi, anteriormente, Chefe médica de produtos estabelecidos globais e bioequivalência, na Pfizer, e Gerente de grupo médico no Aché Laboratórios. Bernardini formou-se em medicina na Universidade de São Paulo (USP) e tem experiência em gestão de pessoas, coleta de insights, gestão médica estratégica e licença para operar atividades médicas (farmacovigilância, informações científicas, atendimento ao cliente e conformidade médica). (AS/COA, 2021).

Imagem 9: Médica Maria Augusta Bernardini



Fonte: Saúde Estadão.com.br

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos destacar algumas mulheres que ajudaram a transformar não só o seu entorno, devido ao pioneirismo de suas pesquisas, independentemente da área em que atuaram/atuam. Todas são exemplo para as novas gerações, mostrando, com suas vidas, que a luta continua para mudanças globais. Madame Curie, June Almeida, Nise da Silveira, Katalin Karikó, Maribel Aliaga Fuentes, Débora Diniz, Maria Augusta Bernardini, Sue Ann Costa Clemens, Nísia Trindade Lima, dentre outras, foram enfocadas pelos relevantes trabalhos que desenvolveram.

Tal fato confirma-se com um levantamento realizado pelo **Centro de Estudos da Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden**, na Holanda, que mostrou o destacado papel de mulheres cientistas, sendo que a Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, é a instituição de ensino com o maior número de **cientistas mulheres**, no Brasil, e a segunda do mundo (PARANÁPORTAL, 2020). O destaque ficou para a produção em Física e em Engenharia, geralmente consideradas áreas de predominância masculina. Assim é que entre 2014 e 2017 foram publicados 53 mil artigos, e 72% foram de autoria feminina.

Nossa intenção não foi realizar um levantamento exaustivo, mas um recorte especial, registrando os feitos de eminentes cientistas voltadas para as ciências médicas, visto que vivemos um momento bastante difícil, devido à pandemia provocada pelo coronavírus. E vale lembrar, como bastante oportuno, o pensamento de Marie Curie:

"Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais, para temer menos."

REFERÊNCIAS

AS/COA. Maria Augusta Bernardini: Diretor Médico Executivo, Astrazeneca do Brasil. Disponível em: <https://www.as-coa.org/speakers/maria-augusta-Bernardini>. Acesso em: 3 abr. 2021. CNN Brasil. Mulheres se destacam na busca do Brasil pela vacina contra o novo coronavírus. Estadão Conteúdo.

CNNBrasil. CNN Saúde. Mulheres se destacam na busca do Brasil pela vacina contra o novo coronavírus. 25/07/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/07/25/mulheres-se-destacam-na-busca-do-brasil-pela-vacina-contr-o-novo-coronavirus>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CNPq. **Maribel Del Carmen Aliaga Fuentes**. Currículo tirado do sistema Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4293756142564622>. Acesso em: 30 mar. 2021.

DE NADAI, N. Celebrando a Dra. June Almeida – a mulher que descobriu o primeiro coronavírus humano. **Ciência pelos olhos delas**. 21/05/2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cienciapelosolhosdelas/2020/05/21/ciencia-pelos-olhos-june-almeida-coronavirus/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DIAS, Diogo Lopes. Marie Curie. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/maria-curie-descoberta-radioatividade.htm>. Acesso em: 8 abr. 2021.

LOBO, J. A. Conheça Débora Dinis, antropóloga referência na discussão sobre igualdade de gênero e saúde no Brasil durante epidemias. **Ciência pelos olhos delas**. 01/06/2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cienciapelosolhosdelas/2020/06/01/debora-diniz-igualdade-de-genero-saude-publica-brasil-epidemias/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MENDES, G. Conheça a Dra. Katalin Karikó, a cientista que desenvolveu a técnica da vacina de RNA para a COVID-19. **Ciência pelos olhos delas**. Colírios científicos. 29/03/2021.

Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/cienciapelosolhosdelas/2021/01/29/katalin-kariko-vacina-rna-covid19/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PAIVA, T. 6 mulheres cientistas para estudar em sala de aula. **El-Centro de Referência em Educação Integral**. 21/02/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/6-mulheres-cientistas-para-estudar-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PIRES, C. Cientistas mulheres fazem a diferença na pandemia. **UnB Notícias**. Disponível em: <http://noticias.unb.br/117-pesquisa/4816-cientistas-mulheres-fazem-a-diferenca-na-pandemia>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PARANÁPORTAL. **Universidade do PR é a segunda do mundo a ter mais mulheres cientistas**. 7/1/2020. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/cidades/uem-pr-segunda-mundo-mulheres-cientistas/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PORTAL Fiocruz- Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. **Nísia Trindade Lima é a nova Presidente da Fiocruz**. 04/01/2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/nisia-trindade-lima-e-nova-presidente-da-fiocruz>. Acesso em: 3 abr. 2021.

HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ONDE ESTÃO AS MULHERES?

HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ONDE ESTÃO AS MULHERES?

